



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

PROCESSO DE LICITAÇÃO

DOCUMENTOS DO PROCESSO	IDENTIFICAÇÃO
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD	
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP	
PESQUISA DE MERCADO, CONFORME DECRETO MUNICIPAL	
PLANILHA DE PREÇOS C/ MÉDIA OU MEDIANA	
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOBRE A PESQUISA DE PREÇOS	
BLOQUEIO ORÇAMENTÁRIO OU FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	
DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
TERMO DE REFERÊNCIA - TR	
PORTARIA DE NOMEAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	
AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO	
MINUTA DO EDITAL E ANEXOS	
MINUTA DE CONTRATO E/OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
LISTA DE VERIFICAÇÃO	
PARECER JURÍDICO	
AVISO DE LICITAÇÃO	
EDITAL E ANEXOS	
PUBLICAÇÃO DO AVISO/EDITAL (DOM, JORNAL, PNCP, PLATAFORMA)	
IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO	
PROPOSTAS	
HABILITAÇÃO	
ATA DA SESSÃO PÚBLICA	
RECURSO/CONTRARRECURSO/PARECER	
HOMOLOGAÇÃO/PUBLICAÇÃO	
CONTRATO/ATA - PUBLICAÇÃO	
PRORROGAÇÕES/ADITIVOS	



Município de Ivaí
Solicitação 253/2024

Equipamento

Página: 1

Solicitação			
Número	Tipo	Emitted em	Quantidade de itens
253	Contratação de Serviço	22/08/2024	1
Solicitante		Processo Gerado	
Código	Nome	Número	
134821-3	WILLIAN SAUTER DE CRISTO	0/2024	
Local			
1023	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA		
Órgão			
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
Forma de pagamento			
Descrição	Tipo		
A PRAZO	Depósito bancário		
Entrega			
Local	Prazo		
	Dias		

Descrição:

Contratação de empresa para execução da Pavimentação de vias urbanas usando a quente (CBUQ), área 25.435,59 M2.

Justificativa:

É essencial para garantir a qualidade, durabilidade e segurança das infraestruturas viárias municipais.

Lote

001 Lote 001

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
048842	Pavimentação em CBUQ.	SERV	6.127.151,84	1,00	6.127.151,84
Local: Vias diversas - Sede e Distritos de Palmital e Bom Jardim do Sul;					
Objeto: Pavimentação em CBUQ.					
Trechos:					
Linha Gonçalves Junior - trecho 1, entre a rua Henrique Florêncio Ribeiro e o fim do trecho (a 300m)					
Linha Gonçalves Junior - trecho 2, entre a rua Pedro Komety e a rua Projetada A					
Rua Prefeito ArpadMalanowski, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua					
Rua Prefeito Edoardo Graniska, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua					
Rua Timoteo Korelo, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e arua Ademar Adolf Stadler					
Rua João Karpinski, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e arua Ademar Adolf Stadler					
Rua Humberto Blum, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e arua Ademar Adolf Stadler					
Rua Vicente Valentin (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 163m)					
Rua José Manosso (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 268m)					
Rua Cuba (Distrito de Palmital), entre a rua Polônia e o fim da rua					
Rua Projetada E (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada F e o fim da rua					
Rua Projetada F (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e a rua Projetada C					
Rua Projetada G (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e o fim da rua					
Travessa França (Distrito de Palmital), entre a rua França e o fim da rua Rua Argentina - trecho 1 (Distrito de Palmital), entre a rua Peru e a rua Japão					
Rua Argentina - trecho 2 (Distrito de Palmital), entre a rua Japão e a rua Antonio Raimundo Cominesi					
Travessa Argentina (Distrito de Palmital), entre a rua Argentina e o fim da rua Área					
Pavimentada: 25.085,16 m²					
Colocação de placas de comunicação visual.					

TOTAL 6.127.151,84

TOTAL GERAL 6.127.151,84

002



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Ofício nº 287/2024

Secretaria Municipal de Habitação
Departamento de Engenharia

Ivaí, 08 de Outubro de 2024.

Ao Departamento de Licitações

Assunto: Solicitação de Licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ EM VIAS DIVERSAS NO MUNICÍPIO DE IVAÍ.

Prezado,

Venho por meio deste, solicitar a abertura de edital de licitação para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ EM VIAS DIVERSAS NO MUNICÍPIO DE IVAÍ**, conforme documentos anexos.

Obrigada.

Atenciosamente,

Willian Sauter de Cristo
Eng. Civil
CREA PR-168844/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

DFD - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE

- Secretaria Municipal de Habitação;
- Setor de Engenharia;
- Responsável pela elaboração do DFD, Willian Sauter de Cristo;

2. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Contratação de empresa para prestação de serviço de pavimentação asfáltica em CBUQ em vias urbanas no Município de Ivaí.

A necessidade da contratação do objeto é extremamente importante para o Município de Ivaí, sendo melhorias em vias urbanas com a pavimentação asfáltica, promovendo melhorias aos munícipes.

3. SOLUÇÃO SUGERIDA PARA CONTRATAÇÃO

Se tratando de uma contratação de pavimentação asfáltica em CBUQ em vias urbanas, a qual estará promovendo melhorias aos munícipes, torna-se solução a realização de um certame licitatório por concorrência eletrônica.

4. PREVISÃO DE INÍCIO E DURAÇÃO PRETENDIDOS PARA A CONTRATAÇÃO

O prazo de entrega da prestação de serviço de pavimentação asfáltica em CBUQ em vias urbanas será de 360 dias, após a assinatura do contrato.

5. ESTIMATIVA DE VALOR

O valor estimado da contratação é de R\$6.127.151,84 (seis milhões, cento e vinte e sete mil, cento e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos), considerando a planilha orçamentária base realizado com referência de preços do DER, SINAPI, DAER e ORSE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

6. GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Gestor do Contrato: Willian Sauter de Cristo

Fiscal do Contrato: Eislaine Zubacz

Suplente do Fiscal de Contrato: Lucas Vinicius Romaniuk

7. APROVAÇÃO

Aprovo a referida demanda.

Ivaí – PR, 08 de Outubro de 2024.

Secretário (a) Responsável
Willian Sauter de Cristo

Servidor responsável pela elaboração
Willian Sauter de Cristo

Gestor do Contrato
Willian Sauter de Cristo

Fiscal do Contrato
Eislaine Zubacz

Suplente do Fiscal do Contrato
Lucas Vinicius Romaniuk



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Solicitado pela Secretaria Municipal de Habitação, requer-se uma abertura de licitação para contratação de empresa para prestação de serviço de pavimentação asfáltica em CBUQ em vias urbanas no Município de Ivaí.

2 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

A necessidade da contratação do objeto é extremamente importante para o Município de Ivaí, sendo melhorias em vias urbanas com pavimentação asfáltica em CBUQ, promovendo melhorias aos munícipes.

3 DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

Conforme disposto pelo artigo 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, é necessária a realização de licitação para a realização de obras e melhorias na construção civil.

Desta forma, para a realização do devido processo, é necessário a realização de licitação por concorrência eletrônica.

Para a realização da contratação faz-se necessário o cumprimento de alguns requisitos, os quais garantem a qualidade do serviço. Requer-se a apresentação de toda a documentação que será solicitada, bem como os prazos e fornecimento que comprovem a capacitação para o determinado serviço.

Das obrigações da contratada, caso seja detectado alguma falha na execução do serviço contratado, o contratado deverá realizar os reparos necessários assim que notificado pelo departamento de engenharia. Demais obrigações em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e legislações pertinentes.

Esclarece que os requisitos impostos procuram assegurar a contratação de uma empresa qualificada e que atenda às exigências técnica e legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

As qualificações exigidas como habilitação são pertinentes ao objeto, comumente utilizadas pelo Paranaidade, em consonância com as exigências previstas na lei nº 14133/2021. Nesta oportunidade utilizou-se a minuta padronizada pelo agente financiador (PARANACIDADE).

4 LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Quanto ao levantamento de valores foi utilizado a referência de preços do DER, SINAPI, DAER e ORSE para a realização da planilha orçamentária.

5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Se tratando de uma contratação de pavimentação asfáltica em CBUQ em vias urbanas, a qual estará promovendo melhorias aos munícipes, torna-se solução a realização de um certame licitatório por concorrência eletrônica.

Para obtenção de uma melhor proposta, com bons preços e de boa qualidade, se faz necessário a divulgação para as empresas passíveis a serem contratadas, buscando conseguir diversas opções.

Além disso, conforme já descrito, a solução mais viável é a concorrência eletrônica para a contratação da prestação de serviço de pavimentação asfáltica em CBUQ em vias urbanas, levando em consideração a importância de sua finalidade.

Esta abordagem abrangente garante que o Município realize uma contratação de forma transparente, eficiente e em conformidade com os parâmetros legais.

6 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

A quantidade estimada foi realizada com base no levantamento realizado pelo departamento de engenharia no Município de Ivaí. Para a realização da planilha orçamentária foi utilizado a referência de preços do DER, SINAPI, DAER e ORSE.

De acordo com o levantamento realizado, os seguintes quantitativos serão necessários para suprir a demanda:

007



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI.	QTD.
1	<p>Pavimentação asfáltica em CBUQ em vias urbanas, nas seguintes ruas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Linha Gonçalves Junior - trecho 1, entre a rua Henrique Florêncio Ribeiro e o fim do trecho (a 300m)• Linha Gonçalves Junior - trecho 2, entre a rua Pedro Komety e a rua Projetada A• Rua Prefeito Arpad Malanowski, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua• Rua Prefeito Edoardo Graniska, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua• Rua Timoteo Korelo, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler• Rua João Karpinski, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler• Rua Humberto Blum, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler• Rua Vicente Valentin (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 163m)• Rua José Manosso (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 268m)• Rua Cuba (Distrito de Palmital), entre a rua Polônia e o fim da rua• Rua Projetada E (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada F e o fim da rua• Rua Projetada F (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e a rua Projetada C• Rua Projetada G (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e o fim da rua2• Travessa França (Distrito de Palmital), entre a rua França e o fim da rua• Rua Argentina - trecho 1 (Distrito de Palmital), entre a rua Peru e a rua Japão• Rua Argentina - trecho 2 (Distrito de Palmital), entre a rua Japão e a rua Antonio Raimundo Cominesi• Travessa Argentina (Distrito de Palmital)LI	M²	25.085,16

2008



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

7 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

De acordo com o levantamento o valor base para a licitação será de R\$6.127.151,84 (seis milhões, cento e vinte e sete mil, cento e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

8 JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Tendo em vista a natureza do objeto a necessidade da execução da pavimentação asfáltica em CBUQ em vias urbanas acontecer em lote único se dá pelo fato que se expõe a seguir. O valor total orçado é de R\$ 6.127.151,84 referente a execução da pavimentação asfáltica em CBUQ em diversas vias já listas á cima. A concorrência livre pressupõe que, qualquer empresa em território nacional com capacidade técnica suficiente, pode executar a obra em questão, independente da onde a empresa esteja locada ou sediada. Visto que são diversas vias para realizar a pavimentação em CBUQ, uma empresa que fique sediada em um município afastado ou qualquer outro estado, levando em consideração o valor da mobilização e desmobilização dos maquinários necessários para a obra e salientando que parte do maquinário utilizado execução da pavimentação asfáltico em CBUQ de uma via, se utiliza para realizar a execução do restante das vias, caso fosse executado em lotes diferentes e pela assimetria de valores dos serviços, as empresas não teriam interesse no objeto licitado, sendo assim dificultando o processo.

9 CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Não se aplica.

10 DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DECONTRATAÇÃO – PAC:

Quanto ao planejamento anual administrativo, este ainda não foi confeccionado por este Município, pois ainda será desenvolvido. Desta forma, a contratação a ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

realizada não está conforme ao plano de contratação e planejamento, mas está previsto para constar.

Cabe salientar que esta é extremamente necessária para o Município, não acarretando risco ou danos para este.

11 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

Pretende-se que seja obtido êxito na contratação de empresa para prestação de serviço de prestação de serviço de pavimentação asfáltica em CBUQ em vias urbanas, tendo em vista as melhorias que proporcionará para os munícipes.

12 PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Não se aplica.

13 IMPACTOS AMBIENTAIS:

Destaca-se que para a devida contratação não se verificam impactos ambientais relevantes, todos os materiais de bota-fora de construção civil serão destinados para um local adequado de descarte de resíduos de construção civil.

14 FONTE DE RECURSO A SER UTILIZADO

Convênio Nº 681/2024 – SECID, PARANACIDADE.

15 VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

O Estudo Técnico Preliminar evidencia que a forma de contratação que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos com a mitigação dos riscos e observância dos princípios da economicidade, eficácia e eficiência, para isso evidencia-se a necessidade de uma apresentação técnica da solução antes da finalização da contratação, evitando assim os transtornos provenientes de uma contratação sem análise prévia de atendimento às exigências aqui estipuladas;

Considerando o Estudo Preliminar efetivado acerca da contratação de empresa para prestação de serviço de recapeamento de pavimentação no loteamento Santa



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

Maria, Município de Ivaí, constatou-se a **VIABILIDADE** para contratação, pela forma orientada no presente relatório.

Ivaí, 08 de Outubro de 2024.

WILLIAN SAUTER DE CRISTO

SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO

MUNICIPIO

Ivaí

OPERAÇÃO DE CRÉDITO

Nº 11 | R\$ 3.000.000,00
PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS

STATUS

Análise de Contrato Favorável

DATA

08/04/2024

PROTOCOLO

PRC-2024-05-10-OC-gGCdV5sb9pXUHxipp7JkoqUApGt3GZkS54MzQL7zco

Documentos da Operação de Crédito

Clique sobre o título acima para exibir/ocultar os documentos apresentados anteriormente para a Operação de Crédito.

CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

Documentação Enviada

Contrato de Financiamento			
Contrato FM N.º 4565/2024			
Ofício de Conta de Crédito		ANÁLISE	FAVORÁVEL
Ofício 351/2024			Última Alteração:
			05/07/2024 11:38:15
Ofício de Conta de Débito	ANÁLISE	FAVORÁVEL	
Ofício 352/2024		Última Alteração:	
		09/07/2024 14:01:46	
Publicação ou extrato da publicação do Contrato de Financiamento ou Contrato	ANÁLISE	FAVORÁVEL	
		Última Alteração:	
		09/07/2024 14:02:05	
		ANÁLISE	FAVORÁVEL
			Última Alteração:
			09/07/2024 14:02:22

Voltar

012

MODELOS

Os modelos compreendem a documentação encaminhada como referência para o município. Esses documentos tornam-se disponíveis para uso do município após a autorização do Secretário.

DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA

Documentação de caráter jurídico do Processo Licitatório, comum a todos os lotes.

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

Documentação de caráter técnico do Processo Licitatório, específica para cada lote de acordo com a obra, bem ou serviço a ser executado/adquirido.

INSTRUÇÕES

Clique no botão **Acessar** na caixa **Modelos** para acessar os modelos encaminhados pelo PARANACIDADE.

Clique no botão **Acessar** na caixa **Documentação Jurídica** para acessar a página dos documentos jurídicos.

Clique **sobre o Lote** para conferir a documentação técnica do lote.

Clique no botão **Voltar** para acessar a listagem de todos os Processos Licitatórios disponíveis.

MUNICÍPIO	Ivaí
PRIORIDADE	Nº 41 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS
VALOR TOTAL DO PROJETO	R\$ 2.755.283,17
PROJETO	Nº 40 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS Processo Licitatório Nº 1

MODELOS

Os modelos foram liberados para o município no dia 05/07/2024. Para visualizar os modelos enviados, clique no botão abaixo.

Acessar

DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA

Deferimento não iniciado

Documentação jurídica do Processo Licitatório comum a todos os lotes

Acessar

Documentação Técnica

Lote 1 - Clique aqui para acessar a documentação

Recape de vias urbanas em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 15.848,48 m², compreendendo: serviços pre liminares; drenagem; base e sub-base; revestimento; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; e ensaios de controle tecnológico.

Deferimento não iniciado

Voltar

013

Case - 155, 694

1. DATE OF BIRTH 2. DATE OF DEATH 3. DATE OF BURIAL 4. DATE OF CREATION 5. DATE OF REVISION

own

CONTRATO DE FINANCIAMENTO - Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - SFM

CONTRATO FOMENTO PARANÁ - SFM N.º 4565/2024

PREÂMBULO

I - PARTES:

AGENTE FINANCEIRO: Agência de Fomento do Paraná S.A., instituição financeira sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com sede na cidade de Curitiba/PR, na Rua Comendador Araújo, 652, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.584.906/0001-99, neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social, pelos seus Diretores signatários, doravante denominada FOMENTO PARANÁ.

BENEFICIÁRIO: MUNICÍPIO DE IVAÍ/PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.175.918/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito, Sr.(a) ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO, doravante denominado MUNICÍPIO.

II - AGENTE TÉCNICO OPERACIONAL DO SFM - Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, doravante denominado PARANACIDADE.

III - FINALIDADE DO FINANCIAMENTO: Infraestrutura Urbana, Pavimentação Asfáltica e Medidas e Obras de Recapeamento Asfáltico.

IV - AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA MUNICIPAL:

Lei Municipal nº 1495/2024 de 13/05/2024, publicada em 14/05/2024.

V - APROVAÇÃO STN / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: Ofício n.º 57/2024 de 22/05/2024.

VI - CARACTERÍSTICAS DA OPERAÇÃO

VI.1 - VALOR DO FINANCIAMENTO	R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).
VI.2 - DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	4 de julho de 2024
VI.3 - DATA DE VENCIMENTO DO CONTRATO	03/07/2032
VI.4 - CARÊNCIA	Prazo de carência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato 4 de julho de 2024.
VI.5 - PRAZO MÁXIMO PARA A PRIMEIRA LIBERAÇÃO	6 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato 4 de julho de 2024.
VI.6 - SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO	Sistema de Amortização Constante (SAC).
VI.7 - INDEXADOR	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).
VI.8 - JUROS	4% a.a.
VI.9 - JUROS REMUNERATÓRIOS	Os juros são devidos à taxa efetiva de 4 % ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados sobre o saldo devedor atualizado pela variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Taxas Selic), divulgadas pelo Banco Central do Brasil, calculados sobre o saldo devedor, de acordo com o exposto na cláusula dos ENCARGOS FINANCEIROS.
VI.10 - ENCARGOS DE INADIMPLEMENTO	
VI.10.1 - JUROS REMUNERATÓRIOS	Mesmos juros remuneratórios previstos para o período de adimplemento.
VI.10.2 - JUROS MORATÓRIOS	1% (um por cento) ao mês, observada a cláusula DO INADIMPLEMENTO.
VI.10.3 - MULTA	2% (dois por cento), observada a cláusula DO INADIMPLEMENTO.
VII - GARANTIA	Cota-parte do MUNICÍPIO do ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Regem o presente Contrato de Financiamento a legislação específica aplicável e as normas a que se subordinam as operações financeiras formalizadas pela FOMENTO PARANÁ.

PARÁGRAFO ÚNICO. Aplicam-se, igualmente, para todos os efeitos, considerando-se parte integrante deste Contrato, o contido nas normas que regulamentam o SFM.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO OBJETO DO CONTRATO

A FOMENTO PARANÁ, na qualidade de Agente Financeiro do SFM, concede ao Município IVAÍ, devidamente autorizado a contratar pela Lei Municipal nº 1495/2024 de 13/05/2024, publicada em 14/05/2024, o financiamento no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no âmbito do SFM, para execução de ação(ões) integrante(s) da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O Contrato tem por objetivo o financiamento de Infraestrutura Urbana, Pavimentação Asfáltica e Medidas e Obras de Recapeamento Asfáltico.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O MUNICÍPIO aplicará os recursos provenientes deste Contrato, única e exclusivamente, para a finalidade prevista, em projeto técnico devidamente aprovado pelo PARANACIDADE, de acordo com as normas que regulamentam o SFM.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

As liberações dos recursos previstos neste Contrato serão realizadas conforme a comprovação da execução físico-financeira do(s) objeto(s) financiado(s), condicionadas a validação pelo PARANACIDADE da medição encaminhada e aprovada pelo MUNICÍPIO, acompanhada da documentação exigida e seguindo o trâmite previsto nas normas que regulamentam o SFM.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As liberações dos recursos ficam condicionadas, ainda, à regularidade perante o Cadastro Informativo Estadual (CADIN-PR); à regularidade fiscal (CND ou CPEN); e, à inexistência de fato de natureza jurídica, econômica ou financeira que, a critério da FOMENTO PARANÁ, possa comprometer a execução do(s) objeto(s) financiado(s) de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização. A primeira liberação de recursos, além das condições já expostas, depende da apresentação pelo MUNICÍPIO do extrato de publicação deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os recursos serão creditados pela FOMENTO PARANÁ em conta corrente de titularidade do MUNICÍPIO, aberta única e exclusivamente para o recebimento dos recursos vinculados a este Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O prazo limite para a primeira liberação de recursos será de 6 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. O descumprimento deste prazo implicará cobrança de encargos no percentual de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao mês, sobre o valor deste Contrato, a serem revertidos ao SFM. Essa cobrança será suspensa no mês subsequente à primeira liberação de recursos.

PARÁGRAFO QUARTO. Diante da ausência de primeira liberação de recursos no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, o Contrato será rescindido. Antes do referido prazo, o contrato poderá ser extinto via resilição, por acordo mútuo entre FOMENTO PARANÁ e MUNICÍPIO. Nos dois casos, sem prejuízo do pagamento dos encargos previstos neste Contrato até a data da efetiva extinção.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS FINANCEIROS

Sobre o valor do financiamento incidirão encargos financeiros, adotando-se o Sistema de Amortização Constante (SAC).

PARÁGRAFO ÚNICO. Os juros são devidos à taxa efetiva de 4 % ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados sobre o saldo devedor atualizado pela variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de

Liquidação e de Custódia (Taxas Selic), divulgadas pelo Banco Central do Brasil, calculadas de acordo com a sistemática a seguir:

I. o saldo devedor do MUNICÍPIO, aí incluídos o principal, juros compensatórios, e outras despesas, será capitalizado pela Taxa Selic diária.

a) para efeito da capitalização acima referida, as taxas Selic, fator diário, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, serão as que refletem à variação acumulada do mês que antecede o mês de vencimento das parcelas. O valor da atualização monetária será cobrado junto às parcelas nos períodos de carência e amortização. Em caso de liquidação antecipada do contrato será aplicada a correção pró-rata-die da Selic divulgada pelo BACEN, defasada em 2 (dois) dias úteis em relação às datas em que ocorrer a capitalização do saldo devedor;

b) montante apurado será incorporado diariamente ao principal da dívida e exigível juntamente com as parcelas de carência, de amortização do principal e no vencimento ou liquidação do contrato.

II. os juros incidirão sobre o saldo devedor capitalizado na data-base de cálculo ou na data de vencimento ou liquidação do contrato, considerando, para cálculo diário de juros, o número de dias úteis decorridos entre a data de cada evento financeiro e as respectivas datas-base; o montante apurado será exigível sempre no vencimento, observada a periodicidade mensal durante o período de carência e juntamente com a parcela de amortização do principal capitalizado, conforme estabelecido no inciso I, e no vencimento ou liquidação do contrato.

III. no caso de indisponibilidade temporária da Taxa Selic quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista no contrato, será utilizada a última Taxa Selic conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras tanto pelo credor quanto pelo devedor, quando da divulgação posterior da Taxa Selic.

a) na hipótese de indisponibilidade da Taxa SELIC por mais de 60 (sessenta) dias, ou de extinção da Taxa Selic, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, ou alteração dos critérios de sua aplicação, a FOMENTO PARANÁ escolherá um índice substituto que melhor preserve o valor real da operação e a remunere nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, a FOMENTO PARANÁ comunicará a alteração por escrito, ao MUNICÍPIO.

IV. os juros serão calculados "pro-rata-die" sobre as parcelas liberadas, sempre por ocasião do primeiro cálculo de juros a incidir sobre as mesmas.

V. os juros serão contados a partir da data em que cada parcela do Financiamento for repassada pela FOMENTO PARANÁ.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O MUNICÍPIO se obriga a efetuar o pagamento do financiamento objeto deste Contrato, incluindo o principal e os encargos financeiros convencionados, observando-se o prazo estabelecido e em conformidade com as datas dos respectivos vencimentos das prestações, nos termos deste Contrato e do sistema de amortização estabelecido.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O prazo total do Contrato é de 96 (noventa e seis) meses, contados a partir do dia 15 (quinze) do mês no qual foi assinado.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O período de carência é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura deste Contrato. Durante o período de carência e após a primeira liberação, o MUNICÍPIO pagará à FOMENTO PARANÁ, mensalmente, os juros remuneratórios pactuados neste Contrato, calculados sobre o saldo devedor.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Após o período de carência, o principal da dívida decorrente deste Contrato será pago na forma do Sistema de Amortização Constante (SAC), vencendo-se a primeira prestação no mês subsequente ao término do prazo de carência, e as demais prestações no dia 15 (quinze) de cada mês. Fica estabelecido o dia 3 (três) de cada mês para realização dos cálculos relativos aos juros, amortizações e demais encargos contratuais.

PARÁGRAFO QUARTO. As prestações referentes a juros e amortizações serão debitadas na conta corrente informada pelo MUNICÍPIO.

PARÁGRAFO QUINTO. Na hipótese de, na data de vencimento de qualquer prestação, do principal e/ou encargos, não existir saldo suficiente na conta corrente do MUNICÍPIO para o pagamento do montante exigível, a FOMENTO PARANÁ fica autorizada a realizar o débito na conta garantia informada pelo MUNICÍPIO. Diante da impossibilidade da cobrança nesses termos, o pagamento poderá ser realizado via boleto ou depósito em conta da FOMENTO PARANÁ, aplicando-se os encargos de inadimplemento previstos neste Contrato sobre os valores vencidos.

PARÁGRAFO SEXTO. O vencimento de qualquer prestação do principal e/ou encargos, inclusive durante o período de carência, que vier a ocorrer em sábado, domingo ou feriado nacional, será, para todos os fins e efeitos, prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

PARÁGRAFO SÉTIMO. A eventual admissão do pagamento parcial da dívida vencida não importará em novação, nem poderá ser invocada como causa suficiente para interromper ou ilidir a mora ou exigibilidade imediata da obrigação.

CLÁUSULA SEXTA – DO INADIMPLEMENTO

Na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação financeira deste Contrato, os débitos em atraso ficarão sujeitos, a partir da data do inadimplemento, sem prejuízo das demais sanções previstas, aos seguintes encargos:

- I. multa, de 2% (dois por cento), incidentes sobre o valor da dívida vencida e não paga;
- II. juros remuneratórios contratados para o período de adimplência da operação, previstos neste Contrato;
- III. juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o saldo devedor vencido, que serão calculados, dia a dia, até a data da efetiva liquidação do débito.

PARÁGRAFO ÚNICO. A mora do MUNICÍPIO caracterizar-se-á pelo simples descumprimento, na data de seu vencimento, de qualquer obrigação financeira deste Contrato, independentemente de qualquer notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

A FOMENTO PARANÁ poderá considerar vencidas antecipadamente, de pleno direito, todas as prestações ainda vincendas deste Contrato e exigir o total da dívida dele resultante, independentemente de qualquer notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- I. aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista neste Contrato;
- II. após a conclusão do(s) objeto(s) financiado(s), ele não ser utilizado para a destinação prevista;
- III. prestação de informações falsas ou decorrentes de simulação à FOMENTO PARANÁ ou ao PARANACIDADE para obtenção do financiamento objeto deste Contrato ou para liberação dos recursos dele decorrentes;
- IV. interrupção injustificada da execução do(s) objeto(s) financiado(s) sem a sua conclusão;
- V. prática de qualquer irregularidade julgada grave pela FOMENTO PARANÁ na execução do(s) objeto(s) financiado(s);
- VI. intervenção federal, estadual, ou qualquer outro ato ou procedimento que prejudique o cumprimento integral deste Contrato;
- VII. cessão ou transferência a terceiros dos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato;
- VIII. ocorrência de qualquer procedimento que afete a garantia constituída;
- IX. descumprimento de qualquer obrigação, financeira ou não financeira, prevista neste Contrato, a qual não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento de notificação encaminhada pela FOMENTO PARANÁ ao MUNICÍPIO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Na hipótese de vencimento antecipado, tornam-se exigíveis, de forma imediata, o principal, os encargos, e as demais obrigações previstas neste Contrato, além de pena convencional de 1% (um por cento) sobre o valor do financiamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Na ocorrência de aplicação de recursos em finalidade diversa da prevista, ou não comprovação da aplicação dos recursos, além de adotar as medidas previstas neste Contrato, a FOMENTO PARANÁ comunicará o fato aos órgãos competentes para as providências cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

O MUNICÍPIO outorga, em caráter irrevogável e irretratável, à FOMENTO PARANÁ, os direitos dos créditos decorrentes das receitas de transferências do(s) repasse(s) dos recursos referente à cota-parte do ICMS do MUNICÍPIO como garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste Contrato, em caso de inexistência de recursos que satisfaçam a totalidade dos valores devidos, correspondentes às obrigações principais e acessórias pactuadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O MUNICÍPIO nomeia e constitui a FOMENTO PARANÁ, conforme a Lei Municipal nº 1495/2024 de 13/05/2024, publicada em 14/05/2024, sua mandatária para, enquanto não liquidada a dívida, e no caso de inadimplemento de suas obrigações, receber diretamente do(s) Banco(s) Depositário(s) e/ou da(s) fonte(s) pagadora(s) das receitas vinculadas nos termos deste Contrato, no montante de recursos suficientes para o pagamento do principal da dívida e encargos decorrentes, podendo, para este fim, a FOMENTO PARANÁ praticar todos os atos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do mandato outorgado.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A FOMENTO PARANÁ fica autorizada a solicitar diretamente ao(s) Banco(s) Depositário(s) a retenção da garantia, indicando o valor devido. Caso as quantias sejam insuficientes para o atendimento dos compromissos assumidos neste Contrato, o MUNICÍPIO se obriga a prover recursos de outras fontes orçamentárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Caso haja qualquer alteração na conta garantia, o MUNICÍPIO informará à FOMENTO PARANÁ, por meio de Ofício, adotando as medidas necessárias junto ao Banco Depositário.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além das demais obrigações estabelecidas neste Contrato, o MUNICÍPIO se obriga a:

- I. arcar com toda e qualquer despesa necessária para a formalização deste Contrato, bem como para a sua publicação na imprensa oficial;
- II. cumprir toda a legislação aplicável ao financiamento, em especial a Lei Complementar Federal n.º 101/ 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e Resoluções do Senado Federal;
- III. aplicar os recursos, única e exclusivamente, para a finalidade prevista neste Contrato, concluindo seu(s) objeto(s), mesmo diante de eventuais alterações no contrato administrativo celebrado para a sua concretização;
- IV. não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, bem como a não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FOMENTO PARANÁ;
- V. fazer com que todos os bens e serviços financiados com recursos do presente Contrato sejam usados exclusivamente para a sua finalidade, operando e mantendo as instalações, máquinas e equipamentos em perfeitas condições de uso, providenciando a manutenção e os reparos necessários;
- VI. manter conta bancária vinculada, especialmente aberta em nome do MUNICÍPIO, para recebimento dos recursos liberados no âmbito deste Contrato, a qual deverá ser informada, por meio de Ofício, à FOMENTO PARANÁ, e mantida ativa durante toda a vigência deste Contrato;
- VII. autorizar a realização dos débitos automáticos oriundos da operação de crédito contratada em conta bancária, a qual deverá ser informada, por meio de Ofício, à FOMENTO PARANÁ;

- VIII. informar a FOMENTO PARANÁ ou ao PARANACIDADE, de acordo com as competências estabelecidas no âmbito do SFM, imediatamente, sobre todos os atos praticados e que tenham relação direta com este Contrato, que possam prejudicar ou impossibilitar o seu fiel cumprimento, inclusive, sobre a paralisação, mesmo que temporária, da execução do(s) objeto(s) financiado(s);
- IX. pagar com os recursos recebidos da FOMENTO PARANÁ, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a empresa contratada para execução do(s) objeto(s) financiado(s);
- X. manter arquivados os documentos comprobatórios das despesas efetuadas para execução do(s) objeto(s) financiado(s);
- XI. prestar todas as informações solicitadas pela FOMENTO PARANÁ ou pelo PARANACIDADE, concedendo livre acesso às instalações, obras, livros, documentos e arquivos, permitindo, ainda, a supervisão, por si ou por peritos nomeados, do(s) objeto(s) financiado(s), apresentando todos os elementos que se fizerem necessários para a verificação da execução físico-financeira;
- XII. reembolsar a FOMENTO PARANÁ das despesas que for obrigada a fazer para se informar sobre a situação do(s) objeto(s) financiado(s), quando as informações não forem prestadas devidamente e no prazo estipulado;
- XIII. mencionar de forma adequada, sempre que fizer publicidade do(s) objeto(s) financiado(s), a colaboração da FOMENTO PARANÁ e do PARANACIDADE;
- XIV. suprir, com recursos próprios, as necessidades adicionais para cobertura de eventuais insuficiências no orçamento global do(s) objeto(s) financiado(s), quando for o caso, bem como assumir outros custos necessários para a conclusão do(s) objeto(s) financiado(s) e que não foram contemplados no projeto técnico aprovado pelo PARANACIDADE, inclusive, as desapropriações e outros de natureza fundiária;
- XV. executar o projeto técnico aprovado pelo PARANACIDADE atendendo às especificações nele constantes, com a devida diligência e eficiência, adotando as práticas financeiras, administrativas, técnicas, de engenharia, de utilidade pública e ambientais;
- XVI. providenciar a colocação de placa alusiva à colaboração financeira obtida, conforme modelos e exigências das normas que regulamentam o SFM, ficando estabelecido que o custo de confecção, transporte e colocação são de responsabilidade do MUNICÍPIO;
- XVII. pautar sua atuação na legalidade, ética, transparência e profissionalismo, em conformidade com todas as normas aplicáveis, inclusive as anticorrupção;
- XVIII. observar a legislação aplicável e prezar pela regularidade dos procedimentos de contratação e execução contratual, conforme o caso, dos bens, das obras e dos serviços de qualquer natureza, objeto deste financiamento, não cabendo à FOMENTO PARANÁ qualquer responsabilidade por esses procedimentos, sob qualquer pretexto, ainda que tenha liberado recursos nos termos deste Contrato;
- XIX. ressarcir e ou indenizar a FOMENTO PARANÁ e/ou seus empregados por qualquer prejuízo, financeiro ou à imagem, bem como por qualquer quantia compelida a pagar em virtude de qualquer decisão, judicial, administrativa ou arbitral, a qual se entenda estar relacionada aos procedimentos de responsabilidade do MUNICÍPIO relativos à finalidade deste Contrato, inclusive os licitatórios e de fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICAS

Além das demais obrigações estabelecidas neste Contrato, o MUNICÍPIO se obriga a:

- I. observar a legislação ambiental aplicável, mantendo-se em dia com as suas obrigações;
- II. observar a legislação social e trabalhista, especialmente as normas relativas à saúde e segurança ocupacional e à proibição de trabalho análogo ao escravo ou infantil;
- III. combater e repudiar toda a prática de atos que importem em qualquer tipo de discriminação ou violação de direitos;

- IV. monitorar seus fornecedores diretos e relevantes no que diz respeito a impactos ambientais, respeito às legislações social e trabalhista, normas de saúde e segurança ocupacional, bem como a inexistência de trabalho análogo ao escravo ou infantil;
- V. adotar medidas adequadas para evitar e corrigir imediatamente danos ambientais decorrentes do(s) objeto(s) financiado(s), se for o caso, e, na hipótese de sua ocorrência ou de autuação administrativa por parte de autoridade ambiental, comunicar os fatos ao PARANACIDADE e à FOMENTO PARANÁ;
- VI. apresentar ao PARANACIDADE o licenciamento ambiental cabível ao(s) objeto(s) financiado(s) ou a comprovação de sua dispensa, se for o caso, e cumprir as respectivas condicionantes, nos termos das normas referentes à Política Nacional, Estadual e Municipal de Meio Ambiente;
- VII. realizar suas atividades com foco na proteção ao meio ambiente, incluindo a prevenção da poluição, a mitigação de impactos ambientais e a otimização do uso de recursos naturais, incluindo água e energia;
- VIII. atuar objetivando o atendimento ao desenvolvimento sustentável, a redução das emissões de gases do efeito estufa, a redução de impactos que possam ser associados às mudanças climáticas e, ainda, monitorar os seus fornecedores para o atendimento dessas premissas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DECLARAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município declara estar ciente de que:

- I. deverão ser observadas as limitações impostas pela Lei Federal n.º 9.504/1997 (Lei das Eleições) para a liberação dos recursos previstos neste Contrato;
- II. o não cumprimento de obrigações financeiras deste Contrato autoriza a FOMENTO PARANÁ a inscrevê-lo no CADIN-PR;
- III. é o único responsável pela legalidade dos procedimentos administrativos que serão necessários para o integral cumprimento do(s) objeto(s) financiado(s), em especial pelos processos licitatórios, pelas contratações administrativas e suas alterações ou rescisões, e pela fiscalização da execução contratual, estando a FOMENTO PARANÁ isenta de toda e qualquer responsabilidade em relação a esses procedimentos;
- IV. devem ser cumpridas todas as normas que regulamentam o SFM, atentando para as competências, no âmbito do sistema, da instituição financeira FOMENTO PARANÁ e do agente técnico operacional PARANACIDADE;
- V. poderão ser divulgadas informações, tais como, prazo de conclusão, valor total do projeto, valor financiado pela FOMENTO PARANÁ, localização e registros fotográficos, dentre outras informações relacionadas ao(s) objeto(s) financiado(s), garantindo a transparência, conforme exigências normativas;
- VI. serão fornecidas e consultadas informações tratadas pelo Banco Central do Brasil, em especial as relativas ao Sistema de Informações de Crédito (SCR), conforme Resoluções vigentes;
- VII. a FOMENTO PARANÁ trata dados pessoais para finalidades relacionadas ao desempenho das atividades financeiras, de concessão de crédito para o investimento dos recursos do SFM, conforme preceitos legais, e que a instituição possui Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, a qual se encontra publicada no seu site oficial, cujo conteúdo o MUNICÍPIO neste ato declara conhecer;
- VIII. a FOMENTO PARANÁ possui Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, a qual se encontra publicada no seu site oficial, cujo conteúdo o MUNICÍPIO neste ato declara conhecer.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Nos termos da legislação aplicável, a FOMENTO PARANÁ poderá ceder e transferir com todos os direitos e garantias emergentes deste Contrato, sub-rogando-se ao cessionário, em todos os direitos, interesses, prerrogativas asseguradas pela cessão e transferência, ficando desde já autorizado pelo MUNICÍPIO. Os recursos decorrentes de eventuais transações, obrigatoriamente, retornarão ao SFM.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A eventual tolerância da FOMENTO PARANÁ quanto aos direitos instituídos por este Contrato, inclusive sobre a cobrança ou, eventual, não cobrança de multas, taxas ou outras tarifas, não importará alteração, novação ou renúncia dos referidos direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo pela FOMENTO PARANÁ.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Na hipótese de cobrança judicial da dívida decorrente deste Contrato, o MUNICÍPIO ficará sujeito, ainda, à multa de 10% (dez por cento) sobre o principal e encargos da dívida, além de despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Este Contrato somente poderá ser alterado mediante termo aditivo, após a devida análise e manifestação técnica do PARANACIDADE e aprovação pela FOMENTO PARANÁ.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Fica eleito como competente para dirimir eventuais questões surgidas deste Contrato, o Foro Central da Comarca de Curitiba, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, ressalvado o direito da FOMENTO PARANÁ de demandar no Foro do domicílio do MUNICÍPIO.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, as partes firmam, com as testemunhas abaixo, o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Local de pagamento

Curitiba, 4 de julho de 2024.

AGENTE FINANCEIRO: Agência de Fomento do Paraná S/A - FOMENTO PARANÁ

HERALDO ALVES DAS NEVES:71343237904
Assinado de forma digital por HERALDO ALVES DAS NEVES:71343237904
Dados: 2024.07.05 09:31:47 -03'00'

Heraldo Alves das Neves
FOMENTO PARANÁ

MOUNIR
CHAOWICHE:39446310997
Assinado de forma digital por MOUNIR CHAOWICHE:39446310997
Dados: 2024.07.05 09:20:17 -03'00'

Mounir Chaowiche
FOMENTO PARANÁ

BENEFICIÁRIO: Município de IVAÍ



TESTEMUNHAS:

HELEM CRISTINA DE ORNELAS:05324921963
Assinado de forma digital por HELEM CRISTINA DE ORNELAS:05324921963
Dados: 2024.07.05 09:11:16 -03'00'

PAULA LUCIANA RODRIGUES:77521200900
Assinado de forma digital por PAULA LUCIANA RODRIGUES:77521200900

PLANO DE TRABALHO
E-PROTOCOLO 22.238.766-3

1. DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade proponente (Tomador)	C.N.P.J/M.F		
IVAI	76.175.918/0001-33		
Nome do Prefeito			
ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO			
Endereço	U.F.	CEP	Telefone
RUA RUI BARBOSA, 632 - CX. POSTAL 101	PR	84460-000	42-3247-1222

2. CONCEDENTE

Nome		C.N.P.J/M.F	
Secretaria de Estado das Cidades		76.416.908/0001-42	
Endereço	E-mail		
Rua Eurípides Garcez do Nascimento, 1195 - 2º andar, Ahú	secid@secid.pr.gov.br		
Cidade	U.F.	CEP	Telefone
CURITIBA	PR	80540-280	(41) 3250-7244

OUTROS PARTICÍPEIS

Nome		C.N.P.J/M.F	
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE		01.450.804/0001-55	
Endereço	E-mail		
Rua Eurípides Garcez do Nascimento, 1195 - 3º andar, Ahú	paranacidade@paranacidade.org.br		
Cidade	U.F.	CEP	Telefone
CURITIBA	PR	80540-280	(41) 3350-3300

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto	Período de Execução
INFRAESTRUTURA / PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	04/11/2024 - 09/01/2026
Descrição do Projeto	
PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	
Quantidade	
25085 M2	
Justificativa da Proposição	
Pavimentação de vias urbanas em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 25.435,59 m², compreendendo: serviços preliminares; terraplenagem; drenagem; base e sub-base; revestimento; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; iluminação pública; e ensaios de controle tecnológico. Ira beneficiar aproximadamente 2 mil pessoas, sendo pavimentado ruas da sede municipal e dos distritos urbanos de Bom Jardim do Sul e de Palmital, levando o município a quase 100% de vias urbanas pavimentadas. Também trará mais conforto e comodidade para a população, os veículos poderão transitar ali com maior rapidez e segurança, além da valorização da área, melhorando assim a segurança dos usuários e a qualidade de vida da população.	

024

6. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE DESEMBOLSO

Parcela	Meta	Mês/Ano	Repasso Concedente em R\$1,00	Contrapartida Proponente R\$1,00
1	Execução de até 3,95%	01/2025	R\$ 202.987,12	R\$ 38.827,50
2	Execução de até 11,20%	02/2025	R\$ 373.015,99	R\$ 71.349,55
3	Execução de até 26,17%	03/2025	R\$ 770.239,88	R\$ 147.329,53
4	Execução de até 50,14%	04/2025	R\$ 1.232.703,81	R\$ 235.788,47
5	Execução de até 58,52%	05/2025	R\$ 430.940,49	R\$ 82.429,20
6	Execução de até 64,82%	06/2025	R\$ 323.943,70	R\$ 61.964,71
7	Execução de até 68,85%	07/2025	R\$ 207.481,63	R\$ 39.686,56
8	Execução de até 77,95%	08/2025	R\$ 468.147,43	R\$ 89.546,72
9	Execução de até 80,65%	09/2025	R\$ 138.545,07	R\$ 26.500,56
10	Execução de até 87,26%	10/2025	R\$ 339.995,74	R\$ 65.033,52
11	Execução de até 93,73%	11/2025	R\$ 333.032,03	R\$ 63.701,52
12	Execução de até 100,00%	12/2025	R\$ 322.310,31	R\$ 61.650,80
Subtotal				R\$ 6.127.151,84

O Cronograma de Desembolso deste Plano de Trabalho é estimativo.

O valor dos repasses é decorrente da efetiva execução do objeto, de acordo com sucessivas medições, no caso de obra, ou com o recebimento de bens.

7. DECLARAÇÃO (PROPONENTE)

Na qualidade de representante do proponente DECLARO para fins de prova junto ao CONCEDENTE e sob todos efeitos e as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Federal, que impeçam a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Estado ou da União, na forma deste Plano de Trabalho.

O município compromete-se a arcar com a contrapartida necessária à execução do objeto.

Plano de trabalho em acordo com o orçamento pré-aprovado.

Análise por: Osmar Jose Ribeiro

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO - Prefeito Municipal de IVAÍ

Aprovado por: VALDOMIRO HRYSAY - Diretor Geral da SECID



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

DECLARAÇÃO DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE CONTRAPARTIDA

Declaro, sob as penas da Lei, e em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, que o Município de Ivaí dispõe de recursos orçamentários, no valor de R\$ 983.808,64 (novecentos e oitenta e três mil, oitocentos e oito reais e sessenta e quatro centavos), para participação, a título de contrapartida, no convênio que tem por objeto Pavimentação asfáltica cuja solicitação consta do protocolo nº 22.238.766-3

Os recursos estão dispostos na rubrica orçamentária 10.001.15.451.1501.1059, natureza da despesa 4.4.90.51.00.00, fonte 000 da Lei Orçamentária nº 1478/2023 para 2024.

Assinado digitalmente por,

ASSINADO DIGITALMENTE
ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
CPF 71521054891 DATA 02/07/2024
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://www.pr.gov.br/assinatura-digital> 
ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

026



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacoes@ivaí.pr.gov.br

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOBRE A PESQUISA DE PREÇOS

Eu, Willian Sauter de Cristo, brasileiro, engenheiro civil, lotado na Secretaria de Habitação, na função de Secretário de Habitação, residente e domiciliado nesta cidade, DECLARO que o preço previsto na licitação, estão de acordo com os valores praticados no mercado com empresas do ramo atinente ao objeto do contrato.

As pesquisas de preços foram realizadas por meio das referências da SINAPI, DER, DAER e ORSE, do mês de setembro do ano de 2023, sendo a referência mais atualizada. Portanto o valor resultante da planilha que será licitada está com base nas referências citadas á cima. Conforme ART orçamentária em anexo, ART nº 1720242961855.

Certifico como verdadeiras as informações contidas na pesquisa de preços realizada, responsabilizando-me por sua veracidade.

Ivaí (PR), 08 de Outubro de 2024.

Nome do Servidor: Willian Sauter de Cristo

Cargo do servidor: Secretário de Habitação

Secretaria de Lotação: Habitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br e-mail: licitacao@ivaí.pr.gov.br

DECLARAÇÃO DE PLANILHA ATUALIZADA

Eu, Willian Sauter de Cristo, brasileiro, engenheiro civil, lotado na Secretaria de Habitação, na função de Secretário de Habitação, residente e domiciliado nesta cidade, DECLARO que a planilha utilizada é a mais recente possível.

Ivaí (PR), 08 de outubro de 2024.

Nome do Servidor: Willian Sauter de Cristo

Cargo do servidor: Secretário de Habitação

Secretaria de Lotação: Habitação



Município de Ivaí - 2024
Saldo das contas de despesa
Calculado em: 09/08/2024

Equiplano

Página:1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F, PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
10 SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV. URBANOS					0,00	5.143.343,20	0,00	5.143.343,20
001 DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					0,00	5.143.343,20	0,00	5.143.343,20
15.451.1501.1059 Pavimentação e Recapeamento de Vias Urbanas					0,00	5.143.343,20	0,00	5.143.343,20
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES								
02825	E	00847	100509/99/01/01	TRANSF GOV PARANA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	0,00	5.143.343,20	0,00	5.143.343,20
Total Geral					0,00	5.143.343,20	0,00	5.143.343,20

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 09/08/2024

Contas de despesa: 2825

028



Equiplano

Município de Ivaí - 2024
Saldo das contas de despesa
Calculado em: 07/08/2024

CONTRA PARTIDA
ASFAITO NOVO

Página:1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)		Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
10 SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERV. URBANOS		3.000.000,00	2.789.000,00	1.684.552,55	1.104.447,45
001 DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		3.000.000,00	2.789.000,00	1.684.552,55	1.104.447,45
15.451.1501.1059 Pavimentação e Recapeamento de Vias Urbanas		3.000.000,00	2.789.000,00	1.684.552,55	1.104.447,45
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES					
02820	E 00000 000001/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)	3.000.000,00	2.789.000,00	1.684.552,55	1.104.447,45
Total Geral		3.000.000,00	2.789.000,00	1.684.552,55	1.104.447,45

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 07/08/2024

Contas de despesa: 2820



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE

- Secretaria Municipal de Habitação;
- Responsável Willian Sauter de Cristo;

2. CONCEITUAÇÃO DO OBJETO

2.1. Objeto a ser contratado

Contratação de empresa para prestação de serviço de pavimentação asfáltica em CBUQ em vias urbanas no Município de Ivaí.

2.2. Natureza do objeto

Execução de obra.

2.3. Fundamento da contratação

O presente documento está baseado em Estudo Técnico Preliminar anexo a este Termo de Referência.

2.4. Justificativa da contratação

Conforme disposto pelo artigo 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, é necessária a realização de licitação para a realização de obras e melhorias na construção civil.

Desta forma, para a realização do devido processo, é necessário a realização de licitação por concorrência eletrônica.

Para a realização da contratação faz-se necessário o cumprimento de alguns requisitos, os quais garantem a qualidade do serviço. Requer-se a apresentação de toda a documentação que será solicitada, bem como os prazos e fornecimento que comprovem a capacitação para o determinado serviço.

Das obrigações da contratada, caso seja detectado alguma falha na execução do serviço contratado, o contratado deverá realizar os reparos necessários assim que notificado



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

pelo departamento de engenharia. Demais obrigações em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e legislações pertinentes.

Esclarece que os requisitos impostos procuram assegurar a contratação de uma empresa qualificada e que atenda às exigências técnica e legais.

As qualificações exigidas como habilitação são pertinentes ao objeto, comumente utilizadas pelo Paraná, em consonância com as exigências previstas na lei nº 14133/2021. Nesta oportunidade utilizou-se a minuta padronizada pelo agente financiador (PARANACIDADE).

2.5. Requisitos da contratação

A contratação da execução de pavimentação asfáltica em CBUQ deve garantir, no mínimo:

A execução do serviço conforme determinado nos projetos técnicos e normas técnicas;
A contratada deve possuir equipamentos e mão de obra necessárias para correta execução dos serviços;

Os resultados dos ensaios técnicos devem ser satisfatórios, que garante a qualidade e durabilidade da obra.

2.6. Análise dos riscos da contratação

Ao realizar uma licitação para a contratação de uma empresa para prestação de serviço de pavimentação asfáltica em CBUQ em vias urbanas no Município de Ivaí, é importante considerar os seguintes riscos:

1. Qualidade da empresa vencedora: Existe o risco de a empresa vencedora da licitação não possuir a experiência necessária, os recursos adequados ou a capacidade técnica para realizar o recapeamento asfáltico com qualidade. É essencial realizar uma análise criteriosa das propostas e considerar a reputação e o histórico da empresa antes de tomar uma decisão.

2. Preços inadequados: Pode haver risco de as empresas licitantes apresentarem preços muito baixos, o que pode indicar a falta de compreensão do escopo do trabalho ou a intenção de usar materiais de baixa qualidade. Isso pode resultar em problemas futuros, como a necessidade de retrabalho ou a durabilidade reduzida do asfalto. É importante avaliar cuidadosamente as propostas de preço e considerar a relação custo-benefício.

3. Atrasos na execução: A empresa contratada pode enfrentar problemas que levem a atrasos na execução do recapeamento asfáltico. Isso pode ocorrer devido a questões internas da empresa, condições climáticas desfavoráveis ou imprevistos no local de trabalho. É importante definir prazos realistas e estabelecer penalidades por atrasos no contrato para mitigar esse risco.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

4. Conformidade com as normas e regulamentos: Existe o risco de a empresa vencedora da licitação não cumprir as normas técnicas, ambientais e regulamentações aplicáveis ao recapeamento asfáltico. Isso pode resultar em problemas legais, multas ou a necessidade de retrabalho. É importante incluir cláusulas contratuais que garantam a conformidade com as normas e regulamentos exigidos.

5. Problemas de comunicação: A falta de comunicação clara entre a empresa contratante e a empresa vencedora da licitação pode levar a mal-entendidos, erros na execução do trabalho ou atrasos na resolução de problemas. É fundamental estabelecer canais de comunicação eficientes e manter uma comunicação aberta durante todo o projeto. Para mitigar esses riscos, é essencial realizar um processo de licitação transparente e criterioso, estabelecendo critérios claros de avaliação das propostas técnicas e financeiras. Além disso, é recomendável realizar uma análise prévia das empresas licitantes, verificar suas referências e avaliar projetos anteriores. A elaboração de um contrato abrangente, que estabeleça claramente as responsabilidades e as garantias da empresa contratada, também é fundamental para reduzir os riscos envolvidos na contratação da pavimentação asfáltica em CBUQ.

2.7. O objeto possui critérios de inovação e/ou desenvolvimento nacional sustentável? Quais os critérios de inovação e/ou desenvolvimento?

Não se aplica.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Especificação e quantidades da solução:

Contratação de empresa para prestação de serviço de pavimentação asfáltica em CBUQ em vias urbanas no Município de Ivaí.

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR
Pavimentação asfáltica em CBUQ em vias urbanas, nas seguintes ruas: • Linha Gonçalves Junior - trecho 1, entre a rua Henrique Florêncio Ribeiro e o fim do trecho (a 300m) • Linha Gonçalves Junior - trecho 2, entre a rua Pedro Komety e a rua Projetada A	25.085,16 m ²	R\$ 6.127.151,84



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

- | | | |
|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Rua Prefeito Arpad Malanowski, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua• Rua Prefeito Edoardo Graniska, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua.• Rua Timoteo Korelo, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler.• Rua João Karpinski, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler.• Rua Humberto Blum, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler.• Rua Vicente Valentin (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 163m).• Rua José Manosso (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 268m).• Rua Cuba (Distrito de Palmital), entre a rua Polônia e o fim da rua.• Rua Projetada E (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada F e o fim da rua.• Rua Projetada F (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e a rua Projetada C.• Rua Projetada G (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e o fim da rua 2.• Travessa França (Distrito de Palmital), entre a rua França e o fim da rua.• Rua Argentina - trecho 1 (Distrito de Palmital), entre a rua Peru e a rua Japão. | | |
|--|--|--|



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

<ul style="list-style-type: none">• Rua Argentina - trecho 2 (Distrito de Palmital), entre a rua Japão e a rua Antonio Raimundo Cominesi.• Travessa Argentina (Distrito de Palmital).		
--	--	--

3.2. Prazo para início da execução do objeto

O início da execução do objeto, sem prejuízo do estabelecido no item anterior, deverá ocorrer em, no máximo 21 (vinte e um) dias da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, respeitadas as disposições contidas no art. 111 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.3. Prazo de entrega ou de execução do objeto

360 dias a contar da assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço.

3.4. Local de entrega ou execução

A execução do objeto será executada em vias diversas, Sede e distritos de Palmital e Bom Jardim do Sul, no Município de Ivaí, nas seguintes ruas:

- Linha Gonçalves Junior - trecho 1, entre a rua Henrique Florêncio Ribeiro e o fim do trecho (a 300m)
- Linha Gonçalves Junior - trecho 2, entre a rua Pedro Komety e a rua Projetada A
- Rua Prefeito Arpad Malanowski, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua
- Rua Prefeito Edoardo Graniska, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua.
- Rua Timoteo Korelo, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler.
- Rua João Karpinski, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler.
- Rua Humberto Blum, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

- Rua Vicente Valentin (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 163m).
- Rua José Manosso (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 268m).
- Rua Cuba (Distrito de Palmital), entre a rua Polônia e o fim da rua.
- Rua Projetada E (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada F e o fim da rua.
- Rua Projetada F (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e a rua Projetada C.
- Rua Projetada G (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e o fim da rua 2.
- Travessa França (Distrito de Palmital), entre a rua França e o fim da rua.
- Rua Argentina - trecho 1 (Distrito de Palmital), entre a rua Peru e a rua Japão.
- Rua Argentina - trecho 2 (Distrito de Palmital), entre a rua Japão e a rua Antonio Raimundo Cominesi.
- Travessa Argentina (Distrito de Palmital).

3.5. Exigências a serem feitas após a entrega/execução?

3.5.1. Garantia exigida do objeto e prazo:

A empresa vencedora do certame licitatório terá que dar garantia durante 5 anos, caso haja algum defeito, a mesma será responsável pela manutenção.

3.5.2. Condições de assistência técnica:

Não se aplica.

3.5.3. Exige respeito às normas específicas de descarte? Quais são as normas específicas de descarte?

Não se aplica.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Resultados pretendidos a contratação:

Os resultados pretendidos com a contratação de empresa para a prestação de serviço de pavimentação asfáltica em CBUQ em vias urbanas no Município de Ivaí.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

São as melhorias em vias urbanas com a pavimentação asfáltica, as quais atualmente apresentam-se com o leito natural ou cascalho, gerando mais manutenções nas vias e dificuldade de locomoção.

4.2. Forma de execução do contrato

Prestação de serviço imediato.

4.3. Prazo de vigência do contrato e limite para a renovação (quando houver)

A CONTRATADA obriga-se a entregar ao CONTRATANTE o objeto deste Contrato, inteiramente concluído, em condições de aceitação e de utilização, em até 360 (trezentos e sessenta) dias contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. Requisitos anteriores à execução

O Contratado deve apresentar a ART do engenheiro responsável pela execução da obra, assim que emitido a ordem de serviço, não podendo iniciar a execução das obras sem apresentar a ART.

5.1.1. Garantia financeira do contrato:

A garantia de execução será equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, incluído, no que couber, o reajustamento de preços, podendo ser prestada conforme as modalidades previstas nos artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

A proponente vencedora deverá, quando da assinatura do termo de contrato de empreitada, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar comprovação da formalização da garantia de execução e da garantia adicional, se houver.

Como condição para assinatura do contrato, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

No caso de o contratado optar pela modalidade seguro-garantia, deverá apresentá-lo no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

Se ocorrer majoração do valor contratual, o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual majorado. No caso de redução do valor contratual, poderá a contratada ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar. Se ocorrer a prorrogação dos prazos contratuais deverá ser providenciada a renovação da garantia contemplando o novo período.

A devolução da garantia de execução e da garantia adicional, quando for o caso, ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante a apresentação de:

- a) aceitação pelo CONTRATANTE do objeto contratado e o termo de recebimento definitivo;
- b) certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído;
- c) comprovantes, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e/ou energia elétrica.

Nos casos previstos de Extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia de execução e a garantia adicional, se houver, não serão devolvidas, sendo, então, apropriadas pelo CONTRATANTE a título de indenização/multa.

5.2. Metodologia de acompanhamento da execução do contrato e principais pontos de controle

No acompanhamento da execução do contrato, o fiscal realizará visitas ao canteiro de obras, realizando registros fotográficos a cada visita, podendo valer-se, sempre que necessário, da utilização de drones, comparando o que foi efetivamente executado com o previsto no cronograma de execução. Tais visitas, poderão ou não, ser precedidas de aviso prévio.

5.3. Obrigações específicas do contratado

- a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços na forma aqui pactuado e nos termos da legislação vigente;
- b) designar por escrito, no ato do início dos serviços, preposto que tenha poder para representar a CONTRATADA a fim de dirimir as questões técnico/operacionais, durante a execução deste contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

- c) a empresa vencedora deverá iniciar as obras simultaneamente conforme o cronograma físico financeiro;
- d) utilizar para prestação dos serviços, profissionais com experiência comprovada neste ramo de atividade, não lhe sendo permitido delegar os trabalhos, ainda que parcialmente, sem anuência prévia do CONTRATANTE;
- e) prestar os serviços, objeto deste contrato, dentro da melhor técnica, e sem qualquer vínculo, seja de ordem trabalhista, tributária, previdenciária ou social com o CONTRATANTE;
- f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE, seus funcionários ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, dolo ou má fé na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato do CONTRATANTE fiscalizar seu acompanhamento;
- g) a CONTRATADA será a única e integral responsável por todos os encargos de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, decorrentes da execução dos serviços, cabendo apresentar ao CONTRATANTE, sempre que solicitados, os correspondentes comprovantes desses pagamentos.
- h) a CONTRATADA deverá executar os serviços obedecendo estritamente aos termos do presente instrumento, sob pena de aplicação das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21;
- i) a CONTRATADA fica obrigada a requerer a exclusão do CONTRATANTE, de lide que venha a ser movida por qualquer funcionário seu sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial;
- j) a CONTRATADA deverá executar os serviços sob regime de empreitada global, incluída toda mão-de-obra, materiais, assim como fornecer os equipamentos de proteção individual e coletivo para seus funcionários;
- k) a CONTRATADA deverá comprovar mensalmente a regularidade relativa à Seguridade Social (CND) e ao FGTS, bem como a quitação das obrigações das contribuições sociais (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e Previdência Social) pertinentes aos seus empregados alocados ao serviço decorrente deste Contrato, como condições à percepção mensal do valor faturado;
- l) os funcionários da CONTRATADA deverão apresentar-se uniformizados e identificados por crachá;
- m) a CONTRATADA deverá cumprir todas as disposições legais sobre prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais, mantendo no local dos serviços as condições necessárias de segurança, disciplina e proteção dos trabalhadores,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

funcionários e bens do CONTRATANTE, de acordo com as Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08/06/78 – Lei Federal nº 6.514 de 22/12/77, devendo fornecer a todos os trabalhadores, equipamentos apropriados de Proteção Individual – EPI, bem como Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC, indicados a preservação da saúde e integridade física dos seus empregados. O EPI fornecido ao empregado deverá obrigatoriamente conter o número do Certificado de Aprovação – CA emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei Federal nº 6.514 de 22/12/77, Portaria nº 3.214 de 08/06/78, NRs 01 a 28 e em especial as NRs de nº 04, 05, 06, 07, 09, 10, 18, 23 e 24.

n) A CONTRATADA deverá manter, em todos os locais das obras, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de Segurança do Trabalho. Caberá à CONTRATADA solicitar ao CONTRATANTE a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidentes em obras e/ou bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

o) A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

p) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

q) na execução da obra ficará a cargo da Contratada:

- Mão de obra especializada;
- Materiais;
- Instalações provisórias;
- Máquinas e equipamentos;
- Transporte interno e externo;
- Segurança de todo o seu material, ferramentas e equipamentos.

r) caberá à contratada providenciar, junto ao CREA-PR, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.

s) após a conclusão da obra, a CONTRATADA deverá encaminhar os seguintes documentos ao CONTRATANTE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

- Certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído (em caso de obra civil a CND deverá conter a metragem da obra conforme projeto/área de reforma/área de acréscimo/área nova);
- Termo de Recebimento Provisório, emitido pelo Engenheiro Fiscal do Município;
- Comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica.

(As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.)

t) A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

u) Apresentar Diário de Obra referente ao mês da medição - sendo obrigatório o perfeito preenchimento pela CONTRATADA.

5.4. Obrigações específicas do Município:

Parágrafo Primeiro: Fornecer, tempestivamente, todas as condições necessárias ao bom desempenho do objeto ora contratado.

Parágrafo segundo: A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por profissional técnico do Município, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, que deverá:

- a) anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato;
- b) determinar o que for necessário para a regularização de faltas ou defeitos constatados;
- c) enviar correspondência à CONTRATADA, solicitando esclarecimentos quanto a faltas ou defeitos não sanados no prazo estabelecido;
- d) sugerir aplicação de sanções, caso os esclarecimentos da CONTRATADA não sejam satisfatórios, encaminhando o processo à autoridade superior em tempo hábil para a adoção das medidas legais;
- e) atuar objetivando o total cumprimento das normas, conforme contido no Item 5.3 deste instrumento, estando autorizado a interditar obras ou parte destas em caso do não cumprimento das exigências previstas em Lei. Essas paralisações, se houverem, não serão caracterizadas como justificativas por atraso nas obras.
- f) atestar notas fiscais ou faturas para efeito de pagamento, se estas estiverem corretas e de acordo com o pactuado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

Parágrafo Terceiro – Os supervisores de segurança do trabalho, membros da CIPA, monitores e fiscais de obras pertencentes ao quadro do CONTRATANTE, estão devidamente autorizados a interditar obras e suspender serviços, sempre que forem constatadas infrações à Segurança do Trabalho, inclusive quanto à obrigatoriedade no uso de Equipamento de Proteção Individual.

5.5. Requisitos posteriores à execução:

Não se aplica.

5.6. Infrações e penalidades do Contrato

Conforme edital de licitação e minuta do contrato.

5.7. Matriz de alocação de risco contratual

Conforme edital de licitação e minuta do contrato.

5.8. Regra da subcontratação:

5.8.1. Se vedada a subcontratação, pela presente justificativa:

Não se aplica.

5.8.2. Será permitida a subcontratação nos seguintes limites?

A Contratada não poderá subcontratar o presente Contrato, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

É vedada a subcontratação total do objeto licitado.

A subcontratação parcial do objeto, será permitida até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, respeitando o limite máximo constante no Edital de licitação, nas seguintes condições:

a) Autorização prévia por escrito do contratante, a quem incumbe aferir as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada, bem como, os requisitos de qualificação técnica;

b) Não poderão ser subcontratadas parcelas do objeto para as quais foi exigida, como requisito de habilitação técnico-operacional, a apresentação de atestados que comprovem execução de serviço com características semelhantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre o Município e a contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a contratante e a subcontratada, inclusive no que diz respeito aos pagamentos, que permanecem os mesmos.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Se a CONTRATADA ceder o presente Contrato a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassumir a execução da obra, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais, inclusive, extinção contratual.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Prazo de pagamento:

6.1.1. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, até 05 (cinco) dias úteis, após recepção do recurso financeiro pelo Município, desde que haja a apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, devidamente protocolados, cumpridas às cláusulas contratuais e obedecidas às condições para liberação das parcelas.

6.1.2. O faturamento deverá ser protocolado, em 01 (uma) via, no protocolo geral na sede do licitador e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) nota fiscal/fatura, com discriminação resumida dos serviços executados, número da licitação, número do contrato, discriminação dos impostos e encargos que serão retidos pelo Município e incidentes sobre o objeto contratado, e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e ser certificada pelo Responsável Técnico;

b) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GPS do(s) mês(es) de execução por obra(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP com as folhas detalhadas e resumidas da obra contratada, bem como comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do(s) último(s)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

recolhimento(s) devido(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo da obra contratada;

b.1) deverão ser apresentados os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS da obra contratada, devidos em todos os meses, contados entre a data de assinatura do contrato e o primeiro pagamento e entre um pagamento e outro, e não apenas o comprovante do último recolhimento realizado.

c) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

d) cópia da folha de pagamento dos empregados da obra contratada;

e) Planilha de Medição – Elaborada nos padrões do CONTRATANTE, de acordo com cronograma físico-financeiro, relativo à parcela faturada, de forma que as atividades e os valores faturados, correspondam às atividades e aos respectivos índices percentuais discriminados e informados pela Fiscalização da obra, que acompanha o processo da nota fiscal/ fatura;

6.1.2.1. A liberação da primeira parcela fica condicionada à apresentação de:

a) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART pela contratada;

b) comprovação de abertura da matrícula CEI/CNO junto à Receita Federal, com os dados conforme contrato;

c) da quitação junto ao FGTS/CEF, por meio do CRS.

6.1.2.2. A liberação da última parcela fica condicionada à apresentação de:

a) comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

b) Termo de Recebimento Provisório;

c) Certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído (em caso de obra civil a CND deverá conter a metragem da obra conforme projeto/área de reforma/área de acréscimo/área nova);

d) quando necessário, do AS BUILT da obra.

6.1.2.3. A última parcela, e respectivo pagamento, deverá corresponder, no mínimo, à 10% (dez por cento) do valor total do contrato, para tanto a penúltima medição deverá ser realizada de maneira a reservar o percentual mínimo para a última medição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

6.1.3. O faturamento deverá ser efetuado em nome do Município de – CNPJ n.º

6.1.3.1. No prazo de 30 (trinta) dias após a recepção do recurso pelo MUNICÍPIO, caso não ocorra o pagamento ao CONTRATADO, incidirá sobre o valor faturado, atualização monetária, conforme índice estipulado no presente contrato, proporcional aos dias em atraso.

6.1.3.1.1. Caso a liberação do pagamento não ocorra em até 15 (quinze) dias após a recepção do recurso pelo CONTRATANTE, este incorrerá em multa, no montante de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao mês do valor da fatura, limitado a 90 (noventa) dias.

6.1.4 A comprovada infringência de disposição de contrato implicará retenção de pagamentos, até final solução, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

6.1.5. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO que tenha sido multado, antes de paga ou relevada a multa. Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de descontar das faturas ou da garantia quaisquer débitos do CONTRATADO.

6.1.6. No mês em que ocorrer entrega de produtos ou subprodutos de madeira, sob pena de não serem medidos e pagos os serviços realizados, e sem prejuízo das penalidades previstas no contrato, deverão ser entregues os seguintes documentos:

6.1.6.1) original(is) ou cópia(s) autêntica(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) de aquisição dos referidos materiais;

6.1.6.2) declaração de fornecimento de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal em anexo;

6.1.6.3) original da primeira via da ATPF – Autorização de Transporte de Produtos Florestais, expedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

6.1.6.4) comprovante do Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, do fornecedor de produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa

6.2. Critério de reajuste e repactuação:

6.2.1. Índice de reajuste ou repactuação dos insumos:

Os preços contratuais do objeto licitado poderão ser reajustados, em Reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e com a Lei Federal nº 10.192, de 2001.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

O reajustamento dos preços será concedido, quando e se for o caso, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento prevista em , até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;

Na hipótese em que, antes da data da concessão do reajustamento, já houver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, a revisão será considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

Ocorrendo atraso na execução dos serviços atribuíveis ao contratado, não será concedido o reajustamento de preços, salvo o correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes ao atraso;

Se o CONTRATADO antecipar o cronograma de execução, o reajustamento será aplicado com índice correspondente somente pelo período de execução efetiva do objeto contratado, conforme previstos na planilha de medição;

A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste Contrato pode ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo, conforme disposto no art. 136, I, da Lei Federal no 14.133/2021;

Em nenhuma hipótese será concedido o reajuste de preços sobre itens já executados pelo Contratado;

Os preços contratuais serão reajustados para mais ou para menos, de acordo com a variação dos índices indicados, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano, contados da data do orçamento;

Para o reajustamento será utilizado o “Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna – INCC-DI”, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, devendo ser aplicada a fórmula a seguir:

$$SR = S (I12/I0)$$

$$R = SR - S$$

I12 = índice INCC-DI/FGV do 12º mês do orçamento

I0 = índice INCC-DI/FGV do mês do orçamento

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês do orçamento³¹

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

a) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

b) Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

6.3. Haverá Remuneração Variável?

☐ Sim ☒ Não

6.3.1. Como funcionará a remuneração variável?

Não se aplica.

6.4. Justificativa para a utilização ou não da Remuneração Variável?

Não se aplica.

6.5. Critério e prazo para recebimento provisório

Conforme minuta do edital e do contrato.

6.6. Critério e prazo para recebimento definitivo

Conforme minuta do edital e do contrato.

7. EDITAL DE SELEÇÃO

7.1. Modalidade de licitação

Concorrência Eletrônica, pois trata-se de obras e serviços de engenharia.

7.1.1. Local do certame:

Definido pelo setor de licitação.

7.2. Critério de julgamento

Menor preço



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

7.2.1. A contratação será global, por lotes de itens, ou por itens

☒ Global ☐ Lotes de itens ☐ Por itens

7.3. Modo de disputa

Aberto

7.4. Benefícios para Micro e Pequenas Empresas - MPE

Comprovação Tardia e Empate Ficto para Obras e Serviços de Engenharia

7.5. Exigências específicas para a fase de proposta

☒ Existem exigências específicas ☐ Não se aplica o item

7.5.1. Exigência de documento junto com a proposta:

Conforme edital e minuta do contrato.

7.6. Exigências específicas para a fase de habilitação

☒ Existem exigências específicas ☐ Não se aplica o item

7.6.1. Qualificação econômico-financeira:

☒ Índices contábeis

☐ Patrimônio líquido mínimo ou ☐ Capital social mínimo

7.6.2. Inscrição em entidade profissional

CREA Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

7.6.3. Atestado de capacidade técnica operacional:

7.6.3.1. Requisito mínimo do atestado operacional:

Capacidade Técnica Operacional:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

a.1) Em se tratando de empresa de engenharia não registrada no CREA do Estado do Paraná deverá apresentar o registro do CREA do Estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA do Paraná antes da assinatura do contrato.

b) Comprovação de possuir em nome da empresa, atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de responsabilidade técnica com comprovação de descrição do objeto e quantidade mínima, nos termos dos artigos 67 e seguintes da Lei 14.133/2021, sendo permitido o somatório de atestados:

DESCRIÇÃO OBJETO	QUANTIDADE MÍNIMA
Pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ)	1.620 toneladas

b.1) O(s) atestado(s) apresentado(s) para a comprovação de responsabilidade técnica somente constituirá(ão) prova de capacitação se acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico, ou ART ou RRT, emitido(s) pelo CREA e/ou pelo CAU.

c) Declaração formal da empresa, assinada pelo responsável técnico do licitante, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.6.4. Atestado de capacidade técnico-profissional.

7.6.4.1. Requisito mínimo do atestado de capacidade técnico-profissional:

a) declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução da obra (Anexo IX) até o seu recebimento definitivo pelo licitador;

a.1) O responsável indicado, para fins de comprovação da capacitação, deverá participar da obra objeto da licitação.

b) a declaração de responsabilidade técnica deverá ser acompanhada de “Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT” do(s) responsável (eis) técnico (s) indicado (s), emitido (s) pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU”, de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada no objeto da presente contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

c) A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

c.1) Carteira de Trabalho;

c.2) Certidão do CREA;

c.3) Certidão do CAU;

c.4) Contrato Social;

c.5) Contrato de prestação de serviços;

c.6) Contrato de Trabalho registrado na DRT;

d) relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos a serem disponibilizados para a execução da (s) obra (s), conforme análise do projeto, constando o nome, n.º do RG, assinatura do responsável legal e nome, número do registro no CREA/CAU e assinatura do responsável técnico indicado, com declaração expressa de sua disponibilidade durante a execução, sob pena de inabilitação (ANEXO XIV);

e) cronograma de utilização de veículos, máquinas e equipamentos (ANEXO XV), devidamente preenchido, com base na relação de disponibilidade do item anterior, constando nome, n.º RG e assinatura do responsável legal pela empresa; e nome, número do registro no CREA/CAU e assinatura do responsável técnico indicado;

É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo responsável técnico, ou utilização de seu acervo técnico, por mais de uma proponente.

O responsável técnico só poderá ser substituído, se atendidos os critérios exigidos nesse Edital, e desde que com expressa autorização do Município, e conhecimento do Paranaidade.

7.6.4.2. Os atestados de capacidade técnico-profissional, se exigidos, precisam estar registrados na entidade profissional competente?

☒ Sim ☐ Não

7.6.5. Há outro requisito previsto em lei especial?

Não se aplica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

7.7. Será vedada a participação de consórcios?

7.7.1. Qual a justificativa para vedar o consórcio:

Não será permitida a participação de Consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

7.8. Infrações e penalidades no certame

Conforme edital e minuta do contrato.

8. É UMA CONTRATAÇÃO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS?

☐ Sistema de Registro de Preços ☒ Contratação tradicional

8.1. Infrações e penalidades da Ata de Registro de Preços

Conforme edital e minuta do contrato.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Valor estimado total da contratação:

Valor estimado total da contratação é de R\$ 6.127.151,84.

9.2. Data da conclusão da formação de preço:

Referências já citadas, do mês de setembro 2023.

9.3. O preço de referência será sigiloso no processo?

☐ Sim ☒ Não

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Previsão orçamentária para a contratação

Existe previsão orçamentária, incluída nas leis orçamentárias e compatível com o plano plurianual - convênio PARANACIDADE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

10.2. Rubrica orçamentária para a contratação

Conforme documento anexo.

11. SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO

Secretária de Habitação.

Ivaí- PR, 08 de outubro de 2024.

Secretário Responsável e Responsável pela elaboração
Willian Sauter de Cristo



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

PORTARIA Nº 002/2024

Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal

Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Presidente Municipal de Licitação, Pregoeiro e Agente de Contratação para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, Lei 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º e Lei 14.133/21, resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiro, Presidente Municipal de Licitação e Agente de Contratação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivaí, durante o exercício de 2024:

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kovalczuk
Egislaine Zubacz
Márcia Luciene Kobilarz
Patrícia Bobek
Reginaldo Koryelo
Sérgio Canteri

Pregoeira:

Marcia Luciene Kobilarz

Pregoeira Substituta:

Kella Storer Bueno

Presidente Municipal de Licitação:

Marcia Luciene Kobilarz

Presidente Municipal de Licitação substituta:

Kella Storer Bueno

Agente de Contratação:

Marcia Luciene Kobilarz

Agente de Contratação substituta:

Kella Storer Bueno

Equipe de Apoio:

Alexandro Kovalczuk
Bianca Vitória Antunes da Silva
Cristiane Kovalczuk
Egislaine Zubacz
João Aurélio Stüpp
José Eraldo Graniska
Kella Storer Bueno
Márcio Marques
Mayara Francini Kolitski
Patrícia Bobek
Sara Reifur
Sérgio Canteri
Willian Sauter de Cristo

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 141/2023, de 18/08/2023.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

053

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 03 dias do mês de janeiro de 2024.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LARA FERNANDA DA SILVA
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:32103F7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 002/2024 SÚMULA: NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO, EQUIPE DE APOIO, PRESIDENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO E AGENTE DE CONTRATAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA Nº 002/2024

Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Presidente Municipal de Licitação, Pregoeiro e Agente de Contratação para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, Lei 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º e Lei 14.133/21, resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiro, Presidente Municipal de Licitação e Agente de Contratação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivaí, durante o exercício de 2024:

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kowalczyk
Egislaine Zubacz
Márcia Luciene Kobilarz
Patrícia Bobek
Reginaldo Koryelo
Sérgio Canteri

Pregoeira:

Márcia Luciene Kobilarz

Pregoeira Substituta:

Keila Storer Bueno

Presidente Municipal de Licitação:

Márcia Luciene Kobilarz

Presidente Municipal de Licitação substituta:

Keila Storer Bueno

Agente de Contratação:

Márcia Luciene Kobilarz

Agente de Contratação substituta:

Keila Storer Bueno

Equipe de Apoio:

Alexandro Kowalczyk
Bianca Vitória Antunes da Silva
Cristiane Kowalczyk
Egislaine Zubacz
João Aurélio Stüpp
José Eraldo Graniska
Keila Storer Bueno
Márcio Marques
Mayara Francini Kolitski
Patrícia Bobek
Sara Reifur
Sérgio Canteri
Willian Sauter de Cristo

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 141/2023, de 18/08/2023.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador:E64C5186

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 003/2024 SÚMULA: DESIGNA FISCAIS/GESTORES DOS CONTRATOS DO EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA Nº 003/2024

Súmula: Designa Fiscais/Gestores dos contratos do exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - Designar como Fiscais/Gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivaí - PR, durante o exercício de 2024.

Gestores:

Ana Paula Dalzoto Salvadori - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Erica Schornobai - Secretária Municipal de Saúde;
José Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;
Luiz Carlos Lemes - Secretário Municipal de Administração;
Marcio Grochoski - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Regina Camargo de Cristo - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Sérgio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;
Willian Sauter de Cristo - Secretário Municipal de Habitação;

Fiscais:

Carolyn Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;
Cristiane Kowalczyk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Egislaine Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;
Francisco Wiltmar Machuca Filho - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;
Jelson Stomhalo - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Marcio Marques - Secretário Municipal de Finanças;
Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Wicto Eduardo Bonette - Secretário Municipal de Administração;

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 135/2023, de 18/08/2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

PORTARIA N° 003/2024

Súmula: Designa Fiscais/Gestores dos contratos do exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - Designar como Fiscais/Gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivaí - PR, durante o exercício de 2024.

Gestores:

Ana Paula Dalzoto Salvadori - Secretária Municipal de Educação e Cultura;

Erica Schornobai - Secretária Municipal de Saúde;

José Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;

Luiz Carlos Lemes - Secretária Municipal de Administração;

Marcio Grochoski - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;

Regina Camargo de Cristo - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;

Sérgio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;

Willian Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;

Fiscais:

Carolynne Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;

Cristiane Kowalczyk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;

Egislaine Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;

Francisco Wilmar Machuca Filho - Secretária Municipal de Esportes e Turismo;

Jelson Siombalo - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;

Marcio Marques - Secretária Municipal de Finanças;

Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;

Wicto Eduardo Bonette - Secretária Municipal de Administração;

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 135/2023, de 18/08/2024.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 03 dias do mês de janeiro de 2024.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LARA FERNANDA DA SILVA
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:32103F7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 002/2024 SÚMULA: NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO, EQUIPE DE APOIO, PRESIDENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO E AGENTE DE CONTRATAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA Nº 002/2024

Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Presidente Municipal de Licitação, Pregoeiro e Agente de Contratação para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, Lei 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º e Lei 14.133/21, resolve:

Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiro, Presidente Municipal de Licitação e Agente de Contratação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivaí, durante o exercício de 2024:

Comissão Permanente de Licitação:

Alexandro Kowalczyk
Egislaine Zubacz
Márcia Luciene Kobilarz
Patrícia Bobek
Reginaldo Koryelo
Sérgio Canteri

Pregoeira:

Márcia Luciene Kobilarz

Pregoeira Substituta:

Keila Storer Bueno

Presidente Municipal de Licitação:

Márcia Luciene Kobilarz

Presidente Municipal de Licitação substituta:

Keila Storer Bueno

Agente de Contratação:

Márcia Luciene Kobilarz

Agente de Contratação substituta:

Keila Storer Bueno

Equipe de Apoio:

Alexandro Kowalczyk
Bianca Vitória Antunes da Silva
Cristiane Kowalczyk
Egislaine Zubacz
João Aurélio Stüpp
José Eraldo Graniska
Keila Storer Bueno
Márcio Marques
Mayara Francini Kolitski
Patrícia Bobek
Sara Reifur
Sérgio Canteri
Willian Sauter de Cristo

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 141/2023, de 18/08/2023.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador:E64C5186

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 003/2024 SÚMULA: DESIGNA FISCAIS/GESTORES DOS CONTRATOS DO EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA Nº 003/2024

Súmula: Designa Fiscais/Gestores dos contratos do exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - Designar como Fiscais/Gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivaí - PR, durante o exercício de 2024.

Gestores:

Ana Paula Dalzoto Salvadori - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Erica Schornobai - Secretária Municipal de Saúde;
José Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;
Luiz Carlos Lemes - Secretário Municipal de Administração;
Marcio Grochoski - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Regina Camargo de Cristo - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Sérgio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;
Willian Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;

Fiscais:

Carolyn Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;
Cristiane Kowalczyk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Egislaine Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;
Francisco Wilmar Machuca Filho - Secretária Municipal de Esportes e Turismo;
Jelson Siombalo - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Marcio Marques - Secretária Municipal de Finanças;
Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
Wicto Eduardo Bonette - Secretária Municipal de Administração;

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 135/2023, de 18/08/2024.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Márcia Luciene Kobilarz

Código Identificador: E2552A85

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 004/2024 SÚMULA: DESIGNA MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE RECEBIMENTO DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA Nº 004/2024

Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivaí durante o exercício de 2024, será assim composta:

Carolynne Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;
Cristiane Kovaleczuk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Isabella Xavier de Almeida - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
José Eraldo Graniska - Secretária Municipal de Administração;
José Roberto Roth - Secretária Municipal de Finanças;
Marcio Grachoski - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
William Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;
Sergio Canteri - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0024/2023, de 03/01/2024.

Gabinete do Prefeito, em 09 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Márcia Luciene Kobilarz

Código Identificador: 977EBFE0

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 306/2021 LICITAÇÃO Nº 186/2021 PREGÃO Nº 130/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021

4º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 306/2021

LICITAÇÃO Nº 186/2021

PREGÃO Nº 130/2021

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021

O Município de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí - PR, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, brasileiro, casado, residente em Ivaí - PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF/MF nº 715.210.549-91, a seguir denominados **CONTRATANTES**, e a empresa **FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA**, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Rui Barbosa, nº 440, Centro, Ivaí/PR, 84460-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.095.456/0001-95, neste ato denominada **CONTRATADA**, representada pela Senhora **Fernanda Caroline Bueno Pereira**, brasileira, casada, residente à Rua Rui Barbosa, nº 450, Centro, em Ivaí/PR, portadora da cédula de

identidade nº 10.984.127-7 SSP/PR, do CPF/MF nº 089.473.959-00, mediante observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este **Termo Aditivo**, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

OBJETO: Contratação de profissionais (Psicólogo, Assistente Social e Fisioterapia) para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. - Lote 003.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Os prazos de execução e vigência deste contrato ficam prorrogados até 28/02/2024 de acordo com o Artigo 57 inciso II da Lei 8.666/93.

Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo Aditivo ficam inalteradas.

Ivaí (PR), 22 de dezembro de 2023.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -

Prefeito Municipal

FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA -

Representante Legal

Publicado por:

Karen Zelinda Dos Santos

Código Identificador: F934C017

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)

Tipo de licitação: **MENOR PREÇO.**

OBJETO: Locação de som de pequeno porte para eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Esportes.

Data limite para acolhimento de **PROPOSTA:** 17/01/2024 - 13h45min.

Data de início da fase de **LANCES:** 17/01/2024 - a partir das 14h00min.

Endereço eletrônico: <http://www.bllcompras.org.br>

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivaí - PR - Fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivaí, 03 de janeiro de 2024

MARCIA LUCIENE KOBILARZ -

Agente de Contratação

Publicado por:

Keila Storer Bueno

Código Identificador: A898208A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)

Tipo de licitação: **MENOR PREÇO.**

OBJETO: Aquisição de tonners, peças e tintas para uso das Escolas Municipais.

Data limite para acolhimento de **PROPOSTA:** 18/01/2024 - 13h45min.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

PORTARIA Nº 004/2024

**Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de
Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício
de 2024.**

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivaí durante o exercício de 2024, será assim composta:

Carolynne Byczkovski - Secretária Municipal de Saúde;
Cristiane Kovalczuk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Isabella Xavier de Almeida - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
José Eraldo Graniska - Secretária Municipal de Administração;
José Roberto Roth - Secretária Municipal de Finanças;
Marclo Grochoski - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Willian Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;
Sergio Canterl - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 134/2023, de 18/08/2023.

Gabinete do Prefeito, em 03 de janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito, em 03 de Janeiro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador: E2552A85

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 004/2024 SÚMULA: DESIGNA MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE RECEBIMENTO DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

PORTARIA Nº 004/2024

Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício de 2024.

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73 e Lei 14.133/21,

Resolve:

Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivaí durante o exercício de 2024, será assim composta:

Carolyn Byczkowski - Secretária Municipal de Saúde;
Cristiane Kowalczuk - Secretária Municipal de Educação e Cultura;
Isabella Xavier de Almeida - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;
José Erardo Graniska - Secretária Municipal de Administração;
José Roberto Roth - Secretária Municipal de Finanças;
Marcio Grochoski - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
Willian Sauter de Cristo - Secretária Municipal de Habitação;
Sergio Canteri - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0024/2023, de 03/01/2024.

Gabinete do Prefeito, em 09 de janeiro de 2024:

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Luciene Kobilarz
Código Identificador: 977EBFE0

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 306/2021 LICITAÇÃO Nº 186/2021 PREGÃO Nº 130/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021

4º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 306/2021
LICITAÇÃO Nº 186/2021
PREGÃO Nº 130/2021
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021

O Município de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí - PR, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, brasileiro, casado, residente em Ivaí - PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5.175.278-3 SSP-PR, do CPF/MF nº 715.210.549-91, a seguir denominados CONTRATANTES, e a empresa **FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Rui Barbosa, nº 440, Centro, Ivaí/PR, 84460-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.095.456/0001-95, neste ato denominada CONTRATADA, representada pela Senhora **Fernanda Caroline Bueno Pereira**, brasileira, casada, residente à Rua Rui Barbosa, nº 450, Centro, em Ivaí/PR, portadora da cédula de

identidade nº 10.984.127-7 SSP/PR, do CPF/MF nº 089.473.959-00, mediante observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

OBJETO: Contratação de profissionais (Psicólogo, Assistente Social e Fisioterapeuta) para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. - Lote 003.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Os prazos de execução e vigência deste contrato ficam prorrogados até 28/02/2024 de acordo com o Artigo 57 inciso II da Lei 8.666/93.

Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo Aditivo ficam inalteradas.

Ivaí (PR), 22 de dezembro de 2023.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA -
Representante Legal

Publicado por:
Karen Zelinda Dos Santos
Código Identificador: F934C017

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 001/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2024
(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Locação de som de pequeno porte para eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Esportes.

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 17/01/2024 - 13h45min.

Data de início da fase de LANCES: 17/01/2024 - a partir das 14h00min.

Endereço eletrônico: <http://www.bilcompras.org.br>

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivaí - PR - Fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaipr.gov.br

Ivaí, 03 de janeiro de 2024

MARCIA LUCIENE KOBILARZ -
Agente de Contratação

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador: A898208A

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024 REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 002/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024
(Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal 10.024/19)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de tonners, peças e tintas para uso das Escolas Municipais.

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 18/01/2024 - 13h45min.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaipr.gov.br email: licitacao@ivaipr.gov.br

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO

MEMO/2024

DE: PREFEITO MUNICIPAL

PARA: SETOR DE LICITAÇÕES

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo e os termos da Lei Federal nº 14.133/21 de 1º de abril de 2021, **AUTORIZO** o **INÍCIO** ao **PROCESSO LICITATÓRIO** cujo objeto é a **Contratação de empresa para execução da Pavimentação de vias urbanas usinado a quente (CBUQ)**, área de **25.435,59 M2**.

Encaminhe-se ao Setor de Licitação para as providências necessárias.

Ivaí - PR, 22 de Agosto de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
PREFEITO MUNICIPAL

CHECK-LIST OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- OK OK 1) Memorando ao Departamento de Licitação, contendo a solicitação para Abertura do procedimento licitatório e Declaração de que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;
- OK OK 2) Termo de referência; ✓
- 7 OK 3) Declaração de área de domínio público (no caso de obras em vias públicas não há matrícula do imóvel, somente a declaração de que a área é de domínio público);
- OK 4) Cronogramas, ^{ORÇAMENTO} planilhas, projetos devidamente assinados pelo responsável técnico;
- OK 5) Declaração de que a planilha utilizada é a mais recente possível assinada pelo servidor responsável;
- OK OK 6) Declaração de responsabilidade sobre a pesquisa de mercado assinada pelo servidor responsável com data de consulta das tabelas/planilhas de referência para fins de data-base de reajuste legal;
- NA 7) Solicitar se for o caso, que apresente cópia das cotações utilizadas na elaboração da composição de preços (quando não utilizar a SINAPI ou outra tabela)
- OK 8) ARTs dos responsáveis pelos projetos e orçamentos;
- RAFAEL 9) Declaração de licença ou dispensa ambiental ou justificativa de desnecessidade; ^{QUESTIONÁRIO AMBIENTAL}
- OK 10) Memorial descritivo;
- OK 11) Cópia do Convênio, se for o caso;
- OK 12) Informar se houve certificação pelos responsáveis técnicos dos projetos, que os mesmos possuem todos os elementos necessários básicos de acordo com o tipo e a complexidade da obra, que foram revisados, atualizados, confrontados e corrigidos, compatibilizados cada um dos elementos entre si; ^{REN DEIVE 5/8/10}
- NA 13) Em caso de obras a serem realizadas em áreas que ainda não são de domínio público:
- NA a) Apresentar cópia das Matrículas atualizadas dos lotes desapropriados OU Escritura do Imóvel OU documento que demonstre que foi ajuizado ação de desapropriação com emissão provisória de posse.
- NAO TEM 3

NA b) Apresentar Decreto Municipal que declara áreas de utilidade pública para fins de desapropriação.

NA 14) Em caso de projetos que não foram elaborados por profissional técnico do Município:

A a) Termo de Doação ou Contrato firmado entre o Município e a empresa/profissional;

b) Documento que demonstre que o projeto foi revisado e validado por profissional técnico pertencente ao quadro de servidores do Município.

? 15) Comprovação de que a Lei de Contribuição de Melhoria foi encaminhada (quando for o caso).

16) Matrícula atualizada para verificar a afetação do imóvel, quando for o caso.

CONFIRMAR 17) Apresentar as planilhas de preço em formato excel para que possam ser disponibilizadas aos licitantes para preenchimento em arquivo editável (incluir no processo)



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí, - PR

CERTIFICAÇÃO PROJETO

CERTIFICAMOS, que os projetos de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE IVAÍ, foram analisados pelo responsável técnico do Município de Ivaí, Engenheiro Willian Sauter de Cristo, o qual constatou que os projetos possuem todos os elementos necessários básicos de acordo com o tipo e a complexidade da obra, que foram revisados, atualizados, confrontados e corrigidos, compatibilizados cada um dos elementos entre si.

Ivaí, em 08 de Outubro de 2024.

Willian Sauter de Cristo
Engenheiro Civil



Secretaria do Estado do Meio
Ambiente e Recursos Hídricos



Instituto Ambiental do Paraná
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

Licença de Instalação

Nº 17547

Validade 04/09/2015

Protocolo 120045369

O Instituto Ambiental do Paraná-IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 120045369, expede a presente Licença de Instalação à:

01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO

Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física

NESTOR TECHY

C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física
12447307934

Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física
325802

Endereço
RUA AFONSO DITZEL, 432

Bairro
CENTRO

Município
Prudentópolis

UF
PR

Cep
84400000

02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Empreendimento

LOTEAMENTO SANTA HELENA

Tipo de empreendimento/atividade
Loteamento

Número de Unidades
242

Endereço
LINHA GONÇALVES JUNIOR

Bairro
LINHA GONÇALVES JUNIOR

Município
Ivaí

Cep
84400000

Corpo Hídrico do Entorno
Córrego Xaxim

Bacia Hidrográfica
Ivaí

Destino do Esgoto Sanitário

Destino do Efluente Final
Rede de Esgoto

03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE INSTALAÇÃO

- Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.
- Esta LICENÇA DE INSTALAÇÃO tem a validade acima mencionada, observados os dados fornecidos no cadastro e no projeto de sistema de tratamento de resíduos ou plano de controle ambiental em anexo, devidamente certificado pelo IAP, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.
- Qualquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.
- Esta LICENÇA DE INSTALAÇÃO deverá ser afixada em local visível

Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento



Esta Licença foi emitida conforme parecer técnico do servidor José Amilton Chmulek.
Deverá seguir as condicionantes da LP.

Local e data
Ponta Grossa, 04 de setembro de 2013

O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.

Carimbo e assinatura do representante do IAP


Edemilson Luiz Quadros
Eng.º Florestal - CREA-PR 92704/D
Chefe Regional IAP/Ponta Grossa

 Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	 Instituto Ambiental do Paraná Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	Licença Prévia Nº 33997 Validade 07/06/2015 Protocolo 79951862
---	---	--

O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 79951862, expede a presente Licença Prévia à:

01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO

Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física NESTOR TECHY			
Endereço RUA AFONSO DITZEL, 432.			
Bairro CENTRO	Município Prudentópolis	UF PR	Cep 84400000

02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Empreendimento LOTEAMENTO SANTA HELENA			
Tipo de empreendimento/atividade loteamento			
Endereço LINHA GONÇALVES JUNIOR		Bairro LINHA GONÇALVES JUNIOR	
Município Ivaí		Cep 84400000	
Corpo Hídrico do Entorno Córrego Xaxim		Bacia Hidrográfica Ivaí	
Destino do Esgoto Sanitário Rede de Esgoto		Destino do Efluente Final Rede de Esgoto	

03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO PREVI

- Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.
- Esta LICENÇA PRÉVIA tem a validade acima mencionada, observados os dados do cadastro apresentado, devendo ser atendidos os requisitos abaixo.
- Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.
- Esta LICENÇA PRÉVIA deverá ser afixada em local visível

Detalhamento dos Requisitos de licenciamento

- 01 - Preservar a vegetação e a camada superficial do solo evitando a "terra nua" na implantação dos lotes e arruamento.
 - 02 - ...over preservação de áreas não impermeabilizadas em expansões públicas que favoreçam a infiltração das águas pluviais.
 - 03 - Evitar a concentração de águas sem as devidas proteções.
 - 04 - Evitar execução de obras e movimentos de terra que simultaneamente com a implantação de sistemas de drenagem e obras de contenção.
 - 05 - Executar galerias de águas pluviais com dissipador de energia no lançamento.
 - 06 - Realizar obras de terraplanagem e movimentos de terra simultaneamente com a implantação de sistemas de drenagem e obras de contenção - Apresentar projeto de cortes e aterros.
 - 07 - Implantar o sistema de coleta de águas pluviais (galerias), emissários e dissipador de energia no lançamento.
- Além dos documentos exigidos pela resolução 65/08 SEMA/CEMA e resolução 31/98 do IAP/SEMA para a solicitação da LICENÇA DE INSTALAÇÃO, também deverá ser apresentado os seguintes documentos no ato do protocolo da solicitação a licença de Instalação.
- 08 - Apresentar projeto de sistema de coleta, tratamento e destino final dos esgotos sanitários a ser adotado em função das características e testes de absorção do solo, 09 - Apresentar plano de coleta e destinação final dos resíduos sólidos;



Secretaria do Estado do Meio
Ambiente e Recursos Hídricos



Instituto Ambiental do Paraná
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

Licença Prévia

Nº 33997

Validade 07/06/2015

Protocolo 79951862

- 09 - Declaração de viabilidade técnica para a implantação de rede de distribuição de energia elétrica COPEL.
- 10 - Declaração de viabilidade técnica para o abastecimento de água da concessionária de distribuição de água - SANEPAR.
- 11 - Declaração de viabilidade técnica para a coleta e tratamento do esgotos da concessionária de tratamento de esgoto - SANEPAR. Obs: Não pode ser efetuado a construção de imóveis com fossa séptica.
- 12 - Apresentar projeto de arborização das vias públicas.
- 13 - Apresentar planta com projeto definitivo do loteamento.
- 14 - Apresentar no prazo de dois anos a regularização da área de RESERVA LEGAL do imóvel, conforme determina a Resolução 09/2012, e nos moldes da nova lei do código florestal brasileiro.

Obs: A requerente apresenta solicitação de cessão de Reserva Legal (protocolo nº 7.994.595-1) ao imóvel com SISLEG efetivado nº 1.128.338-1, não tendo sido efetivado em razão da suspensão determinada pela resolução 09/2012.

Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados, direta ou indiretamente, nos corpos de água desde que obedeçam as seguintes condições:

- a) pH entre 5 a 9;
- b) temperatura: inferior a 40° C, sendo que a elevação da temperatura do corpo receptor não deverá exceder a 3° C;
- c) materiais sedimentáveis: até 1 ml/litro em teste de 1 hora em cone Imhoff. Para o lançamento em lagos e lagoas, cuja velocidade de circulação seja praticamente nula, os materiais sedimentáveis deverão estar virtualmente ausentes;
- d) regime de lançamento com vazão máxima de até 1,5 vezes a vazão média do período de atividade diária do agente poluidor;
- e) óleos e graxas
 - óleos minerais até 20 mg/l
 - óleos vegetais e gorduras animais até 50 mg/l;
- f) ausência de materiais flutuantes;

Local e data

Ponta Grossa, 07 de junho de 2013

O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.

Carimbo e assinatura do representante do IAP

João Marcos Steiner
Chefe Regional - IAP/ERPGO



DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para fins de direito em atenção ao pedido de parte interessada, com respeito a PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE IVAÍ, NAS RUAS:

Linha Gonçalves Junior - trecho 1, entre a rua Henrique Florêncio Ribeiro e o fim do trecho (a 300m).

- Linha Gonçalves Junior - trecho 2, entre a rua Pedro Komety e a rua Projetada A.
- Rua Prefeito Arpad Malanowski, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua.
- Rua Prefeito Edoardo Graniska, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua.
- Rua Timoteo Korelo, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler.
- Rua João Karpinski, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler.
- Rua Humberto Blum, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler.
- Rua Vicente Valentin (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 163m).
- Rua José Manosso (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 268m).
- Rua Cuba (Distrito de Palmital), entre a rua Polônia e o fim da rua.
- Rua Projetada E (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada F e o fim da rua.
- Rua Projetada F (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e a rua Projetada C.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

- Rua Projetada G (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e o fim da rua 2.
- Travessa França (Distrito de Palmital), entre a rua França e o fim da rua.
- Rua Argentina - trecho 1 (Distrito de Palmital), entre a rua Peru e a rua Japão.
- Rua Argentina - trecho 2 (Distrito de Palmital), entre a rua Japão e a rua Antonio.

Raimundo Cominesi.

- Travessa Argentina (Distrito de Palmital), que a área de intervenção é de domínio público.
- Sem mais foi lavrada a presente aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de Outubro de 2024.

Orli Antonio Camargo de Cristo
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 106/2024

**Contrato firmado entre o Município de Ivaí e a Empresa
ARKEVIA ENGENHARIA, CONSTRUCAO E CONSULTORIA
LTDA conforme Dispensa de licitação nº 028/2024.**

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representado pelo senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal, residente em Ivaí – Pr, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5175278-3 SSP-PR e do CPF/MF nº 715.210.549-91, doravante neste Contrato denominada simplesmente de **CONTRATANTE**; e de outro lado a empresa **ARKEVIA ENGENHARIA, CONSTRUCAO E CONSULTORIA LTDA** pessoa jurídica de direito privado, cita na R Rio Branco do Sul, Bairro Oficinas, Casa 02, Nº 256, Ponta Grossa (PR), CEP 84.036-320, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.838.802/0001-15 denominada **CONTRATADA**, representado pelo Senhor, **GEDSON INACIO BARBOSA**, brasileiro, empresário, portador do CPF/MF 054.930.029-57 acordam e ajustam firmar o presente contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes no Art. 82 da Lei 14133/2021 e demais legislação aplicável, Lei 12.846/2013, Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, em conformidade as condições constantes da Dispensa de licitação nº 028/2024, pelos termos da proposta da contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de engenharia de infraestrutura viária, sendo eles: Estudos Topográficos, Estudos Geotécnicos, Estudos Hidrológicos, Estudo de Volume de Tráfego, Projeto Geométrico, Projeto de Drenagem, Projeto de Terraplanagem, Projeto de Pavimentação, Projeto de Paisagismo, Projeto de Sinalização Viária (Horizontal e Vertical), Elaboração de memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

§1º. A Prefeitura Municipal de Ivaí pagará a Empresa Contratada o valor global de **R\$ 94.700,00 (Noventa e quatro mil e setecentos reais)**.

§2º. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais

67

incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLAUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

§1º. A presente contratação vincula-se aos termos e condições fixadas na modalidade de Dispensa de licitação sob o número 028/2024, regularmente tramitada nos autos do Processo Administrativo, contendo como documentos integrantes, como se nela estivessem transcritos, cujos teores consideram-se conhecidos e acatados pelas partes, sem prejuízos da aplicação de normas técnicas e legislação vigentes relativa ao objeto contratual, particularmente quanto a(ao):

- I. Edital de Licitação, bem como todos os seus anexos;
- II. Termo de referência, bem como todos os seus anexos; e,
- III. Proposta da Contratada e seus anexos.
- IV. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

§1º. Este Contrato, terá a vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

§2º. Podendo ser prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

- I. A prorrogação de que trata este Item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLAUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

§1º. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

§2º. A subcontratação depende de autorização prévia do Município, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

- I. A empresa contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§3º. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão

do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLAUSULA SEXTA – DA REAJUSTE

§1º. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta.

§2º. Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

§3º. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

§4º. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

§5º. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
I. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

§6º. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

§7º. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLAUSULA SÉTIMA – PRAZO E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

§ 1º A empresa contratada fica obrigada a executar o objeto, quando solicitado através da Nota de Empenho.

§ 2º Proceder à entrega das mercadorias nas especificações e quantidades acordadas, de acordo com o cronograma da Secretaria Municipal.

§ 3º A empresa vencedora deverá fornecer o objeto conforme demanda solicitada pela secretaria solicitante.

§ 4º Se a empresa vencedora deixar de entregar o (s) produto (s) por qualquer motivo ou o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas, poderão ser aplicadas as penalidades previstas e seguintes da Lei 14.133/21, garantida a defesa prévia em processo próprio do interessado, independentemente outras previstas em lei.



§ 5º Os valores constantes do anexo I, para os preços unitários, são os preços máximos por produto que serão admitidos nesta licitação e deverá corresponder ao preço unitário por lote ao qual será acrescido a carga tributária incidente e frete, que correrão à conta do licitante.

§ 6º Caso fiquem constatadas irregularidades em relação ao objeto, ou mesmo não se enquadrar nas exigências mínimas, resultará na não aceitação e imediata rescisão do contrato.

§ 7º A garantia do objeto será de acordo com o CDC (Código de Defesa do Consumidor).

§ 8º. Quaisquer despesas inerentes à entrega do objeto no local indicado são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora não devendo ser repassado ao Município nenhum ônus.

§ 9º. O objeto deste contrato será recebido, por fiscal designado, da seguinte forma:

- I. Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto/serviço com a presente especificação;
- II. Definitivamente, em até 5 (cinco) dias após a verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação;
- III. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§1º. O pagamento do presente contrato será efetuado da seguinte forma:

Primeira Parcela: 11/06/2024 – Valor R\$ 34.700,00

Segunda Parcela: 11/07/2024 – Valor R\$ 30.000,00

Terceira Parcela: 12/08/2024 – Valor R\$ 30.000,00.

Mediante apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada pelas certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT.

§2º. O pagamento será feito após a liquidação da Nota Fiscal discriminada de acordo com o objeto do presente CONTRATO e Requisição de Empenho, contendo documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

I) O tipo de Nota Fiscal a ser emitida deverá ser compatível com o objeto do Contrato.

II) Caso se verifique erro na emissão da fatura, a mesma deverá ser cancelada, corrigida ou substituída, conforme o caso.

§3º. A empresa contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso a nota fiscal/fatura contenha vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento no prazo estipulado no Contrato.

I) A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome da:



14 A

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ nº 76175918/0001-33

Rua Rui Barbosa, nº 632 – Centro

IVAÍ – PR

CEP: 84.460.000

§4º. Os pagamentos serão efetuados somente após a fiscalização e aceite do fiscal de contrato.

I) A fiscalização deverá basear-se no objeto entregue e será feita pelo fiscal de contrato.

§5º. O pagamento poderá ser sustado, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) execução em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com a Contratante;
- c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

§6º. A proponente contratada deverá apresentar nota fiscal do objeto e na mesma deverá constar a modalidade da Dispensa com o respectivo número e o nº do Contrato (Dispensa de licitação 024/2024 e Contrato nº 95/2024).

§7º. Na nota fiscal deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento do objeto, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa.

I) Em caso de não constar esses dados, a nota não será liquidada.

§8º. Serão retidos os tributos, de acordo com o tipo de serviço realizado, observando as legislações pertinentes. I – Os tributos a serem retidos pela contratante:

- a) Contribuição Social Previdenciária (INSS), conforme o caso, observada a legislação vigente, bem como a Instrução Normativa RFB nº 2110/2022.
- b) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), conforme o caso, observada a Lei Municipal nº 1385/2003 e suas alterações.
- c) Imposto de Renda (IR), conforme o caso, observada a legislação vigente, conforme Decreto Municipal nº 469/2023, de 28 de agosto de 2023.

II - A contratante deverá fazer o destaque das retenções na Nota Fiscal, bem como a base de cálculo e as alíquotas para cada um dos tributos incidentes, conforme previsto em lei.

§9º. Os pagamentos aos fornecedores de bens, materiais e serviços para a Prefeitura Municipal de Ivaí, serão efetuados unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do



73

14 A

A CONTRATADA se obriga, adicionalmente os encargos descritos na dispensa de licitação nº 028/2024, os encargos a seguir:

- a) Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas no Edital e seus Anexos referentes a dispensa de licitação nº 020/2024;
- b) Possuir quantitativos suficiente para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura deste Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referencia a execução do objeto;
- c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- d) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;
- f) Enviar á CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;
- g) A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;
- h) A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado.
- i) A CONTRATADA ficara obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do disposto da Lei Federal nº 14.133./2021.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

§1º. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



14 A

TCE/Pr. Sendo obrigação da contratada informar ao Departamento de Tesouraria a conta bancária para pagamento.

CLÁUSULA NONA - DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

§1º. Os recursos financeiros para o cumprimento do presente registro de preços ficarão por conta das dotações orçamentárias, conforme a seguir.

Secretaria Municipal de Obras	
Dotação	Fonte
10001154511501105944905100000	2823

§2º. As dotações orçamentárias dos exercícios seguintes deverão ser registradas mediante apostilamento ao presente contrato, nos termos fixados no art. 136, inc. IV, Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DIREITO DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto desta ata e exigir o cumprimento do mesmo nas condições avençadas, e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

§1º. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga, adicionalmente os encargos descritos na dispensa de licitação nº 028/2024, os encargos a seguir:

- Promover, através de seu representante legal ou servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos bens sob todos os aspectos, especialmente em relação aos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio quaisquer indícios e falhas detectadas, comunicando imediatamente à CONTRATADA às ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;
- Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Contrato, de acordo com o fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal;
- Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Dar condições para que a CONTRATADA execute fielmente e com qualidade o fornecimento dos bens objeto deste contrato.

§2º. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



73

14 A

44

Site: www.iva1.pr.gov.br

E-mail: licitacao@iva1.pr.gov.br

- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§2º: Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no §1º as seguintes sanções: I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§3º: Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida; II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§4º: A sanção prevista no §2º inciso I, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do §1º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§5º. No caso de inexecução parcial injustificada:

I. No caso de atraso injustificado na execução do objeto, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) da parte inadimplida, por dia de atraso na execução do objeto, de acordo com o prazo previsto nesta ata, até o limite de 15 (quinze) dias, a partir do quando será considerada inexecução parcial do objeto;

II. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando injustificadamente, a contratada deixar de executar algum serviço solicitado, não sendo este considerado a totalidade do contrato;

III. No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;

IV. No caso de inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme §8º.

§6º: Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

I. Injustificadamente, a contratada não executar nenhum dos serviços solicitados, na totalidade do contrato e durante sua vigência;



II. O atraso injustificado na entrega dos serviços solicitados (integralmente), previsto no item anterior (multa por atraso injustificado) ultrapassar o prazo máximo de 30 (trinta) dias.

III. No caso de inexecução total, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato;

IV. No caso de inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme §8º.

§7º. A sanção prevista no inciso II do §2º, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no §1º.

§8º. A sanção prevista no inciso III do §2º será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do §1º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§9º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do §2º poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

§10º. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, para pagamento da diferença será emitido guia ou será cobrada judicialmente.

§11º. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§12º. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do §2º, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§13º. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do §2º requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§14º: É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II. pagamento da multa;

III. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste



artigo.

VI. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do §1º exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§15º. Poderá ser utilizada como base para aplicação de penalidades a Instrução Normativa nº 001/2017 da Secretaria Geral de Administração da União, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de outubro de 2017, página 198.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

§1º. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

§2º. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

I. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

II. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

III. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§6º. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; III. Indenizações e multas.

§7º. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTRATO

§1º: A fiscalização ficará a cargo da servidor Srª **Jelson Siombalo** a qual terá entre outras, as seguintes atribuições:

I. Zelar para que o objeto seja fielmente executado conforme o ajustado em ARP;

II. Anotar em documento próprio as ocorrências;



14 A

III. Determinar a correção de falhas ou defeitos;

IV. Aplicar à Detentora da Ata as sanções administrativas de sua competência;

V. Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.

§2º: A gestão ficará ao cargo da Secretária de Obras o, Sr^a **Marcio Grochoski** email: **obras@ivaipr.gov.br**

§3º. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados.

§4º. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da contratada quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

§5º. Ocorrendo a não aceitação do bem, por qualquer motivo, o CONTRATANTE notificará a contratada para, no prazo estipulado na notificação, proceder à regularização.

§6º. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição do objeto considerados inadequados.

§7º. As comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

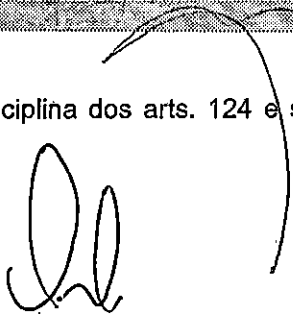
§8º. Ficam os Fiscais e os Gestores dos CONTRATOS cientes da publicação das mesmas após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no site oficial do município pela divisão de contratos.

CLAUSULA DECIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

§1º. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLAUSULA DECIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

§1º. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



77

14 A

§2º. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§3º. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada aceitação de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

§1º. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO

§1º Adota-se neste contrato, a presente Cláusula Especial de Combate a Fraude e Corrupção, com o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação, definindo-se as seguintes práticas:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem como objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** Falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **PRÁTICA COLUSIVA:** Esquematizar ou estabelecer alguma espécie de acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais, não competitivos ou inexecutáveis;
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** (i) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios, ou do organismo financeiro multilateral, com o objetivo multilateral a apuração de alegações de prática prevista na Ordem de Serviço nº. 001-2015, de 16/05/2015; (ii). Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios e do organismo financeiro multilateral promover inspeção.

§2º Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da



execução um contrato financiado pelo organismo.

§3º Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLAUSULA DÉCIMA NONA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

§1º. A contratada fica ciente da proteção de dados pessoais da presente contratação, conforme Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

§2º A contratada fica ciente de que dados e documentação referente a presente contratação estarão disponíveis para acesso do público em geral, conforme cláusula décima sétima, conforme lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CLAUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

§1º. Reserva-se ao Município o direito de recusar objeto entregue em desacordo com o solicitado, que estejam fora dos padrões de qualidade, devendo a contratada realizar as devidas correções sem ônus adicionais ao erário;



§2º. A contratada deverá comunicar ao Município toda e qualquer alteração nos dados cadastrais para fins de atualização cadastral.

CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Imbituva- PR, para dirimir dúvidas e os casos omissos, que porventura surgirem.

E por estarem as partes de acordo, assinam o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, se obrigando ao cumprimento de todas as cláusulas inseridas neste instrumento contratual, ressalvados os interesses do contratante Município de Ivaí- Parana

Ivaí, 03 de Maio de 2024



14 A



Rua: RUI BARBOSA, 052 - FONE: (41) 3441-1222 - 04400-000 - IVAÍ - PR
Site: www.ivaipr.gov.br e-mail: licitacao@ivaipr.gov.br

Município de Ivaí
Orli Antonio Camargo de Cristo
Contratante

GEDSON
INACIO
BARBOSA:0549
3002957

Assinado de forma
digital por GEDSON
INACIO
BARBOSA:05493002957
Dados: 2024.05.06
13:54:01 -03'00'

Arkevia Energia, Construcao e Consultoria Ltda
Gedson Inacio Barbosa – Representante Legal
Contratada

Testemunhas:

1)
Karen Zelinda dos Santos
CPF/MF 114.296.739-58

2)
Marcia Luciene Kobilarz
CPF/MF 956.815.909-68

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ



DIMENSIONAMENTO

Maio de 2024

IVAÍ – PR

Método Padrão Dimensionamento pela DNER-PRO11

1. ESCOPO

1.1 Estes procedimentos foram desenvolvidos baseados no critério de deformabilidade dos pavimentos flexíveis, que são expressos na prática pela medida de deflexões recuperáveis, pois, apesar de todas as limitações deste processo, a experiência tem demonstrado que, de uma maneira geral, existe uma correlação entre a magnitude das deflexões e o aparecimento de falhas nos pavimentos flexíveis. Em virtude da grande variação de suporte estrutural que se observa nos pavimentos, inclusive naqueles bem construídos, usa-se critério estatístico para interpretação das medidas.

2. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

2.1 Padrões DNER

DNER PRO 11 - Avaliação Estrutural dos Pavimentos Flexíveis

DNER-TER 001/78 – Defeitos nos Pavimentos Flexíveis e Semi-Rígidos

DNER-PRO 008/94 – Avaliação Objetiva da Superfície de Pavimentos Flexíveis e Semi-Rígidos.

DNER-ME 024/94 – Determinação da Deflexões no Pavimento pela Viga Benkelman

3. RESULTADOS DA VIGA BENKELMAN

3.1 Cálculo das deflexões

3.1.1 A deflexão do pavimento no ponto de prova é calculada por meio da fórmula:

$$D_o = (L_o - L_f) a/b$$

Onde:

D_o = deflexão real ou verdadeira, em centésimos de milímetro;

L_o = leitura inicial, em centésimos de milímetro;

L_f = leitura final, em centésimos de milímetro;

a e b = dimensões da Viga Benkelman; figura 1 em anexo;

3.1.2 calcula-se a média das deflexões:

$$\bar{X} = \frac{\sum X_i}{N}$$

Onde:

\bar{X} = deflexão média Aritmética

$\sum X_i$ = somatória das deflexões

n = quantidade de leituras

3.1.3 calcula-se o desvio padrão:

$$d = \sqrt{\frac{\sum (X_i - \bar{X})^2}{n-1}}$$

d = desvio padrão

$\sum (X_i - \bar{X})^2$ = diferença das deflexões em relação a média aritmética

n = quantidade de leituras

3.1.4 Calcula-se a deflexão característica:

$$D_c = \bar{X} + Kd$$

Onde:

D_c = deflexão característica

\bar{X} = deflexão média aritmética

K = coeficiente multiplicador em função do número de amostras

d = desvio padrão

3.2 Aceitação do segmento:

3.2.1 O segmento será aceito se a deflexão característica for \leq deflexão máxima admissível.

3.3 Anexos:

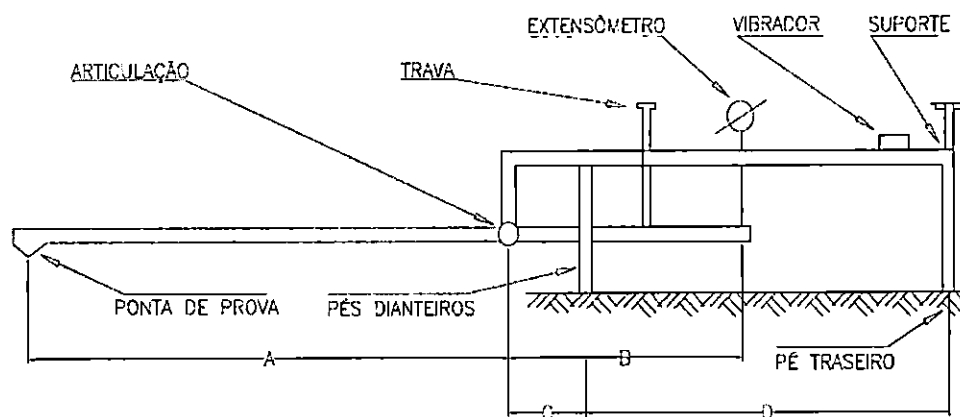


Fig. 1 Esquema da Viga Benkelman

A = distância entre a articulação e a ponta de prova
 B = distância entre o extensômetro e a articulação
 C = distância entre a articulação e o pé dianteiro
 D = distância entre a articulação e o pé traseiro

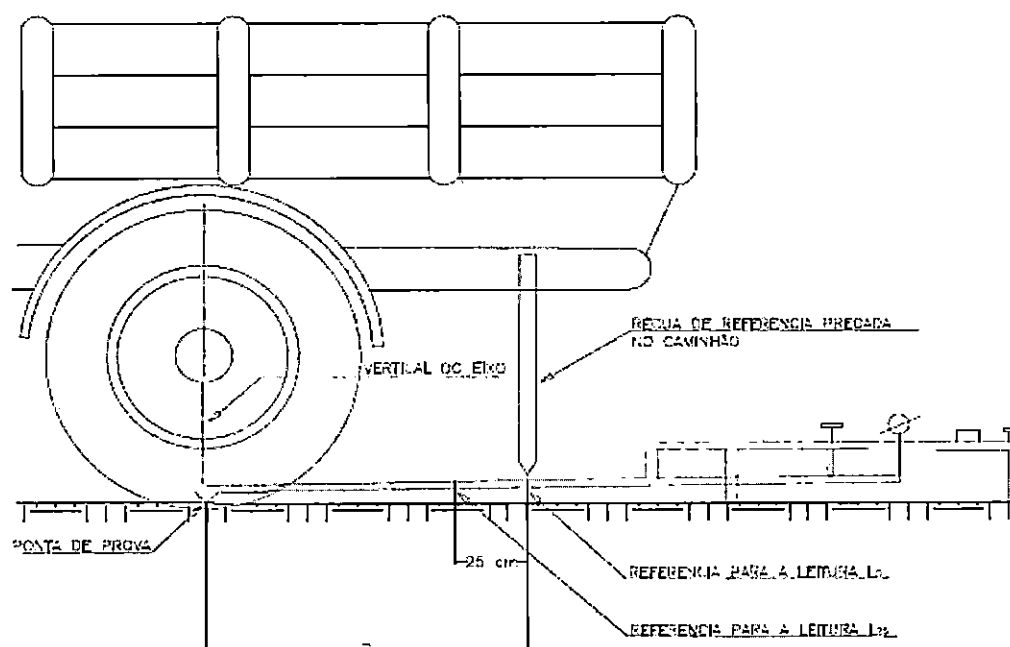


Fig. 2 Eixo Padrão

D = Distância marcada sobre o braço maior da viga Benkelman de forma que, ao se fazer coincidir a referência para a leitura L₀, com a ponta da régua de referência, a ponta de prova estará colocada na vertical do eixo do caminhão.

4. RESULTADOS DO ENSAIO DE VIGA REALIZADOS LOTEAMENTO SANTA HELENA – IVAÍ-PR

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: WIRMOND EIDAN

Data: 22/05/24

[illegible]

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Aferição

2.000

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Padre André Kaminski

Data: 23/05/24

[illegible]

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Aferição

Aferição	2,000
----------	-------

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Miguel Korelo

Data: 22/05/24

[illegible]

Determinações	14
Média	74
Desvio	32
Deflexão Característica	105

Determinações	14
Média	115
Desvio	47
Deflexão Característica	162
Aferição	2.000

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Aferição	2,000
----------	-------

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Dom Enfrain B. Krevey

Data: 22/05/24

[illegible]

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Aferição

2,000

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Paulo Korelo

Data: 22/05/24

[illegible]

Determinações	16
----------------------	-----------

Média	73
--------------	-----------

Desvio	25
--------	----

Deflexão Característica	98
--------------------------------	-----------

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotes1

Série: 1250001

Determinações	16
----------------------	-----------

Média	137
--------------	------------

Desvio	· · · 41
--------	----------

Deflexão Característica	178
--------------------------------	------------

Aferição	2,000
----------	-------

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Otávio Korelo

Data: 22/05/24

[illegible]

5. DIMENSIONAMENTO

5.1 Tráfego considerado

Conforme a IP 02 considerando a via como Via Arterial, temos os seguintes parâmetros:

- Tráfego Previsto: Leve;
- Vida de projeto: 10 anos;
- Volume inicial veículos leves: 100 a 400 veículos por/dia;
- Volume inicial veículos comerciais: 4 a 20 veículos por/dia;
- Repetições de eixo padrão – N: entre $2,70 \times 10^4$ e $1,40 \times 10^5$ solicitações;
- N característico: 10^5 solicitações

5.2 Estrutura do pavimento existente

Através de pesquisas em documentação dos projetos da via em estudo foi possível identificar a seguinte estrutura:

- Revestimento com camada de CAUQ: espessura 5cm
- Base de brita graduada: espessura 15cm
- Sub-base de macadame seco: espessura 20cm

5.3 Cálculo da Deflexão de projeto

A deflexão de projeto (Dp) é calculada através da seguinte formula:

$$D_p = D_c \times F_s$$

Sendo:

Dp – Deflexão característica corrigida ou deflexão de projeto, em 0,01 mm

Dc – Deflexão obtida para a época do levantamento deflectométrico, em 0,01 mm

Fs – Fator de correção sazonal

TABELA II

Natureza do Subleito	Fator de Correção Sazonal - F _s	
	Estação Seca	Estação Chuvosa
Arenoso e Permeável	1,10 - 1,30	1,00
Argiloso e Sensível à Umidade	1,20 - 1,40	1,00

O fator sazonal utilizado foi de 1,3 pois o ensaio foi realizado na estação seca em solo sensível a umidade.

5.3.1 RUA WIRMOND EIDAM

Para a Rua Santo Antônio temos o seguinte cálculo de deflexão de projeto:

$$Dp = [(134 + 135) / 2] \times 1,3$$
$$Dp = 174,85$$

5.3.2 RUA PADRE ANDRÉ KAMISKI

Para a Rua Jacob Brenner temos o seguinte cálculo de deflexão de projeto:

$$Dp = [(127 + 147) / 2] \times 1,3$$
$$Dp = 178,10$$

5.3.3 RUA MIGUEL KORELO

Para a Rua Jacob Brenner temos o seguinte cálculo de deflexão de projeto:

$$Dp = [(105 + 162) / 2] \times 1,3$$
$$Dp = 173,55$$

5.3.4 RUA DOM EFRAIN B. KREVEY

Para a Rua Jacob Brenner temos o seguinte cálculo de deflexão de projeto:

$$Dp = [(109 + 162) / 2] \times 1,3$$
$$Dp = 176,15$$

5.3.5 RUA NENÉCO

Para a Rua Jacob Brenner temos o seguinte cálculo de deflexão de projeto:

$$Dp = [(108 + 159) / 2] \times 1,3$$
$$Dp = 173,55$$

5.3.6 RUA PAULO KORELO

Para a Rua Jacob Brenner temos o seguinte cálculo de deflexão de projeto:

$$Dp = [(98 + 178) / 2] \times 1,3$$
$$Dp = 179,4$$

5.3.7 RUA MARIA KORELO

Para a Rua Jacob Brenner temos o seguinte cálculo de deflexão de projeto:

$$D_p = [(101 + 162) / 2] \times 1,3$$

$$D_p = 170,95$$

5.3.8 RUA OTÁVIO KORELO

Para a Rua Jacob Brenner temos o seguinte cálculo de deflexão de projeto:

$$D_p = [(102 + 160) / 2] \times 1,3$$

$$D_p = 170,3$$

5.4 Cálculo da Deflexão Admissível (Dadm)

Para o cálculo da deflexão admissível utiliza-se a seguinte equação:

$$\log D_{adm} = 3,01 - 0,176 \log N$$

Sendo assim:

ASSUMINDO $N = 10^5$ CONFORME MEMORIAL

$$D_{adm} = 135 \text{ mm}$$

5.5 Avaliação Estrutural do Pavimento

Para a avaliação estrutural do pavimento utiliza-se a seguinte tabela:

TABELA III
Crêterios para Avaliação Estrutural

Hipótese	Dados Deflectométricos obtidos	Qualidade Estrutural	Necessidade de Estudos Complementares	Cr�terio para Cálculo de Reforço	Medidas Corretivas
I	$D_p \leq D_{adm}$ $R \geq 100$	BOA	NÃO		Apenas correções de superfície
II	$D_p > D_{adm}$ $R \geq 100$	Se $D_p \leq 3 D_{adm}$ REGULAR	NÃO	Deflectom�trico	Reforço
		Se $D_p > 3 D_{adm}$ M�	SIM	Deflectom�trico e Resistência	Reforço ou Reconstrução
III	$D_p \leq D_{adm}$ $R < 100$	REGULAR PARA M�	SIM	Deflectom�trico e Resistência	Reforço ou Reconstrução
IV	$D_p > D_{adm}$ $R < 100$	M�	SIM	Resistência	Reforço ou Reconstrução
V	—	M� O pavimento apresenta deformações permanentes e rupturas plásticas generalizadas ($IGG > 180$).	SIM	Resistência	Reconstrução

5.5.1 RUA WIRMOND EIDAM

Temos os seguintes dados:

$$D_p = 174,85$$

$$D_{adm} = 135$$

Portanto a hipótese que melhor caracteriza a Rua   a II – A, sendo desnecessário os estudos complementares, o cálculo do reforço se dará pelo cr terio deflectométrico e as medidas corretivas são apenas o reforço.

5.5.2 RUA PADRE ANDRE KAMISKI

Temos os seguintes dados:

$$D_p = 178,10$$

Dadm= 135

Portanto a hipótese que melhor caracteriza a Rua é a II – A, sendo desnecessário os estudos complementares, o cálculo do reforço se dará pelo critério deflectométrico e as medidas corretivas serão apenas o reforço.

5.5.3 RUA MIGUEL KORELO

Temos os seguintes dados:

Dp= 173,55

Dadm= 135

Portanto a hipótese que melhor caracteriza a Rua é a II – A, sendo desnecessário os estudos complementares, o cálculo do reforço se dará pelo critério deflectométrico e as medidas corretivas serão apenas o reforço.

5.5.4 RUA DOM EFRAIM B. KREVEY

Temos os seguintes dados:

Dp= 176,15

Dadm= 135

Portanto a hipótese que melhor caracteriza a Rua é a II – A, sendo desnecessário os estudos complementares, o cálculo do reforço se dará pelo critério deflectométrico e as medidas corretivas serão apenas o reforço.

5.5.5 RUA NENÉCO

Temos os seguintes dados:

Dp= 173,55

Dadm= 135

Portanto a hipótese que melhor caracteriza a Rua é a II – A, sendo desnecessário os estudos complementares, o cálculo do reforço se dará pelo critério deflectométrico e as medidas corretivas serão apenas o reforço.

5.5.6 RUA PAULO KORELO

Temos os seguintes dados:

Dp= 179,4

Dadm= 135

Portanto a hipótese que melhor caracteriza a Rua é a II – A, sendo desnecessário os estudos complementares, o cálculo do reforço se dará pelo critério deflectométrico e as medidas corretivas serão apenas o reforço.

5.5.7 RUA MARIA KORELO

Temos os seguintes dados:

$$D_p = 170,95$$

$$D_{adm} = 135$$

Portanto a hipótese que melhor caracteriza a Rua é a II – A, sendo desnecessário os estudos complementares, o cálculo do reforço se dará pelo critério deflectométrico e as medidas corretivas serão apenas o reforço.

5.5.8 RUA OTAVIO KORELO

Temos os seguintes dados:

$$D_p = 170,30$$

$$D_{adm} = 135$$

Portanto a hipótese que melhor caracteriza a Rua é a II – A, sendo desnecessário os estudos complementares, o cálculo do reforço se dará pelo critério deflectométrico e as medidas corretivas serão apenas o reforço.

5.6 Dimensionamento de reforço do Pavimento

A espessura necessária de reforço de pavimento deve ser estimada através dos resultados do levantamento deflectométrico executado para a avaliação estrutural, pela expressão:

$$h = K \cdot \log \frac{D_p}{D_{adm}}$$

Onde:

h – espessura do reforço do pavimento em centímetros;

D_p – deflexão de projeto determinada para o subtrecho homogêneo, objeto do dimensionamento, em centésimos de milímetro;

D_{adm} – deflexão admissível após a execução do reforço do pavimento, em centésimos de milímetro;

K – fator de redução de deflexão, próprio do material usado no reforço

Para reforço em Concreto Betuminoso (h_{cb}), deve-se usar o valor 40 para K, tendo-se, portanto:

$$h_{cb} = 40 \log \frac{D_p}{D_{adm}}$$

5.6.1 RUA WIRMOND EIDAM

Temos os seguintes dados:

$$D_p = 174,85$$

$$D_{adm} = 135$$

Portanto utilizando a equação de reforço em concreto betuminoso temos:

$$h_{cb} = 40 \times \log (174,85/135)$$

$$h_{cb} = 4,49 \text{ cm}$$

Sendo assim assume-se o valor de reforço em 5,0 cm de espessura para a Rua Wirmond Eidam. Será executado um reperfilamento de 2,0 cm e uma capa de 4,0 cm conforme orçamento e memorial.

5.6.2 RUA PADRE ANDRE KAMISKI

Temos os seguintes dados:

$$D_p = 178,10$$

$$D_{adm} = 135$$

Portanto utilizando a equação de reforço em concreto betuminoso temos:

$$h_{cb} = 40 \times \log (178,10/135)$$

$$h_{cb} = 4,80 \text{ cm}$$

Sendo assim assume-se o valor de reforço em 5,0 cm de espessura para a Rua Padre André Kamiski. Será executado um reperfilamento de 2,0 cm e uma capa de 4,0 cm conforme orçamento e memorial.

5.6.3 RUA MIGUEL KORELO

Temos os seguintes dados:

$$D_p = 173,55$$

$$D_{adm} = 135$$

Portanto utilizando a equação de reforço em concreto betuminoso temos:

$$h_{cb} = 40 \times \log (173,55/135)$$

$$h_{cb} = 4,38 \text{ cm}$$

Sendo assim assume-se o valor de reforço em **5,0 cm** de espessura para a Rua Miguel Korelo. Será executado um reperfilamento de **2,0 cm** e uma capa de **4,0 cm** conforme orçamento e memorial.

5.6.4 RUA DOM EFRAIM B. KREVEY

Temos os seguintes dados:

$$D_p = 176,15$$

$$D_{adm} = 135$$

Portanto utilizando a equação de reforço em concreto betuminoso temos:

$$h_{cb} = 40 \times \log (176,15/135)$$

$$h_{cb} = 4,66 \text{ cm}$$

Sendo assim assume-se o valor de reforço em **5,0 cm** de espessura para a Rua Dom Efraim B. Krevey. Será executado um reperfilamento de **2,0 cm** e uma capa de **4,0 cm** conforme orçamento e memorial.

5.6.5 RUA NENÉCO

Temos os seguintes dados:

$$D_p = 173,55$$

$$D_{adm} = 135$$

Portanto utilizando a equação de reforço em concreto betuminoso temos:

$$h_{cb} = 40 \times \log (173,55/135)$$

$$h_{cb} = 4,36 \text{ cm}$$

Sendo assim assume-se o valor de reforço em 5,0 cm de espessura para a Rua Neneco. Será executado um reperfilamento de 2,0 cm e uma capa de 4,0 cm conforme orçamento e memorial.

5.6.6 RUA PAULO KORELO

Temos os seguintes dados:

$$D_p = 179,40$$

$$D_{adm} = 135$$

Portanto utilizando a equação de reforço em concreto betuminoso temos:

$$h_{cb} = 40 \times \log (179,40/135)$$

$$h_{cb} = 4,94 \text{ cm}$$

Sendo assim assume-se o valor de reforço em 5,0 cm de espessura para a Rua Paulo Korelo. Será executado um reperfilamento de 2,0 cm e uma capa de 4,0 cm conforme orçamento e memorial.

5.6.7 RUA MARIA KORELO

Temos os seguintes dados:

$$D_p = 170,95$$

$$D_{adm} = 135$$

Portanto utilizando a equação de reforço em concreto betuminoso temos:

$$h_{cb} = 40 \times \log (170,95/135)$$

$$h_{cb} = 4,05 \text{ cm}$$

Sendo assim assume-se o valor de reforço em 5,0 cm de espessura para a Rua Maria Korelo. Será executado um reperfilamento de 2,0 cm e uma capa de 4,0 cm conforme orçamento e memorial.

5.6.8 RUA OTAVIO KORELO

Temos os seguintes dados:

$$D_p = 170,30$$

$$D_{adm} = 135$$

Portanto utilizando a equação de reforço em concreto betuminoso temos:

$$h_{cb} = 40 \times \log (170,30/135)$$

$$h_{cb} = 4,07 \text{ cm}$$

Sendo assim assume-se o valor de reforço em 5,0 cm de espessura para a Rua Otávio Korelo. Será executado um reperfilamento de 2,0 cm e uma capa de 4,0 cm conforme orçamento e memorial.

WILLIAN SAUTER DE CRISTO
Eng. Civil
CREA-PR: 168.844/D

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: WIRMOND EIDAN

Data: 22/05/24

[illegible]

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Aferição

2,000

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Padre André Kaminski

Data: 23/05/24

[illegible]

Determinações	12
----------------------	-----------

Média	107
--------------	------------

Desvio	20
--------	----

Deflexão Característica 127

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Determinações	12
----------------------	-----------

Média	118
--------------	------------

Desvio	29
---------------	-----------

Deflexão Característica 147

Aferição	2,000
----------	-------

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Miguel Korelo

Data: 22/05/24

[illegible]

Determinações	14
Média	74
Desvio	32
Deflexão Característica	105

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002 Marca Solotest Série: 125000

Marca Solotest Série: 125000

Série: 125000

Determinações	14
Média	115
Desvio	47
Deflexão Característica	162
Aferição	2,000

Aferição	2,000
----------	-------

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Dom Enfrain B. Krevey

Data: 22/05/24

[illegible]

Determinações	14
Média	65
Desvio	44
Deflexão Característica	109

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Determinações	14
Média	113
Desvio	49
Deflexão Característica	162
Aferição	2,000

Aferição

2,000

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: R. Neneco

Data: 22/05/24

[illegible]

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Deflexão Característica	159
Aferição	2,000

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Paulo Korelo

Data: 22/05/24

[illegible]

Determinações	16
Média	73
Desvio	25
Deflexão Característica	98

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Determinações	16
Média	137
Desvio	41
Deflexão Característica	178

Aferição	2,000
----------	-------

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Maria Korelo Data: 22/05/24

Local: Maria Korelo Data: 22/05/24

[illegible]

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002 Marca Solotest Série: 1250001 Aferição 2,000

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002 Marca Solotest Série: 1250001 Aferição 2,000

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002 Marca Solotest Série: 1250001 Aferição 2,000

Deflexão Característica	101	Deflexão Característica	162
-------------------------	-----	-------------------------	-----

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002 Marca Solotest Série: 1250001 Aferição 2,000

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002 Marca Solotest Série: 1250001 Aferição 2,000

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Otávio Korelo Data: 22/05/24

Local: Otávio Korelo Data: 22/05/24

[illegible]

Determinações	24
Média	68
Desvio	34
o Característica	102

Deflexão Característica

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Determinações	22
Média	113
Desvio	47
Deflexão Característica	160

Deflexão Característica

Aferição	2,000
----------	-------



1. Responsável Técnico

WILLIAN SAUTER DE CRISTO

Título profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 1717356770

Carteira: PR-168844/D

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

CNPJ: 76.175.918/0001-33

RUA RUI BARBOSA, 632

CENTRO - IVAÍ/PR 84460-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 20/03/2024

Valor: R\$ 0,01

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

Ação Institucional: Órgão Público (Servidor/Empregado)

3. Dados da Obra/Serviço

RUA WIRMOND EIDAM, S/N

LOTEAMENTO SANTA MARIA - IVAÍ/PR 84460-000

Data de Início: 01/05/2024

Previsão de término: 31/12/2024

Coordenadas Geográficas: -25,006339 x -50,846452

Finalidade: Outro

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

CNPJ: 76.175.918/0001-33

RUA PADRE ANDRÉ KAMINSKI, S/N

LOTEAMENTO SANTA MARIA - IVAÍ/PR 84460-000

Data de Início: 01/05/2024

Previsão de término: 31/12/2024

Coordenadas Geográficas: -25,006238 x -50,845084

Finalidade: Outro

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

CNPJ: 76.175.918/0001-33

RUA MIGUEL KORELO, S/N

LOTEAMENTO SANTA MARIA - IVAÍ/PR 84460-000

Data de Início: 01/05/2024

Previsão de término: 31/12/2024

Coordenadas Geográficas: -25,005747 x -50,844177

Finalidade: Outro

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

CNPJ: 76.175.918/0001-33

RUA DOM EFRAIM B. KREVEY, S/N

LOTEAMENTO SANTA MARIA - IVAÍ/PR 84460-000

Data de Início: 01/05/2024

Previsão de término: 31/12/2024

Coordenadas Geográficas: -25,005503 x -50,843357

Finalidade: Outro

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

CNPJ: 76.175.918/0001-33

RUA NENÉCO, S/N

LOTEAMENTO SANTA MARIA - IVAÍ/PR 84460-000

Data de Início: 01/05/2024

Previsão de término: 31/12/2024

Coordenadas Geográficas: -25,006033 x -50,842272

Finalidade: Outro

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

CNPJ: 76.175.918/0001-33

RUA PAULO KORELO, S/N

LOTEAMENTO SANTA MARIA - IVAÍ/PR 84460-000

Data de Início: 01/05/2024

Previsão de término: 31/12/2024

Coordenadas Geográficas: -25,006184 x -50,843045

Finalidade: Outro

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

CNPJ: 76.175.918/0001-33

RUA MARIA KORELO, S/N

LOTEAMENTO SANTA MARIA - IVAÍ/PR 84460-000

Data de Início: 01/05/2024

Previsão de término: 31/12/2024

Coordenadas Geográficas: -25,005851 x -50,843831

Finalidade: Outro

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

CNPJ: 76.175.918/0001-33

RUA OTÁVIO KORELO, S/N

LOTEAMENTO SANTA MARIA - IVAÍ/PR 84460-000

Data de Início: 01/05/2024

Previsão de término: 31/12/2024

Coordenadas Geográficas: -25,005481 x -50,844506

Finalidade: Outro

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

CNPJ: 76.175.918/0001-33

4. Atividade Técnica

Quantidade
1987,97

Unidade
METRO

[Análise, Dimensionamento, Estudo, Projeto] de sondagem geotécnica





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 2/2

ART de Obra ou Serviço
1720243125147

[Dimensionamento, Elaboração de orçamento, Elaboração em BIM, Estudo, Levantamento, Projeto] de infraestrutura para vias urbanas	15848,48	M2
[Dimensionamento, Elaboração de orçamento, Estudo, Levantamento, Projeto] de sinalização viária	15848,48	M2
Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART		

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por WILLIAN SAUTER DE CRISTO, registro Crea-PR PR-168844/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 04/06/2024 e hora 10h08.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - CNPJ: 76.175.918/0001-33

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 99,64

Registrada em : 04/06/2024

Valor Pago: R\$ 99,64

A autenticidade desta ART pode ser verificada em <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>
Impresso em: 05/06/2024 10:07:26

www.crea-pr.org.br



83

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ



Loteamento Santa Maria

Ivaí - PR

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

EXTENSÃO: 1.987,97M

Ivaí - PR, Maio de 2024.

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	4
	Considerações preliminares	4
	Dados das Ruas	4
	Equipe responsável.....	5
	Assinaturas	6
2	ESTUDOS TOPOGRÁFICOS.....	8
	Considerações Gerais.....	8
	Procedimentos	8
	Implantação dos Marcos Georreferenciados	8
	Implantação das Poligonais de Apoio Básico	8
	Locação da via	8
	Levantamentos Especiais	8
4	ESTUDOS DE TRÁFEGO	9
	Considerações Gerais.....	9
	Parâmetros adotados	9
	Classificação das vias	9
5	ESTUDOS GEOTÉCNICOS	13
	Considerações Gerais.....	13
	Estrutura do pavimento existente	13
	Estudos Deflectométricos – ENSAIO DE VIGA BENKELMAN	14
6	PROJETO GEOMÉTRICO	23
	Considerações Gerais.....	23
	Layout.....	23
	Seções transversais.....	23
	Velocidade de projeto	23
	Elementos Planimétricos.....	23
7	PROJETO DE DRENAGEM E OBRAS DE ARTE CORRENTES.....	24
	Considerações Gerais.....	24
8	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	25
	Considerações Gerais.....	25
	Parâmetros	25
	Dimensionamento do pavimento	25
	Estrutura do pavimento	25
9	PROJETO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA	27
	Considerações Preliminares	27
	Sinalização Horizontal.....	27
	Sinalização Vertical.....	28
10	ESPECIFICAÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO – PAVIMENTAÇÃO	30
	Generalidades.....	30
	Descrição dos Serviços.....	30

11	ESPECIFICAÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO – DRENAGEM PLUVIAL	35
	Considerações iniciais	35
	Descrição dos Serviços.....	35
12	ESPECIFICAÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO – SINALIZAÇÃO	36
	Generalidades.....	36
	Sinalização Horizontal.....	36
	Sinalização vertical	37
13	CONTROLE INTERNO DE QUALIDADE	38
14	CONTROLE EXTERNO DE QUALIDADE DA CONTRATANTE	41
15	CRITERIOS DE ACEITAÇÃO E REJEIÇÃO	42

1 APRESENTAÇÃO

O presente volume contém o **PROJETO DE RECAPE** de **LOTEAMENTO SANTA MARIA**, localizadas no **MUNICÍPIO DE IVAÍ-PR**.

O Projeto Executivo foi desenvolvido pela empresa **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**.

Considerações preliminares

O projeto segue as orientações definidas pelo contratante.

Também fazem parte deste memorial às especificações e detalhamentos técnicos necessários a implantação das obras necessárias.

Dados das Ruas

As ruas que fazem parte deste projeto estão apresentadas na Tabela 1

Item	Rua	Início	Final	Extensão (m)	Largura (m)	Área (m²)
1	Rua Wirmond Eidam	Rua Henrique Florêncio Ribeiro	Rua Projetada I	93,95	8,65	812,47
Coordenadas:		25° 0'21.50"S 50°50'47.54"O	25° 0'24.35"S 50°50'46.70"O			
2	Rua Padre André Kaminski	Rua Henrique Florêncio Ribeiro	Rua Projetada I	216,77	8,13	1.762,01
Coordenadas:		25° 0'19.62"S 50°50'44.23"O	25° 0'25.50"S 50°50'40.19"O			
3	Rua Miguel Korelo	Rua Henrique Florêncio Ribeiro	Sem Saida	270,82	7,96	2.156,27
Coordenadas:		25° 0'17.73"S 50°50'40.99"O	25° 0'25.20"S 50°50'35.83"O			
4	Rua Dom Efraim B. Krevey	Rua Henrique Florêncio Ribeiro	Sem Saida	268,17	7,94	2.129,54
Coordenadas:		25° 0'16.24"S 50°50'38.44"O	25° 0'23.90"S 50°50'33.44"O			
5	Rua Neneco	Rua Paulo Korelo	Sem Saida	55,13	7,84	432,19
Coordenadas:		25° 0'21.07"S 50°50'32.60"O	25° 0'22.72"S 50°50'31.50"O			
6	Rua Paulo Korelo	Linha Gonçalves Junior	Rua Projetada I	285,64	7,91	2.260,43
Coordenadas:		25° 0'20.23"S 50°50'31.19"O	25° 0'25.47"S 50°50'40.41"O			
7	Rua Maria Korelo	Linha Gonçalves Junior	Rua Projetada I	371,79	7,86	2.921,48
Coordenadas:		25° 0'17.91"S 50°50'32.14"O	25° 0'24.86"S 50°50'44.06"O			
8	Rua Otávio Korelo	Linha Gonçalves Junior	Rua Wirmond Eidam	425,70	7,93	3.374,09
Coordenadas:		25° 0'15.75"S 50°50'33.14"O	25° 0'23.54"S 50°50'46.74"O			
Total				1.987,97	-	15.848,48

Tabela 1 – Lista de Ruas

Equipe responsável

Os estudos e projetos foram desenvolvidos pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**, sob a coordenação do Engenheiro Civil Willian Sauter de Cristo, registrado no CREA/PR sob o número 168.844/D.

Profissional	Título	Registro	Projeto
WILLIAN SAUTER DE CRISTO	Engenheiro Civil	CREA-PR: 168.844/D	Coordenação
			Estudos Geotécnicos
			Estudos de Tráfego
			Projeto Geométrico
			Projeto de Drenagem e OAC
			Projeto de Pavimentação
			Projeto de Sinalização Viária
			Projeto de Obras Complementares
			Memoriais e especificações
			Orçamento e Cronograma

Tabela 2 – Relação de profissionais

Assinaturas

WILLIAN SAUTER DE CRISTO
Eng.Civil CREA-PR 168.844/D

MUNICÍPIO DE IVAÍ
CNPJ: 76.175.918/0001-33
Proprietário

ESTUDOS REALIZADOS

2 ESTUDOS TOPOGRÁFICOS

Considerações Gerais

Os estudos topográficos executados objetivaram o fornecimento dos elementos necessários à definição dos projetos através do levantamento dos diversos acidentes geográficos e do cadastro da situação existente ao longo dos segmentos e das áreas a serem estudadas.

Procedimentos

O processo adotado foi o levantamento topográfico convencional, com o emprego de equipamentos do tipo GPS de precisão e estação total, dotadas de caderneta eletrônica, associados a dispositivo para transmissão de dados dos levantamentos, além de níveis automáticos de precisão compatível com a natureza dos serviços.

Implantação dos Marcos Georreferenciados

O início dos trabalhos topográficos compreendeu a implantação e o rastreamento de dois marcos de concreto para servirem como base para o desenvolvimento da poligonal geodésica de apoio.

Implantação das Poligonais de Apoio Básico

Para a execução dos estudos topográficos, foi lançada uma poligonal de apoio materializada no campo com topografia digital.

Os vértices desta poligonal de apoio que serviu como linha de exploração, foram caracterizados por coordenadas planas retangulares.

Locação da via

A locação teve como objetivo materializar um eixo para as vias, que serviu de base para os levantamentos das demais áreas, e apoio para os outros serviços necessários.

Levantamentos Especiais

Os levantamentos especiais executados objetivaram fornecer elementos para os demais estudos e projetos realizados.

A seguir são discriminados os diversos levantamentos realizados nesta fase.

- Levantamentos de interseções, ruas adjacentes e acessos;
- Levantamento das obras de drenagem (tipo, diâmetro, comprimento e cotas);
- Cadastro das interferências (postes, muros, cercas, etc.)

4 ESTUDOS DE TRÁFEGO

Considerações Gerais

Os estudos de tráfego foram desenvolvidos orientados pela IP-02 – Classificação das Vias, publicada pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

Parâmetros adotados

A IP-02 – Classificação das Vias, para o estabelecimento do parâmetro "N" (número de operações do eixo padrão de 80 KN), representativo das características de tráfego, estuda os seguintes tópicos:

- Estimativa das porcentagens mais prováveis de cada tipo de veículo de carga na composição da frota. Isso é efetuado levando-se em conta a função preponderante de cada classe de via.
- Carregamento provável de acordo com cada classe de via. Constata-se que, em viagens curtas e principalmente nas zonas urbanas, a porcentagem de veículos circulando com carga abaixo do limite e mesmo "vazios" é elevada.

Para o cálculo do fator de equivalência de cada tipo de veículo, é necessária a determinação do número "N" (considerando seus carregamentos). São utilizados os estudos realizados para a determinação dos fatores de equivalência, e que constam de:

- Estabelecimento de modelos matemáticos, relacionando a carga útil às cargas resultantes nos eixos dos veículos. Foram obtidos a partir dos dados básicos de cada tipo de veículo (tara, número de eixo, limites máximos de carga por eixo, etc.) e confrontados com modelos obtidos por regressão linear de alguns levantamentos estatísticos disponíveis. A utilização desses modelos conduz à determinação dos fatores de equivalência correspondentes a:
 - 105% da carga útil máxima;
 - 100% da carga útil máxima;
 - 75% da carga útil máxima;
- Estabelecimento de percentuais dos carregamentos para os tipos de veículos comerciais componentes da frota, de acordo com as características de cada classe de via, sendo calculados os fatores de equivalência final e determinados os números "N" indicados na Figura 2.

Classificação das vias

A classificação do tipo de tráfego da via precede a aplicação dos métodos de dimensionamento adotados. Essa classificação permite a adequada utilização desses métodos e estimativa de solicitações de veículos a que a via estará submetida em seu período de vida útil.

Foi considerada a carga máxima legal no Brasil, que é de 10 toneladas por eixo simples de rodagem dupla (100kN/ESRD).

O parâmetro "N" constitui o valor final representativo dos esforços transmitidos à estrutura, na interface pneu/pavimento. O valor de "N" indica o número de solicitações previstas no período operacional do pavimento, por um eixo traseiro simples, de rodagem dupla, com 80 kN, conforme o Método do Corpo de Engenheiros do Exército dos EUA.

Conforme a IP-02 – Classificação das Vias, as vias urbanas a serem pavimentadas são classificadas, para fins de dimensionamento de pavimento, de acordo com tráfego previsto para as mesmas, nos seguintes tipos:

- Tráfego Leve - Ruas de características essencialmente residenciais, para as quais não é previsto o tráfego de ônibus, podendo existir ocasionalmente passagens de caminhões e ônibus em número não superior a 20 por dia, por faixa de tráfego, caracterizado por um número "N" típico de 10^5 solicitações do eixo simples padrão (80 kN) para o período de projeto de 10 anos;
- Tráfego Médio - Ruas ou avenidas para as quais é prevista a passagem de caminhões e ônibus em número de 21 a 100 por dia, por faixa de tráfego, caracterizado por número "N" típico de 5×10^5 solicitações do eixo simples padrão (80 kN) para o período de 10 anos;
- Tráfego Meio Pesado - Ruas ou avenidas para as quais é prevista a passagem de caminhões ou ônibus em número 101 a 300 por dia, por faixa de tráfego, caracterizado por número "N" típico de 2×10^6 solicitações do eixo simples padrão (80 kN) para o período de 10 anos;
- Tráfego Pesado - Ruas ou avenidas para as quais é prevista a passagem de caminhões ou ônibus em número de 301 a 1000 por dia, por faixa de tráfego, caracterizado por número "N" típico de 2×10^7 solicitações do eixo simples padrão (80 kN) para o período de projeto de 10 anos a 12 anos;
- Tráfego Muito Pesado - Ruas ou avenidas para as quais é prevista a passagem de caminhões ou ônibus em número de 1001 a 2000 por dia, na faixa de tráfego mais solicitada, caracterizada por número "N" típico superior a 5×10^7 solicitações do eixo simples padrão (80 kN) para o período de 12 anos;
- Faixa Exclusiva de Ônibus - Vias para as quais é prevista, quase que exclusivamente, a passagem de ônibus e veículos comerciais (em número reduzido), podendo ser classificadas em:
 - o Faixa Exclusiva de Ônibus com Volume Médio - onde é prevista a passagem de ônibus em número não superior a 500 por dia, na faixa "exclusiva" de tráfego, caracterizado por número "N" típico de 3×10^6 solicitações do eixo simples padrão (80 kN) para o período de 12 anos.

- o Faixa Exclusiva de Ônibus com Volume Elevado - onde é prevista a passagem de ônibus em número superior a 500 por dia, na faixa "exclusiva" de tráfego, caracterizado por número "N" típico de 5×10^7 solicitações do eixo simples padrão (80 kN) para o período de 12 anos.

A Figura 2 resume os principais parâmetros adotados para a classificação das vias da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP.

Função predominante	Tráfego previsto	Vida de projeto (anos)	Volume inicial faixa mais carregada		Equivalente Por veículo	N	N característico
			VEÍCULO LEVE	CAMINHÃO / ÔNIBUS			
Via local Residencial	LEVE	10	100 A 400	4 A 20	1,50	$2,70 \times 10^4$ A $1,40 \times 10^5$	10^5
Via coletora Secundária	MÉDIO	10	401 A 1500	21 A 100	1,50	$1,40 \times 10^5$ A $6,80 \times 10^5$	5×10^5
Via coletora principal	MEIO PESADO	10	1501 A 5000	101 A 300	2,30	$1,4 \times 10^6$ a $3,1 \times 10^6$	2×10^6
Via arterial	PESADO	12	5001 A 10000	301 A 1000	5,90	$1,0 \times 10^7$ a $3,3 \times 10^7$	2×10^7
Via arterial Principal/ expressa	MUITO PESADO	12	> 10000	1001 A 2000	5,90	$3,3 \times 10^7$ a $6,7 \times 10^7$	5×10^7
Faixa Exclusiva de Ônibus	VOLUME MÉDIO	12		< 500		$3 \times 10^{6(1)}$	10^7
	VOLUME PESADO	12		> 500		5×10^7	5×10^7

N = valor obtido com uma taxa de crescimento de 5% ao ano, durante o período de projeto.

Figura 2 – Classificação das vias

Esta classificação corresponde ao apresentado na Tabela 4, considerando o fluxo principal dos veículos entre as 07h as 19h.

Classificação		Veículos comerciais (máximo)			
Função	Tráfego	1 veículos a cada min	veículos por hora	horas por dia	veículos por dia
Local residencial	LEVE	36,00	1,67	12,00	20,00
Coletora secundária	MÉDIO	7,20	8,33	12,00	100,00
Coletora principal	MEIO PESADO	2,40	25,00	12,00	300,00
Arterial	PESADO	0,72	83,33	11,00	1.000,00
Arterial principal	MUITO PESADO	0,36	166,67	11,00	2.000,00

Tabela 4 – Quantidade de veículos

Para o atendimento das condições de uso e de tempo de vida útil fixados, o pavimento deverá ser mantido em suas condições de concepção e periodicamente deverão ser efetuados os serviços de manutenção, indispensáveis para o perfeito funcionamento da estrutura do pavimento.

Tráfego considerado

Conforme a IP 02 considerando a via como Local Residencial, temos os seguintes parâmetros:

- Tráfego Previsto: Leve;
- Vida de projeto: 10 anos;
- Volume inicial veículos leves: 100 a 400 veículos por/dia;
- Volume inicial veículos comerciais: 4 a 20 veículos por/dia;
- Repetições de eixo padrão – N: entre $2,70 \times 10^4$ e $1,40 \times 10^5$ solicitações;
- N característico: 10^5 solicitações

5 ESTUDOS GEOTÉCNICOS

Considerações Gerais

Os Estudos Geotécnicos foram desenvolvidos com a finalidade de proporcionar a identificação dos materiais constituintes da estrutura do pavimento existente.

Estrutura do pavimento existente

Através de pesquisas em documentação dos projetos da via em estudo foi possível identificar a seguinte estrutura:

- Revestimento com camada de CAUQ: espessura 4cm
- Base de brita graduada: espessura 15cm
- Sub-base de macadame seco: espessura 20cm

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Padre André Kaminski

Data: 23/05/24

[illegible]

Determinações	12
Média	107
Desvio	20
Deflexão Característica	127

Determinações	12
Média	118
Desvio	29
Deflexão Característica	147
Aferição	2.000

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Aferição

2,000

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Miguel Korelo

Data: 22/05/24

[illegible]

Determinações	14
Média	74
Desvio	32
Deflexão Característica	105

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Determinações	14
Média	115
Desvio	47
Deflexão Característica	162

Aferição

2,000

50

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Dom Enfrain B. Krevey

Data: 22/05/24

[illegible]

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Aferição

2,000

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: R. Nenéco

Data: 22/05/24

[illegible]

Determinações	4
Média	82
Desvio	26
Deflexão Característica	108

Determinações	4
Média	131
Desvio	28
Deflexão Característica	159
Aferição	2,000

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Aferição

2,000

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Paulo Korelo

Data: 22/05/24

[illegible]

Determinações	16
Média	73
Desvio	25
Deflexão Característica	98

VIGA BENKELMAN; Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Determinações	16
Média	137
Desvio	41
Deflexão Característica	178

Aferição	2,000
----------	-------

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Maria Korelo

Data: 22/05/24

[illegible]

VIGA BENKELMAN; Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Aferição

2,000

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Otávio Korelo

Data: 22/05/24

[illegible]

Determinações	24
Média	68
Desvio	34
Deflexão Característica	102

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Determinações	22
Média	113
Desvio	47
Deflexão Característica	160

Aferição	2,000
----------	-------

PROJETOS DESENVOLVIDOS

6 PROJETO GEOMÉTRICO

Considerações Gerais

Como as ruas já são pavimentadas a geometria projetada segue o existente.

Layout

Seguindo a pista existente, foi projetada pista de rolamento com largura variável, com áreas previstas para estacionamento.

Seções transversais

A inclinação transversal para a pista de rolamento segue as inclinações existentes no local.

Velocidade de projeto

A velocidade de projeto adotada foi de 40 km/h.

A velocidade V_{85} foi determinada com base na seguinte equação $V_{85} = V_p + 20\text{Km/h}$, resultando em 60Km/h.

Elementos Planimétricos

Como se trata de via já pavimentada foi mantida a geometria do local.

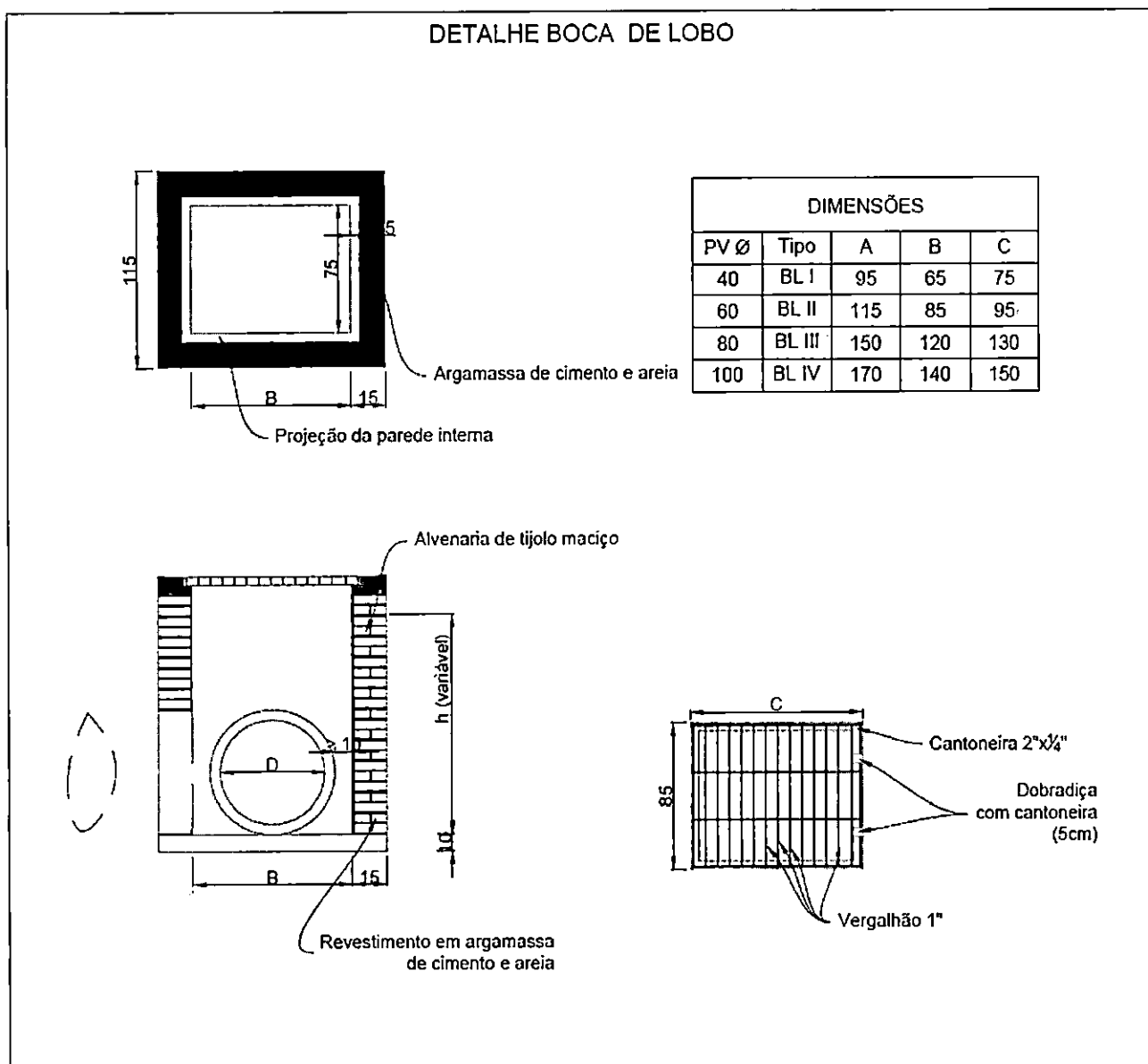
7 PROJETO DE DRENAGEM E OBRAS DE ARTE CORRENTES

Considerações Gerais

Os principais fatores que influenciam na correta determinação dos sistemas de drenagem urbana são: a área das bacias de contribuição, a intensidade das chuvas, o período de retorno das chuvas, o relevo e o tipo e intensidade de ocupação do local, apresentados nos Estudos Hidrológicos..

No local foi constatado apenas a deterioração de algumas bocas de lobo, sendo essas previsto apenas suas restaurações conforme planilha.

Segue Detalhe:



8 PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

Considerações Gerais

Para o dimensionamento do pavimento flexível, foram utilizados no projeto o Método de Dimensionamento de Pavimentos Flexíveis – DNER (proposto por Murillo Lopes de Souza), com base nos parâmetros definidos pelo estudo de tráfego e pelos dados geotécnicos obtidos e para o reforço foi utilizada a DNER – PRO 11, conforme dimensionamento específico.

Parâmetros

Estrutura do pavimento existente

- Revestimento com camada de CAUQ: espessura 4cm
- Base de brita graduada: espessura 15cm
- Sub-base de macadame seco: espessura 20cm

Número "N"

O valor de "N" considerado é 10^5 , obtido pelo método USACE, conforme apresentado nos estudos de tráfego.

Dimensionamento do pavimento

De acordo com os parâmetros obtidos na avaliação deflectométrica, será feito o aproveitamento residual das camadas existentes, sendo realizados reparos locais, classificados como:

- Remendos profundos;
- Remendos superficiais;
- Correção de defeitos por fresagem descontínua;

Desta forma deverá ser executado reforço do pavimento, com espessura de 5cm, sendo utilizado o para o revestimento camada de Concreto Betuminoso (Asfáltico) Usinado a Quente.

Estrutura do pavimento

Estrutura final – Reforço Pavimento Loteamento Santa Maria – Todas as Ruas

A estrutura final do pavimento ficou definida da seguinte maneira, conforme se apresenta na Tabela 5.

Camada	Situação	Material	Espessura (cm)
Reforço	Novo	CAUQ	5,00
Revestimento	Existente	CAUQ	4,00
Base	Existente	Brita Graduada	15,00
Sub-Base	Existente	Macadame Seco	20,00
Subleito	Existente	Solo local	-

Tabela 5 – Estrutura do pavimento – Reforço

Reforço e reperfilamento

O reforço do pavimento será realizado em duas etapas, uma camada de 2 cm de espessura de reperfilamento e o restante da espessura necessária, conforme dimensionamento, será realizada posteriormente em uma camada única, sendo assim serão realizadas duas pinturas de ligação, uma entre a camada existente e

o reperfilamento e outra entre o reperfilamento e a camada de CBUQ faixa C.

Estrutura final – remendo profundo

A estrutura final dos remendos profundos, após a remoção do pavimento existente, ficou definida da seguinte maneira, conforme se apresenta na Tabela 6.

Camada	Situação	Material	Espessura (cm)
Recomposição	Novo	CAUQ	4,00
Base	Novo	Brita Graduada	15,00
Sub-Base	Novo	Macadame Seco	25,00
Subleito	Existente	Solo local	

Tabela 6 – Estrutura do pavimento – Remendos profundos

Esta estrutura também deve ser utilizada para a recomposição das valas de drenagem.

Estrutura final – remendo superficial

A estrutura final dos remendos superficiais, após a remoção do revestimento existente, ficou definida da seguinte maneira, conforme se apresenta na Tabela 7

Camada	Situação	Material	Espessura (cm)
Recomposição	Novo	CAUQ	4,00
Base	Existente	Brita Graduada	15,00
Sub-Base	Existente	Macadame Seco	20,00
Subleito	Existente	Solo local	

Tabela 7 – Estrutura do pavimento – Remendos superficiais

9 PROJETO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA

Considerações Preliminares

O projeto de sinalização deverá orientar o motorista para adaptação à geometria via, procurando ordenar o tráfego através da implantação de pinturas e placas que contribuirão para a utilização da mesma. Estas medidas são as mais importantes para aumentar os níveis de segurança.

O projeto de sinalização seguiu as normas e especificações vigentes, em particular o Anexo II do Código Nacional de Trânsito, aprovado pela Resolução nº 160, de 22 de abril de 2004, o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito - CONTRAN – DENATRAN – MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2007 e o Manual de Sinalização Rodoviária do DNIT, 1999.

Este Projeto está subdividido em sinalização horizontal e vertical.

A sinalização de obras deverá seguir o Manual de Sinalização de Obras Emergências em Rodovias.

Sinalização Horizontal

A sinalização horizontal tem a finalidade de orientar o motorista dentro do critério preestabelecido, aumentando, com isto, a segurança do tráfego.

Linhas longitudinais – demarcadoras de faixa, de proibição de ultrapassagem e de bordo de pista

As de proibição de ultrapassagem estarão posicionadas no limite da faixa para a qual a proibição se aplica, lado a lado com a linha demarcadora, ou com a de proibição de ultrapassagem relativas à faixa de tráfego do sentido oposto. Sua pintura será contínua, na cor amarela, localizadas em todos os locais onde a visibilidade não permita a ultrapassagem com segurança, sendo para este caso toda a extensão da via.

A faixa de bordo de pista será instalada conforme apresentado no detalhamento, fazendo o limite da pista de rolamento e indicando o início da área de estacionamento.

Faixas de travessia de pedestre

As faixas de travessias de pedestres são marcações pintadas em cor branca e com as dimensões indicadas nas plantas, devendo ser instaladas nos locais indicados.

Conforme previsto no Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, nas travessias posicionadas afastadas dos cruzamentos devem ser instaladas as faixas de retenção, conforme o detalhamento apresentado.

Lombadas

As faixas de lombadas do TIPO A são marcações pintadas em cor amarela e com as dimensões indicadas nas plantas, devendo ser instaladas nos locais indicados.

Conforme previsto na Resolução nº600 de Maio de 2016, do CONTRAN, de acordo com o detalhamento apresentado.

Sinalização Vertical

O Projeto de Sinalização Vertical foi baseado nos seguintes princípios:

- Compreensão pelos motoristas;
- Mesma intensidade ao longo da rodovia, a fim de condicionar o motorista;
- Contínua, isto é, os sinais devem ser coerentes entre si;
- Antecipada, a fim de preparar o motorista para sua próxima decisão.

Transversalmente, os sinais deverão ser colocados à margem direita da via, a uma distância mínima de 0,3m do bordo do pavimento, conforme o detalhamento apresentado.

Regulamentação

Os sinais de Regulamentação têm por finalidade informar ao usuário das proibições ou restrições disciplinando uso da via. As placas circulares terão 50 cm de diâmetro, 25 cm de lado no caso dos sinais de regulamentação de parada obrigatória.

Advertência

Os sinais de Advertência informam ao usuário de situações potenciais de perigo. Serão apresentados em placas quadradas de 50x50cm.

Indicação/Informação

Os sinais de Indicação/Informação têm por finalidade informar ao usuário sobre situações pertinentes as vias.

Neste grupo estão incluídas as placas informativas e de nomenclatura das vias, sendo executadas placas retangulares de 20x60cm, sendo dispostas duas por suporte.

Todas as placas que se encontram instaladas nas vias permanecerão no local, ou serão relocadas conforme projeto.

10 ESPECIFICAÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO – PAVIMENTAÇÃO

Generalidades

O presente Memorial Descritivo tem por finalidade estabelecer as condições e critérios que orientarão os serviços de execução da Pavimentação Asfáltica.

Os serviços de pavimentação somente serão realizados após a execução da recomposição do pavimento, fresagem e drenagem pluvial.

Todos os serviços indicados deverão seguir o prescrito no Manual de Pavimentação do DNIT. Onde estas especificações não forem aplicáveis, deverão ser seguidas primeiramente as especificações de serviço do DNIT, as normas das concessionárias e as normas da ABNT.

Deverão ser executados preliminarmente os serviços de recuperação do pavimento para posterior execução do recapeamento

Antes da execução dos serviços a construtora deverá apresentar os projetos da brita graduada e das misturas asfálticas, devendo ser aprovadas pela fiscalização.

Descrição dos Serviços

Remendos profundos

Escavações

As escavações dos remendos serão feitas mecanicamente, nas profundidades de projeto e largura mínima necessária para a execução da obra.

Regularização e compactação do sub-leito

O terreno deverá ser regularizado e compactado com o auxílio de motoniveladora e rolo corrugado, quando possível.

Estes serviços devem seguir o primeiramente o prescrito na Especificação de serviço DNIT 137/2010-ES Pavimentação – Regularização do sub-leito.

Camada de Macadame Seco

A camada de macadame seco será executada conforme as espessuras determinadas em projeto, sendo composta de camada de rachão e brita graduada para travamento.

Será executada com o uso de motoniveladora, rolo liso e caminhão tanque quando possível.

Estes serviços devem seguir o prescrito na Especificação de serviço DER-SC-ES-P-03/02 –Macadame Seco.

Camada de brita graduada

A camada de brita graduada será executada conforme as espessuras determinadas em projeto, sendo composta de brita graduada.

Deverá ser utilizada a Faixa Granulométrica C.

Será executada com o uso de motoniveladora, rolo liso e caminhão tanque quando possível.

Estes serviços devem seguir o primeiramente o prescrito na Especificação de serviço DNIT 141/2010– Pavimentação - base estabilizada granulometricamente.

Imprimação

A imprimação consiste numa pintura ligante, que recobre a camada da base, e tem por função proporcionar o fechamento e impermeabilização das camadas de suporte.

O material utilizado para a imprimação é diluído em água, conhecido como EAI, ataxa de aplicação do material deverá ser na ordem de 1,20 litros/m².

Estes serviços devem seguir o primeiramente o prescrito na Especificação de serviço NORMA DNIT 144/2014-ES -Pavimentação - Imprimação com ligante asfáltico

Pintura de ligação

A pintura de ligação consiste numa pintura ligante, que recobre a camada da base, e tem por função proporcionar a ligação entre a camada de base e a capa de rolamento (C.A.U.Q.).

O material utilizado para a pintura de ligação é derivado do petróleo, conhecido como emulsão asfáltica RR-2C, a taxa de aplicação do material deverá ser na ordem de 0,5 litros/m².

Estes serviços devem seguir o primeiramente o prescrito na Especificação de serviço DNIT 144/2012 - Pavimentação – Imprimação com ligante asfáltico convencional.

Recomposição em concreto asfáltico

Concreto asfáltico é um revestimento flexível, resultante da mistura a quente, em uma usina adequada, de agregado mineral graduado, material de enchimento e material betuminoso, espalhado e compactado a quente sobre uma base pintada (pintura de ligação).

Deverá ser empregado como material betuminoso o cimento asfáltico de petróleo convencional (CAP-50/70), com teor asfáltico de 5,2% e densidade de .

O agregado graúdo deve ser de pedra britada, com partículas de forma cúbica ou piramidal, limpas, duras, resistentes e de qualidade razoavelmente uniforme. O agregado deverá ser isento de pó, matérias orgânicas ou outro material nocivo e não deverá conter fragmentos de rocha alterada ou excesso de partículas lamelares ou chatas.

O agregado miúdo é composto de pedrisco e pó de pedra, de modo que suas partículas individuais apresentem moderada angulosidade, sejam resistentes e estejam isentas de torrões de argila ou outra substâncias nocivas.

O teor de asfalto adotado para o concreto asfáltico para a faixa de rolamento será de 5,2%:

- Camada de CAUQ para faixa de rolamento, com o uso da Faixa "C" e com densidade de 2,5 g/cm³;

Estes serviços devem seguir o primeiramente o prescrito na Especificação de serviço DNIT 031/2006 – Pavimentos flexíveis - Concreto Asfáltico.

Remendos Superficiais

Fresagem do pavimento existente

A remoção do pavimento existente será feita através de fresagem descontínua, com espessura de até 5cm.

Estes serviços devem seguir o primeiramente o prescrito na Especificação de serviço DNIT 159/2011 - Pavimentação – Fresagem a frio.

Limpeza do pavimento existente

O pavimento existente deverá ser limpo, com o uso de jato de água e equipamento de ar comprimido, bem como com o uso de ferramentas manuais.

Pintura de ligação

A pintura de ligação consiste numa pintura ligante, que recobre o pavimento existente, e tem por função proporcionar a ligação entre este e a capa de rolamento (C.A.U.Q.).

O material utilizado para a pintura de ligação é derivado do petróleo, conhecido como emulsão asfáltica RR-2C, a taxa de aplicação do material deverá ser na ordem de 0,5 litros/m².

Estes serviços devem seguir o primeiramente o prescrito na Especificação de serviço DNIT 144/2012 - Pavimentação – Imprimação com ligante asfáltico convencional.

Recomposição em concreto asfáltico

Concreto asfáltico é um revestimento flexível, resultante da mistura a quente, em uma usina adequada, de agregado mineral graduado, material de enchimento e material betuminoso, espalhado e compactado a quente sobre uma base pintada (pintura de ligação).

Deverá ser empregado como material betuminoso o cimento asfáltico de petróleo convencional (CAP-50/70), com teor de alfato de 5,2%.

O agregado gráúdo deve ser de pedra britada, com partículas de forma cúbica ou piramidal, limpas, duras, resistentes e de qualidade razoavelmente uniforme. O agregado deverá ser isento de pó, matérias orgânicas ou outro material nocivo e não deverá conter fragmentos de rocha alterada ou excesso de partículas lamelares ou chatas.

O agregado miúdo é composto de pedrisco e pó de pedra, de modo que suas partículas individuais apresentem moderada angulosidade, sejam resistentes e estejam isentas de torrões de argila ou outra substâncias nocivas.

O teor de asfalto adotado para o concreto asfáltico para a faixa de rolamento será de 5,2%:

- Camada de CAUQ para faixa de rolamento, com o uso da Faixa "C" e com densidade de 2,5 g/cm³;

Estes serviços devem seguir o primeiramente o prescrito na Especificação de serviço DNIT 031/2006 – Pavimentos flexíveis - Concreto Asfáltico.

Correção de defeitos por fresagem descontínua

Fresagem do pavimento existente

A correção dos defeitos consiste na remoção do pavimento através de fresagem no locais de ondulação ou defeitos do revestimento.

A remoção do pavimento existente será feita através de fresagem descontínua, com espessura de até 5cm.

Estes serviços devem seguir o primeiramente o prescrito na Especificação de serviço DNIT 159/2011 - Pavimentação – Fresagem a frio.

Limpeza do pavimento existente

O pavimento existente deverá ser limpo, com o uso de jato de água e equipamento de ar comprimido, bem como com o uso de ferramentas manuais.

Pintura de ligação

A pintura de ligação consiste numa pintura ligante, que recobre o pavimento existente, e tem por função proporcionar a ligação entre este e a capa de rolamento (C.A.U.Q.).

O material utilizado para a pintura de ligação é derivado do petróleo, conhecido como emulsão asfáltica RR-2C, a taxa de aplicação do material deverá ser na ordem de 0,5 litros/m².

Estes serviços devem seguir o primeiramente o prescrito na Especificação de serviço DNIT 144/2012 - Pavimentação – Imprimação com ligante asfáltico convencional.

Reperfilamento

O reperfilamento deverá ser executado sobre o pavimento limpo, aplicando uma camada de C.B.U.Q. com espessura de 2 centímetros.

Concreto asfáltico é um revestimento flexível, resultante da mistura a quente, em uma usina adequada, de agregado mineral graduado, material de enchimento e material betuminoso, espalhado e compactado a quente sobre uma base pintada (pintura de ligação).

O teor de asfalto adotado para o concreto asfáltico para a faixa de rolamento será de 5,7%:

- Camada de CAUQ para faixa de reperfilamento, com o uso da Faixa "F" e com densidade de 2,518 g/cm³;

Recomposição em concreto asfáltico

Concreto asfáltico é um revestimento flexível, resultante da mistura a quente, em uma usina adequada, de agregado mineral graduado, material de enchimento e material betuminoso, espalhado e compactado a quente sobre uma base pintada (pintura de ligação).

Deverá ser empregado como material betuminoso o cimento asfáltico de petróleo, com teor asfáltico de 5,7%.

O agregado graúdo deve ser de pedra britada, com partículas de forma cúbica ou piramidal, limpas, duras, resistentes e de qualidade razoavelmente uniforme. O agregado deverá ser isento de pó, matérias orgânicas ou outro material nocivo e não deverá conter fragmentos de rocha alterada ou excesso de partículas lamelares ou chatas.

O agregado miúdo é composto de pedrisco e pó de pedra, de modo que suas partículas individuais apresentem moderada angulosidade, sejam resistentes e estejam isentas de torrões de argila ou outra substâncias nocivas.

O teor de asfalto adotado para o concreto asfáltico para a faixa de rolamento será de 5,2%:

- Camada de CAUQ para faixa de rolamento, com o uso da Faixa "C" e com densidade de 2,5 g/cm³;

Estes serviços devem seguir o primeiramente o prescrito na Especificação de serviço DNIT 031/2006 – Pavimentos flexíveis - Concreto Asfáltico.

11 ESPECIFICAÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO – DRENAGEM PLUVIAL

Considerações iniciais

Os concretos não indicados deverão ter FCK 20MPa. As armaduras serão de aço CA 50 e CA 60.

Os bueiros, drenos e demais elementos não apresentados deverão seguir o detalhamento feito pelo DNIT no Álbum de Projetos-Tipo de Dispositivos de Drenagem.

Os serviços de drenagem pluvial deverão seguir o prescrito na especificação de serviço DNIT ES 030/2004 - Drenagem - dispositivos de drenagem pluvial urbana.

Descrição dos Serviços

Bocas de Lobo

As bocas de lobo serão executadas alvenaria de tijolos maciços, conforme detalhes de projeto.

Estes serviços devem seguir o prescrito na Especificação de serviço DNIT ES 030/2004 - Drenagem - dispositivos de drenagem pluvial urbana.

Nos locais onde for indicado, deverá ser feita a limpeza e a reconstrução das bocas de lobo existentes, com a adequação da altura, do posicionamento (rotação) e da tampa, seguindo os padrões das bocas de lobo apresentadas no projeto.

Quando for indicada a alteração de boca de lobo para caixa de ligação, deverá ser construída tampa de concreto, sem dispositivo que permita a inspeção e o acesso à rede, utilizando a mesma armadura apresentada para o poço de visita, devendo ser desconsiderado o furo, para inspeção.

12 ESPECIFICAÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO – SINALIZAÇÃO

Generalidades

O presente Memorial Descritivo tem por finalidade estabelecer as condições e critérios que orientarão os serviços de execução da Sinalização Viária.

Todos os serviços indicados deverão seguir o prescrito Manual de Sinalização Rodoviária do DNIT. Onde estas especificações não forem aplicáveis, deverão ser seguidas primeiramente as especificações de serviço do DNIT, as normas das concessionárias e as normas da ABNT.

Sinalização Horizontal

A sinalização horizontal consiste na execução das faixas de separação de fluxo (amarelas) dispostas no eixo e das faixas limítrofes (brancas) dispostas nos bordos.

Os elementos constituintes da sinalização estão indicados em projeto.

As cores devem possuir as tonalidades de acordo com o padrão Munsell, sendo Amarela 10 YR 7,5/14, Branca N 9,5 e Vermelha 7,5 R 4/14.

A retrorrefletorização inicial mínima deverá ser de 250 mcd.lx⁻¹.m⁻² para a cor branca e 150 mcd.lx⁻¹.m⁻² para a cor amarela, verificada no campo, para sinalização definitiva. A retrorrefletorização residual mínima deverá ser de 100 mcd.lx⁻¹.m⁻² para a cor branca e 80 mcd.lx⁻¹.m⁻² para a cor amarela, verificada no campo.

Quando for detectado o fim da vida útil dos materiais, atingindo os valores de retrorrefletividade residual, ou, a sinalização aplicada apresentar qualquer tipo de patologia, esta deverá ser refeita considerando os padrões estabelecidos inicialmente.

Em função do tráfego das vias, a sinalização horizontal deverá ter espessura de 0,5mm, com garantia mínima de 36 meses, sendo utilizada material conforme a DNIT EM-276/2000 - Tinta para sinalização horizontal rodoviária à base de resina acrílica emulsionada em água.

A garantia em meses constante, pois se refere exclusivamente à vida útil do material sobre determinadas condições de tráfego ao qual é submetido. Independente desta consideração, os níveis de retrorrefletividade mínimo estabelecidos devem ser sempre considerados.

A aplicação de microesferas de vidro seguirá a seguinte proporção, devendo ser feita mecanicamente e simultaneamente na proporção especificada, devendo obedecer a DNIT EM-373/00 – Microesferas de vidro retrorrefletivas para sinalização horizontal rodoviária:

- Microesferas tipo "premix": de 200g/litro a 250g/litro;
- Microesferas tipo "dropon": de 200g/litro a 400g/litro;

Estes serviços devem seguir o primeiramente o prescrito na Especificação de serviço DNIT ES 100/2009 – Obras complementares – Segurança no tráfego rodoviário – Sinalização horizontal.

Sinalização vertical

Compõem a sinalização vertical as placas de sinalização de regulamentação, advertência e informativas. As placas deverão ser do tipo totalmente-refletivas.

A sinalização vertical deverá ser confeccionada em material retrorrefletivo, atendendo a NBR 14644 – Sinalização vertical viária – Películas – Requisitos, não sendo permitido, sob qualquer hipótese, o uso de placas pintadas.

Os substratos a serem utilizados deverão de Chapa de aço Chapas planas de aço zincadas nº 16 em conformidade com a norma ABNT NBR 11904:2005. O verso das chapas será revestido com pintura eletrostática a pó (poliéster) ou tinta esmalte sintético sem brilho na cor preta de secagem a 140° C.

No verso de cada uma das placas implantadas deverá constar a seguinte inscrição: "Mês/Ano de fabricação – Nome do Fabricante".

Os suportes das placas serão de tubo de aço galvanizado com costura NBR 5580 classe média DN 2.1/2" e=3,65mm.

O sistema de fixação, parafusos, arruelas, porcas e outros elementos metálicos devem ser galvanizados interna e externamente, com deposição de zinco mínima de 350 g/m², na espessura mínima de 50 micra, conforme NBR 7397.

As películas retrorefletivas deverão atender aos requisitos estabelecidos na NBR 14644:2007, sendo que a cor preta, quando utilizada, deverá ser totalmente opaca.

As películas utilizadas são retrorrefletivas do tipo esferas inclusas ou lentes prismáticas.

Estes serviços devem seguir o primeiramente o prescrito na Especificação de serviço DNIT ES 101/2009 – Obras complementares – Segurança no tráfego rodoviário – Sinalização vertical.

13 CONTROLE INTERNO DE QUALIDADE

Compete à executante a realização de testes e ensaios que demonstrem a seleção adequada dos insumos e a realização do serviço de boa qualidade e em conformidade com esta Especificação

As quantidades de ensaios para o controle interno de execução referem-se as quantidades mínimas aceitáveis, podendo a critério do DER/PR ou da executante serem ampliados para a garantia da qualidade da obra.

O controle interno de qualidade do material consta, no mínimo dos ensaios apresentados nos Quadros 1,2,3 e 4, apresentados a seguir :

Quadro 1 – Cimento asfáltico de petróleo	
Quantidade	Descrição
Para todo carregamento que chegar à obra:	
01	Ensaio de viscosidade Saybolt-Furol
01	Ensaio de penetração a 25°C
01	Ensaio do ponto de fulgor
01	Ensaio de espuma a 175°C
Nota 1: opcionalmente, no caso de cimentos asfálticos produzidos de acordo com o regulamento técnico ANP edição 2005, pode ser utilizado o controle rotineiro pelo viscosímetro rotacional portátil compatível com o viscosímetro Brookfield.	
Nota 2: A cada 10 carregamentos, são executados ensaios de viscosidade Saybol Furol, a varias temperaturas, que permitam o traçado da curva " Viscosidade-temperatura". (sugere-se tres pontos : 135°, 150° e 177°C)	

Quadro 2 – agregados	
Quantidade	Descrição
Para todo carregamento que chegar à obra:	
a) Para cada 500 t de mistura produzida:	
01	Ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo
02	Ensaio de granulometria do agregado de cada silo quente
b) Para cada 1200 t de mistura produzida:	
01	Ensaio de granulometria do "filler"
c) No inicio da obra e sempre que houver alteração mineralógica na bancada da pedraria	

01	Ensaio de desgaste Lós Angeles
01	Ensaio de lameridade
01	Ensaio de durabilidade
01	Ensaio de degradação produzida pela umidade

Quadro 3 – controle de produção	
Quantidade	Descrição
Para cada 200 t de mistura produzida:	
02	Medidas de temperatura dos agregados nos silos quentes, do ligantes antes da entrada do misturador e da mistura, na saída do misturador

Quadro 4 – controle de execução na pista	
Quantidade	Descrição de ensaios
Empalhamento e compactação	
02	Temperatura em cada caminhão que chega na pista, durante o espelhamento e imediatamente antes da compactação
Para cada 200 t de mistura produzida, imediatamente após a passagem da acabadora:	
01	Extração do ligante de mistura
01	Granulometria da mistura de agridos, resultante da extração de betume
Para cada 2000 t de mistura produzida, imediatamente após a passagem da acabadora:	
01	Ensaio Marshall com determinação de estabilidade e fluência
Para cada 100 t de mistura produzida compactada, em amostra indeformada extraída por sonda rotativa:	
01	Densidade aparente de corpo de prova
<p>Nota 1: paralelamente aos ensaios de extração de betume pelo método de centrifugação são realizados a cada 6.000 t de massa produzida três ensaios de extração por refluxo (ASTMD-2172-método B), para ajuste de possíveis desvios no ensaio do Rotarex.</p> <p>Nota 2: os pontos de coleta de materiais por sonda rotativa obrigatoriamente devem coincidir com os pontos de coleta de amostra para ensaios de extração de betume e</p>	

Marshall. Do material coletado por sonda rotativa, devem ser calculados as percentagens de vazios totais, vazios do agregado mineral e relação betume/vazio

Nota 3: para qualquer tipo de camada deve ser verificado por desempenho através medidas deflexão (DNER-ME 24), em locais aleatórios espaçados no Maximo a cada 100 m, sendo que os valores medidos e analisados estatisticamente devem atender aos limites definidos no projeto para o tipo de cama

14 CONTROLE EXTERNO DE QUALIDADE DA CONTRATANTE.

Compete ao contratante a realização aleatória de testes e ensaios que comprovem os resultados obtidos pela executante bem como, formar juízo quanto à aceitação ou rejeição do serviço em epígrafe.

O controle externo de qualidade é executado através de coleta aleatória de amostra, por ensaios e determinações previstas no item 7, cujo a quantidade mensal mínima corresponde pelo menos a 10% dos ensaios e determinações realizadas pela executante no mesmo período.

Compete exclusivamente ao DER/PR efetuar o controle geométrico, que consiste na realização das seguintes medidas.

Espessura da camada: deve ser medida a espessura, no Máximo a cada 100 m, por extração de corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compactação da mistura.

Alinhamentos: a verificação dos alinhamentos do eixo e bordo, nas diversas seções correspondentes às estacas da locação, é feita à trena.

Verificação final da qualidade.

Acabamento de segurança.

a) O acabamento da superfície deve ser verificado, em todas as faixas de tráfego, por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta", devidamente calibrados "DNER-PRO 164/94 e DNER-PRO 182/94", ou por sistemas a laser, desde que devidamente aceitos e aprovados pelo DER/PR. Os resultados de irregularidade longitudinal devem ser integrados a lances de 200m.

b) A macro textura é avaliada, à razão de uma determinação a cada 500m de faixa, pelo ensaio de mancha de areia. Opcionalmente os ensaio de areia podem ser substituído, por medições a laser, em panos de 20m situado a cada 500m de faixa.

c) Medições indiretas de atrito, com o pendulo britânico (ASTM-E 300/93) deve ser efetuadas nos mesmos locais de avaliação indicados para a macro textura.

15 CRITERIOS DE ACEITAÇÃO E REJEIÇÃO

• ACEITAÇÃO DOS MATERIAIS

O cimento asfáltico recebido no canteiro é aceito, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) Os valores de viscosidade, penetração e pondo de fulgor, estejam de acordo com os valores especificados.
- b) O material não produza espuma, quando aquecido a 175°C;
- c) Os resultados dos ensaios de controle de qualidade do CAP, previsto na especificação adotada, sejam julgados satisfatórios.

Agregados e "filler": o agregado graúdo, o agregado miúdo e "filler" utilizados são aceitos desde que atendidas as seguintes condições:

- a) o agregado graúdo atenda aos requisitos desta especificação no que tange à brasão Los Angeles, durabilidade e percentagem de grãos defeituosos;
- b) o agregado miúdo atenda aos requisitos desta especificação no que se refere aos ensaios de equivalente de areia e de durabilidade
- c) o "filler" (cal hidratada CH-1) apresente-se seco, com grumos, enquadrado granulometria especificada.

• VERIFICAÇÃO

- a) A verificação das condições de adesividade do ligante aos agregados empregados é efetuada através do ensaio a danos por umidade induzido, admitindo-se como satisfatório uma razão de resistência à tração por compressão diametral superior a 0,7.
- b) Os ensaios de danos por umidade induzido são efetuadas na fase de dosagem da mistura, sempre que forem constadas alterações na composição mineralógica dos agregado utilizados e, no mínimo a cada 20000 t de mistura produzida

• ACEITAÇÃO DA EXECUÇÃO

• TEMPERATURAS

- a) a produção de mistura asfáltica é aceita, com vista ao controle de temperatura, se

a.1) As temperaturas mediadas na linha de alimentação no cimento asfáltico, efetuado ao longo dia de produção, encontrarem-se situadas na faixa desejável definida em função da curva "viscosidade x temperatura" do ligante empregado. Constantes variações ou desvios significativos em relação à faixa de temperatura desejável indicam a necessidade de suspensão temporária do processo de produção, providenciando-se os necessários ajustes:

a.2) temperaturas do cimento asfáltico superiores a 177°C ou dos agregados superiores a 177°C implicam, na rejeição da massa produzida:

a.3) Temperaturas do cimento asfáltico inferiores a 120°C ou, dos agregados inferiores a 125°C, igualmente implicam na condenação do “traço” produzido.

b) A massa asfáltica chegada à pista é aceita, sob o ponto de vista de temperatura, se:

b.1 A temperatura medida no caminhão não for menor do que o limite inferior da faixa de temperatura prevista para a mistura na usina, menos de 15°C, e nunca inferior 120°C

b.2 a temperatura da massa, no decorrer da rolagem, propicie adequadas condições de compressão tendo em vista o equipamento de processo utilizado e o grau de compactação objetivado.

Quantidade de ligante e graduação da mistura de agregado

a) A quantidade de cimento asfáltico obtida pelos ensaios de extração, em amostras individuais, não devem variar em relação ao projeto, de mais do que 0,3% para mais ou menos

b) Durante a produção, a granulometria da mistura pode sofrer variações em relação à curva de projeto, respeitadas as seguintes tolerâncias e os limites da faixa granulométrica adotada.

Peneira		%Passando, em peso
3/8" a 1 1/2"	9,5 a 38,1	± 7
Nº 40 a nº 4	0,42 a 4,8	± 5
Nº 80	0,18	± 3
Nº 200	0,075	± 2

• CARACTERÍSTICAS MARSHALL DA MISTURA

a) Os valores de % de vazios, vazios do agregado mineral, relação betume-vazios, estabilidade e fluência Marshall, devem atender ao prescrito

b) A eventual ocorrência de valores que não atendam ao especificado, resulta na não aceitação do serviço. As deficiências devem ser corrigidas mediante ajustes racionais na formulação do traço e/ou no processo executivo.

Compressão: os valores do grau de compactação, calculados estatisticamente conforme os procedimentos descritos no item 9.5.1. devem estar no intervalo de 97% a 101%.

A camada de concreto asfáltico é aceita se as medidas de deflexão são inferiores à deflexão máxima admissível de projeto, para tipo de camada.

• ACEITAÇÃO DO CONTROLE GEOMÉTRICO

Os serviços executados são aceitos, à luz do controle geométrico, desde que atendidas as seguintes condições.

- a) Quanto à largura da plataforma: não são admitidos valores inferiores aos previsto para a camada;
- b) Quanto à espessura da sua camada acabada.

b.1) a espessura média de camada é determinada pela expressão:

$$1,29 s$$

$$u = x - \sqrt{n}$$

N 9 (nº de determinações efetuadas)

b.2) a espessura media determinada estatisticamente deve situar-se no intervalo de 5%, em relação à espessura prevista em projeto;

b.3) não são tolerados valores individuais de espessura fora do intervalo de 10%, em relação a espessura prevista em projeto.

c) Eventuais regiões em que se conste deficiência de espessura são objetivo de amostragem complementar, através de novas extrações de corpos de prova com sonda rotativa. As áreas deficientes, devidamente delimitadas, devem ser reforçadas, às expensas da executante.

• ACEITAÇÃO DO ACABAMENTO E E DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O serviço é aceito, sob o ponto de vista de acabamento e segurança, desde que atendidas as seguintes condições:

a) As juntas executadas apresentam-se homogenias, em relação ao conjunto da mistura, isentas de desníveis e saliências indesejáveis;

b) A superfície apresenta-se desempenhada, não ocorre marcas indesejáveis do equipamento de compressão.

c) Os valores do índice internacional de irregularidade (IRI) sejam no Máximo 2,8 m/km para valores individuais e 2,5 m/k para análise estáticas;

d) Os valores da altura de áreas à derrapagem (VED) obtidos com o ensaio de mancha de areia sejam HS 0,40 mm para valores individuais e 0,40 mm HS 1,20 mm para análises estáticas;

e) Os valores de resistência à derrapagem 9VRD) obtidos com o pendulo britânico sejam VRD 40 para valores individuais e 45 VRD 75 para análises estáticas.

No caso de trechos rodoviários que recebem solução de conservação preventiva periódica, conforme definido no Manual de Reabilitação de Pavimentos Asfálticos do extinto DNER (1998), os valores admissíveis para o índice internacional de irregularidade (IRI) são, no Maximo, de 4,0 m/km para valores individuais e 3,5 m/km para análises estatísticas.

Todos os serviços devem seguir as especificações do DER especificações (<https://www.der.pr.gov.br/Pagina/Especificacoes-deServicos-Rodoviaros>), DER/PR ES-P 13/05 - REPARO PROFUNDO, DER/PR ES-P 12/05 - REPARO SUPERFICIAL, DER/PR ES-P 27/05 - DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTOS, DER/PR ES-P 01/05 - REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO, DER/PR ES-P 05/18 – BRITA

GRADUADA, DER/PR ES-P 03/05 - MACADAME SECO, DER/PR ES-P 17/17 - PINTURAS ASFÁLTICAS, DER/PR ES-P 21/17 - CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE, DER/PR ES-OC 13/18 - MEIOS-FIOS, DER/PR ES-OC 09/18 - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACAS LATERAIS PARA SINALIZAÇÃO VERTICAL, DER/PR ES-OC 03/18 - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA À BASE DE RESINA ACRÍLICA, RETRORREFLETIVA.

• **CONDIÇÕES DE CONFORMIDADE E NÃO CONFORMIDADE**

Todos os ensaios de controle e determinações devem cumprir condições gerais e específicas desta especificação, e estar de acordo com os critérios a seguir descritos.

a) Quando especificada uma faixa de valores mínimos e máximos devem ser verificados as seguintes condições:

$X - ks < \text{valor mínimo especificado}$ ou $x + ks > \text{valor Máximo de projeto}$: não conformidade;

$X - ks \geq \text{valor mínimo especificado}$ ou $x + ks \leq \text{valor Máximo de projeto}$: conformidade;

b) Quanto especificado um valor mínimo a ser atingido, devem ser verificadas as seguintes condições:

Se $x - ks < \text{valor mínimo especificado}$: não conformidade;

Se $x \geq \text{valor mínimo especificado}$: conformidade.

c) Quando especificado um valor máximo a ser atingido, devem ser verificadas as seguintes condições:




Se $x + ks > \text{valor máximo especificado}$: não conformidade;

Se $x + ks \leq \text{valor máximo especificado}$: conformidade;

Os serviços só devem ser aceitos se atenderem às prescrições desta especificação.

Todos detalhes incorreto ou mal executado deve ser corrigido.

Qualquer serviço só deve ser aceito se as correções executadas colocarem-no em conforme com o dispositivo nesta especificação; caso contrario é rejeitado.



 PARANÁ GOVERNO DO ESTADO	Governo do Estado do Paraná Secretaria das Cidades Rua Jacy Loureiro de Campos, 180 2º andar Centro Cívico CEP 80530-140 Caixa Postal 15079 Curitiba Paraná Fone (41) 3350 – 3300 http://www.paranacidade.org.br/	 PARANACIDADE	
			
FICHA DE PROJETO			
Município:	IVAÍ	CNPJ:	76.175.918/0001-33
Projeto:	Recape de vias urbanas em CBUQ	Componente:	Pavimentação
Prioridade:	41	Programa	SFM
Recursos:	AFPR		
09. DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO			
- PARECER URBANÍSTICO - QUESTIONÁRIO AMBIENTAL			


Ponta Grossa, 03 de julho de 2024


Osmar José Ribeiro
Analista de Desenvolvimento Municipal
ER Ponta Grossa


gov.br


Documento assinado digitalmente
WILLIAN SAUTER DE CRISTO
Data: 03/07/2024 10:47:41-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>


 PARANÁ GOVERNO DO ESTADO	Governo do Estado do Paraná Secretaria das Cidades Rua Jacy Loureiro de Campos, 160 2º andar Centro Cívico CEP 80530-140 Caixa Postal 15079 Curitiba Paraná Fone (41) 3350 – 3300 http://www.paranacidade.org.br/	 Paranacidade
---	--	--









































FICHA DE PROJETO

Município:	IVAI	CNPJ:	76.175.918/0001-33
Projeto:	Recape de vias urbanas em CBUQ	Componente:	Pavimentação
Prioridade:	41	Recursos:	AFPR
Programa:	SFM		
Contato:	Willian Sauter de Cristo	CPF:	082.301.***.**
CAU/CREA:	CREA PR-168.844/D	Cargo:	Engenheiro Civil
e-mail:	williansauter@hotmail.com	Telefone:	(42) 3247-12223

01. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Recape de vias urbanas em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 15.848,48 m², compreendendo: serviços preliminares; drenagem; base e sub-base; revestimento; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; e ensaios de controle tecnológico.

02. LOCALIZAÇÃO

Vias diversas - Sede
 Município de Ivaí - PR

03. OBJETO (VIAS A SEREM PAVIMENTADAS)

LOTE 01

Objeto	Descrição da rua (entre trechos)	Sequência	Coordenada X	Coordenada Y
R1	RUA OTAVIO KORELLO entre a rua Virmond Eldam e a Linha Gonçalves Junior	1	515.505,79	7.234.322,28
		2	515.891,75	7.234.564,62
R2	RUA MARIA KOZAN KORELLO entre a rua Projetada I e a Linha Gonçalves Junior	1	515.582,34	7.234.284,24
		2	515.920,09	7.234.498,10
R3	RUA PAULO KORELLO entre a rua Projetada I e a Linha Gonçalves Junior	1	515.683,27	7.234.262,86
		2	515.950,05	7.234.430,78
R4	RUA VIRMOND EIDAM entre a rua Henrique Florencio Ribeiro e a rua Projetada I	1	515.483,67	7.234.386,90
		2	515.509,82	7.234.295,90
R5	RUA ANDRÉ KAMINSKI entre a rua Henrique Florencio Ribeiro e a rua Projetada I	1	515.577,11	7.234.444,93
		2	515.692,20	7.234.261,77
R6	RUA MIGUEL KORELLO entre a rua Henrique Florencio Ribeiro e o fim da rua	1	515.665,95	7.234.504,32
		2	515.813,73	7.234.271,86
R7	RUA DOM EFRAIM BASILIO KREVEY entre a rua Henrique Florencio Ribeiro e o fim da rua	1	515.739,08	7.234.546,76
		2	515.884,97	7.234.317,81
R8	RUA NENECO entre a rua Paulo Korello e o fim da rua	1	515.902,92	7.234.399,61
		2	515.936,15	7.234.348,16

04. ÁREA/ QUANTIDADE

Área/Quantidade TOTAL:	15.848,48 m²	Extensão TOTAL:	2.080,00 m
Área lote 01:	15.848,48 m²	Extensão lote 01:	2.080,00 m

05. CUSTOS E CRONOGRAMA

Valor do Projeto Aprovado - TOTAL:	R\$ 2.755.283,17	Empréstimo:	R\$ 2.755.283,17	Contrapartida:	R\$ 0,00
Valor do Projeto Aprovado - LOTE 1:	R\$ 2.755.283,17				
Cronograma:	6 meses				

06. POPULAÇÃO BENEFICIADA




1.000 habitantes

07. AVALIAÇÃO ECONÔMICA

Mínimo custo. Planilha de serviços e preços elaborada pelo município com base em tabelas oficiais, cotações de mercado e composições de custo.

08. AVALIAÇÃO FINANCEIRA

Obra com recursos do Sistema de Financiamento aos Municípios e complementação de valor em contrapartida municipal.

 <p>PARANÁ GOVERNO DO ESTADO</p>	<p align="center">Governo do Estado do Paraná Secretaria das Cidades Rua Jacy Loureiro de Campos, 180 2º andar Centro Cívico CEP 80530-140 Caixa Postal 15079 Curitiba Paraná Fone (41) 3350 – 3300 http://www.paranacidade.org.br/</p>	 <p align="center">PARANACIDADE</p>	
			
<p align="center">PARECER URBANÍSTICO</p>			
Município:	IVAI	CNPJ:	76.175.918/0001-33
Projeto:	Recape de vias urbanas em CBUQ	Componente:	Pavimentação
Prioridade:	41 Programa SFM	Convênio:	AFPR

PM IVAÍ

Atesto que as informações repassadas pelo Município atendem aos critérios de elegibilidade e estão compatíveis com o projeto apresentado.

Osmar José Ribeiro
Analista de Desenvolvimento Municipal
ER Ponta Grossa

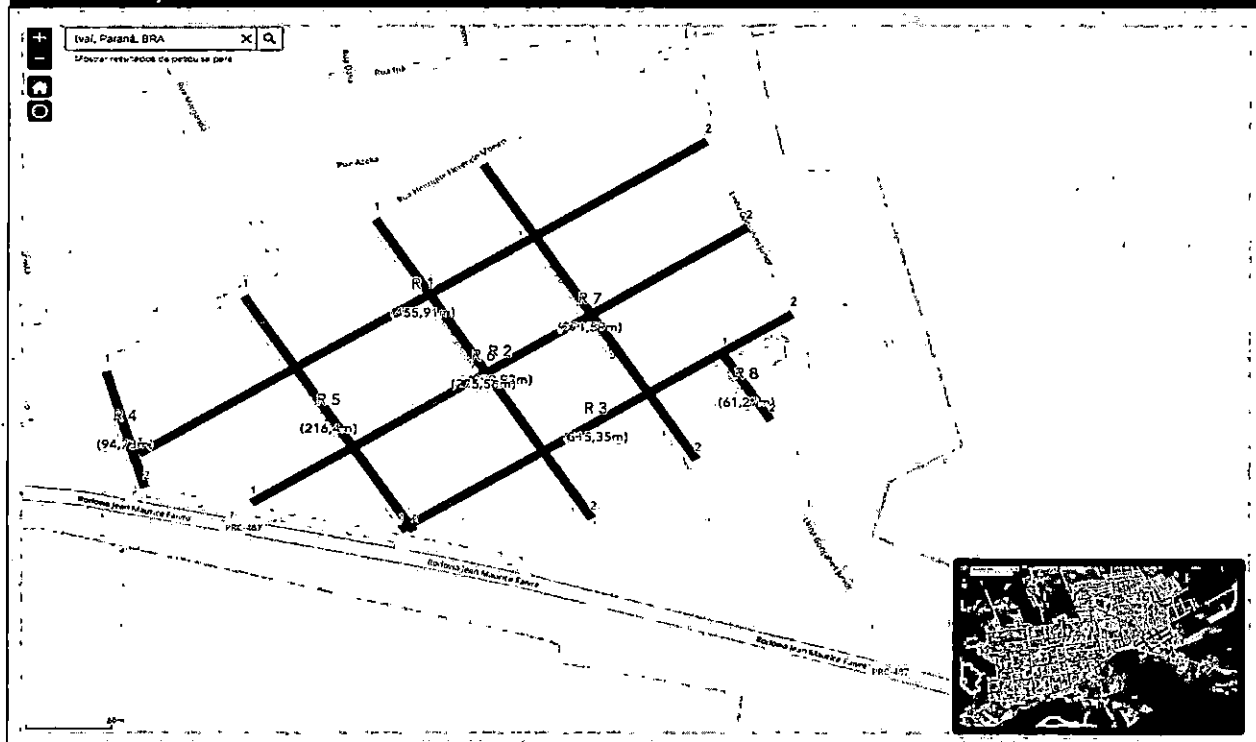


PARECER URBANÍSTICO

Município:	IVAI	CNPJ:	76.175.918/0001-33
Projeto:	Recape de vias urbanas em CBUQ	Componente:	Pavimentação
Prioridade:	41 Programa SFM	Convênio:	AFPR

	Será feita adequação com a construção de rampas de acesso a PNE		
8.7	Os passeios existente necessitarão ser substituídos? <i>Justifique a situação por rua:</i>		X
8.8	No caso de recapeamento, é necessário considerar tapa buracos? <i>Justifique:</i>	X	

09. IDENTIFICAÇÃO DA VIA A SER PAVIMENTADA



10. PARECER FINAL

Considerações técnicas:

Tratam-se de vias localizadas na sede do município, cujo recapeamento e adequação dos passeios proporcionará melhores condições de mobilidade, segurança, conforto e qualidade de vida à população.



IVAI, 03 de julho de 2024

Declaro para os devidos fins, que as informações prestadas são verdadeiras e preenchidas de acordo com a vistoria "in loco" na(s) área(s) em que será implantado o Projeto Executivo em pauta, com a finalidade de realizar o levantamento das características específicas locais, constatar infraestruturas existentes e de justificar os serviços previstos no projeto apresentado. Por ser expressão da verdade, assino abaixo :

Willian Sauter de Cristo
Engenheiro Civil - CREA PR-168.844/D

gov.br

Documento assinado digitalmente
WILLIAN SAUTER DE CRISTO
Data: 03/07/2024 10:47:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

	<p align="center">Governo do Estado do Paraná Secretaria das Cidades Rua Jacy Loureiro de Campos, 180 2º andar Centro Cívico CEP 80530-140 Caixa Postal 15079 Curitiba Paraná Fone (41) 3350-3300 http://www.paranacidade.org.br/</p>	
---	---	---



PARECER URBANÍSTICO

Município:	IVAI	CNPJ:	76.175.918/0001-33
Projeto:	Recape de vias urbanas em CBUQ	Componente:	Pavimentação
Prioridade:	41 Programa SFM	Convênio:	AFPR

PARÂMETRO	LEI	PROJETO	ATENDE À LEGISLAÇÃO	NÃO ATENDE À LEGISLAÇÃO
Caracterização da via		local		

R4	RUA VIRMOND EIDAM, entre a rua Henrique Florencio Ribeiro e a rua Projetada I			
PARÂMETRO	LEI	PROJETO	ATENDE À LEGISLAÇÃO	NÃO ATENDE À LEGISLAÇÃO
Caracterização da via		local		

R5	RUA ANDRÉ KAMINSKI, entre a rua Henrique Florencio Ribeiro e a rua Projetada I			
PARÂMETRO	LEI	PROJETO	ATENDE À LEGISLAÇÃO	NÃO ATENDE À LEGISLAÇÃO
Caracterização da via		local		

R6	RUA MIGUEL KORELLO, entre a rua Henrique Florencio Ribeiro e o fim da rua			
PARÂMETRO	LEI	PROJETO	ATENDE À LEGISLAÇÃO	NÃO ATENDE À LEGISLAÇÃO
Caracterização da via		local		

R7	RUA DOM EFRAIM BASILIO KREVEY, entre a rua Henrique Florencio Ribeiro e o fim da rua			
PARÂMETRO	LEI	PROJETO	ATENDE À LEGISLAÇÃO	NÃO ATENDE À LEGISLAÇÃO
Caracterização da via		local		



R8	RUA NENECO, entre a rua Paulo Korello e o fim da rua			
PARÂMETRO	LEI	PROJETO	ATENDE À LEGISLAÇÃO	NÃO ATENDE À LEGISLAÇÃO
Caracterização da via		local		

07. CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

		SIM	NÃO
7.1	A Localização do projeto proposto está inserido no Perímetro Urbano?	x	
7.2	As vias do projeto estão localizadas em loteamento aprovado?	x	
7.3	No caso de construção de dispositivos de drenagem de águas pluviais, o trecho está associado com via a ser pavimentada?	x	
7.4	Há compatibilidade do projeto de pavimentação com os parâmetros estabelecidos no Plano de Arborização ou legislação específica que discipline plantio de espécies vegetais no Município? <i>Justifique:</i> Não se aplica		x
7.5	Tipo de leito atual da via a ser pavimentada	pavimento asfáltico	
7.6	Tipo de revestimento do projeto de pavimentação	CBUQ	

08. INFRAESTRUTURA NA VIA A SER PAVIMENTADA

		SIM	NÃO
8.1	Sistema de drenagem pluvial	x	
8.2	Rede de esgoto	x	
8.3	Rede de abastecimento de água	x	
8.4	As calçadas estão delimitadas por meio-fio existente?	x	
8.5	Os meios-fios necessitarão ser substituídos? <i>Justifique a situação por rua:</i> -		x
8.6	Os passeios existentes (parte destinada ao trânsito de pedestres) estão em conformidade com a ABNT NBR 9050:2015/2020 e/ou Lei Municipal específica? <i>Justifique a situação por rua:</i>		x

	<p align="center">Governo do Estado do Paraná Secretaria das Cidades Rua Jacy Loureiro de Campos, 180 2º andar Centro Cívico CEP 80530-140 Caixa Postal 15079 Curitiba Paraná Fone (41) 3350-3300 http://www.paranacidade.org.br/</p>	 <p align="center">PARANACIDADE</p>
---	---	---



PARECER URBANÍSTICO

Município:	IVAI	CNPJ:	76.175.918/0001-33
Projeto:	Recape de vias urbanas em CBUQ	Componente:	Pavimentação
Prioridade:	41 Programa SFM	Convênio:	AFPR
Contato:	Willian Sauter de Cristo	CPF:	082.301.***-**
CAU/CREA:	CREA PR-168.844/D	Cargo:	Engenheiro Civil
e-mail:	williansauter@hotmail.com	Telefone:	(42) 3247-12223

01. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Recape de vias urbanas em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 15.848,48 m², compreendendo: serviços preliminares; drenagem; base e sub-base; revestimento; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; e ensaios de controle tecnológico.

02. LOCALIZAÇÃO

Vias diversas - Sede
Município de Ivaí - PR

03. OBJETO (VIAS A SEREM PAVIMENTADAS)

LOTE 01	R1	RUA OTAVIO KORELLO, entre a rua Virmond Eidam e a Linha Gonçalves Junior
	R2	RUA MARIA KOZAN KORELLO, entre a rua Projetada I e a Linha Gonçalves Junior
	R3	RUA PAULO KORELLO, entre a rua Projetada I e a Linha Gonçalves Junior
	R4	RUA VIRMOND EIDAM, entre a rua Henrique Florencio Ribeiro e a rua Projetada I
	R5	RUA ANDRÉ KAMINSKI, entre a rua Henrique Florencio Ribeiro e a rua Projetada I
	R6	RUA MIGUEL KORELLO, entre a rua Henrique Florencio Ribeiro e o fim da rua
	R7	RUA DOM EFRAIM BASILIO KREVEY, entre a rua Henrique Florencio Ribeiro e o fim da rua
	R8	RUA NENECO, entre a rua Paulo Korello e o fim da rua

04. ÁREA/ QUANTIDADE

Área/Quantidade TOTAL:	15.848,48 m²	Extensão TOTAL:	2.080,00 m
Área lote 01:	15.848,48 m²	Extensão lote 01:	2.080,00 m

05. OBSERVÂNCIA À LEI DO SISTEMA VIÁRIO

Nº da Lei do Sistema Viário Municipal: **Lei nº 1.296/2018**

O projeto apresentado atende à Lei do Sistema Viário Municipal?







SIM	NÃO
x	

Justifique: **O projeto atende à Lei Municipal nº 1.296/2018, tendo em vista serão mantidas as dimensões já consolidadas das vias.**

06. IDENTIFICAÇÃO DA VIA A SER PAVIMENTADA COMPATIBILIDADE COM A HIERARQUIA SEGUNDO LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

R1	RUA OTAVIO KORELLO, entre a rua Virmond Eidam e a Linha Gonçalves Junior			
PARÂMETRO	LEI	PROJETO	ATENDE À LEGISLAÇÃO	NÃO ATENDE À LEGISLAÇÃO
Caracterização da via	local			
R2	RUA MARIA KOZAN KORELLO, entre a rua Projetada I e a Linha Gonçalves Junior			
PARÂMETRO	LEI	PROJETO	ATENDE À LEGISLAÇÃO	NÃO ATENDE À LEGISLAÇÃO
Caracterização da via	local			
R3	RUA PAULO KORELLO, entre a rua Projetada I e a Linha Gonçalves Junior			

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Município: IVAÍ	Projeto: Recape de vias urbanas em CBUQ	Prioridade: 41
		
Rua Miguel Korelo - entre Rua Paulo Korelo e sem saída	Rua Pe André Kaminski - entre Rua Henrique F. Ribeiro e a Rua Otávio Korelo	
		
Rua Pe André Kaminski - entre Rua Otávio Korelo e a Rua Maria Korelo	Rua Pe André Kaminski - entre Rua Maria Korelo e Rua Paulo Korelo	
		
Rua Wirmond Eldam - entre Rua Henrique F. Ribeiro e a Rua Otávio Korelo	Rua Neneto - entre Paulo Korelo e sem saída	

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Município: **IVAI**

Projeto:

Recape de vias urbanas em CBUQ

Prioridade: **41**



Rua Dom Efraim B. Krevey - entre Rua Otávio Korelo e a Rua Maria Korelo



Rua Dom Efraim B. Krevey - entre Rua Maria Korelo e Rua Paulo Korelo



Rua Dom Efraim B. Krevey - entre Rua Paulo Korelo e sem saída



Rua Miguel Korelo - entre Rua Henrique F. Ribeiro e a Rua Otávio Korelo



Rua Miguel Korelo - entre Rua Otávio Korelo e a Rua Maria Korelo



Rua Miguel Korelo - entre Rua Maria Korelo e Rua Paulo Korelo



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado do Paraná
Secretaria das Cidades
Rua Jacy Loureiro de Campos, 180 | 2º andar | Centro Cívico
CEP 80530-140 | Caixa Postal 15079
Curitiba | Paraná | Fone: (41) 3350-3300 <http://www.paranacidade.org.br/>



PARANACIDADE

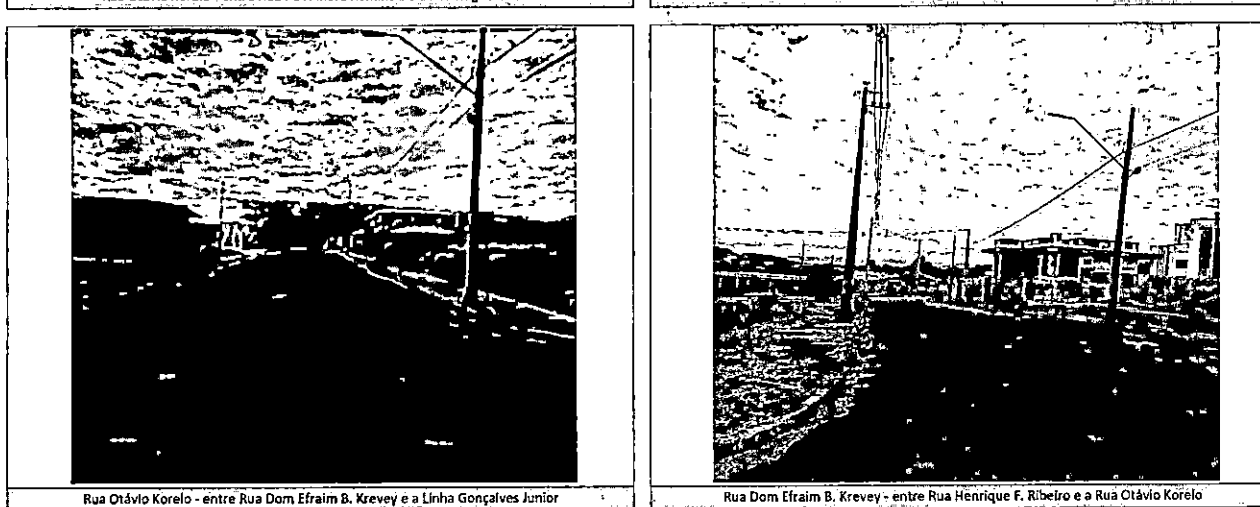
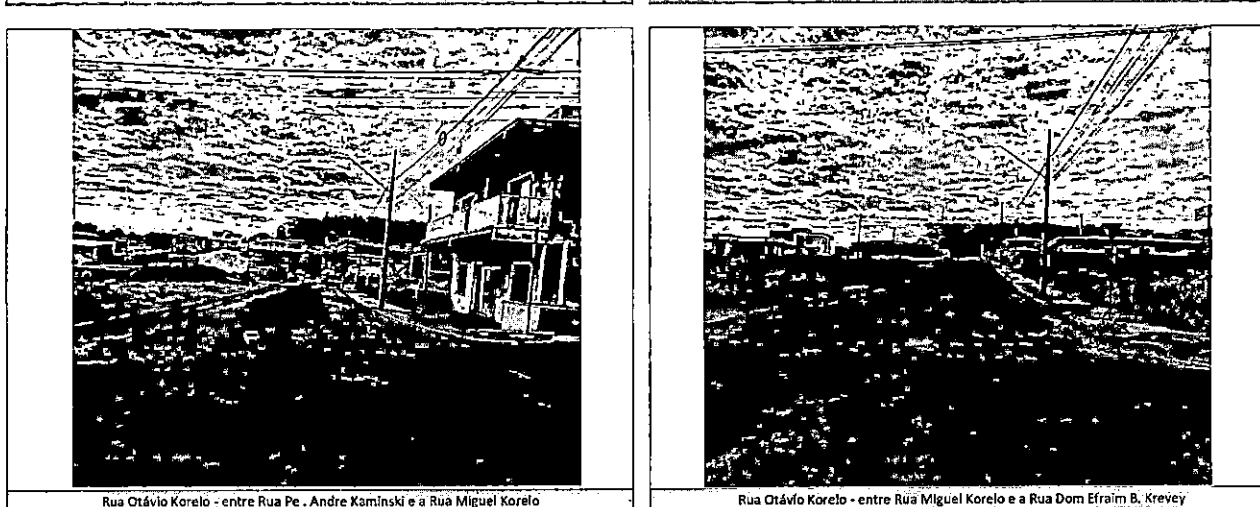
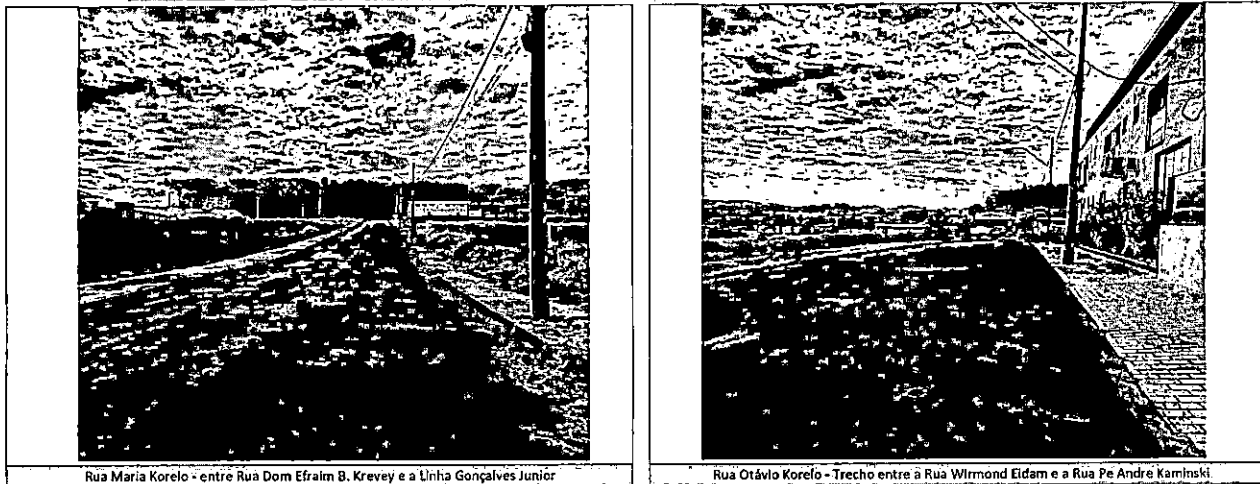


PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado do Paraná
Secretaria das Cidades
Rua Jacy Loureiro de Campos, 180 | 2º andar | Centro Cívico
CEP 80530-140 | Caixa Postal 15079
Curitiba | Paraná | Fone: (41) 3350-3300 <http://www.paranacidade.org.br/>



PARANACIDADE



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

Município: **IVAI**

Projeto:

Recape de vias urbanas em CBUQ

Prioridade:

41



Rua Paulo Korelo - entre Rua Pe. André Kaminski e a Rua Miguel Korelo



Rua Paulo Korelo - entre Rua Miguel Korelo e a Rua Dom Efraim B. Krevey



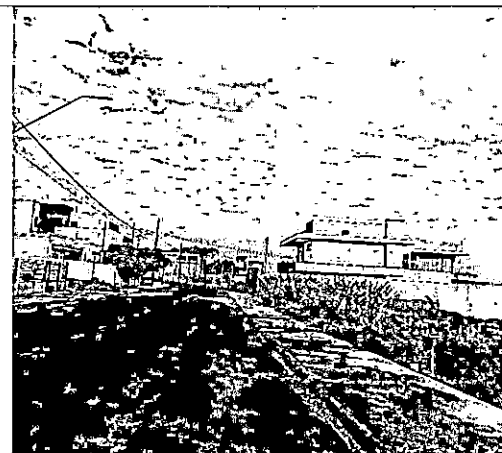
Rua Paulo Korelo - entre Rua Dom Efraim B. Krevey e a Linha Gonçalves Junior



Rua Maria Korelo - entre Rua Projetada I e a Rua Pe. André Kaminski



Rua Maria Korelo - entre Rua Pe. André Kaminski e a Rua Miguel Korelo



Rua Maria Korelo - entre Rua Miguel Korelo e a Rua Dom Efraim B. Krevey

BDI - ACÓRDÃO Nº 2622/2013 - TCU - EMPRESA PAVIMENTAÇÃO		
IMPOSTOS	ISS =	2,00
	PIS =	0,65
	COFINS =	3,00
	CPRB =	0,00
	TOTAL =	5,65
TIPO DE SERVIÇO	OBRAS	MATERIAIS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,01	3,45
RISCOS	0,56	0,85
SEGUROS E GRANTIAS	0,40	0,48
DESPESAS FINANCEIRAS	1,11	0,85
LUCRO	7,30	5,11
BDI (OBRA OU MATERIAIS/EQUIP.)	20,70	15,28
BDI=((((1+(C8+C9+C10)/100)*(1+C11/100)*(1+C12/100))/(1-C6/100))-1)*100)		
BDI (OBRA)	20,70%	
BDI (MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)	15,28%	

gov.br

Documento assinado digitalmente

WILLIAN SAUTER DE CRISTO

Data: 03/07/2024 10:44:30-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ASSINADO DIGITALMENTE
ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

CPF
71621054591

DATA
03/07/2024

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://seispro.gov.br/assinado-digital>




127

**BDI - ACÓRDÃO Nº 2622/2013 - TCU - PREFEITURA
PAVIMENTAÇÃO - ANEXO VII**

IMPOSTOS	ISS =	2,00
	PIS =	0,65
	COFINS =	3,00
	CPRB =	0,00
	TOTAL =	5,65
TIPO DE SERVIÇO	OBRAS	MATERIAIS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,01	3,45
RISCOS	0,56	0,85
SEGUROS E GRANTIAS	0,40	0,48
DESPESAS FINANCEIRAS	1,11	0,85
LUCRO	7,30	5,11
BDI (OBRA OU MATERIAIS/EQUIP.)	20,70	15,28
BDI=((((1+(C8+C9+C10)/100)*(1+C11/100)*(1+C12/100))/(1-C6/100))-1)*100)		
BDI (OBRA)	20,70%	
BDI (MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)	15,28%	

SFM		SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID				RECAPE - EDITAL DE LICITAÇÃO - ANEXO IV																															
Município:	IVAÍ	SAM	40	Edital no Município	Procedimento prévio	Início previsto da Obra	Fonte do RECURSO	27/08/2024	Prazo do Projeto	Repasso do Concorrente	R\$	2.755.283,17	100,00%																								
Projeto:	RECAPEAMENTO DE VIAS URBANAS		LOTE nº	1	Data	03/07/2024	Dias	45	Data	27/08/2024	Sigla	SFM	27/08/2024	nº dias	180	Ok o nº de DIAS	Contrapartida do Proponente	R\$	-																		
Quantidade:	15.848,48 m²		CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO												Valor Total	2.755.283,17	100,00%																				
GRUPO	SERVIÇOS	N	NÚMERO DE ETAPAS (%)												Nº DE ETAPAS	TOTAL ITEM (R\$)	% S/ TOTAL																				
ITEM	ok	6	1	2	3	4	5	6																													
Informar o número de DIAS de cada ETAPA:			180	30	30	30	30	30	30																												
Data Início			27/8/24	27/9/24	28/10/24	28/11/24	29/12/24	29/1/25																													
Data Fim			26/9/24	27/10/24	27/11/24	28/12/24	28/1/25	28/2/25																													
1	SERVIÇOS PRELIMINARES		96,49					3,51									2	105.488,88	3,83%																		
2	TERRAPLENAGEM																	-	-																		
3	DRENAGEM		66,67				33,33										2	7.052,97	0,26%																		
4	BASE / SUB-BASE		48,36				51,64										3	567.792,48	20,60%																		
5	REVESTIMENTO		6,59	16,50	29,55	7,66	14,09	21,71									6	1.944.223,28	70,56%																		
6	MEIO-FIO E SARJETA																	-	-																		
7	SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO							100,00									1	53.870,28	1,96%																		
8	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO							100,00									1	36.862,44	1,34%																		
9	ILUMINAÇÃO PÚBLICA																	-	-																		
10	SERVIÇOS DIVERSOS																	-	-																		
11	ENSAIOS TECNOLÓGICOS		6,47	10,23	32,67	12,61	10,23	20,79									6	39.983,84	1,45%																		
TOTALS																		2.755.283,17	100,00%																		
COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS (FINANCIAMENTO E CONTRAPARTIDA)																																					
ITEM	SERVIÇOS	FONTES	R\$	1	2	3	4	5	6								Nº DE ETAPAS	TOTAL ITEM	% S/ ITEM																		
1F	SERVIÇOS PRELIMINARES	FINANCIAMENTO	R\$	101.760,22	-	-	-	-	3.702,66	-	-	-	-	-	-	-	2	105.488,88	3,83%																		
1C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-																		
2F	TERRAPLENAGEM	FINANCIAMENTO	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-																		
2C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-																		
3F	DRENAGEM	FINANCIAMENTO	R\$	4.702,22	-	-	2.350,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	7.052,97	0,26%																		
3C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-																		
4F	BASE / SUB-BASE	FINANCIAMENTO	R\$	274.584,44	-	-	293.208,04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	567.792,48	20,61%																		
4C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-																		
5F	REVESTIMENTO	FINANCIAMENTO	R\$	135.901,21	320.796,84	574.517,88	148.527,50	273.841,06	490.138,69	-	-	-	-	-	-	-	6	1.944.223,28	70,56%																		
5C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-																		
6F	MEIO-FIO E SARJETA	FINANCIAMENTO	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-																		
6C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-																		
7F	SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO	FINANCIAMENTO	R\$	-	-	-	-	-	53.870,28	-	-	-	-	-	-	-	1	53.870,28	1,96%																		
7C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-																		
8F	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	FINANCIAMENTO	R\$	-	-	-	-	-	36.862,44	-	-	-	-	-	-	-	1	36.862,44	1,34%																		
8C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-																		
9F	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	FINANCIAMENTO	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-																		
9C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-																		
10F	SERVIÇOS DIVERSOS	FINANCIAMENTO	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-																		
10C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-																		
11F	ENSAIOS TECNOLÓGICOS	FINANCIAMENTO	R\$	2.588,95	4.090,35	15.881,58	5.041,86	4.090,35	8.312,64	-	-	-	-	-	-	-	6	39.983,84	1,45%																		
11C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-																		
F	TOTALS	FINANCIAMENTO	R\$	512.581,04	324.887,19	590.379,57	449.528,28	278.031,41	582.895,71	-	-	-	-	-	-	-		2.755.283,17	100,00%																		
C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-																		
FATURAMENTO MENSAL PREVISTO			R\$	518.561,04	324.887,19	590.379,57	449.528,28	278.031,41	582.895,71	-	-	-	-	-	-	-		2.755.283,17	100,00%																		
MENSAL PARCIAL PREVISTO EM %			R\$	18,86%	11,78%	21,43%	16,32%	10,00%	21,52%	-	-	-	-	-	-	-		2.755.283,17	100,00%																		
MENSAL ACUMULADO PREVISTO EM %			R\$	18,86%	30,65%	52,08%	68,39%	78,48%	100,00%	-	-	-	-	-	-	-		OK	OK																		
Resp. Técnico:			Assinatura:						Prefeito(a):						Assinatura:						data:																
WILLIAN SAUTER DE CRISTO - CREA PR-168944/D - ART/RRT Nº 1720243125147									ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO																												
Tabela Referência: DER/PR e SINAPI de SETEMBRO/2023 sem desoneração																		Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.088/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21):																		03/07/2024 - qua	

ASSINADO DIGITALMENTE
ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
CPF 71521054981 DATA 03/07/2024
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: <http://www.gov.br/sinapi/assinado-digital/> 



Documento assinado digitalmente
WILLIAN SAUTER DE CRISTO
Data: 03/07/2024 10:44:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DMT MATERIAIS PAVIMENTAÇÃO

IVAÍ

Material	Distância		Origem	Coordenadas
	pav	não pav		
Asfaltos (CAP / emulsões)	205 km		Araucária (refinaria Petrobrás)	-25.566465, -49.369886
Cal hidratada	215 km		Almirante Tamandaré	-25.301500, -49.304164
Cimento	170 km		Balsa Nova (Itambé)	-25.458494, -49.604618
Areia	66 km	04 km	Ponta Grossa (Uvaia)	-25.109778, -50.346900
Pedra britada	76 km	01 km	Irati	-25.531003, -50.642580
CBUQ	76 km	01 km	Irati (Derbli)	-25.531003, -50.642580
Paver	67 km		Prudentópolis	-
Tubos / pré-moldados	67 km		Prudentópolis	-
Tijolos	32 km		Imbituva	-25.180901, -50.662175

DMT USINA CBUQ

Irati (Derbli)

Material	Distância		Origem	Coordenadas
	pav	não pav		
CAP	160 km	0 km	Araucária (refinaria Petrobrás)	-25.566465, -49.369886
Areia	56 km	01 km	São Mateus do Sul	-25.889949, -50.355055
Cal hidratada	170 km	0 km	Almirante Tamandaré	-24.049223, -52.304778
Pedra britada	0,0 km	0,1 km	pedreira anexa	-

gov.br

Documento assinado digitalmente
 WILLIAN SAUTER DE CRISTO
 Data: 03/07/2024 10:44:30-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

ASSINADO DIGITALMENTE
 ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

CPF 71521054981 DATA 03/07/2024
 A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



PLANILHA DE SERVIÇOS - RECAPE - LEI LICITAÇÃO Nº 14.133/2021 - ANEXO III

Item/Projeto	NUM PROJETO	RECAPÍTULO E RECAPESAMENTO DE VARIÁVEIS	SIGLA	ANEXO	USAR essa planilha somente para CONVÊNIO com o REGIO, Fomento Pessoal e não análise de Particularização	DATA	VALOR													
Local de Ocorrência	LOTAMENTO SANTA MARIA		LOTES	1	Não sendo permitida para a execução com os recursos próprios da Prefeitura, ou de outras Secretarias. Excluído o valor estimado para o BDI	14/07/2021	5													
Fonte de Recursos						Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 13.088/21 de Paraná, que regulamenta a Lei 14.132/21)	634770234 - 004													
CÓDIGO ITEM	ORIGEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	BOLSA DE Serviço de Transporte (m DMT)	DMT km x L2	CONSUMO (1000)	TRANSP	MÃO DE OBRA	MATERIAL	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI	UO	QUANTIDADE	PREÇO UNIT. MÃO DE OBRA + TRANSPORTE COM BDI	PREÇO UNIT. MATERIAL COM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI	VALOR DA MÃO DE OBRA + TRANSPORTE (R\$)	VALOR DO MATERIAL (R\$)	TOTAL ITEM (R\$)	CURVA ABC (R\$)	TOTAL GLOBAL (R\$)
1	644	SERVIÇOS PRELIMINARES														86.181,84	8.827,08	155.488,88	8,83	155.488,88
02050	DER	Quadrado Metrado do Perímetro a Transpor	LCB	1.000,000	1.000,00	5,73	42,27		48,00	67,84	m3	1.088,38	0,784		67,84	98.416,88	-	98.416,88	3,57	-
02055	ORDE	TRACO: TRACAR DA CORDOIEIRA TRANSFORMADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE CORDOIEIRAS					8,64	83,74	90,10	108,81	m3	34,00	7,77	10,104	108,81	768,18	2.435,58	3.603,94	0,13	-
02060	DER	DETERMINAR														3.881,88	4.110,88	7.992,87	0,29	7.992,87
02065	DER	S.L. Emprego de Mão de 200 m	CCG	100,000	0,000	0,001	154,80	817,31	1.191,89	1.847,80	3.386,81	m3	9,00	960,80	1.290,33	2.350,80	3.581,89	7.052,87	0,20	-
02070	DER	Chimato	LCB	100,000	0,000	0,001	25,26					-	-	-	-	-	-	-	-	-
02075	DER	Chimato	LCB	80,000	0,000	0,001	43,19					-	-	-	-	-	-	-	-	-
02080	DER	Arma	LCB	70,000	0,000	0,002	16,81					-	-	-	-	-	-	-	-	-
02085	DER	Arma	LCB	22,000	0,000	0,003	45,67					-	-	-	-	-	-	-	-	-
02090	DER	Tubo	CCG	210,000	0,000	0,046	7,78					-	-	-	-	-	-	-	-	-
02095	DER	Arma	LCB	70,000	0,000	0,002	16,81					-	-	-	-	-	-	-	-	-
02100	DER	Arma	LCB	70,000	0,000	0,002	16,81					-	-	-	-	-	-	-	-	-
02105	DER	Arma	LCB	70,000	0,000	0,002	16,81					-	-	-	-	-	-	-	-	-
02110	DER	Arma	LCB	70,000	0,000	0,002	16,81					-	-	-	-	-	-	-	-	-
02115	DER	Arma	LCB	70,000	0,000	0,002	16,81					-	-	-	-	-	-	-	-	-
02120	DER	Arma	LCB	70,000	0,000	0,002	16,81					-	-	-	-	-	-	-	-	-
02125	DER	Arma	LCB	70,000	0,000	0,002	16,81					-	-	-	-	-	-	-	-	-
02130	DER	Arma	LCB	70,000	0,000	0,002	16,81					-	-	-	-	-	-	-	-	-
02135	DER	Arma	LCB	70,000	0,000	0,002	16,81					-	-	-	-	-	-	-	-	-
02140	DER	Arma	LCB	70,000	0,000	0,002	16,81					-	-	-	-	-	-	-	-	-
02145	DER	Arma	LCB	70,000	0,000	0,002	16,81					-	-	-	-	-	-	-	-	-
02150	DER	Arma	LCB	70,000	0,000	0,002	16,81					-	-	-	-	-	-	-	-	-
02155	DER	Arma	LCB	70,000	0,000	0,002	16,81					-	-	-	-	-	-	-	-	-
02160	DER	Arma	LCB	70,000	0,000	0,002	16,81					-	-	-	-					

Documento assinado digitalmente
WILLIAN SAUTER DE CRISTO
Data: 03/07/2024 10:44:30-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

ASSINADO DIGITALMENTE
ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
CPF DATA
71521054991 03/07/20
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://www.portal.gov.br/assinador-digital>

TOTAL DO PAVIMENTO (1-2-4-4-4)	1.001.820,69	1.616.683,98	2.618.504,64	95,00%
TOTAL DE DRENAGEM (3)	2.651,99	4.170,58	7.052,87	0,26%
TOTAL DE URBANISMO E SINALIZAÇÃO (7-8)	42.984,79	43.757,43	90.741,72	3,29%
TOTAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (9)	-	-	-	-
TOTAL DE SERVIÇOS DIVERSOS (10)	-	-	-	-
TOTAL DE ENSAIOS TECNOLÓGICOS (11)	34.091,22	5.092,61	39.093,54	1,45%
ÁREA TOTAL DO PROJETO (m ²):	17.842,68			
			CUSTO DA OBRGA: R\$ / m ²	153,58

FAIXA DE % PARA ÚLTIMA MEDIÇÃO (MÍNIMO)
OBRAS DE ENGENHARIA

VALORES DOS CONTRATOS		%	ÚLTIMA MEDIÇÃO (VALOR MÍNIMO)	
INICIAL	FINAL		INICIAL	FINAL
-	150.000,00	15%	-	22.500,00
150.001,00	300.000,00	13%	19.500,13	39.000,00
300.001,00	500.000,00	12%	36.000,12	60.000,00
500.001,00	1.000.000,00	10%	50.000,10	100.000,00
1.000.001,00	1.500.000,00	9%	90.000,09	135.000,00
1.500.001,00	2.000.000,00	8%	120.000,08	160.000,00
2.000.001,00	2.500.000,00	7%	140.000,07	175.000,00
2.500.001,00	3.000.000,00	6%	150.000,06	180.000,00
3.000.001,00	3.500.000,00	5%	150.000,05	175.000,00
3.500.001,00	4.000.000,00	5%	175.000,05	200.000,00
4.000.001,00	4.500.000,00	5%	200.000,05	225.000,00
4.500.001,00	5.000.000,00	5%	225.000,05	250.000,00
5.000.001,00	5.500.000,00	5%	250.000,05	275.000,00
5.500.001,00	6.000.000,00	5%	275.000,05	300.000,00
6.000.001,00	6.500.000,00	5%	300.000,05	325.000,00
6.500.001,00	7.000.000,00	5%	325.000,05	350.000,00
7.000.001,00	7.500.000,00	5%	350.000,05	375.000,00
7.500.001,00	8.000.000,00	5%	375.000,05	400.000,00

Acima de R\$ 3,00 milhões será de 5,0% o percentual mínimo para última medição.

Para a conclusão da medição final do contrato, TODOS OS ENSAIOS TECNOLÓGICOS, deverão estar 100% APROVADOS pela fiscalização municipal e pela Supervisão do Paranacidade (preferencialmente até a penúltima medição).

REGRA DOS CONTRATOS DE ILUMINAÇÃO

Última medição não pode ser inferior a 25% do valor contratual (desde 2020).

DADOS BÁSICOS DO PROJETO - ORÇAPAV - RECAPE

USO EXCLUSIVO PARA CONVÊNIOS COM A SECID E O PARANACIDADE



PARANACIDADE

Tabela Referência: DER/PR e SINAPI de SETEMBRO/2023 sem desoneração

Município:	IVAÍ	PRIORIDADE:	41
Nome do Prefeito(a):	ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO	SAM:	40
Projeto:	RECAPE	Tipo de Projeto:	RECAPEAMENTO DE VIAS URBANAS
Local da Obra:	LOTEAMENTO SANTA MARIA	LOTE:	1
Área TOTAL do PROJETO:	15.848,48 m²	Fonte do Recurso:	SFM
Nome do Orçamentista:	WILLIAN SAUTER DE CRISTO	CREA OU CAU Nº:	CREA PR-168844/D

Nº ART / RRT do Orçamento: 1720243125147

Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21): 05/11/2024 - ter

<<<= DIGITAR "MANUALMENTE" A DATA DA APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO COM O PARANACIDADE

Prazo de Execução do Projeto (dias): 180 dias (mínimo de 180 dias).

Número de ETAPAS para execuções e medições do CRONOGRAMA (mínimo de 6 e o RECOMENDADO será até 18 Etapas):

ok	6	1	2	3	4	5	6												
----	---	---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Informar o número de DIAS de cada ETAPA:

ok	180	30	30	30	30	30	30												
----	-----	----	----	----	----	----	----	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

As ETAPAS são conjunto de EVENTOS e são destinados para as medições numa periodicidade em torno de 30 dias. Podendo ser com menor número de dias para adequar o projeto dentro das características do TCE para o início da obra.

Versão da planilha: v25 de 28/05/2024 - 10:20h

Preencher ou ajustar as células em "verde" e "azul claro" pela Prefeitura e pela empresa participante.

DADOS DA EMPRESA PARTICIPANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO

Caso a EMPRESA PARTICIPANTE use esteja usando essa planilha para elaboração da PROPOSTA, o responsável deverá digitar "SIM" abaixo:

Nome da Empresa:	NOME DA EMPRESA PARTICIPANTE	CNPJ:	99.999.999/0001-99	Esse documento é da PROPOSTA DA EMPRESA?	NÃO
Representante Empresa:	NOME DO(A) SÓCIO(A) PROPRIETÁRIO(A)	Data da Proposta:	05/11/2024 - ter	Nº de Dias para início da obra:	30
Resp. Téc. Empresa:	NOME DO(A) RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA	CREA OU CAU Nº:	CREA PR-999.999/D		

Observações: O prazo de 180 dias NÃO PODERÁ SER ALTERADO. Mas poderá ajustar o NÚMERO DE ETAPAS. Não podendo ser MENOR que 6 (seis) e o recomendado não passar de 18 etapas.

Não pode lançar na 1ª ETAPA apenas PLACA DE OBRA, pois isso não caracteriza início de obra pelos critérios do TCE. Deverá conter também a TERRAPLENAGEM e DRENAGEM.

Caso haja divergências nos quantitativos na PROPOSTA DA EMPRESA com relação ao EDITAL publicado, a Empresa será DESCLASSIFICADA do processo LICITATÓRIO.

Esta planilha deverá ser encaminhada digitalmente no FORMATO EXCEL para a Comissão de Licitação Municipal e a sua impressão assinada para sua conferência.

Documentos a serem apresentados pelas Empresas Participantes e assinadas digitalmente:

- Planilha da Cartilha em formato Excel com os preços unitários e demais informações da proposta (conferência das quantidades licitadas pela comissão de licitação e pelo Paranacidade);
- Planilha orçamentária - GLOBAL em PDF com os preços unitários, desconto e assinado digitalmente;
- Cronograma da Empresa por etapas em PDF;
- Etapas da planilha orçamentária do GLOBAL em PDF com suas quantidades ajustadas ou iguais ao do Projeto licitado;
- Descrições das Etapas ajustadas ou iguais ao do Projeto licitado em PDF;
- Carta proposta pela Empresa com valor GLOBAL e a sua validade.

**BDI - ACÓRDÃO Nº 2622/2013 - TCU - PREFEITURA
PAVIMENTAÇÃO - ANEXO VII**

IMPOSTOS	ISS =	2,00
	PIS =	0,65
	COFINS =	3,00
	CPRB =	0,00
	TOTAL =	5,65
TIPO DE SERVIÇO	OBRAS	MATERIAIS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,01	3,45
RISCOS	0,56	0,85
SEGUROS E GRANTIAS	0,40	0,48
DESPESAS FINANCEIRAS	1,11	0,85
LUCRO	7,30	5,11
BDI (OBRA OU MATERIAIS/EQUIP.)	20,70	15,28
$BDI = (((((1 + (C8 + C9 + C10) / 100) * (1 + C11 / 100) * (1 + C12 / 100)) / (1 - C6 / 100)) - 1) * 100)$		
BDI (OBRA)	20,70%	
BDI (MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)	15,28%	

**BDI - ACÓRDÃO Nº 2622/2013 - TCU - EMPRESA
PAVIMENTAÇÃO**

IMPOSTOS	ISS = 2,00	
	PIS = 0,65	
	COFINS = 3,00	
	CPRB = 0,00	
	TOTAL = 5,65	
TIPO DE SERVIÇO	OBRAS	MATERIAIS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,01	3,45
RISCOS	0,56	0,85
SEGUROS E GRANTIAS	0,40	0,48
DESPESAS FINANCEIRAS	1,11	0,85
LUCRO	7,30	5,11
BDI (OBRA OU MATERIAIS/EQUIP.)	20,70	15,28
$BDI = (((((1 + (C8 + C9 + C10) / 100) * (1 + C11 / 100) * (1 + C12 / 100)) / (1 - C6 / 100)) - 1) * 100)$		
BDI (OBRA)	20,70%	
BDI (MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)	15,28%	

DISTÂNCIAS MÉDIAS DE TRANSPORTES (km)							
Município: IVAI		Prioridade: 41					
Projeto: RECAPEAMENTO DE VIAS URBANAS		SAM: 40					
Local: LOTEAMENTO SANTA MARIA		Lote: 1					
Destinos	Materials	Origem	Sigla Transporte	Comercial		Local	
				x1: x1 = Pav.	x2 = R pav.	x1: x1 = Pav.	x2 = R pav.
DESTINO - TRECHO DA OBRA	Abrigo parada ônibus	(1)	CCC	0,00	0,00		
	Areia	Areal -	LCB			66,00	4,00
	Brita 4A / Bica Corrida	Pedreira-	LCB			76,00	1,00
	Brita Graduada	Pedreira-	LCB			76,00	1,00
	Pd de Pedra	Pedreira-	LCB			76,00	1,00
	Salbro / Material de jazida / Moledo	Pedreira-	LCB			0,00	0,00
	Macadame Hidráulico / Seco	Pedreira-	LCB			0,00	0,00
	Rachão / Pedra de Mão / Pedra britada	Pedreira-	LCB			76,00	1,00
	Pedra Irregular / Cordão lateral	Pedreira-	LCB			0,00	0,00
	Paraielepípedos Regulares / Fincadinha	Pedreira-	LCB			0,00	0,00
	Petit - Pavet - (Pedra Portuguesa)	Pedreira-	LCC			0,00	0,00
	Cal hidratada / virgem	(7)	COC	215,00	0,00		
	CAP-50/70	(4)	MAF	205,00	0,00		
	Cimento Portland	(5)	COC	170,00	0,00		
	Concreto Compactado a Rolo (massa)	(2)	LMF			0,00	0,00
	Concreto Usinado	(2)	LMF			0,00	0,00
	EAI / CM-30	(4)	MAF	205,00	0,00		
	Emulsão RR-1C; RR-2C	(6)	MAF	205,00	0,00		
	Gabão galvanizado	(3)	CCC	0,00	0,00		
	Massa brita graduada	Usina de solos	LMF			23,00	0,00
	Massa solo cimento	Usina de solos	LMF			26,00	0,00
	Massa a frio	Usina de asfalto	LMF			76,00	1,00
	Massa a quente	Usina de asfalto	LMQ			76,00	1,00
	Material de fresagem	Pista p/Bota-fora	LCB			1,00	0,00
	Material de pav.demolido	Pista p/Bota-fora	LCB			1,00	0,00
	Solo argiloso	(2)	LCB			0,00	0,00
	Tijolos	(2)	LCC			32,00	0,00
	Trilhos/chapas	(3)	LCC			32,00	0,00
	Fincadinha de concreto	(2)	LCC			0,00	0,00
	Lajotas de Concreto	(2)	LCC			0,00	0,00
	Mcio-fio	(2)	LCC			0,00	0,00
	Paver ou Bloket	(2)	LCC			67,00	0,00
	Tubo	(1)	LCC			67,00	0,00
DESTINO: FÁB. ARTE. FATO	Areia	Areal	LCC			66,00	4,00
	Brita	Pedreira	LCC			76,00	1,00
	Cimento Portland	(5)	CCC	170,00	0,00		
DESTINO: USINA ASFALTO	Areia	Areal-	LCB			56,00	1,00
	Brita	Pedreira-	LCB			0,00	0,10
	Pd de Pedra	Pedreira-	LCB			0,00	0,10
	CAP/CAP-Borracha/Polímero	(4)	MAF	160,00	0,00		
	Cal hidratada CH-1	(7)	COC	170,00	0,00		
DESTINO: USINA CONCRETO OU SOLO-CIL.	Emulsão RM-1C/2C ; RL	(6)	MAF	160,00	0,00		
	Areia	Areal	LCB			27,00	0,00
	Brita	Pedreira	LCB			33,00	0,00
	Solo (solo cimento)	Salbreira	LMF			14,00	0,00
	Cimento Portland	(5)	CCC	561,00	0,00		

Tabela Referência: DER/PR e SINAPI de SETEMBRO/2023 sem desoneração

Obs:

Local	Origem
(1)	Fabrica de tubo mais proximo, com renomeado reconhecimento local.
(2)	Comércio local ou próximo
(3)	Curitiba
(4)	Repar-Araucária
(5)	Balsa Nova ou Rio Branco do Sul
(6)	Curitiba (CT), Araucária
(7)	Almirante Tamandaré, Itaperuçu, Rio Branco do Sul

28C

DMT MATERIAIS PAVIMENTAÇÃO**IVAI**

Material	Distância		Origem	Coordenadas
	pav	não pav		
Asfaltos (CAP / emulsões)	205 km		Araucária (refinaria Petrobrás)	-25.566465, -49.369886
Cal hidratada	215 km		Almirante Tamandaré	-25.301500, -49.304164
Cimento	170 km		Balsa Nova (Itambé)	-25.458494, -49.604618
Areia	66 km	04 km	Ponta Grossa (Uvaia)	-25.109778, -50.346900
Pedra britada	76 km	01 km	Irati	-25.531003, -50.642580
CBUQ	76 km	01 km	Irati (Derbli)	-25.531003, -50.642580
Paver	67 km		Prudentópolis	-
Tubos / pré-moldados	67 km		Prudentópolis	-
Tijolos	32 km		Imbituva	-25.180901, -50.662175

DMT USINA CBUQ**Irati (Derbli)**

Material	Distância		Origem	Coordenadas
	pav	não pav		
CAP	160 km	0 km	Araucária (refinaria Petrobrás)	-25.566465, -49.369886
Areia	56 km	01 km	São Mateus do Sul	-25.889949, -50.355055
Cal hidratada	170 km	0 km	Almirante Tamandaré	-24.049223, -52.304778
Pedra britada	0,0 km	0,1 km	pedreira anexa	-

PLANEJAMENTO DO PROJETO / OBRA DE RECAPE EDITAL

RELAÇÃO DOS DESCRITIVOS DE CADA ETAPA DO PROJETO / OBRA

Município:	IVAI	PRIORIDADE Nº 41	SAM	40
Projeto :	RECAPE - RECAPEAMENTO DE VIAS URBANAS			LOTE nº 1
Local da Obra :	LOTEAMENTO SANTA MARIA		Tabela Referência: DER/PR e SINAPI de SETEMBRO/2023 sem desoneração	
Fonte do Recurso:	SFM	Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21):		05/11/2024 - ter
NÚMERO DE ETAPAS DESTE PROJETO: 06		Observação: Vetado a medição por preço unitário. Só será liberado a emissão da Nota Fiscal após o atingimento de 100% da Etapa.		

Valor GLOBAL do projeto:	R\$ 2.755.283,17	Valor total Mão de Obra: R\$ 1.080.578,19 39,22%	Valor total dos Materiais: R\$ 1.674.704,98 60,78%
--------------------------	------------------	---	---

SEQUÊNCIA DAS ETAPAS	Nº DIAS DE EXECUÇÃO	VALOR PROJETADO P/ CADA ETAPA	DESCRIÇÃO DAS ETAPAS
TOTAL:	180	R\$ 2.755.283,17	
Etapa 1 - Início	30	R\$ 519.561,04	Instalação da placa de obra; execução dos remendos nas ruas Otavio Korello, Maria Korello e Paulo Korello
Etapa 2	30	R\$ 324.887,19	Execução do reperfilamento nas ruas Otavio Korello, Maria Korello e Paulo Korello
Etapa 3	30	R\$ 590.379,57	Execução da capa asfáltica nas ruas Otavio Korello, Maria Korello e Paulo Korello
Etapa 4	30	R\$ 449.528,26	Execução dos remendos nas demais ruas
Etapa 5	30	R\$ 278.031,41	Execução do reperfilamento nas demais ruas
Etapa 6	30	R\$ 592.895,71	Execução da capa asfáltica nas demais ruas; execução de urbanização e sinalização em todas as vias

Resp. Técnico (assinatura digital): WILLIAN SAUTER DE CRISTO - CREA PR-168844/D	Prefeito(a) (assinatura digital): ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
--	---

SFM

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID

RECAPE - EDITAL DE LICITAÇÃO - ANEXO IV

Município:	IVAI	SAM	40	Edital no Município	Procedimento prévio	Início previsto da Obra	Fonte do RECURSO	Prazo do Projeto	Repasse do Concedente	R\$	2.755.283,17	100,00%																											
Projeto :	RECAPEAMENTO DE VIAS URBANAS	LOTE nº	1	Data	05/11/2024	Dias	45	Data	30/12/2024	Sigla	SFM	nº dias	180	Ok o nº de DIAS	Contrapartida do Proponente	R\$	-																						
Quantidade:	15.848,48	m²	CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO										Valor Total	2.755.283,17	100,00%																								
GRUPO	SERVIÇOS	N	NÚMERO DE ETAPAS (%)										Nº DE ETAPAS	TOTAL ITEM (R\$)	% S/ TOTAL																								
ITEM	ok	6	1	2	3	4	5	6																															
Informar o número de DIAS de cada ETAPA:		180	30	30	30	30	30	30																															
Data Início			30/12/24	30/1/25	2/3/25	2/4/25	3/5/25	3/6/25																															
Data Fim			29/1/25	1/3/25	1/4/25	2/5/25	2/6/25	3/7/25																															
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	96,49						3,51								2	105.488,88	3,83%																					
2	TERRAPLENAGEM															2	7.052,97	0,26%																					
3	DRENAGEM	66,67				33,33										2	567.792,48	20,60%																					
4	BASE / SUB-BASE	48,36				51,64										6	1.944.123,28	70,56%																					
5	REVESTIMENTO	6,99	15,30	29,55	7,66	14,09	25,21									1	53.879,28	1,96%																					
6	MEIO-FIO E SARJETA															1	36.862,44	1,34%																					
7	SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO							100,00																															
8	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO							100,00																															
9	ILUMINAÇÃO PÚBLICA																																						
10	SERVIÇOS DIVERSOS																																						
11	ENSAIOS TECNOLÓGICOS	6,47	10,23	39,67	12,61	10,23	20,79									6	39.983,84	1,43%																					
TOTAIS																2.755.283,17	100,00%																						
COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS (FINANCIAMENTO E CONTRAPARTIDA)																																							
ITEM	SERVIÇOS	FONTES	ETAPAS (R\$)										Nº DE ETAPAS	TOTAL ITEM	% S/ ITEM																								
			R\$	1	2	3	4	5	6																														
1F	SERVIÇOS PRELIMINARES	FINANCIAMENTO	R\$	101.786,22	-	-	-	-	3.702,66								2	105.488,88	3,83%																				
1C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-																														
2F	TERRAPLENAGEM	FINANCIAMENTO	R\$	-	-	-	-	-	-																														
2C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-																														
3F	DRENAGEM	FINANCIAMENTO	R\$	4.702,22	-	-	2.350,75	-	-							2	7.052,97	0,26%																					
3C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-																														
4F	BASE / SUB-BASE	FINANCIAMENTO	R\$	274.584,44	-	-	293.208,04	-	-							2	567.792,48	20,61%																					
4C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-																														
5F	REVESTIMENTO	FINANCIAMENTO	R\$	135.901,21	320.796,84	574.517,98	148.927,50	273.941,06	490.138,69							6	1.944.223,28	70,56%																					
5C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-																														
6F	MEIO-FIO E SARJETA	FINANCIAMENTO	R\$	-	-	-	-	-	-																														
6C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-																														
7F	SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO	FINANCIAMENTO	R\$	-	-	-	-	-	53.879,28							1	53.879,28	1,96%																					
7C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-																														
8F	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	FINANCIAMENTO	R\$	-	-	-	-	-	36.862,44							1	36.862,44	1,34%																					
8C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-																														
9F	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	FINANCIAMENTO	R\$	-	-	-	-	-	-																														
9C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-																														
10F	SERVIÇOS DIVERSOS	FINANCIAMENTO	R\$	-	-	-	-	-	-																														
10C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-																														
11F	ENSAIOS TECNOLÓGICOS	FINANCIAMENTO	R\$	2.598,95	4.090,35	15.861,59	5.041,96	4.090,35	8.312,64							6	39.983,84	1,45%																					
11C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-																														
F	TOTAIS	FINANCIAMENTO	R\$	519.581,04	324.887,19	590.379,57	449.528,26	278.031,41	592.895,71								2.755.283,17	100,00%																					
C		CONTRAPARTIDA	R\$	-	-	-	-	-	-								-																						
FATURAMENTO MENSAL PREVISTO			R\$	519.581,04	324.887,19	590.379,57	449.528,26	278.031,41	592.895,71								2.755.283,17	100,00%																					
MENSAL PARCIAL PREVISTO EM %			R\$	18,86%	11,79%	21,43%	16,32%	10,09%	21,52%								2.755.283,17	100,00%																					
MENSAL ACUMULADO PREVISTO EM %			R\$	18,86%	30,65%	52,08%	68,39%	78,48%	100,00%								OK	OK																					
Resp. Técnico:		Assinatura:							Prefeito(a):							Assinatura:			data:																				
WILLIAN SAUTER DE CRISTO - CREA PR-168844/D - ART/RRT Nº 1720243125147									ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO																														
Tabela Referência: DER/PR e SINAPI de SETEMBRO/2023 sem desoneração																			Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21):																			05/11/2024 - ter	

334

PLANILHA DE SERVIÇOS - RECAPE - LEI LICITAÇÃO Nº 14.133/2021 - ANEXO III

[illegible]

1

३५

PLANILHA DE SERVIÇOS - RECAPE - LEI LICITAÇÃO Nº 14.133/2021 - ANEXO III																							
Município:	NAI	BAN	40	Usar esta planilha somente para CONVÊNIOS com o SECD. Fontes Personais e não incluídas no Plano Municipal. BAN																			
Projeto:	RECAPE - RECAPAMENTO DE VIAS URBANAS	LOTES	1	Não sendo permitido para segmentos com recursos próprios da Prefeitura, ou de outras Secretarias Estaduais não convencionadas com o SECD. LOTE nº																			
Local da Obra:	RUA OS - COLOCAR O NOME CORRETO DA VIA	Tabela Referência: DCRPP e SNAPI de SETE MESES/2021 sem desoneração																					
Fonte de Recurso:	BPM	Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21): 05/11/2024 - 31/12/2024																					
Código Item	Origem	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	DIT ha LxL x LxL	CONSUMO (ton)	CUSTOS UNITÁRIOS - (R\$)					UNID	ORÇAMENTO COM BDI												
					TRANSP	MÃO DE OBRA	MATERIAL	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI		QUANTIDADE	PREÇO UNIT. MÃO DE OBRA + TRANSPORTE COM BDI	PREÇO UNIT. MATERIAL COM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	VALOR DA MÃO DE OBRA + TRANSPORTE (R\$)	VALOR DO MATERIAL (R\$)	TOTAL ITEM (R\$)	CURVA ABC (%)	TOTAL GLOBAL (R\$)				
1	510	SERVIÇOS PRELIMINARES													19.812,00	-	19.812,00	0,00 %	19.812,00				
512000	DER	Demolição Mecânica de Pavimento e Transporte	1,00 x 1,00	1,0000	5,73	42,27	42,00	87,84	m3	341,94	87,84	-	87,84	19.812,00	19.812,00	-	19.812,00	0,00 %	19.812,00				
52550	ORSE	PLACA 20x30cm EM CHAPA GALVALUADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE OBRAS/LOCAIS			6,44	83,71	80,13	108,81	m2	-	7,77	109,04	108,81	-	-	-	-	-	-				
8	535	ORÇAMENTO													-	-	-	-	-				
815A200	DER/PRC	SL. Eixos alvenaria H até 2,00 m			158,80	637,31	1.151,88	1.947,90	5.320,99	un	-	880,06	1.330,33	2.330,90	-	-	-	-	-				
4	858	BASE / SUB-BASE													77.338,04	28.917,37	114.255,41	29,29 %	114.255,41				
511100A	DER/PRC	Regularização compacta subleito 100% PN			4,30		4,30	8,19	m2	777,13	8,19	-	8,19	4.032,30	-	-	4.032,30	1,03 %	-				
531000A	DER/PRC	Beta Granulada	78,00 x 1,00	2,4000	185,14	14,07	117,40	376,61	896,72	m3	116,67	252,82	141,70	384,22	20.436,29	18.817,87	45.954,23	11,78 %	-				
531200	DER	Manutenção Base de Beto Concreto			125,08	22,01	86,90	374,00	830,79	m3	164,76	219,78	108,00	330,78	43.686,48	20.380,40	64.265,88	16,47 %	-				
8	851	REVESTIMENTO													84.818,38	177.151,01	241.979,39	62,01 %	341.979,39				
814V088	DER/PRC	Lampara e Levantador de pista (Rampas)			0,65		0,65	0,78	m2	1.782,01	0,78	-	0,78	1.374,37	-	-	1.374,37	0,35 %	-				
840100B	DER/PRC	Impressão com Emulsão CAI - estrutura amolada	base RS-1C 0,0011		0,51		0,51	0,52	m2	777,13	0,52	-	0,52	441,82	-	-	441,82	0,12 %	-				
840100A	DER/PRC	Fornecimento de emulsão CAI - estrutura amolada	300,00 x 0,00	1,0000	311,08		4.788,48	4.787,89	8,66	554,77	8.117,62	8.117,62	9.18,03	4.680,18	4.680,18	4.680,18	1,26 %	-					
861100A	DER/PRC	Preços de Injeção com RS-1C - estrutura amolada	base RS-1C 0,0015		0,35		0,35	0,42	m2	4.301,15	0,42	-	0,42	1.405,46	-	-	1.405,46	0,45 %	-				
861200B	DER/PRC	Fornecimento de emulsão RS-1C - estrutura amolada	300,00 x 0,00	1,0000	211,08		3.748,59	3.751,34	4.878,15	ton	2,15	254,77	4.329,39	4.878,15	547,79	9.260,86	9.260,86	2,52 %	-				
517010	DER	CSBU - REFINENDO (RECALCANÇO)	base CAP 0,0050		95,16	59,45	180,05	314,88	379,92	ton	77,31	186,84	185,18	379,92	14.509,79	15.012,02	29.515,81	7,56 %	-				
565000E	DER/PRC	Fornecimento de CAP - CSBU (Quantidade menor que 10.000 ton)	100,00 x 0,00	1,0000	173,79		4.645,18	4.610,33	5.564,67	ton	3,80	209,86	5.354,88	5.564,67	815,69	20.380,40	21.546,57	6,56 %	-				
570000A	DER/PRC	CSBU - Novo traço - Repartimento 3 - "FAIXA P" - (Quant. maior que 10.000 ton)	base CAP 0,0070		94,80	36,89	140,05	291,58	351,95	ton	88,73	156,77	155,10	351,95	14.067,86	17.140,86	31.228,52	8,00 %	-				
580000H	DER/PRC	Fornecimento de CAP - CSBU (Quantidade menor que 10.000 ton)	180,00 x 0,00	1,0000	173,79		4.645,18	4.610,33	5.564,67	ton	5,09	209,86	5.354,88	5.564,67	1.091,03	27.080,20	28.167,23	7,22 %	-				
580000H	DER/PRC	CSBU - Novo traço - TRACCO 4 - "FAIXA C" - (Quant. maior que 10.000 ton)	base CAP 0,0020		84,78	36,89	140,05	291,72	352,11	ton	178,20	156,83	155,18	352,11	28.003,47	34.038,31	62.041,78	15,90 %	-				
840000K	DER/PRC	Fornecimento de CAP - CSBU (Quantidade menor que 10.000 ton)	180,00 x 0,00	1,0000	173,79		4.645,18	4.610,33	5.564,67	ton	8,10	209,86	5.354,88	5.564,67	1.620,76	49.051,82	50.672,58	13,00 %	-				
505100	DER	Fazenda Dependente a Fim	1,00 x 0,00	2,4000	8,59	723,35	82,01	305,80	388,87	m3	-	702,03	74,80	388,87	-	-	-	-	-				
7	859	SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO													3.321,72	3.321,72	6.218,84	1,58 %	6.218,84				
805000C	DER/PRC	Rampas para PNE com Piso Têxtil (PNE 8050) - Modelo 09 - 6,84 m2				329,34	180,56	429,22	618,07	un	12,00	278,61	241,26	618,07	3.321,72	2.805,12	6.218,84	1,58 %	-				
8	832	BALIZAGEM DE TRÁNSITO													1.208,35	3.262,40	3.471,75	0,88 %	3.471,75				
822000	DER	Faixa de Balizamento Horizontal sobre meio-fio (base asfáltica) - (0,034 m2/m2)			10,88	20,51	31,47	37,98	m2	81,41	13,75	34,78	37,98	1.208,35	2.862,40	3.471,75	0,89 %	-					
822000A	DER/PRC	Pista sinalizada vertical - RS-1C SUPORTE	202,74		585,03	548,77	710,15		m3	-	244,71	405,84	710,15	-	-	-	-	-	-				
831300	DER	Bandeira refletiva que tipo 42,5" altura e 30cm largura - 3,00m			79,58	338,45	417,83	504,92	un	-	25,61	428,51	504,92	-	-	-	-	-	-				
11	833	ENSAIOS TECNOLÓGICOS													3.830,52	864,72	4.695,24	9,18 %	4.695,24				
08.02.11	DAER/RS	De testes com mobilização e desmobilização de equipes e equipamentos para a execução de ensaios de resistência e ensaios tecnológicos, assessoria de campo, assistência técnica, transporte de equipamentos e materiais necessários para a execução dos ensaios.			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.11	DAER/RS	Ensaio de Tensão Específica - In Situ - Método Frenco de Anéis (Ensaio de Compactação) - Repetição e Comparação do Resultado			134,18	14,91	148,09	178,80	un	2,00	101,09	17,90	178,80	523,82	35,88	359,80	0,09 %	-					
08.02.																							

PLANILHA DE SERVIÇOS - RECAPE - LEI LICITAÇÃO Nº 14.133/2021 - ANEXO III																					
Município:	IVAL	BAM	40	Usar esta planilha somente para CONVÊNIOS com o ACQD, Presente Paralelo e sob análise de Perspectivas.								BAM	40								
Projeto:	RECAPE - RECAPEAMENTO DE VIAS URBANAS	LOTE	1	Não sendo permitido para ORÇAMENTOS com recursos próprios da Prefeitura, ou de outras Secretarias Estaduais não convencionados com o ACQD.								LOTE nº	1								
Local da Obra:	RUA MAZUEL KORELO	Tabela Referencial: DERPRC e SINAP de 07/06/2020/2023 sem desoneração																			
Fonte do Recurso:	SFN	Data Base de aprovação do Orçamento (Decreto 16.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21) 02/11/2024 - lei																			
Código Item	Origem	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	DMT km K.M.T. x 2	CONSUMO (m³)	CUSTOS UNITÁRIOS - (R\$)				UNO	ORÇAMENTO COM BDI											
					TRANSP	MÃO DE OBRA	MATERIAL	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI	QUANTIDADE	PREÇO UNIT. MÃO DE OBRA + TRANSPORTE COM BDI	PREÇO UNIT. MATERIAL COM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	VALOR DA MÃO DE OBRA + TRANSPORTE (R\$)	VALOR DO MATERIAL (R\$)	TOTAL ITEM (R\$)	CURVA ABC (%)	TOTAL GLOBAL (R\$)			
1	SSC	SERVIÇOS PRELIMINARES													11.725,90	-	11.725,90	3,28 %	11.725,90		
012050	DER	Demarcação Mecânica de Pavimento e Transporte	1,00; 0,00	1,0000	5,73	42,27		48,00	57,84	m³	202,36	57,84	-	57,84	11.725,90	-	11.725,90	3,28 %			
02553	ORSE	PLACA 20x20cm EM CHAPA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULOS (10x10)				8,44	83,73	90,15	108,81	un	-	7,77	101,04	108,81	-	-	-	-			
3	SSC	DRENAGEM													-	-	-	-			
018A300	DER/PRC	S.L. Esmalteamento H=2 200 m				158,00	637,31	1.151,89	1.947,80	un	-	680,00	1.380,53	2.350,89	-	-	-	-			
4	SSC	BAST / SUB-BASE													43.772,08	31.848,84	67.821,82	18,91 %	67.821,82		
011100A	DER/PRC	Regulador de tempo subido 100% PN				4,30		4,30	5,18	m²	458,95	5,18	-	5,18	2.387,14	-	2.387,14	0,67 %			
031000A	DER/PRC	Beta Graduada	78,00; 1,00	2,4000	195,14	14,07	117,40	328,61	394,32	m³	88,90	252,62	141,70	394,22	17.421,35	8.776,80	27.187,34	7,80 %			
031300	DER	Mecanismo Rolo de Beta Graduada			183,08	22,01	88,88	274,05	338,78	m³	114,08	225,78	105,00	330,78	25.863,58	12.078,95	36.037,54	10,63 %			
5	SSC	REVESTIMENTO													29.412,85	192.803,44	242.816,29	79,56 %	292.816,29		
041008	DER/PRC	Limeira e Lajeira de placa (Recapte)				0,85		0,85	0,79	m²	2.156,37	0,78	-	0,78	1.681,89	-	1.681,89	0,47 %			
060100	DER/PRC	Impermeabilizante com Emulsão CAI - acabamento simples	205,00; 0,00	1,0000	211,08	0,31	4.788,48	4.782,81	8.772,68	un	0,51	254,77	9.817,83	8.772,68	128,85	2.814,10	2.944,23	0,82 %			
061100A	DER/PRC	Reboco de laje com RS-10 - acabamento simples				0,35		0,35	0,42	m²	4.818,74	0,42	-	0,42	2.029,87	-	2.029,87	0,57 %			
061400B	DER/PRC	Fornecimento de argamassa RS-10 - pintura de laje	205,00; 0,00	1,0000	211,08		3.748,50	3.791,54	4.878,18	un	2,41	254,77	4.321,58	4.878,18	614,00	10.414,52	11.028,52	3,06 %			
070170	DER	CBUQ - REMENDO (RECEMCO)				95,16	58,45	180,25	314,68	379,82	un	50,02	188,84	193,18	379,82	9.447,72	6.778,77	16.226,49	5,35 %		
060000E	DER/PRC	Fornecimento de CAP - CBUQ (Quantidade menor que 10.000 ton)	180,00; 0,00	1,0000	173,73		4.645,18	4.810,33	6.564,67	un	2,53	258,59	5.354,98	5.564,67	530,52	13.549,10	14.079,62	3,94 %			
070000A	DER/PRC	CBUQ - Nova traço - Repetidamente 2 - "FALSA F" - (Quant. menor que 10.000 ton)	180,00; 0,00	1,0000	173,73		4.645,18	4.810,33	6.564,67	un	2,53	258,59	5.354,98	5.564,67	530,52	13.549,10	14.079,62	3,94 %			
060000H	DER/PRC	Fornecimento de CAP - CBUQ (Quantidade menor que 10.000 ton)	180,00; 0,00	1,0000	173,73		4.645,18	4.810,33	6.564,67	un	2,53	258,59	5.354,98	5.564,67	530,52	13.549,10	14.079,62	3,94 %			
070000D	DER/PRC	CBUQ - Novos traços - TRACO 4 - "FALSA F" - (Quant. menor que 10.000 ton)	180,00; 0,00	1,0000	173,73		4.645,18	4.810,33	6.564,67	un	2,53	258,59	5.354,98	5.564,67	530,52	13.549,10	14.079,62	3,94 %			
060000K	DER/PRC	Fornecimento de CAP - CBUQ (Quantidade menor que 10.000 ton)	180,00; 0,00	1,0000	173,73		4.645,18	4.810,33	6.564,67	un	2,53	258,59	5.354,98	5.564,67	530,52	13.549,10	14.079,62	3,94 %			
050100	DER	Preparação Descontorno e Fio	1,00; 0,00	2,4000	8,58	233,25	82,01	303,85	368,87	m³	9,83	280,03	74,85	368,87	540,24	198,47	678,71	0,19 %			
7	SSC	SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO													3.875,34	3.377,64	7.252,98	2,03 %	7.252,98		
0050000	DER/PRC	Rampas para PNE, Item 1001 (MMA 8000 - Modulo 01 - 8,84 m²)				228,34	180,66	426,25	518,07	un	14,00	278,81	241,29	518,07	3.875,34	3.377,64	7.252,98	2,03 %			
8	SSC	SEALIZAÇÃO DE TRÁFEGO													1.644,43	2.702,21	4.346,64	1,18 %	4.346,64		
022000	DER	Faixa de sinalização horizontal alfa no meio rodovia base asfalto (0,20m x 0,20m)				10,88	20,81	31,47	37,68	m²	108,18	13,23	24,75	37,68	1.644,43	2.702,21	4.346,64	1,18 %			
020000A	DER/PRC	Faixa sinalizadora reflexiva - SEM SUPORTE				223,74	288,03	548,77	710,58	m²	-	244,71	485,84	710,58	-	-	-	-			
021300	DER	Bordado metálico tipo 10x12, 12x12 e 12x15 - 10x12				79,38	538,45	417,83	804,32	un	-	95,81	408,51	804,32	-	-	-	-			
11	SSC	ENLARGAMENTO TECNOLÓGICO													3.487,83	546,28	4.034,11	1,13 %	4.034,11		
00 02 11	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 02 11	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 02 01	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 02 01	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un	1,00	181,98	17,30	178,93	181,98	17,30	178,93	0,95 %			
00 04 04	DAER/RS	Enlargo de faixa de rodagem de 10 metros para 12 metros (10x12) - 10x12				134,18	14,91	149,08	178,93	un</											

742

[illegible]

1

743

[illegible]

TRAÇOS DE CBUQ

DIGITAR SÓ NAS CÉLULAS

Nome da Usina / Pedreira	Nome da Usina
Local da Pedreira	Nome do local da pedreira
Local da Usina	Nome do local da usina

TRAÇO 4	FAIXA Utilização	TRAÇO 4 - FAIXA "C" CAPA
---------	---------------------	-----------------------------

DADOS DO PROJETO MARSHAL			CÁLCULO DO DA COMPOSIÇÃO	
DENSIDADE APARENTE DA MASSA		2,500	Agregados SEM Betume	
TEÔR ÓTIMO DE LIGANTE		5,20%		
Composição dos agregados (SEM LIGANTE)			MATERIAL	COMPOSIÇÃO Sem Betume
MATERIAL		% DE CADA AGREGADO		
Brita "a"	brita 3/4		Brita	88,41%
	Pedrisco	88,41%		
Brita "c"	Pó de pedra		Areia	10,07%
Areia	Areia	10,07%	Cal Hidratada CH-1	1,52%
Cal Hidratada CH-1 ou Filler	Cal Hidratada CH-1	1,52%	Total agregados	100,00%
	Total agregados	100,00%	conferência	OK
	conferência	OK		

CÁLCULO DO PERCENTUAL DE AGREGADOS NA MASSA	
Observação : O percentual de Agregados na Massa é: 100,00% menos o percentual de betume	
Percentual de Agregados na Massa	94,80%

CÁLCULO DO DO TRAÇO	
Agregados COM Betume	
MATERIAL	COMPOSIÇÃO Sem Betume
Brita	0,8381
Areia	0,0955
Cal Hidratada CH-1	0,0144
Teôr Ótimo de Betume	0,0520
Total da Massa	1,0000
conferência	OK

Nome da Usina / Pedreira	
Local da Pedreira	
Local da Usina	

REPERFILAMENTO 2	FAIXA Utilização	Reperfilamento 2 - "FAIXA F" Reperfilamento
------------------	---------------------	--

DADOS DO PROJETO MARSHAL			CÁLCULO DO DA COMPOSIÇÃO	
DENSIDADE APARENTE DA MASSA		2,518	Agregados SEM Betume	
TEÔR ÓTIMO DE LIGANTE		5,70%		
Composição dos agregados (SEM LIGANTE)			MATERIAL	COMPOSIÇÃO Sem Betume
MATERIAL		% DE CADA AGREGADO		
Brita "a"	brita 3/4		Brita	88,50%
Brita "b"	Pedrisco	88,50%		
Brita "c"	Pó de pedra		Areia	10,00%
Areia	Areia	10,00%	Cal Hidratada CH-1	1,50%
Cal Hidratada CH-1 ou Filler	Cal Hidratada CH-1	1,50%	Total agregados	100,00%
	Total agregados	100,00%	conferência	OK
	conferência	OK		

CÁLCULO DO PERCENTUAL DE AGREGADOS NA MASSA		CÁLCULO DO DO TRAÇO	
Observação : O percentual de Agregados na Massa é: 100,00% menos o percentual de betume		Agregados COM Betume	
		MATERIAL	COMPOSIÇÃO Sem Betume
		Brita	0,8346

Percentual de Agregados na Massa	94,30%
----------------------------------	--------

Areia	0,0943
Cal Hidratada CH-1	0,0141
Teór Ótimo de Betume	0,0570
Total da Massa	1,0000
conferência	OK

PLANILHA DE SERVIÇOS - RECAPE - LEI LICITAÇÃO Nº 14.133/2021 - ANEXO III

[illegible]

gov.br

Documento assinado digitalmente
WILLIAN SAUTER DE CRISTO
Data: 03/07/2024 10:44:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ASSINADO DIGITALMENTE
ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO

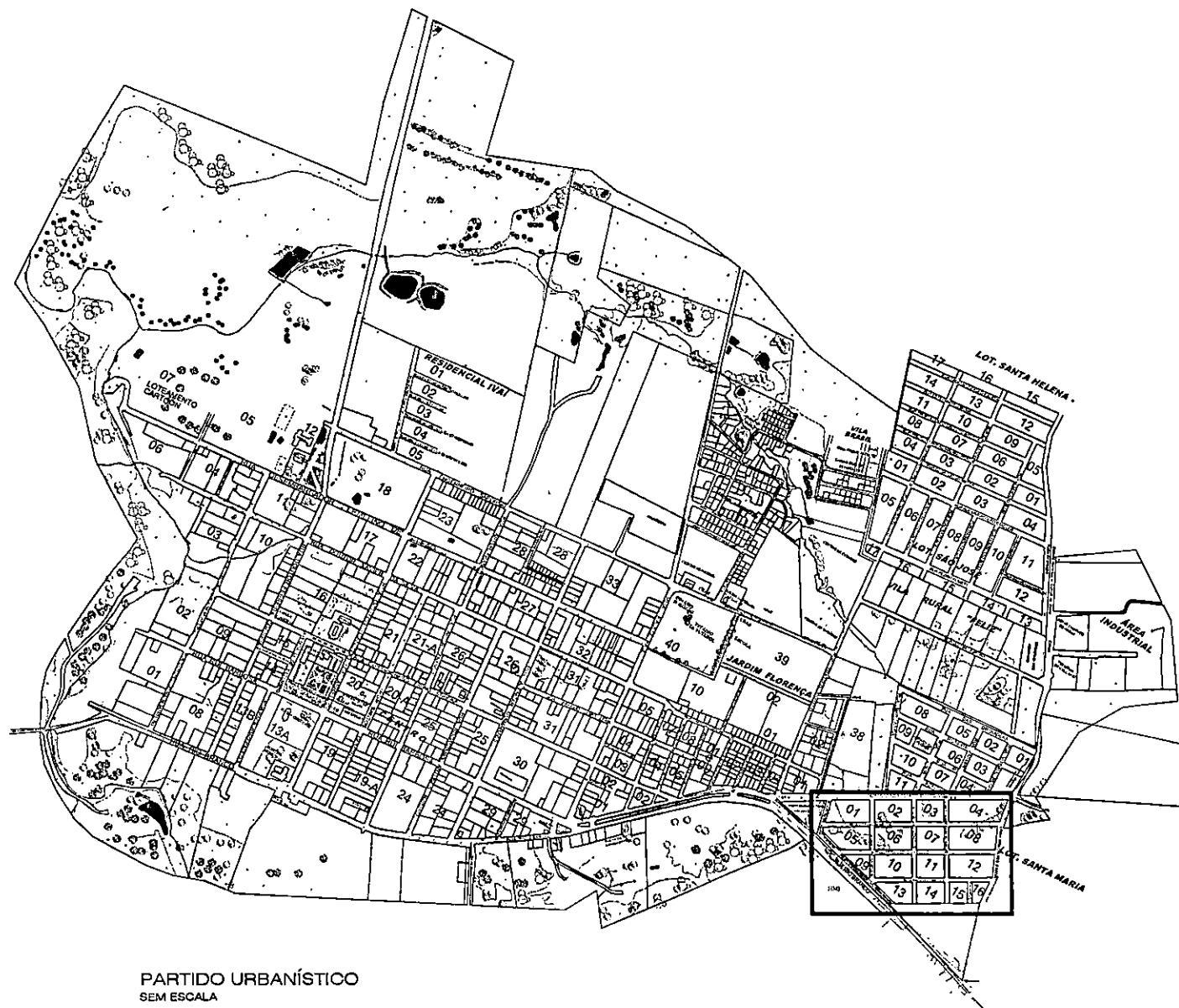
CPF	DATA
71521054991	03/07/2024

À confirmation de la pose d'un ouvrage, veuillez nous adresser par
<http://serpre.gouv.fr/assessorat-digital>



TOTAL DO PAVIMENTO (1-2-4-6-8)	1.001.820,69	1.815.663,95	2.817.604,64	89,00%
TOTAL DE DRENAGEM (3)	2.031,08	4.570,89	7.052,87	0,20%
TOTAL DE URSARIASMO E SINALIZAÇÃO (7-8)	43.884,23	49.787,43	90.741,72	3,20%
TOTAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (9)	-	-	-	-
TOTAL DE SERVIÇOS DIVERSOS (10)	-	-	-	-
TOTAL DE ENSAIOS TECNOLÓGICOS (11)	34.631,23	6.082,61	33.953,84	1,45%
ÁREA TOTAL DO PROJETO (m²):	17.942,68		CUSTO DA OBRA: R\$/m²	153,56


146



A map of Spain with its regional boundaries outlined. A small black square is located in the central part of the country, indicating the study area. An inset map in the top right corner shows the location of Spain within the context of the surrounding regions.

An aerial photograph of a city grid, likely New York City, showing a large triangular park area (Central Park) and surrounding urban development. The image is in black and white, with a high-contrast, almost binary appearance. The grid pattern of streets is prominent, and the park area is a large, dark, irregular shape. The text "Google Earth" is visible in the bottom left corner.

A detailed map of a residential neighborhood in Rio de Janeiro, showing a grid of streets and numbered lots. The streets are labeled: RUA HENRIQUE FLORENTINO RIBEIRO (top), RUA OTAVIO KORELLO (left), RUA MARIA KORELLO (left), RUA MARIA KOZAN KORELLO (left), RUA PAULO KORELLO (left), RUA PAULO KORELLO (bottom), RUA OTAVIO KORELLO (bottom), RUA MARIA KORELLO (right), RUA MARIA KOZAN KORELLO (right), RUA PAULO KORELLO (right), RUA OTAVIO KORELLO (right), RUA MARIA KORELLO (right), RUA MARIA KOZAN KORELLO (right), RUA PAULO KORELLO (right), RUA OTAVIO KORELLO (right). The lots are numbered 01 through 16. The map also shows a diagonal road labeled 'RUA OTAVIO KORELLO' and a street labeled 'RUA OTAVIO KORELLO'.

PROJETO RECAPEAMENTO ASFÁLTICO					PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ 
RESPONSÁVEL TÉCNICO		PROPRIETÁRIO			
WILLIAN SAULIER DE OLIVEIRA ENGENHEIRO CIVIL CREA/PR 000000000000000000000000		PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ			
DISTRIBUIÇÃO DO LOTEAMENTO SANTA MARIA LOCAL: IVAÍ - PR NÚMERO PLANTA DE LOCALIZAÇÃO					TÍTULO: 01/01
DATA:	ARQUIVO	ESCALA:	UNIDADE:	DESEMPENHO	
MAIO/2004		INDICAÇÃO	METRO	LUZAS ROMANUS	



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivaí.pr.gov.br

DECLARAÇÃO

Declaro que a drenagem de todas as Ruas do Loteamento Santa Maria está em conformidade, e com correto funcionamento, sendo apenas previsto reparos em boca de lobo conforme planilha e memorial.

Ivaí, 06 de junho de 2024.

WILLIAN SAUTER DE CRISTO

Eng. Civil

CREA PR-168.844/D

ORLI ANTÔNIO CAMARGO DE CRISTO

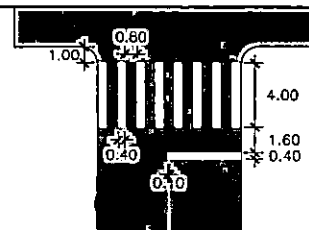
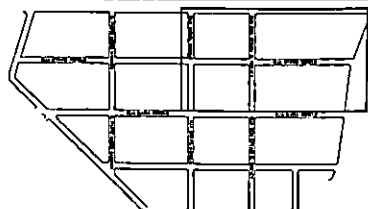
Prefeito Municipal

RUA HENRIQUE FLORENCIO RIBEIRO

RUA MIGUEL KORELO

RUA DOM EFRAIM B. KREVEY

RUA OTAVIO KORELO



PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

PROPRIETÁRIO:

SARAI REIS
ENGENHEIRA CIVIL
CREA-PR 201400

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

OBRA: SINALIZAÇÃO VIÁRIA - LOTEAMENTO SANTA MARIA
LOCAL: IVAÍ - PR

TIPO: SINALIZAÇÃO PERMANENTE PARA LOTEAMENTO SANTA MARIA

DATA:
08/01/2022

ARQUIVO:

ESCALA:
NÚMERO

UNIDADE:
METRO

DESENHO:
LUCAS ROMANINI

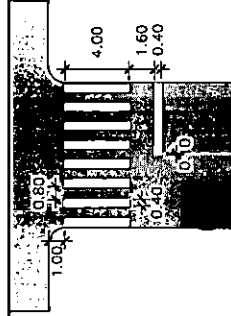
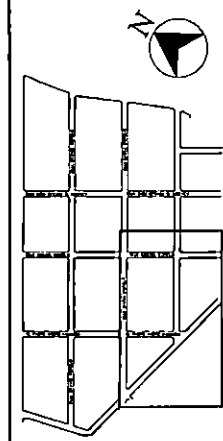
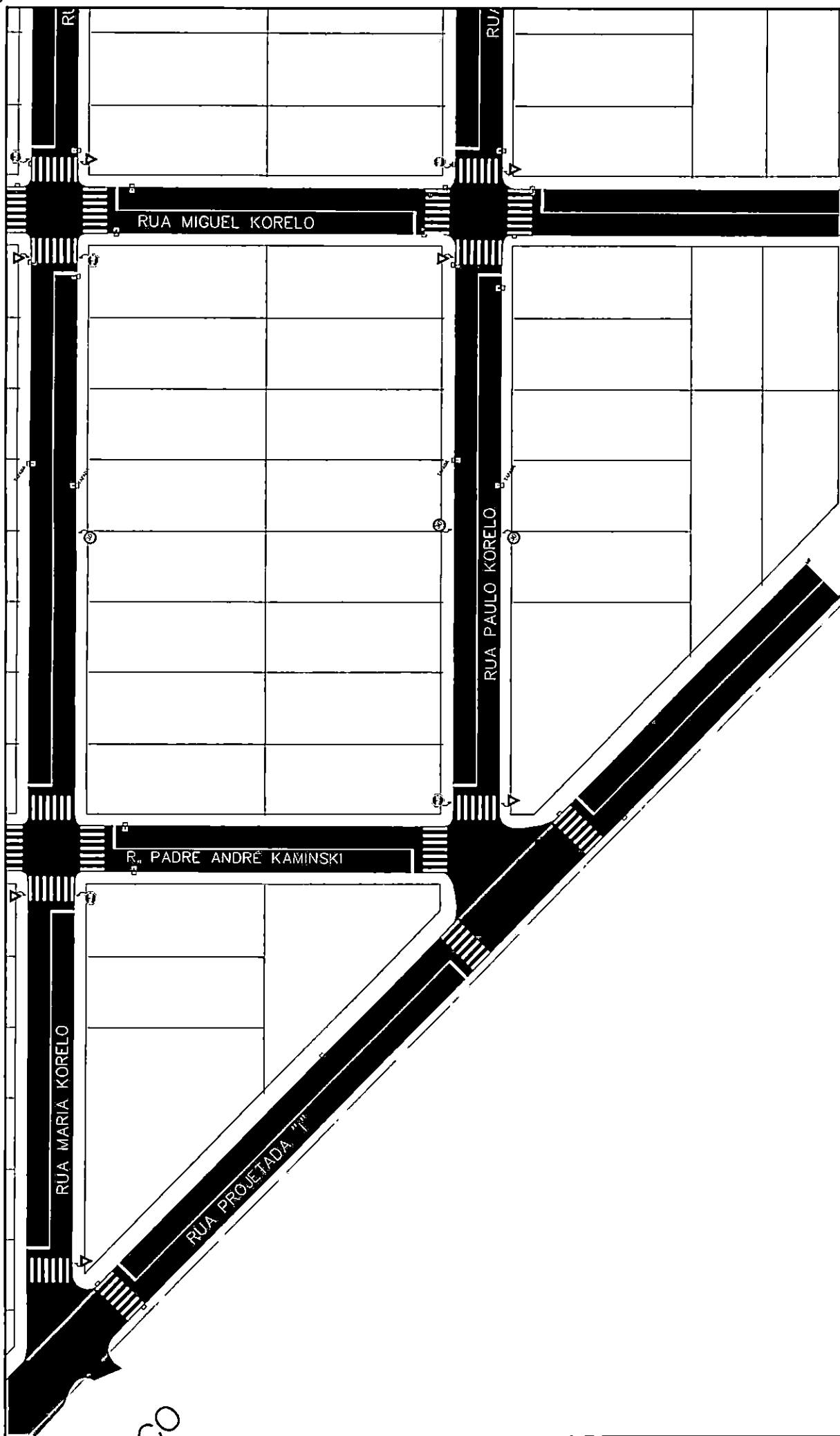
TÍTULO:



PREFEITURA
MUNICIPAL
DE IVAÍ

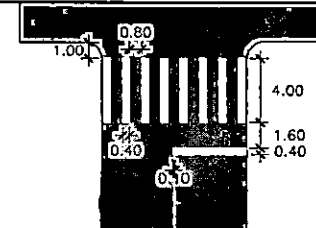
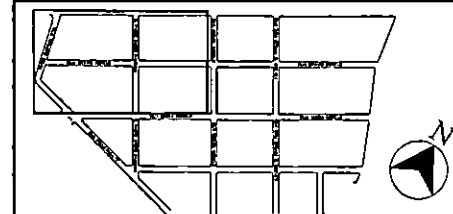
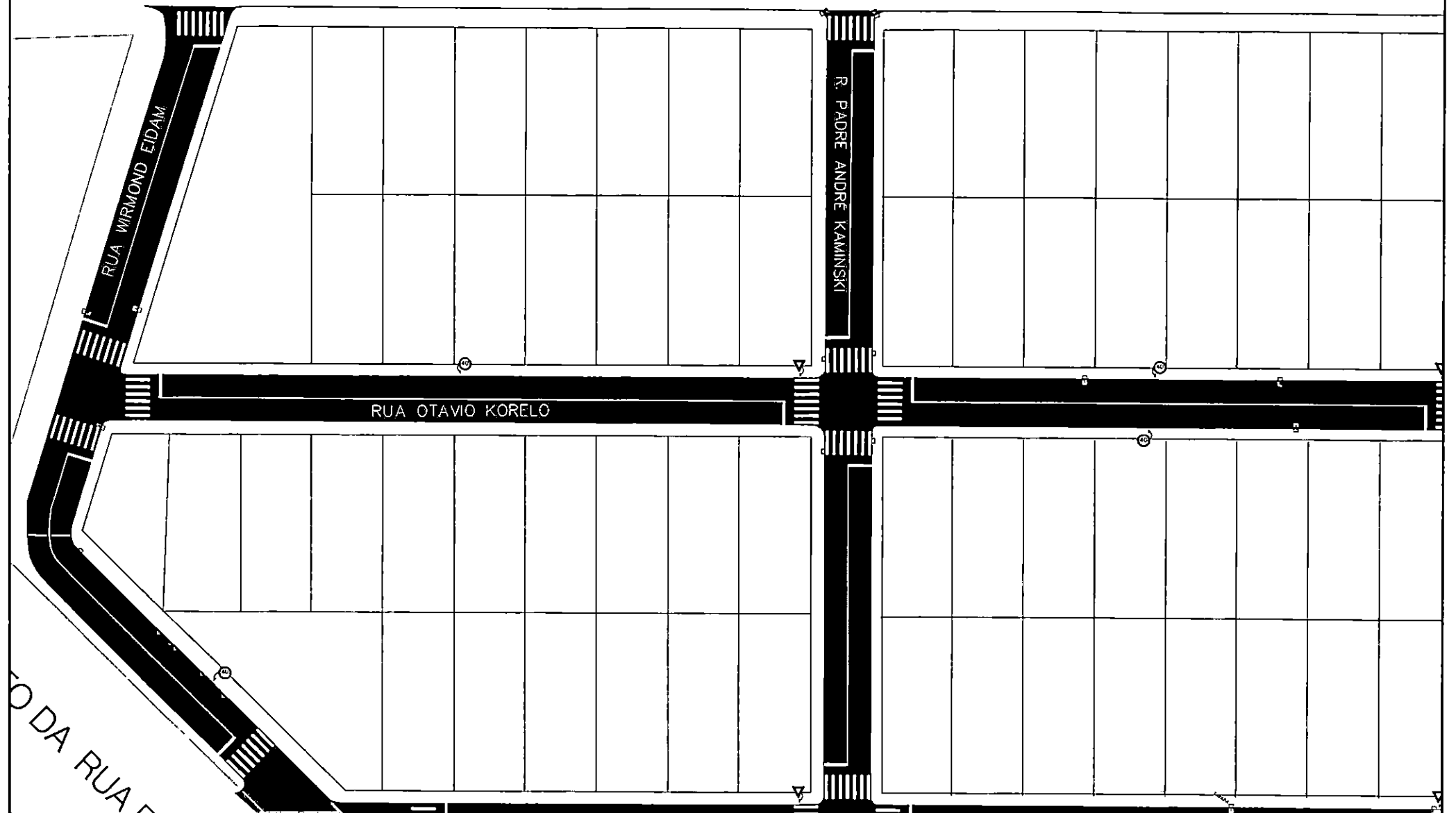
02/04

03/04




RESPONSÁVEL TÉCNICO		PROJETO	
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI		PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI	
CARTA DE CRIAÇÃO DO PROJETO		CARTA DE CRIAÇÃO DO PROJETO	
LOCAL: IVAI - SP		LOCAL: IVAI - SP	
DATA: 03/04		DATA: 03/04	
PROJETO: SINALIZAÇÃO VIÁRIA		PROJETO: SINALIZAÇÃO VIÁRIA	
AUTOR: LUCAS BRUNHA		AUTOR: LUCAS BRUNHA	

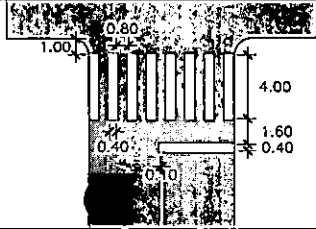
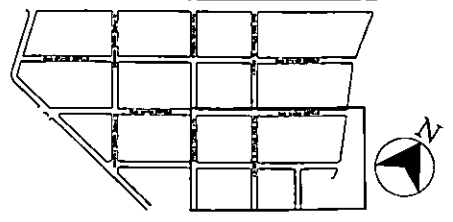
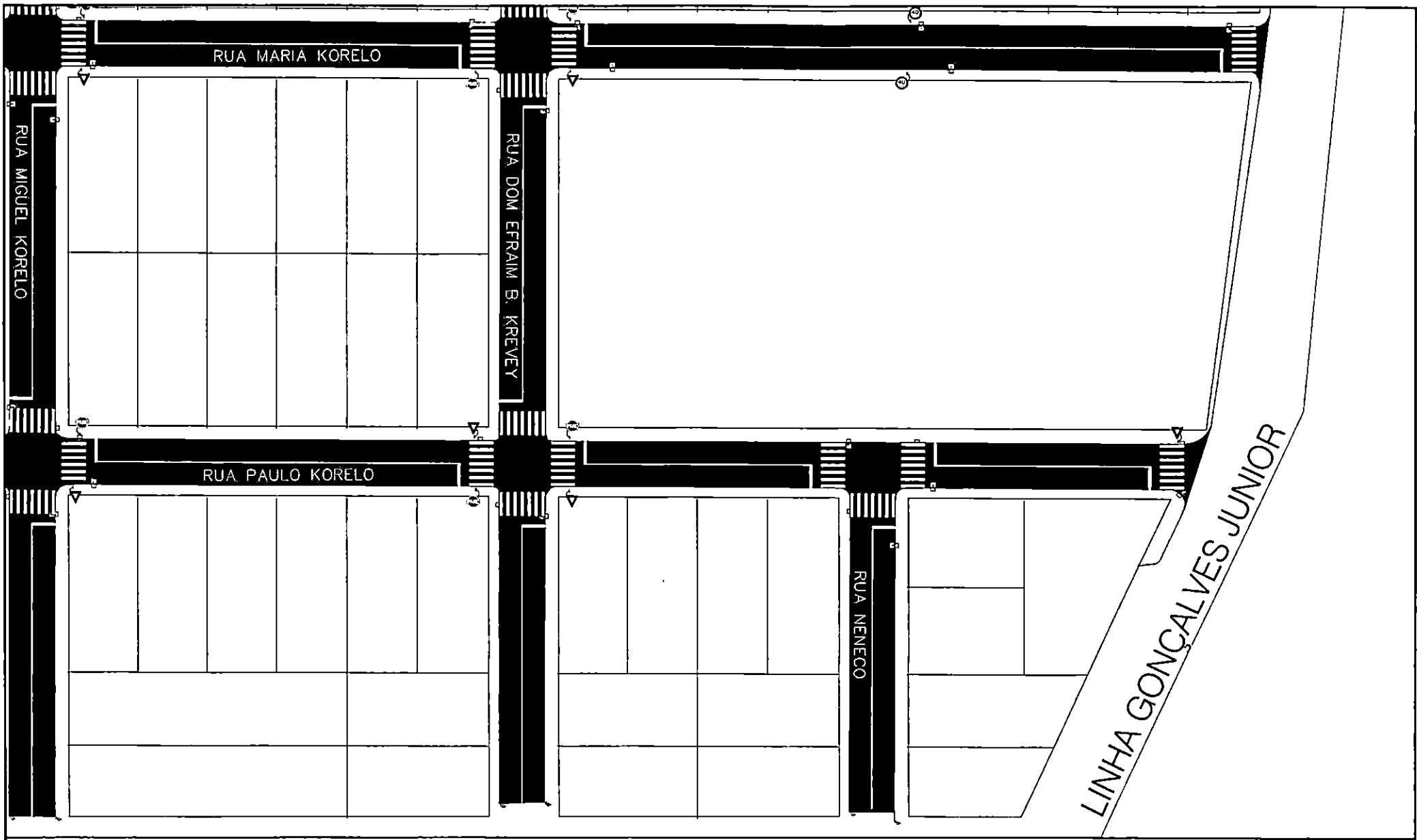
RUA HENRIQUE FLORENCIO RIBEIRO



PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA

RESPONSÁVEL TÉCNICO:		PROPRIETÁRIO:		PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ 	
SARA REIS ENGENHEIRA CIVIL CREA-PR 2018020		PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ			
OPERAÇÃO SINALIZAÇÃO VIÁRIA - LOTEAMENTO SANTA MARIA					
PLANO SINALIZAÇÃO MUNICIPAL PARA LOTEAMENTO SANTA MARIA					
DATA: ABRIL/2022	ARTIFATO:	ESCALA:	UNIDADE:	DESENHO:	FOLHA:
	INDICADA	METRO		LUIS ROMANUK	01/04

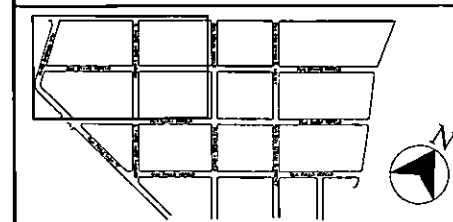
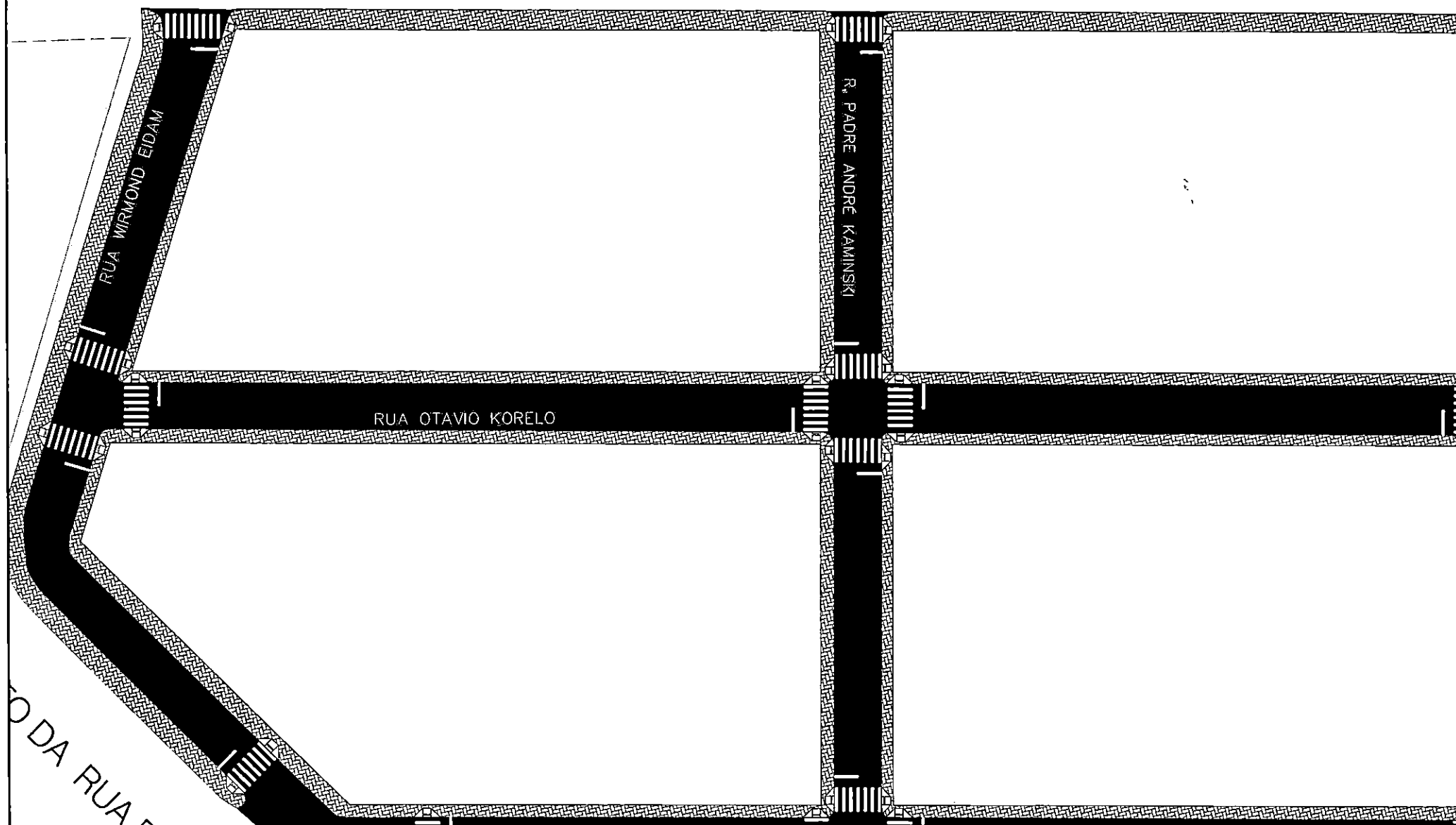
254



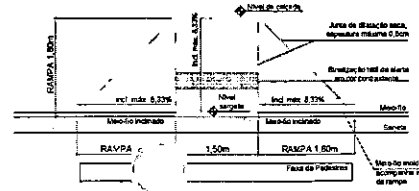
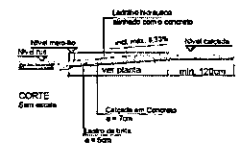
PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
RESPONSÁVEL TÉCNICO		PROPRIETÁRIO			
SANA RESUR		PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ			
LOCAL: IVAÍ - PR		PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ			
OBJETO: SINALIZAÇÃO VIÁRIA - LOTEAMENTO SANTA MARIA		PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ			
REF: SINALIZAÇÃO VIÁRIA PARA LOTEAMENTO SANTA MARIA		PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ			
DATA:	ARQUIVO:	ESCALA:	UNIDADE:	DESENHO:	FOLHA:
ABRIL/2023	BOEADA	BOEADA	BOEADA	BOEADA	04/04




RUA HENRIQUE FLORENCIO RIBEIRO



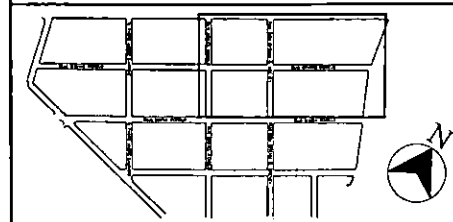
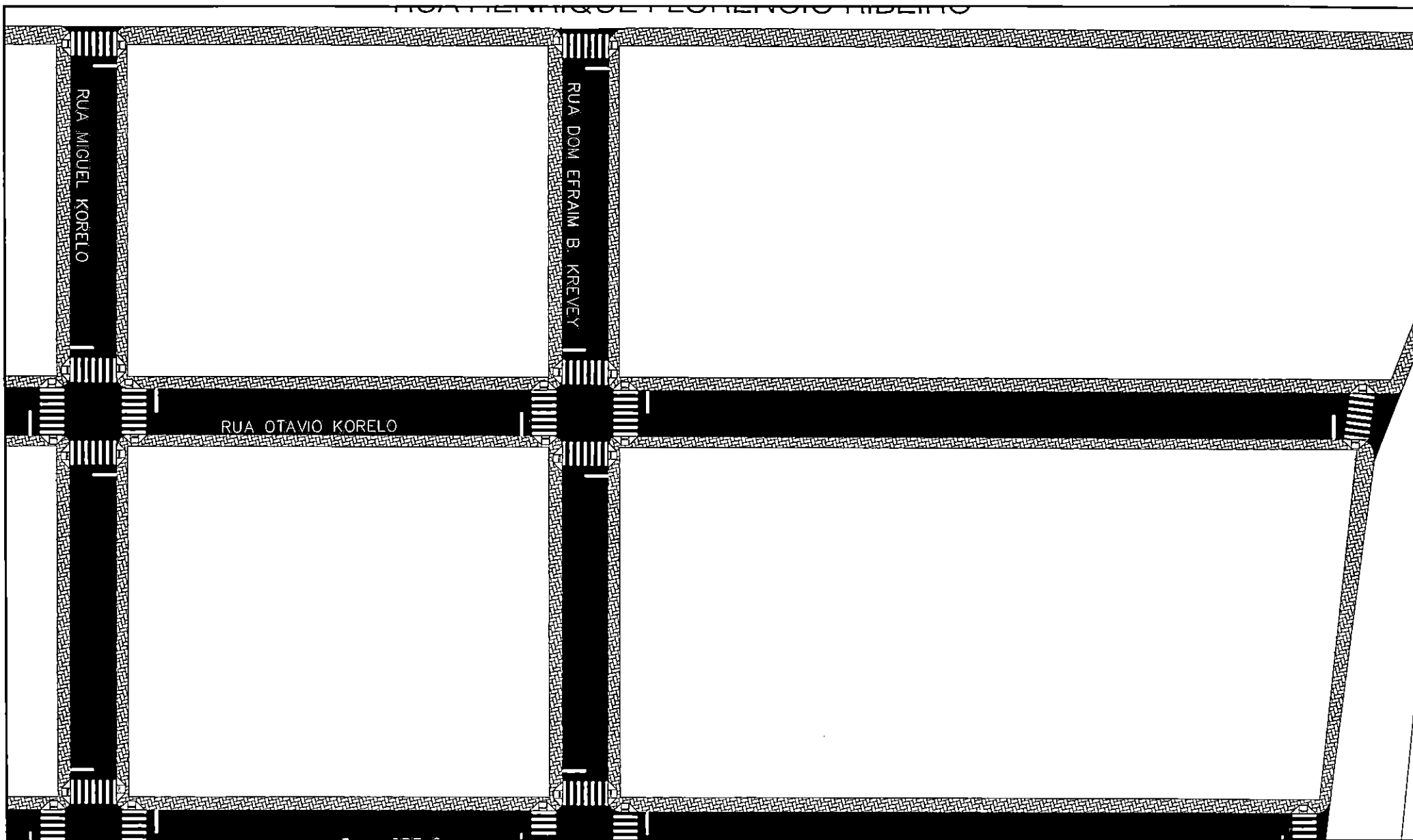
■ CALÇADAS



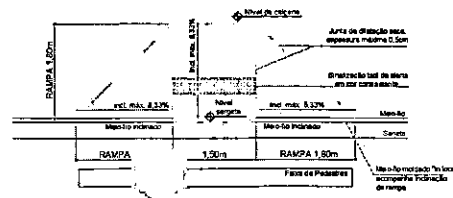
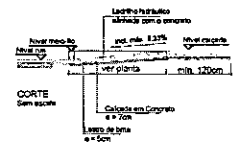
PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA

RESPONSÁVEL TÉCNICO:	PROPRIETÁRIO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ 
WILLIAN SAUTER DE OLIVEIRA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ	
LOCAL: IVAÍ - MS	OBRA: REFORMA RAMPAS PNE - LOTEAMENTO SANTA MARIA	
DATA: 20/04/2024	ARQUIVO: ESCALA: UNIDADE: DESSENHO: TUBA: 01/04	

252

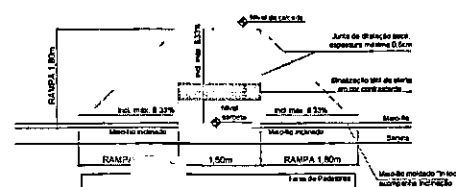
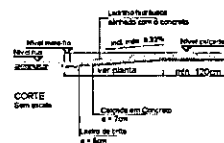
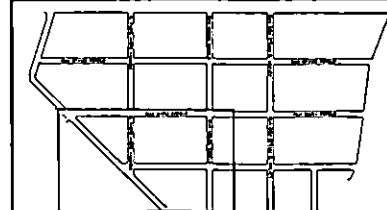


CALÇADAS



PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA			
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	PROPRIETÁRIO:		
WILLIAM SAUER DE CRISTO	PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ		
OBRAS: REFORMA RAMPAS PNE - LOTEAMENTO SANTA MARIA			
LOCAL: IVAÍ - PR			
PROJETO: SINALIZAÇÃO HORIZONTAL PARA LOTEAMENTO SANTA MARIA			
DATA:	ARQUIVO:	ESCALA:	UNIDADE:
12/04/2024	BOCADA	METRO	DESENHO:
			LUCAS ROMANOS
			FOLHA: 02/04





PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA

RESPONSÁVEL TÉCNICO

PROPRIETARIO:

WILLIAM SAUTER DE CRISTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI

OBRA: REFORMA RAMPAS PNE - LOTEAMENTO SANTA MARIA

REF: SINALIZACAO HORIZONTAL PARA LOMBAMENTO SANTA MARIA

DATA:	ARYL ENV	ESCALA:	LIBRA
-------	----------	---------	-------

DATA	W-00000	CODIGO	000000
ANNO/ZZZZ		INDICADA	ME TR

INDICADA	METRO
----------	-------

INDICADA	METRO
----------	-------

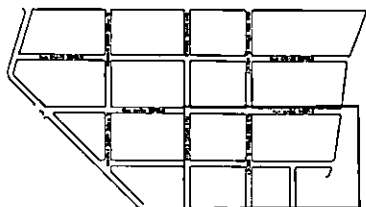
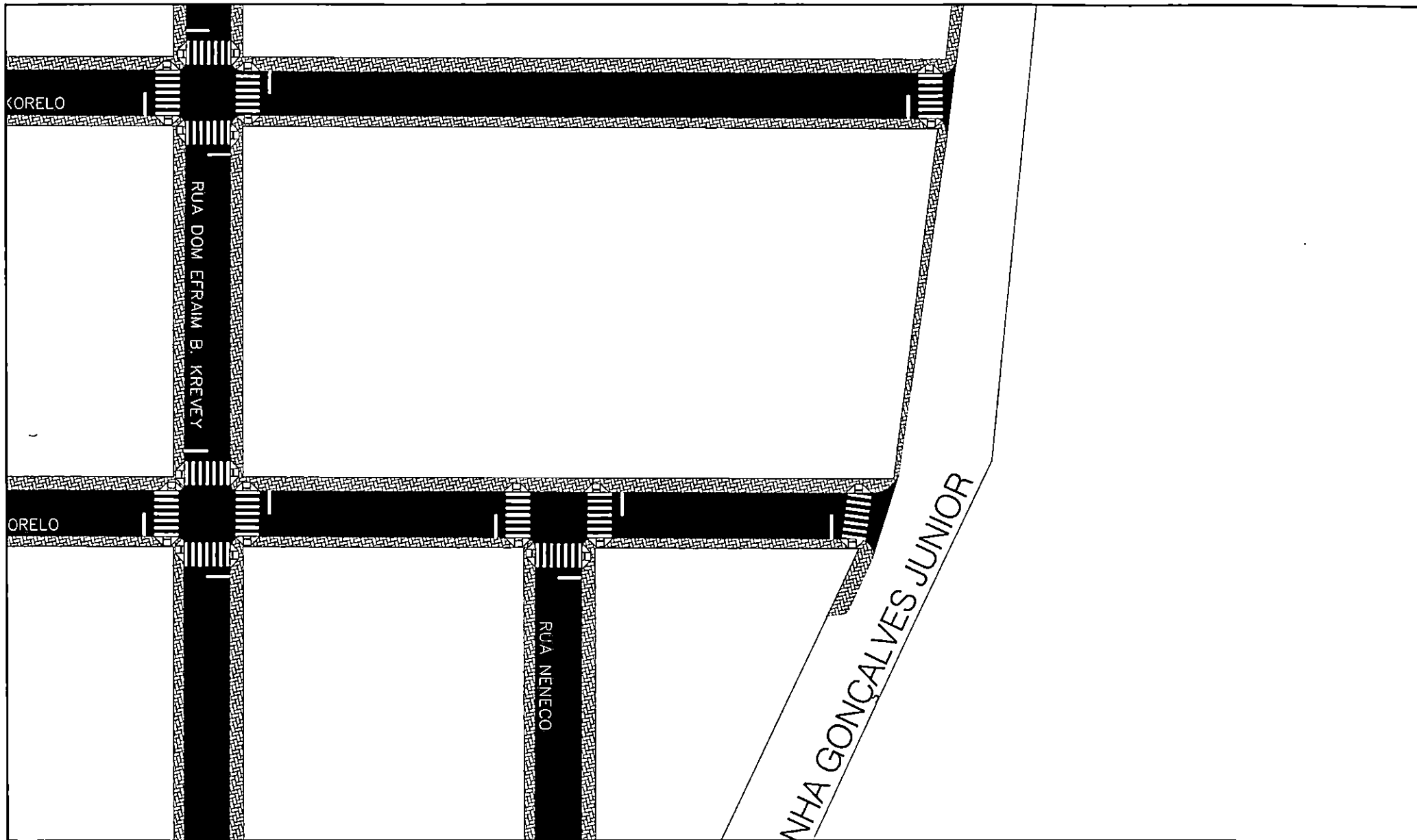
METRIC

0 | **LUCAS ROMAN**

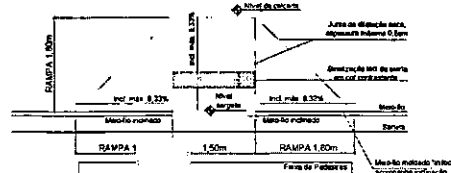
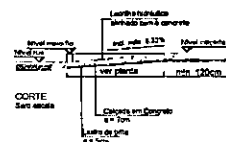
**PREFEITURA
MUNICIPAL
DE IVAÍ**




FDHA 03/04



CAIÇADAS



PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA

RESPONSÁVEL TÉCNICO:		PROPRIETÁRIO:		PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ 	
WILLIAN SAULIER DE CRISTO		PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ			
CREA-PR 158847/D					
OPERAÇÃO RAMPAS PNE - LOTEAMENTO SANTA MARIA					
LOCAL: IVAÍ - PR					
SOLICITANTE: LOTEADORA PORTUGAL, PARA LOTEAMENTO SANTA MARIA					
DATA:	ARQUIVO:	ESCALA:	UNIDADE:	DESENHO:	FOLHA:
20/04/2024		1:500	METRO	LUIS ROCHA	04/04

RUA HENRIQUE FLORÊNCIO RIBEIRO

RUA DOM EFRAIM B. KRÉVEY

RUA OTAVIO KÖRELO

REMEENDO PROFUNDO
ÁREA 381,57 m²

REMEENDO SUPERFICIAL
ÁREA 48,28 m²

RECAPE RUA WIRMOND BIDAM
ÁREA 812,47 m²

RECAPE RUA PE ANDRÉ KAMINSKI
ÁREA 1113,01 m²

RECAPE RUA MIGUEL KÖRELO
ÁREA 1198,37 m²

RECAPE RUA DOM EFRAIM B. KRÉVEY
ÁREA 1019,34 m²

RECAPE RUA NENECO
ÁREA 432,16 m²

RECAPE RUA OTAVIO KÖRELO
ÁREA 374,09 m²

RECAPE RUA MARIA KÖRELO
ÁREA 297,48 m²

RECAPE RUA PAULO KÖRELO
ÁREA 190,43 m²

PROJETO RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

RESPONSÁVEL TÉCNICO

PROPRIETÁRIO

WILLIAN SAUTER DE CRISTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DEPARTAMENTO DE OBRAS E TRANSPORTES

LOCAL: RUA - IV

REVISÃO: 01/2004

DATA:

04/02/2004

APROVAÇÃO

ESCALA:

1:500

UNIDADE:

METRO

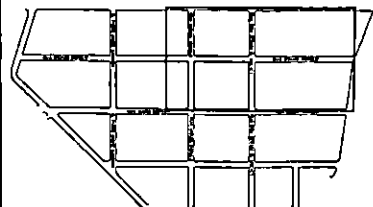
DESENHO:

LUIS ROMAN

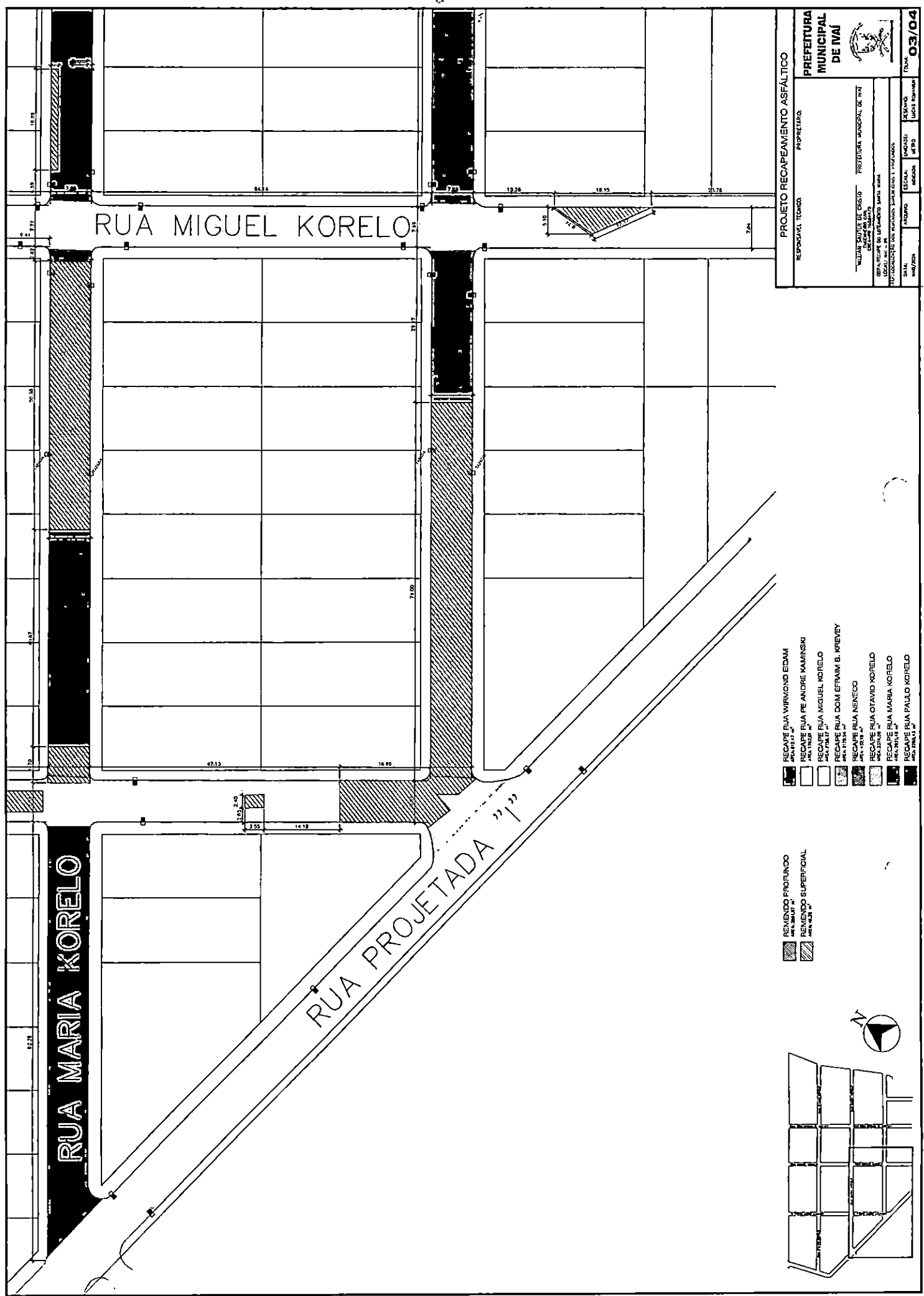
PREFEITURA
MUNICIPAL
DE IVAÍ



FOLHA
02/04

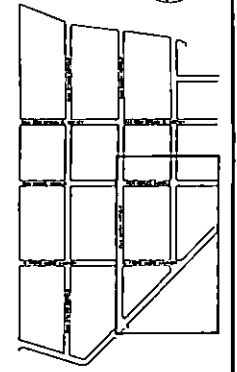



352



- REVENDO PROFUNDO
- REVENDO SUPERFICIAL

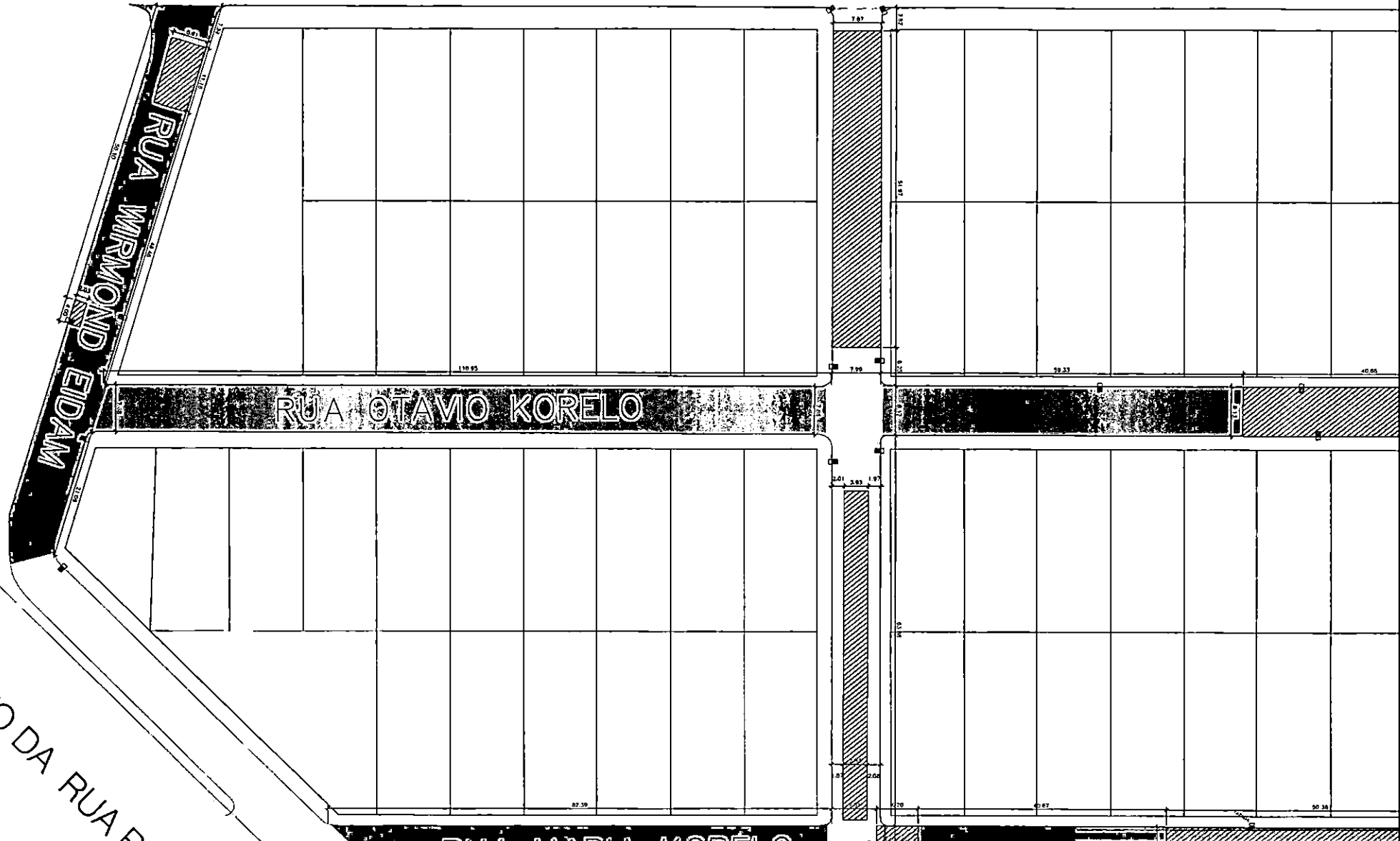
- RECAPE RUA WIRWIND EIDAM
- RECAPE RUA PE ANDRE KAMINSKI
- RECAPE RUA MIGUEL KORELO
- RECAPE RUA DOM EFRAIM B. KREVEY
- RECAPE RUA NENECCO
- RECAPE RUA OTAVIO KORELO
- RECAPE RUA MARIA KORELO
- RECAPE RUA PAULO KORELO



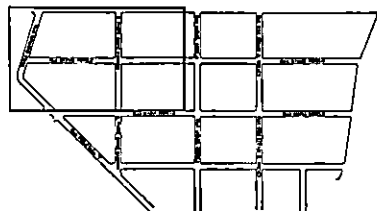
PROJETO RECAPEAMENTO ASFALTICO			
RESPONSÁVEL TÉCNICO	PROPRIETÁRIO		
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI			
			
TÍTULO: RUA DE ENGENHO		PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI	
LOCAL: RUA DE ENGENHO		LOCAL: RUA DE ENGENHO	
LOCAL: RUA DE ENGENHO		LOCAL: RUA DE ENGENHO	
DATA:	REVISÃO:	FECHA:	LOCAL:
03/04	03/04	03/04	03/04

RUA HENRIQUE FLORENCIO RIBEIRO

151



AMENTO DA RUA P.



REMEIO PROFUNDO
AREA 3881,07 m²
REMEIO SUPERFICIAL
AREA 48,26 m²

RECAPE RUA WIRMOND EIDAM
AREA 812,47 m²
RECAPE RUA PE ANDRE KAMINSKI
AREA 1142,01 m²
RECAPE RUA MIGUEL KORELO
AREA 2158,27 m²
RECAPE RUA DOM EFRAIM S. KREVEY
AREA 2108,24 m²
RECAPE RUA NENECCO
AREA 432,18 m²
RECAPE RUA OTAVIO KORELO
AREA 3274,08 m²
RECAPE RUA MARIA KORELO
AREA 2971,48 m²
RECAPE RUA PAULO KORELO
AREA 2788,43 m²

PROJETO RECAPEAMENTO ASFALTICO

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

PROPRIETÁRIO:

WILJAN SÁDIER DA CRISTO
PROPRIETÁRIO CRL
CRL-PP 1528470

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DISPONIBILIDADE DO LOTEAMENTO SANTA MARIA

LOCAL: IVAÍ - PR

1:500 LOCALIZAÇÃO DOS RECAMBOS SUPERFICIAIS E PROFUNDOS

DATA:

04/02/2014

ARQUIVO:

ESCALA:

INDICAÇÃO:

UNIDADE:

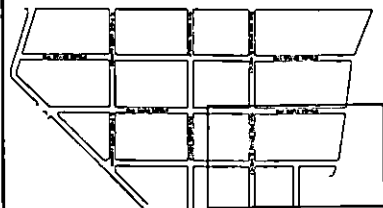
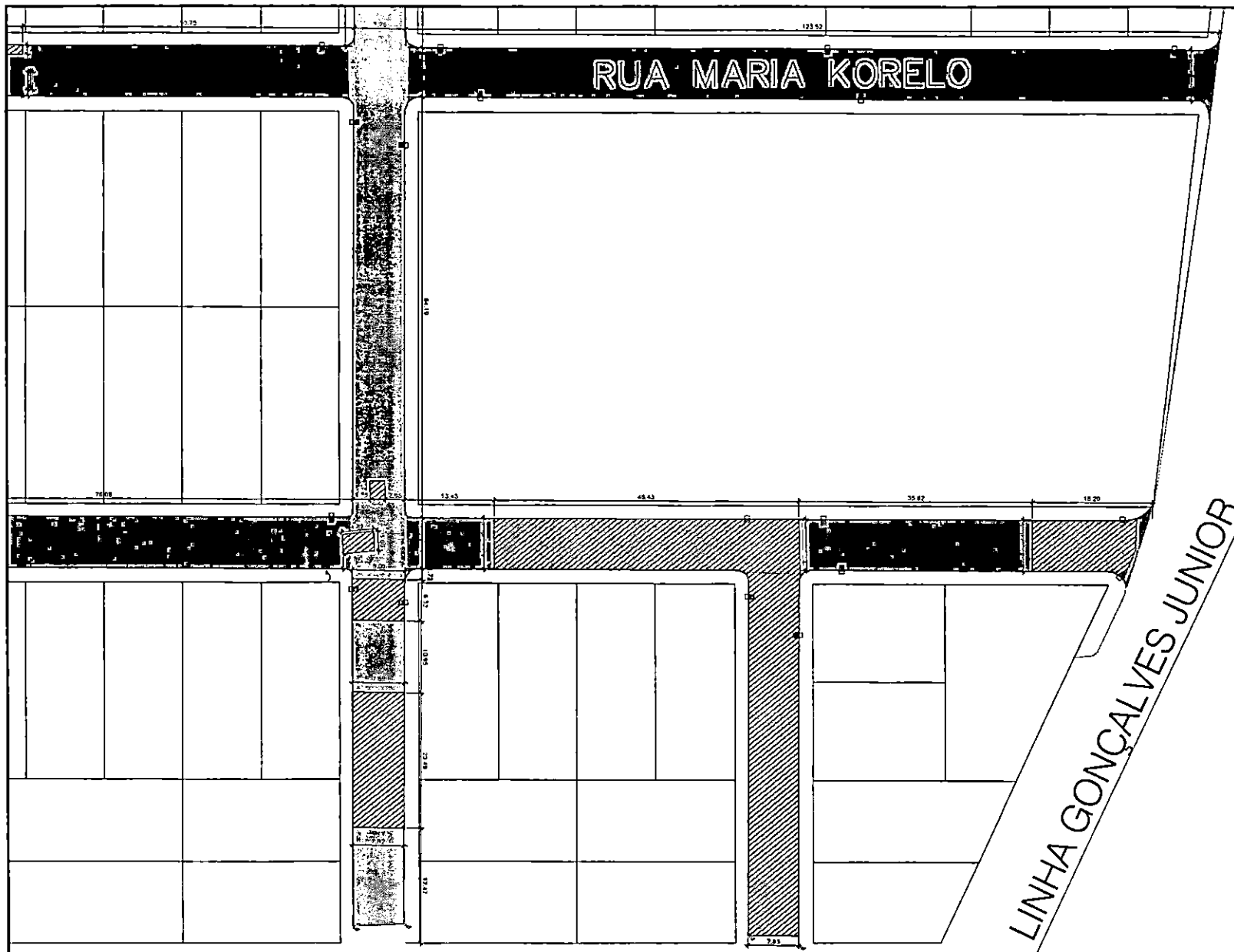
DESENHO:

LUIS ROSSINI

FOLHA:

01/04





REMEDIO PROFUNDO
AREA 3841,97 m²

REMEDIO SUPERFICIAL
AREA 46,28 m²

RECAPE RUA WILMOND EDAM
AREA 1112,47 m²

RECAPE RUA PE ANDRE KAMINSKI
AREA 1182,01 m²

RECAPE RUA MIGUEL KORELO
AREA 2106,27 m²

RECAPE RUA DOM EFRAIM B. KREVEY
AREA 2106,54 m²

RECAPE RUA NENECO
AREA 432,19 m²

RECAPE RUA OTAVIO KORELO
AREA 3716,09 m²

RECAPE RUA MARIA KORELO
AREA 2927,48 m²

RECAPE RUA PAULO KORELO
AREA 2760,43 m²

PROJETO RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

PROPRIETÁRIO:

PREFEITURA
MUNICIPAL
DE IVAÍ



WILIAN SAUTER DE CRISTO PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

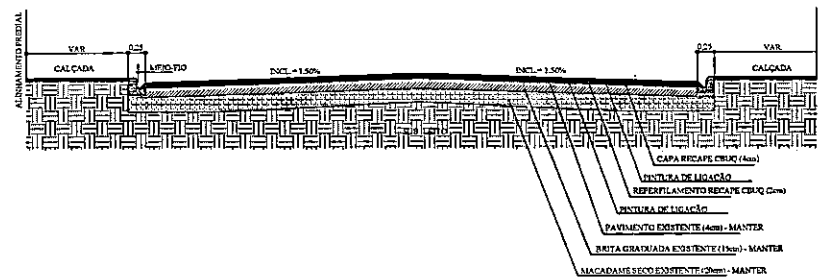
OBRA RECAPE DO LOTEAMENTO SANTA MARIA

LOCAL: IVAÍ - PR

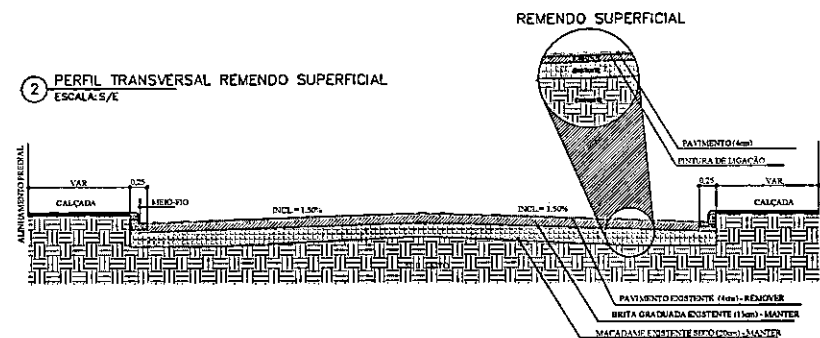
TUT: LOCALIZAÇÃO DOS PAVIMENTOS SUPERFICIAIS E PROFUNDOS

DATA:	ARQUIVO:	ESCALA:	UNIDADE:	DESENHO:	TOMAR:
04/04/2024		INDICADA	METRO	LUCAS FOMMEL	04/04

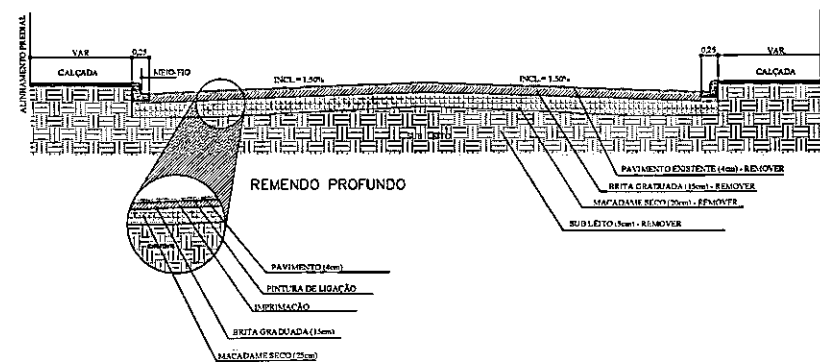
1 PERFIL TRANSVERSAL RECAPE VIA
ESCALA: S/E



2 PERFIL TRANSVERSAL REMENDO SUPERFICIAL
ESCALA: S/E



3 PERFIL TRANSVERSAL REMENDO PROFUNDO
ESCALA: S/E



LEGENDA	
	PAVIMENTAÇÃO EXISTENTE
	GRADUADA
	MACADAME SECO
	RECAPE
	MACADAME SECO
	LIGAÇÃO

PROJETO RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

PROPRIETÁRIO:

**PREFEITURA
MUNICIPAL
DE IVAÍ**

WILLIAN SAUTER DE CRISTO
ENGENHEIRO CIVIL
CREA-PR 168844/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

OBRA: RECAPE DO LOTEAMENTO SANTA MARIA

LOCAL: IVAÍ - PR

RÉF: CORTES TRANSVERSAIS

DATA:
JUNHO/20



ARQUIVO:

ESCALA:
INDICADA

UNIDADE:
METRO

DESENHO:
LUCAS ROMANIUK

FOLHA:
05/05

 <p>PARANÁ GOVERNO DO ESTADO</p>	<p align="center">Governo do Estado do Paraná Secretaria das Cidades Rua Jacy Loureiro de Campos, 180 2º andar Centro Cívico CEP 80530-140 Caixa Postal 15079 Curitiba Paraná Fone (41) 3350 – 3300 http://www.paranacidade.org.br/</p>	 <p align="center">ParanaCidade</p>
--	--	---















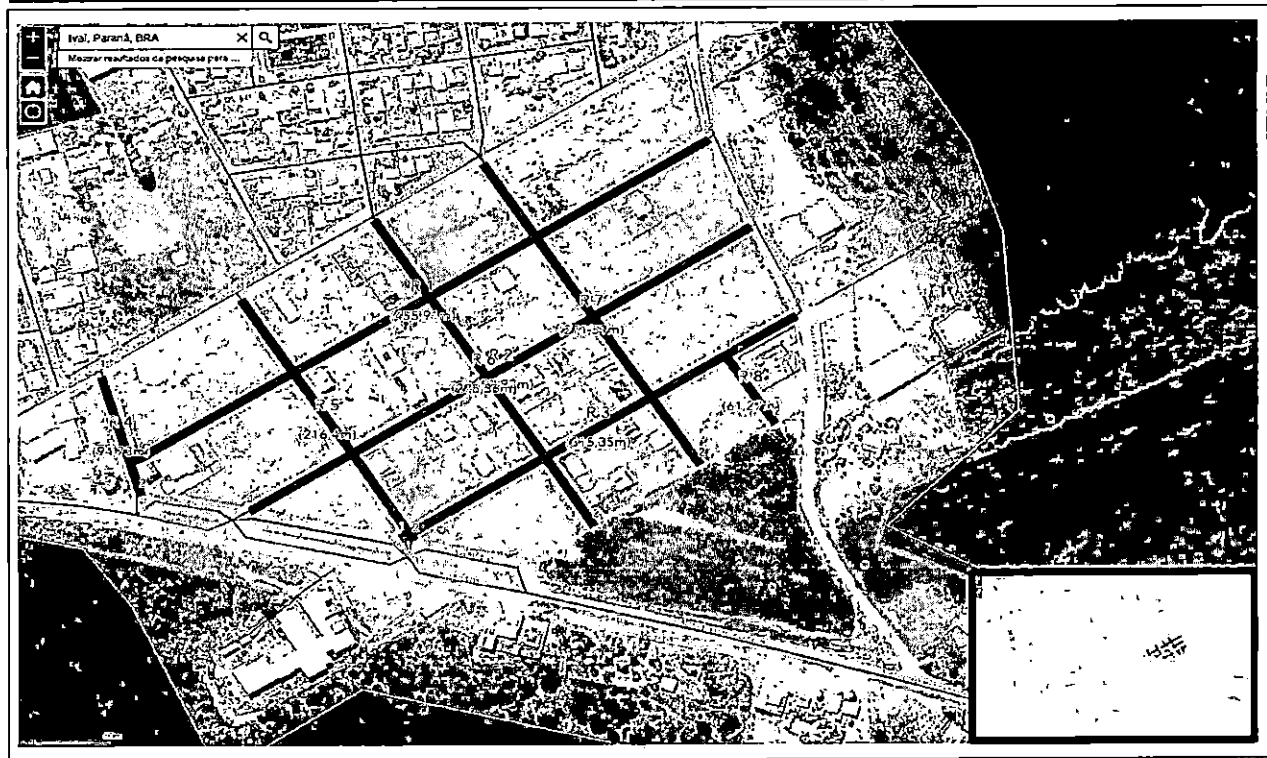


QUESTIONÁRIO AMBIENTAL

Município:	IVAÍ	CNPJ:	76.175.918/0001-33
Projeto:	Recape de vias urbanas em CBUQ	Componente:	Pavimentação
Prioridade:	41	Programa	SFM
		Convênio:	AFPR

5.1. OUTRAS CARACTERÍSTICAS

6. CROQUI DE LOCALIZAÇÃO (utilizando o Google Earth ou o SEDU PARANACIDADE Interativo)





Declaro para os devidos fins, que as informações prestadas são verdadeiras e preenchidas de acordo com vistoria "in loco" na(s) área(s) em que será implantado o Projeto Executivo em pauta, com a finalidade de realizar o levantamento das características específicas locais, constatar infraestruturas existentes e de justificar os serviços previstos no projeto apresentado. Por ser expressão da verdade, assino abaixo :

Willian Sauter de Cristo
Engenheiro Civil - CREA PR-168.844/D
PM IVAÍ

Documento assinado digitalmente
gov.br WILLIAN SAUTER DE CRISTO
Data: 03/07/2024 10:47:41-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Atesto que as informações repassadas pelo Município atendem aos critérios de elegibilidade e estão compatíveis com o projeto apresentado.

Osmar José Ribeiro
Analista de Desenvolvimento Municipal
ER Ponta Grossa

	<p align="center">Governo do Estado do Paraná Secretaria das Cidades Rua Jacy Loureiro de Campos, 180 2º andar Centro Cívico CEP 80530-140 Caixa Postal 15079 Curitiba Paraná Fone (41) 3350 – 3300 http://www.paranacidade.org.br/</p>	 <p align="center">ParanaCidade</p>
---	--	---



QUESTIONÁRIO AMBIENTAL



Município:	IVAI	CNPJ:	76.175.918/0001-33
Projeto:	Recape de vias urbanas em CBUQ	Componente:	Pavimentação
Prioridade:	41 Programa SFM	Convênio:	AFPR

4. IMPACTOS SOCIAIS/ECONÔMICOS

		SIM	NÃO
a	Haverá aumento de renda regional, local e das arrecadações públicas?		X
b	Impacto positivo da obra na saúde, segurança e bem estar da população?	X	
c	Valorização imobiliária do entorno?		X
d	Incentivo ao Turismo Regional?		X
e	Há sítios arqueológicos e históricos? <i>Justifique:</i> <i>Não se aplica</i>		X
f	Haverá transtornos aos moradores diretamente afetados? <i>Caso afirmativo, justifique se serão temporários (durante a execução da obra) ou permanentes</i> <i>Transtornos temporários de acesso durante a execução da obra</i>	X	
g	Alteração no sistema viário e tráfego local? <i>Caso afirmativo, justifique se serão temporários (durante a execução da obra) ou permanentes</i> <i>Alteração ou suspensão de fluxo temporariamente devido à execução das obras</i>		X
h	Poluição sonora? (equipamentos, maquinários) <i>Caso afirmativo, justifique se serão temporários (durante a execução da obra) ou permanentes</i> <i>Ruídos provenientes dos equipamentos de pavimentação durante a execução da obra</i>		X
i	Alteração na qualidade do ar, solos e recursos hídricos em função da instalação do canteiro? <i>Caso afirmativo, justifique se serão temporários (durante a execução da obra) ou permanentes</i> <i>Alterações inexistentes ou irrelevantes.</i>		X

5. MEDIDAS DE MITIGAÇÃO AOS IMPACTOS AMBIENTAIS

a	Quanto a alteração da qualidade ambiental dos solos (contaminação com óleos lubrificantes, combustíveis ou outros produtos químicos, coleta de lixo existente, coleta de esgoto residencial). <i>Descreva como irá ocorrer:</i> <i>A coleta de lixo seguirá normalmente com a frequência atual. Quanto à contaminação por químicos, todas as medidas serão tomadas para que não ocorram.</i>
b	Quanto a poluição atmosférica (controle de velocidade de veículos, manutenção dos veículos). <i>Descreva como irá ocorrer:</i> <i>A situação dos veículos utilizados na execução da obra serão verificadas constantemente pela fiscalização do município.</i>
c	Quanto a alteração da qualidade dos recursos hídricos (coleta de lixo e esgoto residencial, drenagem superficial, uso de pavimentos permeáveis). <i>Descreva como irá ocorrer:</i> <i>Alterações irrelevantes ou inexistentes.</i>
d	Quanto a supressão de vegetação (arborização no entorno do empreendimento) <i>Descreva como irá ocorrer:</i> <i>Não se aplica</i>

 <p>PARANÁ GOVERNO DO ESTADO</p>	<p align="center">Governo do Estado do Paraná Secretaria das Cidades Rua Jacy Loureiro de Campos, 180 2º andar Centro Cívico CEP 80530-140 Caixa Postal 15079 Curitiba Paraná Fone (41) 3350-3300 http://www.paranacidade.org.br/</p>	 <p align="center">PARANACIDADE</p>
--	--	---



QUESTIONÁRIO AMBIENTAL




Município:	IVAÍ	CNPJ:	76.175.918/0001-33
Projeto:	Recapete de vias urbanas em CBUQ	Componente:	Pavimentação
Prioridade:	41	Programa	SFM
		Convênio:	AFPR

2.8 OUTRAS CARACTERÍSTICAS DO LOCAL ONDE SERÁ EXECUTADO O EMPREENDIMENTO

		SIM	NÃO
a	Atividades econômicas <i>Descreva:</i> Área predominantemente residencial, com comércio local e serviços	X	
b	População local <i>Descreva:</i> 1000 habitantes	X	
c	Possui vegetação nativa?		X
d	Presença de animais silvestres?		X
e	Necessidade de contenção de processos erosivos?		X
f	Possui área de bota fora/ empréstimo, aprovado pelo órgão ambiental municipal?	X	
	<i>Insira o croqui de localização do bota fora/empréstimo utilizando o Google Earth ou o SEDU PARANACIDADE Interativo</i>		

3. IMPACTO AMBIENTAL

		SIM	NÃO
a	Requer desmate? <i>Caso afirmativo, especifique as áreas:</i> Não se aplica		X
b	Gera resíduos sólidos? <i>Caso afirmativo, especifique os tipos e volumes:</i> Não se aplica		X
c	Requer movimentação de terras? <i>Caso afirmativo, especifique o volume:</i> Não se aplica		X
d	Qual impacto da obra na qualidade dos recursos ambientais existentes:		
e	Modificações do uso do solo		X
f	Favorecimento de dispersão de vegetação exótica		X
g	Assoreamento de rios		X
h	Contaminação de águas subterrâneas e superficiais		X

	Governo do Estado do Paraná Secretaria das Cidades Rua Jacy Loureiro de Campos, 180 2º andar Centro Cívico CEP 80530-140 Caixa Postal 15079 Curitiba Paraná Fone (41) 3350-3300 http://www.paranacidade.org.br/	 PARANACIDADE
		

QUESTIONÁRIO AMBIENTAL

Município:	IVAÍ	CNPJ:	76.175.918/0001-33
Projeto:	Recape de vias urbanas em CBUQ	Componente:	Pavimentação
Prioridade:	41 Programa SFM	Convênio:	AFPR

2.2 SISTEMAS/FONTES DE ÁGUA EXISTENTES

		SIM	NÃO
a	Poço individual		x
b	Fonte superficial individual		x
c	Ligação com rede de abastecimento de água	x	

2.3 SISTEMAS DE COLETA DE ESGOTO EXISTENTES

		SIM	NÃO
a	Existe rede de esgoto pública com tratamento?	x	
b	Existe fossa séptica individual?		x
c	Existe fossa séptica coletiva?		x

2.4 SISTEMAS/GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS EXISTENTES

		SIM	NÃO
a	Rede de galerias de águas pluviais	x	
b	Rede existente suporta novas inclusões?	x	
c	Rede existente está funcionando corretamente? <i>Justifique:</i>	x	
d	Haverá aproveitamento da rede existente no projeto? <i>Justifique:</i>	x	
e	Possui dissipadores de energia? (croqui de Localização utilizando o Google Earth ou o SEDU PARANACIDADE Interativo)	x	
f	Dissipadores existentes estão funcionando corretamente e regularizados ambientalmente? <i>Justifique:</i> <i>Não se aplica</i>	x	

2.5 REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EXISTENTES



		SIM	NÃO
a	Média tensão	x	
b	Baixa tensão	x	
c	Captação de energia solar		x
d	Micro sistemas de energia		x

2.6 SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EXISTENTES

		SIM	NÃO
a	Iluminação pública convencional		x
b	Iluminação pública em LED	x	

2.7 SISTEMA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DOMÉSTICOS EXISTENTES

		SIM	NÃO
a	Coleta de resíduos domésticos	x	
b	Coleta seletiva de resíduos sólidos	x	
c	Coleta de resíduos sólidos hospitalares		x
d	Coleta de resíduos perigosos		x
f	Frequência de coleta (na área do projeto) e disposição dos resíduos (aterro sanitário/ aterro controlado/ aterro sem controle/ lixão) <i>Coleta uma vez por semana. Disposição em aterro controlado.</i>		

	<p align="center">Governo do Estado do Paraná Secretaria das Cidades Rua Jacy Loureiro de Campos, 180 2º andar Centro Cívico CEP 80530-140 Caixa Postal 15079 Curitiba Paraná Fone (41) 3350-3300 http://www.paranacidade.org.br/</p>	 <p align="center">PARANACIDADE</p>
---	---	---



QUESTIONÁRIO AMBIENTAL

Município:	IVAI	CNPJ:	76.175.918/0001-33
Projeto:	Recape de vias urbanas em CBUQ	Componente:	Pavimentação
Prioridade:	41 Programa SFM	Convênio:	AFPR
Contato:	Willian Sauter de Cristo	CPF:	082.301.***-**
CAU/CREA:	CREA PR-168.844/D	Cargo:	Engenheiro Civil
e-mail:	williansauter@hotmail.com	Telefone:	(42) 3247-1223

01. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Recape de vias urbanas em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 15.848,48 m², compreendendo: serviços preliminares; drenagem; base e sub-base; revestimento; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; e ensaios de controle tecnológico.

Área pavimentada	15.848,48 m²
Extensão	2.080,00 m

02. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

		SIM	NÃO
a	O Município possui legislação ambiental? <i>Caso afirmativo, informe o número da Lei Municipal</i>		X
b	Informe as Leis Estaduais e Federais aplicáveis: https://www.lac.pr.gov.br/Pagina/Legislacao http://www.ibama.gov.br/lac/legislacao		
c	O empreendimento necessita de Autorização ou Licença Ambiental? <i>Caso afirmativo, informe o número do documento:</i> <i>Não se aplica</i>		X
d	O empreendimento necessita de PCA/EIA RIMA? <i>Caso afirmativo, informe o número do documento:</i> <i>Não se aplica</i>		X
e	O empreendimento necessita de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV? <i>Caso afirmativo, informe o número do documento e legislação municipal pertinente:</i> <i>Não se aplica</i>		X

2.1 O PROJETO SITUA-SE EM:

		SIM	NÃO
a	Área de manancial de abastecimento de água		X
b	Área de reflorestamento de araucária (espécies com mais de 30 anos)		X
c	Área de influência de manguezais		X
d	Área de várzea		X
e	Unidades de conservação		X
f	Encostas com declividade superior a 30%		X
g	Áreas de preservação permanente ou APA		X
h	Área de vulnerabilidade social/ambiental por enchentes, desequilíbrios climáticos, área de encosta sujeita a deslizamentos?		X
i	Área com indícios de possível contaminação do solo do terreno ou logradouro por descarte de efluentes no solo ou esgoto a céu aberto, manchas no solo, alterações na vegetação, ocorrência de animais mortos, vazamento ou derramamento de substâncias químicas, odor de gás e/ou combustível ou substâncias químicas, ou quando nas áreas anexas, ou no próprio imóvel no passado, tiveram atividades como posto de gasolina, armazenamento de resíduos, indústrias poluentes, e similares?		X
	<i>Caso afirmativo, justifique quais:</i>		
	<i>Não se aplica</i>		

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO ORÇAMENTO - LEI LICITAÇÃO Nº 14.133/2021

Destinado aos PROJETISTAS e EMPRESAS PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO

USO EXCLUSIVO PARA CONVÊNIOS COM O PARANACIDADE

PARA

- 1º Passo Preencher os dados básicos do projeto, que ajudarão no preenchimento das "abas" da planilha orçamentária.
- As células em "verde" e em "azul claro" estão disponíveis para a inserção dos dados do projeto.
- Selecionar o tipo de Projeto pela caixa de seleção na célula "B5".
- Informar o local da obra e a **Área Total do Projeto** na célula "B7".
- O projetista precisará preencher o **prazo da obra** na célula "D12", o número de **ETAPAS** na célula "D14" e distribuir o número de DIAS para cada **ETAPA** até **igualar o PRAZO DA OBRA**. O mínimo será de 6 etapas e recomendamos não passar de 16.
- Na **DATA DA APROVAÇÃO** do projeto, **deverá ser DIGITADA** na célula "L10" a DATA e **APAGAR a função HOJE()**.
- Selecionar a **Fonte de Recurso** (PAM, SFM, Outros) na linha 6 - célula "L6".

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1	DADOS BÁSICOS DO PROJETO - ORÇAPAV - PAVIMENTAÇÃO											
2	USO EXCLUSIVO PARA CONVÊNIOS COM A SECID E O PARANACIDADE											
3	Tabela Referência: DER/PR e SINAPI de SETEMBRO/2023 sem de											
3	Município:	ABATIA							PRIORIDADE :	99		
4	Nome do Prefeito(a):	NELSON GARCIA JUNIOR							SAM :	99		
5	Projeto :	PAVIMENTAÇÃO	Tipo de Projeto:		PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS					LOTE:	1	
6	Local da Obra :	NOME DOS VÁRIOS BAIRROS							Fonte do Recurso:	PAM		
7	Área TOTAL do PROJETO:	99.999,99	m²							Convênio nº		
8	Nome do Orçamentista:	NOME DO(A) RESPONSÁVEL PELO ORÇAMENTO							CREA OU CAU Nº:	CREA PR-99		
9												
10	Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21):											03/06/20
11												
12	Prazo de Execução do Projeto (dias):	180	dias (mínimo de 180 dias).									

705

25	Resp. Tec. Empresa.	NOME DO(A) RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA	CRM
26	Observações: O prazo de 180 dias NÃO PODERÁ SER ALTERADO. Mas poderá ajustar o NÚMERO DE ETAPAS. Não podendo ser		
27	Não pode lançar na 1ª ETAPA apenas PLACA DE OBRA, pois isso não caracteriza início de obra pelos critérios		
28	Caso haja divergências nos quantitativos na PROPOSTA DA EMPRESA com relação ao EDITAL publicado, a E		
29	Esta planilha deverá ser encaminhada digitalmente no FORMATO EXCEL para a Comissão de Licitação Municipal		
30			
31	Documentos a serem apresentados pelas Empresas Participantes e assinadas digitalmente:		
32	→ Planilha da Cartilha em formato Excel com os preços unitários e demais informações da proposta (conferência das quantidades licitadas por		
33	→ Planilha orçamentária – GLOBAL em PDF com os preços unitários, desconto e assinado digitalmente;		
34	→ Cronograma da Empresa por etapas em PDF;		
35	→ Etapas da planilha orçamentária do GLOBAL em PDF com suas quantidades ajustadas ou iguais ao do Projeto licitado;		
36	→ Descrições das Etapas ajustadas ou iguais ao do Projeto licitado em PDF;		
37	→ Carta proposta pela Empresa com valor GLOBAL e a sua validade.		

A Empresa participante poderá **ajustar o número de ETAPAS de forma sensata** (não abaixo de 6 e preferencialmente não mais que 12) **Mas NÃO poderá alterar o prazo do projeto.**

Com base nesta planilha da CARTILHA - ANEXO III, a Empresa participante deverá gerar os documentos para a sua proposta listados a seguir:

2º Passo Caso necessitem inserir MAIS ABAS das RUAS, elas DEVERÃO estar dentro do INTERVALO entre a "**RUA_INICIAL**" e a "**RUA_FINAL**"

Q20 : =ARRED(SOMA(RUA_INICIAL:RUA_FINAL!R20);2)

Cartilha GLOBAL PAV **RUA_INICIAL** **RUA_02** **RUA_03** **RUA_04** **RUA_05** **RUA_FINAL**

Ao COPIAR a pasta da "RUA_INICIAL" para duplicar para MAIS RUAS, clicar com o botão DIREITO do MOUSE em cima da pasta "RUA_

depois selecionar a pasta da "RUA_FINAL" para ser inserido ANTES dela. Após duplicar a pasta, ela será contabilizada na fórmula do G

Mover ou copiar

Mover planilhas selecionadas

Para pasta:

orcavp_DERPR_setembro_2023_sem_desoneracao_...

Antes da planilha:

RUA_02
RUA_03
RUA_04
RUA_05
RUA_FINAL
CSV_GLOBAL
Novos_Traços_CBUQ
viab-pav

☒ Criar uma cópia

OK Cancelar

TOS UNITÁRIOS - (R\$)		
MATERIAL	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO COM
9,50	39,18	47,5
20,71	34,92	42,3
4,15	312,47	379,6
2,49	149,41	181,9
2,17	74,28	90,1
	53,23	64,5
	2,54	3,0
	1,67	2,0
	2,08	2,5
	5,05	6,1
	162,00	196,1
	15,95	19,3
	0,03	15,98

Cartilha GLOBAL PAY

RUA_INICIAL

RUA_02

RUA_03

RUA_04

RUA_05

RUA_FINAL

→

Cartilha GLOBAL PAY

RUA_FINAL

Caso o projeto contenha menos RUAS, o projetista poderá EXCLUIR as ABAS das RUAS que não forem USÁ-LAS. Será importante RENOMEAR a pasta de "RUA_INICIAL" para "MAL_D

3º Passo Preencher os **QUANTITATIVOS** nas **PASTAS das RUAS** (abas de cores Azuis) e na coluna "R".
Preencher as informações do NOME DA RUA na célula "H7" de cada pasta das RUAS.
Caso precisem calcular uma área ou um volume nas células da coluna "R", UTILIZAR A FUNÇÃO "**=ARRED(.....;2)**" com **2 CASAS DECIMAIS**

R12

✕

✓

f_x

=ARRED(0;2)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	
1	Usar esta						Tabela Referência: DER/PR e SINAPI de SETEMBRO/2023 sem desoneração Informar o nome da VIA (célula H7) e renomear esta ABA com o nome simplificado				
2	planilha										
3	somente para										
	COMPARAÇÃO										

4 CONVENIOS com a SECID e o

5 Paranaçidade

PLANILHA DE SERVIÇO

Município:	ABATIA			SAM
Projeto :	PAVIMENTAÇÃO - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS			LOTE
Local da Obra :	RUA INICIAL - COLOCAR O NOME CORRETO DA VIA			
Fonte do Recurso:	PAM			

9 IMPRIMIR/FILTROS

ITENS	Arquivo	ANEXO	Cartilha	GLOBAL
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Seq	Código Item	Origem	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	DMT km x,x1 ; x2
1	1	550	SERVIÇOS PRELIMINARES	
	831000A	DER/PRC	Construção de Cerca 4 fios c/ mourões de concreto	
	830000A	DER/PRC	Construção de Cerca 4 fios c/ mourões de madeira	
	606600A	DER/PRC	Demolição de Concreto Armado	
	606700A	DER/PRC	Demolição de Concreto Simples	
	512000	DER	Demolição Manual de Pavimento e Transporte	3,00 ; 0,00
	512050	DER	Demolição Mecânica de Pavimento e Transporte	3,00 ; 0,00
	PAI-022B	PMC	Arrancamento Fincadinha de concreto - (9x19x39cm-0,0171m3/m)	
	PAI-022C	PMC	Arrancamento Fincadinha de concreto - (5x22,5x45cm-0,01125m3/m)	
	PAI-022D	PMC	Arrancamento Fincadinha de concreto moldada in loco- (7x20cm-0,014m3/m)	
	PAI-022A	PMC	Arrancamento Fincadinha de Granito	

4º Passo Depois de lançar os **QUANTITATIVOS** para cada SERVIÇO orçado no projeto, **SERÃO NECESSÁRIOS LANÇAR** as quantidades em Na coluna "**AN**" irá mostrar se está Ok o total dos quantitativos, ou a **FALTA** ou o **EXCESSO**. Quando atingir **100,0%** a cor da célula Nas linhas dos "Grandes Itens" na cor "Alaranjada" mostrarão os **valores em R\$** de cada **ETAPA** nas pastas das RUAS e no **GLOBAL**

R34

:

✕

✓

fx

=ARRED(123,45*1,25;2)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	Usar esta									
2	planilha									
3	somente para									
4	CONVÊNIOS									
	com a SECID e o									

Tabela Referência: DER/PR e SINAPI de SETEMBRO/2023 sem desoneração
 Informar o nome da VIA (célula H7) e renomear esta ABA com o nome simplificado

PLANILHA DE SERVIÇO

5						Município:	ABATIÁ		SAM
6						Projeto:	PAVIMENTAÇÃO - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS		LOTE
7						Local da Obra:	RUA INICIAL - COLOCAR O NOME CORRETO DA VIA		
8						Fonte do Recurso:	PAM		
9	IMPRIMIR/FILTROS								
	ITENS	Arquivo	ANEXO	Cartilha	GLOBAL	Seq	Código Item	Origem	DMT km x,x1 ; x2
10	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼
11	X	x	x	x	x	1	1	550	SERVIÇOS PRELIMINARES
26		x	x	x	x		00051	ORSE	PLACA DE OBRA 4,00 X 2,00 M, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, INCLUSIVE ARMAÇÃO EM MADEIRA E PONTALETES
34		x	x	x	x		606500A	DER/PRC	Demolição de Alvenaria
3049		x	x	x	x	X	ORÇAMENTO DO PROJETO COM BASE NA LEI Nº 14.133 / 2021		
3050		x	x	x	x	X			
3051		x	x	x	x	X	Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21): 3/6/2024		
3052		x	x	x	x	X			
<div> <div>...</div> <div>Descrições ETAPAS Empresa</div> <div>Cronograma Editar</div> <div>Grandes Itens</div> <div>Descrições ETAPAS EDITAR</div> <div>BDI</div> <div>DMT</div> <div>Dados Obra</div> <div>In</div> </div>									

Na pasta da **GLOBAL** irá aparecer a soma das **QUANTIDADES** das **RUAS** e nos "**Grandes Itens**" aparecerão os percentuais (%), q

- 5º Passo **OBRIGATORIAMENTE** será necessário **DESCREVER** na pasta das "**DESCRIÇÕES DAS ETAPAS**", o que será **EXECUTADO e MI** Necessitará **FILTRAR** essa ABA na célula "**A17**" para poder aparecer o quadro para as ASSINATURAS do Prefeito e do responsável Té

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	PLANEJAMENTO DO PROJETO / OBRA DE PAVIMENTAÇÃO - EDITAL								
2	RELAÇÃO DOS DESCRITIVOS DE CADA ETAPA DO PROJETO / OBRA								
3									
4	Município:	NOME DO MUNICÍPIO					PROPOSTA Nº 000	SAM	
5	Projeto:	PAVIMENTAÇÃO - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS					LOTE nº		
6	Local da Obra:	NOME DOS VÁRIOS BAIRROS					Tabela Referência: DEPMPI e SINAPI de SETEMBRO/2023 sem di		
7	Fonte do Recurso:	PAM	Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21):					13/02/2	
	NÚMERO DE ETAPAS DESTA PROPOSTA					Observação: Vetado a medição por preço. Não será liberado a emissão da Nota Fiscal após o atingimen			

8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40

NÚMERO DE ETAPAS DESTA PROPOSTA		da Etapa.	
Valor GLOBAL do projeto:		Valor total Mão de Obra:	Valor total dos Materiais:
Valor GLOBAL da PROPOSTA:		Valor total Mão de Obra:	Valor total dos Materiais:
Empresa Participante: NOME DA EMPRESA PARTICIPANTE			
Menor Preço (desconto calculado)...		Esse documento é da PROPOSTA DA EMPRESA? NÃO	

FILTRO		SEQUÊNCIA DAS ETAPAS	Nº DIAS DE EXECUÇÃO	VALOR PROJETADO P/ CADA ETAPA	DESCRIÇÃO DAS ETAPAS
<input checked="" type="checkbox"/> TOTAL:		180			
Etapa 1 - Início		30		Iniciará na Rua Inicial com 1 placa de obra; terraplenagem na Rua Inicial do trecho entre as estacas 00 e 05; aplicação do mac no mesmo trecho da estaca 00 a 05; drenagem inicial no trecho da estaca 00 e 15; ensaios de compactação na Rua Inicial da 05.	
Etapa 2		30		Descrever o planejamento da Etapa 2 a ser realizada, que com o atingimento de 100% desta etapa é que será emitida a NF para pagamento.	
Etapa 3		30		Descrever o planejamento da Etapa 3 a ser realizada, que com o atingimento de 100% desta etapa é que será emitida a NF para pagamento.	
Etapa 4		30		Descrever o planejamento da Etapa 4 a ser realizada, que com o atingimento de 100% desta etapa é que será emitida a NF para pagamento.	
Etapa 5		30		Descrever o planejamento da Etapa 5 a ser realizada, que com o atingimento de 100% desta etapa é que será emitida a NF para pagamento.	
Etapa 6		30		Descrever o planejamento da Etapa 6 a ser realizada, que com o atingimento de 100% desta etapa é que será emitida a NF para pagamento.	

Resp. Técnico (assinatura digital): NOME DO(A) PROJETISTA - CREA PR-999.999/D	Prefeito(a) (assinatura digital): NOME DO(A) PREFEITO(A)
--	---

A empresa antes de imprimir a ABA da "**Descrições_ETAPAS_Empresa**" referente ao "PLANEJAMENTO DO PROJETO / OBRA", deve A empresa poderá optar pelo planejamento do Edital, não alterando as fórmulas das células existentes. Mas caso necessite altera, pod O FILTRO nesta ABA está liberado, caso a empresa altere o número das Etapas na ABA "Dados_Obra".

PLANEJAMENTO DO PROJETO / OBRA DE PAVIMENTAÇÃO - PROPOSTA

RELAÇÃO DOS DESCRITIVOS DE CADA ETAPA DO PROJETO / OBRA

Município:	NOME DO MUNICÍPIO	PRIORIDADE N° 990	SAM	9
Projeto :	PAVIMENTAÇÃO - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	LOTE n°		
Local da Obra :	NOME DOS VÁRIOS BAIRROS	Tabela Referência: DER/PR e SINAPI de SETEMBRO/2023 sem de		
Fonte do Recurso:	PAM	Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21):		13/02/2
NÚMERO DE ETAPAS DESTA PROJETO	06	Observação: Vetado a medição por preço unitário. Só será liberado a emissão da Nota Fiscal após o atingimento da Etapa.		

Valor GLOBAL do projeto:	Valor total Mão de Obra:	Valor total dos Materiais:
--------------------------	--------------------------	----------------------------

Valor GLOBAL da PROPOSTA:	Valor total Mão de Obra:	Valor total dos Materiais:
Empresa Participante: NOME DA EMPRESA PARTICIPANTE		

Menor Preço (desconto calculado)... - Esse documento é da PROPOSTA DA EMPRESA? NÃO

FILTRO

SEQUÊNCIA DAS ETAPAS	N° DIAS DE EXECUÇÃO	VALOR PROJETADO P/ CADA ETAPA	DESCRIÇÃO DAS ETAPAS
TOTAL:	180		
Etapa 1 - Início	30		Iniciará na Rua Inicial com 1 placa de obra; terraplenagem na Rua Inicial do trecho entre as estações 00 e 05; aplicação do maciço no mesmo trecho da estaca 00 a 05; drenagem inicial no trecho da estaca 00 e 15; ensaios de compactação na Rua Inicial da 05.
Etapa 2	30		Descrever o planejamento da Etapa 2 a ser realizada, que com o atingimento de 100% desta etapa é que será emitida a NF para pagamento.
Etapa 3	30		Descrever o planejamento da Etapa 3 a ser realizada, que com o atingimento de 100% desta etapa é que será emitida a NF para pagamento.
Etapa 4	30		Descrever o planejamento da Etapa 4 a ser realizada, que com o atingimento de 100% desta etapa é que será emitida a NF para pagamento.
Etapa 5	30		Descrever o planejamento da Etapa 5 a ser realizada, que com o atingimento de 100% desta etapa é que será emitida a NF para pagamento.
Etapa 6	30		Descrever o planejamento da Etapa 6 a ser realizada, que com o atingimento de 100% desta etapa é que será emitida a NF para pagamento.

Representante da Empresa (Assinatura Digital):

Resp. Técnico da Empresa e CREA/CAU (Assinatura Digital):

Data da I

1		2		3		4		5		6		7		8		9		10		11		12		13	
Y		Z		AA		AB		AC		AD		AE		AF		AG									
<p>A empresa participante deverá lançar os PREÇOS UNITÁRIOS SEM BDI de MÃO DE OBRA e MATERIAL. E NÃO PODERÁ USAR OS FILTROS !</p>																									
<p align="center">ÁREA DA EMPRESA PARTICIPANTE DA LICITAÇÃO</p>																									
999		BDI DA EMPRESA (%) - MATERIAIS ASFÁLTICOS: 15,28% (ver na ABA do BDI)																							
1		BDI DA EMPRESA (%) - SERVIÇOS: 21,35%																							
023 sem desoneração		Empresa: NOME DA EMPRESA PARTICIPANTE																							
23/04/2024 - ter		Menor Preço = calculado... -																							
<p align="center">PROPOSTA DO MENOR PREÇO GLOBAL</p>																									
TOTAL GLOBAL (R\$)		PREÇO UNIT. MÃO DE OBRA + TRANSPORTE SEM BDI	PREÇO UNIT. MATERIAL SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	DESCONTO OFERTADO (%)	TOTAL ITEM COM BDI = MÃO DE OBRA (R\$)	TOTAL ITEM COM BDI = MATERIAL (R\$)	TOTAL ITEM (R\$)																	
-		usar preços unitários com 2 casas decimais.																							

O projetista DEVERÁ conferir para que a ÚLTIMA ETAPA esteja DENTRO dos PERCENTUAIS da tabela da ABA "faixas_ultima_medição". Aparecerá um alerta na parte final do CRONOGRAMA o valor MÍNIMO da ÚLTIMA ETAPA. Caso NÃO ATINJA esse VALOR MÍNIMO, o projeto será REJEITADO. Ressaltamos que a PROPOSTA DA EMPRESA deverá ATENDER esse CRITÉRIO do VALOR MÍNIMO da ÚLTIMA ETAPA.

K52												X ✓ fx		=SOMA(K49:K50)	
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L				
47	11C		CONTRAPARTIDA	RS	-	-	-	-	-	-	-				
48															
49	T	TOTAIS	TESOURO	RS	214.003,03	214.003,03	102.721,45	102.721,45	102.721,45	119.841,70	-				
50	C		CONTRAPARTIDA	RS	11.263,32	11.263,32	5.406,39	5.406,39	5.406,39	6.307,46	-				
51															
52	FATURAMENTO MENSAL PREVISTO			R\$	225.266,35	225.266,35	27,85	108.127,85	108.127,85	126.149,15	-				
53	MENSAL PARCIAL PREVISTO em %			R\$	25,00%	25,00%	12,00%	12,00%	12,00%	14,00%	-				

7	Informar o número de DIAS de cada ETAPA:		180	30	30	30	30	30	30	
8		Data Início		19/3/24	19/4/24	20/5/24	20/6/24	21/7/24	21/8/24	
9		Data Fim		18/4/24	19/5/24	19/6/24	20/7/24	20/8/24	20/9/24	

< >
 faixas_ultima_medição
Cronograma_Empresa
Grandes_Itens_Empresa
Cronograma_Editais
Grandes_Itens
BDI

Após a impressão digital ou físico do cronograma, será necessário as assinaturas do representante legal da empresa e do responsável Ressaltando da importância da PROPOSTA da EMPRESA em atender o critério da ÚLTIMA ETAPA, em estar dentro do VALOR da FAIXA

B42	✓	✗	✓	fx	MENSAL ACUMULADO PREVISTO EM %									
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L		
42	MENSAL ACUMULADO PREVISTO EM %				R\$									
43														
44	Nome da Empresa: NOME DA EMPRESA PARTICIPANTE - CNPJ: 99.999.999/0001-99													
45	Representante da Empresa:				Assinatura:						Resp. Técnico da Emp			
46														
47	NOME DO(A) SÓCIO(A) PROPRIETÁRIO(A)										NOME DO(A) RESPON			
48	Tabela Referência: DER/PR de SETEMBRO/2023 sem desoneração													
49														
50														
51														
52														
53														
54														
55														
56														
57														

< >
 faixas_ultima_medição
Cronograma_Empresa
Grandes_Itens_Empresa
Cronograma_Editais
Grandes_Itens
BDI

Documentos a serem apresentados para Edital de Licitação estão no Portal dos Municípios, que são os modelos pa

A Comissão de Licitação Municipal deverá exigir na proposta das empresas os documentos abaixo (co

- a) Proposta da empresa com assinatura digital;
- b) Planilha orçamentária digital em FORMATO EXCEL (a empresa ganhadora deverá enviar por e-mail a planilha c
- c) Etapas com os QUANTITATIVOS;
A 1ª Etapa deverá caracterizar o INÍCIO da obra dentro dos critérios do TCE. Não poderá ser aceito apenas p
- d) Cronograma da Obra com o número de Etapas, número de dias de cada Etapa, os percentuais vinculados aos c
- e) Descrição das Etapas (assinado em PDF);
- f) Grandes Itens - resumo da planilha orçamentária;
- g) BDI detalhado utilizado na proposta licitatória por parte da Empresa (podendo ser igual ao do Edital de licitação

Bom trabalho à todas(os) e o PARANACIDADE está a disposição para quaisquer dúvidas e

Canais de contato sobre as planilhas orçamentárias do Paranacidade:

Engº Civil Roberto Chun Yan Pan

Analista de Desenvolvimento Municipal

Coordenação Operarional (COP)

Telefone comercial com WhatsApp Business: (41) 3350-3388

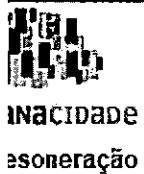
E-mail: robertopan@paranacidade.org.br

Link das planilhas orçamentárias: <https://www.paranacidade.org.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>



3 etapas.

M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---



9

0

99.999/D

Nº ART / RRT do Orçamento: 1720240000000

24 - seg <<<= DIGITAR "MANUALMENTE" A DATA DA APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO COM O PARANACIDADE

Subsção I

Do Reajustamento em Sentido Estrito do Preços dos Contratos

Art. 169. O reajustamento de preços, quando e se for o caso, será efetuado na periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento estimado, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido no contrato.

Parágrafo único. A data do orçamento estimado a que se refere o caput deste artigo é a data em que o orçamento ou a planilha orçamentária foi elaborada, independente da data da tabela referencial utilizada, se for o caso.

Art. 170. O edital ou o contrato de obras e serviços de engenharia e/ou arquitetura, de serviços continuados e não continuados sem mão de obra com dedicação exclusiva ou sem predominância de mão de obra, deverá indicar o

as para adequar o projeto dentro das características do TCE para o início da obra.									

idido num **período em torno de 30 dias.**

ma e que cada etapa tenha 30 dias de execução.

ários do Edital de Licitação.

lo Paranacidade.

SIM" na célula **"R23"**.

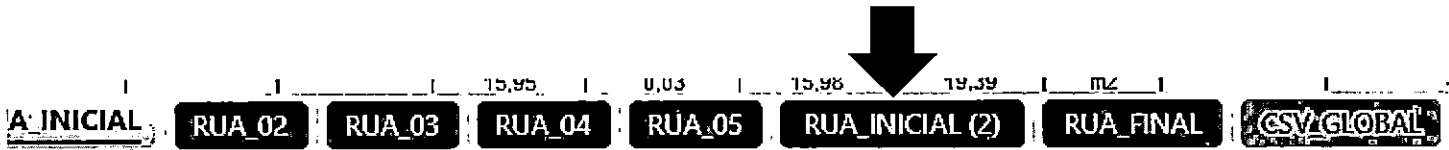
ANTE use esteja usando essa planilha para elaboração da PROPOSTA, o responsável deverá digitar **"SIM"** abaixo:

CNPJ:	99.999.999/0001-99	Esse documento é da PROPOSTA DA EMPRESA?	NÃO
a da Proposta:	13/02/2024 - ter	Nº de Dias para início da obra	30
FEA OU CAI NO.	CDEA DD-000.000/D		

24

GLOBAL, que irá somar as quantidades da nova RUA.

Nova ABA da RUA duplicada dentro do intervalo e ANTES da "RUA_FINAL"



RENAMEAR as ABAS para os NOMES das RUAS de forma SIMPLIFICADA como sugestão.
"EODORO".

Após a aprovação do projeto / orçamento, a Equipe do Paranacidade deverá proteger a planilha, desabilitando
A empresa participante terá acesso nas células em "azul claro" para preencher com seus preços unitários sem BDI (**MO e I**
ECIMAIS). E também terá acesso para EDITAR as **quantidades das ETAPAS dos SERVIÇOS (colunas AO até BF)** a serem executadas.

											▼
K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V
											▲

143

S - PAVIMENTAÇÃO - LEI LICITAÇÃO Nº 14.133/2021 - ANEXO III

990	Usar esta planilha somente para CONVÊNIOS com a SECID, Fe										
1	Não sendo permitido para orçamentos com recursos próprios da Prefeitura, ou de outras Secret										
					Utilizar a função "=ARRED(;2)" com 2 casas decimais para calcular os quantitativos Ex: =ARRED(23,45*0,05;2)		Data Base da aprovação do Orçamento (D				
CUSTOS UNITÁRIOS - (R\$)						UND	ORÇAME				
CONSUMO (ton)	TRANSP	MÃO DE OBRA	MATERIAL	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI		QUANTIDADE	PREÇO UNIT. MÃO DE OBRA + TRANSPORTE COM BDI	PREÇO UNIT. MATERIAL COM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	VALOR DA MÃO DE OBRA TRANSPORT (R\$)
		29,68	9,50	39,18	47,54	m	-	-	-	-	
		14,21	20,71	34,92	42,38	m	-	-	-	-	
		308,32	4,15	312,47	379,18	m3	-	-	-	-	
		146,92	2,49	149,41	181,31	m3	-	-	-	-	
1,6000	8,99	61,15	2,17	72,31	87,75	m3	-	-	-	-	
1,6000	8,99	42,27		51,26	62,20	m3	-	-	-	-	
		2,54		2,54	3,08	m	-	-	-	-	
		1,67		1,67	2,03	m	-	-	-	-	
		2,08		2,08	2,52	m	-	-	-	-	
		5,05		5,05	6,13	m	-	-	-	-	

CADA ETAPA do planejamento da EXECUÇÃO da OBRA nas COLUNAS AO até BF.
a ficará "Amarelo".
. serão mostrados os percentuais (%) da soma das RUAS.

K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

990	Usar esta planilha somente para CONVENIOS com a SECIU, Fomento Parana e sob e											
1	io sendo permitido para orçamentos com recursos orios da Prefeitura, ou de outras Secretarias Estaduais não cc											
							Tabela Referê					
							Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Pai					
CONSUMO (ton)	CUSTOS UNITÁRIOS - (R\$)					UND	ORÇAMENTO COM BDI					
	TRANSP	MÃO DE OBRA	MATERIAL	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI		QUANTIDADE	PREÇO UNIT. MÃO DE OBRA + TRANSPORTE COM BDI	PREÇO UNIT. MATERIAL COM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	VALOR DA MÃO DE OBRA + TRANSPORTE (R\$)	VALOR DO MATERIAL (R\$)
											35.088,85	2.907
		365,20	2.395,76	2.760,96	3.350,42	un	1,00	443,17	2.907,25	3.350,42	443,17	2.907
		185,02		185,02	224,52	m3	154,31	224,52	-	224,52	34.645,68	
											TOTAL MÃO DE OBRA	TOTAL DE MATERIAIS
											92,35%	7,65%
											35.088,85	2.907

Instruções

Cartilha GLOBAL PAV

RUA_INICIAL

RUA_02

RUA_03

RUA_04

RUA_05

RUA_FINAL

CSV GLOBAL

Novos Traços CBUQ

viab-pav

viab-p

ue será a base para o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

EDIDO em CADA ETAPA para documentar todo o processo da EXECUÇÃO da OBRA.
cnico do Projeto, e ocultar as linhas não utilizadas das Etapas.

J K L M N O F

999
1
esoneração
2024 - ter
to de 100%

5/2

DESCREVER os
nomes das
ETAPAS e os
DESCRITIVOS,
nesta PASTA.

Adame seco
estaca 00 e

ra

ra

ra

ra

ra

erá selecionar **"SIM"** na célula **"R23"** na ABA dos **"Dados_Obra"**, para aparecer os **valores da PROPOSTA nas ETAPAS**.
erá apagar a fórmula (não está bloqueada nesta ABA) e realizar os ajustes necessários.

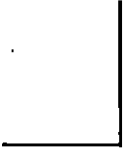
99
1
soneração
024 - ter
to de 100%

**A Empresa deverá
DESCREVER os nomes das
ETAPAS e os DESCRITIVOS,
nesta PASTA em caso de ser
diferente ao do EDITAL
(apagar as fórmulas
desbloqueadas) e filtrar
apenas as ETAPAS
adequadas à sua proposta.**

adame seco
astaca 00 e
a
a
a
a
a

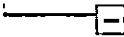
Proposta:

25



"", nas colunas "AA" para a **MÃO DE OBRA + TRANSPORTE** e na coluna "AB" para o preço do **MATERIAL**.

IMA ETAPA.



AH



ACÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO - ANEXO IV

rojeito NÃO SERÁ APROVADO.

M	N	O	P	Q	R
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-

D7	✓		fx	15%
A	B	C	D	E
FAIXA DE % PARA ÚLTIMA MEDIÇÃO (MÍNIMO) OBRAS DE ENGENHARIA				
VALORES DOS CONTRATOS		%	ÚLTIMA MEDIÇÃO (VALOR MÍNIMO)	
INICIAL	FINAL		INICIAL	FINAL
-	150.000,00	15%	-	22.500,00
150.001,00	300.000,00	13%	19.500,13	39.000,00

or do PROJETO..... R\$	901.065,39
centual MÍNIMO para última ETAPA (medição):	10%
<p>Valor da última ETAPA (6) deverá ser no mínimo de R\$ 90.106,54</p>	

25	Acima de R\$ 3,00 milhões será de 5,0% o percentual mínimo para última medição.
26	Para a conclusão da medição final do contrato, TODOS OS ENSAIOS TECNOLÓGICOS,
27	deverão estar 100% APROVADOS pela fiscalização municipal e
	pela Supervisão do Paranacidade (preferencialmente até a penúltima medição).

última_medição", para aguardar a obtenção da CND da obra.

NOME DA EMPRESA PARTICIPANTE

visto da Obra	Fonte do RECURSO		Convênio		Prazo do Projeto		Valor Total da Proposta da Empresa			R\$	-	
19/03/2024	Sigla	PAM	nº		nº dias	180	Ok o nº de DIAS					
ONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO										Valor Total	-	
NÚMERO DE ETAPAS (%)										Nº DE	TOTAL	%
										ETAPAS	ITEM (R\$)	TO

constam nos anexos do Edital de licitação):

orçamentária no formato Excel para a Prefeitura);

placa de obra na 1ª Etapa. Deverá constar serviços de "Terraplenagem" e/ou "Drenagem" juntos. quantitativos proposto pelo projetista ou pela empresa participante (assinado em PDF).

o) e assinado em PDF.

em nossos canais de comunicação abaixo.

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: WIRMOND EIDAN

Data: 22/05/24

[illegible]

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Aferição

Aferição 2,000

528

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Pădre André Kaminski

Data: 23/05/24

[illegible]

Determinações	12
Média	107
Desvio	20
Deflexão Característica	127

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Determinações	12
Média	118
Desvio	29
Deflexão Característica	147
Aferição	2.000

Aferição	2.000
----------	-------

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Miguel Korelo

Data: 22/05/24

[illegible]

Determinações	14
Média	74
Desvio	32
Deflexão Característica	105

VIGA BENKELMAN: Ref. 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Determinações	14
Média	115
Desvio	47
Deflexão Característica	162

Aferição	2,000
----------	-------

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Dom Enfrain B. Krevey

Data: 22/05/24

[illegible]

Determinações	14
Média	65
Desvio	44
o Característica	109

Deflexão Característica

VIGA BENKELMAN: Ref. 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Determinações	14
Média	113
Desvio	49
Deflexão Característica	162

Deflexão Característica

Aferição

2,000

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: R. Nenéco

Data: 22/05/24

[illegible]

Determinações	4
Média	82
Desvio	26
Deflexão Característica	108

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Determinações	4
Média	131
Desvio	28
Deflexão Característica	159

Aferição

2,000

Local: Paulo Korelo

Data: 22/05/24

Determinações	16
Média	73
Desvio	25
Característica	98

Deflexão Característica

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002

Marca Solotest

Série: 1250001

Determinações	16
Média	137
Desvio	41
Deflexão Característica	178

Deflexão Característica

Aferição

2,000

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Data: 22/05/24

Deflexão										
Camada	Faixa	km / Estaca	Trilha de roda interna			km / Estaca	Trilha de roda externa			
			Li.	Lf	Deflexão		Li	Lf	Deflexão	
Canaúna	CBUQ	LD	0	600	560	80,00	1	601	543	116,00
		LE	0	601	527	148,00	1	601	542	118,00
	LD	2	603	570	66,00	3	600	560	80,00	
	LE	2	603	560	86,00	3	600	542	116,00	
	LD	4	601	550	102,00	5	601	533	136,00	
	LE	4	600	563	74,00	5	601	495	212,00	
	LD	6	600	575	50,00	7	601	525	152,00	
	LE	6	603	579	48,00	7	601	521	160,00	
	LD	8	603	562	82,00	9	601	551	100,00	
	LE	8	601	567	68,00	9	600	540	120,00	
	LD	10	602	582	40,00	11	603	556	94,00	
	LE	10	600	580	40,00	11	604	520	168,00	
	LD	12	601	525	152,00	13	602	552	100,00	
	LE	12	600	558	84,00	13	601	537	128,00	
	LD	14	603	585	36,00	15	600	538	124,00	
	LE	14	601	588	26,00	15	602	544	116,00	
	LD	16	602	576	52,00	17	600	545	110,00	
	LE	16	602	582	40,00	17	601	518	166,00	
	LD	18	602	580	44,00	19	600	548	104,00	
	LE	18	601	585	32,00	19	601	517	168,00	
	LD	20	600	568	64,00				-	
	LE	20	601	571	60,00				-	
	LD				-				-	
	LE				-				-	
					-				-	
					-				-	
					-				-	
					-				-	
					-				-	
					-				-	
					-				-	
					-				-	
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
				-				-		
			</							

2,000

28

Controle de Deflexão - Viga Benkelman

Local: Otávio Korelo **Data:** 22/05/24

Local: Otávio Korelo **Data:** 22/05/24

[illegible]

Determinações	24	Determinações	22
Média	68	Média	113
Desvio	34	Desvio	47
Deflexão Característica	102	Deflexão Característica	160

VIGA BENKELMAN: Ref. 1251002	Determinações	24	Determinações	22
	Média	68	Média	113
	Desvio	34	Desvio	47
	Deflexão Característica	102	Deflexão Característica	160
	Marca Solotest	Série: 1250001	Aferição	2,000

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002 Marca Solotest Série: 1250001 Aferição 2,000

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002 Marca Solotest Série: 1250001 Aferição 2,000

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002 Marca Solotest Série: 1250001 Aferição 2,000

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002 Marca Solotest Série: 1250001 Aferição 2,000

VIGA BENKELMAN: Ref: 1251002 Marca Solotest Série: 1250001 Aferição 2,000

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº /
Processo Administrativo nº

O MUNICÍPIO de Ivaí, torna público que, às horas do dia de do ano de , realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, sob regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006; da Lei Federal n.º 14.133/2021, assim como pelas disposições deste Edital e seus anexos.

Data da sessão:

Horário: (Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF).

Data e horário limite para encaminhar as propostas: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as do dia .

Plataforma: <https://blcompras.com>, no qual o edital está disponível para “download”.

1. DO OBJETO, VALOR MÁXIMO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, REGIME DE EXECUÇÃO

DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a execução, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da (s) seguinte (s) obra (s):

Local: Vias diversas - Sede e Distritos de Palmital e Bom Jardim do Sul;

Objeto: Pavimentação em CBUQ.

Trechos:

- Linha Gonçalves Junior - trecho 1, entre a rua Henrique Florêncio Ribeiro e o fim do trecho (a 300m)
- Linha Gonçalves Junior - trecho 2, entre a rua Pedro Komety e a rua Projetada A
- Rua Prefeito Arpad Malanowski, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua
- Rua Prefeito Edoardo Graniska, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua
- Rua Timoteo Korelo, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler
- Rua João Karpinski, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler
- Rua Humberto Blum, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler
- Rua Vicente Valentin (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 163m)
- Rua José Manosso (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 268m)
- Rua Cuba (Distrito de Palmital), entre a rua Polônia e o fim da rua
- Rua Projetada E (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada F e o fim da rua
- Rua Projetada F (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e a rua Projetada C
- Rua Projetada G (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e o fim da rua

- Travessa França (Distrito de Palmital), entre a rua França e o fim da rua
- Rua Argentina - trecho 1 (Distrito de Palmital), entre a rua Peru e a rua Japão
- Rua Argentina - trecho 2 (Distrito de Palmital), entre a rua Japão e a rua Antonio Raimundo Cominesi
- Travessa Argentina (Distrito de Palmital), entre a rua Argentina e o fim da rua

Área Pavimentada: 25.085,16 m²

Colocação de placas de comunicação visual.

Prazo de execução: 360 (trezentos e sessenta) dias;

Patrimônio líquido mínimo: R\$ 612.715,18 (seiscentos-e-doze mil, setecentos e quinze reais e dezoito centavos).

Valor máximo da licitação: R\$ 6.127.151,84 (seis milhões, cento e vinte e sete mil, cento e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

A obra deverá ser executada em conformidade com o projeto, especificações técnicas, memoriais e demais documentos.

SAM 39

1.2 Entende-se por obra semelhante a que apresenta complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a:

Pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ)

VALOR MÁXIMO DA CONCORRÊNCIA

1.3 O preço máximo admitido para execução da obra é de 6.127.151,84 (seis milhões, cento e vinte e sete mil, cento e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos), sendo 77,03% referente aos materiais e 22,97% referente à mão de obra, conforme planilha orçamentária de referência (Anexo XVI).

1.3.1 Não serão aceitas propostas com valor superior ao preço máximo admitido para a licitação.

1.3.2 O BDI, que incidirá sobre o valor global de referência, deverá ser apresentado à parte, com a proposta, sendo ali necessariamente detalhada sua composição, conforme Modelo de Planilha para Cálculo do BDI (Anexo VI).

1.3.3 O BDI Referencial utilizado para estabelecer o preço máximo é dado conforme Anexo VII.

1.3.4 Caso o licitante não apresente a composição do BDI, conforme itens acima, considerar-se-á que adotou o BDI Referencial constante do Anexo VII deste Edital.

1.3.5 Os encargos sociais (ES) sobre os custos da mão de obra utilizadas como referência são os constantes da Planilha do Anexo V.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.4 O critério de julgamento adotado será do tipo **MENOR PREÇO**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

RECURSOS:

1.5 As despesas com a execução do(s) objeto(s) licitado(s) serão financiadas com recursos Tesouro do Estado e adicional financeiro do Município.

1.5.1 Os pagamentos referentes às atividades executadas e certificadas serão efetuados pelo Município Ivaí, em conformidade com o disposto na Minuta de Contrato (Anexo I).

1.5.2 As faturas correspondentes às atividades a serem executadas deverão ser emitidas pelo contratado em nome do Município Ivaí.

REGIME DE EXECUÇÃO

1.6 Os serviços deverão ser iniciados no máximo até 21 (vinte e um) dias contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no diário oficial.

1.6.1 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.6.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, respeitadas as disposições contidas no art. 111 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

2. DA REALIZAÇÃO DA CONCORRÊNCIA E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

2.1 O inteiro teor do Edital poderá ser obtido no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sítio eletrônico da prefeitura <http://www.ivaí.pr.gov.br> e no Sistema Eletrônico de Licitações <https://bllcompras.com>.

2.2 A Concorrência eletrônica será realizada por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do <https://bllcompras.com>.

2.3 A Concorrência eletrônica será conduzida por Agente de Contratação, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado para a presente licitação.

2.4 Pedidos de informações, esclarecimentos e impugnações relativos ao edital, seus modelos, adendos e anexos poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, pelo próprio Sistema Eletrônico de Licitação <https://bllcompras.com>, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, sendo que as respostas serão divulgadas no sítio eletrônico oficial, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sem identificar a proponente que deu origem à consulta.

2.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

2.6 A qualquer tempo, antes da data limite para o recebimento das propostas, o Município poderá, por sua própria iniciativa ou como consequência de algum esclarecimento solicitado ou impugnação formulada, por uma possível proponente, alterar os termos do Edital, com anuência expressa do PARANACIDADE, mediante a emissão de um adendo.

2.7 Nos casos em que a alteração do Edital importe modificação das propostas, o Município prorrogará o prazo de abertura do certame.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA

3.1 Poderão participar da presente licitação empresas, brasileiras ou estrangeiras, devidamente constituídas, que possuam objeto social pertinente e compatível ao licitado, e que atendam todas as exigências deste Edital e de seus anexos, e desde que devidamente credenciadas no sistema eletrônico do <https://bllcompras.com>.

3.2 Credenciamento:

3.2.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema Eletrônico de Licitações **bllcompras**, que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA CONCORRÊNCIA, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2.1.1 O cadastro dos interessados deverá ser feito no Sistema Eletrônico de Licitações <https://bllcompras.com>.

3.2.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema Eletrônico de Licitações <https://bilcompras.com>, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.2.4.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 Consórcio: A administração deverá optar por uma das seguintes redações:

Não será permitida a participação de Consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

3.4 Das vedações à participação:

3.4.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas que:

3.4.1.1 Estejam sob processo de falência;

3.4.1.2 Será admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

3.4.1.3 Tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;

3.4.1.4 Estejam impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção;

3.4.1.5 Se enquadrem nas seguintes vedações de participação (art. 9º e 14 da Lei 14.133/2021):

a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

b) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

c) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

d) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.4.1.5.1 As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.4.2 Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

3.4.3 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.4 Autor do anteprojeto, do projeto-básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica;

3.4.5 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado.

3.5 ME e EPP: As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 123/06, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 49 daquela Lei Complementar, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

3.5.1 Não serão aplicáveis tais benefícios em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.1.1 A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.1.2 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

3.6 Como requisito para a participação na CONCORRÊNCIA, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico ou mediante apresentação de declaração, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos, especialmente:

3.6.1 O pleno conhecimento e atendimento aos critérios legais e constitucionais e às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.6.2 A sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

3.6.2.1 A comprovação da condição acima deverá ocorrer mediante apresentação de:

a) Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente;

b) Declaração escrita (ANEXO XII), sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;

c) Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a NBC TG 1002, de 2021, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

3.7 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.7.1 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outros tipos penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

3.8 A participação nesta CONCORRÊNCIA implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital (ANEXO XI).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação das propostas e lances e de julgamento.

4.2 O encaminhamento da proposta de preços será feito exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados datas e horários limites estabelecidos.

4.3 Empresa que faz parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro pode apresentar somente uma única proposta, sob pena de rejeição de todas.

4.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da CONCORRÊNCIA ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS ANEXOS

5.1 O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor global, em moeda corrente nacional.

5.2 A Proposta de Preços, anexada com os demais documentos exigidos no Edital, deverá conter:

5.2.1 Proposta endereçada ao Município, em papel timbrado da empresa, conforme modelo do ANEXO II, relacionando ainda os seguintes itens:

- a) Preço global em valor numérico e por extenso, cotado em reais;
- b) Prazo de validade da Proposta de 60 dias (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da licitação;
- c) Assinatura do representante legal, identificando-o com o nome e o CPF;

5.2.2 Cronograma físico-financeiro (anexo IV).

5.2.3 Cartilha Global (anexo III – arquivo digital), Planilha de cálculo do BDI (anexo VI – arquivo) e ES (anexo V).

5.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Licitante.

5.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, de depreciações, de mão de obra, encargos previdenciários, sociais, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução da obra.

5.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.7 O licitante deverá entregar o Cronograma Físico-Financeiro, observado o valor proposto, contemplando o prazo de execução previsto no Edital e deverá considerar o preço global da proposta, com etapas definindo o avanço físico mensal e correspondente valor financeiro.

5.7.1 O Cronograma Físico-Financeiro deverá prever parcelas a cada 30 (trinta) dias.

5.7.2 O Cronograma Físico-Financeiro deverá apresentar na última parcela valor não inferior a 10% (dez por cento) do valor global proposto;

5.7.3 O Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela empresa vencedora do certame deverá ser aprovado pelo Órgão Licitante antes da assinatura do contrato;

5.7.4 O Cronograma Físico-Financeiro deverá ser assinado pelo Responsável Técnico do licitante, com menção do seu título profissional e número da Carteira Profissional;

5.7.5 A não apresentação de Cronograma Físico-Financeiro ou com prazo diverso ao exigido no Edital são motivos de desclassificação da proposta do licitante, porém, inconformidades meramente formais do cronograma deverão ser saneadas no momento da assinatura do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FASE DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública de CONCORRÊNCIA, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, ocasião em que o Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores.

6.2 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4 A não desclassificação da proposta neste momento, pelo Agente de Contratação, não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.

6.5 O Agente de Contratação verificará, também, eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta aos cadastros em nome da empresa licitante e, também, de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação, conforme previsto no artigo 14 da Lei 14.133/2021, especialmente:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

6.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

FASE DE LANCES E MODO DE DISPUTA

6.8 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento, registro e valor.

6.9 Os licitantes poderão oferecer lances públicos e sucessivos, com prorrogações, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação, conforme MODO DE DISPUTA ABERTO.

6.9.1 A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 0,1 % (um décimo por cento) em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.9.2 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9.3 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9.4 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.9.5 A etapa de envio de lances terá duração de 10 minutos, e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.9.6 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.

6.9.7 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.9.8 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.9.9 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.10 Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.11 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.12 No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:

6.12.1 Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 1º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, com valores até 10% (dez por cento) acima do melhor preço ofertado.

6.12.2 Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada poderá apresentar proposta de preço inferior à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

6.12.3 Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo apurado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

6.12.4 Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.13 Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

6.14 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

6.15 Encerrada a etapa de lances, o Agente de Contratação poderá negociar melhores condições, encaminhando, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.15.1 A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.

6.16 O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.17 Encerrada a negociação, o Agente de Contratação iniciará a fase de julgamento da proposta.

FASE DE JULGAMENTO

6.18 Dado início à fase de julgamento, o Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao máximo estimado para a contratação, nos termos do Edital.

6.19 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o Agente de Contratação diligenciará para verificar o enquadramento.

6.20 O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar a planilha dos quantitativos e custos por ele elaboradas, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.20.1 O licitante deverá apresentar as planilhas com indicação dos serviços, quantitativos e custos, bem como o detalhamento de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.

6.21 O Agente de Contratação fará a conferência da proposta de preços, planilhas, cronograma físico-financeiro e demais documentos que se fizerem necessários para aceitação da proposta.

6.21.1 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.21.2 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.22 Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos de apresentação da proposta, especialmente:

6.22.1 Contiverem vícios insanáveis ou ilegalidade;

6.22.2 Não obedecerem às especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores deste edital;

6.22.3 Apresentarem preços inexequíveis ou acima do orçamento estimado para a contratação;

6.22.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.22.5 Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6.23 Para contratação de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, a qual só será declarada após diligência que comprove que o custo ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, garantida manifestação do licitante.

6.23.1 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 59, § 2º, da Lei 14.133/2021, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.23.2 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.23.3 É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24 A proponente deverá estar apta, quando solicitada pelo Agente de Contratação, a apresentar uma detalhada composição de preços unitários que demonstrem a viabilidade técnica e econômica do preço global proposto para o objeto

6.24.1 A composição de preço deverá ser entregue via campo próprio do sistema ao Agente Contratação, no prazo a ser fixado no sistema, após o recebimento da solicitação. A não apresentação da composição detalhada dos preços será considerada como prova da inexequibilidade da proposta de preço.

6.25 Da proponente vencedora, cujo preço global analisado for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional equivalente à diferença entre o valor da proposta e o preço global orçado, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o previsto na Lei 14.133/2021.

6.26 Os resultados serão divulgados por meio de mensagem no sistema e, caso a proposta seja recusada, seguirá a análise do segundo classificado em relação à aceitabilidade de sua proposta e assim sucessivamente.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

7.1.1 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.1.2 Os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.1.3 Iniciada a fase de habilitação, o Agente de contratação, mediante aviso veiculado na plataforma, abrirá o prazo de 02 horas, para que a licitante melhor classificada apresente os documentos de habilitação.

7.2 A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.

7.2.1 Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Agente de Contratação verificará a possibilidade de acessar os documentos por meio eletrônico ou outros meios hábeis, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

7.2.2. O Agente de Contratação avaliará os documentos exigidos no subitem 7.5 deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

7.2.3 Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Agente de Contratação solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

7.3 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

7.4 Por meio de aviso lançado no sistema, o Agente de Contratação informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

7.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

7.5.1 Quanto à Habilitação Jurídica:

a) Comprovação de existência jurídica da pessoa:

a.1) Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.

a.2) Registro comercial, no caso de empresa individual.

a.3) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

a.4) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.

a.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

b) Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

c) Declaração unificada, conforme documento "Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais", Anexo XI.

d) Procuração do representante do licitante para participar da concorrência, se for o caso.

7.5.2 Quanto à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- c) Certidões de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante: Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal;
- d) Certificado de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) Declaração do cumprimento no disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da CF/1988, conforme documento "Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais", Anexo XI.

7.5.2.1. Serão aceitas, como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

7.5.3 Quanto à Qualificação Técnica:

7.5.3.1 Capacidade Técnica Operacional:

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

a.1) Em se tratando de empresa de engenharia não registrada no CREA do Estado do Paraná deverá apresentar o registro do CREA do Estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA do Paraná antes da assinatura do contrato.

b) Comprovação de possuir em nome da empresa, atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de responsabilidade técnica com comprovação de descrição do objeto e quantidade mínima, nos termos dos artigos 67 e seguintes da Lei 14.133/2021, sendo permitido o somatório de atestados;

DESCRIÇÃO OBJETO	QUANTIDADE MÍNIMA
Pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ)	1.620 toneladas

b.1) O(s) atestado(s) apresentado(s) para a comprovação de responsabilidade técnica somente constituirá(ão) prova de capacitação se acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico, ou ART ou RRT, emitido(s) pelo CREA e/ou pelo CAU.

c) Declaração formal da empresa, assinada pelo responsável técnico do licitante, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.5.3.2 Capacidade Técnica Profissional:

a) declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução da obra (Anexo IX) até o seu recebimento definitivo pelo licitador;

a.1) O responsável indicado, para fins de comprovação da capacitação, deverá participar da obra objeto da licitação.

b) a declaração de responsabilidade técnica deverá ser acompanhada de "Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT" do(s) responsável (eis) técnico (s) indicado (s), emitido (s) pelo "Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU", de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada no objeto da presente contratação;

c) A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

- c.1) Carteira de Trabalho;
- c.2) Certidão do CREA;
- c.3) Certidão do CAU;
- c.4) Contrato Social;
- c.5) Contrato de prestação de serviços;
- c.6) Contrato de Trabalho registrado na DRT;

d) relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos a serem disponibilizados para a execução da (s) obra (s), conforme análise do projeto, constando o nome, n.º do RG, assinatura do responsável legal e nome, número do registro no CREA/CAU e assinatura do responsável técnico indicado, com declaração expressa de sua disponibilidade durante a execução, sob pena de inabilitação (ANEXO XIV);

e) cronograma de utilização de veículos, máquinas e equipamentos (ANEXO XV), devidamente preenchido, com base na relação de disponibilidade do item anterior, constando nome, n.º RG e assinatura do responsável legal pela empresa; e nome, número do registro no CREA/CAU e assinatura do responsável técnico indicado;

7.5.3.2.1 É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo responsável técnico, ou utilização de seu acervo técnico, por mais de uma proponente.

7.5.3.2.2 O responsável técnico só poderá ser substituído, se atendidos os critérios exigidos nesse Edital, e desde que com expressa autorização do Município, e conhecimento do Paranacidade.

7.5.3.3 Da Vistoria

7.5.3.3.1 Os licitantes poderão vistoriar o local onde será executada a obra até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, por meio de representante devidamente habilitado junto ao CREA/CAU.

7.5.3.3.2 Quando da visita ao local da obra, deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta. A visita ao local deverá ser agendada pelo telefone () até o dia / /

7.5.3.3.2.1 Após a visita, será emitido atestado de visita (ANEXO VIII) pelo Município.

7.5.3.3.3 Ainda que os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante, conforme modelo constante no ANEXO VIII.1 deste Edital.

7.5.3.4 Declarações

7.5.3.4.1 Declaração de que o Licitante se compromete a comprovar, quando da assinatura do contrato, os vínculos, empregatícios ou contratuais, do responsável técnico ou da equipe técnica (se houver), no caso de ser a vencedora da presente licitação, Anexo IX.

7.5.3.4.2 Declaração de que não possui, em seu quadro funcional, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Lei Federal n.º 9.854 de 27/10/1999), conforme documento "Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais", Anexo XI.

7.5.3.4.3 Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de Madeira e de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (Anexo XIII).

a) No que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a empresa deverá executar a obra de acordo com a Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações e com a legislação pertinente do município onde a empresa será construída.

b) O contratado fica obrigada a utilizar produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica ou nativa que tenham procedência legal, conforme Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005.

7.5.4 Quanto à Qualificação Econômico-Financeira:

a) Prova de capacidade financeira, apresentando as demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios sociais.

b) A comprovação da situação financeira da empresa, conforme Declaração de Capacidade Operacional Financeira (ANEXO X), será avaliada pelos Índices de Liquidez Corrente (ILC), Liquidez Geral (ILG) e Solvência Geral (ISG):

(ILG) (valor maior que)	(ILC) (valor maior que)	(ISG) (valor maior que)
1	1	1

b.1) Os índices acima determinados são resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG):

$$ILG = \frac{\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Prazo}}}{\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}}{\text{Prazo}}}$$

Solvência Geral (ISG):

$$ISG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Permanente} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

sendo:

AC - ativo circulante

PC - passivo circulante

AP - ativo permanente

RLP - realizável a longo prazo

ELP - exigível a longo prazo

b.2) Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

b. 3) A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no Edital.

b.4) As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG), deverão comprovar patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b.5) A Declaração de Capacidade Operacional Financeira demonstrará a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

c) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

c.1) O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados.

c.2) O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O(s) mesmo(s) deverá(ão) ser assinado(s) por profissional da contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

c.3) Quando a data da abertura do certame for superior ao dia 30 de abril do presente ano, somente serão aceitos os balanços dos dois anos imediatamente anteriores.

c.4) Os documentos exigidos no item "b" limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c.5) Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por serem recém-constituídas, apresentação de cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante.

d) certidão negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, dentro do prazo de validade;

e) declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta (constante do Anexo XI).

7.6 A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

7.6.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste Edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 90 dias, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

7.6.2 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

7.6.3 Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Agente de Contratação.

7.6.4 Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6.4.1 Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

7.6.5 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

7.6.6 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

7.6.7 Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

7.8 Os documentos serão analisados pelo Agente de Contratação quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

7.8.1 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

7.8.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada.

7.8.2 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação.

7.8.3 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.8.4 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, o Agente de Contratação considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

8. FASE RECURSAL

8.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 30 minutos, de forma imediata após o término do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

8.2 Havendo preclusão do prazo de manifestação de intenção de recurso, fica a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

8.3 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4 Os demais licitantes ficarão intimados para, desejando, apresentarem suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

8.5 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.6 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

8.7 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,

encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

8.8 O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

9 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e, após submeter o processo licitatório ao Paranaquidade para análise e emissão de autorização de homologação, homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa grave:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

10.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

d) apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital;

10.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.6 Fraudar a licitação;

10.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.8 Com fulcro no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

10.10 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 40 (quarenta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.10.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1 a 10.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.10.2 Para as infrações previstas nos itens 10.5 a 10.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.11 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.12 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do artigo 157, da Lei 14.133/2021.

10.13 A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.14 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.15 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.17 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.18 As penalidades aplicadas serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

11 CONDIÇÕES DO AJUSTE

11.1 A execução da obra dar-se-á mediante termo de Contrato de Empreitada, a ser firmado entre o licitador e a proponente vencedora da licitação, após análise desta licitação pelo PARANACIDADE.

11.2 A proponente vencedora será convocada para assinar o termo de Contrato de Empreitada (Anexo I), dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, podendo ser prorrogado uma

vez, por igual período, sob pena de decair do direito de contratação e sujeitando-se às penalidades previstas em lei.

11.3 No ato da assinatura, a contratada fica obrigada a apresentar:

11.3.1 Comprovação das condições de habilitação do Edital, as quais deverão ser mantidas durante a vigência do contrato.

11.3.2 A certidão de registro com visto do CREA-PR e/ou CAU-PR, de acordo com o regulamento do respectivo conselho de classe, da Lei Federal n.º 5.194/1966, da Lei Federal n.º 12.378/2010.

11.4 É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.4.1 Na sessão de reabertura do certame, o Agente de Contratação convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste Edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

12. GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA ADICIONAL

12.1 Será exigida garantia da execução do contrato, na forma da CLÁUSULA DÉCIMA da Minuta de Contrato.

12.2 O recolhimento da garantia de execução e da garantia adicional, se houver, deverá ser efetuada nos termos dos artigos 96, 97, 98 e 59, §5º, da Lei 14.133/2021.

13. PRAZOS, RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

13.1 Na contagem dos prazos previstos neste Edital, excluir-se-á o dia da publicação/notificação/convocação e incluir-se-á o dia do vencimento.

13.2 Só se iniciam ou vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente no licitador, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.

13.3 O objeto será recebido, provisória e definitivamente, na forma prescrita na CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA da Minuta de Contrato.

13.4 O pagamento para fins de execução contratual ocorrerá na forma prevista na CLÁUSULA OITAVA da Minuta de Contrato.

14. DO CONTROLE DE EXECUÇÃO

14.1 A proponente deve respeitar rigorosamente as normas estabelecidas na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA da Minuta de Contrato.

15. DO REAJUSTE

15.1 Os preços contratuais do objeto licitado poderão ser reajustados, em reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e com a Lei Federal nº 10.192, de 2001.

15.1.1 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços pode ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.

15.1.2 Em nenhuma hipótese será concedido o reajuste de preços sobre itens já executados pelo Contratado.

15.1.3 Os preços contratuais serão reajustados para mais ou para menos, de acordo com a variação dos índices indicados, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano, contados da data do orçamento.

15.1.4 Ocorrendo atraso na execução dos serviços atribuíveis ao contratado, não será concedido o reajustamento de preços, salvo o correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes ao atraso.

15.1.5 Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

15.1.6 Se a contratada antecipar cronograma, o reajustamento somente será aplicado com índice correspondente ao período de execução efetiva, conforme planilha de medição.

15.2 O reajustamento dos preços será concedido, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento prevista em 08/outubro/2024, mediante a aplicação do índice INCC DI/FGV sobre o saldo remanescente dos serviços, devendo ser aplicado a fórmula a seguir:

$$SR = S (I12/I0)$$

$$R = SR - S$$

I12 = índice INCC-DI/FGV do 12º mês do orçamento

I0 = índice INCC-DI/FGV do mês do orçamento

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês do orçamento

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

16. SUBCONTRATAÇÃO

16.1 A contratada não poderá subcontratar o Contrato, a nenhuma pessoa física ou jurídica, salvo autorização prévia, por escrito, do contratante, nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA da Minuta de Contrato.

16.1.1 A subcontratação parcial do objeto, será permitida até o limite de 05% (cinco) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

16.1.1.1 Autorização prévia por escrito do contratante, a quem incumbe aferir as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada, bem como, os requisitos de qualificação técnica, quando exigidos no edital;

16.1.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

16.1.3 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil

com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

16.1.4 Se a contratada ceder o presente Contrato a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia e por escrito do contratante, deverá obrigatoriamente reassumir a execução da obra, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais, inclusive rescisão do contrato.

16.1.5 É vedada a subcontratação total do objeto licitado.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 O Município se reserva o direito de revogar ou anular esta licitação, parcial ou totalmente.

17.1.1 A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

17.2 O licitador poderá declarar a licitação deserta ou fracassada, quando, respectivamente, não acudirem proponentes à licitação ou nenhuma das propostas de preços satisfizer o objeto.

17.3 Fica estabelecido que toda e qualquer informação, esclarecimento ou dado fornecidos verbalmente por servidores/empregados do licitador não serão considerados como argumento para impugnações, reclamações ou reivindicações por parte das proponentes.

17.4 Quando qualquer objeto de valor histórico ou valor significativo venha a ser descoberto, em qualquer parte do canteiro de obras e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente Edital, a Contratada deverá notificar à fiscalização e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos.

17.5 Caso as datas previstas para a realização de sessões na presente licitação sejam declaradas feriado ou ponto facultativo, serão realizadas no primeiro dia útil subsequente.

17.6 No julgamento da habilitação e das propostas, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.6.1 O Agente de Contratação poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

17.7 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

17.8 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

17.9 O reconhecimento de firma, inclusive reconhecimento de firma digital, somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

17.10 A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.11 Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Agente de Contratação, ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

17.12 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

17.13 Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

17.14 O resultado deste certame e os demais atos pertinentes a esta licitação sujeitos a publicação serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas.

17.15 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

17.16 Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da (Imbituva) - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

18. LISTA DE DOCUMENTOS ANEXOS

18.1 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Minuta de Contrato de Empreitada

ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços

ANEXO III - Planilha de Serviços - Cartilha Global - ARQUIVO DIGITAL

ANEXO IV - Cronograma Físico-Financeiro - ARQUIVO DIGITAL

ANEXO V - Planilha de Encargos Sociais (ES) Sobre Custos da Mão de Obra

ANEXO VI - Modelo de Planilha para Cálculo do BDI - ARQUIVO DIGITAL

ANEXO VII - Planilha do BDI Referencial - ARQUIVO DIGITAL

ANEXO VIII - Atestado de Visita Técnica

ANEXO VIII.1 - Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica

ANEXO IX - Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica

ANEXO X - Modelo de Declaração de Capacidade Operacional Financeira

ANEXO XI - Modelo de Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais

ANEXO XII - Modelo Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

ANEXO XIII - Modelo de Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de Madeira e de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil

ANEXO XIV - Relação de Disponibilidade de Veículos, Máquinas e Equipamentos

ANEXO XV - Cronograma de Utilização de Veículos, Máquinas e Equipamentos

ANEXO XVI - Elementos Técnicos Instrutores:

- a) Elementos gráficos (plantas e documentos gráficos);
- b) Especificações técnicas e memoriais;
- c) Relação de serviços e quantidades e Planilha Orçamentária
- d) Modelo de placa.

Ivaí, 29 de outubro de 2024.
SERVIDOR(A) ÓRGÃO/ENTIDADE/SETOR

ANEXO I

CONTRATO Nº /20

CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE E A , NA FORMA ABAIXO:

O (inserir nome do contratante), situado na (inserir endereço), PR, CNPJ (inserir nº), a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu (inserir nome do representante legal), portador da cédula de identidade R.G. n.º (inserir nº), inscrito no CPF sob n.º (inserir nº); e a empresa (inserir nome da empresa), CNPJ (inserir nº), localizada na (inserir endereço), a seguir denominada **CONTRATADA**, representada por (inserir nome do representante legal) portador da cédula de identidade R.G. n.º (inserir nº), inscrito no CPF sob n.º (inserir nº), residente na (inserir endereço), firmam o presente Contrato de Empreitada com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/2021, na proposta da CONTRATADA datada de (inserir data), protocolo n.º (inserir nº), conforme condições que estipulam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é , sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º .

1.2. Na data da assinatura do contrato ou antes do início da obra, será realizada a reunião de partida, na qual estarão presentes representantes da CONTRATANTE e CONTRATADA, dentre eles, necessariamente, o fiscal e responsável pelo objeto contratado, bem como, supervisor do PARANACIDADE.

1.3.1 Nessa oportunidade deverão ser tratadas as especificidades do objeto contratado, esclarecendo suas características gerais, implantação, cronograma físico-financeiro, ocasião em que proceder-se-á à abertura do “Diário de Obra” e aprovar-se-á o cronograma físico de execução. Ademais, ressaltar-se-ão as normas relativas às medições, condições de pagamento e obrigações da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O preço global para a execução do objeto deste Contrato é de R\$ (), daqui por diante denominado “VALOR CONTRATUAL”.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

3.1 As despesas com a execução do objeto deste contrato correrão à conta dos recursos advindos da dotação orçamentária 10001154511501105944905100000 2825 e 10001154511501105944905100000 2820.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E PRORROGAÇÃO

4.1 A CONTRATADA obriga-se a entregar ao CONTRATANTE o objeto deste Contrato, inteiramente concluído, em condições de aceitação e de utilização, em até 360 (trezentos e sessenta) dias contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial.

4.1.1 O início da execução do objeto, sem prejuízo do estabelecido no item anterior, deverá ocorrer em, no máximo 21 (vinte e um) dias da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial.

4.2 Somente será admitida a alteração do prazo de execução diante:

- a) da alteração do projeto e/ou de especificações técnicas pelo CONTRATANTE;
- b) do aumento, por ato do CONTRATANTE, das quantidades inicialmente previstas, obedecidos os limites fixados na lei;
- c) do atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio concernente ao objeto contratado, que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE;
- d) da interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do CONTRATANTE;
- e) de impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) da superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- g) de outros casos previstos em lei.

4.3 Salvo exceções legais, as paralisações da execução do contrato somente podem ser determinadas pelo CONTRATANTE no seu interesse, e os documentos que as formalizam servirão como fundamento para a readequação/alteração dos prazos pactuados.

4.4 Havendo impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, submetendo-se toda documentação ao Paranacidade.

4.4.1. verificada a ocorrência do disposto no item anterior por mais de 1 (um) mês, a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

4.5 A solicitação de aditivo de prazo de execução, suspensão do contrato, assim como de acréscimos ou supressões do objeto deverá ser realizada no prazo de vigência do contrato.

4.5.1. As solicitações de aditivos submetidas ao Paranacidade devem vir acompanhadas de parecer técnico emitido pela fiscalização e analisadas pelo gestor do contrato, parecer jurídico, cronograma e anuência do CONTRATANTE.

4.5.2. Após análise do gestor do contrato, os acréscimos e supressões, a serem formalizados em termo aditivo, deverão ser planilhados com a indicação do que será acrescido ou suprimido, sujeita à aprovação do CONTRATANTE, bem como a anuência do Paranacidade.

4.6 Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução da obra, deverá comunicar e justificar o fato por escrito para que o CONTRATANTE avalie e tome as providências cabíveis. Os atrasos provenientes de greves ocorridas na CONTRATADA ou atrasos por parte de suas eventuais subcontratadas não poderão ser alegados como justificativa.

4.7 O CONTRATANTE se reserva o direito de contratar a execução da obra com outra empresa, desde que rescindido o presente contrato e respeitadas as condições da licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 720 (setecentos e vinte) dias, contados a partir da **data da assinatura citada no extrato** do contrato publicado no diário oficial.

5.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no prazo firmado no contrato.

5.3 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A CONTRATADA se obriga a:

- a) confecção e colocação de placas de obra, conforme modelo disponibilizado;
- b) as placas devem ser afixadas em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via, que favoreça a melhor visualização, devendo ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante o período de exercício da obra, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste, precariedade ou, ainda, por solicitação do PARANACIDADE;
- c) assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;
- d) notificar a fiscalização, no mínimo, com 48 (*quarenta e oito*) horas de antecedência, da concretagem dos elementos armados da estrutura, da remoção de qualquer forma de concreto e, quando for o caso, do início dos testes de operação das instalações elétricas e hidráulicas;
- e) manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho;
- f) dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato;
- g) manter no local da execução do objeto deste Contrato, devidamente atualizado, Livro Diário de Ocorrência;
- h) providenciar a matrícula do objeto deste Contrato no INSS;
- i) não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- j) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente a reserva de cargos prevista em lei;
- k) fornecer em tempo hábil os materiais, veículos, máquinas e equipamentos;
- l) examinar completamente os projetos, as peças gráficas, as especificações técnicas, memoriais e todos os documentos, obtendo todas as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso do objeto, se responsabilizando inteiramente pela apresentação da planilha de serviços para uma proposta de preços completa e satisfatória;
- m) respeitar rigorosamente as normas estabelecidas nas especificações técnicas que integram o Edital, bem como garantir a qualidade de todos os materiais e serviços executados, em conformidade com as normas e especificações do DNIT, por meio da relação de ensaios necessários, já previstos no orçamento, firmando a respectiva Declaração de Realização de Ensaio emitida pela CONTRATANTE;

- n) apresentar, antes do início dos serviços o projeto de massa asfáltica (traço), baseado pelo Método Marshall, de todas as misturas das camadas do revestimento asfáltico, produzidas em conformidade com as especificações do DER-PR e/ou DNIT, atendendo as condições indicadas no projeto, com as devidas adaptações inerentes a disponibilidade de materiais na região;
- o) participar e firmar a ata da reunião de partida, conforme estabelece o item 1.2 da Cláusula Primeira;
- p) elaborar, para apresentação e aprovação na reunião de partida, o cronograma físico de execução.
- q) providenciar a imediata baixa da ART ou RRT, em caso de extinção contratual;
- r) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

6.2 O cronograma físico de execução deverá ser elaborado na modalidade GANTT e respectiva rede de precedências na modalidade PERT-CPM.

6.2.1 A CONTRATADA adotará como referência o cronograma físico-financeiro apresentado na licitação para elaboração do cronograma de execução, no qual constará a sequência de todas as tarefas, os seus prazos de execução e respectivas datas de início e término.

6.3 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.3.1 No caso da propositura de qualquer demanda judicial em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA compromete-se a assumir a integralidade da responsabilidade e de eventual pagamento, isentando o CONTRATANTE e a Administração Pública de qualquer ônus, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.

6.4 As notificações referidas nesta cláusula deverão ser realizadas por escrito e direcionadas ao gestor, fiscal e supervisor (PARANACIDADE) do contrato.

6.5 As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da contratada.

6.6 A CONTRATADA é obrigada a efetuar e entregar no prazo o resultado dos testes solicitados pelo CONTRATANTE. As despesas com a execução dos testes são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

6.7 Durante a execução da obra, todo o consumo de material das misturas será reavaliado através de ensaios. Os serviços somente serão aceitos e medidos se forem executados dentro da margem de tolerância, conforme especificações do DER-PR e/ou DNIT.

6.8 O consumo dos materiais aferidos através de ensaios, quando executados a menor do que os quantitativos contratados, desde que aceitos tecnicamente pela fiscalização, serão glosados e descontados nas medições. Consumos acima dos quantitativos contratados só serão aceitos se forem previstos e aprovados pelo Município e PARANACIDADE, antes da execução.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 O CONTRATANTE se obriga a:

- a) fornecer todos os documentos e informações necessárias para a total e completa execução do objeto do presente Contrato;
- b) efetuar a previsão orçamentária dos recursos e encaminhar ao PARANACIDADE a Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, devidamente empenhada, bem como os ensaios de controle tecnológicos, quando realizados;

- c) emitir, a cada ensaio, a respectiva Declaração de Realização de Ensaio;
- d) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste Contrato;
- e) garantir à CONTRATADA o acesso à documentação técnica necessária para a execução do objeto do presente Contrato;
- f) garantir à CONTRATADA o acesso às suas instalações;
- g) organizar e participar de reunião de partida, firmando a respectiva ata;
- h) providenciar, no caso de extinção do contrato, o termo de compatibilidade físico financeiro;
- i) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no Edital de licitação e seus anexos, bem como com a proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;
- j) comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- k) efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;
- l) emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, no prazo de 15 dias úteis;
- m) ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- n) adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, até 05 (*cinco*) dias úteis, após recepção do recurso financeiro pelo Município, desde que haja a apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, devidamente protocolados, cumpridas às cláusulas contratuais e obedecidas às condições para liberação das parcelas.

8.2 O faturamento deverá ser protocolado, em 01 (*uma*) via, no protocolo geral na sede do licitador e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

- a) nota fiscal/fatura, com discriminação resumida dos serviços executados, número da licitação, número do contrato, discriminação dos impostos e encargos que serão retidos pelo Município e incidentes sobre o objeto contratado, e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e ser certificada pelo Responsável Técnico;
- b) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GPS do(s) mês(es) de execução por obra(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP com as folhas detalhadas e resumidas da obra contratada, bem como comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do(s) último(s) recolhimento(s) devido(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo da obra contratada;

b.1) deverão ser apresentados os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS da obra contratada, devidos em todos os meses, contados entre a data de assinatura do contrato e o primeiro pagamento e entre um pagamento e outro, e não apenas o comprovante do último recolhimento realizado.

c) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

d) cópia da folha de pagamento dos empregados da obra contratada;

e) Planilha de Medição – Elaborada nos padrões do CONTRATANTE, de acordo com cronograma físico-financeiro, relativo à parcela faturada, de forma que as atividades e os valores faturados, correspondam às atividades e aos respectivos índices percentuais discriminados e informados pela Fiscalização da obra, que acompanha o processo da nota fiscal/ fatura;

8.2.1. A liberação da primeira parcela fica condicionada à apresentação de:

a) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART pela contratada;

b) comprovação de abertura da matrícula CEI/CNO junto à Receita Federal, com os dados conforme contrato;

c) da quitação junto ao FGTS/CEF, por meio do CRS.

8.2.2. A liberação da última parcela fica condicionada à apresentação de:

a) comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

b) Termo de Recebimento Provisório;

c) Certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído (em caso de obra civil a CND deverá conter a metragem da obra conforme projeto/área de reforma/área de acréscimo/área nova);

d) quando necessário, do AS BUILT da obra.

8.2.3 A última parcela, e respectivo pagamento, deverá corresponder, no mínimo, à 10% (dez por cento) do valor total do contrato, para tanto a penúltima medição deverá ser realizada de maneira a reservar o percentual mínimo para a última medição.

8.3 O faturamento deverá ser efetuado em nome do Município de _____ CNPJ n.º _____

8.3.1. No prazo de 30 (trinta) dias após a recepção do recurso pelo MUNICÍPIO, caso não ocorra o pagamento ao CONTRATADO, incidirá sobre o valor faturado, atualização monetária, conforme índice estipulado no presente contrato, proporcional aos dias em atraso.

8.3.1.1. Caso a liberação do pagamento não ocorra em até 15 (quinze) dias após a recepção do recurso pelo CONTRATANTE, este incorrerá em multa, no montante de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao mês do valor da fatura, limitado a 90 (noventa) dias.

8.4 A comprovada infringência de disposição de contrato implicará retenção de pagamentos, até final solução, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

8.5 Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO que tenha sido multado, antes de paga ou relevada a multa. Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de descontar das faturas ou da garantia quaisquer débitos do CONTRATADO.

8.6 No mês em que ocorrer entrega de produtos ou subprodutos de madeira, sob pena de não serem medidos e pagos os serviços realizados, e sem prejuízo das penalidades previstas no contrato, deverão ser entregues os seguintes documentos:

8.6.1) original(is) ou cópia(s) autêntica(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) de aquisição dos referidos materiais;

8.6.2) declaração de fornecimento de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal em anexo;

8.6.3) original da primeira via da ATPF – Autorização de Transporte de Produtos Florestais, expedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

8.6.4) comprovante do Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, do fornecedor de produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 Os preços contratuais do objeto licitado poderão ser reajustados, em Reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e com a Lei Federal nº 10.192, de 2001.

9.2 O reajustamento dos preços será concedido, quando e se for o caso, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento prevista em 08/10/2024, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;

9.2.1 Na hipótese em que, antes da data da concessão do reajustamento, já houver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, a revisão será considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

9.2.2 Ocorrendo atraso na execução dos serviços atribuíveis ao contratado, não será concedido o reajustamento de preços, salvo o correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes ao atraso;

9.2.3 Se o CONTRATADO antecipar o cronograma de execução, o reajustamento será aplicado com índice correspondente somente pelo período de execução efetiva do objeto contratado, conforme previstos na planilha de medição;

9.2.4 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste Contrato pode ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo, conforme disposto no art. 136, I, da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.2.5 Em nenhuma hipótese será concedido o reajuste de preços sobre itens já executados pelo Contratado;

9.2.6 Os preços contratuais serão reajustados para mais ou para menos, de acordo com a variação dos índices indicados, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano, contados da data do orçamento;

9.3 Para o reajustamento será utilizado o “Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna – INCC-DI”, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, devendo ser aplicada a fórmula a seguir:

$$SR = S (I12/I0)$$

$$R = SR - S$$

I12 = índice INCC-DI/FGV do 12º mês do orçamento

I0 = índice INCC-DI/FGV do mês do orçamento

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês do orçamento

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

a) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

b) Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA ADICIONAL

10.1 A garantia de execução será equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, incluído, no que couber, o reajustamento de preços, podendo ser prestada conforme as modalidades previstas nos artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

10.2. A proponente vencedora deverá, quando da assinatura do termo de contrato de empreitada, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar comprovação da formalização da garantia de execução e da garantia adicional, se houver.

10.2.1 Como condição para assinatura do contrato, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3 No caso de o contratado optar pela modalidade seguro-garantia, deverá apresentá-lo no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

10.4 Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

10.5 Se ocorrer majoração do valor contratual, o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual majorado. No caso de redução do valor contratual, poderá a contratada ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar. Se ocorrer a prorrogação dos prazos contratuais deverá ser providenciada a renovação da garantia contemplando o novo período.

10.6 A devolução da garantia de execução e da garantia adicional, quando for o caso, ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante a apresentação de:

a) aceitação pelo CONTRATANTE do objeto contratado e o termo de recebimento definitivo;

b) certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído;

c) comprovantes, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e/ou energia elétrica.

10.7 Nos casos previstos de Extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia de execução e a garantia adicional, se houver, não serão devolvidas, sendo, então, apropriadas pelo CONTRATANTE a título de indenização/multa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO-ECONÔMICO FINANCEIRO

11.1. Em caso de ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a parte Contratada poderá apresentar um pedido formal de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro à parte Contratante.

11.2. O pedido deverá ser acompanhado de toda a documentação comprobatória pertinente que justifique o desequilíbrio alegado e a necessidade de restabelecimento.

11.3. A parte Contratante deverá responder ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de dias corridos, contados a partir do recebimento do pedido formal e da documentação completa.

11.4. A resposta deverá conter a análise detalhada do pedido e a decisão fundamentada quanto à aceitação, rejeição ou necessidade de complementação de informações. Caso haja necessidade de complementação, a parte interessada será notificada, e um novo prazo será estabelecido para a entrega dos documentos faltantes.

11.5. Em caso de aceitação do pedido, as partes deverão negociar os termos do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, visando sempre à manutenção das condições originalmente pactuadas.

11.6. O acordo resultante da negociação deverá ser formalizado por meio de aditivo contratual, conforme previsto na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO, GESTÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1 O fiscal e gestor do contrato serão indicados pelo CONTRATANTE, dentre engenheiros e/ou arquitetos e servidor, respectivamente, ambos capacitados para exercerem essas funções.

12.1.1. Caberá a gestão do contrato à/ao Sr. (a) Willian Sauter de Cristo, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

- a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
- b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
- c) manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- d) propor medidas que melhorem a execução do contrato.

12.1.2 Caberá ao fiscal do contrato, Sr. (a) Egliseine Zubacz, e ao fiscal substituto Sr. (a) Lucas Vinicius Romaniuk, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual. Além disso, a fiscalização procederá, mensalmente, a contar da data da assinatura deste Contrato, citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro e cronograma de execução aprovado, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação, inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

Ocorrendo a substituição do fiscal, este deverá providenciar a imediata baixa da ART ou RRT.

12.1.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

12.1.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

12.2 Para efeito de medição e de faturamento, relativo às atividades executadas, deverá ser considerado o cumprimento do avanço das etapas construtivas definidas no cronograma físico-financeiro, que será peça integrante do contrato.

12.2.1 A sistemática de medição e pagamento será associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

12.2.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

12.2.3 A parte controversa deverá ser objeto de análise e discussão pelas partes contratantes e, solucionada a controvérsia, a parcela correspondente será liberada no prazo previsto contratualmente.

12.2.4 Enquanto não solucionada a controvérsia objeto dos itens 12.2.2 e 12.2.3, o pagamento, pelo CONTRATANTE, de valores referentes à eventual execução de etapas subsequentes do cronograma físico-financeiro, ficará sobrestado.

12.2.5 O CONTRATANTE poderá determinar alterações, de forma motivada, no cronograma físico-financeiro mediante autorização expressa de sua autoridade competente.

12.2.6 A revisão do cronograma físico-financeiro, quando necessária, constitui responsabilidade do CONTRATADO, cabendo ao CONTRATANTE autorizar a sua readequação, desde que motivada e justificada por fatos supervenientes não imputáveis ao CONTRATADO.

12.3 Não são admissíveis, como regra, aditivos contratuais por erro ou omissões no orçamento nos contratos de empreitada por preço global, salvo nos casos de fatos imprevisíveis, em que não seja possível o licitante constatar as eventuais discrepâncias de quantidades com base nos elementos presentes no projeto básico, bem como nos demais casos previstos em lei passíveis de revisão contratual.

12.3.1 Nos casos em que forem encontrados erros de pequena relevância, relativos a pequenas variações de quantitativos, será pago exatamente o preço global acordado.

12.3.2 Nos casos em que forem encontrados erros ou omissões substanciais, subestimativas ou superestimativas relevantes, poderão ser ajustados termos aditivos excepcionalmente, conforme avaliação prévia do gestor do contrato.

12.4 Ao PARANACIDADE caberá a supervisão do contrato, podendo adotar ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas, inclusive notificar o fiscal e/ou gestor, nos seguintes casos:

- a) quando houver omissão no cumprimento de suas obrigações;
- b) quando verificar problemas na execução do objeto contratado, sem que a fiscalização e/ou gestão tenham tomado providências;
- c) quando houver alteração pela CONTRATADA do projeto executivo, sem consulta prévia e anuência da Supervisão do PARANACIDADE.

12.5 A CONTRATADA deverá permitir e colaborar para que funcionários, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:

- a) inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto contratado;
- b) examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.

12.6 A contratada deverá manter no local da obra um preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

12.7 A CONTRATADA deve manter no canteiro de obra um projeto completo e cópia das especificações técnicas, memoriais, cronograma físico-financeiro, cronograma de execução, planilha de serviços, Boletim Diário de Ocorrências – BDO, o qual, diariamente, deverá ser preenchido e rubricado pelo encarregado da CONTRATADA e pela fiscalização, e deverão ficar reservados para o manuseio da fiscalização.

12.8 A execução da obra aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização.

12.9 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.10 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, as quais não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

12.11 Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição da execução considerada inadequada pelo fiscal. Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte dele, que apresente defeitos, vícios ou incorreções, enquanto perdurar a vigência da garantia prevista no ordenamento jurídico, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiros para o CONTRATANTE.

12.12 Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquele resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados e/ou da aplicação de material em desacordo com as normas e/ou prescrições da ABNT, especificações e/ou memoriais, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas com a correção, remoção e/ou substituição do material rejeitado.

12.13 A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento. A finalidade será revisar o cronograma das atividades remanescentes e discutir os problemas potenciais.

12.14 Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva após o seu recebimento. Todos os assuntos discutidos e decisões tomadas em reuniões do CONTRATANTE com o CONTRATADO serão registradas em atas, que servirão de documento legal da obra e permitirão gerenciar as responsabilidades por tarefas específicas. As atas serão lavradas e assinadas pelos participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRAS PROVISÓRIAS E DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

13.1 A CONTRATADA deve submeter os desenhos, especificações técnicas e memoriais propostos para as obras provisórias que se façam necessárias à fiscalização, que deverá aprová-los caso estejam adequados ao objeto deste Contrato.

13.2 A CONTRATADA é responsável pelo projeto das obras provisórias.

13.3 A aprovação pela fiscalização não altera as responsabilidades da CONTRATADA pelo projeto de obras provisórias.

13.4 A CONTRATADA deve obter a aprovação dos órgãos competentes para o seu projeto de obras provisórias.

13.5 Por determinação do CONTRATANTE, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizer(em) na obra, nos limites autorizados em lei.

13.6 A supressão de serviços resultantes de acordo celebrado expressamente entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA poderá ultrapassar o limite estabelecido no parágrafo anterior.

13.7 Se no Contrato não tiverem sido contemplados preços unitários, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, utilizando-se como parâmetro tabelas oficiais, respeitados os limites estabelecidos no caput desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS MATERIAIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

14.1 Os materiais, veículos, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste Contrato serão fornecidos pela CONTRATADA e serão de primeira qualidade, cabendo ao CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.

14.2 Sempre que dos documentos de licitação não constarem características determinadas em referência à mão-de-obra, materiais, artigos e equipamentos, entender-se-á que devem ser novos, da melhor qualidade em suas respectivas espécies, de acordo com a finalidade a que se destinam. No caso em que materiais, artigos e equipamentos são mencionados nas especificações técnicas e/ou memoriais como "similar" a qualquer padrão especial, o CONTRATANTE decidirá sobre a questão da similaridade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SEGURANÇA DO TRABALHO

15.1 A CONTRATADA não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores, deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI, deverá treinar e tornar obrigatório o uso dos EPIs.

15.2 O equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá, obrigatoriamente, conter a identificação da CONTRATADA.

15.3 A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Consolidação das Leis do Trabalho, especialmente do capítulo "Da Segurança e da Medicina do Trabalho", Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego e Normas Regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho.

15.4 Deverão ser observadas pela CONTRATADA todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com as Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego e Normas Regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho.

15.5 O CONTRATANTE atuará objetivando o total cumprimento das normas de segurança, estando autorizado a interditar serviços ou parte destes em caso do não cumprimento das exigências de lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na execução da obra.

15.6 Cabe à CONTRATADA solicitar ao CONTRATANTE a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidente (s) na obra, nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SEGURANÇA DA OBRA E DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

16.1 A CONTRATADA responderá pela solidez do objeto deste contrato, nos termos do Art. 618 do Código Civil Brasileiro, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariarem a boa técnica ou desobedecerem aos projetos e/ou especificações técnicas e/ou memoriais.

16.2 A CONTRATADA deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança em todos os locais de serviços, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

16.3 A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

16.4 Caso a CONTRATANTE seja acionada judicial ou administrativamente, inclusive reclamações trabalhistas, por qualquer ato decorrente do presente contrato, a CONTRATADA assumirá para si a responsabilidade por toda e qualquer eventual condenação, isentando a CONTRATANTE de quaisquer obrigações.

16.5 A intenção das partes, aqui manifestada expressamente, é a de que a CONTRATADA assuma e se responsabilize direta e integralmente pela plena e total realização dos serviços contratados, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.

16.6 A CONTRATADA responde, exclusiva e diretamente, por todo e qualquer ato ilícito praticado por seus prepostos, bem como a obrigação e/ou necessidade de ressarcimento de danos materiais ou morais (Art. 932, III, Código Civil), não podendo a CONTRATANTE ser responsabilizada por eles a nenhum título.

16.7 O CONTRATADO é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

17.1 O objeto deste Contrato será recebido provisoriamente em no máximo 15 (quinze) dias, após a comunicação ao CONTRATANTE da conclusão do objeto deste Contrato pela CONTRATADA, ficando esta responsável pelo bom funcionamento dos serviços executados até o seu recebimento definitivo, exceto por danos que sejam de responsabilidade do CONTRATANTE. A aceitação da obra pelo CONTRATANTE se dará quando não houver qualquer pendência por parte da CONTRATADA.

17.2 O recebimento definitivo do objeto deste Contrato deverá estar formalizado até 60 (sessenta) dias do recebimento provisório, mediante comissão especificamente designada pelo CONTRATANTE. Decorrido esse prazo, sem qualquer manifestação do Contratante, a(s) obra(s) será(ão) considerada(s) como recebida(s) definitivamente.

17.3 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade da obra, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

17.4. Os termos de recebimento definidos neste capítulo constituem atos administrativos anuláveis nas hipóteses de erro ou ignorância, dolo, coação, simulação, fraude, incapacidade dos agentes públicos, impossibilidade jurídica ou ilicitude.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1 A Contratada não poderá subcontratar o presente Contrato, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

18.1.1 É vedada a subcontratação total do objeto licitado.

18.2 A subcontratação parcial do objeto, será permitida até o limite de 5% (cinco) do valor total do contrato, respeitando o limite máximo constante no Edital de licitação, nas seguintes condições:

a) Autorização prévia por escrito do contratante, a quem incumbe aferir as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada, bem como, os requisitos de qualificação técnica;

b) Não poderão ser subcontratadas parcelas do objeto para as quais foi exigida, como requisito de habilitação técnico-operacional, a apresentação de atestados que comprovem execução de serviço com características semelhantes.

18.3 A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre o Município e a contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a contratante e a subcontratada, inclusive no que diz respeito aos pagamentos, que permanecem os mesmos.

18.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

18.5 Se a CONTRATADA ceder o presente Contrato a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassumir a execução da obra, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais, inclusive, extinção contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO E PENALIDADES

EXTINÇÃO

19.1 O presente instrumento poderá ser extinto, nos termos dos artigos 137 e seguintes da Lei 14.133/2021:

19.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

19.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

19.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

19.2 A extinção unilateral do contrato implicará a apuração de perdas e danos, a perda da garantia de execução, sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

19.3 No caso de extinção consensual, a parte que pretender extinguir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

19.4 Declarada a extinção do contrato, que vigorará a partir da data da sua assinatura, a CONTRATADA se obriga, expressamente, a entregar o percentual executado e/ou o objeto deste contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza, devendo, obrigatoriamente, apresentar os documentos previstos para liberação da última parcela.

19.5 A documentação da rescisão deverá ser inserida no Portal para análise do PARANACIDADE.

PENALIDADES

19.5 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.6 À CONTRATADA, poderão ser aplicadas pelo CONTRATANTE as seguintes sanções:

19.6.1 Advertência por escrito, em caso de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e seus anexos e neste contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves;

19.6.2 Multa de mora de 0,1% (zero vírgula, um por cento) ao dia, sobre o valor da parcela recebida por dia de atraso, limitado a 90 (noventa) dias. Após este prazo, este Termo será encaminhado para abertura de Processo Administrativo;

19.6.3 multa compensatória, em caso de inadimplência parcial, de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;

19.6.4 multa compensatória, em caso de inadimplência total, de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

19.6.5 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do CONTRATANTE, por prazo não superior a 3 (três) anos, nos casos previstos nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 18.5, na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.6.6 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, nos casos previstos nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 18.5, bem como nos casos previstos no item 18.6.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

19.7 As sanções de advertência; impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, facultada a defesa prévia do CONTRATADO.

19.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.9 A sanção de multa poderá também ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 18.5, não podendo ser inferior a 0,5% nem superior a 30%

do valor contratual.

19.10. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto nos artigos 156 e seguintes da Lei 14.133/2021, garantido o exercício de contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ANTICORRUPÇÃO

20.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, comprometem-se que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

21.1 Este Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133. de 2021, mediante anuência expressa do PARANACIDADE, salvo as que tratem da prorrogação, tão somente, do prazo de vigência contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Deverá a CONTRATADA notificar à fiscalização e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos, quando vier a ser descoberto qualquer objeto de valor histórico ou valor significativo em qualquer parte do canteiro de obras e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente contrato.

22.2 Havendo discrepância entre os valores indicados numericamente e por extenso, fica desde já acordado entre as partes contratantes que sempre prevalecerão aqueles mencionados por extenso.

22.3 Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor e aplicáveis à espécie.

22.4 O presente contrato e seus aditamentos serão publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do município em até 20 dias úteis da data da sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DA UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE MADEIRA

23.1 No que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a empresa deverá executar a obra de acordo com a Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações juntamente com a legislação pertinente do município onde será realizada.

23.2 A contratada somente deverá utilizar produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica ou nativa que tenham procedência legal, conforme Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005.

23.2.1. O descumprimento, pelo CONTRATADO, dos requisitos impostos no item 22.2 deste

Contrato, poderá implicar extinção do contrato, com amparo no art. 137, I da Lei Federal 14.133, de 2021, c/c a aplicação das penalidades previstas nos mesmos Diplomas Legais e neste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

24.1 As partes elegem o foro da Comarca de (Imbituva), Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24.2 Fica pactuado entre as partes que este contrato adota a data da assinatura citada no extrato do contrato publicado como data do acordo firmado, estando as demais cláusulas vinculadas submetidas a esta data.

E assim, por estarem justos e contratados assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

CONTRATANTE

de _____ de 20____

CONTRATADA

Testemunhas:

RG

RG

PARANÁ

ENSAIOS E DECLARAÇÃO

ANEXO 01 DO CONTRATO

PAVIMENTAÇÕES EM CBUQ – PMF – TRATAMENTOS (TST)

ENSAIOS NECESSÁRIOS

- 1) Terraplenagem
 - Determinação da massa específica aparente “in situ”, com emprego do frasco de areia (Grau de Compactação) – Norma DNER-ME 092/94 - mínimo 1 ensaio a cada 100 m de pista.
- 2) Reforço do Subleito
 - Determinação da massa específica aparente “in situ”, com emprego do frasco de areia (Grau de Compactação) – Norma DNER-ME 092/94 - mínimo 1 ensaio a cada 100 m de pista.
- 3) Regularização e Compactação do Subleito
 - Determinação da massa específica aparente “in situ”, com emprego do frasco de areia (Grau de Compactação) – Norma DNER-ME 092/94 - mínimo 1 ensaio a cada 100 m de pista.
- 4) Sub-base
 - a) Agregado Graúdo (diâmetro maior que 3” e menor que 5”, não devendo ser maior que 2/3 da espessura da camada).
 - Ensaio de abrasão Los Angeles - Norma DNER-ME 035/98 - mínimo 1 ensaio a cada 300 m de pista;
 - b) Sub-base sem Agregado Graúdo (brita graduada, bica corrida, moledo e outros)
 - Análise Granulométrica dos Agregados – Norma DNER-ME 083/98 – mínimo 1 ensaio a cada 100 m de pista, para cada camada;
 - Determinação da massa específica aparente “in situ”, com emprego do frasco de areia (Grau de Compactação) – Norma DNER-ME 052/94 ou 088/94 e Norma DNER-ME 092/94 (de acordo com a Norma DNIT 141/2010-ES) - mínimo 1 ensaio a cada 100 m de pista, para cada camada (sub-base e base).
- 5) Base
 - a) Agregado Graúdo (diâmetro maior que 3” e menor que 5”, não devendo ser maior que 2/3 da espessura da camada).
 - Ensaio de abrasão Los Angeles - Norma DNER-ME 035/98 - mínimo 1 ensaio a cada 300 m de pista;
 - b) Base sem Agregado Graúdo (brita graduada, bica corrida, moledo e outros)

- Análise Granulométrica dos Agregados – Norma DNER-ME 083/98 – mínimo 1 ensaio a cada 100 m de pista, para cada camada (sub-base e base);

- Determinação da massa específica aparente “in situ”, com emprego do frasco de areia (Grau de Compactação) – Norma DNER-ME 052/94 ou 088/94 e Norma DNER-ME 092/94 (de acordo com a Norma DNIT 141/2010-ES) - mínimo 1 ensaio a cada 100 m de pista, para cada camada (sub-base e base).

Imprimação da Base - Controle de Taxas de Aplicação e espalhamento – Norma DNIT 148/2012- ES:

- Taxa de Ligante Asfáltico (mediante a colocação de bandejas de massa e área conhecidas na pista onde está sendo feita a aplicação) – mínimo 1 ensaio a cada 800 m² de pista.

6) Revestimento com Tratamento (TSS/TSD/TST)

- Pintura de Ligação: Taxa de Ligante Asfáltico (mediante a colocação de bandejas de massa e área conhecidas na pista onde está sendo feita a aplicação). Mínimo 1 ensaio a cada 800 m² de pista.

Controle de Taxas de Aplicação e espalhamento de cada camada– Norma DNIT 148/2012- ES:

- Taxa de Ligante Asfáltico (mediante a colocação de bandejas de massa e área conhecidas na pista onde está sendo feita a aplicação). Mínimo 1 ensaio a cada 800 m² de pista (Repetir o ensaio para cada camada).

- Taxa de Agregados (mediante a colocação de bandejas de massa e área conhecidas, na pista onde estiver sendo feito o espalhamento). Mínimo 1 ensaio a cada 800 m² de pista (Repetir o ensaio para cada camada).

7) Reperfilamento com CBUQ / PMF

- Pintura de Ligação/Cura: Taxa de Ligante Asfáltico (mediante a colocação de bandejas de massa e área conhecidas na pista onde está sendo feita a aplicação). Mínimo 1 ensaio a cada 800 m² de pista.

- Percentagem de Betume – Norma DNER-ME 053/94 – mínimo 1 ensaio a cada 800 m² de pista;

8) Camada Intermediária (BINDER) em CBUQ / PMF

- Pintura de Ligação/Cura: Taxa de Ligante Asfáltico (mediante a colocação de bandejas de massa e área conhecidas na pista onde está sendo feita a aplicação). Mínimo 1 ensaio a cada 800 m² de pista.

- Determinação da espessura do revestimento com a extração de corpos de prova com a utilização de sonda rotativa (medir a altura do corpo-de-prova com paquímetro, em quatro posições equidistantes, e adotar como altura o valor da média aritmética das quatro leituras) - mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista;

- Percentagem de Betume – Norma DNER-ME 053/94 – mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista;

- Determinação da Densidade Aparente – Norma DNER-ME 117/94 – mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista;

- Grau de Compactação (razão entre a densidade aparente da massa asfáltica compactada na pista e a densidade máxima indicada em laboratório para a mistura – ensaio Marshall) – mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista.

9) Revestimento em CBUQ /PMF

- Pintura de Ligação/Cura: Taxa de Ligante Asfáltico (mediante a colocação de bandejas de massa e área conhecidas na pista onde está sendo feita a aplicação). Mínimo 1 ensaio a cada 800 m² de pista.

- Determinação da espessura do revestimento com a extração de corpos de prova com a utilização de sonda rotativa (medir a altura do corpo-de-prova com paquímetro, em quatro posições equidistantes, e adotar como altura o valor da média aritmética das quatro leituras) - mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista;

- Percentagem de Betume – Norma DNER-ME 053/94 – mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista;

- Determinação da Densidade Aparente – Norma DNER-ME 117/94 – mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista;

- Grau de Compactação (razão entre a densidade aparente da massa asfáltica compactada na pista e a densidade máxima indicada em laboratório para a mistura – ensaio Marshall) – mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista.

- Antes do início dos serviços deverá ser apresentada à fiscalização o projeto de massa asfáltica (traço), baseado pelo Método Marshall, de todas as misturas das camadas do revestimento asfáltico, produzidas em conformidade com as especificações do DER-PR e/ou DNIT, atendendo as condições indicadas no projeto, com as devidas adaptações inerentes a disponibilidade de materiais na região.

- Durante a execução da obra, todos os consumos de materiais das misturas serão reavaliados através de ensaios. Os serviços somente serão aceitos e medidos se forem executados dentro da margem de tolerância, conforme especificações do DER-PR e/ou DNIT.

- Os consumos de materiais aferidos através de ensaios, quando executados a menor do que os quantitativos contratados, desde que aceitos tecnicamente pela fiscalização, serão glosados e descontados nas medições. Consumos acima dos quantitativos contratados só serão aceitos se forem previstos e aprovados pelo Município e PARANACIDADE, antes da execução.

PREFEITURA MUNICIPAL DE

Declaração de Realização de Ensaio Tecnológicos

Programa

SAM

Lote

Medição nº

SIT nº

Empresa Contratada

CNPJ

Nº Contrato Empreitada

Valor do Contrato

Valor Medido Acumulado

Percentual Executado

Nº da ART específica dos laudos

Data de recolhimento

Profissional responsável

CREA

Serviços:

(%) executado

Terraplanagem:

Reforço do Subleito:

Regularização e compactação do subleito:

Sub-base:

Base:

Revestimento:

Declaro que foram realizados os ensaios tecnológicos na presente obra, conforme descrito no anexo I do contrato de empreitada, normas técnicas vigentes e ART, atestando que os resultados apresentados estão de acordo com o projeto, bem como a qualidade dos serviços realizados. O pagamento está apto a ser realizado.

Declaro a veracidade desta informação prestada.

Local

data.

Nome

Formação - CREA/CAU

Responsável pela Fiscalização da Obra

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao
MUNICÍPIO DE
Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__
Objeto:

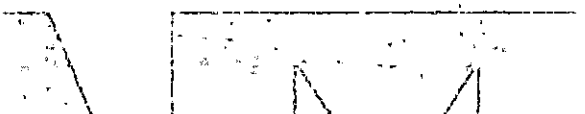
Licitante:			
CNPJ/CPF:			
Endereço:			
Bairro:			
CEP:			
Telefone:	Fax:	E-mail:	
Inscrição Estadual:			
Cidade:	Estado:		
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

A Empresa _____, propõe ao MUNICÍPIO DE _____ a execução do objeto da Licitação supra referenciada, tudo em conformidade com o Edital, o contrato e os anexos da licitação em referência.

- 1) O preço proposto é de R\$ _____ (_____).
- 2) O prazo de validade da Proposta será de 60 dias corridos, contados a partir da data de abertura da Licitação.

Se vencedor da licitação, assinará o contrato administrativo, na qualidade de representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF _____

_____, ____ de _____ 20__.

Representante Legal da Empresa Nome: CPF: Assinatura:	
--	--

Obs. Caso haja divergência entre o valor numérico e o valor por extenso da proposta, prevalecerá o valor por extenso.

ANEXO III

PLANILHA DE SERVIÇOS

CARTILHA GLOBAL

ARQUIVO DIGITAL – PROPOSTA DA EMPRESA



ANEXO IV
Cronograma Físico-Financeiro
ARQUIVO DA DIGITAL – PROPOSTA DA EMPRESA



ANEXO V
Planilha de Encargos Sociais (ES) Sobre Custos da Mão de Obra

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA (%)
GRUPO A		
A1	INSS	
A2	SESI	
A3	SENAI	
A4	INCRA	
A5	SEBRAE	
A6	Salário Educação	
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	
A8	FGTS	
A9	SECONCI	
A	Total dos Encargos Sociais Básicos	
GRUPO B		
B1	Repouso Semanal Remunerado	
B2	Feriados	
B3	Auxílio-Enfermidade	
B4	13º Salário	
B5	Licença Paternidade	
B6	Faltas Justificadas	
B7	Dias de Chuva	
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	
B9	Férias Gozadas	
B10	Salário Maternidade	
B	Total dos Encargos Sociais que recebem incidência de A	
GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	
C2	Aviso Prévio Trabalhado	
C3	Férias Indenizadas	
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	
C5	Indenização Adicional	
C	Total dos Encargos Sociais que não recebem incidência de A	
GRUPO D		
D1	Reincidência do Grupo A sobre o Grupo B	
D2	Reincidência do Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	
D	Total de Reincidências de um grupo sobre o outro	
TOTAL (A+B+C+D)		

ANEXO VI
(ARQUIVO DIGITAL)
Modelo de Planilha para Cálculo do BDI

Ao
MUNICÍPIO DE
Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__

BDI - ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU		
PAVIMENTAÇÃO		
IMPOSTOS	ISS =	
	PIS =	
	COFINS =	
	CPMF =	
	TOTAL =	
TIPO DE SERVIÇO	OBRAS	MATERIAIS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		
RISCOS		
SEGUROS E GRANTIAS		
DESPESAS FINANCEIRAS		
LUCRO		
BDI (OBRA OU MATERIAIS/EQUIP.)		
BDI=((((1+(C8+C9+C10)/100)*(1+C11/100)*(1+C12/100))/((1-C6/100))-1)*100)		
BDI (OBRA)		
BDI (MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)		

ANEXO VII
Planilha do BDI Referencial
(ARQUIVO DIGITAL)

Arquivo anexado no PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS e no sítio eletrônico do sistema adotado para a licitação.

BDI - ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU PAVIMENTAÇÃO		
IMPOSTOS	ISS =	1,25
	PIS =	0,65
	COFINS =	3,00
	CPRB =	0,00
	TOTAL =	4,90
TIPO DE SERVIÇO	OBRAS	MATERIAIS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,01	3,45
RISCOS	0,56	0,85
SEGUROS E GRANTIAS	0,40	0,48
DESPESAS FINANCEIRAS	1,11	0,85
LUCRO	7,30	5,11
BDI (OBRA OU MATERIAIS/EQUIP.)	19,75	15,28
BDI (OBRA)	19,75%	
BDI (MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)	15,28%	

PLANILHA

ANEXO VIII

Atestado de Visita Técnica

Ao

MUNICÍPIO DE

Referência: Concorrência Eletrônica n.º _____/20____

Declaramos que o Responsável Técnico (inserir o nome completo), CREA/CAU nº (inserir o número) da proponente (inserir o nome da proponente), devidamente credenciado, visitou o local da execução da obra, objeto da Concorrência em epígrafe.

Local, ____ de ____ de 20__.

(Nome, RG n° e assinatura do responsável pelo Município).

(Nome, nº CREA/CAU, e assinatura do Responsável Técnico habilitado da proponente)

5/24/2014

ANEXO VIII.1

Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica

Ao

MUNICÍPIO DE

Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__

A Empresa _____, CNPJ/MF _____,
com sede na cidade de _____, estado do _____, sito à Rua
_____, n.º _____, CEP _____, Telefone (____) _____,
E-mail _____, declara o abaixo:

Declara, para fins de participação nessa licitação, pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

_____, ____ de _____ 20__.

Responsável Técnico do Licitante pela visita Nome: CREA e/ou CAU N.º Assinatura:	
---	--

[Handwritten signature in a dashed box]

ANEXO IX

Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica

Ao

MUNICÍPIO DE

Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__

O abaixo-assinado, na qualidade de responsável legal pela empresa _____ vem, pela presente, indicar a V.Sas. o(s) profissional(is) Responsável(is) Técnico(s) que atuarão na execução do contrato, de acordo com a Lei Federal n.º 5.194/1966 e com as Resoluções n.º 218/73 e n.º 317/83 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, com a Lei Federal n.º 12.378/2010 e com o § 9.º do art. 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021, caso venhamos a vencer a referida licitação.

Profissional(is) Responsável(is) Técnico(s) pelos serviços contratados: (*)

1	Nome:		
	Título:	CREA e/ou CAU n.º	
	Atribuição:	Responsável	pelo(a)
			(**)
Assinatura:			

2	Nome:		
	Título:	CREA e/ou CAU n.º	
	Atribuição:	Responsável	pelo(a)
			(**)
Assinatura:			

Obs.: Repetir com os dados solicitados acima até completar a equipe técnica proposta

Os referidos responsáveis registrarão as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs no CREA e/ou os Registros de Responsabilidade Técnica – RRTs no CAU, conforme preceitua o artigo 1º da Lei Federal n.º 6.496/1977 e o artigo 20 da Lei Federal n.º 5.194/1966, antes do início da obra, ficando sujeito a aplicação de penalidades previstas na legislação vigente e no Edital da presente licitação.

_____, ____ de _____ 20__.

Representante Legal da Empresa	Responsável(is) Técnico(s) (quando couber):
Nome:	Nome:
CPF:	CREA e/ou CAU N.º
Assinatura:	Assinatura:

(*)	Indicar todos os responsáveis técnicos (engenheiros, arquitetos, etc.) que compõem a equipe técnica proposta.
(**)	Indicar qual é o tipo do serviço sob a responsabilidade do profissional indicado e conforme a equipe técnica proposta.

ANEXO X
Modelo de Declaração de Capacidade Operacional Financeira

Ao
MUNICÍPIO DE
Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__

DECLARAMOS, nos termos do § 8º do art. 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021, e sob as penas da lei, que a pessoa jurídica _____, estabelecida à _____, por mim legalmente representada, possui os compromissos assumidos abaixo que importam diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

DEMONSTRAÇÕES:

1 CÁLCULO DO SALDO CONTRATUAL (SC):

Item	Nº do Contrat	Obra ou Serviços	Valor do Compromisso (R\$)	Valor Já Faturado (R\$)	Contratante
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
...					
SOMATÓRIOS (Σ) =					

Σ Valor do compromisso = _____

Σ Valor já faturado = _____

SC = Σ Valor do compromisso – Σ Valor já faturado = _____

Onde:

SC = Saldo Contratual

SC = Diferença entre a somatória dos compromissos e a somatória dos valores já faturados referentes aos compromissos.

2 CÁLCULO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA OPERACIONAL:

208
385

DECLARAMOS que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

DECLARAMOS ainda que, a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, comprometemo-nos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de índice	Valor em reais	Índice
Liquidez geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$		
Liquidez corrente (LC) $LC = AC / PC$		
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$		

AC - ativo circulante;
 AP - ativo permanente;
 PC - passivo circulante;

RLP - realizável a longo prazo;
 ELP - exigível a longo prazo.

OBS: Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

Local, ____ de ____ de 20 ____

Representante Legal da Empresa: Nome: CPF: N.º de registro órgão de classe (se for o caso): Assinatura:	Contador responsável pela Empresa: Nome: CRC N.º: Assinatura:
---	--

ANEXO XI

Modelo de Declaração de Conhecimento e Atendimento de Critérios Legais e Constitucionais

Ao

MUNICÍPIO DE

Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__

O Signatário da presente, _____ Carteira de Identidade n.º _____, representante legal, em nome da Empresa _____, CNPJ/MF _____, declara:

- 1) Concordar, na íntegra, com os termos da Licitação e com todos os documentos dela componentes;
- 2) Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Órgão Licitante quanto à sua habilitação;
- 3) Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que ela se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de Licitação;
- 4) Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;
- 5) Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 6) Que não se enquadra nas hipóteses previstas no § 1.º do art. 9.º e no art. 14 ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente, em especial:
 - 6.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau
 - 6.2 Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 7) Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;
- 8) Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando for solicitada pelo Agente de Contratação, no prazo que ele estipular;
- 9) Que se compromete a apresentar, quando da assinatura do contrato, a certidão de registro com visto do CREA PR e/ou do CAU PR, se não for registrada no Paraná e se for vencedora da presente licitação e que, após 180 (cento e oitenta) dias do início do contrato, efetuará o seu registro no referido Conselho;
- 10) Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 11) Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

ANEXO XII

Modelo Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Ao
MUNICÍPIO DE
Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__
Ao

A Empresa _____ CNPJ/MF _____, DECLARA, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no Parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e suas alterações, e tendo interesse dos benefícios nela contidos para efeitos de licitação, quando e no que couber.

Declara ainda que, não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

_____, ____ de _____ 20__.

Representante Legal da Empresa Nome: CPF: Assinatura:	
--	--

P A M

ANEXO XIII

Modelo de Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de Madeira e de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil

Ao

MUNICÍPIO DE

Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__

Ao

Eu, _____, RG _____, legalmente nomeado Representante Legal da Empresa _____, CNPJ _____, para o fim de qualificação técnica no procedimento licitatório em referência declaro, sob as penas da lei, que para a execução da(s) obra(s) e serviço(s) de engenharia objeto da referida licitação a empresa cumprirá as exigências legais ambientais, e em especial:

- 1) Somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e em conformidade com o Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo das implicações de ordem criminal previstas em Lei.
- 2) No que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a obra será realizada de acordo com a Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, e com a legislação pertinente do município onde ela será construída.

_____, em ____ de _____ 20__.

Representante Legal da Empresa:		Responsável técnico do licitante:
Nome:		Nome:
CPF:	OU	CPF:
Assinatura:		Assinatura:

ANEXO XIV
Relação de Disponibilidade de Veículos, Máquinas e Equipamentos



ANEXO XV - Cronograma de Utilização de Veículos, Máquinas e Equipamentos

CRONOGRAMA DE UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° (inserir o número) / (inserir o ano) - (inserir a sigla do licitador) PROPONENTE : (inserir o nome da proponente)
--

MUNICÍPIO / LOCAL :	
OBJETO :	ÁREA CONSTRUÍDA :
LOTE :	PRAZO DE EXECUÇÃO :

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS	PRAZO DE EXECUÇÃO (dias)							
		30	60	90	120	150	180	210	240
01	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
02	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
03	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
04	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
05	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
06	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
07	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
08	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
09	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
10	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
11	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
12	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
13	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
14	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
15	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
16	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								

EXEMPLO:

NN	NONONONONONONONO	UTILIZAÇÃO							
		QUANTIDADE		2	4	3	2	2	

—(inserir o local), (inserir a data) de (inserir o mês) de (inserir o ano)

(carimbo, nome, RG n° e assinatura do responsável legal)

(carimbo, nome, RG n°, CREA n° e assinatura do engenheiro habilitado)

ANEXO XVI

Elementos Técnicos Instrutores

- a) Elementos gráficos (plantas e documentos gráficos) – disponível em: (município deverá inserir link de disponibilização)
- b) Especificações técnicas e memoriais – disponível em: (município deverá inserir link de disponibilização)
- c) Relação de serviços e quantidades e Planilha Orçamentária Referencial – disponível em: (município deverá inserir link de disponibilização)
- d) Modelo de placa – disponível em: <https://paranainterativo.pr.gov.br/placas>

PAM



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

PARECER Nº 018/2024

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ASSUNTO: APRECIACÃO JURÍDICA

VALOR MÁXIMO ESTIMADO (R\$): 6.127.151,84

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA. OBRAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, LEI MUNICIPAL Nº 951/2010, nº 734/2005, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 e DECRETO MUNICIPAL Nº 25, 28 e 30/2023. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO E DAS MINUTAS. RESSALVAS E/OU RECOMENDAÇÕES.

1 – RELATÓRIO:

Trata o presente expediente de processo administrativo que tem por finalidade o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ, EM VIAS DIVERSAS DO MUNICÍPIO – IVAÍ -PR**, por meio da Secretaria Municipal de Habitação, (juízo Global), mediante licitação pública, na modalidade CONCORRÊNCIA, em sua forma eletrônica, conforme justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica e devem constar expressamente na fase interna, **sob pena de nulidade**:

- I) Documento de formalização de demanda (art. 12, VII, NLLC) com aprovação da demanda, pág. 04 a 05;
- II) Estudo Técnico Preliminar (art. 18, I, NLLC), pág. 06 a 11;
- III) Contrato de Financiamento nº 4565/2024, com o Estado do Paraná, pág. 12 a 23;
- IV) Plano de Trabalho, pág. 24 e 25;
- V) Declaração de previsão orçamentária de contrapartida, pág. 26;
- VI) DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS”) assinada pelo servidor público responsável pela coleta de preços, pág. 27;
- VII) Declaração de Planilha atualizada, pág. 28;
- VIII) Dotação orçamentária, pág. 29 e 30;
- IX) Termo de Referência com a definição do objeto para fins de atendimento da necessidade, pág. 31 a 52;
- X) Ato de designação de Agente de Contratação e Equipe de Apoio; pág. 53 a 57;
- XI) Autorização da Autoridade Competente para a Abertura da Licitação, pág. 58;
- XII) Checklist, pág. 59 e 60;
- XIII) Certificação de Projeto, pág. 61;
- XIV) Licença ambiental, pág. 62 a 64;
- XV) Declaração de domínio público, pág. 65 e 66;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

XVI) Contrato nº 106/2024, pág. 67 a 80;

~~XVII)~~ Projetos de Engenharia, pág. 81 a 123, 149 a 181;

XVIII) Planilha de composição de custos, BDI, Cronograma, orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação, nos termos do DECRETO Nº 25/2023 (Art. 28 a 31), pág. 124 a 147;

XIX) Anotação de Responsabilidade Técnica do Engenheiro responsável por projetos e orçamentos, pág. 11 e pág. 71 e 72;

XX) Minuta do edital e seus anexos, dentre eles: minuta de contrato, (art. 25), pág. 182 a 212;

Por razões de economia processual, documentos não mencionados no item anterior serão devidamente referenciados ao longo do parecer.

É a síntese do necessário.

2 - APRECIÇÃO JURÍDICA

2.1. Finalidade e abrangência do parecer jurídico

A presente manifestação jurídica tem a finalidade de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

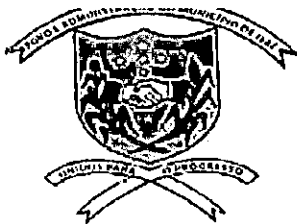
De mais a mais, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da correlação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União, podendo ser aplicável à advocacia pública municipal:

Enunciado BPC nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Portanto, destaca-se que compete a esta Procuradoria Geral, nos termos do art. 3º, II e IV da Lei Municipal nº 951/2010, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

cabendo adentrar, em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, reservados à esfera discricionária do Administrador Público legalmente competente. Tampouco cabe a esta Procuradoria Geral examinar questões de natureza eminentemente técnica, de gestão, administrativa e/ou financeira.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão (Departamento de licitação e pelo órgão responsável pela ordenação de despesa), com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos administrativos de maneira densa e coesa.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do da sua esfera de competências.

No âmbito local ao DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO, previsto legalmente na Lei de nº 1.426/2022¹, anexo I, possui atribuições próprias de gerenciamento, supervisão e avaliação de todo o processo licitatório.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações/considerações são realizadas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações, mas sempre de maneira fundamentada/justificada. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção pela assessoria jurídica. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da pasta ou entidade ordenadora.

2.2. Da governança

No presente caso, a autoridade competente para sindicar e controlar aspectos de governança municipal é a autoridade máxima do poder executivo, à luz da Lei nº 14.133/2021.

Ademais, nos termos do art. 55 do Decreto nº 025/2023, cabe a **Controladoria Geral do Município** a regulamentação do controle das contratações, por ato próprio. Portanto, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos.

Porém, convém elucidar algumas considerações quanto a necessidade de Capacitação dos Agentes Públicos.

A capacitação de servidores e agentes públicos é um dos requisitos estabelecidos na Constituição Federal (CF, art. 39, § 2º) e tem o objetivo de desenvolver, as qualidades necessárias para o desempenho satisfatório de suas atribuições, com a consequente melhoria dos serviços públicos prestados à sociedade.

O acesso às orientações dos tribunais de contas, o conhecimento quanto as melhores práticas de controle da Administração aplicáveis às instituições, a segurança jurídica nas decisões e conhecimento das legislações específicas, doutrinas e jurisprudências são essenciais para a promoção da efetividade e da eficiência na atuação no serviço público, garantindo a legalidade.

O Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 2.346/2016 – TCU – 2ª Câmara; Acórdão nº 2.348/2017 – TCU – Plenário; Acórdão nº 2.897/2019; Acórdão nº 730/2019 – Plenário, entre outros),

¹ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/i/ivai/lei-ordinaria/2022/143/1426/lei-ordinaria-n-1426-2022-define-atribuicoes-dos-cargos-em-comissao-criados-pelas-leis-municipais-734-2005-823-2007-842-2008-e-1115-2015?q=734>



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

manifestou-se reiteradamente sobre a necessidade de capacitação dos agentes públicos para a execução das tarefas inerentes a sua atuação, nas diversas esferas de poder.

O Tribunal de Contas do Paraná coaduna com a jurisprudência da Corte de Contas da União, e por meio do ACÓRDÃO Nº 2388/19 - Tribunal Pleno, apontou como obrigatório o custeamento de capacitação e aperfeiçoamento por parte da Administração:

(...) É obrigação da Administração Pública promover a capacitação e formação continuada dos servidores integrantes de seu quadro de pessoal, podendo oferecer cursos de aperfeiçoamento e desenvolvimento de habilidades diversas, às suas expensas, observando as peculiaridades de cada local e desde que seu objeto seja pertinente às atribuições funcionais dos servidores, com motivação apresentada de maneira expressa e por escrito no processo de contratação, e desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira.

Ainda se expõe, em sede de legalidade que: "É dever do poder público oferecer contínua capacitação aos agentes públicos e políticos que atuem com prevenção ou repressão de atos de improbidade administrativa" (Art. 23-A da Lei 8.429/92).

Nestes termos, em atenção ao disposto na Constituição Federal, no art. 169 da Lei nº 14.133/2021, no que se refere ao Controle das Contratações Públicas, bem como o disposto na Lei de Improbidade (Art. 23-A da Lei 8.429/92), a capacitação dos agentes envolvidos nas compras públicas é medida necessária e atinente a governança, devendo o alto escalão da Administração garantir o cumprimento em prol da boa gestão pública, incluindo na regulamentação citada no decreto municipal nº 025/2023.

2.3. Avaliação de conformidade legal

O art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021, prevê que os órgãos competentes da Administração devem instituir mecanismos e ferramentas voltadas ao gerenciamento de atividades de administração de materiais, obras e serviços, conforme abaixo transcrito:

Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

- I - instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços;
- II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;
- III - instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo;
- IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;
- V - promover a adoção gradativa de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia.

Desse modo, é preciso que a fase de planejamento da contratação esteja alinhada às iniciativas mais atualizadas dos órgãos que detêm competências regulamentares.

Nestes termos, no caso concreto, aparentemente houve o cumprimento da utilização dos mecanismos de padronização, por meio de formulários e especificações disponibilizadas pelo órgão financiador – FOMENTO PARANÁ.

Registra-se o uso de minutas enviadas pelo agente financiador, no que se refere ao Edital de Licitação, nos termos do art. 19, IV da Lei nº 14.133/2021.

Registra-se que ao instruir os autos da contratação, a caracterização dos serviços é de competência da solicitante, a qual deve realizá-los de forma suficiente para a compreensão das características, sem direcionamentos vedados pela Lei de licitações.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

2.4. Planejamento da contratação

A Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu que fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII, art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no caput do art. 18.

No que se refere ao Plano de Contratações Anual, nos autos processuais (ETP), há informação de que o mesmo está em construção, **ainda não implementado pela municipalidade (art. 12, VII), e há informação de que a contratação está compatibilizada com as leis orçamentárias, para tanto deve-se apresentar declaração de compatibilidade (PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual) da despesa e sua fonte (art. 18, II, NLLC).**

O artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Referido dispositivo é complementado por seu parágrafo primeiro, que dispõe sobre os elementos do Estudo Técnico Preliminar. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa.

Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial. Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.

No caso concreto, a solução foi devidamente descrita na fase interna, no que se refere a melhor solução: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS.

Alguns dos elementos serão abaixo examinados de forma mais minudente:



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

2.4.1. Documento para formalização da demanda:

Da análise do Documento de Formalização da Demanda, percebe-se que foram previstos os conteúdos mínimos previstos na regulamentação, especialmente a justificativa da necessidade da contratação, o nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável e a indicação da data pretendida para a conclusão da contratação.

2.4.2. Estudo Técnico Preliminar - ETP

O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do ETP.

É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I (descrição da necessidade), IV (estimativa das quantidades), VI (estimativa do valor da contratação), VIII (justificativa para o parcelamento) e XIII (posicionamento conclusivo), do art. 18, conforme expressamente exigido pelo §2º da referida norma. Quando não contemplar os demais elementos previstos no art. 18, §1º, deverá a Administração apresentar as devidas justificativas.

Ademais, segundo o Tribunal de Contas – MG, “o estudo técnico preliminar ETP é, em regra, obrigatório nas modalidades de licitação previstas na Lei 14.133/2021, porquanto constitui importante instrumento de planejamento das contratações públicas nos termos do inciso XX, do art. 6º desse mesmo diploma legal. Contudo, dependendo das particularidades do objeto licitado, das condições da contratação e da modalidade licitatória, a elaboração do ETP poderá ser facultada ou dispensada, devendo o agente público responsável justificar expressamente em cada caso nos autos do Processo Administrativo as razões e os fundamentos da decisão de não elaboração do ETP”. (Grifamos.) (TCE/MG, Processo nº 1102289, Rel. Cons. Hamilton Coelho, j. em 15.03.2023.)

Em suma, foi juntado o ETP aos autos em apreciação, que mesmo sendo uma análise de ordem técnica, *prima facie* parece regular em relação aos elementos mínimos (incisos I (descrição da necessidade), IV (estimativa das quantidades), VI (estimativa do valor da contratação), e XIII (posicionamento conclusivo) e VIII (justificativa para o parcelamento) exigidos, com ateste de aprovação pela autoridade competente.

Convém ressaltar a Súmula 247 do Tribunal de Contas da União, segundo a qual:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

No caso concreto, a licitação ocorrerá em LOTE (global), devidamente justificado no ETP e que demonstra razoabilidade e eficiência administrativa, economia de escala entre outros, em atendimento a Súmula 247 do TCU.

2.4.3. Análise de riscos

O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos.

Além disso, a Administração deve se atentar para a possibilidade de inserir no contrato tópico destinado à Matriz de Riscos (art. 6º, inciso XVII) e Matriz de Alocação de Riscos (art. 103), o que deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

No caso concreto, a Administração elaborou apenas a análise de riscos, conforme consta no termo de referência e nas cláusulas contratuais, o que não ofende o art. 22 da Lei nº 14.133/21, pois apresenta-se facultativa em relação ao caso concreto (art. 22, §3º).

2.4.4. Orçamento Estimado e Pesquisa de Preços

O orçamento estimado da contratação é tratado no artigo 23 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que, para compras, devem ser observados os parâmetros previstos em seu §1º:

Art. 23. (...)

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

(...)

Além das regras legais, também devem ser observadas as normas do Decreto nº 025/2023, que estabelece critérios para a pesquisa de preços, aplicando-se uma elaboração de modo crítico, o que se espera do servidor.

No caso concreto, houve realização de pesquisa nos termos descritos nas normas aplicáveis (art. 23, §2º), conforme declaração de responsabilidade assinada pelo senhor WILLIAN SAUTER DE CRISTO, na qual declara a atendimento do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e o uso da Planilha SINAPI, DAER e ORSE. Declara também que foram utilizados todos os recursos para evitar sobrepreço e emitiu a ART 1720242961855 referente ao orçamento.

Considerando a declaração da Solicitante, vez que não cabe a esta Procuradoria auditar os aspectos técnicos e mercadológicos da pesquisa efetuada, a análise aqui empreendida se circunscreve apenas aos aspectos legais envolvidos na pretensão de contratação direta.

2.5. Termo de Referência

O Termo de Referência deve contemplar as exigências do artigo 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária;
- (...)

Especificamente em relação as OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, também devem ser observadas as exigências do art. 45, I a VI e art. 46, I a VII e §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

I - empreitada por preço unitário;

II - empreitada por preço global;

III - empreitada integral;

IV - contratação por tarefa;

V - contratação integrada;

VI - contratação semi-integrada;

VII - fornecimento e prestação de serviço associado.

§ 1º É vedada a realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 18 desta Lei.

(...)

Nesse contexto, em análise eminentemente formal, verifica-se que o termo de referência e os projetos básicos contemplaram, em geral, as exigências contidas nos normativos acima citados.

2.5.1. Condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado

De acordo com o art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, na fase de planejamento da contratação a Administração deve cuidar para que o planejamento de compras considere condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, devendo tal cautela ser demonstrada ou certificada nos documentos de planejamento.

No caso concreto, o tema foi tratado no termo de referência e no edital de licitação. Na oportunidade ocorrerá mediante medição, conforme exigência da Lei de Licitações e do agente financiador.

2.5.2. Condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento

O art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, exige que a fase de planejamento da contratação contemple as condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento, sendo certo que sua definição envolve algum juízo de conveniência e oportunidade a ser realizado pelo administrador.

Sendo conveniente destacar que em razão do objeto, a garantia exigida no importe de 5% do valor contratual, conforme item constante no modelo de gestão e na minuta do edital.

No caso concreto, as condições execução, de pagamento e recebimento constam no termo de referência, bem como na minuta do edital e seus anexos. Portanto, em análise de conformidade, aparentemente atende a exigência legal.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

2.5.3. Subcontratação

Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, poderá a administração subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela administração. Assim, conforme §2º do mesmo artigo: "Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação".

No que se refere a possibilidade de subcontratação, o Edital de Licitação, trata do tema, não vedando sua realização, conforme justificativa nos autos e informação contida no edital de licitação.

2.5.4. Modalidade, critério de julgamento e modo de disputa

Com base na exigência do art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, é possível concluir que a fase de planejamento deve abordar as razões que conduzem a definição de elementos aptos a conduzir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

Desse modo, com base na premissa de busca pela proposta mais vantajosa, deve o planejamento da contratação conter informações sobre:

- I) modalidade de licitação;
- II) critério de julgamento;
- III) forma de seleção (preferencialmente eletrônica);
- IV) modo de disputa; e
- V) adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros.

No caso concreto, o tema foi tratado na fase de planejamento, devidamente exteriorizado, tratando-se de obras e serviços comuns de engenharia, com utilização da modalidade CONCORRÊNCIA², com critério de julgamento menor preço Global, por meio do modo de disputa aberto.

2.5.5. Requisitos de habilitação

A Lei nº 14.133/2021 nos arts. 62 a 70 tratam da habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira.

Em análise ao TR e ao Edital de Licitação, observou-se exigência de habilitação nos termos da Lei de Regência, que consonância com o princípio da razoabilidade e com o disposto no art. 37 da Constituição Federal de 1988 (CF/88).

Convém ressaltar que na oportunidade, as exigências constam na fase interna da licitação e provém de minuta padronizada oferecida pelo agente financiador.

Em análise eminentemente formal, as exigências não extrapolam os limites legais impostos na lei de regência.

2.5.6. Adequação orçamentária

Conforme se extrai do caput do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se também com as leis orçamentárias.

² Art. 6º XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: a) menor preço; b) melhor técnica ou conteúdo artístico; c) técnica e preço; d) maior retorno econômico; e) maior desconto;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

A existência de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal. Nesse ponto, convém citar o artigo 10, inciso IX, da Lei 8.429, de 1992, e o art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021:

Lei nº 8.429, de 1992

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:

(...)

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

(...)

Lei nº 14.133, de 2021

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, **no momento da contratação e a cada exercício financeiro**, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Cabe também alertar para que, caso se trate de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa, seja anexada a estimativa do impacto orçamentário no exercício e nos dois subsequentes, bem como a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

No caso concreto, foi autuada dotação orçamentária fornecida pela Diretoria de Finanças, nos presentes autos, para fins de prosseguimento do processo licitatório, a qual trata-se de financiamento por meio de contrato de fomento – FOMENTO PARANÁ com contra-partida do Município.

Importante ressaltar que, tendo em vista tratar-se de despesa nos últimos nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, conforme art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deve ser inclusa nos autos comprovação de que há suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, nos termos do referido artigo, como condição para o prosseguimento.

3 - Minuta de Edital

O artigo 25 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de edital, tendo seu §1º expressamente autorizado a utilização de minutas padronizadas, nas situações em que o objeto assim permitir.

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

§ 1º Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.

§ 2º Desde que, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar, não sejam causados prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, o edital poderá prever a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra.

§ 3º Todos os elementos do edital, incluídos minuta de contrato, termos de referência, anteprojeto, projetos e outros anexos, deverão ser divulgados em sítio eletrônico oficial na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

É preciso lembrar que o art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 2021, exige que a fase preparatória seja instruída com motivação circunstanciada das condições do edital, tais como:



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

- I) justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto
- II) justificativa de exigências de qualificação econômico-financeira;
- III) justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço; e
- IV) justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio.

Apenas registre-se que a motivação, a justificativa, requisitos de qualificação econômico-financeira, critérios de pontuação, julgamento das propostas e participação ou não de consórcio, conforme o caso, exigidos pelo art. 18, inciso IX, **constam** no processo, conforme já apontado, sendo conveniente apresentar as seguintes recomendações adicionais: **realizar justificativa hábil para tanto, nos casos ausentes.**

3.1. Da utilização ou não de minuta padronizada de Edital

Conforme já tratado neste parecer, a padronização de modelos de documentos da fase interna da licitação constitui medida de eficiência e celeridade administrativa que encontra previsão no art. 19, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para que os objetivos de celeridade, eficiência e segurança sejam alcançados, é preciso que a Administração aponte claramente:

- I) Se houve utilização de modelos padronizados;
- II) Qual modelo foi adotado; e
- III) Quais foram as modificações ou adaptações eventualmente efetuadas no modelo.

No caso concreto, foi utilizada a minuta de edital disponibilizada e exigida pelo agente financiador, através do PARANACIDADE, a qual foi padronizada pela assessoria jurídica do órgão e utilizada nas licitações decorrentes do termo de fomento, de forma obrigatória.

3.1. Da restrição a participação de interessados no certame

O art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, veda expressamente que o agente público admita, preveja, inclua ou tolere qualquer tipo de restrição que comprometa ou frustre o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas.

No art. 14, lista os casos em que é vedada a participação em licitações.

Também é vedado o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou, ainda, a inclusão de regras que sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato.

O agente público também não poderá estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional, conforme previsão do inciso II do art. 9º.

Especificamente em relação a consórcios, a Lei nº 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:

Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

- I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.

§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

No que se refere a cooperativas, a Lei nº 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:

Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

Diante do exposto, qualquer vedação a participação de interessados na licitação, inclusive cooperativas e consórcios, deverá ser justificada no processo.

No caso concreto, observa-se que o edital não realiza vedações, além das dispostas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Da participação de ME, EPP

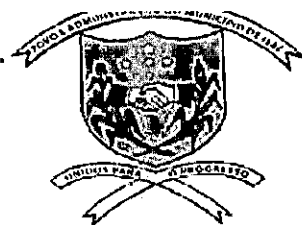
Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, foi previsto tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno nas contratações públicas de bens, serviços e obras, sendo certo que o entendimento aqui apresentado é aplicável também a cooperativas equiparadas.

Ocorre que, a Lei nº 14.133/2021, em licitações com valor superior a receita máxima bruta das empresas enquadradas como beneficiárias da Lei, afastou os benefícios em casos como o da presente licitação, vejamos:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Portanto, tendo em vista o valor da presente contratação, R\$ 6.127.151,14, não deve ser aplicado benefício da Lei Complementar nº 123/06 à presente licitação. Desta forma, deve ser retificado o Termo de Referência, no que se refere a possibilidade de aplicação.

3.3. Cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado:

O art. 25, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que, independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Como se pode verificar, considerando o objeto a ser contratado, é necessária a formalização de termo contratual, por não se enquadrar nas hipóteses de dispensa.

Nota-se que, há minuta contratual nos autos, na qual consta a previsão de reajuste com data base vinculada ao orçamento estimado. Portanto, no que se refere ao índice de reajuste e a data base, há cumprimento da exigência legal.

4 - Minuta de termo de contrato e/ou ata

O artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de termo de contrato, sendo que o artigo 25, seu §1º, expressamente autoriza a utilização de minuta padronizada de termo de contrato, nas situações em que o objeto assim permitir.

No caso concreto, houve a remessa da minuta do contrato, que consiste em minuta padronizada pelo órgão financiador e de uso obrigatório.

No caso concreto, a minuta do contrato encontra-se em conformidade, com o regulamento, bem como com o art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

Atenta-se apenas, quanto a necessidade de designação dos agentes públicos para gestão e fiscalização da contratação, por meio de ato formal, conforme Decreto Municipal nº 028/2023, caso ausentes na portaria oficial.

5 - Designação de agentes públicos

Os arts. 7º e 8º da Lei nº 14.133, de 2021, tratam da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, conforme se extrai das normas abaixo transcritas:

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

§ 2º O disposto no caput e no § 1º deste artigo, inclusive os requisitos estabelecidos, também se aplica aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

§ 3º As regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei. (Regulamento) Vigência

§ 4º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

§ 5º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

As regras do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, também apresentam algumas limitações a serem observadas no caso concreto:

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

O Decreto nº 025/2023 e o Decreto nº 028/2023, por sua vez, tratam das regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, bem como sobre o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, que deve ser prontamente observado pela Administração.

Não há dúvidas que o planejamento da contratação deve contemplar todas as regras previstas no referido Decreto. Por conta de sua relevância o princípio da segregação de funções deve sempre ser observado, nos termos do artigo 5º e 7º, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo certo que o administrador deve cuidar para que tais normas sejam observadas ao longo da fase interna e externa da licitação.

Lei nº 14.133, de 2021

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da **segregação de funções**, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

(...)

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

(...)

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.
(grifou-se)

Decreto Municipal nº 028/2023

Requisitos para a designação

Art. 8º Os agentes públicos designados para o cumprimento do disposto neste Decreto, deverão preencher os seguintes requisitos: I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

Art. 9º. Os agentes de contratação designados serão sempre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública.

Seção VI Vedação

Art. 10. Fica vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, em observância ao princípio da segregação de funções, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

Art. 11. Deverão ser observados, quando da designação do agente público e do terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, o Desse modo, para além da observância aos dispositivos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 24.731, de 2023, deve a Administração cuidar para que as normas internas sejam observadas na tramitação processual.

No caso concreto, os documentos que integram o planejamento da contratação aparentemente apontam para o atendimento às regras citadas acima, devendo sempre ser objeto de sindicância pela autoridade responsável pela governança, porém, deve a autoridade competente realizar a auditoria quanto a eventual incompatibilidade da designação dos agentes com as descritas no regulamento municipal, nos termos do art. 23 do Decreto Municipal nº 25/2023 c.c art. 5º do Decreto Municipal nº 028/2023, facilitando eventuais substituições e propiciando maior transparência.

6 - Publicidade do edital e do termo do contrato/ata

A Lei nº 14.133/2021, em atendimento ao princípio da publicidade, assim determina:

Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação. (Promulgação partes vetadas)

§ 2º É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles,



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim.

§ 3º Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio referido no § 2º deste artigo, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

Deve ser observado o prazo de publicação disposto na Lei nº 14.133/2021.

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

I - para aquisição de bens:

a) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto;

b) 15 (quinze) dias úteis, nas hipóteses não abrangidas pela alínea "a" deste inciso;

II - no caso de serviços e obras:

a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;

b) 25 (vinte e cinco) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia;

(...)

§ 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

O referido diploma legal, prevê algumas exceções quanto a regra da publicidade, relativa aos Municípios com menos de 20.000 habitantes, vejamos:

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

I - dos requisitos estabelecidos no art. 7º e no caput do art. 8º desta Lei;

II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;

III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.

Parágrafo único. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o caput deste artigo deverão:

I - publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;

II - disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

Ainda que o Município de Ivaí esteja formalmente desobrigado momentaneamente de proceder a publicidade plena, nos termos acima delineados, este possui condições em sua estrutura de efetuar todas as exigências legais desde então, pois possui adesão ao PNCP, possui sítio eletrônico, utiliza plataforma eletrônica para realização de suas licitações e possui regulamentação municipal em consonância com as exigências do art. 7º e 8º da Lei nº 14.133/21.

Portanto, sugere-se a adoção da publicidade plena, conforme art. 54 da Lei nº 14.133/2021, **inclusive com a publicação em jornal de grande circulação obrigatória, por força da derrubada do veto presidencial, que deu plena vigência ao §1º do art. 54 do referido diploma normativo, no que se refere a publicação do extrato do edital.**

Destaca-se ainda a importância da divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

Ressalta-se que em se tratando de recursos provenientes de convênios, repasses etc (quando for o caso), deve se observar os termos do aludido instrumento, sob pena de nulidade.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Por conseguinte, destaco a importância da disponibilização no Portal da Transparência do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Importante ressaltar também, o entendimento do TCE/PR e nos termos da Lei nº 12.527/2011 e da Lei Estadual nº 19.581/2018, quanto a importância de *"Alimentar o Portal da Transparência com a íntegra dos procedimentos licitatórios realizados e dos contratos celebrados pelo Município, se não em tempo real, com o menor lapso temporal possível entre a celebração do ato e sua publicação"* (sublinhei). Por íntegra, entenda-se a fase interna e a fase externa, **observado** o acórdão nº 331/2020 do Pleno do TCE/PR.

Para tanto, deve ser observada a necessidade *"de fácil acesso, nos precisos termos do art. 8º da Lei 12.527/2011, permitindo-se o conhecimento fácil de todos os procedimentos licitatórios promovidos, com indicação clara de seus objetos e valores, e ainda com possibilidade de acesso direto aos elementos essenciais das licitações, como "edital", "impugnações", "ata de sessão de julgamento/resultado", "contrato(s) formalizados", "despesas decorrentes"* (TCE/PR, Representação nº 275966/18, acórdão nº 1511/2019, relator Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, Tribunal Pleno, julgado em 05 de junho de 2019).

Por fim, registra-se a necessidade de disponibilização dos projetos de engenharia em dwg, para melhor visualização dos interessados, bem como de planilhas e demais documentos em formato editável, juntamente com o edital de licitação no Portal da Transparência e na Plataforma de realização do certame.

Devem ser disponibilizados todos os documentos essenciais à formulação das propostas, para melhor detalhamento do objeto, isonomia e competitividade da licitação.

7 – Plataforma Bolsa de Licitações e Leilões – BLL

Importante salientar que embora haja a extrema vantajosidade na utilização de plataforma eletrônica para a realização de licitações, principalmente quanto a isonomia, competitividade, segurança jurídica, entre outros, deve a Administração Municipal se atentar quanto ao uso de plataformas privadas, em especial a Plataforma BLL.

Há entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná quanto a impossibilidade da utilização do sistema BLL por mero credenciamento (termo de adesão), para fins de gerenciamento do certame licitatório ou comprovação da resolução ou busca por eliminar tal situação.

Mais uma vez, decisão da Corte de Contas Paranaense entendeu pela ilegalidade e irregularidade na utilização de tal mecanismo - ainda que válido - censurável sob o crivo dos órgãos de controle e do próprio Poder Judiciário.

Eis trecho da decisão (acórdão nº 2809/20 - Tribunal Pleno):

Representação da Lei n.º 8.666/1993. Município de Mandaguari. Adoção de plataforma digital privada para a gestão de licitações na modalidade pregão eletrônico. Cobrança de taxa do licitante vencedor. Possibilidade. Precedentes. Necessidade de comprovação de que os valores arrecadados se limitam ao efetivo custo dos serviços de tecnologia de informação e a correlata fiscalização por parte do município. Inocorrência. Procedência e aplicação de multa.

Sabe-se que o uso da BLL para licitação implica na cobrança de valores do licitante vencedor, seja por venda de pacote trimestral ou por aplicação de percentual de 1,5% ao licitante vencedor, limitado a R\$ 600,00 por item.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

Embora compreenda-se que - em tese - tal valor seja o custo da operacionalização do sistema, fato é que o Tribunal de Contas assim não compreende, sendo no mencionado julgamento, em sede de fundamentação, assenta expressamente que:

Deste modo, verifico que a regulamentação da BLL que estabeleceu que o custo de operacionalização e uso do sistema é imputado ao vencedor no percentual de 1,5% sobre o valor da adjudicação do lote, com limitação do custo global ao teto de R\$ 600,00 não é ilegal (peça n.º 2, fls. 28), pois desde que o Acórdão n.º 420/08 foi prolatado, este Tribunal entende que não há óbice para que o custo seja fixado em percentual, exatamente como ocorre no caso em análise. De igual forma, verifico que a regulamentação da BLL dispõe que a taxa de 1,5% (um e meio por cento), possui limite máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais). O estabelecimento deste teto máximo não permitirá à entidade auferir quantias que ultrapassem o ressarcimento dos custos de desenvolvimento, atualização e manutenção do sistema de tecnologia de informação, conforme determina a legislação pertinente. Assim, verifico que, ao contrário do alegado pela parte representante, o estabelecimento de taxa variável é admissível. Saliento, contudo, que dentre as orientações estipuladas pelo Plenário deste Tribunal, nomeadamente no Acórdão n.º 420/08, condicionou-se a cobrança de taxa de custo variável à efetiva comprovação, por meio de planilhas contábeis detalhadas, de que os valores arrecadados pela entidade destinam-se unicamente ao ressarcimento dos custos operacionais do sistema.

[...]

"Assim, a cobrança da taxa de custo variável é condicionada a efetiva comprovação, através de planilhas contábeis, de que os valores arrecadados são destinados ao ressarcimento dos custos operacionais do sistema. Tal controle deve ser realizado pelo órgão interessado em utilizar o sistema da entidade que oferece a plataforma.

Corroborando com tal é a posição do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme se verifica no teor dessa ementa:

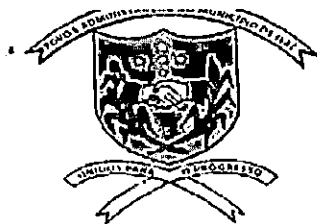
REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO POPULAR. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. TERMO DE ADESÃO PARA QUE AS LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO OCORRESSEM NO FORMATO DIGITAL, POR MEIO DE PLATAFORMA CRIADA PELA RÉ BLL, TERMO ILEGAL, POIS REALIZADO SEM LICITAÇÃO E FORA DE HIPÓTESE DE DISPENSA, CUSTOS DA OPERAÇÃO PAGOS PELOS LICITANTES VENCEDORES, SEM VERIFICAÇÃO DE QUE EXISTEM PLATAFORMAS GRATUITAS OU COM TAXAS DE VALOR MENOR COM O MESMO SERVIÇO. VIOLAÇÃO DO ART. 37 DA CF E DA LEI 8666/93. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA PARA DECLARAR PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS E ANULAR O TERMO DE ADESÃO OBJURGADO, EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO. (TJPR - 4ª C. Cível - 0003228-21.2018.8.16.0037 - Campina Grande do Sul - Rel.: Desembargador Hamilton Rafael Marins Schwartz - J. 13.06.2022)

Diante de tal cenário, ainda que o Poder Judiciário tenha considerado totalmente irregular a contratação em um caso específico, deve o Município observar e comprovar nos autos licitatórios, que o custo possui como desiderato único "*destinam-se [destinação] unicamente ao ressarcimento dos custos operacionais do sistema*", sob pena de ilegalidade e sujeição dos ordenadores de despesas às multas aplicáveis.

Importante destacar que o Tribunal de Contas da União, recentemente, 31/07/2024, analisou levantamento sobre o uso das plataformas privadas de licitações com o objetivo de acompanhar a maturação dos órgãos e instituições na aplicação da nova Lei de Licitações. Nessa análise, concluiu que atualmente há pouco ou nenhum controle sobre o uso das plataformas, com riscos ao interesse público. Além disso, apontou que a remuneração das plataformas pode impactar a competitividade e economicidade das licitações.

O Tribunal apontou como principais riscos: a ausência de regulamentação específica sobre o tema (tal como certificação ou parametrização para as operações), divergência nos procedimentos e segurança das informações entre os diferentes sistemas.

Feitas tais considerações, sugiro que a Administração Municipal priorize a utilização de Plataformas Públicas de licitação, em especial o www.gov.br/compras/pt-br



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

(Plataforma do Governo Federal - Gratuita) e realize a migração das licitações para tal Plataforma, salvo nos casos de inviabilidade técnica, devidamente justificada.

Tais considerações não possuem o condão de viabilizar a realização de licitações presenciais pelo Município, vez que configura patente retrocesso, mas de garantir a aplicação das decisões dos Tribunais em prol da segurança da gestão pública.

8 - Princípio da Simplicidade/Intelecção Jurídica (Art. 53, §1º, II, NLLC)

Conforme determina o art. 53, §1º, II da Lei nº 14.133, de 2021, o parecer jurídico deverá ser redigido em linguagem simples e compreensível, utilizando forma clara e objetiva.

Porquanto o Direito é uma ciência técnica, na qual se pauta em postulados teóricos, deve sempre ter em mente que o parecer não será direcionado – necessariamente – a agentes públicos com conhecimento jurídico, ou ainda, a pessoas que possuem tal compreensão técnica.

Desta feita, em observância à dicção legal, promove-se resumo singelo e objetivo para o público em geral, sem se afastar da obrigatoriedade de cada servidor/agente público, conhecer sua esfera de atuação e grau de responsabilidade, bem como, compreender a manifestação jurídica técnica:

“Conferindo os documentos que estão nesse processo, é possível continuar com a licitação, dando início a fase de publicação do edital (regra entre as partes), mas devem todos os servidores que possuem responsabilidade, principalmente o(a) Secretário(a), ler as ressalvas e recomendações feitas pela Procuradoria-Geral do Município (advocacia pública), corrigindo eventuais erros e/ou justificando ou aceitando-os com justificativa escrita sob sua responsabilidade pessoal funcional”

Frente a tal descrição, compreende-se como observada a obrigação legal de acessibilidade na leitura do parecer para público externo.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo, desde que cumpridos os pontos elencados ao longo deste parecer (*em especial destacados*).

Ressalta-se que **somente** após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo (Lei nº 9.784, de 1999 aplicável ao ente municipal), e conforme já alertado nas considerações preliminares desta manifestação, **será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta unidade jurídica.**

Os documentos novos juntados ao processo devem constar na sequência do presente parecer, dentro do processo administrativo da contratação, a fim de elucidar a sequência dos fatos, bem como eventual documento que justifique o não atendimento das ressalvas elucidadas.

Em tempo, imperioso ressalvar a necessidade de realizar a paginação oficial do processo de contratação, nos termos do Art. 22, §4º da Lei nº 9.784/1999 (páginas numeradas sequencialmente e rubricadas) e **providenciar a assinatura nos documentos.**

Entrementes, destaca-se que este parecer jurídico tem natureza meramente consultiva, de forma que a autoridade não se vincula ao parecer e seu poder de decisão não se altera pela manifestação do órgão consultivo (STF, MS 24.631, rel. Min. Joaquim Barbosa, Plenário, julgado em 09/08/07).

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações/considerações são realizadas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações, mas sempre de maneira fundamentada/justificada.



MUNICÍPIO DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Procuradoria Jurídica

É o parecer³.

À consideração superior.

Ivaí, PR, 06 de novembro de 2024.

FERNANDA
CAROLINE LIMA
KOBAYASHI:066941
11916

Assinado digitalmente por
FERNANDA CAROLINE
LIMA
KOBAYASHI:06694111916
Data: 2024.11.06 10:53:10-03'00'

FERNANDA CAROLINE LIMA KOBAYASHI
Procuradora do Município de Ivaí/PR –
OAB/PR 125.002

³ Parecer jurídico é um ato administrativo meramente consultivo, que poderá ou não ser ratificado por um ato administrativo decisório da autoridade competente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024
Processo Administrativo nº 089/2024

O MUNICÍPIO de Ivaí, torna público que, às 09:00 horas do dia 22 de novembro do ano de 2024, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, sob regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006; da Lei Federal n.º 14.133/2021, assim como pelas disposições deste Edital e seus anexos.

Data da sessão: 22/11/2024.

Horário: 09:00 (Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF).

Data e horário limite para encaminhar as propostas: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08:45 do dia 22/11/2024.

Plataforma: <https://bllcompras.com>, no qual o edital está disponível para “download”.

1. DO OBJETO, VALOR MÁXIMO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, REGIME DE EXECUÇÃO

DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a execução, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da (s) seguinte (s) obra (s):

Local: Vias diversas - Sede e Distritos de Palmital e Bom Jardim do Sul;

Objeto: Pavimentação em CBUQ.

Trechos:

- Linha Gonçalves Junior - trecho 1, entre a rua Henrique Florêncio Ribeiro e o fim do trecho (a 300m)
- Linha Gonçalves Junior - trecho 2, entre a rua Pedro Komety e a rua Projetada A
- Rua Prefeito Arpad Malanowski, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua
- Rua Prefeito Edoardo Graniska, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua
- Rua Timoteo Korelo, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler
- Rua João Karpinski, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler
- Rua Humberto Blum, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler
- Rua Vicente Valentin (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 163m)
- Rua José Manosso (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 268m)
- Rua Cuba (Distrito de Palmital), entre a rua Polônia e o fim da rua
- Rua Projetada E (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada F e o fim da rua
- Rua Projetada F (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e a rua Projetada C
- Rua Projetada G (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e o fim da rua

- Travessa França (Distrito de Palmital), entre a rua França e o fim da rua
- Rua Argentina - trecho 1 (Distrito de Palmital), entre a rua Peru e a rua Japão
- Rua Argentina - trecho 2 (Distrito de Palmital), entre a rua Japão e a rua Antonio Raimundo Cominesi
- Travessa Argentina (Distrito de Palmital), entre a rua Argentina e o fim da rua

Área Pavimentada: 25.085,16 m²

Colocação de placas de comunicação visual.

Prazo de execução: 360 (trezentos e sessenta) dias;

Patrimônio líquido mínimo: R\$ 612.715,18 (seiscentos-e-doze mil, setecentos e quinze reais e dezoito centavos).

Valor máximo da licitação: R\$ 6.127.151,84 (seis milhões, cento e vinte e sete mil, cento e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

A obra deverá ser executada em conformidade com o projeto, especificações técnicas, memoriais e demais documentos.

SAM 39

1.2 Entende-se por obra semelhante a que apresenta complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a:

Pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ)

VALOR MÁXIMO DA CONCORRÊNCIA

1.3 O preço máximo admitido para execução da obra é de 6.127.151,84 (seis milhões, cento e vinte e sete mil, cento e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos), sendo 77,03% referente aos materiais e 22,97% referente à mão de obra, conforme planilha orçamentária de referência (Anexo XVI).

1.3.1 Não serão aceitas propostas com valor superior ao preço máximo admitido para a licitação.

1.3.2 O BDI, que incidirá sobre o valor global de referência, deverá ser apresentado à parte, com a proposta, sendo ali necessariamente detalhada sua composição, conforme Modelo de Planilha para Cálculo do BDI (Anexo VI).

1.3.3 O BDI Referencial utilizado para estabelecer o preço máximo é dado conforme Anexo VII.

1.3.4 Caso o licitante não apresente a composição do BDI, conforme itens acima, considerar-se-á que adotou o BDI Referencial constante do Anexo VII deste Edital.

1.3.5 Os encargos sociais (ES) sobre os custos da mão de obra utilizadas como referência são os constantes da Planilha do Anexo V.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.4 O critério de julgamento adotado será do tipo **MENOR PREÇO**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

RECURSOS:

1.5 As despesas com a execução do(s) objeto(s) licitado(s) serão financiadas com recursos Tesouro do Estado e adicional financeiro do Município.

1.5.1 Os pagamentos referentes às atividades executadas e certificadas serão efetuados pelo Município Ivaí, em conformidade com o disposto na Minuta de Contrato (Anexo I).

1.5.2 As faturas correspondentes às atividades a serem executadas deverão ser emitidas pelo contratado em nome do Município Ivai.

REGIME DE EXECUÇÃO

1.6 Os serviços deverão ser iniciados no máximo até 21 (vinte e um) dias contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no diário oficial.

1.6.1 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.6.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, respeitadas as disposições contidas no art. 111 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

2. DA REALIZAÇÃO DA CONCORRÊNCIA E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

2.1 O inteiro teor do Edital poderá ser obtido no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sítio eletrônico da prefeitura <http://www.ivai.pr.gov.br> e no Sistema Eletrônico de Licitações <https://bllcompras.com>.

2.2 A Concorrência eletrônica será realizada por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do <https://bllcompras.com>.

2.3 A Concorrência eletrônica será conduzida por Agente de Contratação, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado para a presente licitação.

2.4 Pedidos de informações, esclarecimentos e impugnações relativos ao edital, seus modelos, adendos e anexos poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, pelo próprio Sistema Eletrônico de Licitação <https://bllcompras.com>, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, sendo que as respostas serão divulgadas no sítio eletrônico oficial, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sem identificar a proponente que deu origem à consulta.

2.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

2.6 A qualquer tempo, antes da data limite para o recebimento das propostas, o Município poderá, por sua própria iniciativa ou como consequência de algum esclarecimento solicitado ou impugnação formulada, por uma possível proponente, alterar os termos do Edital, com anuência expressa do PARANACIDADE, mediante a emissão de um adendo.

2.7 Nos casos em que a alteração do Edital importe modificação das propostas, o Município prorrogará o prazo de abertura do certame.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA

3.1 Poderão participar da presente licitação empresas, brasileiras ou estrangeiras, devidamente constituídas, que possuam objeto social pertinente e compatível ao licitado, e que atendam todas as exigências deste Edital e de seus anexos, e desde que devidamente credenciadas no sistema eletrônico do <https://bllcompras.com>.

3.2 Credenciamento:

3.2.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema Eletrônico de Licitações [bllcompras](https://bllcompras.com), que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA CONCORRÊNCIA, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2.1.1 O cadastro dos interessados deverá ser feito no Sistema Eletrônico de Licitações <https://bllcompras.com>.

3.2.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema Eletrônico de Licitações <https://bllcompras.com>, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.2.4.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 Consórcio: A administração deverá optar por uma das seguintes redações:

Não será permitida a participação de Consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

3.4 Das vedações à participação:

3.4.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas que:

3.4.1.1 Estejam sob processo de falência;

3.4.1.2 Será admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

3.4.1.3 Tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;

3.4.1.4 Estejam impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção;

3.4.1.5 Se enquadrem nas seguintes vedações de participação (art. 9º e 14 da Lei 14.133/2021):

a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

b) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

c) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

d) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.4.1.5.1 As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.4.2 Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

3.4.3 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.4 Autor do anteprojeto, do projeto-básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica;

3.4.5 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado.

3.5 ME e EPP: As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 123/06, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 49 daquela Lei Complementar, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

3.5.1 Não serão aplicáveis tais benefícios em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.1.1 A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.1.2 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

3.6 Como requisito para a participação na CONCORRÊNCIA, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico ou mediante apresentação de declaração, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos, especialmente:

3.6.1 O pleno conhecimento e atendimento aos critérios legais e constitucionais e às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.6.2 A sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

3.6.2.1 A comprovação da condição acima deverá ocorrer mediante apresentação de:

a) Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente;

b) Declaração escrita (ANEXO XII), sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;

c) Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a NBC TG 1002, de 2021, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

3.7 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.7.1 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outros tipos penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

3.8 A participação nesta CONCORRÊNCIA implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital (ANEXO XI).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação das propostas e lances e de julgamento.

4.2 O encaminhamento da proposta de preços será feito exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados datas e horários limites estabelecidos.

4.3 Empresa que faz parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro pode apresentar somente uma única proposta, sob pena de rejeição de todas.

4.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da CONCORRÊNCIA ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS ANEXOS

5.1 O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor global, em moeda corrente nacional.

5.2 A Proposta de Preços, anexada com os demais documentos exigidos no Edital, deverá conter:

5.2.1 Proposta endereçada ao Município, em papel timbrado da empresa, conforme modelo do ANEXO II, relacionando ainda os seguintes itens:

- a) Preço global em valor numérico e por extenso, cotado em reais;
- b) Prazo de validade da Proposta de 60 dias (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da licitação;
- c) Assinatura do representante legal, identificando-o com o nome e o CPF;

5.2.2 Cronograma físico-financeiro (anexo IV).

5.2.3 Cartilha Global (anexo III – arquivo digital), Planilha de cálculo do BDI (anexo VI – arquivo) e ES (anexo V).

5.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Licitante.

5.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, de depreciações, de mão de obra, encargos previdenciários, sociais, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução da obra.

5.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.7 O licitante deverá entregar o Cronograma Físico-Financeiro, observado o valor proposto, contemplando o prazo de execução previsto no Edital e deverá considerar o preço global da proposta, com etapas definindo o avanço físico mensal e correspondente valor financeiro.

5.7.1 O Cronograma Físico-Financeiro deverá prever parcelas a cada 30 (trinta) dias.

5.7.2 O Cronograma Físico-Financeiro deverá apresentar na última parcela valor não inferior a 10% (dez por cento) do valor global proposto;

5.7.3 O Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela empresa vencedora do certame deverá ser aprovado pelo Órgão Licitante antes da assinatura do contrato;

5.7.4 O Cronograma Físico-Financeiro deverá ser assinado pelo Responsável Técnico do licitante, com menção do seu título profissional e número da Carteira Profissional;

5.7.5 A não apresentação de Cronograma Físico-Financeiro ou com prazo diverso ao exigido no Edital são motivos de desclassificação da proposta do licitante, porém, inconformidades meramente formais do cronograma deverão ser saneadas no momento da assinatura do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FASE DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública de CONCORRÊNCIA, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, ocasião em que o Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores.

6.2 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4 A não desclassificação da proposta neste momento, pelo Agente de Contratação, não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.

6.5 O Agente de Contratação verificará, também, eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta aos cadastros em nome da empresa licitante e, também, de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação, conforme previsto no artigo 14 da Lei 14.133/2021, especialmente:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

6.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

FASE DE LANCES E MODO DE DISPUTA

6.8 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento, registro e valor.

6.9 Os licitantes poderão oferecer lances públicos e sucessivos, com prorrogações, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação, conforme MODO DE DISPUTA ABERTO.

6.9.1 A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 0,1 % (um décimo por cento) em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.9.2 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9.3 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9.4. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.9.5 A etapa de envio de lances terá duração de 10 minutos, e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.9.6 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.

6.9.7 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.9.8 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.9.9 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.10 Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.11 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.12 No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:

6.12.1 Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 1º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, com valores até 10% (dez por cento) acima do melhor preço ofertado.

6.12.2 Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada poderá apresentar proposta de preço inferior à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

6.12.3 Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo aprazado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

6.12.4 Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.13 Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

6.14 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

6.15 Encerrada a etapa de lances, o Agente de Contratação poderá negociar melhores condições, encaminhando, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.15.1 A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.

6.16 O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.17 Encerrada a negociação, o Agente de Contratação iniciará a fase de julgamento da proposta.

FASE DE JULGAMENTO

6.18 Dado início à fase de julgamento, o Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao máximo estimado para a contratação, nos termos do Edital.

6.19 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o Agente de Contratação diligenciará para verificar o enquadramento.

6.20 O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar a planilha dos quantitativos e custos por ele elaboradas, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.20.1 O licitante deverá apresentar as planilhas com indicação dos serviços, quantitativos e custos, bem como o detalhamento de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.

6.21 O Agente de Contratação fará a conferência da proposta de preços, planilhas, cronograma físico-financeiro e demais documentos que se fizerem necessários para aceitação da proposta.

6.21.1 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.21.2 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.22 Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos de apresentação da proposta, especialmente:

6.22.1 Contiverem vícios insanáveis ou ilegalidade;

6.22.2 Não obedecerem às especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores deste edital;

6.22.3 Apresentarem preços inexequíveis ou acima do orçamento estimado para a contratação;

6.22.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.22.5 Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6.23 Para contratação de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, a qual só será declarada após diligência que comprove que o custo ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, garantida manifestação do licitante.

6.23.1 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 59, § 2º, da Lei 14.133/2021, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.23.2 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.23.3 É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24 A proponente deverá estar apta, quando solicitada pelo Agente de Contratação, a apresentar uma detalhada composição de preços unitários que demonstrem a viabilidade técnica e econômica do preço global proposto para o objeto

6.24.1 A composição de preço deverá ser entregue via campo próprio do sistema ao Agente Contratação, no prazo a ser fixado no sistema, após o recebimento da solicitação. A não apresentação da composição detalhada dos preços será considerada como prova da inexequibilidade da proposta de preço.

6.25 Da proponente vencedora, cujo preço global analisado for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional equivalente à diferença entre o valor da proposta e o preço global orçado, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o previsto na Lei 14.133/2021.

6.26 Os resultados serão divulgados por meio de mensagem no sistema e, caso a proposta seja recusada, seguirá a análise do segundo classificado em relação à aceitabilidade de sua proposta e assim sucessivamente.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

7.1.1 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.1.2 Os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.1.3 Iniciada a fase de habilitação, o Agente de contratação, mediante aviso veiculado na plataforma, abrirá o prazo de 02 horas, para que a licitante melhor classificada apresente os documentos de habilitação.

7.2 A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.

7.2.1 Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Agente de Contratação verificará a possibilidade de acessar os documentos por meio eletrônico ou outros meios hábeis, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

7.2.2. O Agente de Contratação avaliará os documentos exigidos no subitem 7.5 deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

7.2.3 Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Agente de Contratação solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

7.3 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

7.4 Por meio de aviso lançado no sistema, o Agente de Contratação informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

7.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

7.5.1 Quanto à Habilitação Jurídica:

- a) Comprovação de existência jurídica da pessoa:
 - a.1) Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.
 - a.2) Registro comercial, no caso de empresa individual.
 - a.3) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
 - a.4) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.
 - a.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- b) Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- c) Declaração unificada, conforme documento "Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais", Anexo XI.
- d) Procuração do representante do licitante para participar da concorrência, se for o caso.

7.5.2 Quanto à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- c) Certidões de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante: Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal;
- d) Certificado de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) Declaração do cumprimento no disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da CF/1988, conforme documento “Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais”, Anexo XI.

7.5.2.1. Serão aceitas, como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

7.5.3 Quanto à Qualificação Técnica:

7.5.3.1 Capacidade Técnica Operacional:

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

a.1) Em se tratando de empresa de engenharia não registrada no CREA do Estado do Paraná deverá apresentar o registro do CREA do Estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA do Paraná antes da assinatura do contrato.

b) Comprovação de possuir em nome da empresa, atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de responsabilidade técnica com comprovação de descrição do objeto e quantidade mínima, nos termos dos artigos 67 e seguintes da Lei 14.133/2021, sendo permitido o somatório de atestados:

DESCRIÇÃO OBJETO	QUANTIDADE MÍNIMA
Pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ)	1.620 toneladas

b.1) O(s) atestado(s) apresentado(s) para a comprovação de responsabilidade técnica somente constituirá(ão) prova de capacitação se acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico, ou ART ou RRT, emitido(s) pelo CREA e/ou pelo CAU.

c) Declaração formal da empresa, assinada pelo responsável técnico do licitante, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.5.3.2 Capacidade Técnica Profissional:

a) declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução da obra (Anexo IX) até o seu recebimento definitivo pelo licitador;

a.1) O responsável indicado, para fins de comprovação da capacitação, deverá participar da obra objeto da licitação.

b) a declaração de responsabilidade técnica deverá ser acompanhada de “Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT” do(s) responsável (eis) técnico (s) indicado (s), emitido (s) pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU”, de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada no objeto da presente contratação;

c) A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

- c.1) Carteira de Trabalho;
- c.2) Certidão do CREA;
- c.3) Certidão do CAU;
- c.4) Contrato Social;
- c.5) Contrato de prestação de serviços;
- c.6) Contrato de Trabalho registrado na DRT;

d) relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos a serem disponibilizados para a execução da (s) obra (s), conforme análise do projeto, constando o nome, n.º do RG, assinatura do responsável legal e nome, número do registro no CREA/CAU e assinatura do responsável técnico indicado, com declaração expressa de sua disponibilidade durante a execução, sob pena de inabilitação (ANEXO XIV);

e) cronograma de utilização de veículos, máquinas e equipamentos (ANEXO XV), devidamente preenchido, com base na relação de disponibilidade do item anterior, constando nome, n.º RG e assinatura do responsável legal pela empresa; e nome, número do registro no CREA/CAU e assinatura do responsável técnico indicado;

7.5.3.2.1 É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo responsável técnico, ou utilização de seu acervo técnico, por mais de uma proponente.

7.5.3.2.2 O responsável técnico só poderá ser substituído, se atendidos os critérios exigidos nesse Edital, e desde que com expressa autorização do Município, e conhecimento do Paracidade.

7.5.3.3 Da Vistoria

7.5.3.3.1 Os licitantes poderão vistoriar o local onde será executada a obra até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, por meio de representante devidamente habilitado junto ao CREA/CAU.

7.5.3.3.2 Quando da visita ao local da obra, deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta. A visita ao local deverá ser agendada pelo telefone (04342)32191974 até o dia 21/novembro/2024.

7.5.3.3.2.1 Após a visita, será emitido atestado de visita (ANEXO VIII) pelo Município.

7.5.3.3.3 Ainda que os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante, conforme modelo constante no ANEXO VIII.1 deste Edital.

7.5.3.4 Declarações

7.5.3.4.1 Declaração de que o Licitante se compromete a comprovar, quando da assinatura do contrato, os vínculos, empregatícios ou contratuais, do responsável técnico ou da equipe técnica (se houver), no caso de ser a vencedora da presente licitação, Anexo IX.

7.5.3.4.2 Declaração de que não possui, em seu quadro funcional, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Lei Federal n.º 9.854 de 27/10/1999), conforme documento "Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais", Anexo XI.

7.5.3.4.3 Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de Madeira e de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (Anexo XIII).

- a) No que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a empresa deverá executar a obra de acordo com a Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações e com a legislação pertinente do município onde a empresa será construída.
- b) O contratado fica obrigada a utilizar produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica ou nativa que tenham procedência legal, conforme Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005.

7.5.4 Quanto à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Prova de capacidade financeira, apresentando as demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios sociais.
- b) A comprovação da situação financeira da empresa, conforme Declaração de Capacidade Operacional Financeira (ANEXO X), será avaliada pelos Índices de Liquidez Corrente (ILC), Liquidez Geral (ILG) e Solvência Geral (ISG):

(ILG) (valor maior que)	(ILC) (valor maior que)	(ISG) (valor maior que)
1	1	1

- b.1) Os índices acima determinados são resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG):

$$ILG = \frac{\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Prazo}}}{\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Prazo}}}$$

Solvência Geral (ISG):

$$ISG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Permanente} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

sendo:

AC - ativo circulante

PC - passivo circulante

AP - ativo permanente

RLP - realizável a longo prazo

ELP - exigível a longo prazo

- b.2) Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

- b. 3) A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no Edital.

b.4) As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG), deverão comprovar patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b.5) A Declaração de Capacidade Operacional Financeira demonstrará a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

c) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

c.1) O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados.

c.2) O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O(s) mesmo(s) deverá(ão) ser assinado(s) por profissional da contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

c.3) Quando a data da abertura do certame for superior ao dia 30 de abril do presente ano, somente serão aceitos os balanços dos dois anos imediatamente anteriores.

c.4) Os documentos exigidos no item "b" limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c.5) Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por serem recém-constituídas, apresentação de cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante.

d) certidão negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, dentro do prazo de validade;

e) declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta (constante do Anexo XI).

7.6 A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

7.6.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste Edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 90 dias, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

7.6.2 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

7.6.3 Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Agente de Contratação.

7.6.4 Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6.4.1 Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

7.6.5 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

7.6.6 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

7.6.7 Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

7.8 Os documentos serão analisados pelo Agente de Contratação quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

7.8.1 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

7.8.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada.

7.8.2 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação.

7.8.3 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.8.4 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, o Agente de Contratação considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

8. FASE RECURSAL

8.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 30 minutos, de forma imediata após o término do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

8.2 Havendo preclusão do prazo de manifestação de intenção de recurso, fica a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

8.3 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4 Os demais licitantes ficarão intimados para, desejando, apresentarem suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

8.5 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.6 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

8.7 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,

encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

8.8 O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

9 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e, após submeter o processo licitatório ao Paranaquidade para análise e emissão de autorização de homologação, homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa grave:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

10.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

d) apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital;

10.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.6 Fraudar a licitação;

10.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.8 Com fulcro no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

10.10 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 40 (quarenta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.10.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1 a 10.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.10.2 Para as infrações previstas nos itens 10.5 a 10.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.11 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.12 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do artigo 157 da Lei 14.133/2021.

10.13 A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.14 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.15 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.17 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.18 As penalidades aplicadas serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

11 CONDIÇÕES DO AJUSTE

11.1 A execução da obra dar-se-á mediante termo de Contrato de Empreitada, a ser firmado entre o licitador e a proponente vencedora da licitação, após análise desta licitação pelo PARANACIDADE.

11.2 A proponente vencedora será convocada para assinar o termo de Contrato de Empreitada (Anexo I), dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, podendo ser prorrogado uma

vez, por igual período, sob pena de decair do direito de contratação e sujeitando-se às penalidades previstas em lei.

11.3 No ato da assinatura, a contratada fica obrigada a apresentar:

11.3.1 Comprovação das condições de habilitação do Edital, as quais deverão ser mantidas durante a vigência do contrato.

11.3.2 A certidão de registro com visto do CREA-PR e/ou CAU-PR, de acordo com o regulamento do respectivo conselho de classe, da Lei Federal n.º 5.194/1966, da Lei Federal n.º 12.378/2010.

11.4 É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.4.1 Na sessão de reabertura do certame, o Agente de Contratação convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste Edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

12. GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA ADICIONAL

12.1 Será exigida garantia da execução do contrato, na forma da CLÁUSULA DÉCIMA da Minuta de Contrato.

12.2 O recolhimento da garantia de execução é da garantia adicional, se houver, deverá ser efetuada nos termos dos artigos 96, 97, 98 e 59, §5º, da Lei 14.133/2021.

13. PRAZOS, RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

13.1 Na contagem dos prazos previstos neste Edital, excluir-se-á o dia da publicação/notificação/convocação e incluir-se-á o dia do vencimento.

13.2 Só se iniciam ou vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente no licitador, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.

13.3 O objeto será recebido, provisória e definitivamente, na forma prescrita na CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA da Minuta de Contrato.

13.4 O pagamento para fins de execução contratual ocorrerá na forma prevista na CLÁUSULA OITAVA da Minuta de Contrato.

14. DO CONTROLE DE EXECUÇÃO

14.1 A proponente deve respeitar rigorosamente as normas estabelecidas na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA da Minuta de Contrato.

15. DO REAJUSTE

15.1 Os preços contratuais do objeto licitado poderão ser reajustados, em reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e com a Lei Federal n.º 10.192, de 2001.

15.1.1 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços pode ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.

15.1.2 Em nenhuma hipótese será concedido o reajuste de preços sobre itens já executados pelo Contratado.

15.1.3 Os preços contratuais serão reajustados para mais ou para menos, de acordo com a variação dos índices indicados, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano, contados da data do orçamento.

15.1.4 Ocorrendo atraso na execução dos serviços atribuíveis ao contratado, não será concedido o reajustamento de preços, salvo o correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes ao atraso.

15.1.5 Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

15.1.6 Se a contratada antecipar cronograma, o reajustamento somente será aplicado com índice correspondente ao período de execução efetiva, conforme planilha de medição.

15.2 O reajustamento dos preços será concedido, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento prevista em 08/outubro/2024, mediante a aplicação do índice INCC DI/FGV sobre o saldo remanescente dos serviços, devendo ser aplicado a fórmula a seguir:

$$SR = S (I12/I0)$$

$$R = SR - S$$

I12 = índice INCC-DI/FGV do 12º mês do orçamento

I0 = índice INCC-DI/FGV do mês do orçamento

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês do orçamento

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

16. SUBCONTRATAÇÃO

16.1 A contratada não poderá subcontratar o Contrato, a nenhuma pessoa física ou jurídica, salvo autorização prévia, por escrito, do contratante, nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA da Minuta de Contrato.

16.1.1 A subcontratação parcial do objeto, será permitida até o limite de 05% (cinco) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

16.1.1.1 Autorização prévia por escrito do contratante, a quem incumbe aferir as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada, bem como, os requisitos de qualificação técnica, quando exigidos no edital;

16.1.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

16.1.3 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil

com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

16.1.4 Se a contratada ceder o presente Contrato a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia e por escrito do contratante, deverá obrigatoriamente reassumir a execução da obra, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais, inclusive rescisão do contrato.

16.1.5 É vedada a subcontratação total do objeto licitado.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 O Município se reserva o direito de revogar ou anular esta licitação, parcial ou totalmente.

17.1.1 A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

17.2 O licitador poderá declarar a licitação deserta ou fracassada, quando, respectivamente, não acudirem proponentes à licitação ou nenhuma das propostas de preços satisfizer o objeto.

17.3 Fica estabelecido que toda e qualquer informação, esclarecimento ou dado fornecidos verbalmente por servidores/empregados do licitador não serão considerados como argumento para impugnações, reclamações ou reivindicações por parte das proponentes.

17.4 Quando qualquer objeto de valor histórico ou valor significativo venha a ser descoberto, em qualquer parte do canteiro de obras e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente Edital, a Contratada deverá notificar a fiscalização e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos.

17.5 Caso as datas previstas para a realização de sessões na presente licitação sejam declaradas feriado ou ponto facultativo, serão realizadas no primeiro dia útil subsequente.

17.6 No julgamento da habilitação e das propostas, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.6.1 O Agente de Contratação poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

17.7 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

17.8 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

17.9 O reconhecimento de firma, inclusive reconhecimento de firma digital, somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

17.10 A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.11 Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Agente de Contratação, ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

17.12 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

17.13 Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

17.14 O resultado deste certame e os demais atos pertinentes a esta licitação sujeitos a publicação serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas.

17.15 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

17.16 Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da (Imbituva) - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

18. LISTA DE DOCUMENTOS ANEXOS

18.1 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Minuta de Contrato de Empreitada

ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços

ANEXO III - Planilha de Serviços - Cartilha Global - ARQUIVO DIGITAL

ANEXO IV - Cronograma Físico-Financeiro - ARQUIVO DIGITAL

ANEXO V - Planilha de Encargos Sociais (ES) Sobre Custos da Mão de Obra

ANEXO VI - Modelo de Planilha para Cálculo do BDI - ARQUIVO DIGITAL

ANEXO VII - Planilha do BDI Referencial - ARQUIVO DIGITAL

ANEXO VIII - Atestado de Visita Técnica

ANEXO VIII.1 - Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica

ANEXO IX - Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica

ANEXO X - Modelo de Declaração de Capacidade Operacional Financeira

ANEXO XI - Modelo de Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais

ANEXO XII - Modelo Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

ANEXO XIII - Modelo de Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de Madeira e de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil

ANEXO XIV - Relação de Disponibilidade de Veículos, Máquinas e Equipamentos

ANEXO XV - Cronograma de Utilização de Veículos, Máquinas e Equipamentos

ANEXO XVI - Elementos Técnicos Instrutores:

- a) Elementos gráficos (plantas e documentos gráficos);
- b) Especificações técnicas e memoriais;
- c) Relação de serviços e quantidades e Planilha Orçamentária
- d) Modelo de placa.

Ivaí, 06 de novembro de 2024.

SERVIDOR(A) ÓRGÃO/ENTIDADE/SETOR

ANEXO I

CONTRATO N° /20

CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR
PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO DE E A , NA
FORMA ABAIXO:

O (inserir nome do contratante), situado na (inserir endereço), PR, CNPJ (inserir n°), a seguir denominado **CONTRATANTE**; neste ato representado por seu (inserir nome do representante legal), portador da cédula de identidade R.G. n. ° (inserir n°), inscrito no CPF sob n. ° (inserir n°), e a empresa (inserir nome da empresa), CNPJ (inserir n°), localizada na (inserir endereço), a seguir denominada **CONTRATADA**, representada por (inserir nome do representante legal) portador da cédula de identidade R.G. n. ° (inserir n°), inscrito no CPF sob n. ° (inserir n°), residente na (inserir endereço), firmam o presente Contrato de Empreitada com fundamento na Lei Federal n. ° 14.133/2021, na proposta da CONTRATADA datada de (inserir data), protocolo n. ° (inserir n°), conforme condições que estipulam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é , sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. ° .

1.2. Na data da assinatura do contrato ou antes do início da obra, será realizada a reunião de partida, na qual estarão presentes representantes da CONTRATANTE e CONTRATADA, dentre eles, necessariamente, o fiscal e responsável pelo objeto contratado, bem como, supervisor do PARANACIDADE.

1.3.1 Nessa oportunidade deverão ser tratadas as especificidades do objeto contratado, esclarecendo suas características gerais, implantação, cronograma físico-financeiro, ocasião em que proceder-se-á à abertura do "Diário de Obra" e aprovar-se-á o cronograma físico de execução. Ademais, ressaltar-se-ão as normas relativas às medições, condições de pagamento e obrigações da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O preço global para a execução do objeto deste Contrato é de R\$ (), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

3.1 As despesas com a execução do objeto deste contrato correrão à conta dos recursos advindos da dotação orçamentária 10001154511501105944905100000 2825 e 10001154511501105944905100000 2820.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO, DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E PRORROGAÇÃO

4.1 A CONTRATADA obriga-se a entregar ao CONTRATANTE o objeto deste Contrato, inteiramente concluído, em condições de aceitação e de utilização, em até 360 (trezentos e sessenta) dias contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial.

4.1.1 O início da execução do objeto, sem prejuízo do estabelecido no item anterior, deverá ocorrer em, no máximo 21 (vinte e um) dias da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial.

4.2 Somente será admitida a alteração do prazo de execução diante:

- a) da alteração do projeto e/ou de especificações técnicas pelo CONTRATANTE;
- b) do aumento, por ato do CONTRATANTE, das quantidades inicialmente previstas, obedecidos os limites fixados na lei;
- c) do atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio concernente ao objeto contratado, que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE;
- d) da interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do CONTRATANTE;
- e) de impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) da superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- g) de outros casos previstos em lei.

4.3 Salvo exceções legais, as paralisações da execução do contrato somente podem ser determinadas pelo CONTRATANTE no seu interesse, e os documentos que as formalizam servirão como fundamento para a readequação/alteração dos prazos pactuados.

4.4 Havendo impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, submetendo-se toda documentação ao Paranacidade.

4.4.1. verificada a ocorrência do disposto no item anterior por mais de 1 (um) mês, a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

4.5 A solicitação de aditivo de prazo de execução, suspensão do contrato, assim como de acréscimos ou supressões do objeto deverá ser realizada no prazo de vigência do contrato.

4.5.1. As solicitações de aditivos submetidas ao Paranacidade devem vir acompanhadas de parecer técnico emitido pela fiscalização e analisadas pelo gestor do contrato, parecer jurídico, cronograma e anuência do CONTRATANTE.

4.5.2. Após análise do gestor do contrato, os acréscimos e supressões, a serem formalizados em termo aditivo, deverão ser planilhados com a indicação do que será acrescido ou suprimido, sujeita à aprovação do CONTRATANTE, bem como a anuência do Paranacidade.

4.6 Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução da obra, deverá comunicar e justificar o fato por escrito para que o CONTRATANTE avalie e tome as providências cabíveis. Os atrasos provenientes de greves ocorridas na CONTRATADA ou atrasos por parte de suas eventuais subcontratadas não poderão ser alegados como justificativa.

4.7 O CONTRATANTE se reserva o direito de contratar a execução da obra com outra empresa, desde que rescindido o presente contrato e respeitadas as condições da licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 720 (setecentos e vinte) dias, contados a partir da **data da assinatura citada no extrato** do contrato publicado no diário oficial.

5.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no prazo firmado no contrato.

5.3 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A CONTRATADA se obriga a:

- a) confecção e colocação de placas de obra, conforme modelo disponibilizado;
- b) as placas devem ser afixadas em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via, que favoreça a melhor visualização, devendo ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante o período de exercício da obra, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste, precariedade ou, ainda, por solicitação do PARANACIDADE;
- c) assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;
- d) notificar a fiscalização, no mínimo, com 48 (*quarenta e oito*) horas de antecedência, da concretagem dos elementos armados da estrutura, da remoção de qualquer forma de concreto e, quando for o caso, do início dos testes de operação das instalações elétricas e hidráulicas;
- e) manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho;
- f) dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato;
- g) manter no local da execução do objeto deste Contrato, devidamente atualizado, Livro Diário de Ocorrência;
- h) providenciar a matrícula do objeto deste Contrato no INSS;
- i) não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- j) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente a reserva de cargos prevista em lei;
- k) fornecer em tempo hábil os materiais, veículos, máquinas e equipamentos;
- l) examinar completamente os projetos, as peças gráficas, as especificações técnicas, memoriais e todos os documentos, obtendo todas as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso do objeto, se responsabilizando inteiramente pela apresentação da planilha de serviços para uma proposta de preços completa e satisfatória;
- m) respeitar rigorosamente as normas estabelecidas nas especificações técnicas que integram o Edital, bem como garantir a qualidade de todos os materiais e serviços executados, em conformidade com as normas e especificações do DNIT, por meio da relação de ensaios necessários, já previstos no orçamento, firmando a respectiva Declaração de Realização de Ensaio emitida pela CONTRATANTE;

- n) apresentar, antes do início dos serviços o projeto de massa asfáltica (traço), baseado pelo Método Marshall, de todas as misturas das camadas do revestimento asfáltico, produzidas em conformidade com as especificações do DER-PR e/ou DNIT, atendendo as condições indicadas no projeto, com as devidas adaptações inerentes a disponibilidade de materiais na região;
- o) participar e firmar a ata da reunião de partida, conforme estabelece o item 1.2 da Cláusula Primeira;
- p) elaborar, para apresentação e aprovação na reunião de partida, o cronograma físico de execução.
- q) providenciar a imediata baixa da ART ou RRT, em caso de extinção contratual;
- r) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

6.2 O cronograma físico de execução deverá ser elaborado na modalidade GANTT e respectiva rede de precedências na modalidade PERT-CPM.

6.2.1 A CONTRATADA adotará como referência o cronograma físico-financeiro apresentado na licitação para elaboração do cronograma de execução, no qual constará a sequência de todas as tarefas, os seus prazos de execução e respectivas datas de início e término.

6.3 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.3.1 No caso da propositura de qualquer demanda judicial em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA compromete-se a assumir a integralidade da responsabilidade e de eventual pagamento, isentando o CONTRATANTE e a Administração Pública de qualquer ônus, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.

6.4 As notificações, referidas nesta cláusula deverão ser realizadas por escrito e direcionadas ao gestor, fiscal e supervisor (PARANACIDADE) do contrato.

6.5 As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da contratada.

6.6 A CONTRATADA é obrigada a efetuar e entregar no prazo o resultado dos testes solicitados pelo CONTRATANTE. As despesas com a execução dos testes são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

6.7 Durante a execução da obra, todo o consumo de material das misturas será reavaliado através de ensaios. Os serviços somente serão aceitos e medidos se forem executados dentro da margem de tolerância, conforme especificações do DER-PR e/ou DNIT.

6.8 O consumo dos materiais aferidos através de ensaios, quando executados a menor do que os quantitativos contratados, desde que aceitos tecnicamente pela fiscalização, serão glosados e descontados nas medições. Consumos acima dos quantitativos contratados só serão aceitos se forem previstos e aprovados pelo Município e PARANACIDADE, antes da execução.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 O CONTRATANTE se obriga a:

- a) fornecer todos os documentos e informações necessárias para a total e completa execução do objeto do presente Contrato;
- b) efetuar a previsão orçamentária dos recursos e encaminhar ao PARANACIDADE a Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, devidamente empenhada, bem como os ensaios de controle tecnológicos, quando realizados;

- c) emitir, a cada ensaio, a respectiva Declaração de Realização de Ensaio;
- d) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste Contrato;
- e) garantir à CONTRATADA o acesso à documentação técnica necessária para a execução do objeto do presente Contrato;
- f) garantir à CONTRATADA o acesso às suas instalações;
- g) organizar e participar de reunião de partida, firmando a respectiva ata;
- h) providenciar, no caso de extinção do contrato, o termo de compatibilidade físico financeiro;
- i) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no Edital de licitação e seus anexos, bem como com a proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;
- j) comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- k) efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;
- l) emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, no prazo de 15 dias úteis;
- m) ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- n) adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, até 05 (*cinco*) dias úteis, após recepção do recurso financeiro pelo Município, desde que haja a apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, devidamente protocolados, cumpridas às cláusulas contratuais e obedecidas às condições para liberação das parcelas.

8.2 O faturamento deverá ser protocolado, em 01 (*uma*) via, no protocolo geral na sede do licitador e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

- a) nota fiscal/fatura, com discriminação resumida dos serviços executados, número da licitação, número do contrato, discriminação dos impostos e encargos que serão retidos pelo Município e incidentes sobre o objeto contratado, e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e ser certificada pelo Responsável Técnico;
- b) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GPS do(s) mês(es) de execução por obra(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP com as folhas detalhadas e resumidas da obra contratada, bem como comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do(s) último(s) recolhimento(s) devido(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo da obra contratada;

- b.1) deverão ser apresentados os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS da obra contratada, devidos em todos os meses, contados entre a data de assinatura do contrato e o primeiro pagamento e entre um pagamento e outro, e não apenas o comprovante do último recolhimento realizado.
- c) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- d) cópia da folha de pagamento dos empregados da obra contratada;
- e) Planilha de Medição – Elaborada nos padrões do CONTRATANTE, de acordo com cronograma físico-financeiro, relativo à parcela faturada, de forma que as atividades e os valores faturados, correspondam às atividades e aos respectivos índices percentuais discriminados e informados pela Fiscalização da obra, que acompanha o processo da nota fiscal/ fatura;

8.2.1. A liberação da primeira parcela fica condicionada à apresentação de:

- a) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART pela contratada;
- b) comprovação de abertura da matrícula CEI/CNO junto à Receita Federal, com os dados conforme contrato;
- c) da quitação junto ao FGTS/CEF, por meio do CRS.

8.2.2. A liberação da última parcela fica condicionada à apresentação de:

- a) comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- b) Termo de Recebimento Provisório;
- c) Certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído (em caso de obra civil a CND deverá conter a metragem da obra conforme projeto/área de reforma/área de acréscimo/área nova);
- d) quando necessário, do AS BUILT da obra.

8.2.3 A última parcela, e respectivo pagamento, deverá corresponder, no mínimo, à 10% (dez por cento) do valor total do contrato, para tanto a penúltima medição deverá ser realizada de maneira a reservar o percentual mínimo para a última medição.

8.3 O faturamento deverá ser efetuado em nome do Município de _____ – CNPJ nº _____.

8.3.1. No prazo de 30 (trinta) dias após a recepção do recurso pelo MUNICÍPIO, caso não ocorra o pagamento ao CONTRATADO, incidirá sobre o valor faturado, atualização monetária, conforme índice estipulado no presente contrato, proporcional aos dias em atraso.

8.3.1.1. Caso a liberação do pagamento não ocorra em até 15 (quinze) dias após a recepção do recurso pelo CONTRATANTE, este incorrerá em multa, no montante de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao mês do valor da fatura, limitado a 90 (noventa) dias.

8.4 A comprovada infringência de disposição de contrato implicará retenção de pagamentos, até final solução, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

8.5 Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO que tenha sido multado, antes de paga ou relevada a multa. Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de descontar das faturas ou da garantia quaisquer débitos do CONTRATADO.

8.6 No mês em que ocorrer entrega de produtos ou subprodutos de madeira, sob pena de não serem medidos e pagos os serviços realizados, e sem prejuízo das penalidades previstas no contrato, deverão ser entregues os seguintes documentos:

8.6.1) original(is) ou cópia(s) autêntica(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) de aquisição dos referidos materiais;

8.6.2) declaração de fornecimento de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal em anexo;

8.6.3) original da primeira via da ATPF – Autorização de Transporte de Produtos Florestais, expedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

8.6.4) comprovante do Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, do fornecedor de produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 Os preços contratuais do objeto licitado poderão ser reajustados, em Reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e com a Lei Federal nº 10.192, de 2001.

9.2 O reajustamento dos preços será concedido, quando e se for o caso, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento prevista em 08/10/2024, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;

9.2.1 Na hipótese em que, antes da data da concessão do reajustamento, já houver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, a revisão será considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

9.2.2 Ocorrendo atraso na execução dos serviços atribuíveis ao contratado, não será concedido o reajustamento de preços, salvo o correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes ao atraso;

9.2.3 Se o CONTRATADO antecipar o cronograma de execução, o reajustamento será aplicado com índice correspondente somente pelo período de execução efetiva do objeto contratado, conforme previstos na planilha de medição;

9.2.4 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste Contrato pode ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo, conforme disposto no art. 136, I, da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.2.5 Em nenhuma hipótese será concedido o reajuste de preços sobre itens já executados pelo Contratado;

9.2.6 Os preços contratuais serão reajustados para mais ou para menos, de acordo com a variação dos índices indicados, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano, contados da data do orçamento;

9.3 Para o reajustamento será utilizado o “Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna – INCC-DI”, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, devendo ser aplicada a fórmula a seguir:

$$SR = S(I12/I0)$$

$$R = SR - S$$

I12 = índice INCC-DI/FGV do 12º mês do orçamento

I0 = índice INCC-DI/FGV do mês do orçamento

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês do orçamento

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

a) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

b) Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA ADICIONAL

10.1 A garantia de execução será equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, incluído, no que couber, o reajustamento de preços, podendo ser prestada conforme as modalidades previstas nos artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

10.2. A proponente vencedora deverá, quando da assinatura do termo de contrato de empreitada, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar comprovação da formalização da garantia de execução e da garantia adicional, se houver.

10.2.1 Como condição para assinatura do contrato, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3 No caso de o contratado optar pela modalidade seguro-garantia, deverá apresentá-lo no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

10.4 Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

10.5 Se ocorrer majoração do valor contratual, o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual majorado. No caso de redução do valor contratual, poderá a contratada ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar. Se ocorrer a prorrogação dos prazos contratuais deverá ser providenciada a renovação da garantia contemplando o novo período.

10.6 A devolução da garantia de execução e da garantia adicional, quando for o caso, ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante a apresentação de:

a) aceitação pelo CONTRATANTE do objeto contratado e o termo de recebimento definitivo;

b) certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído;

c) comprovantes, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e/ou energia elétrica.

10.7 Nos casos previstos de Extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia de execução e a garantia adicional, se houver, não serão devolvidas, sendo, então, apropriadas pelo CONTRATANTE a título de indenização/multa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO-ECONÔMICO FINANCEIRO

11.1. Em caso de ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a parte Contratada poderá apresentar um pedido formal de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro à parte Contratante.

11.2. O pedido deverá ser acompanhado de toda a documentação comprobatória pertinente que justifique o desequilíbrio alegado e a necessidade de restabelecimento.

11.3. A parte Contratante deverá responder ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de dias corridos, contados a partir do recebimento do pedido formal e da documentação completa.

11.4. A resposta deverá conter a análise detalhada do pedido e a decisão fundamentada quanto à aceitação, rejeição ou necessidade de complementação de informações. Caso haja necessidade de complementação, a parte interessada será notificada, e um novo prazo será estabelecido para a entrega dos documentos faltantes.

11.5. Em caso de aceitação do pedido, as partes deverão negociar os termos do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, visando sempre à manutenção das condições originalmente pactuadas.

11.6. O acordo resultante da negociação deverá ser formalizado por meio de aditivo contratual, conforme previsto na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO, GESTÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1 O fiscal e gestor do contrato serão indicados pelo CONTRATANTE, dentre engenheiros e/ou arquitetos e servidor, respectivamente, ambos capacitados para exercerem essas funções.

12.1.1. Caberá a gestão do contrato à/ao Sr. (a) Willian Sauter de Cristo, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

- a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
- b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
- c) manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- d) propor medidas que melhorem a execução do contrato.

12.1.2. Caberá ao fiscal do contrato, Sr. (a) Eglaine Zubacz, e ao fiscal substituto Sr. (a) Lucas Vinicius Romaniuk, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual. Além disso, a fiscalização procederá, mensalmente, a contar da data da assinatura deste Contrato, citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro e cronograma de execução aprovado, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação, inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

Ocorrendo a substituição do fiscal, este deverá providenciar a imediata baixa da ART ou RRT.

12.1.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

12.1.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

12.2 Para efeito de medição e de faturamento, relativo às atividades executadas, deverá ser considerado o cumprimento do avanço das etapas construtivas definidas no cronograma físico-financeiro, que será peça integrante do contrato.

12.2.1 A sistemática de medição e pagamento será associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

12.2.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

12.2.3 A parte controversa deverá ser objeto de análise e discussão pelas partes contratantes e, solucionada a controvérsia, a parcela correspondente será liberada no prazo previsto contratualmente.

12.2.4 Enquanto não solucionada a controvérsia objeto dos itens 11.2.2 e 11.2.3, o pagamento, pelo CONTRATANTE, de valores referentes à eventual execução de etapas subsequentes do cronograma físico-financeiro, ficará sobrestado.

12.2.5 O CONTRATANTE poderá determinar alterações, de forma motivada, no cronograma físico-financeiro mediante autorização expressa de sua autoridade competente.

12.2.6 A revisão do cronograma físico-financeiro, quando necessária, constitui responsabilidade do CONTRATADO, cabendo ao CONTRATANTE autorizar a sua readaptação, desde que motivada e justificada por fatos supervenientes não imputáveis ao CONTRATADO.

12.3 Não são admissíveis, como regra, aditivos contratuais por erro ou omissões no orçamento nos contratos de empreitada por preço global, salvo nos casos de fatos imprevisíveis, em que não seja possível o licitante constatar as eventuais discrepâncias de quantidades com base nos elementos presentes no projeto básico, bem como nos demais casos previstos em lei passíveis de revisão contratual.

12.3.1 Nos casos em que forem encontrados erros de pequena relevância, relativos a pequenas variações de quantitativos, será pago exatamente o preço global acordado.

12.3.2 Nos casos em que forem encontrados erros ou omissões substanciais, subestimativas ou superestimativas relevantes, poderão ser ajustados termos aditivos excepcionalmente, conforme avaliação prévia do gestor do contrato.

12.4 Ao PARANACIDADE caberá a supervisão do contrato, podendo adotar ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas, inclusive notificar o fiscal e/ou gestor, nos seguintes casos:

- a) quando houver omissão no cumprimento de suas obrigações;
- b) quando verificar problemas na execução do objeto contratado, sem que a fiscalização e/ou gestão tenham tomado providências;
- c) quando houver alteração pela CONTRATADA do projeto executivo, sem consulta prévia e anuência da Supervisão do PARANACIDADE.

12.5 A CONTRATADA deverá permitir e colaborar para que funcionários, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:

- a) inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto contratado;
- b) examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.

12.6 A contratada deverá manter no local da obra um preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

12.7 A CONTRATADA deve manter no canteiro de obra um projeto completo e cópia das especificações técnicas, memoriais, cronograma físico-financeiro, cronograma de execução, planilha de serviços, Boletim Diário de Ocorrências – BDO, o qual, diariamente, deverá ser preenchido e rubricado pelo encarregado da CONTRATADA e pela fiscalização, e deverão ficar reservados para o manuseio da fiscalização.

12.8 A execução da obra aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização.

12.9 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.10 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, as quais não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

12.11 Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição da execução considerada inadequada pelo fiscal. Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte dele, que apresente defeitos, vícios ou incorreções, enquanto perdurar a vigência da garantia prevista no ordenamento jurídico, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiros para o CONTRATANTE.

12.12 Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquele resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados e/ou da aplicação de material em desacordo com as normas e/ou prescrições da ABNT; especificações e/ou memoriais, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas com a correção, remoção e/ou substituição do material rejeitado.

12.13 A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento. A finalidade será revisar o cronograma das atividades remanescentes e discutir os problemas potenciais.

12.14 Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva após o seu recebimento. Todos os assuntos discutidos e decisões tomadas em reuniões do CONTRATANTE com o CONTRATADO serão registradas em atas, que servirão de documento legal da obra e permitirão gerenciar as responsabilidades por tarefas específicas. As atas serão lavradas e assinadas pelos participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRAS PROVISÓRIAS E DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

13.1 A CONTRATADA deve submeter os desenhos, especificações técnicas e memoriais propostos para as obras provisórias que se façam necessárias à fiscalização, que deverá aprová-los caso estejam adequados ao objeto deste Contrato.

13.2 A CONTRATADA é responsável pelo projeto das obras provisórias.

13.3 A aprovação pela fiscalização não altera as responsabilidades da CONTRATADA pelo projeto de obras provisórias.

13.4 A CONTRATADA deve obter a aprovação dos órgãos competentes para o seu projeto de obras provisórias.

13.5 Por determinação do CONTRATANTE, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizer(em) na obra, nos limites autorizados em lei.

13.6 A supressão de serviços resultantes de acordo celebrado expressamente entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA poderá ultrapassar o limite estabelecido no parágrafo anterior.

13.7 Se no Contrato não tiverem sido contemplados preços unitários, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, utilizando-se como parâmetro tabelas oficiais, respeitados os limites estabelecidos no caput desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS MATERIAIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

14.1 Os materiais, veículos, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste Contrato serão fornecidos pela CONTRATADA e serão de primeira qualidade, cabendo ao CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.

14.2 Sempre que dos documentos de licitação não constarem características determinadas em referência à mão-de-obra, materiais, artigos e equipamentos, entender-se-á que devem ser novos, da melhor qualidade em suas respectivas espécies, de acordo com a finalidade a que se destinam. No caso em que materiais, artigos e equipamentos são mencionados nas especificações técnicas e/ou memoriais como "similar" a qualquer padrão especial, o CONTRATANTE decidirá sobre a questão da similaridade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SEGURANÇA DO TRABALHO

15.1 A CONTRATADA não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores, deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI, deverá treinar e tornar obrigatório o uso dos EPIs.

15.2 O equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá, obrigatoriamente, conter a identificação da CONTRATADA.

15.3 A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Consolidação das Leis do Trabalho, especialmente do capítulo "Da Segurança e da Medicina do Trabalho", Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego e Normas Regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho.

15.4 Deverão ser observadas pela CONTRATADA todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com as Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego e Normas Regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho.

15.5 O CONTRATANTE atuará objetivando o total cumprimento das normas de segurança, estando autorizado a interditar serviços ou parte destes em caso do não cumprimento das exigências de lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na execução da obra.

15.6 Cabe à CONTRATADA solicitar ao CONTRATANTE a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidente (s) na obra, nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SEGURANÇA DA OBRA E DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

16.1 A CONTRATADA responderá pela solidez do objeto deste contrato, nos termos do Art. 618 do Código Civil Brasileiro, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariarem a boa técnica ou desobedecerem aos projetos e/ou especificações técnicas e/ou memoriais.

16.2 A CONTRATADA deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança em todos os locais de serviços, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

16.3 A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

16.4 Caso a CONTRATANTE seja acionada judicial ou administrativamente, inclusive reclamações trabalhistas, por qualquer ato decorrente do presente contrato, a CONTRATADA assumirá para si a responsabilidade por toda e qualquer eventual condenação, isentando a CONTRATANTE de quaisquer obrigações.

16.5 A intenção das partes, aqui manifestada expressamente, é a de que a CONTRATADA assuma e se responsabilize direta e integralmente pela plena e total realização dos serviços contratados, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.

16.6 A CONTRATADA responde, exclusiva e diretamente, por todo e qualquer ato ilícito praticado por seus prepostos, bem como a obrigação e/ou necessidade de ressarcimento de danos materiais ou morais (Art. 932, III, Código Civil), não podendo a CONTRATANTE ser responsabilizada por eles a nenhum título.

16.7 O CONTRATADO é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

17.1 O objeto deste Contrato será recebido provisoriamente, em no máximo 15 (quinze) dias, após a comunicação ao CONTRATANTE da conclusão do objeto deste Contrato pela CONTRATADA, ficando esta responsável pelo bom funcionamento dos serviços executados até o seu recebimento definitivo, exceto por danos que sejam de responsabilidade do CONTRATANTE. A aceitação da obra pelo CONTRATANTE se dará quando não houver qualquer pendência por parte da CONTRATADA.

17.2 O recebimento definitivo do objeto deste Contrato deverá estar formalizado até 60 (sessenta) dias do recebimento provisório, mediante comissão especificamente designada pelo CONTRATANTE. Decorrido esse prazo, sem qualquer manifestação do Contratante, a(s) obra(s) será(ão) considerada(s) como recebida(s) definitivamente.

17.3 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade da obra, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

17.4. Os termos de recebimento definidos neste capítulo constituem atos administrativos anuláveis nas hipóteses de erro ou ignorância, dolo, coação, simulação, fraude, incapacidade dos agentes públicos, impossibilidade jurídica ou ilicitude.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1 A Contratada não poderá subcontratar o presente Contrato, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

18.1.1 É vedada a subcontratação total do objeto licitado.

18.2 A subcontratação parcial do objeto, será permitida até o limite de 5% (cinco) do valor total do contrato, respeitando o limite máximo constante no Edital de licitação, nas seguintes condições:

a) Autorização prévia por escrito do contratante, a quem incumbe aferir as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada, bem como, os requisitos de qualificação técnica;

b) Não poderão ser subcontratadas parcelas do objeto para as quais foi exigida, como requisito de habilitação técnico-operacional, a apresentação de atestados que comprovem execução de serviço com características semelhantes.

18.3 A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre o Município e a contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a contratante e a subcontratada, inclusive no que diz respeito aos pagamentos, que permanecem os mesmos.

18.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

18.5 Se a CONTRATADA ceder o presente Contrato a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassumir a execução da obra, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais, inclusive, extinção contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO E PENALIDADES EXTINÇÃO

19.1 O presente instrumento poderá ser extinto, nos termos dos artigos 137 e seguintes da Lei 14.133/2021:

19.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

19.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

19.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

19.2 A extinção unilateral do contrato implicará a apuração de perdas e danos, a perda da garantia de execução, sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

19.3 No caso de extinção consensual, a parte que pretender extinguir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

19.4 Declarada a extinção do contrato, que vigorará a partir da data da sua assinatura, a CONTRATADA se obriga, expressamente, a entregar o percentual executado e/ou o objeto deste contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza, devendo, obrigatoriamente, apresentar os documentos previstos para liberação da última parcela.

19.5 A documentação da rescisão deverá ser inserida no Portal para análise do PARANACIDADE.

PENALIDADES

19.5 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.6 À CONTRATADA, poderão ser aplicadas pelo CONTRATANTE as seguintes sanções:

19.6.1 Advertência por escrito, em caso de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e seus anexos e neste contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves;

19.6.2 Multa de mora de 0,1% (zero vírgula, um por cento) ao dia, sobre o valor da parcela recebida por dia de atraso, limitado a 90 (noventa) dias. Após este prazo, este Termo será encaminhado para abertura de Processo Administrativo;

19.6.3 multa compensatória, em caso de inadimplência parcial, de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;

19.6.4 multa compensatória, em caso de inadimplência total, de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

19.6.5 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do CONTRATANTE, por prazo não superior a 3 (três) anos, nos casos previstos nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 18.5, na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.6.6 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, nos casos previstos nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do item 18.5, bem como nos casos previstos no item 18.6.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

19.7 As sanções de advertência; impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, facultada a defesa prévia do CONTRATADO.

19.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.9 A sanção de multa poderá também ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 18.5, não podendo ser inferior a 0,5% nem superior a 30%

do valor contratual.

19.10. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto nos artigos 156 e seguintes da Lei 14.133/2021, garantido o exercício de contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ANTICORRUPÇÃO

20.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, comprometem-se que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

21.1 Este Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133. de 2021, mediante anuência expressa do PARANACIDADE, salvo as que tratem da prorrogação, tão somente, do prazo de vigência contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Deverá a CONTRATADA notificar à fiscalização e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos, quando vier a ser descoberto qualquer objeto de valor histórico ou valor significativo em qualquer parte do canteiro de obras e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente contrato.

22.2 Havendo discrepância entre os valores indicados numericamente e por extenso, fica desde já acordado entre as partes contratantes que sempre prevalecerão aqueles mencionados por extenso.

22.3 Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor e aplicáveis à espécie.

22.4 O presente contrato e seus aditamentos serão publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do município em até 20 dias úteis da data da sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DA UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE MADEIRA

23.1 No que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a empresa deverá executar a obra de acordo com a Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações juntamente com a legislação pertinente do município onde será realizada.

23.2 A contratada somente deverá utilizar produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica ou nativa que tenham procedência legal, conforme Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005.

23.2.1. O descumprimento, pelo CONTRATADO, dos requisitos impostos no item 22.2 deste

Contrato, poderá implicar extinção do contrato, com amparo no art. 137, I da Lei Federal 14.133, de 2021, c/c a aplicação das penalidades previstas nos mesmos Diplomas Legais e neste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

24.1 As partes elegem o foro da Comarca de (Imbituva), Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24.2 Fica pactuado entre as partes que este contrato adota a data da assinatura citada no extrato do contrato publicado como data do acordo firmado, estando as demais cláusulas vinculadas submetidas a esta data.

E assim, por estarem justos e contratados assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

_____, de _____ de 20____
CONTRATANTE _____ CONTRATADA _____

Testemunhas:

RG _____

RG _____

PAN

ENSAIOS E DECLARAÇÃO

ANEXO 01 DO CONTRATO

PAVIMENTAÇÕES EM CBUQ – PMF – TRATAMENTOS (TST)

ENSAIOS NECESSÁRIOS

- 1) Terraplenagem
 - Determinação da massa específica aparente “in situ”, com emprego do frasco de areia (Grau de Compactação) – Norma DNER-ME 092/94 - mínimo 1 ensaio a cada 100 m de pista.
- 2) Reforço do Subleito
 - Determinação da massa específica aparente “in situ”, com emprego do frasco de areia (Grau de Compactação) – Norma DNER-ME 092/94 - mínimo 1 ensaio a cada 100 m de pista.
- 3) Regularização e Compactação do Subleito
 - Determinação da massa específica aparente “in situ”, com emprego do frasco de areia (Grau de Compactação) – Norma DNER-ME 092/94 - mínimo 1 ensaio a cada 100 m de pista.
- 4) Sub-base:
 - a) Agregado Graúdo (diâmetro maior que 3” e menor que 5”, não devendo ser maior que 2/3 da espessura da camada).
 - Ensaio de abrasão Los Angeles - Norma DNER-ME 035/98 - mínimo 1 ensaio a cada 300 m de pista;
 - b) Sub-base sem Agregado Graúdo (brita graduada, bica corrida, moledo e outros)
 - Análise Granulométrica dos Agregados – Norma DNER-ME 083/98 – mínimo 1 ensaio a cada 100 m de pista, para cada camada;
 - Determinação da massa específica aparente “in situ”, com emprego do frasco de areia (Grau de Compactação) – Norma DNER-ME 052/94 ou 088/94 e Norma DNER-ME 092/94 (de acordo com a Norma DNIT 141/2010-ES) - mínimo 1 ensaio a cada 100 m de pista, para cada camada (sub-base e base).
- 5) Base
 - a) Agregado Graúdo (diâmetro maior que 3” e menor que 5”, não devendo ser maior que 2/3 da espessura da camada).
 - Ensaio de abrasão Los Angeles - Norma DNER-ME 035/98 - mínimo 1 ensaio a cada 300 m de pista;
 - b) Base sem Agregado Graúdo (brita graduada, bica corrida, moledo e outros)

- Análise Granulométrica dos Agregados – Norma DNER-ME 083/98 – mínimo 1 ensaio a cada 100 m de pista, para cada camada (sub-base e base);

- Determinação da massa específica aparente “in situ”, com emprego do frasco de areia (Grau de Compactação) – Norma DNER-ME 052/94 ou 088/94 e Norma DNER-ME 092/94 (de acordo com a Norma DNIT 141/2010-ES) - mínimo 1 ensaio a cada 100 m de pista, para cada camada (sub-base e base).

Imprimação da Base - Controle de Taxas de Aplicação e espalhamento – Norma DNIT 148/2012- ES:

- Taxa de Ligante Asfáltico (mediante a colocação de bandejas de massa e área conhecidas na pista onde está sendo feita a aplicação) – mínimo 1 ensaio a cada 800 m² de pista.

6) Revestimento com Tratamento (TSS/TSD/TST)

- Pintura de Ligação: Taxa de Ligante Asfáltico (mediante a colocação de bandejas de massa e área conhecidas na pista onde está sendo feita a aplicação). Mínimo 1 ensaio a cada 800 m² de pista.

Controle de Taxas de Aplicação e espalhamento de cada camada– Norma DNIT 148/2012- ES:

- Taxa de Ligante Asfáltico (mediante a colocação de bandejas de massa e área conhecidas na pista onde está sendo feita a aplicação). Mínimo 1 ensaio a cada 800 m² de pista (Repetir o ensaio para cada camada).

- Taxa de Agregados (mediante a colocação de bandejas de massa e área conhecidas, na pista onde estiver sendo feito o espalhamento). Mínimo 1 ensaio a cada 800 m² de pista (Repetir o ensaio para cada camada).

7) Reperfilamento com CBUQ / PMF

- Pintura de Ligação/Cura: Taxa de Ligante Asfáltico (mediante a colocação de bandejas de massa e área conhecidas na pista onde está sendo feita a aplicação). Mínimo 1 ensaio a cada 800 m² de pista.

- Percentagem de Betume – Norma DNER-ME 053/94 – mínimo 1 ensaio a cada 800 m² de pista;

8) Camada Intermediária (BINDER) em CBUQ / PMF

- Pintura de Ligação/Cura: Taxa de Ligante Asfáltico (mediante a colocação de bandejas de massa e área conhecidas na pista onde está sendo feita a aplicação). Mínimo 1 ensaio a cada 800 m² de pista.

- Determinação da espessura do revestimento com a extração de corpos de prova com a utilização de sonda rotativa (medir a altura do corpo-de-prova com paquímetro, em quatro posições equidistantes, e adotar como altura o valor da média aritmética das quatro leituras) - mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista;

- Percentagem de Betume – Norma DNER-ME 053/94 – mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista;

- Determinação da Densidade Aparente – Norma DNER-ME 117/94 – mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista;

- Grau de Compactação (razão entre a densidade aparente da massa asfáltica compactada na pista e a densidade máxima indicada em laboratório para a mistura – ensaio Marshall) – mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista.

9) Revestimento em CBUQ /PMF

- Pintura de Ligação/Cura: Taxa de Ligante Asfáltico (mediante a colocação de bandejas de massa e área conhecidas na pista onde está sendo feita a aplicação). Mínimo 1 ensaio a cada 800 m² de pista.

- Determinação da espessura do revestimento com a extração de corpos de prova com a utilização de sonda rotativa (medir a altura do corpo-de-prova com paquímetro, em quatro posições equidistantes, é adotar como altura o valor da média aritmética das quatro leituras) - mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista;

- Percentagem de Betume – Norma DNER-ME 053/94 – mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista;

- Determinação da Densidade Aparente – Norma DNER-ME 117/94 – mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista;

- Grau de Compactação (razão entre a densidade aparente da massa asfáltica compactada na pista e a densidade máxima indicada em laboratório para a mistura – ensaio Marshall) – mínimo 1 ensaio a cada 700 m² de pista.

- Antes do início dos serviços deverá ser apresentada à fiscalização o projeto de massa asfáltica (traço); baseado pelo Método Marshall, de todas as misturas das camadas do revestimento asfáltico, produzidas em conformidade com as especificações do DER-PR e/ou DNIT, atendendo as condições indicadas no projeto, com as devidas adaptações inerentes a disponibilidade de materiais na região.

- Durante a execução da obra, todos os consumos de materiais das misturas serão reavaliados através de ensaios. Os serviços somente serão aceitos e medidos se forem executados dentro da margem de tolerância, conforme especificações do DER-PR e/ou DNIT.

- Os consumos de materiais aferidos através de ensaios, quando executados a menor do que os quantitativos contratados, desde que aceitos tecnicamente pela fiscalização, serão glosados e descontados nas medições. Consumos acima dos quantitativos contratados só serão aceitos se forem previstos e aprovados pelo Município e PARANACIDADE, antes da execução.

PREFEITURA MUNICIPAL DE

Declaração de Realização de Ensaios Tecnológicos

Programa

SAM

Lote

Medição nº

SIT nº

Empresa Contratada

CNPJ

Nº Contrato Empreitada

Valor do Contrato

Valor Medido Acumulado

Percentual Executado

Nº da ART específica dos laudos

Data de recolhimento

Profissional responsável

CREA

Serviços:

(%) executado

Terraplanagem:

Reforço do Subleito:

Regularização e compactação do subleito:

Sub-base:

Base:

Revestimento:

Declaro que foram realizados os ensaios tecnológicos na presente obra, conforme descrito no anexo I do contrato de empreitada, normas técnicas vigentes e ART, atestando que os resultados apresentados estão de acordo com o projeto, bem como a qualidade dos serviços realizados. O pagamento está apto a ser realizado.

Declaro a veracidade desta informação prestada.

Local

data.

Nome

Formação - CREA/CAU

Responsável pela Fiscalização da Obra

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS


Ao
MUNICÍPIO DE
Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__
Objeto:

Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Endereço:		
Bairro:		
CEP:		
Telefone:	Fax:	E-mail:
Inscrição Estadual:		
Cidade:	Estado:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:

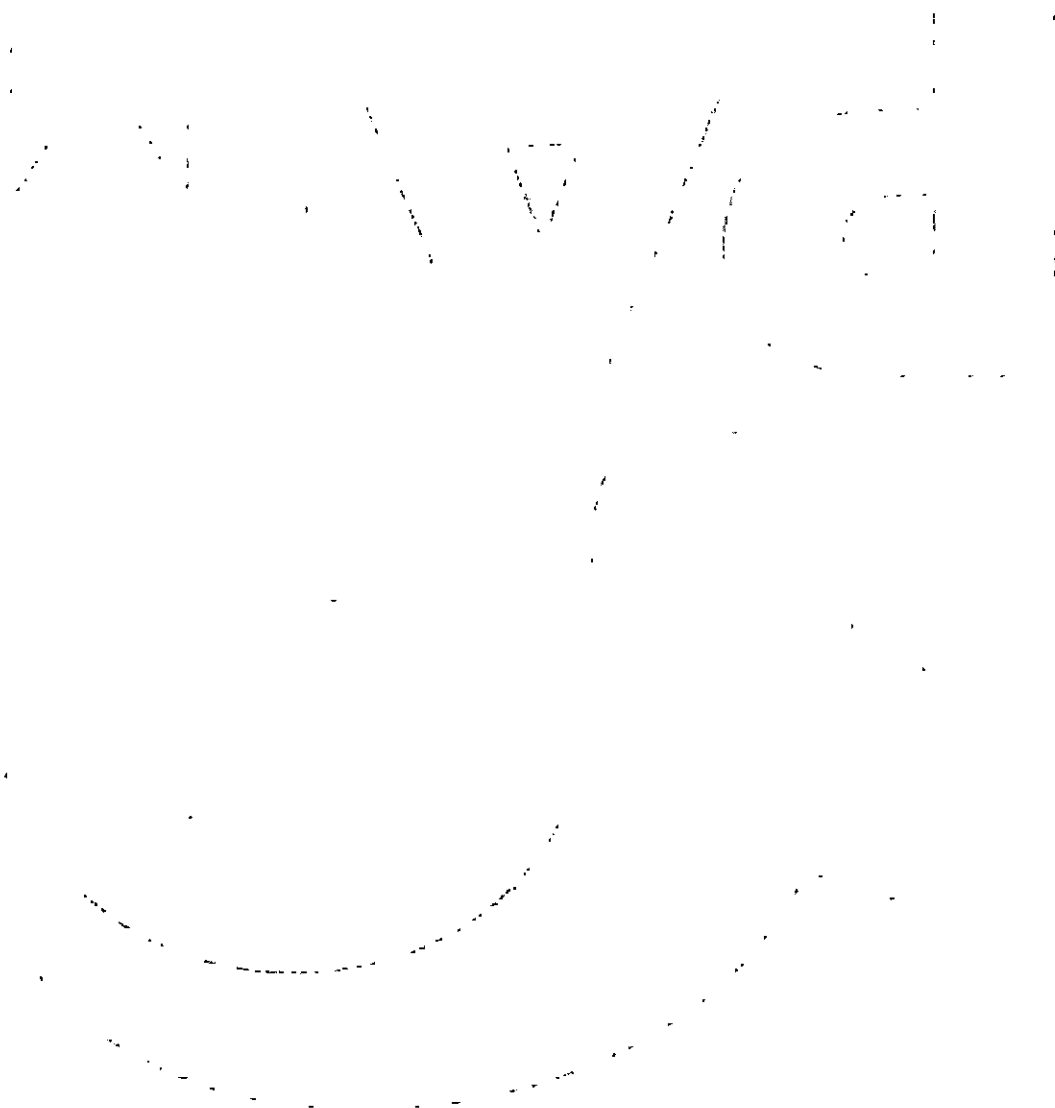
A Empresa _____, propõe ao MUNICÍPIO DE _____ a execução do objeto da Licitação supra referenciada, tudo em conformidade com o Edital, o contrato e os anexos da licitação em referência.

- 1) O preço proposto é de R\$ _____ (_____).
- 2) O prazo de validade da Proposta será de 60 dias corridos, contados a partir da data de abertura da Licitação.

Se vencedor da licitação, assinará o contrato administrativo, na qualidade de representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF _____
_____, ____ de _____ 20__.

Representante Legal da Empresa Nome: CPF: Assinatura:	
--	--

Obs. Caso haja divergência entre o valor numérico e o valor por extenso da proposta, prevalecerá o valor por extenso.



ARQUIVO DIGITAL - PROPOSTA DA EMPRESA

CARTILHA GLOBAL

PLANILHA DE SERVIÇOS

ANEXO III

ANEXO IV
Cronograma Físico-Financeiro
ARQUIVO DA DIGITAL – PROPOSTA DA EMPRESA .



ANEXO V
Planilha de Encargos Sociais (ES) Sobre Custos da Mão de Obra

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA (%)
GRUPO A		
A1	INSS	
A2	SESI	
A3	SENAI	
A4	INCRA	
A5	SEBRAE	
A6	Salário Educação	
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	
A8	FGTS	
A9	SECONCI	
A	Total dos Encargos Sociais Básicos	
GRUPO B		
B1	Repouso Semanal Remunerado	
B2	Feriados	
B3	Auxílio-Enfermidade	
B4	13º Salário	
B5	Licença Paternidade	
B6	Faltas Justificadas	
B7	Dias de Chuva	
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	
B9	Férias Gozadas	
B10	Salário Maternidade	
B	Total dos Encargos Sociais que recebem incidência de A	
GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	
C2	Aviso Prévio Trabalhado	
C3	Férias Indenizadas	
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	
C5	Indenização Adicional	
C	Total dos Encargos Sociais que não recebem incidência de A	
GRUPO D		
D1	Reincidência do Grupo A sobre o Grupo B	
D2	Reincidência do Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	
D	Total de Reincidências de um grupo sobre o outro	
TOTAL (A+B+C+D)		

ANEXO VI
(ARQUIVO DIGITAL)
 Modelo de Planilha para Cálculo do BDI

Ao
 MUNICÍPIO DE
 Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__

BDI - ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU		
PAVIMENTAÇÃO		
IMPOSTOS	ISS =	
	PIS =	
	COFINS =	
	CPMF =	
	TOTAL =	
TIPO DE SERVIÇO	OBRAS	MATERIAIS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		
RISCOS		
SEGUROS E GRANTIAS		
DESPESAS FINANCEIRAS		
LUCRO		
BDI (OBRA OU MATERIAIS/EQUIP.)		
BDI=(((1+(C8+C9+C10)/100)*(1+C11/100)*(1+C12/100))/(1-C6/100))-1)*100)		
BDI (OBRA)		
BDI (MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)		

ANEXO VII
Planilha do BDI Referencial
(ARQUIVO DIGITAL)

Arquivo anexado no PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS e no sítio eletrônico do sistema adotado para a licitação.

BDI - ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU PAVIMENTAÇÃO		
IMPOSTOS	ISS =	1,25
	PIS =	0,65
	COFINS =	3,00
	CPRB =	0,00
	TOTAL =	4,90
TIPO DE SERVIÇO	OBRAS	MATERIAIS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,01	3,45
RISCOS	0,56	0,85
SEGUROS E GRANTIAS	0,40	0,48
DESPESAS FINANCEIRAS	1,11	0,85
LUCRO	7,30	5,11
BDI (OBRA OU MATERIAIS/EQUIP.)	19,75	15,28
BDI (OBRA)	19,75%	
BDI (MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)	15,28%	

PAN

ANEXO VIII
Atestado de Visita Técnica

Ao
MUNICÍPIO DE
Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__

Declaramos que o Responsável Técnico (inserir o nome completo), CREA/CAU n.º (inserir o número) da proponente (inserir o nome da proponente), devidamente credenciado, visitou o local da execução da obra, objeto da Concorrência em epígrafe.

Local, ____ de ____ de 20__

(Nome, RG n.º e assinatura do responsável pelo Município).

(Nome, n.º CREA/CAU, e assinatura do Responsável Técnico habilitado da proponente)

P A M

ANEXO VIII.1

Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica

Ao
MUNICÍPIO DE
Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__

A Empresa _____, CNPJ/MF _____,
com sede na cidade de _____, estado do _____, sito à Rua
_____, n.º _____, CEP _____ - _____, Telefone (____) _____,
E-mail _____, declara o abaixo:

Declara, para fins de participação nessa licitação, pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

_____, ____ de _____ 20__.

Responsável Técnico do Licitante pela visita Nome: CREA e/ou CAU N.º Assinatura:	
---	--

PAIN

ANEXO IX

Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica

Ao

MUNICÍPIO DE

Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__

O abaixo-assinado, na qualidade de responsável legal pela empresa _____ vem, pela presente, indicar a V.Sas. o(s) profissional(is) Responsável(is) Técnico(s) que atuarão na execução do contrato, de acordo com a Lei Federal n.º 5.194/1966 e com as Resoluções n.º 218/73 e n.º 317/83 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, com a Lei Federal n.º 12.378/2010 e com o § 9.º do art. 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021, caso venhamos a vencer a referida licitação.

Profissional(is) Responsável(is) Técnico(s) pelos serviços contratados: (*)

1	Nome:		
	Título:	CREA e/ou CAU n.º	
	Atribuição:	Responsável	pelo(a)
			(**)
Assinatura:			

2	Nome:		
	Título:	CREA e/ou CAU n.º	
	Atribuição:	Responsável	pelo(a)
			(**)
Assinatura:			

Obs.: Repetir com os dados solicitados acima até completar a equipe técnica proposta

Os referidos responsáveis registrarão as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs no CREA e/ou os Registros de Responsabilidade Técnica – RRTs no CAU, conforme preceitua o artigo 1º da Lei Federal n.º 6.496/1977 e o artigo 20 da Lei Federal n.º 5.194/1966, antes do início da obra, ficando sujeito a aplicação de penalidades previstas na legislação vigente e no Edital da presente licitação.

_____, ____ de _____ 20__.

Representante Legal da Empresa	Responsável(is) Técnico(s) (quando couber):
Nome:	Nome:
CPF:	CREA e/ou CAU N.º
Assinatura:	Assinatura:

(*)	Indicar todos os responsáveis técnicos (engenheiros, arquitetos, etc.) que compõem a equipe técnica proposta.
(**)	Indicar qual é o tipo do serviço sob a responsabilidade do profissional indicado e conforme a equipe técnica proposta.

ANEXO X
Modelo de Declaração de Capacidade Operacional Financeira

Ao
MUNICÍPIO DE
Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__

DECLARAMOS, nos termos do § 8º do art. 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021, e sob as penas da lei, que a pessoa jurídica _____, estabelecida à _____, por mim legalmente representada, possui os compromissos assumidos abaixo que importam diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

DEMONSTRAÇÕES:

1 CÁLCULO DO SALDO CONTRATUAL (SC):

Item	Nº do Contrat	Obra ou Serviços	Valor do Compromisso (R\$)	Valor Já Faturado (R\$)	Contratante
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
...					
SOMATÓRIOS (Σ) =					

Σ Valor do compromisso =

Σ Valor já faturado =

SC = Σ Valor do compromisso – Σ Valor já faturado =

Onde:

SC = Saldo Contratual

SC = Diferença entre a somatória dos compromissos e a somatória dos valores já faturados referentes aos compromissos.

2 CÁLCULO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA OPERACIONAL:

DECLARAMOS que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

DECLARAMOS ainda que, a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, comprometemo-nos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de índice	Valor em reais	Índice
Liquidez geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$		
Liquidez corrente (LC) $LC = AC / PC$		
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$		

AC - ativo circulante;

RLP - realizável a longo prazo;

AP - ativo permanente;

ELP - exigível a longo prazo.

PC - passivo circulante;

OBS: Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

Local, ____ de ____ de 20 ____.

Representante Legal da Empresa: Nome: CPF: N.º de registro órgão de classe (se for o caso): Assinatura:	Contador responsável pela Empresa: Nome: CRC N.º: Assinatura:
---	--

ANEXO XI

Modelo de Declaração de Conhecimento e Atendimento de Critérios Legais e Constitucionais

Ao

MUNICÍPIO DE


Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__

O Signatário da presente, _____ Carteira de Identidade n.º _____, representante legal, em nome da Empresa _____, CNPJ/MF _____, declara:

- 1) Concordar, na íntegra, com os termos da Licitação e com todos os documentos dela componentes;
- 2) Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Órgão Licitante quanto à sua habilitação;
- 3) Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que ela se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de Licitação;
- 4) Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;
- 5) Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 6) Que não se enquadra nas hipóteses previstas no § 1.º do art. 9.º e no art. 14 ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente, em especial:
 - 6.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau
 - 6.2 Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 7) Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;
- 8) Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando for solicitada pelo Agente de Contratação, no prazo que ele estipular;
- 9) Que se compromete a apresentar, quando da assinatura do contrato, a certidão de registro com visto do CREA PR e/ou do CAU PR, se não for registrada no Paraná e se for vencedora da presente licitação e que, após 180 (cento e oitenta) dias do início do contrato, efetuará o seu registro no referido Conselho;
- 10) Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 11) Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

- 12) Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.
- 13) Que para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega desta proposta.

_____, ____ de _____ 20__.

Representante Legal da Empresa Nome: CPF: Assinatura:	
--	--

ANEXO XII
Modelo Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Ao
MUNICÍPIO DE
Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__
Ao

A Empresa _____, CNPJ/MF _____, DECLARA, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no Parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e suas alterações, e tendo interesse dos benefícios nela contidos para efeitos de licitação, quando e no que couber.

Declara ainda que, não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

_____, ____ de _____ 20__.

Representante Legal da Empresa Nome: CPF: Assinatura:	
--	--

ANEXO XIII
Modelo de Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de
Madeira e de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil

Ao
MUNICÍPIO DE
Referência: Concorrência Eletrônica n.º ____/20__
Ao

Eu, _____, RG _____, legalmente nomeado
Representante Legal da Empresa _____, CNPJ _____, para
o fim de qualificação técnica no procedimento licitatório em referência declaro, sob as penas
da lei, que para a execução da(s) obra(s) e serviço(s) de engenharia objeto da referida licitação
a empresa cumprirá as exigências legais ambientais, e em especial:

- 1) Somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de
origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de
manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema
Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e
em conformidade com o Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005, tendo ciência
que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá
acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos às sanções administrativas
previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo das implicações de
ordem criminal previstas em Lei.
- 2) No que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a obra será
realizada de acordo com a Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 e suas
alterações, e com a legislação pertinente do município onde ela será construída.

_____, em ____ de _____ 20__.

Representante Legal da Empresa:		Responsável técnico do licitante:
Nome:		Nome:
CPF:	OU	CPF:
Assinatura:		Assinatura:

ANEXO XIV
Relação de Disponibilidade de Veículos, Máquinas e Equipamentos



ANEXO XV - Cronograma de Utilização de Veículos, Máquinas e Equipamentos

CRONOGRAMA DE UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EDITAL DE CONCORRÊNCIA N° (inserir o número) / (inserir o ano) - (inserir a sigla do licitador) PROPONENTE : (inserir o nome da proponente)
--

MUNICÍPIO / LOCAL :	
OBJETO :	ÁREA CONSTRUÍDA :
LOTE :	PRAZO DE EXECUÇÃO :

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS	PRAZO-DE EXECUÇÃO (dias)							
		30	60	90	120	150	180	210	240
01	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
02	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
03	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
04	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
05	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
06	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
07	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
08	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
09	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
10	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
11	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
12	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
13	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
14	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
15	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								
16	UTILIZAÇÃO								
	QUANTIDADE								

EXEMPLO:

NN	NONONONONONONO	UTILIZAÇÃO							
		QUANTIDADE	2	4	3	2	2		

—(inserir o local), (inserir a data) de (inserir o mês) de (inserir o ano)

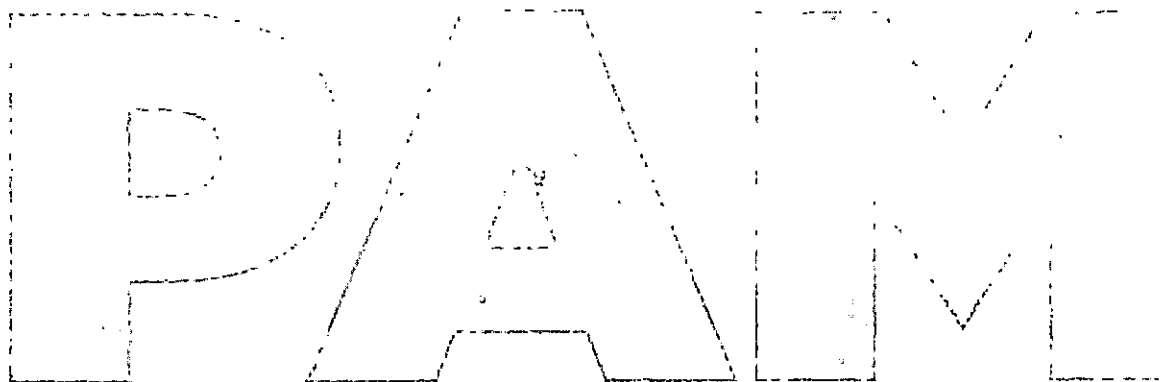
(carimbo, nome, RG n° e assinatura do responsável legal)

(carimbo, nome, RG n°, CREA n° e assinatura do engenheiro habilitado)

ANEXO XVI

Elementos Técnicos Instrutores

- a) Elementos gráficos (plantas e documentos gráficos) – disponível em: (município deverá inserir link de disponibilização)
- b) Especificações técnicas e memoriais – disponível em: (município deverá inserir link de disponibilização)
- c) Relação de serviços e quantidades e Planilha Orçamentária Referencial – disponível em: (município deverá inserir link de disponibilização)
- d) Modelo de placa – disponível em: <https://paranainterativo.pr.gov.br/placas>





PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E CONTRATOS

Data de início de acolhimento de Propostas: 28/10/2024 a partir das 08h00min.

Data limite para acolhimento de PROPOSTAS: 11/11/2024 - 08h45min.

Data de início da fase de LANCES: 11/11/2024 - a partir das 09h00min.

Os interessados deverão realizar seu prévio cadastro no endereço eletrônico: <https://bllcompras.com>

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivaí - PR - Fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaí.pr.gov.br

Ivaí, 25 de outubro de 2024

Marcia Luciene Kobilarz

Agente de Contratação

Portaria Municipal nº 002/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 088/2024

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO

OBJETO: Recapagem loteamento Santa Maria

Dotação orçamentária:

10001154511501105944905100000 2823

Data de início de acolhimento de Propostas: 28/10/2024 a partir das 08h00min.

Data limite para acolhimento de PROPOSTAS: 13/11/2024 - 08h45min.

Data de início da fase de LANCES: 13/11/2024 - a partir das 09h00min.

Os interessados deverão realizar seu prévio cadastro no endereço eletrônico: <http://www.bllcompras.org.br>

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivaí - PR - Fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaí.pr.gov.br

Ivaí, 28 de outubro de 2024

Marcia Luciene Kobilarz

Agente de Contratação

Portaria Municipal nº 002/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 089/2024

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO

OBJETO: Pavimentação asfáltica em CBUQ em vias diversas no Município de Ivaí.

Dotação orçamentária:

10001154511501105944905100000 2823

Data de início de acolhimento de Propostas: 07/11/2024 a partir das 08h00min.

Data limite para acolhimento de PROPOSTAS: 22/11/2024 - 08h45min.

Data de início da fase de LANCES: 22/11/2024 - a partir das 09h00min.

Os interessados deverão realizar seu prévio cadastro no endereço eletrônico: <http://www.bllcompras.org.br>

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivaí - PR - Fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: www.ivaí.pr.gov.br

Ivaí, 06 de novembro de 2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E CONTRATOS

Marcia Luciene Kobilarz
Agente de Contratação
Portaria Municipal nº 002/2024

PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – ESTADO DO PARANÁ. LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS A ME/EPP/EQUIPARADAS COM PREFERÊNCIA PARA LOCAL E REGIONAL E ITEM DESTINADO A AMPLA CONCORRÊNCIA. Publicado no DIÁRIO OFICIAL DO PARANÁ, Edição nº 11771, dia 04 de novembro de 2024, páginas 53 e 54.

Onde se lê:

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: Dia 08/11/2024 às 09h:00min. **ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:** Dia 08/11/2024 às 09h:00min.

Leia-se:

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: Dia 18/11/2024 às 09h:00min.

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: Dia 18/11/2024 às 09h:00min.

Doutor Ulysses/PR, 06 de novembro de 2024.

Luiz Otero Moreira Fitz

Pregoeiro Oficial

130422/2024

Espigão Alto do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2024/PMEAI EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos diversos, com recursos de Emenda Parlamentar Federal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, em conformidade com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

As propostas serão recebidas até às 08:00 horas do dia 25/11/2024.

Autorização: Agenor Bertonecelo – Prefeito Municipal.

Informações sobre o pregão: O edital poderá ser obtido na página eletrônica do Banco do Brasil, disponibilizado no site www.licitacoes-e.com.br, no www.espigaualtoiguacu.pr.gov.br, no PNCP ou na Comissão de Licitações, localizada no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, sito a Avenida Brasília, nº 551, fone: (46) 3553-1484.

Espigão Alto do Iguaçu, 06 de novembro de 2024.

ARMELINDO FLÁVIO DREHER

Secretário de Administração

130082/2024

Fazenda Rio Grande

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico nº 56/2024, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza de caixa d'água em atendimento as necessidades das Secretarias Municipais, e ADJUDICA o objeto em favor da empresa PROTECTOR CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 54.511.354/0001-20, vencedora do grupo 01 com valor total de R\$ 36.277,00 (trinta e seis mil, duzentos e setenta e sete reais).

Fazenda Rio Grande/PR, 04 de novembro de 2024.

Marco Antonio Marcondes Silva

Prefeito Municipal

130090/2024

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico nº 62/2024, o qual tem como objeto Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustível e óleo arla 32, na modalidade maior desconto percentual (%) sobre o valor médio da tabela ANP (Agência Nacional de Petróleo) vigente de Curitiba., e ADJUDICA o objeto em favor da empresa: PELANDA PARTICIPACOES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 19.242.074/0004-05, vencedora lote 01, com valor total de R\$ 5.722.150,00 (cinco milhões e setecentos e vinte e dois mil e cento e cinquenta reais), e desconto de 0,22% (vinte e dois centésimos) sobre a tabela da Agência Nacional de Petróleo – ANP (referência município de Curitiba/PR) para o Item 1, desconto de 0,16% (dezesseis centésimos) sobre a tabela da Agência Nacional de Petróleo – ANP (referência município de Curitiba/PR) para o Item 2, desconto de 0,18% (dezoito centésimos) sobre a tabela da Agência Nacional de Petróleo – ANP (referência município de Curitiba/PR) para o Item 3 e R\$ 4,33 (quatro reais e trinta e três centavos) por litro para o Item 4.

Fazenda Rio Grande/PR, 06 de novembro de 2024.

Marco Antonio Marcondes Silva

Prefeito Municipal

130472/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2024

Protocolo nº 45159/2024 - Processo Administrativo nº 198/2024

Tipo: Menor Preço Por Item

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição para fornecimento de refeições e lanches. Edital e Entrega das propostas disponíveis a partir de 07/11/2024 às 08:00h no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Abertura das Propostas 27/11/2024 às 09:00h (horário de Brasília) no site: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Fazenda Rio Grande/PR, 06 de novembro de 2024.

Gislaine Erardt Rodrigues de Oliveira

Agente de Contratação

130464/2024

Ibiporã

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPORÃ AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2024.

A prefeitura do Município de Ibiporã torna público que fará realizar, às 08:40 horas do dia 27 de novembro do ano de 2024, na plataforma BNC, CONCORRÊNCIA, na forma eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do Objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede do Município	Pavimentação em CBUQ	15.788,26m²	270 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Ibiporã e na plataforma BNC. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da Plataforma. Ibiporã, 04 de novembro de 2024. Mário Luiz Soares Reghin – Juarez Afonso Ignácio.

130354/2024

Itapejara D'Oeste

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE – PR AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2024

O Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, no dia 25 (vinte e cinco) de Novembro de 2024, às 14h:00min (quatorze) horas, tendo como objeto a seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na comercialização/confeção de impressos gráficos em geral, para uso dos Departamentos da Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR. A abertura das propostas e recebimento dos lances será a partir das 14h00min (quatorze) horas do dia 25 (vinte e cinco) de Novembro de 2024 no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Pregão Eletrônico Nº 90058/2024, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:30min às 17h:30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste – PR, no endereço eletrônico <http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/licitacoes> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3526 – 8300.

Itapejara D'Oeste-PR, 01 (primeiro) de Novembro de 2024.

Daiani Hoffman

Agente de Contratação - Decreto Nº 046/2024

130137/2024

Ivaí

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024.

Município de Ivaí, torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 22 de novembro do ano de 2024, na plataforma <https://blcompras.com>, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede e Distritos: Palmital e Bom Jardim do Sul	Pavimentação em CBUQ	25.085,16 m²	360 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Ivaí e na plataforma <https://blcompras.com>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Ivaí, 06 de novembro de 2024.

130440/2024

(Vinte e cinco mil reais), destinado ao Município de Itaúna do Sul/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n.º 624/2008, atendendo as deliberações proferidas por este Conselho na **Reunião realizada em 06 de novembro de 2024.**

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o Termo de Adesão e o Plano de Ação do repasse **Incentivo Paraná Viaja Mais 60 Fase II, de acordo com a Deliberação 034/2024 -CEDI/PR**, referente ao ano 2024, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), destinado ao Município de Itaúna do Sul/PR mediante transferência fundo a fundo, conforme a seguir:

Unidade Beneficiária:

Denominação: Município de Itaúna do Sul/PR - Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Itaúna do Sul/PR.

Valor (R\$): 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna do Sul, 06 de Novembro de 2024.

ELIENE MARIA DE SOUZA DOS SANTOS
Presidente CMDI

Publicado por:
Merielen Sotoriva Castanharri Furlan
Código Identificador:7F2397B4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 089/2024 CONCORRÊNCIA
PÚBLICA Nº 004/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024.

Município de Ivaí, torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 22 de novembro do ano de 2024, na plataforma <https://bllcompras.com>, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede e Distritos: Palmital e Bom Jardim do Sul	Pavimentação em CBUQ	25.085,16 m²	360 dias

Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Ivaí e na plataforma <https://bllcompras.com>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma. Ivaí, 06 de novembro de 2024.

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:31C388F0

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 265/2024

DECRETO Nº 265/2024

Súmula: Dispõe sobre o recesso de final de ano entre as datas de 23 de dezembro de 2024 a 03 de janeiro de 2025 nas repartições públicas municipais, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º – Fica declarado **RECESSO** nas repartições públicas municipais, no período compreendido entre os dias 23 de dezembro de 2024 a 03 de janeiro de 2025, retornando ao expediente normal de funcionamento em 06 de janeiro de 2025.

Parágrafo único: o disposto no caput deste artigo não se aplica às repartições públicas municipais que prestam atividades essenciais e de interesse público, ficando assegurado o atendimento dos ofícios públicos considerados de natureza essencial, executados por servidores em caráter de urgência, emergência ou necessidades indispensáveis ao funcionamento, como os serviços de saúde e limpeza pública.

Art. 2º – Fica a critério de cada Secretaria Municipal, estabelecer escalas de plantões durante o período de recesso, visando atender as necessidades indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 06 de novembro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:652DA03F

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 266/2024

DECRETO Nº 266/2024

Súmula: Nomeia candidato aprovado pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital nº 001/2024, e dá outras providências.

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 395/92, de 22 de dezembro de 1992, e tendo em vista a existência de vaga,

DECRETA

Art. 1º – É nomeado o Sr. **PAULO AVELAR RODRIGUES**, RG N.º 8.113.609-2 PR, aprovado pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital 001/2024, para ocupar o cargo de Motorista, nível 05, do Quadro de Pessoal, desta Prefeitura, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2024.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de novembro de 2024.

GABINETE DO PREFEITO, em 06 de novembro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:2743C750

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

CAMARA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ
PORTARIA Nº 050/2024

PORTARIA Nº 050/2024

MARCELO DA SILVA QUENUPE, Presidente da Câmara Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Regimentais...

RESOLVE

PUBLICAÇÃO LEGAL

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL CAMINHOS DO TIBAGIAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024

OBJETO: Registro de preços para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de peças, para a manutenção dos veículos, incluindo-se veículos de linha pesada, caminhões, máquinas e equipamentos pesados, pertencentes a Frota do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional Caminhos do Tibagi.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL CAMINHOS DO TIBAGI, através do seu Secretário executivo, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta a Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, que será realizada no dia 25 de novembro de 2024, às 10:00 horas, (horário de Brasília) no portal bilcompras.com, conforme especificado no Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº. 06/2024.

O EDITAL, na íntegra, seus anexos, encontram-se à disposição de interessados junto ao Departamento de Licitação na Rua XV de Novembro, 599, no Município de Ipiranga/PR e no site: <https://consorciointermunicipaldotibagi.com.br> e bilcompras.com. Informações pelo Fone: (42) 3242-8501 e e-mail: licitacao@ipiranga.pr.gov.br e caminhodotibagi@gmail.com, mencionando a identificação da interessada, com razão social (CNPJ/ME) nome (CPF/ME), endereço, número de telefone, fac-símile e (ou e-mail). Reserva-PR, aos 06 de novembro de 2024.

CLAUDIMIR SCHNEIDER
SecretárioPREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
ESTADO DO PARANÁAVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024.

Município de Ivai, torna público que fará realize, em 09:00 horas do dia 22 de novembro do ano de 2024, na plataforma <https://bilcompras.com>, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a prego licita e sem reajuste, das seguintes obras:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede e Distritos: Palmatã e Bom Jardim do Sul	Pavimentação em CBUQ	25.085,16 m²	760 dias

A Pessoa Física com o interesse de licitar, seus respectivos modelos, anexos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, site eletrônico da Prefeitura de Ivai e na plataforma <https://bilcompras.com>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma. Ivai, 06 de novembro de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁEDITAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
MUNICIPAIS

Exercício de 2016. Considerando, os termos do ACÓRDÃO DE PARERECER PREVIO Nº 5124 - Segunda Câmara do Egrégio TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ;

Considerando, ainda, o conteúdo no Processo nº 13929/17, referente à Prestação de Contas do Exercício de 2016 do Executivo Municipal de Reserva-PR;

Considerando, igualmente, o disposto no art. 31, § 3º, da Constituição Federal (as contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei), e, os termos da Lei Orgânica do Município;

FAÇO SABER aos interessados, o seguinte:

I - Tendo em vista o ACÓRDÃO DE PARERECER PREVIO Nº 5124 - Segunda Câmara do Egrégio TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, referente ao exercício financeiro de 2016 de responsabilidade dos Senhores Luiz Carlos Vozniak e Germano Milhã Barbosa e Silva, com parecer prévio emitido junto ao Processo nº 13929/17, recomendando o julgamento nos seguintes termos:

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PREFEITO MUNICIPAL. Prestação de contas do Prefeito Municipal. Exercício de 2016. Convalidado em resenha de improvidos. Súmula 8. Razabilidade. Parecer prévio pela regularidade com ressalva das contas.

II - O processo foi encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento, na pessoa do seu Presidente, Vereador GUSTO LOPATA, onde permanecerá por 60 (sessenta) dias, à disposição dos eventuais interessados.

III - Igualmente fica aberto O EXAME PÚBLICO DAS CONTAS MUNICIPAIS de que trata o art. 16 da Lei Orgânica do Município.

Reserva, em 12 de agosto de 2024.

FERNANDO HORNING
Presidente da Câmara MunicipalPREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº. 478, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o Comunicado Interno nº 858/2024, expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que solicita a renovação do contrato com a empresa Rafael Lourenço Guedes (047402923, CNPJ 33.184.069/0001-71, em razão de descumprimento contratual por não entrega dos produtos conforme estipulado no edital e ausência de manifestação dentro do prazo estipulado;

CONSIDERANDO o Comunicado Interno nº 859/2024, expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que indica os servidores para compor a Comissão Processante destinada à condução do processo administrativo de responsabilização da empresa supracitada;

CONSIDERANDO AINDA o Parecer Jurídico nº 358/2024 e demais documentos constantes do processo, RESOLVE:

Art. 1º Instaurar processo administrativo para apuração da responsabilidade da empresa Rafael Lourenço Guedes (047402923, CNPJ 33.184.069/0001-71, em razão de descumprimento contratual, conforme fatos apontados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Processante que conduzir o processo administrativo:

I - JULIANA KOLCHESKI BOROWIEC, matrícula nº 91849;

II - CLAUDIMARA ANDRADE DA SILVA, matrícula nº 91942;

Art. 3º A Comissão Processante terá o prazo de 30 dias, a contar da data de publicação desta Portaria, para a conclusão dos trabalhos, apresentando relatório final com suas conclusões e eventuais propostas de sanções cabíveis, de acordo com o que dispõe a legislação vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 1º de novembro de 2024.

LUCAS MACHADO RIBEIRO
Prefeito do Município de Reserva
Estado do ParanáCÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁEDITAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
MUNICIPAIS

Exercício de 2023. Considerando, os termos do ACÓRDÃO DE PARERECER PREVIO Nº 346/24 - Segunda Câmara do Egrégio TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ;

Considerando, ainda, o conteúdo no Processo nº 20730/24, referente à Prestação de Contas do Exercício de 2023 do Executivo Municipal de Reserva-PR;

Considerando, igualmente, o disposto no art. 31, § 3º, da Constituição Federal (as contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei), e, os termos da Lei Orgânica do Município;

FAÇO SABER aos interessados, o seguinte:

I - Tendo em vista o ACÓRDÃO DE PARERECER PREVIO Nº 346/24 - Segunda Câmara do Egrégio TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, referente ao exercício financeiro de 2023 de responsabilidade do Senhor LUCAS MACHADO RIBEIRO, com parecer prévio emitido junto ao Processo nº 20730/24, recomendando o julgamento nos seguintes termos:

a. Emitir Parecer Prévio pela REGULARIDADE das contas do(a) senhor(a) LUCAS MACHADO RIBEIRO, na qualidade de prefeito(a) do MUNICÍPIO DE RESERVA, relativos ao exercício de 2023.

b. RESSALVAR as contas em virtude de: i. baixo desempenho evidenciado na avaliação da atuação governamental na área da Previdência Social.

II - O processo foi encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento, na pessoa do seu Presidente, Vereador GUSTO LOPATA, onde permanecerá por 60 (sessenta) dias, à disposição dos eventuais interessados.

III - Igualmente fica aberto O EXAME PÚBLICO DAS CONTAS MUNICIPAIS de que trata o art. 16 da Lei Orgânica do Município.

Reserva, em 06 de novembro de 2024.

FERNANDO HORNING
Presidente da Câmara MunicipalCÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁEDITAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
MUNICIPAIS

Exercício de 2022. Considerando, os termos do ACÓRDÃO DE PARERECER PREVIO Nº 218/24 - Primeira Câmara do Egrégio TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ;

Considerando, ainda, o conteúdo no Processo nº 215690/23, referente à Prestação de Contas do Exercício de 2022 do Executivo Municipal de Reserva-PR;

Considerando, igualmente, o disposto no art. 31, § 3º, da Constituição Federal (as contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei), e, os termos da Lei Orgânica do Município;

FAÇO SABER aos interessados, o seguinte:

I - Tendo em vista o ACÓRDÃO DE PARERECER PREVIO Nº 218/24 - Primeira Câmara do Egrégio TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, referente ao exercício financeiro de 2022 de responsabilidade do Senhor LUCAS MACHADO RIBEIRO, com parecer prévio emitido junto ao Processo nº 215690/23, recomendando o julgamento nos seguintes termos:

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PREFEITO MUNICIPAL. Parecer Prévio pela REGULARIDADE das contas do Senhor LUCAS MACHADO RIBEIRO, na qualidade de prefeito do MUNICÍPIO DE RESERVA, relativos ao exercício de 2022.

II - O processo foi encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento, na pessoa do seu Presidente, Vereador GUSTO LOPATA, onde permanecerá por 60 (sessenta) dias, à disposição dos eventuais interessados.

III - Igualmente fica aberto O EXAME PÚBLICO DAS CONTAS MUNICIPAIS de que trata o art. 16 da Lei Orgânica do Município.

Reserva, em 05 de agosto de 2024.

FERNANDO HORNING
Presidente da Câmara MunicipalPREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ
ESTADO DO PARANÁEXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 046/2024

OBJETO: Contratação de empresa para execução e manutenção da Elipse de Vidreiros nos dias 14 e 15 de Dezembro de 2024.

Dotação orçamentária: 00010412204220072390300000 0290 CONTRATANTE: Município de Ivai - PR.

CONTRATADO: JEVERSON CAMILO ME VALOR GLOBAL: R\$ 20.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, inciso II da Lei Federal 14133/2021.

RATIFICADO EM 04/11/2024

Dr. Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE CONTRATO 037/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA. CONTRATADO: EDUARDO AUGUSTO VOZNIAK inscrito no CPF sob o nº. 185.708.729-61. OBJETO: O presente contrato tem como objeto a contratação de servidor para o exercício da função de SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - através do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2023.

PRazo de VIGÊNCIA: 01/11/2024 a 31/10/2025. VALOR REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ R\$ 1.626,25 (um mil, seiscentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 1552, DE 30 DE OUTUBRO DE 2024.

Súmula: Realiza alteração no artigo 2º da Lei 1552, de 23 de março de 2023 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA, Estado do Paraná, aprovou e o Prefeito Municipal sancionou a seguinte lei:

LEI

Art. 1º Esta Lei autoriza a alteração do artigo 2º da Lei 1552, de 23 de março de 2023, o qual passará a conter a seguinte redação:

"Art. 2º O montante total de recursos do Município a serem empregados na execução do objeto do presente termo de colaboração para o ano de 2025 é de até R\$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais) cujo o repasse será efetuado conforme cronograma de desembolso do Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social pela Deliberação nº 15/2024."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições anteriores.

GABINETE DO PREFEITO, em 30 de outubro de 2024.

LUCAS MACHADO RIBEIRO
Prefeito do Município de Reserva
Estado do ParanáPREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº. 478, DE 1º DE OUTUBRO DE 2024.

Súmula: Dispõe sobre a nomeação para o exercício de cargo em comissão e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir de 1º de novembro de 2024, ALEXANDRE DE ALMEIDA SPERAFICO, portador de RG nº 12.738.349-2, SESS-PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 097.656.669-93, para exercer o cargo em comissão Assessor de Execução e Manutenção de Obras, Símbolo CC3.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 31 de outubro de 2024.

LUCAS MACHADO RIBEIRO
Prefeito do Município de Reserva
Estado do ParanáAgência do Trabalhador
de Ponta Grossa

3220-1070

AÇOUGUEIRO DEOSSADOR

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AÇOUGUEIRO

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AJUDANTE DE CARGA E DESCARGA DE MERCADORIA

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AJUDANTE DE SERRALHEIRO

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ANALISTA ADMINISTRATIVO

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ASSISTENTE DE MÍDIAS SOCIAIS

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ATENDENTE BALCONISTA

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ATENDENTE DE BALCÃO(PCD)

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ATENDENTE DE BALCÃO

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ATENDENTE DE BALCÃO

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE COZINHA

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE EXPEDIÇÃO

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE LIMPEZA(PCD)

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE LINHA DE PRODUÇÃO

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE LOGÍSTICA

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

AUXILIAR DE TORNEIRO MECÂNICO

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

BARISTA

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CAIXA DE LOJA

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CARPINTEIRO DE OBRAS

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CARPINTEIRO

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CHAPISTA DE LANCHONETE

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CHEFE DE SERVIÇO DE LIMPEZA

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

COLETADOR DE PREÇOS

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CONFITEIRO

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CONFERENTE DE LOGÍSTICA

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CONSULTOR DE VENDAS

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

CORRETOR DE IMÓVEIS

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ELETRICISTA AUXILIAR

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ELETRICISTA DE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ELETRICISTA DE INSTALAÇÕES

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

EMPREGADO DOMÉSTICO ARRUMADOR

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

EMPREGADO DOMÉSTICO NOS SERVIÇOS GERAIS

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ENCANADOR

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ENGENHEIRO DE ALIMENTOS

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

ESTOQUISTA

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

FRENTISTA

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

GERENTE DE FROTA

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

GESSEIRO

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

JARDINEIRO

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MANOBRISTA

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

MECÂNICO AJUSTADOR

Atendimento das 08h às 16h utilize as ferramentas digitais. Endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Centro.

Falecimentos

SEPULTADOS DO
DIA 06/11

Altair da Silva Carneiro, 65 anos
Carmelita Machado Viera, 85 anos
Claudio da Luz Buture de Oliveira, 64 anos
Dulcinea Aparecida Migliorini, 62 anos
Eversson Nogueira, 57 anos
Franciele Cristiane de Oliveira, 35 anos
José Alti Miranda, 71 anos
José da Silva Ingles, 66 anos
Luiz Carlos Monteiro, 70 anos
Maria Moreira de Jesus Biernaski, 53 anos
Paulo Roberto Nogueira, 54 anos
Pedro Manuel da Silva Costa Godinho, 76 anos

SEPULTAMENTOS
NO DIA 07/11

Aizira Carapunaria Lozano, 83 anos
Veldor: Capela da Funerária Prever
Cemitério: Crematório Campos Gerais, às 15h

Edite Florinda de Araujo, 86 anos
Veldor: Capela Santo Antônio
Cemitério: Santo Antônio, às 14h

Marcelo José Marques, 54 anos
Veldor: Capela da Vila Palmerinha
Cemitério: São Sebastião, às 10h

Lauro Miguel da Silva, 77 anos
Veldor: Em outro município
Veldor: Em outro município

Vinicius Swiatowski, 48 anos
Veldor: Capela do Luto Santana
Cemitério: Taquari dos Polacos, às 09h30

PRINCESA
assistência

O plano da família
PONTAGROSSENSE

(42) 322



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
16.829.146/0001-84
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRALDATA DE ABERTURA
06/09/2012NOME EMPRESARIAL
CONSTRUTORA CATHIO LTDATÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
CONSTRUTORA CATHIOPORTE
EPPCÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção
37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários
41.20-4-00 - Construção de edifícios
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
82.99-7-01 - Medição de consumo de energia elétrica, gás e água

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária LimitadaLOGRADOURO
R VICE-PREFEITO TADEU DUDANÚMERO
406COMPLEMENTO
COND INDUSTRIALCEP
84.505-349BAIRRO/DISTRITO
JARDIM AEROPORTOMUNICÍPIO
IRATIUF
PRENDEREÇO ELETRÔNICO
CATHIO@CATHIO.COM.BRTELEFONE
(42) 3422-8080ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
06/09/2012

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL
*****DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/01/2025 às 09:08:16 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CONSTRUTORA CATHIO LTDA
CNPJ 16.829.146/0001-84 NIRE 41600823206

CARINA AZILIERO DUDA, brasileira, solteira, engenheira civil, natural da cidade de Irati - PR, nascida em 11/02/1988, portadora do documento de identidade civil (RG) nº 10.637.834-7-SESP/PR, e inscrita no cadastro de pessoas físicas do ministério da fazenda (CPF) nº 067.177.699-12, residente e domiciliada na Rua Inácio Martins, nº 45, Alto da Gloria, na cidade de Irati, estado do Paraná, CEP 84500-173.

Única sócia componente da Sociedade Empresária Limitada Unipessoal que gira sob o nome empresarial de **CONSTRUTORA CATHIO LTDA**, com sede à rua Vice-Prefeito Tadeu Duda, nº 406, Condomínio Industrial, bairro Jardim Aeroporto, CEP: 84.505-349, cidade de Irati/PR, com seu Contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE nº 41600823206 e inscrita no CNPJ sob o nº 16.829.146/0001-84, resolve alterar o contrato social, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ENQUADRAMENTO DO PORTE EMPRESARIAL: Altera-se o enquadramento da sociedade para **EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Ficam inalteradas as demais cláusulas do Instrumento Constitutivo que não colidem com as disposições do presente dispositivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL: Tendo em vista as modificações ora ajustadas, consolida-se o Contrato Social, que passa a ter a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
CONSTRUTORA CATHIO LTDA
CNPJ 16.829.146/0001-84 NIRE 41600823206

CARINA AZILIERO DUDA, brasileira, solteira, engenheira civil, natural da cidade de Irati/PR, nascida em 11/02/1988, portadora do documento de identidade civil (RG) nº 10.637.834-7-SESP/PR, e inscrita no cadastro de pessoas físicas do ministério da fazenda (CPF) nº 067.177.699-12, residente e domiciliada na Rua Inácio Martins, nº 45, Alto da Gloria, na cidade de Irati, estado do Paraná, CEP 84500-173.

Única sócia componente da Sociedade Empresária Limitada Unipessoal que gira sob o nome empresarial de **CONSTRUTORA CATHIO LTDA**, com sede à rua Vice-Prefeito Tadeu Duda, nº 406, Condomínio Industrial, bairro Jardim Aeroporto, CEP: 84.505-349, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE nº 41600823206 e inscrita no CNPJ sob o nº 16.829.146/0001-84, promove a consolidação do contrato social, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO NOME EMPRESARIAL: A sociedade empresária limitada gira sob o nome empresarial de **CONSTRUTORA CATHIO LTDA**, que será regida por este instrumento de alteração e considerando a disposição constante no art. 1.052 da Lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ENDEREÇO: A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: Rua Vice-Prefeito Tadeu Duda, nº 406, Condomínio Industrial, bairro Jardim Aeroporto, CEP: 84.505-349.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO INÍCIO DAS ATIVIDADES: A sociedade iniciou suas atividades em 03 de setembro de 2012 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Página 2 de 5

QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CONSTRUTORA CATHIO LTDA
CNPJ 16.829.146/0001-84 NIRE 41600823206

CLÁUSULA QUARTA – DO OBJETO: O objeto social da empresa é: 4212000- Construções de obras-de-arte especiais (construção e recuperação de pontes, viadutos, elevados, passarelas, construção de tuneis, urbanos, em rodovias, ferrovias, metropolitanas) 4120400- Construção de edifícios 2330302- fabricação de artefatos de cimento para uso na construção. 3702900- Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes. 3811400- Coleta de resíduos. 4110700 - Incorporação de empreendimentos imobiliários. 4213800- Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas (construção de vias urbanas, ruas e locais para estacionamento de veículos, construção de placas e calçadas para pedestres, trabalhos de superfície e pavimentação em vias urbanas, ruas, praças e calçadas, sinalização com pintura em vias urbanas, ruas e locais para estacionamento de veículos) 4222701- Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação. 4313400- Obras de terraplanagem. 4319300- Drenagem do solo destinado a construção. 4322301- Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás. 4322303- Instalações de sistema de prevenção de incêndio 4930202- transporte rodoviário de carga exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal, interestadual e internacional. 7112000- Serviços de engenharia 8130300- atividades paisagísticas (plantio, tratamento e manutenção de jardins e gramados, plantio, tratamento e manutenção de plantas, poda e o plantio de árvores na área urbana) 8299701- medição de consumo de energia elétrica, gás e água.

Parágrafo Único: Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) serão exercidas as seguintes atividades:

CNAE Nº 42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais;
CNAE Nº 23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção;
CNAE Nº 37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes;
CNAE Nº 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos;
CNAE Nº 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários;
CNAE Nº 41.20-4-00 - Construção de edifícios;
CNAE Nº 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;
CNAE Nº 43.13-4-00 - Obras de terraplanagem;
CNAE Nº 43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente;
CNAE Nº 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás;
CNAE Nº 43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio;
CNAE Nº 71.12-0-00 - Serviços de engenharia;
CNAE Nº 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas;
CNAE Nº 82.99-7-01 - Medição de consumo de energia elétrica, gás e água;
CNAE Nº 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
CNAE Nº 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;

CLÁUSULA QUINTA – DO CAPITAL: O capital social é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), divididos em 2.000.000 (dois milhões) de quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e integralizadas em moeda corrente do país, e assim distribuído:

SÓCIO	QUOTAS	%	CAPITAL R\$
CARINA AZILIERO DUDA	2.000.000	100,00%	R\$ 2.000.000,00
TOTAL	2.000.000	100,00%	R\$ 2.000.000,00

Parágrafo Primeiro: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, não havendo responsabilidade solidária pelas obrigações sociais, respondendo, no entanto, pela integralização do capital social.

Parágrafo Segundo: Sobre as quotas acima, pesa a cláusula restritiva de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO: A sociedade será administrada pela sócia **CARINA AZILIERO DUDA**, a qual, compete privativa e individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, em juízo, ou fora dela, estando a mesma dispensada da prestação de caução, podendo praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social, sendo-lhe, no entanto, vedado o uso do nome da sociedade, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, bem como a prestação de fiança ou aval, e o comprometimento dos mesmos em atos de liberalidade ou de favor, podendo passar poderes para terceiros por procuração.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DO ADMINISTRADOR: A sócia administradora declara, sob as penas da lei, de que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA OITAVA – DA RETIRADA DE PRÓ-LABORE: Os sócios poderão fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore para os sócios administradores, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA NONA - DO BALANÇO PATRIMONIAL: Ao término de cada exercício, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos empresários, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo único: A empresa poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores a um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias, poderá ser repassado mensalmente a sócia, a título de antecipação de lucros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS: A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração do Ato Constitutivo assinada pelos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO: Falecendo ou interditado os sócios, a empresa continuará suas atividades com os sócios remanescentes e seus herdeiros, sucessores e ou incapazes. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a empresa se resolva em relação aos sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ENQUADRAMENTO DO PORTE EMPRESARIAL: A sócia declara que a sociedade se enquadra como **EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (Art. 3º, I, LC nº 123, de 2006).


QUARTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CONSTRUTORA CATHIO LTDA
CNPJ 16.829.146/0001-84 NIRE 41600823206

Página 4 de 5

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO: Fica eleito o foro de Irati/Pr., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Paraná.

Irati/PR, 01 de maio de 2024.



Assinado Digitalmente
CARINA AZILIERO DUDA
CPF sob nº 067.177.699-12



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CONSTRUTORA CATHIO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
06717769912	CARINA AZILIERO DUDA



CERTIFICO O REGISTRO EM 22/05/2024 08:38 SOB N° 20243567936.
PROTOCOLO: 243567936 DE 21/05/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12407172729. CNPJ DA SEDE: 16829146000184.
NIRE: 41600823206. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 01/05/2024.
CONSTRUTORA CATHIO LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

**RECEITA
ESTADUAL DO
PARANÁ****Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD**

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90608344-20	16.829.146/0001-84	09/2012

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial **CONSTRUTORA CATHIO LTDA**
Título do Estabelecimento **CONSTRUTORA CATHIO**
Endereço do Estabelecimento **RUA VICE-PREFEITO TADEU DUDA, 406, COND INDUSTRIAL - JARDIM AEROPORTO - CEP 84505-349**
FONE: (42) 3422-8080
Município de Instalação **IRATI - PR, DESDE 09/2012**
(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual **ATIVO - REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 12 DO MES+1, DESDE 06/2018**
Natureza Jurídica **206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento **4212-0/00 - CONSTRUCAO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS**
2330-3/02 - FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO
4930-2/02 - TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
4120-4/00 - CONSTRUCAO DE EDIFICIOS
4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento **4222-7/01 - CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUcoes CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO**
4313-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM
4319-3/00 - SERVICOS DE PREPARACAO DO TERRENO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
4322-3/01 - INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS
4322-3/03 - INSTALACOES DE SISTEMA DE PREVENCAO CONTRA INCENDIO

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	067.177.699-12	CARINA AZILIERO DUDA	SÓCIO-ADMINISTRADOR

Este CICAD tem validade até 14/02/2025.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90608344-20

Emitido Eletronicamente via Internet
15/01/2025 8:41:26

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

Estado do Paraná
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SETOR DE TRIBUTAÇÃO

ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO Nº 14477/2024

Fundamentação Legal: Lei Municipal nº.4229 - art.63

RAZÃO SOCIAL:

CONSTRUTORA CATHIO LTDA

NOME FANTASIA:

CONSTRUTORA CATHIO

HORÁRIO
DAS 08:00H
ÀS 18:00H

CNPJ/CPF: 16.829.146/0001-84

ENDEREÇO: RUA - VICE PREFEITO TADEU DUDA, 406 CEP.: 84505-349

BAIRRO: JARDIM AEROPORTO

COND. INDUSTRIAL

ATIVIDADES

- 42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais
- 23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção
- 37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes
- 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
- 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários
- 41.20-4-00 - Construção de edifícios
- 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
- 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
- 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
- 43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
- 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
- 43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
- 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
- 71.12-0-00 - Serviços de engenharia
- 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
- 82.99-7-01 - Medição de consumo de energia elétrica, gás e água

CONTADOR/CONTABILIDADE RESPONSÁVEL

PROT. INICIAL/ANO

PROT. ALTERAÇÃO/ANO

GELSON MENON

4693, 2012

1613, 2021

NO CASO DE ENCERRAMENTO, PARALISAÇÃO, MUDANÇA DE ENDEREÇO, RAMO DE ATIVIDADE OU QUALQUER OUTRA ALTERAÇÃO, O CONTRIBUINTE SERÁ OBRIGADO COMUNICAR A PREFEITURA NO PRAZO DE 30 (TRINTA DIAS, CONFORME CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL)

Código Autenticidade: 6285565E71B5E705DA18FB9363EBDF4E

DATA ABERTURA: 06/09/2012

INÍCIO DE ATIVIDADE: 13/09/2012

DATA DE EXPEDIÇÃO: 22/04/2024

DATA DE VALIDADE: 22/04/2025

JUAREZ MIGUEL DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

COLOCAR ESTE DOCUMENTO EM LUGAR VISÍVEL - ART.65 - LEI 4229/2016

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 41207437363	CNPJ 16.829.146/0001-84	
NOME EMPRESARIAL CONSTRUTORA CATHIO EIRELI		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO DIARIO	NÚMERO DO LIVRO 13
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 0F.27.ED.88.3C.9A.8A.35.76.F4.17.DC.C5.FA.97.73.59.E8.C2.AD	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contabilista	55864503991	LUIS GONZAGA DIDUR:55864503991	370396774078855507 8	29/09/2023 a 28/09/2024	Não
Outros	06717769912	CARINA AZILIERO DUDA:06717769912	566073569975041846 1	24/08/2023 a 24/08/2024	Sim

NÚMERO DO RECIBO:
0F.27.ED.88.3C.9A.8A.35.76.F4.17.DC.
C5.FA.97.73.59.E8.C2.AD-9

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

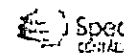
em 30/04/2024 às 15:57:58

B9.49.7A.9B.2C.C4.3C.4F
12.86.B0.D9.31.CF.07.60

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: CONSTRUTORA CATHIO EIRELI
Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 16.829.146/0001-84
Número de Ordem do Livro: 13

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial CONSTRUTORA CATHIO EIRELI

NIRE 41207437363

CNPJ 16.829.146/0001-84

Número de Ordem 13

Estrutura do Livro DIARIO

Município IRATI

Data do arquivamento dos atos constitutivos 06/09/2012

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2023

Quantidade total de linhas do arquivo digital 11291

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial CONSTRUTORA CATHIO EIRELI

Estrutura do Livro DIARIO

Número de ordem 13

Quantidade total de linhas do arquivo digital 11291

Data de início 01/01/2023

Data de término 31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0F.27.ED.88.3C.9A.8A.35.76.F4.17.DC.C5.FA.97.73.59.E8.C2.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

Página 1 de 1

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: CONSTRUTORA CATHIO EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 16.829.146/0001-84

Número de Ordem do Livro: 13

Período Selecionado: 01 de Abril de 2023 a 30 de Junho de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 861.565,59	R\$ 1.751.401,32
PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 861.565,59	R\$ 1.751.401,32
PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 861.565,59	R\$ 1.751.401,32
SERVICOS PRESTADOS		R\$ 861.565,59	R\$ 1.751.401,32
(-) DEDUCOES E ABATIMENTOS DA RECEITA BRUTA		R\$ (31.447,15)	R\$ (63.926,16)
(-) IMPOSTOS E TAXAS INCIDENTES s/VENDAS		R\$ (31.447,15)	R\$ (63.926,16)
(-) DEDUCOES S/RECEITA		R\$ (31.447,15)	R\$ (63.926,16)
(-) PIS S/FATURAMENTO		R\$ (5.600,18)	R\$ (11.384,12)
(-) COFINS		R\$ (25.846,97)	R\$ (52.542,04)
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 830.118,44	R\$ 1.687.475,16
LUCRO BRUTO		R\$ 830.118,44	R\$ 1.687.475,16
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (1.324.098,60)	R\$ (1.526.243,27)
(-) DESPESAS		R\$ (672.886,81)	R\$ (862.028,23)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (672.886,81)	R\$ (862.028,23)
(-) IMPRESSOS MAT EXPEDIENTE		R\$ (4.602,30)	R\$ (181,40)
(-) AGUA		R\$ 0,00	R\$ (8.651,11)
(-) LUZ		R\$ 0,00	R\$ (2.723,65)
(-) TELEFONE		R\$ 0,00	R\$ (1.418,95)
(-) COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES		R\$ (132.356,78)	R\$ (224.833,66)
(-) CONsertos,PECAS E PNEUS		R\$ (268.135,48)	R\$ (119.556,12)
(-) PROPAGANDA E PULICIDADES		R\$ (358,00)	R\$ (150,00)
(-) HONORARIOS		R\$ (3.800,00)	R\$ (1.800,00)
(-) FRETES		R\$ (11.337,33)	R\$ (23.407,47)
(-) CESTAS BASICAS		R\$ (61.069,02)	R\$ (87.362,30)
(-) SERVICOS DE TERCEIRO		R\$ 0,00	R\$ (1.155,00)
(-) MULTAS		R\$ (6.691,69)	R\$ (20.012,68)
(-) IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS		R\$ (20.711,43)	R\$ (19.807,90)
(-) UNIFORMES E EPI		R\$ (4.859,80)	R\$ (10.334,55)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R\$ (146.717,15)	R\$ (322.385,61)
(-) LOCACAO DE EQUIPAMENTOS		R\$ (3.000,00)	R\$ (9.000,00)
(-) DEPRECIACAO		R\$ (9.247,83)	R\$ (9.247,83)
(-) DESPESAS C/PESSOAL		R\$ (651.211,79)	R\$ (664.215,04)
(-) SALARIOS		R\$ (386.798,05)	R\$ (425.510,86)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número OF.27.ED.88.3C.9A.8A.35.76.F4.17.DC.C5.FA.97.73.59.E8.C2.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

Página 1 de 2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: CONSTRUTORA CATHIO EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 16.829.146/0001-84

Número de Ordem do Livro: 13

Período Selecionado: 01 de Abril de 2023 a 30 de Junho de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) FERIAS E ADICIONAIS		R\$ (49.655,94)	R\$ (18.100,16)
(-) 13o. SALARIO		R\$ (2.053,15)	R\$ (3.674,00)
(-) INSS		R\$ (130.820,91)	R\$ (142.622,17)
(-) FGTS		R\$ (36.390,68)	R\$ (35.092,28)
(-) GRATIFICAÇÃO		R\$ (5.537,40)	R\$ (2.176,35)
(-) VALE ALIMENTACAO		R\$ 0,00	R\$ (267,62)
(-) AVISO PREVIO		R\$ (9.379,26)	R\$ (6.771,60)
(-) PRO-LABORE		R\$ (30.000,00)	R\$ (30.000,00)
ANONO PECUNIARIO		R\$ (576,40)	R\$ 0,00
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (493.980,16)	R\$ 161.231,89
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (350.431,43)	R\$ (296.425,34)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (350.431,43)	R\$ (296.425,34)
(-) DESPESAS BANCARIAS		R\$ (5.553,90)	R\$ (11.119,02)
(-) JUROS PAGOS		R\$ (344.877,53)	R\$ (285.306,32)
(-) RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ (844.411,59)	R\$ (135.193,45)
(-) PROVISOES		R\$ (20.536,22)	R\$ (47.943,16)
(-) PROVISAO P/IMPOSTO DE RENDA		R\$ (20.536,22)	R\$ (47.943,16)
(-) PROVISOES		R\$ (20.536,22)	R\$ (47.943,16)
(-) IMPOSTO DE RENDA		R\$ (11.231,31)	R\$ (29.028,03)
(-) CSLL		R\$ (9.304,91)	R\$ (18.915,13)
(-) PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		R\$ (864.947,81)	R\$ (183.136,61)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0F.27.ED.88.3C.9A.8A.35.76.F4.17.DC.C5.FA.97.73.59.E8.C2.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

Página 2 de 2

267

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: CONSTRUTORA CATHIO EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 16.829.146/0001-84

Número de Ordem do Livro: 13

Período Selecionado: 01 de Julho de 2023 a 30 de Setembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 1.751.401,32	R\$ 1.388.833,53
PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 1.751.401,32	R\$ 1.388.833,53
PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 1.751.401,32	R\$ 1.388.833,53
SERVICOS PRESTADOS		R\$ 1.751.401,32	R\$ 1.388.833,53
(-) DEDUCOES E ABATIMENTOS DA RECEITA BRUTA		R\$ (63.926,16)	R\$ (50.692,43)
(-) IMPOSTOS E TAXAS INCIDENTES S/VENDAS		R\$ (63.926,16)	R\$ (50.692,43)
(-) DEDUCOES S/RECEITA		R\$ (63.926,16)	R\$ (50.692,43)
(-) PIS S/FATURAMENTO		R\$ (11.384,12)	R\$ (9.027,42)
(-) COFINS		R\$ (52.542,04)	R\$ (41.665,01)
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 1.687.475,16	R\$ 1.338.141,10
LUCRO BRUTO		R\$ 1.687.475,16	R\$ 1.338.141,10
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (1.526.243,27)	R\$ (1.799.717,13)
(-) DESPESAS		R\$ (862.028,23)	R\$ (1.117.837,57)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (862.028,23)	R\$ (1.117.837,57)
(-) IMPRESSOS MAT EXPEDIENTE		R\$ (181,40)	R\$ (168,70)
(-) AGUA		R\$ (8.651,11)	R\$ (6.388,26)
(-) LUZ		R\$ (2.723,65)	R\$ (3.094,42)
(-) TELEFONE		R\$ (1.418,95)	R\$ (1.414,28)
(-) COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES		R\$ (224.833,66)	R\$ (428.445,26)
(-) CONsertos,PECAS E PNEUS		R\$ (119.556,12)	R\$ (192.899,23)
(-) PROPAGANDA E PULICIDADES		R\$ (150,00)	R\$ (2.000,00)
(-) HONORARIOS		R\$ (1.800,00)	R\$ (1.800,00)
(-) FRETES		R\$ (23.407,47)	R\$ (295,78)
(-) CESTAS BASICAS		R\$ (87.362,30)	R\$ (82.702,69)
(-) SERVICOS DE TERCEIRO		R\$ (1.155,00)	R\$ (16.233,70)
(-) MULTAS		R\$ (20.012,68)	R\$ (34.012,23)
(-) IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS		R\$ (19.807,90)	R\$ (11.719,23)
(-) UNIFORMES E EPI		R\$ (10.334,55)	R\$ (12.565,80)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R\$ (322.385,61)	R\$ (314.850,16)
LOCACAO DE EQUIPAMENTOS		R\$ (9.000,00)	R\$ 0,00
(-) DEPRECIACAO		R\$ (9.247,83)	R\$ (9.247,83)
(-) DESPESAS C/PESSOAL		R\$ (664.215,04)	R\$ (681.879,56)
(-) SALARIOS		R\$ (425.510,86)	R\$ (431.216,77)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0F.27.ED.88.3C.9A.8A.35.76.F4.17.DC.C5.FA.97.73.59.E8.C2.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

Página 1 de 2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: CONSTRUTORA CATHIO EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 16.829.146/0001-84

Número de Ordem do Livro: 13

Período Selecionado: 01 de Julho de 2023 a 30 de Setembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) FERIAS E ADICIONAIS		R\$ (18.100,16)	R\$ (24.924,76)
(-) 13o. SALARIO		R\$ (3.674,00)	R\$ (2.079,00)
(-) INSS		R\$ (142.622,17)	R\$ (155.290,27)
(-) FGTS		R\$ (35.092,28)	R\$ (35.961,71)
GRATIFICAÇÃO		R\$ (2.176,35)	R\$ 0,00
(-) VALE ALIMENTACAO		R\$ (267,62)	R\$ (159,09)
(-) AVISO PREVIO		R\$ (6.771,60)	R\$ (2.247,96)
(-) PRO-LABORE		R\$ (30.000,00)	R\$ (30.000,00)
(-) RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ 161.231,89	R\$ (461.576,03)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 0,00	R\$ 0,49
RECEITAS		R\$ 0,00	R\$ 0,49
RECEITAS FINACNEIRAS		R\$ 0,00	R\$ 0,49
REND.S/APLIC.FINANCEIRAS		R\$ 0,00	R\$ 0,49
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (296.425,34)	R\$ (275.166,95)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (296.425,34)	R\$ (275.166,95)
(-) DESPESAS BANCARIAS		R\$ (11.119,02)	R\$ (1.036,24)
(-) JUROS PAGOS		R\$ (285.306,32)	R\$ (274.130,71)
(-) RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ (135.193,45)	R\$ (736.742,49)
(-) PROVISOES		R\$ (47.943,16)	R\$ (36.776,07)
(-) PROVISAO P/IMPOSTO DE RENDA		R\$ (47.943,16)	R\$ (36.776,07)
(-) PROVISOES		R\$ (47.943,16)	R\$ (36.776,07)
(-) IMPOSTO DE RENDA		R\$ (29.028,03)	R\$ (21.776,67)
(-) CSLL		R\$ (18.915,13)	R\$ (14.999,40)
(-) PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		R\$ (183.136,61)	R\$ (773.518,56)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0F.27.ED.88.3C.9A.8A.35.76.F4.17.DC.C5.FA.97.73.59.E8.C2.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

Página 2 de 2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: CONSTRUTORA CATHIO EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 16.829.146/0001-84

Número de Ordem do Livro: 13

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 1.388.833,53	R\$ 716.537,68
PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 1.388.833,53	R\$ 716.537,68
PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 1.388.833,53	R\$ 716.537,68
SERVICOS PRESTADOS		R\$ 1.388.833,53	R\$ 716.537,68
(-) DEDUCOES E ABATIMENTOS DA RECEITA BRUTA		R\$ (50.692,43)	R\$ (26.153,63)
(-) IMPOSTOS E TAXAS INCIDENTES S/VENDAS		R\$ (50.692,43)	R\$ (26.153,63)
(-) DEDUCOES S/RECEITA		R\$ (50.692,43)	R\$ (26.153,63)
(-) PIS S/FATURAMENTO		R\$ (9.027,42)	R\$ (4.657,49)
(-) COFINS		R\$ (41.665,01)	R\$ (21.496,14)
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 1.338.141,10	R\$ 690.384,05
(-) CUSTOS DAS VENDAS		R\$ 0,00	R\$ (500.000,00)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ 0,00	R\$ (500.000,00)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS		R\$ 0,00	R\$ (500.000,00)
(-) (+)COMPRAS MATERIAL DE CONSTRUCAO		R\$ 0,00	R\$ (500.000,00)
LUCRO BRUTO		R\$ 1.338.141,10	R\$ 190.384,05
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (1.799.717,13)	R\$ (1.550.720,75)
(-) DESPESAS		R\$ (1.117.837,57)	R\$ (859.159,86)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (1.117.837,57)	R\$ (859.159,86)
(-) IMPRESSOS MAT EXPEDIENTE		R\$ (168,70)	R\$ (1.019,80)
(-) AGUA		R\$ (6.388,26)	R\$ (5.320,52)
(-) LUZ		R\$ (3.094,42)	R\$ (701,68)
(-) TELEFONE		R\$ (1.414,28)	R\$ (701,55)
(-) COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES		R\$ (428.445,26)	R\$ (340.280,13)
(-) CONsertos,PECAS E PNEUS		R\$ (192.899,23)	R\$ (184.456,15)
(-) PROPAGANDA E PULICIDADES		R\$ (2.000,00)	R\$ (150,00)
(-) HONORARIOS		R\$ (1.800,00)	R\$ (1.800,00)
(-) FRETES		R\$ (295,78)	R\$ (136,65)
(-) CESTAS BASICAS		R\$ (82.702,69)	R\$ (100.991,29)
(-) SERVICOS DE TERCEIRO		R\$ (16.233,70)	R\$ (16.955,24)
(-) MULTAS		R\$ (34.012,23)	R\$ (8.530,59)
(-) IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS		R\$ (11.719,23)	R\$ (41.045,50)
(-) UNIFORMES E EPI		R\$ (12.565,80)	R\$ (6.564,65)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R\$ (314.850,16)	R\$ (139.258,28)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número OF.27.ED.88.3C.9A.8A.35.76.F4.17.DC.C5.FA.97.73.59.E8.C2.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

Página 1 de 2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: CONSTRUTORA CATHIO EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 16.829.146/0001-84

Número de Ordem do Livro: 13

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS		R\$ 0,00	R\$ (2.000,00)
(-) DEPRECIACAO		R\$ (9.247,83)	R\$ (9.247,83)
(-) DESPESAS C/PESSOAL		R\$ (681.879,56)	R\$ (691.560,89)
(-) SALARIOS		R\$ (431.216,77)	R\$ (370.611,91)
(-) FERIAS E ADICIONAIS		R\$ (24.924,76)	R\$ (83.276,82)
13o. SALARIO		R\$ (2.079,00)	R\$ 0,00
(-) INSS		R\$ (155.290,27)	R\$ (171.372,02)
(-) FGTS		R\$ (35.961,71)	R\$ (36.300,14)
VALE ALIMENTACAO		R\$ (159,09)	R\$ 0,00
AVISO PREVIO		R\$ (2.247,96)	R\$ 0,00
(-) PRO-LABORE		R\$ (30.000,00)	R\$ (30.000,00)
(-) RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (461.576,03)	R\$ (1.360.336,70)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 0,49	R\$ 0,00
RECEITAS		R\$ 0,49	R\$ 0,00
RECEITAS FINACNEIRAS		R\$ 0,49	R\$ 0,00
REND.S/APLIC.FINANCEIRAS		R\$ 0,49	R\$ 0,00
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (275.166,95)	R\$ (226.159,02)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (275.166,95)	R\$ (226.159,02)
(-) DESPESAS BANCARIAS		R\$ (1.036,24)	R\$ (2.102,30)
(-) JUROS PAGOS		R\$ (274.130,71)	R\$ (224.056,72)
(-) RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ (736.742,49)	R\$ (1.586.495,72)
(-) PROVISOES		R\$ (36.776,07)	R\$ (16.337,06)
(-) PROVISAO P/IMPOSTO DE RENDA		R\$ (36.776,07)	R\$ (16.337,06)
(-) PROVISOES		R\$ (36.776,07)	R\$ (16.337,06)
(-) IMPOSTO DE RENDA		R\$ (21.776,67)	R\$ (8.598,45)
(-) CSLL		R\$ (14.999,40)	R\$ (7.738,61)
(-) PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		R\$ (773.518,56)	R\$ (1.602.832,78)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0F.27.ED.88.3C.9A.8A.35.76.F4.17.DC.C5.FA.97.73.59.E8.C2.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

Página 2 de 2

271

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



242

Entidade: CONSTRUTORA CATHIO EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNP 16.829.146/0001-84

Número de Ordem do Livro: 13

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Março de 2023

Historico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido		Total (R\$)
	CAPITAL SOCIAL (R\$)	LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADO (R\$)	
Saldo Inicial em 01.01.2023	2.000.000,00	7.696.423,38	9.696.423,38
ENCERRAMENTO RESULTADO		(-)864.947,81	(-)864.947,81
Saldo Final em 31.03.2023	2.000.000,00	6.831.475,57	8.831.475,57
Notas			

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0F.27.ED.88.3C.9A.8A.35.76.F4.17.DC.C5.FA.97.73.59.E8.C2.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 | Atualizador

Página 1 de 1

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



273

Entidade:	CONSTRUTORA CATHIO EIRELI		
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023	CNP 16.829.146/0001-84	Número de Ordem do Livro: 13
Período Selecionado:	01 de Abril de 2023 a 30 de Junho de 2023		

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido		Total (R\$)
	CAPITAL SOCIAL (R\$)	LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADO (R\$)	
Saldo Inicial em 01.04.2023	2.000.000,00	6.831.475,57	8.831.475,57
ENCERRAMENTO RESULTADO		(-)183.136,61	(-)183.136,61
Saldo Final em 30.06.2023	2.000.000,00	6.648.338,96	8.648.338,96
Notas			

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0F.27.ED.88.3C.9A.8A.35.76.F4.17.DC.C5.FA.97.73.59.E8.C2.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



h28
284

Entidade: CONSTRUTORA CATHIO EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNP 16.829.146/0001-84

Número de Ordem do Livro: 13

Período Selecionado: 01 de Julho de 2023 a 30 de Setembro de 2023

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido		Total (R\$)
	CAPITAL SOCIAL (R\$)	LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADO (R\$)	
Saldo Inicial em 01.07.2023	2.000.000,00	6.648.338,96	8.648.338,96
ENCERRAMENTO RESULTADO		(-)773.518,56	(-)773.518,56
Saldo Final em 30.09.2023	2.000.000,00	5.874.820,40	7.874.820,40
Notas			

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0F.27.ED.88.3C.9A.8A.35.76.F4.17.DC.C5.FA.97.73.59.E8.C2.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

275

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Entidade: CONSTRUTORA CATHIO EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNP 16.829.146/0001-84

Número de Ordem do Livro: 13

Período Selecionado: 01 de Outubro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido		Total (R\$)
	CAPITAL SOCIAL (R\$)	LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADO (R\$)	
Saldo Inicial em 01.10.2023	2.000.000,00	5.874.820,40	7.874.820,40
ENCERRAMENTO RESULTADO		(-)1.602.832,78	(-)1.602.832,78
Saldo Final em 31.12.2023	2.000.000,00	4.271.987,62	6.271.987,62
Notas			

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0F.27.ED.88.3C.9A.8A.35.76.F4.17.DC.C5.FA.97.73.59.E8.C2.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

ASSINANTES ESCRITURAÇÃO



276

Entidade: CONSTRUTORA CATHIO EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 16.829.146/0001-84

Número de Ordem do Livro: 13

Nome do Signatário	CPF/CNPJ	CRC do Contabilista	Sequencial do CRC	Data de Validade da CRPC	CRC Expedidor	Telefone do Signatário	Email do Signatário	Responsável Assinatura ECD S/N
LUIS GONZAGA DIDUR	558.645.039-91	PR02817204			PR	4234223138	lgd@irati.com.br	N
	Código Qualificação Assinante:			900-Contador/Contabilista				
	Qualificação Assinante:			Contabilista				
CARINA AZILIERO DUDA	067.177.699-12							S
	Código Qualificação Assinante:			999-Outros				
	Qualificação Assinante:			Outros				

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA - 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1 - LIQUIDEZ CORRENTE

a. ATIVO CIRCULANTE	3.115.981,49	= 0,35
b. PASSIVO CIRCULANTE	9.008.697,65	

A empresa tem R\$ 0,35 para cada R\$ 1,00 de dívida.

2 - LIQUIDEZ SECA

a. AT.CIRCULANTE - ESTOQUE	3.115.981,49	= 0,35
b. PASSIVO CIRCULANTE	9.008.697,65	

A empresa tem R\$ 0,35 para cada R\$ 1,00 de dívida.

3 - LIQUIDEZ GERAL

a. AT.CIRC.+ REALIZ.L/PRAZO	3.115.981,49	= 0,35
b. PASS.CIRC.+PASS.NÃO CIRC.	9.008.697,65	

A empresa tem R\$ 0,35 para cada R\$ 1,00 de dívida.

4 - SOLVÊNCIA GERAL

a. AT.CIRCUL.+AT.NÃO CIRCUL.	15.280.685,27	= 1,70
b. PASS.CIRC.+PASS.NÃO CIRC.	9.008.697,65	

A empresa tem R\$ 1,70 para cada R\$ 1,00 de dívida.

5 - ENDIVIDAMENTO GERAL

a. PASS.CIRC.+PASS.NÃO CIRC.	9.008.697,65	= 0,59
b. AT.CIRCUL.+AT.NÃO CIRCUL.	15.280.685,27	

Capital de terceiros representa 59,00% do investimento total.

6 - IMOBILIZAÇÃO DO INVESTIMENTO TOTAL

a. AT.NÃO CIRC-REAL.L/PRAZO	12.164.703,78	= 0,80
b. AT.CIRCUL.+AT.NÃO CIRCUL.	15.280.685,27	

Ativo Permanente representa 80,00% do capital em giro.

7 - IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

a. AT.NÃO CIRC-REAL.L/PRAZO	12.164.703,78	= 1,94
b. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.271.987,62	

Ativo Permanente representa 194,00% o capital próprio.

8 - RENTABILIDADE DO INVESTIMENTO TOTAL

a. RESULTADO ANTES DO I.R.	1.586.495,72	= 0,10-
b. AT.CIRCUL.+AT.NÃO CIRCUL.	15.280.685,27	

O resultado negativo é -10,00% sobre o capital em giro.

9 - RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO

a. RESULTADO ANTES DO I.R.	1.586.495,72	= 0,25-
b. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.271.987,62	

O resultado negativo é -25,00% sobre o capital próprio.

10 - PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS

a. PASS.CIRC.+PASS.NÃO CIRC.	9.008.697,65	= 1,44
b. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.271.987,62	

Para cada R\$100,00 de capital próprio, a empresa utiliza R\$ 144,00 de recursos de terceiros.

11 - CAPITALIZAÇÃO

a. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.271.987,62	= 0,41
b. AT.CIRCUL.+AT.NÃO CIRCUL.	15.280.685,27	

O capital próprio equivale a 41,00% do investimento total.

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA - 31 DE DEZEMBRO DE 2023

12 - IMOBILIZAÇÃO RECURSOS NÃO RECORRENTES

a. ATIVO NÃO CIRCULANTE	12.164.703,78	
b. PATR.LÍQ.+PASS.NÃO CIRCUL.	6.271.987,62	= 1,94

194,00% dos recursos não recorrentes foram destinados a imobilização.

13 - RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. LUCRO LÍQUIDO	1.602.832,78	
b. PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÉDIO	7.984.205,50	= 0,20-

14 - GIRO DO ATIVO

a. VENDAS LÍQUIDAS	690.384,05	
b. AT.CIRCUL.+AT.NÃO CIRCUL.	15.280.685,27	= 0,05

A empresa vendeu R\$ 5,00 para cada R\$1,00 de investimento total.

15 - MARGEM LÍQUIDA

a. LUCRO LÍQUIDO	1.602.832,78	
b. VENDAS LÍQUIDAS	690.384,05	= 2,32-

16 - LIQUIDEZ IMEDIATA

a. DISPONIBILIDADES	700.111,15	
b. PASSIVO CIRCULANTE	9.008.697,65	= 0,08

A empresa possui R\$ 0,08 de Disponibilidade para cada R\$1,00 de dívida de curto prazo.

17 - CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO

a. ATIVO CIRCULANTE	3.115.981,49	
a. REALIZ. L/PRAZO	0,00	3.115.981,49
b. (-) PASSIVO CIRCULANTE	9.008.697,65	
b. (-) PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	9.008.697,65
(=) CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO		5.892.716,16

ADMINISTRADOR

ASSINADO DIGITALMENTE
LUIS GONZAGA DIDURA conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

CONTADOR

ASSINADO DIGITALMENTE
LUIS GONZAGA DIDURA conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

CARINA AZILIERO DUDA

ADMINISTRADOR

C.P.F. 067.177.699-12

R.G. 10637834-7 PR -

LUIS GONZAGA DIDUR

Contador

C.R.C. PR-PR-028172/O-4

C.P.F. 558.645.039-91

R.G. 39026856-SS PR

01 CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa - Construtora Cathio Ltda, constituída em 06/09/2012, com sede na Rua Inácio Martins, nº. 45, Bairro Alto da Glória, cidade de Irati - PR, CNPJ nº. 16.829.146/0001-84, tributada pelo regime Lucro Presumido tem como principal atividade construção civil.

02. BASES DE ELABORAÇÃO

As demonstrações contábeis inerentes ao exercício de 01/01/2023 a 31/12/2023 estão sendo apresentadas em Reais (R\$).

A empresa declara expressamente que a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base os termos da NBC TG 1000 (R1) aprovada pela Resolução do CFC nº 2016 publicada no diário oficial da união em 01/11/2016 e a ITG 2000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1330/2011 que trata da Escrituração Contábil.

Atendendo aos termos da NBC TG 1000, a entidade está apresentando o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas. A administração da sociedade optou pela contratação de contabilidade terceirizada e declara que as demonstrações contábeis refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização, respondendo a administração da sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

Ao elaborar as demonstrações contábeis, a administração avaliou a capacidade de a entidade continuar em operação em futuro previsível e declara que não tem a intenção de liquidá-la ou cessar seus negócios, ou ainda não apresenta evidências realistas para a descontinuação de suas atividades.

A administração declara que as referidas demonstrações evidenciam as movimentações ocorridas entre 01/01/2022 a 31/12/2022.

A administração da sociedade declara que não ocorreram eventos subsequentes entre a data do encerramento das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão dessas demonstrações.

03. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levam em conta as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, confiabilidade, primazia da essência sobre a forma, prudência, integralidade, comparabilidade, tempestividade e equilíbrio entre custo e benefício, estando assim alinhadas com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação das demonstrações contábeis poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas contábeis que possam afetar valores reportados de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis.

A entidade elabora suas demonstrações contábeis usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimento para esses itens.

3.01 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, bens, direitos e obrigações, vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.02 Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.03 Fornecedores

A rubrica fornecedores nacionais refere-se ao saldo de obrigações junto a fornecedores de materiais e serviços aplicados na atividade operacional da empresa, reconhecidos pelo valor de nota fiscal de entrada.

Obrigações Tributárias

Esta rubrica contempla os tributos a pagar ou a recolher, inerentes a atividade da empresa referentes a prestação de serviços, ao lucro e inclusive os retidos de terceiros.

3.05 Reconhecimento das Receitas de Prestação de Serviços

A receita de prestação de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da empresa e é apresentada líquida das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita de prestação de serviços é reconhecida quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas:

- a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da utilização dos serviços;
- b) A entidade não mantenha envolvimento continuado após a prestação dos serviços;

- c) o valor da receita pode ser medido com segurança; e
d) o reconhecimento do contas a receber é provável.

04. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A PAGAR
04. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A PAGAR

TRIBUTOS	31/12/2022 em R\$	31/12/2023 em R\$
Iss a Recolher	13.999,06	13.999,06
IRPJ a Recolher	730.936,89	731.280,63
CSLL a Recolher	470.425,90	483.390,37
IRRF a Recolher	198.510,74	274.350,76
PIS a Recolher	213.325,41	220.019,98
COFINS a Recolher	1.055.502,72	1.090.505,97
INSS retido a recolher	939.725,12	1.522.843,16
TOTAL DE TRIBUTOS A PAGAR	3.622.425,84	4.336.839,93

05. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

	Nº DE COTAS ATUAL	VLR DA COTA	31/12/2021 em R\$	31/12/2022 em R\$
Capital Social Subscrito	2.000.000.000	1,00	2.000.000,00	2.000.000,00
(=) Capital Social Integralizado	2.000.000.000	1,00	2.000.000,00	2.000.000,00

ASSINADO DIGITALMENTE
LUIS GONZAGA DIDUR

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



CARINA AZILIERO DUDA
CPF:067.177.699-12
ADMINISTRADORA

Irati-PR, 31 de dezembro de 2023.

ASSINADO DIGITALMENTE
LUIS GONZAGA DIDUR

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



LUIZ GONZAGA DIDUR
CRC/PR 028172/O-4
CPF: 558.645.039-91
CONTADOR

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: CONSTRUTORA CATHIO EIRELI
 Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 16.829.146/0001-84
 Número de Ordem do Livro: 13
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Março de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 14.355.450,18	R\$ 17.957.015,89
CIRCULANTE		R\$ 5.291.447,36	R\$ 6.869.768,62
DISPONIVEL		R\$ 1.911.143,41	R\$ 2.688.262,92
CAIXA		R\$ 1.911.143,41	R\$ 2.688.262,92
CAIXA		R\$ 1.911.143,41	R\$ 2.688.262,92
CAIXA		R\$ 1.911.143,41	R\$ 2.688.262,92
BANCO C/MOVIMENTO		R\$ 229.392,80	R\$ 268.306,21
BANCOS		R\$ 229.392,80	R\$ 268.306,21
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 229.392,80	R\$ 268.306,21
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 64,33	R\$ 77,05
SICCOB		R\$ 229.274,54	R\$ 207.590,31
SICCOB CANOINHAS		R\$ 53,93	R\$ 441,00
CRESSOL		R\$ 0,00	R\$ 60.197,85
APLICACOES FINANCEIRAS		R\$ 0,00	R\$ 300,00
APLICACOES		R\$ 0,00	R\$ 300,00
CRESSOL		R\$ 0,00	R\$ 300,00
MERCADORIAS		R\$ 203.597,01	R\$ 965.585,35
MERCADORIAS		R\$ 203.597,01	R\$ 965.585,35
MERCADORIAS		R\$ 203.597,01	R\$ 965.585,35
MATERIAL USO E CONSUMO		R\$ 203.597,01	R\$ 965.585,35
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 2.947.314,14	R\$ 2.947.314,14
DUPLICATAS		R\$ 2.947.314,14	R\$ 2.947.314,14
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 2.947.314,14	R\$ 2.947.314,14
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 2.947.314,14	R\$ 2.947.314,14
NAO CIRCULANTE		R\$ 9.064.002,82	R\$ 11.087.247,27
IMOBILIZADO		R\$ 9.255.209,74	R\$ 11.287.702,02
IMOBILIZACOES TECNICAS TANGIVEIS		R\$ 9.255.209,74	R\$ 11.287.702,02
IMOBILIZADO		R\$ 9.255.209,74	R\$ 11.287.702,02
INSTALACOES COMERCIAIS		R\$ 2.500.777,42	R\$ 2.500.777,42
PREDIOS/EDIFICACAO		R\$ 1.386,00	R\$ 1.386,00
PREDIOS E EDIFICACOES		R\$ 4.786.942,38	R\$ 6.462.942,38
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 45.729,38	R\$ 45.729,38
MOVEIS E UTENSILIOS		R\$ 1.826.117,89	R\$ 2.166.117,89
VEICULOS		R\$ 68.001,27	R\$ 84.493,55
FERRAMENTAS E ACESSORIOS		R\$ 19.245,40	R\$ 19.245,40
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS		R\$ 7.010,00	R\$ 7.010,00
EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO		R\$ 191.206,92	R\$ 200.454,75
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA		R\$ 191.206,92	R\$ 200.454,75
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS		R\$ 191.206,92	R\$ 200.454,75
(-) DEPRECIACAO		R\$ 43.354,87	R\$ 43.354,87
(-) SIMAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 2.468,40	R\$ 2.622,90
(-) SIMOVEIS E UTENSILIOS		R\$ 130.239,84	R\$ 138.379,83
(-) SIVEICULOS		R\$ 3.869,20	R\$ 4.111,11
(-) SIFERRAM E ACESSORIOS		R\$ 5.785,92	R\$ 6.147,54
(-) SIQUIPAM ELETRONICOS		R\$ 5.488,61	R\$ 5.830,50
(-) SEQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO		R\$ 14.355.450,18	R\$ 17.957.015,89
PASSIVO		R\$ 14.355.450,18	R\$ 17.957.015,89
CIRCULANTE		R\$ 4.659.026,80	R\$ 9.125.540,32
FORNECEDORES		R\$ 535.000,00	R\$ 2.091.000,00
FORNECEDORES NACIONAIS		R\$ 535.000,00	R\$ 2.091.000,00
FORNECEDORES		R\$ 535.000,00	R\$ 2.091.000,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 245.394,03	R\$ 2.823.674,83
FINANCIAMENTOS BANCARIOS		R\$ 245.394,03	R\$ 2.823.674,83
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 245.394,03	R\$ 2.823.674,83
SICCOB		R\$ 47.027,99	R\$ 0,00
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 118.936,86	R\$ 62.515,17
SICCOB		R\$ 79.429,18	R\$ 400.457,17
ITAU		R\$ 0,00	R\$ 1.983,49
CRESSOL		R\$ 0,00	R\$ 2.358.719,00
OBRIGACOES SOCIAIS		R\$ 1.195.932,05	R\$ 1.352.251,76
OBRIGACOES SOCIAIS		R\$ 1.195.932,05	R\$ 1.352.251,76
OBRIGACOES SOCIAIS		R\$ 1.195.932,05	R\$ 1.352.251,76
INSS A RECOLHER		R\$ 939.725,12	R\$ 1.086.331,55
FGTS A PAGAR		R\$ 256.206,93	R\$ 265.920,21
OBRIGACOES FISCAIS		R\$ 2.682.700,72	R\$ 2.724.767,20
OBRIGACOES FISCAIS		R\$ 2.682.700,72	R\$ 2.724.767,20
OBRIGACOES FISCAIS		R\$ 2.682.700,72	R\$ 2.724.767,20
CSLL A RECOLHER		R\$ 470.425,90	R\$ 475.608,08
IRRF A RECOLHER		R\$ 196.510,74	R\$ 219.288,44
PIS SIFAT A RECOLHER		R\$ 213.325,41	R\$ 215.672,03
COFINS A RECOLHER		R\$ 1.055.502,72	R\$ 1.065.807,49
IRPJ A RECOLHER		R\$ 730.936,89	R\$ 734.392,10
ISS A RECOLHER		R\$ 13.999,06	R\$ 13.999,06
OUTRAS OBRIGACOES		R\$ 0,00	R\$ 133.846,53
OBRIGACOES COM PESSOAL		R\$ 0,00	R\$ 133.846,53
OBRIGACOES COM PESSOAL		R\$ 0,00	R\$ 133.846,53
SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 133.846,53
PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 9.696.423,38	R\$ 8.831.475,57
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
LUCROS ACUMULADOS		R\$ 7.696.423,38	R\$ 6.831.475,57
LUCROS ACUMULADOS		R\$ 7.696.423,38	R\$ 6.831.475,57
LUCROS / PREJUIZO ACUMULADOS		R\$ 7.696.423,38	R\$ 6.831.475,57
LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO		R\$ 7.696.423,38	R\$ 6.831.475,57

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0F.27.ED.88.3C.9A.8A.35.76.F4.17.DC.C5.FA.97.73.59.E8.C2.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

Página 1 de 1

281

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: CONSTRUTORA CATHIO EIRELI
 Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 16.829.146/0001-84
 Número de Ordem do Livro: 13
 Período Selecionado: 01 de Abril de 2023 a 30 de Junho de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 17.957.015,89	R\$ 17.670.758,22
CIRCULANTE		R\$ 6.868.768,62	R\$ 6.589.259,78
DISPONÍVEL		R\$ 2.688.262,92	R\$ 1.804.730,79
CAIXA		R\$ 2.688.262,92	R\$ 1.804.730,79
CAIXA		R\$ 2.688.262,92	R\$ 1.804.730,79
CAIXA		R\$ 2.688.262,92	R\$ 1.804.730,79
BANCO MOVIMENTO		R\$ 288.306,21	R\$ 45.855,37
BANCOS		R\$ 288.306,21	R\$ 45.855,37
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 288.306,21	R\$ 45.855,37
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 77,05	R\$ 140,56
SICCOB		R\$ 207.590,31	R\$ 43.943,30
SICCOB CANCELADAS		R\$ 441,00	R\$ 423,25
CRESSOL		R\$ 80.197,85	R\$ 0,00
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 0,00	R\$ 1.348,26
APLICACOES FINANCEIRAS		R\$ 300,00	R\$ 629,28
APLICACOES		R\$ 300,00	R\$ 629,28
BANCO ITAU S.A.		R\$ 0,00	R\$ 29,28
CRESSOL		R\$ 300,00	R\$ 600,00
MERCADORIAS		R\$ 965.585,35	R\$ 1.790.730,20
MERCADORIAS		R\$ 965.585,35	R\$ 1.790.730,20
MERCADORIAS		R\$ 965.585,35	R\$ 1.790.730,20
MATERIAL USO E CONSUMO		R\$ 965.585,35	R\$ 1.790.730,20
DUPPLICATAS A RECEBER		R\$ 2.947.314,14	R\$ 2.947.314,14
DUPPLICATAS		R\$ 2.947.314,14	R\$ 2.947.314,14
DUPPLICATAS A RECEBER		R\$ 2.947.314,14	R\$ 2.947.314,14
DUPPLICATAS A RECEBER		R\$ 2.947.314,14	R\$ 2.947.314,14
NAO CIRCULANTE		R\$ 11.087.247,27	R\$ 11.081.499,44
IMOBILIZADO		R\$ 11.287.702,02	R\$ 11.291.202,02
IMOBILIZACOES TECNICAS TANGIVEIS		R\$ 11.287.702,02	R\$ 11.291.202,02
IMOBILIZADO		R\$ 11.287.702,02	R\$ 11.291.202,02
INSTALACOES COMERCIAIS		R\$ 2.500.777,42	R\$ 2.500.777,42
PREDIOS/EDIFICACAO		R\$ 1.386,00	R\$ 1.386,00
PREDIOS E EDIFICACOES		R\$ 1.386,00	R\$ 1.386,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 6.462.942,38	R\$ 6.462.942,38
MOVEIS E UTENSILIOS		R\$ 45.729,38	R\$ 45.729,38
VEICULOS		R\$ 2.166.117,89	R\$ 2.169.617,89
FERRAMENTAS E ACESSORIOS		R\$ 84.493,55	R\$ 84.493,55
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS		R\$ 19.245,40	R\$ 19.245,40
EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO		R\$ 7.010,00	R\$ 7.010,00
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA		R\$ (200.454,75)	R\$ (209.702,58)
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS		R\$ (200.454,75)	R\$ (209.702,58)
(-) DEPRECIACAO		R\$ (200.454,75)	R\$ (209.702,58)
(-) MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (43.354,87)	R\$ (43.354,87)
(-) SIMOVEIS E UTENSILIOS		R\$ (2.622,90)	R\$ (2.777,40)
(-) VEICULOS		R\$ (138.379,83)	R\$ (146.519,82)
(-) FERRAMENTAS E ACESSORIOS		R\$ (4.111,11)	R\$ (4.352,94)
(-) EQUIPAMENTOS ELETRONICOS		R\$ (6.147,54)	R\$ (6.509,16)
(-) EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO		R\$ (5.838,50)	R\$ (6.188,39)
PASSIVO		R\$ 17.957.015,89	R\$ 17.670.758,22
CIRCULANTE		R\$ 9.125.540,32	R\$ 9.022.420,26
FORNECEDORES		R\$ 2.091.000,00	R\$ 2.091.000,00
FORNECEDORES NACIONAIS		R\$ 2.091.000,00	R\$ 2.091.000,00
FORNECEDORES		R\$ 2.091.000,00	R\$ 2.091.000,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 2.823.674,83	R\$ 2.551.720,02
FINANCIAMENTOS BANCARIOS		R\$ 2.823.674,83	R\$ 2.551.720,02
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 2.823.674,83	R\$ 2.551.720,02
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 62.515,17	R\$ 48.625,86
SICCOB		R\$ 400.457,17	R\$ 310.856,16
ITAU		R\$ 1.983,49	R\$ 0,00
CRESSOL		R\$ 2.358.719,00	R\$ 2.192.438,00
OBRIGACOES SOCIAIS		R\$ 1.352.251,76	R\$ 1.467.897,89
OBRIGACOES SOCIAIS		R\$ 1.352.251,76	R\$ 1.467.897,89
OBRIGACOES SOCIAIS		R\$ 1.352.251,76	R\$ 1.467.897,89
INSS A RECOLHER		R\$ 1.086.331,55	R\$ 1.206.966,84
FGTS A PAGAR		R\$ 265.920,21	R\$ 258.931,05
OBRIGACOES FISCAIS		R\$ 2.724.767,20	R\$ 2.778.587,73
OBRIGACOES FISCAIS		R\$ 2.724.767,20	R\$ 2.778.587,73
OBRIGACOES FISCAIS		R\$ 2.724.767,20	R\$ 2.778.587,73
CSLL A RECOLHER		R\$ 475.608,08	R\$ 485.390,73
IRRF A RECOLHER		R\$ 219.288,44	R\$ 231.170,79
PIS S/FAT.A RECOLHER		R\$ 215.672,03	R\$ 219.206,69
COFINS A RECOLHER		R\$ 1.065.807,49	R\$ 1.086.062,37
IRPJ A RECOLHER		R\$ 734.392,10	R\$ 742.758,09
ISS A RECOLHER		R\$ 13.999,06	R\$ 13.999,06
OUTRAS OBRIGACOES		R\$ 133.846,53	R\$ 133.214,62
OBRIGACOES COM PESSOAL		R\$ 133.846,53	R\$ 133.214,62
OBRIGACOES COM PESSOAL		R\$ 133.846,53	R\$ 133.214,62
SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR		R\$ 133.846,53	R\$ 133.214,62
PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 8.831.475,57	R\$ 8.648.338,96
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
LUCROS ACUMULADOS		R\$ 6.831.475,57	R\$ 6.648.338,96
LUCROS ACUMULADOS		R\$ 6.831.475,57	R\$ 6.648.338,96
LUCROS / PREJUIZO ACUMULADOS		R\$ 6.831.475,57	R\$ 6.648.338,96
LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO		R\$ 6.831.475,57	R\$ 6.648.338,96

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0F.27.ED.88.3C.9A.8A.35.76.F4.17.DC.C5.FA.97.73.59.E8.C2.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: CONSTRUTORA CATHIO EIRELI
 Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 16.829.146/0001-84
 Número de Ordem do Livro: 13
 Período Selecionado: 01 de Julho de 2023 a 30 de Setembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 17.670.759,22	R\$ 17.151.904,44
CIRCULANTE		R\$ 6.599.256,78	R\$ 4.981.452,83
DISPONÍVEL		R\$ 1.804.730,79	R\$ 482.855,44
CAIXA		R\$ 1.804.730,79	R\$ 482.855,44
CAIXA		R\$ 1.804.730,79	R\$ 482.855,44
CAIXA		R\$ 1.804.730,79	R\$ 482.855,44
BANCO MOVIMENTO		R\$ 45.855,37	R\$ 329.634,10
BANCOS		R\$ 45.855,37	R\$ 329.634,10
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 45.855,37	R\$ 329.634,10
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 140,56	R\$ 41,00
BANCO ITAU S.A.		R\$ 0,00	R\$ 10,00
SICCOB		R\$ 43.943,30	R\$ 328.143,70
SICCOB CANOINHAS		R\$ 423,25	R\$ 91,14
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 1.348,26	R\$ 1.348,26
APLICACOES FINANCEIRAS		R\$ 629,28	R\$ 16.110,64
APLICACOES		R\$ 629,28	R\$ 16.110,64
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 0,00	R\$ 14.867,86
BANCO ITAU S.A.		R\$ 29,28	R\$ 342,78
CRESSOL		R\$ 600,00	R\$ 900,00
MERCADORIAS		R\$ 1.790.730,20	R\$ 2.305.538,51
MERCADORIAS		R\$ 1.790.730,20	R\$ 2.305.538,51
MERCADORIAS		R\$ 1.790.730,20	R\$ 2.305.538,51
MATERIAL USO E CONSUMO		R\$ 1.790.730,20	R\$ 2.305.538,51
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 2.947.314,14	R\$ 1.847.314,14
DUPLICATAS		R\$ 2.947.314,14	R\$ 1.847.314,14
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 2.947.314,14	R\$ 1.847.314,14
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 2.947.314,14	R\$ 1.847.314,14
NAO CIRCULANTE		R\$ 11.081.499,44	R\$ 12.170.451,61
IMOBILIZADO		R\$ 11.291.202,02	R\$ 12.389.402,02
IMOBILIZACOES TECNICAS TANGIVEIS		R\$ 11.291.202,02	R\$ 12.389.402,02
IMOBILIZADO		R\$ 11.291.202,02	R\$ 12.389.402,02
INSTALACOES COMERCIAIS		R\$ 2.500.777,42	R\$ 2.500.777,42
PREDIOS/EDIFICACAO			
PREDIOS E EDIFICACOES		R\$ 1.386,00	R\$ 1.386,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 6.462.942,38	R\$ 6.892.142,39
MOVEIS E UTENSILIOS		R\$ 45.729,38	R\$ 45.729,38
VEICULOS		R\$ 2.169.617,89	R\$ 2.838.617,89
FERRAMENTAS E ACESSORIOS		R\$ 84.493,55	R\$ 84.493,55
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS		R\$ 19.245,40	R\$ 19.245,40
EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO		R\$ 7.010,00	R\$ 7.010,00
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA		R\$ (209.702,58)	R\$ (218.950,41)
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS		R\$ (209.702,58)	R\$ (218.950,41)
(-) DEPRECIACAO		R\$ (209.702,58)	R\$ (218.950,41)
(-) SMAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (43.354,87)	R\$ (43.354,87)
(-) SMOVEIS E UTENSILIOS		R\$ (2.777,40)	R\$ (2.931,90)
(-) SVEICULOS		R\$ (146.519,82)	R\$ (154.659,81)
(-) SIFERRAME E ACESSORIOS		R\$ (4.352,94)	R\$ (4.594,77)
(-) SIQUIPAMELETRONICOS		R\$ (6.509,16)	R\$ (6.870,78)
(-) SEQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO		R\$ (6.188,39)	R\$ (6.538,28)
PASSIVO		R\$ 17.670.759,22	R\$ 17.151.904,44
CIRCULANTE		R\$ 9.022.420,26	R\$ 9.277.084,04
FORNECEDORES		R\$ 2.091.000,00	R\$ 2.091.000,00
FORNECEDORES NACIONAIS		R\$ 2.091.000,00	R\$ 2.091.000,00
FORNECEDORES		R\$ 2.091.000,00	R\$ 2.091.000,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 2.551.720,02	R\$ 2.608.122,40
FINANCIAMENTOS BANCARIOS		R\$ 2.551.720,02	R\$ 2.608.122,40
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 2.551.720,02	R\$ 2.608.122,40
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 49.625,86	R\$ 36.907,86
SICCOB		R\$ 310.656,16	R\$ 635.057,54
CRESSOL		R\$ 2.192.438,00	R\$ 2.026.157,00
OBRIGACOES SOCIAIS		R\$ 1.467.897,89	R\$ 1.586.219,64
OBRIGACOES SOCIAIS		R\$ 1.467.897,89	R\$ 1.586.219,64
OBRIGACOES SOCIAIS		R\$ 1.467.897,89	R\$ 1.586.219,64
INSS A RECOLHER		R\$ 1.208.966,84	R\$ 1.340.656,18
FGTS A PAGAR		R\$ 258.931,05	R\$ 245.563,46
OBRIGACOES FISCAIS		R\$ 2.778.587,73	R\$ 2.776.052,90
OBRIGACOES FISCAIS		R\$ 2.778.587,73	R\$ 2.776.052,90
OBRIGACOES FISCAIS		R\$ 2.778.587,73	R\$ 2.776.052,90
CSLL A RECOLHER		R\$ 485.390,73	R\$ 480.939,60
IRRF A RECOLHER		R\$ 231.170,79	R\$ 250.482,50
PIS SIFAT A RECOLHER		R\$ 219.206,69	R\$ 218.355,64
COFINS A RECOLHER		R\$ 1.086.062,37	R\$ 1.083.170,96
IRPJ A RECOLHER		R\$ 742.758,09	R\$ 729.105,14
ISS A RECOLHER		R\$ 13.999,06	R\$ 13.999,06
OUTRAS OBRIGACOES		R\$ 133.214,62	R\$ 125.689,10
OBRIGACOES COM PESSOAL		R\$ 133.214,62	R\$ 125.689,10
OBRIGACOES COM PESSOAL		R\$ 133.214,62	R\$ 125.689,10
SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR		R\$ 133.214,62	R\$ 125.689,10
PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 8.648.338,96	R\$ 7.874.820,40
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
LUCROS ACUMULADOS		R\$ 6.648.338,96	R\$ 5.874.820,40
LUCROS ACUMULADOS		R\$ 6.648.338,96	R\$ 5.874.820,40
LUCROS / PREJUIZO ACUMULADOS		R\$ 6.648.338,96	R\$ 5.874.820,40
LUCRO/PREJUIZO ACUMULADO		R\$ 6.648.338,96	R\$ 5.874.820,40

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número OF.27.ED.88.3C.9A.8A.35.76.F4.17.DC.C5.FA.97.73.59.E8.C2.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

Página 1 de 1

283

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: CONSTRUTORA CATHIO EIRELI
Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023
Número de Ordem do Livro: 13
Período Selecionado: 01 de Outubro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

CNPJ: 16.828.146/0001-84

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO			
CIRCULANTE		R\$ 17.151.804,44	R\$ 15.280.685,27
DISPONÍVEL		R\$ 4.987.452,83	R\$ 3.115.981,49
CAIXA		R\$ 462.855,44	R\$ 404.720,14
CAIXA		R\$ 462.855,44	R\$ 404.720,14
CAIXA		R\$ 462.855,44	R\$ 404.720,14
BANCO C/MOVIMENTO		R\$ 329.634,10	R\$ 273.434,05
BANCOS		R\$ 329.634,10	R\$ 273.434,05
BANCOS COM MOVIMENTO		R\$ 329.634,10	R\$ 273.434,05
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 41,00	R\$ 70,59
BANCO ITAU S.A.		R\$ 10,00	R\$ 0,04
SICCOB		R\$ 328.143,70	R\$ 15,94
SICCOB CANOVIAS		R\$ 91,14	R\$ 325,47
CRESSOL		R\$ 0,00	R\$ 262.137,92
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 1.348,28	R\$ 10.884,99
APLICACOES FINANCEIRAS		R\$ 16.110,64	R\$ 21.956,06
APLICACOES		R\$ 16.110,64	R\$ 21.956,06
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 14.867,86	R\$ 14.844,58
BANCO ITAU S.A.		R\$ 342,79	R\$ 1.411,46
CRESSOL		R\$ 90,00	R\$ 1.200,00
CAPITALIZACAO CRESSOL		R\$ 0,00	R\$ 4.500,00
MERCADORIAS		R\$ 2.305.538,51	R\$ 2.183.556,20
MERCADORIAS		R\$ 2.305.538,51	R\$ 2.183.556,20
MATERIAL USADO E CONSUMO		R\$ 2.305.538,51	R\$ 2.183.556,20
DUPPLICATAS A RECEBER		R\$ 1.847.314,14	R\$ 222.314,14
DUPPLICATAS		R\$ 1.847.314,14	R\$ 222.314,14
DUPPLICATAS A RECEBER		R\$ 1.847.314,14	R\$ 222.314,14
DUPPLICATAS A RECEBER		R\$ 1.847.314,14	R\$ 222.314,14
MAO CIRCULANTE		R\$ 12.170.451,61	R\$ 12.164.703,78
MOBILIZADO		R\$ 12.389.402,02	R\$ 12.392.902,02
IMOBILIZADO		R\$ 12.389.402,02	R\$ 12.392.902,02
IMOBILIZADOES TECNICAS TANGIVIS		R\$ 2.500.777,42	R\$ 2.500.777,42
INSTALACOES COMERCIAIS		R\$ 1.386,00	R\$ 1.386,00
PREDIOS/EDIFICIO		R\$ 6.882.142,38	R\$ 6.882.142,38
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 45.729,38	R\$ 45.729,38
MOVEIS E UTENSILIOS		R\$ 2.838.871,89	R\$ 2.842.117,89
VEICULOS		R\$ 84.493,55	R\$ 84.493,55
FERRAMENTAS E ACESSORIOS		R\$ 19.245,40	R\$ 19.245,40
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS		R\$ 7.070,00	R\$ 7.070,00
EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO		R\$ 218.950,41	R\$ 228.198,24
(-) DEPRECACAO ACUMULADA		R\$ 218.950,41	R\$ 228.198,24
(-) DEPRECACAO ACUMULADA		R\$ 218.950,41	R\$ 228.198,24
(-) DEPRECACAO		R\$ 43.354,87	R\$ 43.354,87
(-) MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 2.981,50	R\$ 3.086,49
(-) MOVIEIS E UTENSILIOS		R\$ 154.659,91	R\$ 162.799,80
(-) VEICULOS		R\$ 4.594,77	R\$ 4.836,60
(-) SIFERAM E ACESSORIOS		R\$ 6.870,78	R\$ 7.232,40
(-) EQUIPAM ELETRONICOS		R\$ 6.538,28	R\$ 6.886,17
(-) SEQUPIAMENTOS DE COMUNICACAO		R\$ 17.151.804,44	R\$ 15.280.685,27
PASSIVO			
CIRCULANTE		R\$ 8.277.594,04	R\$ 9.008.697,65
FORNECEDORES		R\$ 2.091.000,00	R\$ 1.556.000,00
FORNECEDORES NACIONAIS		R\$ 2.091.000,00	R\$ 1.556.000,00
FORNECEDORES		R\$ 2.091.000,00	R\$ 1.556.000,00
EMPRESIMTOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 2.698.122,40	R\$ 2.730.690,58
FINANCIAMENTOS BANCARIOS		R\$ 2.698.122,40	R\$ 2.730.690,58
EMPRESIMTOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 2.698.122,40	R\$ 2.730.690,58
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 36.907,86	R\$ 25.189,86
SICCOB		R\$ 635.051,54	R\$ 545.624,72
CRESSOL		R\$ 2.028.157,00	R\$ 2.159.876,00
OBRIACAOES SOCIAIS		R\$ 1.586.219,64	R\$ 1.770.442,78
OBRIACAOES SOCIAIS		R\$ 1.586.219,64	R\$ 1.770.442,78
OBRIACAOES SOCIAIS		R\$ 1.586.219,64	R\$ 1.770.442,78
INSS A RECOLHER		R\$ 1.340.646,18	R\$ 1.532.843,76
FGTS A PAGAR		R\$ 245.561,66	R\$ 247.598,02
OBRIACAOES FISCAIS		R\$ 2.776.052,90	R\$ 2.813.546,77
OBRIACAOES FISCAIS		R\$ 2.776.052,90	R\$ 2.813.546,77
OBRIACAOES FISCAIS		R\$ 2.776.052,90	R\$ 2.813.546,77
CSLL A RECOLHER		R\$ 480.939,90	R\$ 483.390,37
IRRF A RECOLHER		R\$ 250.482,50	R\$ 274.350,76
PIS SFAT A RECOLHER		R\$ 218.555,64	R\$ 220.018,98
COFINS A RECOLHER		R\$ 1.083.170,96	R\$ 1.080.505,97
IRPJ A RECOLHER		R\$ 729.105,14	R\$ 731.280,63
ISS A RECOLHER		R\$ 13.999,08	R\$ 13.999,08
OUTRAS OBRIGACOES		R\$ 125.088,10	R\$ 138.071,52
OBRIGACOES COM PESSOAL		R\$ 125.088,10	R\$ 138.071,52
OBRIGACOES COM PESSOAL		R\$ 125.088,10	R\$ 138.071,52
SALARIOS E ORDENACAOES A PAGAR		R\$ 125.088,10	R\$ 138.071,52
PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 7.874.820,40	R\$ 6.271.987,62
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
LUCROS ACUMULADOS		R\$ 5.874.820,40	R\$ 4.271.987,62
LUCROS ACUMULADOS		R\$ 5.874.820,40	R\$ 4.271.987,62
LUCROS / PREJUIZO ACUMULADOS		R\$ 5.874.820,40	R\$ 4.271.987,62
LUCROPREJUIZO ACUMULADO		R\$ 5.874.820,40	R\$ 4.271.987,62

Este documento é parte integrante da escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0F 27 ED 88 3C 9A 8A 35 76 F4 17 DC C5 FA 97 73 59 E8 C2 AD 9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: CONSTRUTORA CATHIO EIRELI

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 16.829.146/0001-84

Número de Ordem do Livro: 13

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Março de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 4.575.130,11	R\$ 861.565,59
PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 4.575.130,11	R\$ 861.565,59
PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 4.575.130,11	R\$ 861.565,59
SERVICOS PRESTADOS		R\$ 4.575.130,11	R\$ 861.565,59
(-) DEDUCOES E ABATIMENTOS DA RECEITA BRUTA		R\$ (105.211,04)	R\$ (31.447,15)
(-) IMPOSTOS E TAXAS INCIDENTES S/VENDAS		R\$ (105.211,04)	R\$ (31.447,15)
(-) DEDUCOES S/RECEITA		R\$ (105.211,04)	R\$ (31.447,15)
(-) PIS S/FATURAMENTO		R\$ (12.049,49)	R\$ (5.600,18)
(-) COFINS		R\$ (55.613,04)	R\$ (25.846,97)
ISS		R\$ (37.548,51)	R\$ 0,00
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 4.469.919,07	R\$ 830.118,44
CUSTOS DAS VENDAS		R\$ (8.000.000,00)	R\$ 0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ (8.000.000,00)	R\$ 0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS		R\$ (8.000.000,00)	R\$ 0,00
(+) COMPRAS MATERIAL DE CONSTRUCAO		R\$ (8.000.000,00)	R\$ 0,00
LUCRO BRUTO		R\$ (3.530.080,93)	R\$ 830.118,44
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (1.920.995,17)	R\$ (1.324.098,60)
(-) DESPESAS		R\$ (1.240.209,34)	R\$ (672.886,81)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (1.240.209,34)	R\$ (672.886,81)
FGTS		R\$ (39.245,96)	R\$ 0,00
(-) IMPRESSOS MAT EXPEDIENTE		R\$ (951,58)	R\$ (4.602,30)
AGUA		R\$ (1.328,58)	R\$ 0,00
TELEFONE		R\$ (1.784,43)	R\$ 0,00
(-) COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES		R\$ (334.641,20)	R\$ (132.356,78)
(-) CONsertos, PEÇAS E PNEUS		R\$ (327.713,28)	R\$ (268.135,48)
(-) PROPAGANDA E PULICIDADES		R\$ (2.508,00)	R\$ (358,00)
(-) HONORARIOS		R\$ (11.700,00)	R\$ (3.800,00)
(-) FRETES		R\$ (40.775,39)	R\$ (11.337,33)
(-) CESTAS BASICAS		R\$ (144.267,33)	R\$ (61.069,02)
SERVICOS DE TERCEIRO		R\$ (7.598,00)	R\$ 0,00
(-) MULTAS		R\$ (8.951,34)	R\$ (6.691,69)
(-) IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS		R\$ (14.148,31)	R\$ (20.711,43)
(-) UNIFORMES E EPI		R\$ (8.247,20)	R\$ (4.859,80)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R\$ (282.295,28)	R\$ (146.717,15)
(-) LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS		R\$ (2.000,00)	R\$ (3.000,00)
(-) DEPRECIACAO		R\$ (12.053,46)	R\$ (9.247,83)
(-) DESPESAS C/PESSOAL		R\$ (680.785,83)	R\$ (651.211,79)
(-) SALARIOS		R\$ (354.341,00)	R\$ (386.798,05)
(-) FERIAS E ADICIONAIS		R\$ (140.020,06)	R\$ (49.655,94)
(-) 13o. SALARIO		R\$ (137.683,74)	R\$ (2.053,15)
(-) INSS		R\$ (6.360,00)	R\$ (130.820,91)
(-) FGTS		R\$ (5.224,43)	R\$ (36.390,68)
(-) GRATIFICACAO		R\$ 0,00	R\$ (5.537,40)
(-) AVISO PREVIO		R\$ (7.156,60)	R\$ (9.379,26)
(-) PRO-LABORE		R\$ (30.000,00)	R\$ (30.000,00)
(-) ANONO PECUNIARIO		R\$ 0,00	R\$ (576,40)
(-) RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (5.451.076,10)	R\$ (493.980,16)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 0,40	R\$ 0,00
RECEITAS		R\$ 0,40	R\$ 0,00
RECEITAS FINACNEIRAS		R\$ 0,40	R\$ 0,00
REND.S/APLIC.FINANCEIRAS		R\$ 0,40	R\$ 0,00
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (44.812,85)	R\$ (350.431,43)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (44.812,85)	R\$ (350.431,43)
(-) DESPESAS BANCARIAS		R\$ (1.588,51)	R\$ (5.553,90)
(-) JUROS PAGOS		R\$ (43.224,34)	R\$ (344.877,53)
(-) RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ (5.495.888,55)	R\$ (844.411,59)
(-) PROVISOES		R\$ (134.914,01)	R\$ (20.536,22)
(-) PROVISAO P/IMPOSTO DE RENDA		R\$ (134.914,01)	R\$ (20.536,22)
(-) PROVISOES		R\$ (134.914,01)	R\$ (20.536,22)
(-) IMPOSTO DE RENDA		R\$ (85.502,60)	R\$ (11.231,31)
(-) CSLL		R\$ (49.411,41)	R\$ (9.304,91)
(-) PREJUZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ (5.630.802,56)	R\$ (864.947,81)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número OF.27.ED.88.3C.9A.8A.35.76.F4.17.DC.C5.FA.97.73.59.E8.C2.AD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

Página 1 de 1

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 41207437363	CNPJ 16.829.146/0001-84
NOME EMPRESARIAL CONSTRUTORA CATHIO LTDA	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO RIO	NÚMERO DO LIVRO 12
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) B7.4F.39.D1.02.FF.A1.F6.B6.23.60.FE.CE.7A.EE.F0.F7.87.46.6B	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contabilista	55864503991	LUIS GONZAGA DIDUR: 55864503991	440849853743006860 8	04/10/2022 a 04/10/2023	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	16829146000184	CONSTRUTORA CATHIO EIRELI: 16829146000184	440849850766732744 0	16/09/2022 a 16/09/2023	Sim
Contador/Contabilista Responsável Pelo Termo de Verificação para Fins de Substituição da ECD	55864503991	LUIS GONZAGA DIDUR: 55864503991	440849853743006860 8	04/10/2022 a 04/10/2023	-

NÚMERO DO RECIBO:

B7.4F.39.D1.02.FF.A1.F6.B6.23.60.FE.
CE.7A.EE.F0.F7.87.46.6B-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 02/05/2023 às 23:20:28

E8.A0.01.44.73.EA.F1.BA
98.DD.0D.9F.AD.A2.F7.B6

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: CONSTRUTORA CATHIO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 16.829.146/0001-84

Número de Ordem do Livro: 12

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial CONSTRUTORA CATHIO LTDA

NIRE 41207437363

CNPJ 16.829.146/0001-84

Número de Ordem 12

Natureza do Livro DIARIO

Município IRATI

Data do arquivamento dos atos constitutivos 06/09/2012

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2022

Quantidade total de linhas do arquivo digital 14938

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial CONSTRUTORA CATHIO LTDA

Natureza do Livro DIARIO

Número de ordem 12

Quantidade total de linhas do arquivo digital 14938

Data de início 01/01/2022

Data de término 31/12/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número B7.4F.39.D1.02.FF.A1.F6.B6.23.60.FE.CE.7A.EE.F0.F7.87.46.6B-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

Página 1 de 1

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: CONSTRUTORA CATHIO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 16.829.146/0001-84

Número de Ordem do Livro: 12

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 9.819.501,82	R\$ 14.355.450,18
CIRCULANTE		R\$ 3.762.121,95	R\$ 5.291.447,36
DISPONIVEL		R\$ 532.411,16	R\$ 1.911.143,41
CAIXA		R\$ 532.411,16	R\$ 1.911.143,41
CAIXA		R\$ 532.411,16	R\$ 1.911.143,41
CAIXA		R\$ 532.411,16	R\$ 1.911.143,41
BANCO C/MOVIMENTO		R\$ 62.705,79	R\$ 229.392,80
BANCOS		R\$ 62.705,79	R\$ 229.392,80
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 62.705,79	R\$ 229.392,80
BRADESCO		R\$ 709,47	R\$ 0,00
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 178,32	R\$ 64,33
BANCO ITAU S.A.		R\$ 6.647,22	R\$ 0,00
SICCOB		R\$ 35.464,00	R\$ 229.274,54
SICOOB CANOINHAS		R\$ 19.706,78	R\$ 53,93
MERCADORIAS		R\$ 219.690,86	R\$ 203.597,01
MERCADORIAS		R\$ 219.690,86	R\$ 203.597,01
MERCADORIAS		R\$ 219.690,86	R\$ 203.597,01
MATERIAL USO E CONSUMO		R\$ 219.690,86	R\$ 203.597,01
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 2.947.314,14	R\$ 2.947.314,14
DUPLICATAS		R\$ 2.947.314,14	R\$ 2.947.314,14
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 2.947.314,14	R\$ 2.947.314,14
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 2.947.314,14	R\$ 2.947.314,14
NAO CIRCULANTE		R\$ 6.057.379,87	R\$ 9.064.002,82
IMOBILIZADO		R\$ 6.200.372,95	R\$ 9.255.209,74
IMOBILIZACOES TECNICAS TANGIVEIS		R\$ 6.200.372,95	R\$ 9.255.209,74
IMOBILIZADO		R\$ 6.200.372,95	R\$ 9.255.209,74
INSTALACOES COMERCIAIS			
PREDIOS/EDIFICACO		R\$ 2.500.777,42	R\$ 2.500.777,42
PREDIOS E EDIFICACOES		R\$ 0,00	R\$ 1.386,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 2.136.302,78	R\$ 4.786.942,38
MOVEIS E UTENSILIOS		R\$ 44.482,81	R\$ 45.729,38
VEICULOS		R\$ 1.482.881,69	R\$ 1.826.117,89

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número B7.4F.39.D1.02.FF.A1.F6.B6.23.60.FE.CE.7A.EE.F0.F7.87.46.6B-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

Página 1 de 3

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: CONSTRUTORA CATHIO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 16.829.146/0001-84

Número de Ordem do Livro: 12

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
FERRAMENTAS E ACESSORIOS		R\$ 9.672,85	R\$ 68.001,27
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS		R\$ 19.245,40	R\$ 19.245,40
EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO		R\$ 7.010,00	R\$ 7.010,00
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA		R\$ (142.993,08)	R\$ (191.206,92)
(-) (-)DEPRECIACOES ACUMULADAS		R\$ (142.993,08)	R\$ (191.206,92)
(-) DEPRECIACAO		R\$ (142.993,08)	R\$ (191.206,92)
(-) S/MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (32.132,35)	R\$ (43.354,87)
(-) S/MOVEIS E UTENSILIOS		R\$ (1.850,40)	R\$ (2.468,40)
(-) S/VEICULOS		R\$ (97.679,88)	R\$ (130.239,84)
(-) S/FERRAM.E ACESSORIOS		R\$ (2.901,96)	R\$ (3.869,28)
(-) S/QUIPAM.ELETRONICOS		R\$ (4.339,44)	R\$ (5.785,92)
(-) S/EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO		R\$ (4.089,05)	R\$ (5.488,61)
PASSIVO		R\$ 9.819.501,82	R\$ 14.355.450,18
CIRCULANTE		R\$ 3.550.746,34	R\$ 4.659.026,80
FORNECEDORES		R\$ 40.000,00	R\$ 535.000,00
FORNECEDORES NACIONAIS		R\$ 40.000,00	R\$ 535.000,00
FORNECEDORES		R\$ 40.000,00	R\$ 535.000,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 601.498,56	R\$ 245.394,03
FINANCIAMENTOS BANCARIOS		R\$ 601.498,56	R\$ 245.394,03
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 601.498,56	R\$ 245.394,03
SICOOB		R\$ 0,00	R\$ 47.027,99
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 125.000,00	R\$ 118.936,86
SICCOB		R\$ 476.498,56	R\$ 79.429,18
OBRIGACOES SOCIAIS		R\$ 1.184.787,20	R\$ 1.195.932,05
OBRIGACOES SOCIAIS		R\$ 1.184.787,20	R\$ 1.195.932,05
OBRIGACOES SOCIAIS		R\$ 1.184.787,20	R\$ 1.195.932,05
INSS A RECOLHER		R\$ 995.340,10	R\$ 939.725,12
FGTS A PAGAR		R\$ 189.447,10	R\$ 256.206,93
OBRIGACOES FISCAIS		R\$ 1.642.164,31	R\$ 2.682.700,72
OBRIGACOES FISCAIS		R\$ 1.642.164,31	R\$ 2.682.700,72
OBRIGACOES FISCAIS		R\$ 1.642.164,31	R\$ 2.682.700,72

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número B7.4F.39.D1.02.FF.A1.F6.B6.23.60.FE.CE.7A.EE.F0.F7.87.46.6B-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

Página 2 de 3

289

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: CONSTRUTORA CATHIO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 16.829.146/0001-84

Número de Ordem do Livro: 12

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
CSLL A RECOLHER		R\$ 282.796,89	R\$ 470.425,90
IRRF A RECOLHER		R\$ 145.061,57	R\$ 198.510,74
PIS S/FAT.A RECOLHER		R\$ 128.342,45	R\$ 213.325,41
COFINS A RECOLHER		R\$ 677.764,73	R\$ 1.055.502,72
IRPJ A RECOLHER		R\$ 402.099,31	R\$ 730.936,89
ISS A RECOLHER		R\$ 6.099,36	R\$ 13.999,06
OUTRAS OBRIGACOES		R\$ 82.296,27	R\$ 0,00
OBRIGACOES COM PESSOAL		R\$ 82.296,27	R\$ 0,00
OBRIGACOES COM PESSOAL		R\$ 82.296,27	R\$ 0,00
SALARIOS E ORDENADOS A PAGAR		R\$ 82.296,27	R\$ 0,00
PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 6.268.755,48	R\$ 9.696.423,38
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
LUCROS ACUMULADOS		R\$ 4.268.755,48	R\$ 7.696.423,38
LUCROS ACUMULADOS		R\$ 4.268.755,48	R\$ 7.696.423,38
LUCROS / PREJUÍZO ACUMULADOS		R\$ 4.268.755,48	R\$ 7.696.423,38
LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADO		R\$ 4.268.755,48	R\$ 7.696.423,38

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número B7.4F.39.D1.02.FF.A1.F6.B6.23.60.FE.CE.7A.EE.F0.F7.87.46.6B-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

Página 3 de 3

290

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: CONSTRUTORA CATHIO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 16.829.146/0001-84

Número de Ordem do Livro: 12

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 7.850.428,14	R\$ 18.969.238,91
PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 7.850.428,14	R\$ 18.969.238,91
PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 7.850.428,14	R\$ 18.969.238,91
SERVICOS PRESTADOS		R\$ 7.850.428,14	R\$ 18.969.238,91
(-) DEDUCOES E ABATIMENTOS DA RECEITA BRUTA		R\$ (443.593,41)	R\$ (919.651,63)
(-) IMPOSTOS E TAXAS INCIDENTES S/VENDAS		R\$ (443.593,41)	R\$ (919.651,63)
(-) DEDUCOES S/RECEITA		R\$ (443.593,41)	R\$ (919.651,63)
(-) PIS S/FATURAMENTO		R\$ (51.027,41)	R\$ (105.611,21)
(-) COFINS		R\$ (235.511,54)	R\$ (487.436,30)
(-) ISS		R\$ (157.054,46)	R\$ (326.604,12)
RECEITA LIQUIDA		R\$ 7.406.834,73	R\$ 18.049.587,28
(-) CUSTOS DAS VENDAS		R\$ (2.108.414,66)	R\$ (8.000.000,00)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ (2.108.414,66)	R\$ (8.000.000,00)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS		R\$ (2.108.414,66)	R\$ (8.000.000,00)
(-) (+) COMPRAS MATERIAL DE CONSTRUCAO		R\$ (2.108.414,66)	R\$ (8.000.000,00)
LUCRO BRUTO		R\$ 5.298.420,07	R\$ 10.049.587,28
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (4.893.392,10)	R\$ (5.904.654,20)
(-) DESPESAS		R\$ (2.945.931,28)	R\$ (3.846.890,25)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (2.945.931,28)	R\$ (3.846.890,25)
(-) FGTS		R\$ (10.671,21)	R\$ (56.058,86)
(-) IMPRESSOS MAT EXPEDIENTE		R\$ 0,00	R\$ (6.671,18)
(-) AGUA		R\$ (19.353,24)	R\$ (14.737,23)
(-) LUZ		R\$ (13.981,57)	R\$ (4.634,65)
(-) TELEFONE		R\$ (4.732,04)	R\$ (8.200,40)
(-) COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES		R\$ (1.494.524,06)	R\$ (1.256.209,63)
(-) CONsertos, PEÇAS E PNEUS		R\$ (450.618,05)	R\$ (903.553,44)
(-) PROPAGANDA E PULCIDADES		R\$ (6.889,92)	R\$ (33.708,00)
(-) HONORARIOS		R\$ (7.200,00)	R\$ (17.100,00)
(-) FRETES		R\$ (6.492,62)	R\$ (127.378,02)
(-) CESTAS BASICAS		R\$ 0,00	R\$ (270.235,34)
(-) SERVICOS DE TERCEIRO		R\$ (236.133,34)	R\$ (55.741,90)
(-) MULTAS		R\$ (33.207,82)	R\$ (63.791,14)
(-) JUROS / ENCARGOS		R\$ 0,00	R\$ (29.035,39)
(-) IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS		R\$ (9.415,46)	R\$ (60.723,84)
(-) UNIFORMES E EPI		R\$ (37.385,98)	R\$ (40.269,16)
(-) DESPESAS DIVERSAS		R\$ (502.734,04)	R\$ (739.237,37)
(-) LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS		R\$ (64.376,89)	R\$ (111.390,86)
(-) DEPRECIACAO		R\$ (48.215,04)	R\$ (48.213,84)
(-) DESPESAS C/PESSOAL		R\$ (1.947.460,82)	R\$ (2.057.763,95)
(-) SALARIOS		R\$ (1.039.051,53)	R\$ (1.426.353,41)
(-) FERIAS E ADICIONAIS		R\$ (52.871,25)	R\$ (152.369,26)
(-) 13o. SALARIO		R\$ (143.218,48)	R\$ (141.065,29)
(-) INSS		R\$ (353.163,37)	R\$ (25.440,00)
(-) FGTS		R\$ (45.971,46)	R\$ (68.004,25)
GRATIFICACAO		R\$ (2.424,60)	R\$ 0,00
(-) VALE ALIMENTACAO		R\$ (186.603,03)	R\$ (109.040,29)
(-) AVISO PREVIO		R\$ (4.157,10)	R\$ (15.491,45)
(-) PRO-LABORE		R\$ (120.000,00)	R\$ (120.000,00)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ 405.027,97	R\$ 4.144.933,08
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 0,00	R\$ 23,83
RECEITAS		R\$ 0,00	R\$ 23,83
RECEITAS FINACNEIRAS		R\$ 0,00	R\$ 23,83
REND.S/APLIC.FINANCEIRAS		R\$ 0,00	R\$ 23,83
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (36.663,30)	R\$ (157.036,25)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (36.663,30)	R\$ (157.036,25)
(-) DESPESAS BANCARIAS		R\$ (5.929,47)	R\$ (6.512,54)
(-) JUROS PAGOS		R\$ (30.733,83)	R\$ (150.523,71)
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 368.364,67	R\$ 3.987.920,66
(-) PROVISOES		R\$ (218.667,35)	R\$ (560.252,76)
(-) PROVISAO P/IMPOSTO DE RENDA		R\$ (218.667,35)	R\$ (560.252,76)
(-) PROVISOES		R\$ (218.667,35)	R\$ (560.252,76)
(-) IMPOSTO DE RENDA		R\$ (133.882,73)	R\$ (355.384,98)
(-) CSLL		R\$ (84.784,62)	R\$ (204.867,78)
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ 149.697,32	R\$ 3.427.667,90

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número B7.4F.39.D1.02.FF.A1.F6.B6.23.60.FE.CE.7A.EE.F0.F7.87.46.6B-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

Página 1 de 1

291

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Entidade: CONSTRUTORA CATHIO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNP 16.829.146/0001-84

Número de Ordem do Livro: 12

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido		Total (R\$)
	CAPITAL SOCIAL (R\$)	LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADO (R\$)	
Saldo Inicial em 01.01.2022	2.000.000,00	4.268.755,48	6.268.755,48
ENCERRAMENTO RESULTADO		3.427.667,90	3.427.667,90
Saldo Final em 31.12.2022	2.000.000,00	7.696.423,38	9.696.423,38
Notas			

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número B7.4F.39.D1.02.FF.A1.F6.B6.23.60.FE.CE.7A.EE.F0.F7.87.46.6B-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.3 do Visualizador

Página 1 de 1

292

DADOS DAS ASSINATURAS



Entidade: CONSTRUTORA CATHIO LTDA
 Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 16.829.146/0001-84
 Número de Ordem do Livro: 12

Dados das Assinaturas da Escrituração

Qualificação do Assinante	Contabilista
Tipo do Certificado	Pessoa Física
CPF / CNPJ	558.645.039-91
Nº de Série do Certificado	4408498537430068608
Nome do Signatário	LUIS GONZAGA DIDUR:55864503991
Autoridade Certificadora Emissora	AC INFOCO DIGITAL v5
Validade	04/10/2022 a 04/10/2023
Qualificação do Assinante	Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)
Tipo do Certificado	Pessoa Jurídica
CPF / CNPJ	067.177.699-12
Iº de Série do Certificado	4408498507667327440
Nome do Signatário	CONSTRUTORA CATHIO EIRELI:16829146000184
Autoridade Certificadora Emissora	AC INFOCO DIGITAL v5
Validade	16/09/2022 a 16/09/2023

DADOS DAS ASSINATURAS

Entidade: CONSTRUTORA CATHIO LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 16.829.146/0001-84

Número de Ordem do Livro: 12

Dados das Assinaturas do Termo de Verificação para Fins de Substituição

Qualificação do Assinante Contador/Contabilista Responsável Pelo Termo de Verificação para Fins de Substituição da ECD

Tipo do Certificado Pessoa Física

CPF / CNPJ 558.645.039-91

Nº de Série do Certificado 4408498537430068608

Nome do Signatário LUIS GONZAGA DIDUR:55864503991

Autoridade Certificadora Emissora AC INFOCO DIGITAL v5

Validade 04/10/2022 a 04/10/2023

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA - 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1 - LIQUIDEZ CORRENTE

a. ATIVO CIRCULANTE

5.291.447,36

b. PASSIVO CIRCULANTE

4.659.026,80

= 1,14

A empresa tem R\$ 1,14 para cada R\$ 1,00 de dívida.

2 - LIQUIDEZ SEGA

a. AT.CIRCULANTE - ESTOQUE

5.291.447,36

b. PASSIVO CIRCULANTE

4.659.026,80

= 1,14

A empresa tem R\$ 1,14 para cada R\$ 1,00 de dívida.

3 - LIQUIDEZ GERAL

a. AT.CIRC.+ REALIZ.L/PRAZO

5.291.447,36

b. PASS.CIRC.+PASS.NÃO CIRC.

4.659.026,80

= 1,14

A empresa tem R\$ 1,14 para cada R\$ 1,00 de dívida.

4 - SOLVÊNCIA GERAL

a. AT.CIRCUL.+AT.NÃO CIRCUL.

14.355.450,18

b. PASS.CIRC.+PASS.NÃO CIRC.

4.659.026,80

= 3,08

A empresa tem R\$ 3,08 para cada R\$ 1,00 de dívida.

5 - ENDIVIDAMENTO GERAL

a. PASS.CIRC.+PASS.NÃO CIRC.

4.659.026,80

b. AT.CIRCUL.+AT.NÃO CIRCUL.

14.355.450,18

= 0,32

Capital de terceiros representa 32,00% do investimento total.

6 - IMOBILIZAÇÃO DO INVESTIMENTO TOTAL

a. AT.NÃO CIRC-REAL.L/PRAZO

9.064.002,82

b. AT.CIRCUL.+AT.NÃO CIRCUL.

14.355.450,18

= 0,63

Ativo Permanente representa 63,00% do capital em giro.

7 - IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

a. AT.NÃO CIRC-REAL.L/PRAZO

9.064.002,82

b. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.696.423,38

= 0,93

Ativo Permanente representa 93,00% o capital próprio.

8 - RENTABILIDADE DO INVESTIMENTO TOTAL

a. RESULTADO ANTES DO I.R.

5.495.888,55-

b. AT.CIRCUL.+AT.NÃO CIRCUL.

14.355.450,18

= 0,38-

O resultado negativo é -38,00% sobre o capital em giro.

9 - RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO

a. RESULTADO ANTES DO I.R.

5.495.888,55-

b. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.696.423,38

= 0,57-

O resultado negativo é -57,00% sobre o capital próprio.

10 - PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS

a. PASS.CIRC.+PASS.NÃO CIRC.

4.659.026,80

b. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.696.423,38

= 0,48

Para cada R\$100,00 de capital próprio, a empresa utiliza R\$ 48,00 de recursos de terceiros.

11 - CAPITALIZAÇÃO

a. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.696.423,38

b. AT.CIRCUL.+AT.NÃO CIRCUL.

14.355.450,18

= 0,68

O capital próprio equivale a 68,00% do investimento total.

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA - 31 DE DEZEMBRO DE 2022

12 - IMOBILIZAÇÃO RECURSOS NÃO RECORRENTES

a. ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.064.002,82	= 0,93
b. PATR.LÍQ.+PASS.NÃO CIRCUL.	9.696.423,38	

93,00% dos recursos não recorrentes foram destinados a imobilização.

13 - RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. LUCRO LÍQUIDO	5.630.802,56-	= 0,71-
b. PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÉDIO	7.982.589,43	

14 - GIRO DO ATIVO

a. VENDAS LÍQUIDAS	4.469.919,07	= 0,31
b. AT.CIRCUL.+AT.NÃO CIRCUL.	14.355.450,18	

A empresa vendeu R\$ 31,00 para cada R\$1,00 de investimento total.

15 - MARGEM LÍQUIDA

a. LUCRO LÍQUIDO	5.630.802,56-	= 1,26-
b. VENDAS LÍQUIDAS	4.469.919,07	

16 - LIQUIDEZ IMEDIATA

a. DISPONIBILIDADES	2.140.536,21	= 0,46
b. PASSIVO CIRCULANTE	4.659.026,80	

A empresa possui R\$ 0,46 de Disponibilidade para cada R\$1,00 de dívida de curto prazo.

17 - CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO

a. ATIVO CIRCULANTE	5.291.447,36	
a. REALIZ. L/PRAZO	0,00	5.291.447,36
b. (-) PASSIVO CIRCULANTE	4.659.026,80	
b. (-) PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	4.659.026,80
(=) CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO		632.420,56

ADMINISTRADOR

ASSINADO DIGITALMENTE
CARINA AZILIERO DUDAA conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

CONTADOR

ASSINADO DIGITALMENTE
LUIS GONZAGA DIDURA conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

CARINA AZILIERO DUDA

ADMINISTRADOR

C.P.F. 067.177.699-12

R.G. 10637834-7 PR -

LUIS GONZAGA DIDUR

Contador

C.R.C. PR-PR-028172/O-4

C.P.F. 558.645.039-91

R.G. 39026856-SS PR

01 CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa - Construtora Cathio Ltda, constituída em 06/09/2012, com sede na Rua Inácio Martins, nº. 45, Bairro Alto da Glória, cidade de Irati - PR, CNPJ nº. 16.829.146/0001-84, tributada pelo regime Lucro Presumido tem como principal atividade construção civil.

02. BASES DE ELABORAÇÃO

As demonstrações contábeis inerentes ao exercício de 01/01/2022 a 31/12/2022 estão sendo apresentadas em Reais (R\$).

A empresa declara expressamente que a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base os termos da NBC TG 1000 (R1) aprovada pela Resolução do CFC nº 2016 publicada no diário oficial da união em 01/11/2016 e a ITG 2000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1330/2011 que trata da Escrituração Contábil.

Atendendo aos termos da NBC TG 1000, a entidade está apresentando o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas. A administração da sociedade optou pela contratação de contabilidade terceirizada e declara que as demonstrações contábeis refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização, respondendo a administração da sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

Ao elaborar as demonstrações contábeis, a administração avaliou a capacidade de a entidade continuar em operação em futuro previsível e declara que não tem a intenção de liquidá-la ou cessar seus negócios, ou ainda não apresenta evidências realistas para a descontinuação de suas atividades.

A administração declara que as referidas demonstrações evidenciam as movimentações ocorridas entre 01/01/2022 a 31/12/2022.

A administração da sociedade declara que não ocorreram eventos subsequentes entre a data do encerramento das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão dessas demonstrações.

03. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levam em conta as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, confiabilidade, primazia da essência sobre a forma, prudência, integralidade, comparabilidade, tempestividade e equilíbrio entre custo e benefício, estando assim alinhadas com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação das demonstrações contábeis poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas contábeis que possam afetar valores reportados de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis.

A entidade elabora suas demonstrações contábeis usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimento para esses itens.

3.01 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, bens, direitos e obrigações, vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.02 Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.03 Fornecedores

A rubrica fornecedores nacionais refere-se ao saldo de obrigações junto a fornecedores de materiais e serviços aplicados na atividade operacional da empresa, reconhecidos pelo valor de nota fiscal de entrada. 3.04

Obrigações Tributárias

Esta rubrica contempla os tributos a pagar ou a recolher, inerentes a atividade da empresa referentes a prestação de serviços, ao lucro e inclusive os retidos de terceiros.

3.05 Reconhecimento das Receitas de Prestação de Serviços

A receita de prestação de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da empresa e é apresentada líquida das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita de prestação de serviços é reconhecida quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas:

- a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da utilização dos serviços;
- b) A entidade não mantenha envolvimento continuado após a prestação dos serviços;

- c) o valor da receita pode ser medido com segurança; e
d) o reconhecimento do contas a receber é provável.

04. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A PAGAR
04. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A PAGAR

TRIBUTOS	31/12/2021 em R\$	31/12/2022 em R\$
Iss a Recolher	6099,36	13.999,06
IRPJ a Recolher	402.099,31	730.936,89
CSLL a Recolher	282.796,89	470.425,90
IRRF a Recolher	145.061,57	198.510,74
PIS a Recolher	128.342,45	213.325,41
COFINS a Recolher	677.764,73	1.055.502,72
INSS retido a recolher	995.340,10	939.725,12
TOTAL DE TRIBUTOS A PAGAR	2.637,504,41	3.622.425,84

05. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

	Nº DE COTAS ATUAL	VLR DA COTA	31/12/2021 em R\$	31/12/2022 em R\$
Capital Social Subscrito	2.000.000.000	1,00	2.000.000,00	2.000.000,00
(=) Capital Social Integralizado	2.000.000.000	1,00	2000.000,00	2.000.000,00

CARINA
AZILIERO
DUDA:06717769
912

Assinado de forma digital
por CARINA AZILIERO
DUDA:06717769912
Dados: 2023.05.03
10:04:33 -03'00'

CARINA AZILIERO DUDA
CPF:067.177.699-12
ADMINISTRADORA

Irati-PR, 21 de dezembro de 2022

ASSINADO DIGITALMENTE
LUIZ GONZAGA DIDUR

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



LUIZ GONZAGA DIDUR
CRC/PR 028172/O-4
CPF: 558.645.039-91
CONTADOR



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **CONSTRUTORA CATHIO LTDA**
CNPJ: **16.829.146/0001-84**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:13:30 do dia 20/09/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/03/2025.

Código de controle da certidão: **1BA5.66FA.C570.9784**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 035182901-76

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **16.829.146/0001-84**

Nome: **CONSTRUTORA CATHIO LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 06/03/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

Estado do Paraná
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Negativa de Débitos Nº 18300 / 2024

CONTRIBUINTE GLOBAL

Contribuinte: CONSTRUTORA CATHIO LTDA

CPF/CNPJ: 16.829.146/0001-84

Logradouro: RUA VICE PREFEITO TADEU DUDA, Nº: 406

Bairro: JARDIM AEROPORTO

Cidade: IRATI

Complemento: COND. INDUSTRIAL

Observação:

CÓDIGO VALIDAÇÃO: 8AAA573A1AC3790BE90972545AECC098

FINALIDADE: HABILITAÇÃO PARA LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irati - PR, conforme o Artigo 1º da lei Municipal nº 2348/2005 de 22/12/05. Combinamos com o disposto no Artigo 205 da Lei Federal nº 5172 de 25/10/1958 - Código Tributário Nacional, CERTIFICA que o Contribuinte, acima identificado, **EM RELAÇÃO AO OBJETO DA CERTIDÃO**, encontra-se em **SITUAÇÃO REGULAR** perante a FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL.

A presente Certidão, não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referente a recolhimento que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pela Secretaria Municipal de Finanças, conforme prerrogativa legal prevista nos incisos I a IX do Artigo 149 da Lei Federal nº 5172, de 25/10/1966 - Código Tributário Nacional.

IRATI, 06/11/2024

Validade de 90 dias a partir da data de emissão.

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade do
FGTS - CRF**

Inscrição: 16.829.146/0001-84
Razão Social: CONSTRUTORA CATHIO LTDA EPP
Endereço: R VICE-PREFEITO TADEU DUDA 406 COND INDUSTRIAL / JARDIM AEROPORTO / IRATI / PR / 84505-349

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/01/2025 a 07/02/2025

Certificação Número: 2025010901261983580750

Informação obtida em 15/01/2025 08:51:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONSTRUTORA CATHIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 16.829.146/0001-84

Certidão nº: 57094150/2024

Expedição: 20/08/2024, às 09:46:43

Validade: 16/02/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONSTRUTORA CATHIO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **16.829.146/0001-84**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE IRATI

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
RUA PACIFICO BORGES 120 - RIO BONITO
IRATI/PR - 84500000

TITULAR
TEREZINHA DEMCZUK
JURAMENTADOS
ANA CAROLINA SEQUINEL DEMCZUK
ADRIANO DEMCZUK

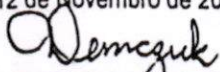
Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição CÍVEL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento de ações de FALENCIA, CONCORDATA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL contra:

CONSTRUTORA CATHIO LTDA

CNPJ 16.829.146/0001-84, no período compreendido entre a presente data e os últimos 20 anos que a antecedem.

IRATI/PR, 12 de Novembro de 2024, 13:38:44


TEREZINHA DEMCZUK



Certificação

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR
Contador, Partidor, Avaliador, Judicial
CNPJ 77.780.823/0001-01
Terezinha Demczuk - Titular
CPF 606.125.789-49
Ana Carolina S. Demczuk - Juramentada
CPF 052.648.189-75



Declaração de Capacidade Operacional Financeira

Ao

Município de Ivaí - Paraná

Referência: Concorrência Eletrônica n.º 004/2024

DECLARAMOS, nos termos do § 8º do art. 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021, e sob as penas da lei, que a pessoa jurídica **Construtora Cathio Ltda**, estabelecida à **Rua Vice-Prefeito Tadeu Duda, nº 406, CEP 84.505-349, Bairro Jardim Aeroporto, Irati - Paraná**, por mim legalmente representada, possui os compromissos assumidos abaixo que importam diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

DEMONSTRAÇÕES:

1. CÁLCULO DO SALDO CONTRATUAL (SC):

Item	Nº do Contrato	Obra ou serviços	Valor do compromisso (R\$)	Valor já faturado (R\$)	Contratante
1	47/2024	Recuperação de pavimentos e manutenção de drenagem	2.557.229,90	2.513.928,42	Prefeitura Municipal de Irati
2	52/2024	Manutenções e reparos de vias	500.000,00	356.815,76	Prefeitura Municipal de Ivaí
3	36/2024	Pavimentação Asfáltica - Vila Santa Terezinha	1.460.000,00	1.309.887,76	Prefeitura Municipal de Rio Azul
4	58/2024	Pavimentação Asfáltica - Bairro Riozinho	2.274.207,36	162.573,86	Prefeitura Municipal de Irati
5	79/2024	Pavimentação Asfáltica - Ruas Diversas	1.048.899,20	1.036.428,77	Prefeitura Municipal de Irati
6	142/2024	Execução de lombadas e travessias elevadas em CBUQ	602.686,00	137.537,51	Prefeitura Municipal de Irati
7	160/2024	Pavimentação asfáltica - SAM 94	1.173.264,65	0,00	Prefeitura Municipal de Irati
8	161/2025	Pavimentação asfáltica - SAM 96	739.900,00	0,00	Prefeitura Municipal de Irati
9	162/2026	Pavimentação asfáltica - SAM 97	2.566.894,79	0,00	Prefeitura Municipal de Irati
10	168/2024	Manutenção de pavimento asfáltico e de drenagem	1.819.000,00	0,00	Prefeitura Municipal de Irati
SOMATÓRIOS (Σ) =			14.742.081,90	5.517.172,08	

Σ Valor do compromisso = 14.742.081,90

Σ Valor já faturado = 5.517.172,08

SC = Σ Valor do Compromisso - Σ Valor já faturado = 9.224.909,82



Onde:

SC = Saldo Contratual

SC = Diferença entre a somatória dos compromissos e a somatória dos valores já faturados referentes aos compromissos.

2. CÁLCULO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA OPERACIONAL:

DECLARAMOS que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

DECLARAMOS ainda que, a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, comprometemo-nos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de índice	Valor em reais	Índice
Liquidez geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$	3.115.981,49 / 9.008.697,65	0,35
Liquidez corrente (LC) $LC = AC / PC$	3.115.981,49 / 9.008.697,65	0,35
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$	15.280.685,27/ 9.008.697,65)	1,70

AC – ativo circulante;

AP – ativo permanente;

PC – passivo circulante;

RLP - realizável a longo prazo;

ELP - exigível a longo prazo.

Irati, 22 de novembro de 2024.

Representante Legal da Empresa Nome: Carina Aziliero Duda CPF: 067.177.699-12 Assinatura: CARINA AZILIERO DUDA:06717769912 Assinado de forma digital por CARINA AZILIERO DUDA:06717769912 Dados: 2024.11.12 09:17:42 -03'00'	Contador responsável pela Empresa: Nome: Alex Correa CRC N.º: 069296/O-0 Assinatura: ALEX CORREA:07546409900 Assinado de forma digital por ALEX CORREA:07546409900 Dados: 2024.11.13 08:29:05 -03'00'
---	--



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 142782/2024

Validade: 31/03/2025

Razão social:
CONSTRUTORA CATHIO LTDA

CNPJ:
16.829.146/0001-84

Num. Registro:
54032

Data do Registro:
18/10/2012

Capital Social:
R\$ 2.000.000,00

Endereço:
RUA VICE-PREFEITO TADEU DUDA, 406, COND. INDUSTRIAL, JARDIM AEROPORTO

CEP:
84505-349

Cidade:
IRATI-PR

Nº da Alteração Contratual:
4

Data da última alteração:
22/05/2024

Objetivo Social:

4212000 - Construções de obras-de-arte especiais (construção e recuperação de pontes, viadutos, elevados, passarelas, construção de túneis, urbanos, em rodovias, ferrovias, metropolitanas);
4120400 - Construção de edifícios;
2330302 - Fabricação de Artefatos de Cimento para uso na construção;
3702900 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes;
3811400 - Coleta de resíduos;
4213800 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas (construção de vias urbanas, ruas e locais para estacionamento de veículos, construção de praças e calçadas para pedestres, trabalhos de superfície e pavimentação em vias urbanas, ruas, praças e calçadas, sinalização com pintura em vias urbanas, ruas e locais para estacionamento de veículos);
4222701 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;
4313400 - Obras de terraplanagem;
41.10-7-00-Incorporação de empreendimentos imobiliários;
4319300 - Drenagem do solo destinado a construção;
4322301 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás;
4322303 - Instalações de sistema de prevenção de incêndio;
4930202 - Transporte rodoviário de carga exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal, interestadual e internacional;
7112000 - Serviços de Engenharia;
8130300 - Atividades paisagísticas (plantio, tratamento e manutenção de jardins e gramados, plantio, tratamento e manutenção de plantas, poda e o plantio de árvores na área urbana);
8299701 - Medição do consumo de energia elétrica, gás e água.

Restrição de atividade:

Atividades circunscritas às atribuições de seus responsáveis técnicos.

Encontra-se quite com o exercício 2024

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 16.829.146/0001-84

NOME CIVIL: CARINA AZILIERO DUDA

Carteira: PR-119322/D - Data de expedição: 05/08/2011

Desde 18/10/2012 - Carga horária: 4h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º



CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

Obs.: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

Anotações:

1. Curso de Especialização em Gerenciamento de Obras, Área de Conhecimento Construção/Gerenciamento em nível de Pós-Graduação lato sensu, ofertado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Quadro técnico pela Matriz - CNPJ: 16.829.146/0001-84

NOME CIVIL: ANDERSON CLAYTON MOLINARI

Carteira: PR-168930/D - Data de expedição: 26/03/2018

Desde 26/12/2019 - Carga horária: 4h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

Obs.: Atribuições de acordo com o Artigo 28 do Decreto Federal nº 23.569/1933, o Art. 7º da Lei nº 5.194/1966 e o art. 7º da Resolução nº 218/1973 do CONFEA.

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

Obs.: Atribuições de acordo com o Artigo 28 do Decreto Federal nº 23.569/1933, o Art. 7º da Lei nº 5.194/1966 e o art. 7º da Resolução nº 218/1973 do CONFEA.

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

Obs.: Atribuições de acordo com o Artigo 28 do Decreto Federal nº 23.569/1933, o Art. 7º da Lei nº 5.194/1966 e o art. 7º da Resolução nº 218/1973 do CONFEA.

NOME CIVIL: IVANA RIGONI

Carteira: PR-166665/D - Data de expedição: 19/01/2018

Desde 17/08/2022 - Carga horária: 6h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 334331/2024, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 05/12/2024 15:05:42

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

CAT COM REGISTRO
DE ATESTADO

1720230000714

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional CARINA AZILIERO DUDA referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **CARINA AZILIERO DUDA**

RNP: 1709881763

Registro: **PR-119322/D**

Título profissional: **ENGENHEIRA CIVIL**

Número da ART: **1720221944358** Situação da ART: **BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO**
Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 12/04/2022 Baixada em: 10/02/2023 Forma de registro: Inicial
Participação técnica: Corresponsável

Empresa contratada: **CONSTRUTORA CATHIO EIRELI**

Contratante: **MUNICÍPIO DE IRATI** CNPJ: 75.654.574/0001-82

Rua: R CORONEL EMILIO GOMES Nº: 22

Complemento: PREFEITURA Bairro: CENTRO

Cidade: IRATI UF: PR CEP: 84500-054

Contrato: CONTRATO 009/2022 celebrado em 24/01/2022 Vinculado a ART: 1720220422463

Valor do contrato: R\$ 3.169.215,97 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: ESTRADA RURAL DO PINHO DE BAIXO Nº: S/N

Bairro: AREA RURAL DE IRATI

Cidade: IRATI

UF: PR

CEP: 84508-899

Coordenadas Geográficas: -25,392049 x -50,691383

Data de início: 24/01/2022 Conclusão efetiva: 03/02/2023

Finalidade:

Proprietário: **MUNICÍPIO DE IRATI**

CNPJ: 75.654.574/0001-82

Atividade Técnica: **1- Execução** Execução de obra de volume/área de escavação - terraplenagem, 20036,72 M3; **2- Execução** de obra de compactação - terraplenagem, 14296,36 M3; **3- Execução de obra de pavimentação asfáltica para rodovias**, 13230 M2; **4- Execução de obra de pavimentação asfáltica para rodovias**, 1680,21 TON; **5- Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis galeria**, 394 METRO; **6- Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis boca de lobo**, 48 UNID; **7- Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis sarjeta**, 1364 METRO; **8- Execução de obra de sinalização rodoviária**, 5670 METRO

Observações da certidão:

O Crea-PR certifica os dados da ART.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT o atestado contendo 4 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1720230000714/2023

26/04/2023 15:40

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço <https://www.crea-pr.org.br>, informando o número do protocolo: 48220/2023.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

0800 041 0067

www.crea-pr.org.br



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná

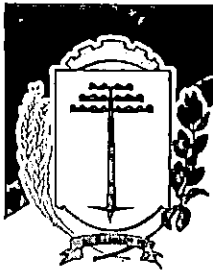
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 48220/2023.

CAT nº 1720230000714 de 27/02/2023, página 1 de 5



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná

307



ATESTADO DE CONCLUSÃO DE OBRA

A Prefeitura Municipal de Irati - Paraná, CNPJ nº 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Coronel Emílio Gomes, 22, Centro, na cidade de Irati, Estado do Paraná, atesta para os devidos fins, que a Empresa Construtora Cathio Eireli, CNPJ 16.829.146/0001-84, com sede à Rua Vice Prefeito Tadeu Duda, nº 406, Vila São João, na cidade de Irati, Estado do Paraná, executou, mediante Contrato de Obra e Serviço de Engenharia nº 009/2022, Concorrência n.º 008/2021, a obra de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA LOCALIDADE DE PINHO DE BAIXO – FASE 4, com as seguintes características:

Objeto do Contrato: Contratação de empresas para execução de obras em três lotes de pavimentação asfáltica, nas localidades de Pinho de Baixo (Fase 4), Pirapó (Fase 3) e Barra Mansa, em atendimento ao Contrato de Repasse OGU MAPA nº 914355/2021/CAIXA – Operação 1078120-30, Programa Agropecuária Sustentável - **LOTE 01 – EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA LOCALIDADE DE PINHO DE BAIXO – FASE 4**

Local: Estrada Rural do Pinho de Baixo – s/n – Irati/PR – CEP 84508-899

Data início: 24/01/2022

Data conclusão: 03/02/2023

Licitação: Concorrência n.º 008/2021

Valor do Contrato: R\$ 3.169.215,97 (Três milhões, cento e sessenta e nove mil, duzentos e quinze reais, e noventa e sete centavos)

Serviços executados conforme planilha em anexo.

Responsável Técnico pela Execução:

ART 1720220422463 – Eng.º Civil Anderson Clayton Molinari, CREA PR 168.930/D, RNP 1717368182

ART 1720221944358 – Eng.ª Civil Carina Aziliero Duda, CREA PR 119.322/D, RNP 1709881763 – (co-responsável)

Sendo o que tínhamos a atestar, firmamos o presente para que surta os devidos efeitos.

Irati, 03 de fevereiro de 2023

MARÍLIA APARECIDA FERREIRA
Eng.ª Civil – CREA PR 161.528/D
RNP 1716415225
Fiscal da Obra
Prefeitura Municipal de Irati

JÉSSICA ELAINE CUSTÓDIO
Eng.ª Civil – CREA PR 166.458/D
RNP 1717099904
Secretária de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo
Prefeitura Municipal de Irati

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 48220/2023.

CAT nº 1720230000714 de 27/02/2023, página 2 de 5





CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Licitado - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1078120-30	Nº SICONV 914355	PROPOSTANTE / TOMADOR Prefeitura Municipal de Itati - Pr	APELIDO DO EMPREENDIMENTO PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS
LOCALIDADE SINAPI CURITIBA	DATA BASE 09-21 (N DES.)	NOME DA EMPRESA	REGIME DE EXECUÇÃO 0 EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
			Nº CTEF 0

Nível	Nível Corrigido	Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade			Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
Meta	Meta				PAYMENT / COTAÇÃO / ENLACE DO FIMOLAS						
Nível 2	Nível 2	1.1.			SERVIÇOS PRELIMINARES						1.763,92
Serviço	Serviço	1.1.1.	SINAPI	4813	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUÇÃO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA "N. 22", ADESIVADA, DE 2,0 X 1,125" M (SEM POSTES PARA FIXAÇÃO)	M2	2,52			366,00	922,32
Serviço	Serviço	1.1.2.	SINAPI	99064	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO. AF 10/2018	M	1.890,00			0,44	831,60
Nível 2	Nível 2	1.2.			TERRAPLANAGEM						626.411,68
Serviço	Serviço	1.2.1.	SINAPI	101238	ESCAVAÇÃO VERTICAL A CÉU ABERTO, EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA, INCLUINDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA: 0,8 M³ / 111HP), FROTA DE 8 CAMINHÕES BASCULANTES DE 14 M³, DMT DE 6 KM E VELOCIDADE MÉDIA 22KM/H. AF 05/2020	M3	20.036,72			23,70	474.870,26
Serviço	Serviço	1.2.2.	SINAPI	96385	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRÇO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF 11/2019	M3	14.296,36			10,60	151.541,42
Nível 2	Nível 2	1.3.			DRENAGEM						150.543,23
Serviço	Serviço	1.3.1.	SINAPI	102314	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (0,8 M³/111 HP), LARG. MENOR QUE 1,5 M, EM SOLO DE 2ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF 02/2021	M3	393,65			8,85	3.483,80
Serviço	Serviço	1.3.2.	SINAPI	93381	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA DE 0,8 A 1,5 M, PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF 04/2016	M3	325,66			10,50	3.419,43
Serviço	Serviço	1.3.3.	SINAPI	7761	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIÂMETRO NOMINAL DE 400 MM	M	318,00			74,00	23.532,00
Serviço	Serviço	1.3.4.	SINAPI	92809	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF 12/2015	M	318,00			56,00	17.808,00
Serviço	Serviço	1.3.5.	SINAPI	7782	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIÂMETRO NOMINAL DE 600 MM	M	40,00			118,00	4.720,00
Serviço	Serviço	1.3.6.	SINAPI	92824	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF 12/2015	M	40,00			98,00	3.920,00
Serviço	Serviço	1.3.7.	SINAPI	7763	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIÂMETRO NOMINAL DE 800 MM	M	12,00			220,00	2.640,00

MARILIA A. FERREIRA
ENGENHEIRA CIVIL
CREA-PR 161.528/D

PMV3.0.4

**CAIXA**PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Licitado - (SELECIONAR)Grau de Sigilo
#PÚBLICONº OPERAÇÃO
1078120-30
LOCALIDADE SINAPI
CURITIBANº SICONV
914355
PROPONENTE / TOMADOR
Prefeitura Municipal de Itaiti - Pr
NOME DA EMPRESAAPELIDO DO EMPREENDIMENTO
PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS
REGIME DE EXECUÇÃO
0 EMPREITADA POR PREÇO GLOBALNº CTEF
0

Nível	Nível Corrigido	Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade			Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
Serviço	Serviço	1.3.8.	SINAPI	92813	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	M	12,00			110,00	1.320,00
Serviço	Serviço	1.3.9.	SINAPI	7765	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE PONTA E BOLSA, DIAMETRO NOMINAL DE 1000 MM	M	24,00			192,00	4.608,00
Serviço	Serviço	1.3.10.	SINAPI	92815	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	M	24,00			143,00	3.432,00
Serviço	Serviço	1.3.11.	SINAPI	102737	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR D = 40 CM EM CONCRETO, ALAS COM ESCONDSIDADE DE 0°, INCLUINDO FÓRMAS E MATERIAIS. AF_07/2021	UN	38,00			1.170,00	44.460,00
Serviço	Serviço	1.3.12.	SINAPI	102738	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR D = 60 CM EM CONCRETO, ALAS COM ESCONDSIDADE DE 0°, INCLUINDO FÓRMAS E MATERIAIS. AF_07/2021	UN	6,00			2.400,00	14.400,00
Serviço	Serviço	1.3.13.	SINAPI	102739	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR D = 80 CM EM CONCRETO, ALAS COM ESCONDSIDADE DE 0°, INCLUINDO FÓRMAS E MATERIAIS. AF_07/2021	UN	2,00			4.000,00	8.000,00
Serviço	Serviço	1.3.14.	SINAPI	102744	BOCA PARA BUEIRO DUPLO TUBULAR D = 100 CM EM CONCRETO, ALAS COM ESCONDSIDADE DE 0°, INCLUINDO FÓRMAS E MATERIAIS. AF_07/2021	UN	2,00			7.400,00	14.800,00
Nível 2	Nível 2	1.4.			SARJETA NATURAL						35.597,39
Serviço	Serviço	1.4.1.	SINAPI	90105	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO) COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,28 M3 / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M3	630,00			8,55	5.386,50
Serviço	Serviço	1.4.2.	SINAPI	100575	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_11/2019	M2	2.362,50			0,13	307,13
Serviço	Serviço	1.4.3.	SINAPI	98504	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS. AF_05/2018	M2	2.362,50			12,70	30.003,75
Nível 2	Nível 2	1.5.			SARJETA EM CONCRETO						153.658,24
Serviço	Serviço	1.5.1.	SINAPI	90105	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO) COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,28 M3 / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_02/2021	M3	545,60			8,55	4.664,88
Serviço	Serviço	1.5.2.	SINAPI	94286	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO, 60 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_05/2018	M	1.364,00			94,00	128.216,00
Serviço	Serviço	1.5.3.	SINAPI	98504	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS. AF_05/2018	M2	1.636,80			12,70	20.787,36

MARILIA A. FERREIRA
ENGENHEIRA CIVIL
CREA-PR 161.528/D

PMv3.0.4

**CAIXA**PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Licitado - (SELECIONAR)Grau de Sigilo
#PUBLICONº OPERAÇÃO
1078120-30Nº SICONV
914355PROponente / TOMADOR
Prefeitura Municipal de Itati - PrAPELIDÃO DO EMPREENDIMENTO
PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS RURAISLOCALIDADE SINAPI
CURITIBADATA BASE
09-21 (N DES.)

NOME DA EMPRESA

REGIME DE EXECUÇÃO
0 EMPREITADA POR PREÇO GLOBALNº CTEF
0

Nível	Nível Corrigido	Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade			Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
Nível 2	Nível 2	1.6.			EXECUÇÃO DE SUB-BASE COM RACHÃO TRAVADO COM BGS						570.911,96
Serviço	Serviço	1.6.1.	SINAPI	96400	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE MACADAME SECO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	5.103,00			99,00	505.197,00
Serviço	Serviço	1.6.2.	SINAPI	96396	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	850,50			108,00	91.854,00
Serviço	Serviço	1.6.3.	SINAPI	95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	136.930,48			2,00	273.860,96
Nível 2	Nível 2	1.7.			EXECUÇÃO DE BASE COM BGS						358.962,60
Serviço	Serviço	1.7.1.	SINAPI	96396	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	2.069,55			108,00	223.511,40
Serviço	Serviço	1.7.2.	SINAPI	95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	47.599,65			2,00	95.199,30
Serviço	Serviço	1.7.3.	SINAPI	96402	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C. AF_11/2019	M2	13.797,00			2,70	37.251,90
Nível 2	Nível 2	1.8.			PAVIMENTAÇÃO						937.328,96
Serviço	Serviço	1.8.1.	SINAPI	96402	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C. AF_11/2019	M2	13.230,00			2,70	35.721,00
Serviço	Serviço	1.8.2.	SINAPI	95995	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	661,50			1.275,00	843.412,50
Serviço	Serviço	1.8.3.	SINAPI	102332	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 20000 L, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	38.036,25			1,53	58.195,46
Nível 2	Nível 2	1.9.			SINALIZAÇÃO						34.938,00
Serviço	Serviço	1.9.1.	SINAPI	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	M	1.890,00			5,08	9.601,20
Serviço	Serviço	1.9.2.	SINAPI	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	M	3.780,00			5,08	19.202,40
Serviço	Serviço	1.9.3.	Composição	6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE REGULAMENTAÇÃO (DIÂMETRO 50CM) EM CHAPA DE AÇO E PELÍCULA REFLETIVA, COM POSTE EM AÇO GALVANIZADO 2", INCLUSO BASE EM CONCRETO	UN	16,00			508,40	8.134,40

MARILIA A. FERREIRA
ENGENHEIRA CIVIL
CREA-PR 161.528/D

PMV3.0.4

3 / 3



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

75.3.1 (3)
CREA-PR

CAT COM REGISTRO
DE ATESTADO

1720220002000

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional ANDERSON CLAYTON MOLINARI referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **ANDERSON CLAYTON MOLINARI**

RNP: 1717368182

Registro: **PR-168930/D**

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **1720222480703** Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO

Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 11/05/2022 Baixada em: 11/05/2022 Forma de registro:

Substituição Participação técnica: Individual

Empresa contratada: **CONSTRUTORA CATHIO EIRELI**

Contratante: **MUNICÍPIO DE IRATI** CNPJ: 75.654.574/0001-82

Rua: R CORONEL EMILIO GOMES Nº: 22

Complemento: PREFEITURA Bairro: CENTRO

Cidade: IRATI UF: PR CEP: 84500-054

Contrato: Contrato 061/2021 celebrado em 07/07/2021 Vinculado a ART: 1720213445194

Valor do contrato: R\$ 2.369.403,64 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: ESTRADA RURAL - IRATI A LOCALIDADE DE PINHO DE BAIXO Nº: S/N

Bairro: LOCALIDADE DE PINHO DE BAIXO

Cidade: IRATI

UF: PR

CEP: 84508-899

Coordenadas Geográficas: -25,393535 x -50,696681

Data de início: 07/07/2021 Conclusão efetiva: 15/02/2022

Finalidade:

Proprietário: MUNICÍPIO DE IRATI

CNPJ: 75.654.574/0001-82

Atividade Técnica: 1- Execução de obra de volume/área de escavação - terraplenagem, 19169,87 M3; 2- Execução de obra de compactação - terraplenagem, 8731,64 M3; 3- Execução de obra de pavimentação asfáltica para rodovias, 17463,07 M2; 4- Execução de obra de pavimentação asfáltica para rodovias, 2217,8 TON; 5- Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis galeria, 400 METRO; 6- Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis boca de lobo, 40 UNID; 7- Execução de obra de sinalização rodoviária, 748,44 M2

Observações da certidão:

O Crea-PR certifica os dados constantes na ART.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT o atestado contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1720220002000/2022

26/04/2023 16:24

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço <https://www.crea-pr.org.br>, informando o número do protocolo: 114339/2022.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

0800 041 0067

www.crea-pr.org.br



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 114339/2022.

CAT nº 1720220002000 de 18/05/2022, página 1 de 4



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná

312

ATESTADO DE CONCLUSÃO DE OBRA

A Prefeitura Municipal de Irati, CNPJ nº 75.654.574/0001-82, com sede a Rua Cel. Emílio Gomes, nº 22, Centro, Irati/Paraná, atesta para os devidos fins, que a empresa construtora Cathio Eireli, CNPJ 16.829.146/0001-84, com sede à Rua Vice-Prefeito Tadeu Duda, nº 406, bairro Jardim Aeroporto, Irati/Paraná, executou, mediante Contrato de Administrativo nº 061/2021, Concorrência n.º 001/2021, a obra de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E EXECUÇÃO DE DRENAGEM NA COMUNIDADE RURAL DO PINHO DO BAIXO, com as seguintes características:

Objeto do Contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E EXECUÇÃO DE DRENAGEM NA ESTRADA RURAL PINHO DE BAIXO – FASE III, EM ATENDIMENTO AO CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 908642/2020/MAPA/CAIXA – OPERAÇÃO 1074439-50, SICONV Nº 0026120/2020, PROGRAMA AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL.

Período início: 07/ 07/ 2021

Período conclusão: 15/02/2022

Licitação: Concorrência nº 001/2021

Valor da obra: R\$ 2.369.403,64

Área: 17.463,07 m² (total da pavimentação)

Volume de C.B.U.Q.: 873,15 m³, 2217,80 ton.

Volume de Escavação: 19.169,87 m³ de escavação

Volumes de Execução de Base e Sub-Base: 5.238,92 m³ de macadame seco (rachão) e 2.619,54 m³ de brita graduada.

Drenagem de águas pluviais: 400,00 metros.

Bocas de lobo: 40,00 unidades

Sinalização Rodoviária: 748,44 m²

Serviços executados conforme planilha em anexo.

Responsável Técnico pela Execução:

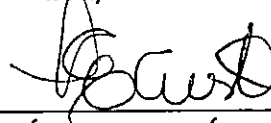
ART 1720222480703 – Engº Civil Anderson Clayton Molinari, CREA PR 168930/D – (executor)

Sendo o que tínhamos a atestar, firmamos o presente para que surta os devidos efeitos.



MARÍLIA FERREIRA
Engª Civil – CREA PR 161.528/D
Fiscal da Obra
Prefeitura de Irati

Irati, 15 de fevereiro de 2022.



JÉSSICA CUSTÓDIO
Engª Civil – CREA PR 166.458/D
Secretária M. de Arq. Eng. e Urbanismo
Prefeitura de Irati



Prefeitura de Irati
Secretaria de Arquitetura Engenharia e Urbanismo
 Rua Coronel Emilio Gomes, 22 - IRATI/PR - CEP 84500-054
 Fone (042) 3132-6100/3132-6154 | engenharia@irati.pr.gov.br

CONCORRÊNCIA 001/2021 - PREFEITURA DE IRATI - PR

Obra: Contratação de Empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica e execução de drenagem da estrada rural Pinho de Baixo - fase 3, em atendimento ao contrato de repasse OGU n.º 908642/2020/MAPA/CAIXA - Operação 1074439-50, SICONV n.º 0026120/2020, Programa Agropecuária Sustentável.

PLANILHA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PINHO DE BAIXO FASE III - PROPOSTA DA EMPRESA

Fiscalização: Marília Ferreira - CREA PR 161.528/D

ITEM	ÍNDICE	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO C/ BDI	BDI DO ITEM	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
1			Pavimentação Asfáltica Pinho de Baixo - Fase 3						
1.1			Serviços Preliminares						1.894,53
1.1.1	SINAPI	4813	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUÇÃO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,0 X 1,125* M	M2	2,88	337,00	20,70%	970,56	
1.1.2	SINAPI	99064	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO. AF. 10/2018	M	2.309,93	0,40	20,00%	923,97	
1.2			Serviços de Corte para Regularização do Graúdo						70.143,00
1.2.1	SINAPI	101244	ESCAVAÇÃO VERTICAL A CÉU ABERTO, EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA, INCLUINDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA 1,2M³/155HP), FROTA DE 6 CAMINHÕES BASCULANTES DE 14 M³, DMT DE 1,5 KM E VELOCIDADE MÉDIA 18 KM/H. AF. 5/2020	M3	9.352,40	7,50	20,70%	70.143,00	
1.3			Execução de Sub-Base com Macadame Travado com BGS						600.295,55
1.3.1	SINAPI	96400	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE COM MACADAME SECO - EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF. 11/2019	M3	5.238,92	85,00	20,70%	445.308,20	
1.3.2	SINAPI	100973	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6M³ - CARGA COM PÁ	M3	5.238,92	5,00	20,70%	26.194,60	
1.3.3	SINAPI	93590	CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCRAGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF. 07/2020	M3	5.238,92	5,00	20,70%	26.194,60	
1.3.4	SINAPI	93590	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICINAL PARA DMT EXCEDENTE A 30KM (UNIDADE: M3XKM). AF. 07/2020	M3XKM	78.583,80	0,50	20,70%	39.291,90	
1.3.5	SINAPI	96396	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF. 11/2019	M3	873,18	90,00	20,70%	78.586,20	
1.3.6	SINAPI	100973	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6M³ - CARGA COM PÁ	M3	873,18	5,00	20,70%	4.365,90	
1.3.7	SINAPI	93590	CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCRAGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF. 07/2020	M3	873,18	5,00	20,70%	4.365,90	
1.3.8	SINAPI	93590	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICINAL PARA DMT EXCEDENTE A 30KM (UNIDADE: M3XKM). AF. 07/2020	M3XKM	13.097,70	0,50	20,70%	6.548,85	
1.4			Execução de Base						325.292,08
1.4.1	SINAPI	96396	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF. 11/2019	M3	2.619,54	85,00	20,70%	222.660,90	
1.4.2	SINAPI	100973	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6M³ - CARGA COM PÁ	M3	2.619,54	5,00	20,70%	13.097,70	
1.4.3	SINAPI	93590	CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCRAGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF. 07/2020	M3	2.619,54	5,00	20,70%	13.097,70	
1.4.4	SINAPI	93590	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICINAL PARA DMT EXCEDENTE A 30KM (UNIDADE: M3XKM). AF. 07/2020	M3XKM	39.362,40	0,50	20,70%	19.681,20	
1.4.5	SINAPI	96401	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUÍDO CM-30. AF. 11/2019	M2	17.463,07	4,00	20,70%	69.852,28	
1.5			Regularização Acabamento						123.177,51
1.5.1	SINAPI	101121	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO ESCARIFICAÇÃO EM SOLO DE 2ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF. 07/2020	M3	9.817,47	3,00	20,70%	29.452,41	
1.5.2	SINAPI	100575	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF. 11/2019	M2	13.278,95	0,10	20,70%	1.327,90	
1.5.3	SINAPI	98504	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS. AF. 05/2018	M2	11.549,65	8,00	20,70%	92.397,20	
1.6			Drenagem - Sarjetas						66.652,90

MARILIA FERREIRA

Engª Civil - CREA PR 161.528/D

Fiscal da Obra - Prefeitura de Irati



CAT n° 1720220002000 de 18/05/2022, página 3 de 4

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 114339/2022.

07/07/2021

374



Prefeitura de Irati
Secretaria de Arquitetura Engenharia e Urbanismo
 Rua Coronel Emílio Gomes, 22 - IRATI/PR - CEP 84500-054
 Fone (042) 3132-6100/3132-6154 | engenharia@irati.pr.gov.br

CONCORRÊNCIA 001/2021 - PREFEITURA DE IRATI - PR

Obra: Contratação de Empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica e execução de drenagem da estrada rural Pinho de Baixo - fase 3, em atendimento ao contrato de repasse OGU n.º 908642/2020/MAPE/CAIXA - Operação 1074439-50, SICONV n.º 0026120/2020, Programa Agropecuária Sustentável.

PLANILHA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PINHO DE BAIXO FASE III - PROPOSTA DA EMPRESA

Fiscalização: Marília Ferreira - CREA PR 161.528/D

ITEM	ÍNDICE	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO C/ BDI	BDI DO ITEM	CUSTO TOTAL	SUBTOTAL
1.6.1	SINAPI	90106	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO) COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M ³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_01/2015	M3	970,20	6,82	20,70%	6.616,76	
1.6.2	SINAPI	98504	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS. AF_05/2018	M2	5.477,93	8,00	20,70%	43.823,44	
1.6.3	SINAPI	94268	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO COM EXTRUSORA, 45 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 30 CM BASE DA SARJETA) X 22 CM ALTURA. AF_06/2016	M	463,22	35,00	20,70%	16.212,70	
1.7			Drenagem - Tubos						145.321,23
1.7.1	SINAPI	92212	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	280,00	120,00	20,70%	33.600,00	
1.7.2	SINAPI	92216	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	120,00	250,00	20,70%	30.000,00	
1.7.3	SINAPI	90108	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE MAIOR QUE 1,5 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO) COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M ³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_01/2015	M3	550,12	5,00	20,70%	2.750,60	
1.7.4	SINAPI	93381	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M ³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA DE 0,8 A 1,5 M, PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	M3	330,07	9,00	20,70%	2.970,63	
1.7.5	SINAPI	73856/2	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR, DIÂMETRO = 0,60M, EM CONCRETO CICLOPICO, INCLUINDO FORMAS, ESCAVACAO, REATERRO E MATERIAIS, EXCLUINDO MATERIAL REATERRO JAZIDA E TRANSPORTE.	UN	40,00	1.200,00	20,70%	48.000,00	
1.7.6	SINAPI	73856/4	BOCA PARA BUEIRO SIMPLES TUBULAR, DIÂMETRO = 1,00M, EM CONCRETO CICLOPICO, INCLUINDO FORMAS, ESCAVACAO, REATERRO E MATERIAIS, EXCLUINDO MATERIAL REATERRO JAZIDA E TRANSPORTE.	UN	14,00	2.000,00	20,70%	28.000,00	
1.8			Pavimentação						1.022.982,68
1.8.1	SINAPI	96402	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C. AF_11/2019	M2	17.463,07	2,00	20,70%	34.926,14	
1.8.2	SINAPI	95995	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	873,15	1.100,00	20,70%	960.465,00	
1.8.3	SINAPI	95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	17.463,00	1,58	20,70%	27.591,54	
1.9			Sinalização						13.644,06
1.9.1	SINAPI	72947	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	M2	598,75	18,23	20,70%	10.915,21	
1.9.2	SINAPI	72947	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	M2	149,69	18,23	20,70%	2.728,85	
			TOTAL GERAL DA OBRA						R\$ 2.369.403,64

MARÍLIA FERREIRA
 Eng.ª Civil - CREA PR 161.528/D
 Fiscal da Obra - Prefeitura de Irati



CAT n.º 1720220002000 de 18/05/2022, página 4 de 4

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 114339/2022.

07/07/2021

345



Declaração de Responsabilidade Técnica

Ao

Município de Ivaí - Paraná

Referência: Concorrência Eletrônica n.º 004/2024

O abaixo assinado, na qualidade de responsável legal pela empresa **Construtora Cathio Ltda** vem, pelo presente, indicar a V. Sas. o (s) profissional (is) Responsável (is) Técnico (s) que atuarão na execução do contrato, de acordo com a Lei Federal n.º 5.194/1966 e com as Resoluções n.º 218/73 e n.º 317/83 do CONFEA Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, com a Lei Federal n.º 12.378/2010 e com o § 9.º do art. 67 da Lei Federal n.º 14.133 /2 021, caso venhamos a vencer a referida licitação.

Profissional (is) responsável (is) técnico (s) pelos serviços contratados:

1	Nome: Carina Aziliero Duda	
	Título: Engenheira Civil	CREA: PR-119.322/D
	Atribuição: Responsável pela execução e acompanhamento da obra	
	Assinatura: CARINA AZILIERO DUDA:06717769912	

Assinado de forma digital por CARINA AZILIERO
DUDA:06717769912
Dados: 2024.11.12 09:14:08 -03'00'

Os referidos responsáveis registrarão as Anotações de Responsabilidade – ARTs no CREA e/ou os Registros de Técnica – RRTs no CAU, conforme o preceitua o artigo 1º da Lei Federal n.º 6.496/1977 e o artigo 20 Lei Federal n.º 5.194/ 1966, do início da obra, ficando sujeito a aplicação de penalidades previstas na legislação vigente e no Edital.

Irati, 22 de novembro de 2024.

Representante Legal /Responsável Técnico Nome: Carina Aziliero Duda CPF: 067.177.699-12 CREA: PR-119.322/D Assinatura:	CARINA AZILIERO DUDA:06717769912	Assinado de forma digital por CARINA AZILIERO DUDA:06717769912 Dados: 2024.11.12 09:14:20 -03'00'
---	---	---

**CONSTRUTORA CATHIO LTDA**

Rua Vice-Prefeito Tadeu Duda, nº 406, Jardim Aeroporto, CEP 84.505-349, Irati-PR

CNPJ 16.829.146/0001-84

(42) 3422-8080 - cathio@cathio.com.br

2.53.4 (D)

RELAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Veículos			
Marca	Modelo	Placa	Finalidade
VW	Kombi	ARD-8879	Transporte de pessoal
VW	Kombi	AVH-4504	Transporte de pessoal
VW	Kombi	AXG-4790	Transporte de pessoal
VW	Kombi	AXT-5152	Transporte de pessoal
VW	Kombi	BBL-1E75	Transporte de pessoal
FIAT	DUCATO	BAH3A21	Transporte de pessoal
VW	Saveiro	ASP-5687	Transporte de pessoal e equipamentos leves
FIAT	Strada	BEG-3G39	Transporte de pessoal e equipamentos leves
CARRETIBA	Reboque	BBJ-8976	Transporte de equipamentos e ferramentas de obras
CARRETIBA	Reboque	BCK-2837	Transporte de equipamentos e ferramentas de obras
CARRETIBA	Reboque	AZL-4227	Transporte de equipamentos e ferramentas de obras
CARRETIBA	Reboque	BCJ-2873	Transporte de equipamentos e ferramentas de obras
FORD	F-4.000	AAC-3991	Transporte de materiais gerais
VW	31.320 Caminhão	BBN-3B32	Transporte de materiais gerais e cargas de caçamba
MB	L-1620 Caminhão	KER-8717	Transporte de materiais gerais e cargas de caçamba
FORD	CARGO 2628 Caminhão	ADU-8I28	Transporte de materiais gerais e cargas de caçamba
FORD	Cargo 1717 Caminhão	ATB-8J78	Transporte de materiais gerais e cargas de caçamba
FORD	Cargo 2622 Caminhão	BBS-0771	Transporte de materiais gerais e cargas de caçamba
FORD	Cargo Caminhão Munk	BNZ-2B13	Transporte de materiais gerais e serviços de içamento com munk
FORD	Cargo 2428 Caminhão	APU-9C29	Prancha – Transporte de máquinas e equipamentos
FORD	F-600	AGF-9904	Espargidor de emulsão
M. BENZ	ATEGO 1718	HFC-5J62	Espargidor de emulsão
FORD	F-1100	ABN-1H19	Pipa – Transporte de água
MB	Atron 1719	FSC-3E81	Pipa – Transporte de água
FIAT	DALLY 3510	MBQ-9325	Pintura – Sinalização viária
VW	Constellation 26.280	FJA-8J17	Caminhão Betoneira - Transporte de concreto
FORD	Ranger	AZI-7C88	Deslocamento dos Engenheiros
VW	Gol	BCS-7178	Deslocamento dos funcionários
FIAT	Argo	SEC-8C31	Deslocamento dos funcionários

Máquinas		
Marca	Modelo	Finalidade
NEW-HOLLAND	Motoniveladora RG 140B	Cortes, nivelamentos e aplainamentos
NEW-HOLLAND	Motoniveladora RG 170B	Cortes, nivelamentos e aplainamentos
CASE	Retroescavadeira 580N	Escavações e reaterros
CASE	Retroescavadeira 580N	Escavações e reaterros
CATERPILLAR	Retroescavadeira 416	Escavações e reaterros
CATERPILLAR	Escavadeira hidraulica CAT 323	Escavações e reaterros
BOBCAT	Mini Carregadeira S770	Escavações e carregamentos
HAMM	Rolo compactador 3411	Compactação
VOLVO	Rolo compactador DD25B	Compactação
CATERPILLAR	Rolo compactador CW34	Compactação
NEW-HOLLAND	Rolo compactador V110	Compactação

Carina Aziliero Duda
Eng. Civil CREA PR-119.322/D
RG: 10.637.834-7
Construtora Cathio Ltda

22/11/2024

317

**CONSTRUTORA CATHIO LTDA**

Rua Vice-Prefeito Tadeu Duda, nº 406, Jardim Aeroporto, CEP 84.505-349, Irati-PR

CNPJ 16.829.146/0001-84

(42) 3422-8080 – cathio@cathio.com.br

RELAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

LEEBOY	Vibroacabadora F1000	Aplicação do CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente
CIBER	Vibroacabadora AF4000	Aplicação do CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente

Equipamentos			
Marca	Modelo	Capacidade	Finalidade
MENEGOTTI	Betoneira	280 Litros	Preparo de concretos e argamassas
MENEGOTTI	Betoneira	400 Litros	Preparo de concretos e argamassas
TOYAMA	Compactador de solo a percussão	4.0 CV	Compactação de reaterros
KAWASHIMA	Placa vibratória	1.6 CV	Compactação de lastros de material granular
KAWASHIMA	Bomba de água	5.0 CV	Esgotamento de águas pluviais
STHILL	Soprador BR420	3.54 CV	Varrição
TEKNA	Gerador	2.0 KW	Gerador de energia
TEKNA	EA525	2,5 HP	Perfuração de solos
BOSCH	Serra circular 6KS190	1.4 kW	Corte de madeira em geral
STHILL	Motoserra MS170	2.0 CV	Corte de madeira em geral

CARINA
AZILIERODUDA:06717769
912Assinado de forma
digital por CARINA
AZILIERO
DUDA:06717769912
Dados: 2024.11.12
09:14:47 -03'00'Carina Aziliero Duda
Eng. Civil CREA PR-119.322/D
RG: 10.637.834-7
Construtora Cathio Ltda

22/11/2024



CONSTRUTORA CATHIO LTDA
Rua Vice-Prefeito Tadeu Duda, nº 406, Jardim Aeroporto, CEP 84.505-349, Irati-PR
CNPJ 16.829.146/0001-84
(42) 3422-8060 - cathio@cathio.com.br

2.5.3.2. (E)

1/1

EDITAL DE CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 004/2024
PROPOSTANTE: CONSTRUTORA CATHIO LTDA

CRONOGRAMA DE UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

MUNICÍPIO: IVAI - PARANÁ	ÁREA CONSTRUIDA	25.085,16 M²
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ EM VIAS DIVERSAS NO MUNICÍPIO DE IVAI.	PRAZO DE EXECUÇÃO	360 DIAS
LOTE: ÚNICO		

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	PRAZO DE EXECUÇÃO (DIAS)											
		30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330	360
Kombi ARD-8879	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1						
Kombi AVH-4504	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE							1	1	1	1	1	1
DUCATO BAH3A21	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1				1
Strada BEG-3G39	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Reboque BBJ-8976	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1						
Reboque BCK-2837	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE							1	1	1	1	1	1
F-4.000 AAC-3991	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
31.320 Caminhão BBN-3B32	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
L-1620 Caminhão KER-8717	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CARGO 2628 Caminhão ADU-8I28	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Cargo 1717 Caminhão ATB-8J78	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Cargo 2622 Caminhão BBS-0771	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Cargo Caminhão Munk BNZ-2B13	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Cargo 2428 Caminhão Prancha APU-9C29	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Espargidor - F-600 AGF-9904	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Espargidor ATEGO 1718 - HFC-SJ62	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Caminhão Pipa Atron 1719 FSC3E81	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Caminhão - DALLY 3510 MBQ-9325 (Sinalização)	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE							1	1	1	1	1	1
Ranger AZI-7C88	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Motoniveladora RG 170B	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Retroescavadeira 580N	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Retroescavadeira 580N	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Rolo compactador 3411 - HAMM	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Rolo compactador DD25B - VOLVO	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Rolo compactador CW34 - CATERPILLAR	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Vibroacabadora F1000	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Vibroacabadora AF4000	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Betoneira	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1							
Betoneira	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1							
Compactador de solo a percussão	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1							
Placa vibratória	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1							
Bomba de água	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1							
Soprador BR420	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Gerador	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Serra circular 6KS190	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Motoserra MS170	UTILIZAÇÃO												
	QUANTIDADE	1	1	1	1	1							

Irati - Paraná, 22 de novembro de 2024

CARINA
AZILIERO
DUDA:06717769
912

Assinado de forma
digital por CARINA
AZILIERO
DUDA:06717769912
Dados: 2024.11.12
09:15:03 -03'00'

Carina Aziliero Duda
Eng. Civil CREA PR-119.322/D
RG: 10.637.834-7
Construtora Cathio Ltda

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 142784/2024

Validade: 31/03/2025

Nome civil:
CARINA AZILIERO DUDA**CPF:**
067.177.699-12**Carteira - CREA-PR Nº:**
PR-119322/D**Documento de Identidade:**
10.637.834-7**Registro Nacional:**
1709881763**Órgão emissor:**
SESP/PR/PR**Registrado(a) desde:**
05/08/2011**Filiação:**
PAI: ANTONIO CARLOS DUDA
MÃE: GILDA MARIA CARNEIRO AZILIERO DUDA**Naturalidade:**
IRATI/PR

Encontra-se quite com o exercício 2024.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

TÍTULOS**Título:** ENGENHEIRA CIVIL

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO PARANA

Data da Colação de Grau: 21/07/2011 - Diplomação: 21/07/2011

Situação: Regular

Atribuições profissionais:

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º de 11/12/1933

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966

Obs.: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973

ANOTAÇÕES

1. Curso de Especialização em Gerenciamento de Obras, Área de Conhecimento Construção/Gerenciamento em nível de Pós-Graduação latu sensu, ofertado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

RESPONSABILIDADE TÉCNICA/QUADRO TÉCNICO:

CONSTRUTORA CATHIO LTDA

CNPJ: 16829146000184

Desde: 18/10/2012 Carga Horária: 4h

RMP PROJETOS E EXECUÇÕES LTDA

CNPJ: 30745979000198

Desde: 10/06/2022 Carga Horária: 4h

CONSTRUTORA RCD LTDA

CNPJ: 09455772000192

Desde: 28/11/2024 Carga Horária: 2h

Para fins de: Licitações



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná

Certidão de Registro Profissional e Negativa de Débitos

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 334338/2024, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 05/12/2024 15:07:07

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



75.33.3.
CONSTRUTORA CATHIO LTDA

Rua Vice-Prefeito Tadeu Duda, nº 406, Jardim Aeroporto, CEP 84.505-349, Irati-PR. CNPJ 16.829.146/0001-84 – (42) 3422-8080 – cathio@cathio.com.br

Declaração Formal de Dispensa de Visita Técnica

Ao

Município de Ivaí - Paraná

Referência: Concorrência Eletrônica n. ° 004/2024

A Empresa **Construtora Cathio Ltda**, CNPJ/MF 16.829.146/0001-84, com sede na cidade de Irati, estado do Paraná, sito à Rua Vice-Prefeito Tadeu Duda, nº 406, CEP: 84.505-349, Telefone (42) 3422-8080, E-mail cathio@cathio.com.br, declara o abaixo:

Declara, para fins de participação nessa licitação, pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Irati, 22 de novembro de 2024.

Responsável Técnico do Licitante pela visita	CARINA AZILIERO	Assinado de forma digital
Nome: Carina Aziliero Duda	DUDA:067177699	por CARINA AZILIERO
CREA: PR-119.322/D	12	DUDA:06717769912
Assinatura:		Dados: 2024.11.12
		09:13:45 -03'00'



7.53.4.1
CONSTRUTORA CATHIO LTDA

Rua Vice-Prefeito Tadeu Duda, nº 406, Jardim Aeroporto, CEP 84.505-349, Irati-PR. CNPJ 16.829.146/0001-84 – (42) 3422-8080 – cathio@cathio.com.br

DECLARAÇÃO

Ao

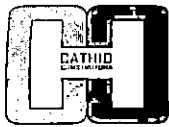
Município de Ivai - Paraná

Referência: Concorrência Eletrônica n.º 004/2024

O Signatário do presente, **Carina Aziliero Duda**, Carteira de Identidade n.º 10.637.834-7, representante legal, em nome da Empresa **Construtora Cathio Ltda**, CNPJ 16.829.146/0001-84, declara que se compromete a comprovar, quando da assinatura do contrato, os vínculos, empregatícios ou contratuais, do responsável técnico ou da equipe técnica (se houver), no caso de ser a vencedora da presente licitação – Item 7.5.3.4.1 do referido Edital.

Irati, 22 de novembro de 2024.

Representante Legal da Empresa Nome: Carina Aziliero Duda CPF: 067.177.699-12 Assinatura:	CARINA AZILIERO DUDA:06717769912 Assinado de forma digital por CARINA AZILIERO DUDA:06717769912 Dados: 2024.11.12 09:15:24 -03'00'
--	--



Declaração de Conhecimento e Atendimento de Critérios Legais e Constitucionais

Ao

Município de Ivaí - Paraná

Referência: Concorrência Eletrônica n.º 004/2024

O Signatário do presente, **Carina Aziliero Duda**, Carteira de Identidade n.º 10.637.834-7, representante legal, em nome da Empresa **Construtora Cathio Ltda**, CNPJ/MF 16.829.146/0001-84, declara:

- 1) Concordar, na íntegra, com os termos da Licitação e com todos os documentos dela componentes;
- 2) Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Órgão Licitante quanto à sua habilitação;
- 3) Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que ela se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de Licitação;
- 4) Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;
- 5) Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 6) Que não se enquadra nas hipóteses previstas no § 1.º do art. 9.º e no art. 14 ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente, em especial:
 - 6.1. Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 6.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, não foi condenado (a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 7) Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;
- 8) Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando for solicitada pelo Agente de Contratação, no prazo que ele estipular;



- 9) Que se compromete a apresentar, quando da assinatura do contrato, a certidão de registro com visto do CREA PR e/ou do CAU PR, se não for registrada no Paraná e se for vencedora da presente licitação e que, após 180 (cento e oitenta) dias do início do contrato, efetuará o seu registro no referido Conselho;
- 10) Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 11) Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- 12) Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada;
- 13) Que para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega desta proposta.

Irati, 22 de novembro de 2024.

Representante Legal da Empresa	CARINA AZILIERO	Assinado de forma digital
Nome: Carina Aziliero Duda	DUDA:06717769	por CARINA AZILIERO
CPF: 067.177.699-12	912	DUDA:06717769912
Assinatura:		-Dados: 2024.11.12 09:13:17 -03'00'



Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de Madeira e de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil

Ao

Município de Ivaí - Paraná

Referência: Concorrência Eletrônica n.º 004/2024

Eu, **Carina Aziliero Duda**, RG 10.637.834-7, legalmente nomeado Representante Legal da Empresa **Construtora Cathio Ltda**, CNPJ/MF 16.829.146/0001-84, para o fim de qualificação técnica no procedimento licitatório em referência declaro, sob as penas da lei, que para a execução da (s) obra (s) e serviço (s) de engenharia objeto da referida licitação a empresa cumprirá as exigências legais ambientais, e em especial:

- 1) Somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA, e em conformidade com o Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 sem prejuízo das implicações de ordem criminal previstas em Lei.
- 2) No que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a obra será realizada de acordo com a Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, e com a legislação pertinente do município onde ela será construída.

Irati, 22 de novembro de 2024.

Representante Legal /Responsável Técnico Nome: Carina Aziliero Duda CPF: 067.177.699-12 CREA: PR-119.322/D Assinatura:	CARINA AZILIERO DUDA:06717769912 Assinado de forma digital por CARINA AZILIERO DUDA:06717769912 Dados: 2024.11.12 09:15:55 -03'00'
---	---



Declaração de Conhecimento e Atendimento de Critérios Legais e Constitucionais

Ao

Município de Ivaí - Paraná

Referência: Concorrência Eletrônica n.º 004/2024

O Signatário do presente, **Carina Aziliero Duda**, Carteira de Identidade n.º 10.637.834-7, representante legal, em nome da Empresa **Construtora Cathio Ltda**, CNPJ/MF 16.829.146/0001-84, declara:

- 1) Concordar, na íntegra, com os termos da Licitação e com todos os documentos dela componentes;
- 2) Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Órgão Licitante quanto à sua habilitação;
- 3) Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que ela se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de Licitação;
- 4) Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;
- 5) Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 6) Que não se enquadra nas hipóteses previstas no § 1.º do art. 9.º e no art. 14 ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente, em especial:
 - 6.1. Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 6.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, não foi condenado (a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 7) Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;
- 8) Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando for solicitada pelo Agente de Contratação, no prazo que ele estipular;



- 9) Que se compromete a apresentar, quando da assinatura do contrato, a certidão de registro com visto do CREA PR e/ou do CAU PR, se não for registrada no Paraná e se for vencedora da presente licitação e que, após 180 (cento e oitenta) dias do início do contrato, efetuará o seu registro no referido Conselho;
- 10) Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 11) Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- 12) Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada;
- 13) Que para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega desta proposta.

Irati, 22 de novembro de 2024.

Representante Legal da Empresa Nome: Carina Aziliero Duda CPF: 067.177.699-12 Assinatura:	CARINA AZILIERO DUDA:06717769 912 Assinado de forma digital por CARINA AZILIERO DUDA:06717769912 -Dados: 2024.11.12 09:13:17 -03'00'
--	--



Declaração de Conhecimento e Atendimento de Critérios Legais e Constitucionais

Ao

Município de Ivaí - Paraná

Referência: Concorrência Eletrônica n.º 004/2024

O Signatário do presente, **Carina Aziliero Duda**, Carteira de Identidade n.º 10.637.834-7, representante legal, em nome da Empresa **Construtora Cathio Ltda**, CNPJ/MF 16.829.146/0001-84, declara:

- 1) Concordar, na íntegra, com os termos da Licitação e com todos os documentos dela componentes;
- 2) Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Órgão Licitante quanto à sua habilitação;
- 3) Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que ela se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de Licitação;
- 4) Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;
- 5) Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 6) Que não se enquadra nas hipóteses previstas no § 1.º do art. 9.º e no art. 14 ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente, em especial:
 - 6.1. Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 6.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, não foi condenado (a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 7) Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;
- 8) Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando for solicitada pelo Agente de Contratação, no prazo que ele estipular;



- 9) Que se compromete a apresentar, quando da assinatura do contrato, a certidão de registro com visto do CREA PR e/ou do CAU PR, se não for registrada no Paraná e se for vencedora da presente licitação e que, após 180 (cento e oitenta) dias do início do contrato, efetuará o seu registro no referido Conselho;
- 10) Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 11) Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- 12) Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada;
- 13) Que para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega desta proposta.

Irati, 22 de novembro de 2024.

Representante Legal da Empresa Nome: Carina Aziliero Duda CPF: 067.177.699-12 Assinatura:	CARINA AZILIERO DUDA:06717769912 912 Assinado de forma digital por CARINA AZILIERO DUDA:06717769912 Dados: 2024.11.12 09:13:17 -03'00'
--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

PARECER TÉCNICO

Em atenção à solicitação do departamento de licitações, a respeito do pedido de análise técnica da CONCORRENCIA 004/2024.

A empresa **Construtora Cathio Ltda** apresentou a DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO onde, após análise, constatou-se que **ESTÁ** adequada ao solicitado em edital.

Portando está **habilitada** pois o acervo é compatível com o solicitado.

É o parecer.

Ivaí, 20 de janeiro de 2025.

WILLIAN SAUTER DE CRISTO

Engenheiro Civil

CREA PR-168844/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

PARECER TÉCNICO

Em atenção à solicitação do departamento de licitações, a respeito do pedido de análise técnica da CONCORRENCIA 004/2024.

A empresa **Construtora Cathio Ltda** apresentou a PLANILHA ORÇAMENTÁRIA onde, após análise, constatou-se que está adequada e atendo o solicitado em edital.

É o parecer.

Ivaí, 20 de Janeiro de 2025.

WILLIAN SAUTER DE CRISTO
Engenheiro Civil
CREA PR-168844/D

RECEBIDO
Em 20 / 01 / 25
20
RESPONSÁVEL



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

PARECER TÉCNICO

Em atenção à solicitação do departamento de licitações, a respeito do pedido de análise técnica da CONCORRENCIA 004/2024.

A empresa ROLP RENTAL EIRELI nesta ocasião NÃO atendeu o exigido em edital de:

PAVIMENTAÇÃO E CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ):
1.620,00 TONELADAS

A empresa apresentou o mesmo atestado que no processo de concorrência 003/2024, este que foi questionado o CREA-PR e após explicação das quantidades os valores apresentados não atingem o quantitativo solicitado.

A empresa ROLP RENTAL EIRELI encontra-se **inabilitada** na parte técnica.

É o parecer.

Ivaí, 15 de JANEIRO de 2024.

WILLIAN SAUTER DE CRISTO
Engenheiro Civil
CREA PR-168844/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

PARECER TÉCNICO

Em atenção à solicitação do departamento de licitações, a respeito do pedido de análise técnica da CONCORRENCIA 004/2024.

A empresa ROLP RENTAL EIRELI apresentou a PLANILHA ORÇAMENTÁRIA onde, após análise, constatou-se que está adequada e atendo o solicitado em edital.

É o parecer.

Ivaí, 13 de JANEIRO de 2025.

WILLIAN SAUTER DE CRISTO

Engenheiro Civil
CREA PR-168844/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br

PARECER TÉCNICO

Em atenção à solicitação do departamento de licitações, a respeito do pedido de análise técnica da CONCORRENCIA 004/2024.

A empresa OCEANO CONSTRUÇOES LTDA apresentou a DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO onde, após análise, constatou-se que **NÃO ESTÁ** adequada ao solicitado em edital.

Portando está **inabilitada** devido à falta de acervo compatível com o solicitado.

É o parecer.

Ivaí, 20 de DEZEMBRO de 2024.

WILLIAN SAUTER DE CRISTO
Engenheiro Civil
CREA PR-168844/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222 – 84460-000 – Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivai.pr.gov.br


PARECER TÉCNICO

Em atenção à solicitação do departamento de licitações, a respeito do pedido de análise técnica da CONCORRENCIA 004/2024.

A empresa OCEANO CONSTRUCOES LTDA apresentou a PLANILHA ORÇAMENTÁRIA onde, após análise, constatou-se que está adequada e atendo o solicitado em edital.

É o parecer.

Ivaí, 12 de DEZEMBRO de 2024.


WILLIAN SAUTER DE CRISTO
Engenheiro Civil
CREA PR-168844/D

Realizado em
12/12/2024
[Handwritten signature]

PAM 2019 / 2024

Parecer Processo Licitatório Nº 2025/0031

Município : Ivaí
Modalidade : CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA **Nº :** 0004/2024
Lote(s) : *** 1 ***

A Assessoria Jurídica do PARANACIDADE analisou o Processo Licitatório em epígrafe referente a pavimentação de vias urbanas em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) e, considerando a documentação apresentada, emite Parecer FAVORÁVEL à aprovação e consequente homologação do procedimento, pois o mesmo cumpriu os requisitos estabelecidos na legislação vigente.

Curitiba ,

Helton Kioshi Armstrong
Advogado(a)

Associação : AMCG
Escritório Regional : Regional de Ponta Grossa
Contratos de empréstimo: Lote : 1 ==>
SAM Projeto Nº : 39

Documento assinado eletronicamente por:
Helton Kioshi Armstrong (28/01/2025 07:46:07)

Nome/controlado do arquivo:
2025012807460707.pdf

Aponte a sua câmera e verifique a autenticidade:



<https://dss.paranacidade.org.br/validaAssinatura.htm?controle=2025012807460707>



Município de Ivaí - 2024
Mapa da Licitação
Concorrência 4/2024

Ftq 2020

Página:1

Data abertura: 22/11/2024			Data julgamento: 22/11/2024			Data homologação:					
Produto			CNPJ: 02.879.936/0001-60			CNPJ: 16.829.146/0001-84			CNPJ: 39.768.322/0001-10		
UN.			Preço			Preço			Preço		
Quantidade			Marca			Marca			Marca		
Lote 001 - Lote 001											
001	Pavimentação em CBUQ.	SERV	1,00	6.127.151,84	Obra	6.004.000,00 *	Obra		6.127.000,00	Obra	6.120.000,00
Local: Vias diversas - Sede e Distritos de Palmital e Bom Jardim do Sul; Objeto: Pavimentação em CBUQ. Trechos: Linha Gonçalves Junior - trecho 1, entre a rua Henrique Florêncio Ribeiro e o fim do trecho (a 300m) Linha Gonçalves Junior - trecho 2, entre a rua Pedro Komety e a rua Projetada A Rua Prefeito Arpad Malanowski, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua Rua Prefeito Edoardo Graniska, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua Rua Timoteo Korelo, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler Rua João Karpinski, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler Rua Humberto Blum, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler Rua Vicente Valentin (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 163m) Rua José Manosso (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 268m) Rua Cuba (Distrito de Palmital), entre a rua Polônia e o fim da rua Rua Projetada E (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada F e o fim da rua Rua Projetada F (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e a rua Projetada C Rua Projetada G (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e o fim da rua Travessa França (Distrito de Palmital), entre a rua França e o fim da rua Rua Argentina - trecho 1 (Distrito de Palmital), entre a rua Peru e a rua Japão Rua Argentina - trecho 2 (Distrito de Palmital), entre a rua Japão e a rua Antonio Raimundo Cominesi Travessa Argentina (Distrito de Palmital), entre a rua Argentina e o fim da rua Área Pavimentada: 25.085,16 m² Colocação de placas de comunicação visual.											
TOTAL DO LOTE			6.127.151,84			6.004.000,00 *			6.127.000,00		
TOTAL GERAL DO FORNECEDOR											
TOTAL GANHO PELO FORNECEDOR						6.004.000,00					

CNPJ: 02.879.936/0001-60 - ARENA PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA
CNPJ: 39.768.322/0001-10 - EXECUTAR COMERCIAL E SERVICOS EIRELI

CNPJ: 16.829.146/0001-84 - CONSTRUTORA CATHIO LTDA
CNPJ: 32.567.709/0001-60 - MLF SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA

FRU - Frustrado DES - Deserto EMP - Empate EME - Empate ME

Emitido por: KÉILA STORER BUENO, na versão: 5536j

30/01/2025 11:26:10

337



Município de Ivaí - 2024
Mapa da Licitação
Concorrência 4/2024

Produto		UN.	Quantidade	CNPJ: 21.267.896/0001-04		CNPJ: 10.858.746/0001-94	
				Preço	Marca	Preço	Marca
Lote 001 - Lote 001							
001	Pavimentação em CBUQ.	SERV	1,00	5.800.500,00	Obra	5.820.000,00	Obra
Local: Vias diversas - Sede e Distritos de Palmital e Bom Jardim do Sul;							
Objeto: Pavimentação em CBUQ.							
Trechos:							
Linha Gonçalves Junior - trecho 1, entre a rua Henrique Florêncio Ribeiro e o fim do trecho (a 300m)							
Linha Gonçalves Junior - trecho 2, entre a rua Pedro Komety e a rua Projetada A							
Rua Prefeito Arpad Malanowski, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua							
Rua Prefeito Edoardo Graniska, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua							
Rua Timoteo Korelo, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler							
Rua João Karpinski, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler							
Rua Humberto Blum, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler							
Rua Vicente Valentin (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 163m)							
Rua José Marosso (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 268m)							
Rua Cuba (Distrito de Palmital), entre a rua Polônia e o fim da rua							
Rua Projetada E (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada F e o fim da rua							
Rua Projetada F (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e a rua Projetada C							
Rua Projetada G (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e o fim da rua							
Travessa França (Distrito de Palmital), entre a rua França e o fim da rua Rua Argentina - trecho 1 (Distrito de Palmital), entre a rua Peru e a rua Japão							
Rua Argentina - trecho 2 (Distrito de Palmital), entre a rua Japão e a rua Antonio Raimundo Cominesi							
Travessa Argentina (Distrito de Palmital), entre a rua Argentina e o fim da rua Área Pavimentada: 25.085,16 m²							
Colocação de placas de comunicação visual.							
TOTAL DO LOTE				5.800.500,00		5.820.000,00	
TOTAL GERAL DO FORNECEDOR						0,00	
TOTAL GANHO PELO FORNECEDOR							0,00

CNPJ: 21.267.896/0001-04 - OCEANO CONSTRUcoes LTDA

CNPJ: 10.858.746/0001-94 - ROLP RENTAL EIRELI

FRU - Frustrado DES - Deserto EMP - Empate EME - Empate ME

Emitido por: KEILA STORER BUENO, na versão: 5536j

30/01/2025 11:26:10

338



Município de Ivaí - 2024
Classificação por Fornecedor
Concorrência 4/2024

Página:1

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor: 145420-0 CONSTRUTORA CATHIO LTDA		CNPJ: 16.829.148/0001-84	Telefone: 4234228080	Status: Habilitado					6.004.000,00
Email: ivana@cathio.com.br									
Representante: 145421-8 CARINA AZILIERO DUDA									
Lote 001 - Lote 001									
001	48842 Pavimentação em CBUQ.	SE	1,00	Classificado	Obra		6.004.000,00	6.004.000,00	*
Local: Vias diversas - Sede e Distritos de Palmital e Bom Jardim do Sul;									
Objeto: Pavimentação em CBUQ.									
Trechos:									
Linha Gonçalves Junior - trecho 1, entre a rua Henrique Florêncio Ribeiro e o fim do trecho (a 300m)									
Linha Gonçalves Junior - trecho 2, entre a rua Pedro Kometye e a rua Projetada A									
Rua Prefeito Arpad Malanowski, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua									
Rua Prefeito Edoardo Graniska, entre a Linha Gonçalves Junior e o fim da rua									
Rua Timoteo Koroilo, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler									
Rua João Karpinski, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler									
Rua Humberto Blum, entre a rua Prefeito Edoardo Graniska e a rua Ademar Adolfo Stadler									
Rua Vicente Valentin (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 163m)									
Rua José Manosso (Distrito de Bom Jardim do Sul), entre a estrada para Lageadinho e o fim do trecho (a 268m)									
Rua Cuba (Distrito de Palmital), entre a rua Polônia e o fim da rua									
Rua Projetada E (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada F e o fim da rua									
Rua Projetada F (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e a rua Projetada C									
Rua Projetada G (Distrito de Palmital), entre a rua Projetada E e o fim da rua									
Travessa França (Distrito de Palmital), entre a rua França e o fim da rua Rua Argentina - trecho 1 (Distrito de Palmital), entre a rua Peru e a rua Japão									
Rua Argentina - trecho 2 (Distrito de Palmital), entre a rua Japão e a rua Antonio Raimundo Cominesi									
Travessa Argentina (Distrito de Palmital), entre a rua Argentina e o fim da rua Área Pavimentada: 25.085,16 m²									
Colocação de placas de comunicação visual.									
VALOR TOTAL:							6.004.000,00		



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

MEMO/2024

Ivaí - PR, 30 de janeiro de 2025.

DE: SETOR DE LICITAÇÕES

PARA: PROCURADORIA JURIDICA

Pelo presente encaminho a Vossa Senhoria para análise e emissão de parecer jurídico, o processo da **LICITAÇÃO Nº 089/2024**, modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2024**, para fins de subsidiar o procedimento de homologação.

Cordialmente,

KEILA STORER BUENO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº
089/2024
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº
004/2024**

OBJETO: Pavimentação asfáltica em CBUQ em vias diversas no Município de Ivaí.

VALOR GLOBAL: R\$ 6.004.000,00

LICITANTE VENCEDOR:

- **CONSTRUTORA CATHIO LTDA**

**HOMOLOGAÇÃO
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

Homologo o resultado do Processo Licitatório supra, de conformidade com o julgamento da Comissão Municipal de Licitação, observados as demais disposições pertinentes.

IVAÍ, 30 DE JANEIRO DE 2025.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE
LICITAÇÕES
EXTRATO ADITIVO - DP07.2024**

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Termo aditivo nº 01/2025 ao contrato nº. 008/2024, referente a licitação Dispensa de Licitação Nº 007/2024, : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE LUMINÁRIAS DE LED DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL – PR COM CAMINHÃO PLATAFORM. CONTRATADA: W'DME MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP, com sede RUA: VERADOR NELSON ABRÃO nº 2483, ZONA 05, CEP: 87015-230, telefone (44) 3220-7823 no município de MARINGÁ no Estado do PARANÁ, inscrita no CNPJ/MF sob n. 09.106.791/0001-03 e com Inscrição Estadual NIRE n. 41600882261, neste ato representada por sua proprietária, Sra. MADHAVAN DHAJANY UDA SALDANHA GUIMARÃES MENEGAZZO. OBJETO DO ADITIVO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses nos termos do art. 105, "caput" da Lei 14.133/2021 conforme especificações do contrato original. Local, Itaúna do Sul-PR, 30 de janeiro de 2025. Autoridade Competente: GILSON JOSE DE GOIS. Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:E6F2FFEA

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE
LICITAÇÕES
AVISO LICITAÇÃO - CONCORRENCIA 02.2025**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - AVISO DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 002/2025. Processo Administrativo 013.2025. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM TRATAMENTO SUPERFICIAL TRIPLO - TST - EM TRECHOS DE ESTRADA RURAL DO BAIRRO ZIMARE. Dia e horário: 17/02/2025 às 09h00 (horário de Brasília). Plataforma: COMPRASNET. <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>. Local de acesso PNCP: <https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1>. Itaúna do Sul-PR, 30 de janeiro de 2025. GILSON JOSE DE GOIS. Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:19EFC95E

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE
LICITAÇÕES
AVISO PE04.2025**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2025. Processo Administrativo 014.2025. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO AGRÍCOLA NOVO – ARADO SUBSOLADOR. Dia e horário: 13/02/2025 às 09h00 (horário de Brasília). Plataforma: LICITANET (www.licitanet.com.br). Local de acesso PNCP: <https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1>. Itaúna do Sul-PR, 30 de janeiro de 2025. GILSON JOSE DE GOIS. Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:0B21FA8A

**ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E
ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO Nº 095/2024 PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 089/2024 PROCESSO ELETRÔNICO Nº
089/2024 (LEI FEDERAL Nº 14.133/2021).**

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E
ADJUDICAÇÃO**

LICITAÇÃO Nº 095/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2024

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 089/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de médico oftalmologista e aquisição de óculos de grau para os alunos da rede Municipal de Ensino.

LICITANTES VENCEDORES:

ADA HOME CARE EIRELI - LOTE 001= R\$ 41.400,00;OPTICA

BRILLE EIRELI - LOTE 002= R\$ 55.770,00;

VALOR GLOBAL: R\$ 97.170,00

HOMOLOGAÇÃO: 28/01/2025

Orli Antonio Camargo de Cristo

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:90CA2DD8

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E
ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO Nº 088/2024 CONCORRÊNCIA
PÚBLICA Nº 003/2024 (LEI FEDERAL Nº 14.133/2021).**

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E
ADJUDICAÇÃO**

LICITAÇÃO Nº 088/2024

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO

OBJETO: Pavimentação asfáltica em CBUQ em vias diversas no Município de Ivaí.

**PARTICIPANTE HABILITADO E ADJUDICADO: ROLP
RENTAL EIRELI**

VALOR GLOBAL: R\$ 2.525.000,00

HOMOLOGAÇÃO: 30/01/2025

Orli Antonio Camargo de Cristo

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:4185DB83

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E
ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO Nº 089/2024 CONCORRÊNCIA
PÚBLICA Nº 004/2024 (LEI FEDERAL Nº 14.133/2021).**

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E
ADJUDICAÇÃO**

LICITAÇÃO Nº 089/2024

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2024

(Lei Federal nº 14.133/2021).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO

OBJETO: Pavimentação asfáltica em CBUQ em vias diversas no Município de Ivaí.

**PARTICIPANTE HABILITADO E ADJUDICADO:
CONSTRUTORA CATHIO LTDA**

VALOR GLOBAL: R\$ 6.004.000,00

HOMOLOGAÇÃO: 30/01/2025

Orli Antonio Camargo de Cristo

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:08F00E28

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2025**

**EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2025**

OBJETO: Contratação de empresa para apresentação de artista na 20ª Festa das Associações e Produtores Rurais de Ivaí.

Dotação orçamentária:

03001041220402200533903900000 0200

CONTRATANTE: Município de Ivaí - PR

CONTRATO Nº 22/2025

CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA
POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IVAÍ E A
CONSTRUTORA CATHIO LTDA, NA
FORMA ABAIXO:

O município de Ivaí, situado na Rua Rui Barbosa, 632, Ivaí - PR, CEP: 84.460-000, CNPJ 76.175.918/0001-33, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO, portador da cédula de identidade R.G. n.º 5.175.278-3 SESP/PR, inscrito no CPF sob n.º 715210549-91, e a empresa CONSTRUTORA CATHIO LTDA, CNPJ 16.829.146/0001-84, localizada na R Vice-prefeito Tadeu Duda, Cond Industrial, Bairro Jardim Aeroporto, Irati (PR), a seguir denominada **CONTRATADA**, representada por CARINA AZILEIRO DUDA portador da cédula de identidade R.G. n.º 10.637.834-7 SESP/PR, inscrito no CPF sob n.º 067.177.699-12, residente na Rua Inácio Martins, nº 45, Alto da Glória, na cidade de Irati (PR), Cep 84500-173, firmam o presente Contrato de Empreitada com fundamento na **Lei Federal n.º 14.133/2021**, na proposta da **CONTRATADA** datada de 22/11/2024, protocolo n.º 089/2024, conforme condições que estipulam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a Pavimentação asfáltica em CBUQ em vias diversas no Município de Ivaí - lote 1, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 004/2024.

1.2. Na data da assinatura do contrato ou antes do início da obra, será realizada a reunião de partida, na qual estarão presentes representantes da **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, dentre eles, necessariamente, o fiscal e responsável pelo objeto contratado, bem como, supervisor do **PARANACIDADE**.

1.3.1 Nessa oportunidade deverão ser tratadas as especificidades do objeto contratado, esclarecendo suas características gerais, implantação, cronograma físico-financeiro, ocasião em que proceder-se-á à abertura do "Diário de Obra" e aprovar-se-á o cronograma físico de execução. Ademais, ressaltar-se-ão as normas relativas às medições, condições de pagamento e obrigações da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O preço global para a execução do objeto deste Contrato é de R\$ 6.004.000,00 (Seis milhões e quatro mil reais), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS

3.1 As despesas com a execução do objeto deste contrato correrão à conta dos recursos advindos da dotação orçamentária

10001154511501105944905100000 2825

10001154511501105944905100000 2820

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E PRORROGAÇÃO

4.1 A CONTRATADA obriga-se a entregar ao CONTRATANTE o objeto deste Contrato, inteiramente concluído, em condições de aceitação e de utilização, em até 360 (trezentos e sessenta) dias contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial.

4.1.1 O início da execução do objeto, sem prejuízo do estabelecido no item anterior, deverá ocorrer em, no máximo 21 (vinte e um) dias da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial.

4.2 Somente será admitida a alteração do prazo de execução diante:

a) da alteração do projeto e/ou de especificações técnicas pelo CONTRATANTE;

b) do aumento, por ato do CONTRATANTE, das quantidades inicialmente previstas, obedecidos os limites fixados na lei;

c) do atraso no fornecimento de dados informativos, materiais e qualquer subsídio concernente ao objeto contratado, que estejam sob responsabilidade expressa do CONTRATANTE;

d) da interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do CONTRATANTE;

e) de impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência;

f) da superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

g) de outros casos previstos em lei.

4.3 Salvo exceções legais, as paralisações da execução do contrato somente podem ser determinadas pelo CONTRATANTE no seu interesse, e os documentos que as formalizam servirão como fundamento para a readequação/alteração dos prazos pactuados.

4.4 Havendo impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, submetendo-se toda documentação ao Paranacidade.

4.4.1. verificada a ocorrência do disposto no item anterior por mais de 1 (um) mês, a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

4.5 A solicitação de aditivo de prazo de execução, suspensão do contrato, assim como de acréscimos ou supressões do objeto deverá ser realizada no prazo de vigência do contrato.

4.5.1. As solicitações de aditivos submetidas ao Paranacidade devem vir acompanhadas de parecer técnico emitido pela fiscalização e analisadas pelo gestor do contrato, parecer jurídico, cronograma e anuência do CONTRATANTE.

4.5.2. Após análise do gestor do contrato, os acréscimos e supressões, a serem formalizados em termo aditivo, deverão ser planilhados com a indicação do que será acrescido ou suprimido, sujeita à aprovação do CONTRATANTE, bem como a anuência do Paranacidade.

4.6 Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução da obra, deverá comunicar e justificar o fato por escrito para que o CONTRATANTE avalie e tome as providências

cabíveis. Os atrasos provenientes de greves ocorridas na CONTRATADA ou atrasos por parte de suas eventuais subcontratadas não poderão ser alegados como justificativa.

4.7 O CONTRATANTE se reserva o direito de contratar a execução da obra com outra empresa, desde que rescindido o presente contrato e respeitadas as condições da licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência do presente Contrato é de 720 (setecentos e vinte) dias, contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no diário oficial.

5.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no prazo firmado no contrato.

5.3 Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 A CONTRATADA se obriga a:

- a) confecção e colocação de placas de obra, conforme modelo disponibilizado;
- b) as placas devem ser afixadas em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização, devendo ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante o período de exercício da obra, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste, precariedade ou, ainda, por solicitação do PARANACIDADE;
- c) assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;
- d) notificar a fiscalização, no mínimo, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, da concretagem dos elementos armados da estrutura, da remoção de qualquer forma de concreto e, quando for o caso, do início dos testes de operação das instalações elétricas e hidráulicas;
- e) manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho;
- f) dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato;
- g) manter no local da execução do objeto deste Contrato, devidamente atualizado, Livro Diário de Ocorrência;
- h) providenciar a matrícula do objeto deste Contrato no INSS;
- i) não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- j) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente a reserva de cargos prevista em lei;
- k) fornecer em tempo hábil os materiais, veículos, máquinas e equipamentos;
- l) examinar completamente os projetos, as peças gráficas, as especificações técnicas, memoriais e todos os documentos, obtendo todas as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso do objeto, se responsabilizando inteiramente pela apresentação da planilha de serviços para uma proposta de preços completa e satisfatória;

m) respeitar rigorosamente as normas estabelecidas nas especificações técnicas que integram o Edital, bem como garantir a qualidade de todos os materiais e serviços executados, em conformidade com as normas e especificações do DNIT, por meio da relação de ensaios necessários, já previstos no orçamento, firmando a respectiva Declaração de Realização de Ensaio emitida pela CONTRATANTE;

n) apresentar, antes do início dos serviços o projeto de massa asfáltica (traço), baseado pelo Método Marshall, de todas as misturas das camadas do revestimento asfáltico, produzidas em conformidade com as especificações do DER-PR e/ou DNIT, atendendo as condições indicadas no projeto, com as devidas adaptações inerentes a disponibilidade de materiais na região;

o) participar e firmar a ata da reunião de partida, conforme estabelece o item 1.2 da Cláusula Primeira;

p) elaborar, para apresentação e aprovação na reunião de partida, o cronograma físico de execução.

q) providenciar a imediata baixa da ART ou RRT, em caso de extinção contratual;

r) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

6.2 O cronograma físico de execução deverá ser elaborado na modalidade GANTT e respectiva rede de precedências na modalidade PERT-CPM.

6.2.1 A CONTRATADA adotará como referência o cronograma físico-financeiro apresentado na licitação para elaboração do cronograma de execução, no qual constará a sequência de todas as tarefas, os seus prazos de execução e respectivas datas de início e término.

6.3 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.3.1 No caso da propositura de qualquer demanda judicial em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA compromete-se a assumir a integralidade da responsabilidade e de eventual pagamento, isentando o CONTRATANTE e a Administração Pública de qualquer ônus, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.

6.4 As notificações referidas nesta cláusula deverão ser realizadas por escrito e direcionadas ao gestor, fiscal e supervisor (PARANACIDADE) do contrato.

6.5 As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da contratada.

6.6 A CONTRATADA é obrigada a efetuar e entregar no prazo o resultado dos testes solicitados pelo CONTRATANTE. As despesas com a execução dos testes são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

6.7 Durante a execução da obra, todo o consumo de material das misturas será reavaliado através de ensaios. Os serviços somente serão aceitos e medidos se forem executados dentro da margem de tolerância, conforme especificações do DER-PR e/ou DNIT.

6.8 O consumo dos materiais aferidos através de ensaios, quando executados a menor do que os quantitativos contratados, desde que aceitos tecnicamente pela fiscalização, serão glosados e descontados nas medições. Consumos acima dos quantitativos contratados só serão aceitos se forem previstos e aprovados pelo Município e PARANACIDADE, antes da execução.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 O CONTRATANTE se obriga a:

- a) fornecer todos os documentos e informações necessárias para a total e completa execução do objeto do presente Contrato;
- b) efetuar a previsão orçamentária dos recursos e encaminhar ao PARANACIDADE a Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, devidamente empenhada, bem como os ensaios de controle tecnológicos, quando realizados;
- c) emitir, a cada ensaio, a respectiva Declaração de Realização de Ensaios;
- d) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste Contrato;
- e) garantir à CONTRATADA o acesso à documentação técnica necessária para a execução do objeto do presente Contrato;
- f) garantir à CONTRATADA o acesso às suas instalações;
- g) organizar e participar de reunião de partida, firmando a respectiva ata;
- h) providenciar, no caso de extinção do contrato, o termo de compatibilidade físico financeiro;
- i) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no Edital de licitação e seus anexos, bem como com a proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;
- j) comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- k) efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;
- l) emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, no prazo de 15 dias úteis;
- m) ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- n) adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, até 05 (cinco) dias úteis, após recepção do recurso financeiro pelo Município, desde que haja a apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, devidamente protocolados, cumpridas às cláusulas contratuais e obedecidas às condições para liberação das parcelas.

8.2 O faturamento deverá ser protocolado, em 01 (uma) via, no protocolo geral na sede do licitador e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

- a) nota fiscal/fatura, com discriminação resumida dos serviços executados, número da licitação, número do contrato, discriminação dos impostos e encargos que serão retidos pelo Município e incidentes sobre o objeto contratado, e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e ser certificada pelo Responsável Técnico;
- b) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GPS do(s) mês(s) de execução por obra(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP com as folhas detalhadas e resumidas da obra contratada, bem como comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do(s) último(s) recolhimento(s)

devido(s), devidamente quitada(s), de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo da obra contratada;

b.1) deverão ser apresentados os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS da obra contratada, devidos em todos os meses, contados entre a data de assinatura do contrato e o primeiro pagamento e entre um pagamento e outro, e não apenas o comprovante do último recolhimento realizado.

c) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

d) cópia da folha de pagamento dos empregados da obra contratada;

e) Planilha de Medição – Elaborada nos padrões do CONTRATANTE, de acordo com cronograma físico-financeiro, relativo à parcela faturada, de forma que as atividades e os valores faturados, correspondam às atividades e aos respectivos índices percentuais discriminados e informados pela Fiscalização da obra, que acompanha o processo da nota fiscal/ fatura;

8.2.1. A liberação da primeira parcela fica condicionada à apresentação de:

a) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART pela contratada;

b) comprovação de abertura da matrícula CEI/CNO junto à Receita Federal, com os dados conforme contrato;

c) da quitação junto ao FGTS/CEF, por meio do CRS.

8.2.2. A liberação da última parcela fica condicionada à apresentação de:

a) comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

b) Termo de Recebimento Provisório;

c) Certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído (em caso de obra civil a CND deverá conter a metragem da obra conforme projeto/área de reforma/área de acréscimo/área nova);

d) quando necessário, do AS BUILT da obra.

8.2.3 A última parcela, e respectivo pagamento, deverá corresponder, no mínimo, à 10% (dez por cento) do valor total do contrato, para tanto a penúltima medição deverá ser realizada de maneira a reservar o percentual mínimo para a última medição.

8.3 O faturamento deverá ser efetuado em nome do Município de Ivaí - PR – CNPJ n.º 76.175.918/0001-33

8.3.1. No prazo de 30 (trinta) dias após a recepção do recurso pelo MUNICÍPIO, caso não ocorra o pagamento ao CONTRATADO, incidirá sobre o valor faturado, atualização monetária, conforme índice estipulado no presente contrato, proporcional aos dias em atraso.

8.3.1.1. Caso a liberação do pagamento não ocorra em até 15 (quinze) dias após a recepção do recurso pelo CONTRATANTE, este incorrerá em multa, no montante de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao mês do valor da fatura, limitado a 90 (noventa) dias.

8.4 A comprovada infringência de disposição de contrato implicará retenção de pagamentos, até final solução, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

8.5 Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO que tenha sido multado, antes de paga ou relevada a multa. Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de descontar das faturas ou da garantia quaisquer débitos do CONTRATADO.

8.6 No mês em que ocorrer entrega de produtos ou subprodutos de madeira, sob pena de não serem medidos e pagos os serviços realizados, e sem prejuízo das penalidades previstas no contrato, deverão ser entregues os seguintes documentos:

8.6.1) original(is) ou cópia(s) autêntica(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) de aquisição dos referidos materiais;

8.6.2) declaração de fornecimento de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal em anexo;

8.6.3) original da primeira via da ATPF – Autorização de Transporte de Produtos Florestais, expedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

8.6.4) comprovante do Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, do fornecedor de produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 Os preços contratuais do objeto licitado poderão ser reajustados, em Reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e com a Lei Federal nº 10.192, de 2001.

9.2 O reajustamento dos preços será concedido, quando e se for o caso, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento prevista em 22/11/2024, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;

9.2.1 Na hipótese em que, antes da data da concessão do reajustamento, já houver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, a revisão será considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

9.2.2 Ocorrendo atraso na execução dos serviços atribuíveis ao contratado, não será concedido o reajustamento de preços, salvo o correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes ao atraso;

9.2.3 Se o CONTRATADO antecipar o cronograma de execução, o reajustamento será aplicado com índice correspondente somente pelo período de execução efetiva do objeto contratado, conforme previstos na planilha de medição;

9.2.4 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste Contrato pode ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo, conforme disposto no art. 136, I, da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.2.5 Em nenhuma hipótese será concedido o reajuste de preços sobre itens já executados pelo Contratado;

9.2.6 Os preços contratuais serão reajustados para mais ou para menos, de acordo com a variação dos índices indicados, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano, contados da data do orçamento;

9.3 Para o reajustamento será utilizado o “Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna – INCC-DI”, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, devendo ser aplicada a fórmula a seguir:

$$SR = S (I12/I0)$$

$$R = SR - S$$

I12 = índice INCC-DI/FGV do 12º mês do orçamento

I0 = índice INCC-DI/FGV do mês do orçamento

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês do orçamento

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

a) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

b) Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA ADICIONAL

10.1 A garantia de execução será equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, incluído, no que couber, o reajustamento de preços, podendo ser prestada conforme as modalidades previstas nos artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

10.2. A proponente vencedora deverá, quando da assinatura do termo de contrato de empreitada, sob pena de decair o direito de contratação, apresentar comprovação da formalização da garantia de execução e da garantia adicional, se houver.

10.2.1 Como condição para assinatura do contrato, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3 No caso de o contratado optar pela modalidade seguro-garantia, deverá apresentá-lo no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

10.4 Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

10.5 Se ocorrer majoração do valor contratual, o valor da garantia de execução será acrescido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual majorado. No caso de redução do valor contratual, poderá a contratada ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar. Se ocorrer a prorrogação dos prazos contratuais deverá ser providenciada a renovação da garantia contemplando o novo período.

10.6 A devolução da garantia de execução e da garantia adicional, quando for o caso, ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante a apresentação de:

- a) aceitação pelo CONTRATANTE do objeto contratado e o termo de recebimento definitivo;
- b) certidão negativa de débitos, expedida pela Receita Federal, referente ao objeto contratado concluído;
- c) comprovantes, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e/ou energia elétrica.

10.7 Nos casos previstos de Extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia de execução e a garantia adicional, se houver, não serão devolvidas, sendo, então, apropriadas pelo CONTRATANTE a título de indenização/multa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO-ECONÔMICO FINANCEIRO

11.1. Em caso de ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a parte Contratada poderá apresentar um pedido formal de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro à parte Contratante.

11.2. O pedido deverá ser acompanhado de toda a documentação comprobatória pertinente que justifique o desequilíbrio alegado e a necessidade de restabelecimento.

11.3. A parte Contratante deverá responder ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de dias corridos, contados a partir do recebimento do pedido formal e da documentação completa.

11.4. A resposta deverá conter a análise detalhada do pedido e a decisão fundamentada quanto à aceitação, rejeição ou necessidade de complementação de informações. Caso haja necessidade de complementação, a parte interessada será notificada, e um novo prazo será estabelecido para a entrega dos documentos faltantes.

11.5. Em caso de aceitação do pedido, as partes deverão negociar os termos do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, visando sempre à manutenção das condições originalmente pactuadas.

11.6. O acordo resultante da negociação deverá ser formalizado por meio de aditivo contratual, conforme previsto na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO, GESTÃO, SUPERVISÃO E CONTROLE DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1 O fiscal e gestor do contrato serão indicados pelo CONTRATANTE, dentre engenheiros e/ou arquitetos e servidor, respectivamente, ambos capacitados para exercerem essas funções.

12.1.1. Caberá a gestão do contrato à/ao Sr. (a) (Willian Sauter de Cristo), a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;

b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;

c) manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;

d) propor medidas que melhorem a execução do contrato.

12.1.2 Caberá ao fiscal do contrato, Sr. (a) (Egisłaine Zubacz), e ao fiscal substituto Sr. (a) (Lucas Vinicius Romaniuk), o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual. Além disso, a fiscalização procederá, mensalmente, a contar da data da assinatura deste Contrato, citada no extrato do contrato publicado no Diário Oficial, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro e cronograma de execução aprovado, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação, inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

Ocorrendo a substituição do fiscal, este deverá providenciar a imediata baixa da ART ou RRT.

12.1.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

12.1.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

12.2 Para efeito de medição e de faturamento, relativo às atividades executadas, deverá ser considerado o cumprimento do avanço das etapas construtivas definidas no cronograma físico-financeiro, que será peça integrante do contrato.

12.2.1 A sistemática de medição e pagamento será associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

12.2.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

12.2.3 A parte controversa deverá ser objeto de análise e discussão pelas partes contratantes e, solucionada a controvérsia, a parcela correspondente será liberada no prazo previsto contratualmente.

12.2.4 Enquanto não solucionada a controvérsia objeto dos itens 11.2.2 e 11.2.3, o pagamento, pelo CONTRATANTE, de valores referentes à eventual execução de etapas subsequentes do cronograma físico-financeiro, ficará sobrestado.

12.2.5 O CONTRATANTE poderá determinar alterações, de forma motivada, no cronograma físico-financeiro mediante autorização expressa de sua autoridade competente.

12.2.6 A revisão do cronograma físico-financeiro, quando necessária, constitui responsabilidade do CONTRATADO, cabendo ao CONTRATANTE autorizar a sua readequação, desde que motivada e justificada por fatos supervenientes não imputáveis ao CONTRATADO.

12.3 Não são admissíveis, como regra, aditivos contratuais por erro ou omissões no orçamento nos contratos de empreitada por preço global, salvo nos casos de fatos imprevisíveis, em que não seja possível o licitante constatar as eventuais discrepâncias de quantidades com base nos elementos presentes no projeto básico, bem como nos demais casos previstos em lei passíveis de revisão contratual.

12.3.1 Nos casos em que forem encontrados erros de pequena relevância, relativos a pequenas variações de quantitativos, será pago exatamente o preço global acordado.

12.3.2 Nos casos em que forem encontrados erros ou omissões substanciais, subestimativas ou superestimativas relevantes, poderão ser ajustados termos aditivos excepcionalmente, conforme avaliação prévia do gestor do contrato.

12.4 Ao PARANACIDADE caberá a supervisão do contrato, podendo adotar ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas, inclusive notificar o fiscal e/ou gestor, nos seguintes casos:

- a) quando houver omissão no cumprimento de suas obrigações;
- b) quando verificar problemas na execução do objeto contratado, sem que a fiscalização e/ou gestão tenham tomado providências;
- c) quando houver alteração pela CONTRATADA do projeto executivo, sem consulta prévia e anuência da Supervisão do PARANACIDADE.

12.5 A CONTRATADA deverá permitir e colaborar para que funcionários, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:

- a) inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto contratado;
- b) examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.

12.6 A contratada deverá manter no local da obra um preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

12.7 A CONTRATADA deve manter no canteiro de obra um projeto completo e cópia das especificações técnicas, memoriais, cronograma físico-financeiro, cronograma de execução, planilha de serviços, Boletim Diário de Ocorrências – BDO, o qual, diariamente, deverá ser preenchido e rubricado pelo encarregado da CONTRATADA e pela fiscalização, e deverão ficar reservados para o manuseio da fiscalização.

12.8 A execução da obra aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização.

12.9 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.10 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, as quais não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

12.11 Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição da execução considerada inadequada pelo fiscal. Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte dele, que apresente defeitos, vícios ou incorreções, enquanto perdurar a vigência da garantia prevista no ordenamento jurídico, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiros para o CONTRATANTE.

12.12 Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquele resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados e/ou da aplicação de material em desacordo com as normas e/ou prescrições da ABNT, especificações e/ou memoriais, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas com a correção, remoção e/ou substituição do material rejeitado.

12.13 A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento. A finalidade será revisar o cronograma das atividades remanescentes e discutir os problemas potenciais.

12.14 Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva após o seu recebimento. Todos os assuntos discutidos e decisões tomadas em reuniões do CONTRATANTE com o CONTRATADO serão registradas em atas, que servirão de documento legal da obra e permitirão gerenciar as responsabilidades por tarefas específicas. As atas serão lavradas e assinadas pelos participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRAS PROVISÓRIAS E DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

13.1 A CONTRATADA deve submeter os desenhos, especificações técnicas e memoriais propostos para as obras provisórias que se façam necessárias à fiscalização, que deverá aprová-los caso estejam adequados ao objeto deste Contrato.

13.2 A CONTRATADA é responsável pelo projeto das obras provisórias.

13.3 A aprovação pela fiscalização não altera as responsabilidades da CONTRATADA pelo projeto de obras provisórias.

13.4 A CONTRATADA deve obter a aprovação dos órgãos competentes para o seu projeto de obras provisórias.

13.5 Por determinação do CONTRATANTE, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizer(em) na obra, nos limites autorizados em lei.

13.6 A supressão de serviços resultantes de acordo celebrado expressamente entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA poderá ultrapassar o limite estabelecido no parágrafo anterior.

13.7 Se no Contrato não tiverem sido contemplados preços unitários, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, utilizando-se como parâmetro tabelas oficiais, respeitados os limites estabelecidos no caput desta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS MATERIAIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

14.1 Os materiais, veículos, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste Contrato serão fornecidos pela CONTRATADA e serão de primeira qualidade, cabendo ao CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.

14.2 Sempre que dos documentos de licitação não constarem características determinadas em referência à mão-de-obra, materiais, artigos e equipamentos, entender-se-á que devem ser novos, da melhor qualidade em suas respectivas espécies, de acordo com a finalidade a que se destinam. No caso em que materiais, artigos e equipamentos são mencionados nas especificações técnicas e/ou memoriais como "similar" a qualquer padrão especial, o CONTRATANTE decidirá sobre a questão da similaridade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SEGURANÇA DO TRABALHO

15.1 A CONTRATADA não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores, deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI, deverá treinar e tornar obrigatório o uso dos EPIs.

15.2 O equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá, obrigatoriamente, conter a identificação da CONTRATADA.

15.3 A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Consolidação das Leis do Trabalho, especialmente do capítulo "Da Segurança e da Medicina do Trabalho", Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego e Normas Regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho.

15.4 Deverão ser observadas pela CONTRATADA todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com as Portarias do Ministério do Trabalho e Emprego e Normas Regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho.

15.5 O CONTRATANTE atuará objetivando o total cumprimento das normas de segurança, estando autorizado a interditar serviços ou parte destes em caso do não cumprimento das exigências de lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na execução da obra.

15.6 Cabe à CONTRATADA solicitar ao CONTRATANTE a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidente(s) na obra, nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SEGURANÇA DA OBRA E DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

16.1 A CONTRATADA responderá pela solidez do objeto deste contrato, nos termos do Art. 618 do Código Civil Brasileiro, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariarem a boa técnica ou desobedecerem aos projetos e/ou especificações técnicas e/ou memoriais.

16.2 A CONTRATADA deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança em todos os locais de serviços, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

16.3 A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o

CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

16.4 Caso a CONTRATANTE seja acionada judicial ou administrativamente, inclusive reclamações trabalhistas, por qualquer ato decorrente do presente contrato, a CONTRATADA assumirá para si a responsabilidade por toda e qualquer eventual condenação, isentando a CONTRATANTE de quaisquer obrigações.

16.5 A intenção das partes, aqui manifestada expressamente, é a de que a CONTRATADA assuma e se responsabilize direta e integralmente pela plena e total realização dos serviços contratados, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.

16.6 A CONTRATADA responde, exclusiva e diretamente, por todo e qualquer ato ilícito praticado por seus prepostos, bem como a obrigação e/ou necessidade de ressarcimento de danos materiais ou morais (Art. 932, III, Código Civil), não podendo a CONTRATANTE ser responsabilizada por eles a nenhum título.

16.7 O CONTRATADO é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

17.1 O objeto deste Contrato será recebido provisoriamente, em no máximo 15 (quinze) dias, após a comunicação ao CONTRATANTE da conclusão do objeto deste Contrato pela CONTRATADA, ficando esta responsável pelo bom funcionamento dos serviços executados até o seu recebimento definitivo, exceto por danos que sejam de responsabilidade do CONTRATANTE. A aceitação da obra pelo CONTRATANTE se dará quando não houver qualquer pendência por parte da CONTRATADA.

17.2 O recebimento definitivo do objeto deste Contrato deverá estar formalizado até 60 (sessenta) dias do recebimento provisório, mediante comissão especificamente designada pelo CONTRATANTE. Decorrido esse prazo, sem qualquer manifestação do Contratante, a(s) obra(s) será(ão) considerada(s) como recebida(s) definitivamente.

17.3 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela qualidade da obra, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

17.4. Os termos de recebimento definidos neste capítulo constituem atos administrativos anuláveis nas hipóteses de erro ou ignorância, dolo, coação, simulação, fraude, incapacidade dos agentes públicos, impossibilidade jurídica ou ilicitude.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1 A Contratada não poderá subcontratar o presente Contrato, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

18.1.1 É vedada a subcontratação total do objeto licitado.

18.2 A subcontratação parcial do objeto, será permitida até o limite de 05% (cinco) do valor total do contrato, respeitando o limite máximo constante no Edital de licitação, nas seguintes condições:

a) Autorização prévia por escrito do contratante, a quem incumbe aferir as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada, bem como, os requisitos de qualificação técnica;

b) Não poderão ser subcontratadas parcelas do objeto para as quais foi exigida, como requisito de habilitação técnico-operacional, a apresentação de atestados que comprovem execução de serviço com características semelhantes.

18.3 A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre o Município e a contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie

entre a contratante e a subcontratada, inclusive no que diz respeito aos pagamentos, que permanecem os mesmos.

18.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

18.5 Se a CONTRATADA ceder o presente Contrato a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassumir a execução da obra, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais, inclusive, extinção contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO E PENALIDADES EXTINÇÃO

19.1 O presente instrumento poderá ser extinto, nos termos dos artigos 137 e seguintes da Lei 14.133/2021:

19.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

19.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

19.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

19.2 A extinção unilateral do contrato implicará a apuração de perdas e danos, a perda da garantia de execução, sem embargos da aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

19.3 No caso de extinção consensual, a parte que pretender extinguir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

19.4 Declarada a extinção do contrato, que vigorará a partir da data da sua assinatura, a CONTRATADA se obriga, expressamente, a entregar o percentual executado e/ou o objeto deste contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza, devendo, obrigatoriamente, apresentar os documentos previstos para liberação da última parcela.

19.5 A documentação da rescisão deverá ser inserida no Portal para análise do PARANACIDADE.

PENALIDADES

19.5 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.6 À CONTRATADA, poderão ser aplicadas pelo CONTRATANTE as seguintes sanções:

19.6.1 Advertência por escrito, em caso de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e seus anexos e neste contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves;

19.6.2 Multa de mora de 0,1% (zero vírgula, um por cento) ao dia, sobre o valor da parcela recebida por dia de atraso, limitado a 90 (noventa) dias. Após este prazo, este Termo será encaminhado para abertura de Processo Administrativo;

19.6.3 multa compensatória, em caso de inadimplência parcial, de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;

19.6.4 multa compensatória, em caso de inadimplência total, de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

19.6.5 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do CONTRATANTE, por prazo não superior a 3 (três) anos, nos casos previstos nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 18.5, na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.6.6 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, nos casos previstos nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do item 18.5, bem como nos casos previstos no item 18.6.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/2021.

19.7 As sanções de advertência; impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, facultada a defesa prévia do CONTRATADO.

19.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.9 A sanção de multa poderá também ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 18.5, não podendo ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor contratual.

19.10. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto nos artigos 156 e seguintes da Lei 14.133/2021, garantido o exercício de contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ANTICORRUPÇÃO

20.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, comprometem-se que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto

deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

21.1 Este Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, mediante anuência expressa do PARANACIDADE, salvo as que tratem da prorrogação, tão somente, do prazo de vigência contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Deverá a CONTRATADA notificar à fiscalização e aguardar instruções sobre os procedimentos a serem seguidos, quando vier a ser descoberto qualquer objeto de valor histórico ou valor significativo em qualquer parte do canteiro de obras e/ou local em que está sendo executado o objeto do presente contrato.

22.2 Havendo discrepância entre os valores indicados numericamente e por extenso, fica desde já acordado entre as partes contratantes que sempre prevalecerão aqueles mencionados por extenso.

22.3 Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor e aplicáveis a espécie.

22.4 O presente contrato e seus aditamentos serão publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do município m até 20 dias úteis da data da sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DA UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE MADEIRA

23.1 No que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a empresa deverá executar a obra de acordo com a Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações juntamente com a legislação pertinente do município onde será realizada.

23.2 A contratada somente deverá utilizar produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica ou nativa que tenham procedência legal, conforme Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005.

23.2.1. O descumprimento, pelo CONTRATADO, dos requisitos impostos no item 22.2 deste Contrato, poderá implicar extinção do contrato, com amparo no art. 137, I da Lei Federal 14.133, de 2021, c/c a aplicação das penalidades previstas nos mesmos Diplomas Legais e neste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

24.1 As partes elegem o foro da Comarca de (Imbituva), Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24.2 Fica pactuado entre as partes que este contrato adota a data da assinatura citada no extrato do contrato publicado como data do acordo firmado, estando as demais cláusulas vinculadas submetidas a esta data.

E assim, por estarem justos e contratados assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Ivaí, 05 de Fevereiro de 2025.

CARINA AZILIERO
DUDA:067177699
12
Assinado de forma digital
por CARINA AZILIERO
DUDA:06717769912
Dados: 2025.02.05
13:13:10 -03'00'

CONTRATANTE

Orli Antonio Camargo de Cristo

CONTRATADA

Carina Azileiro Duda

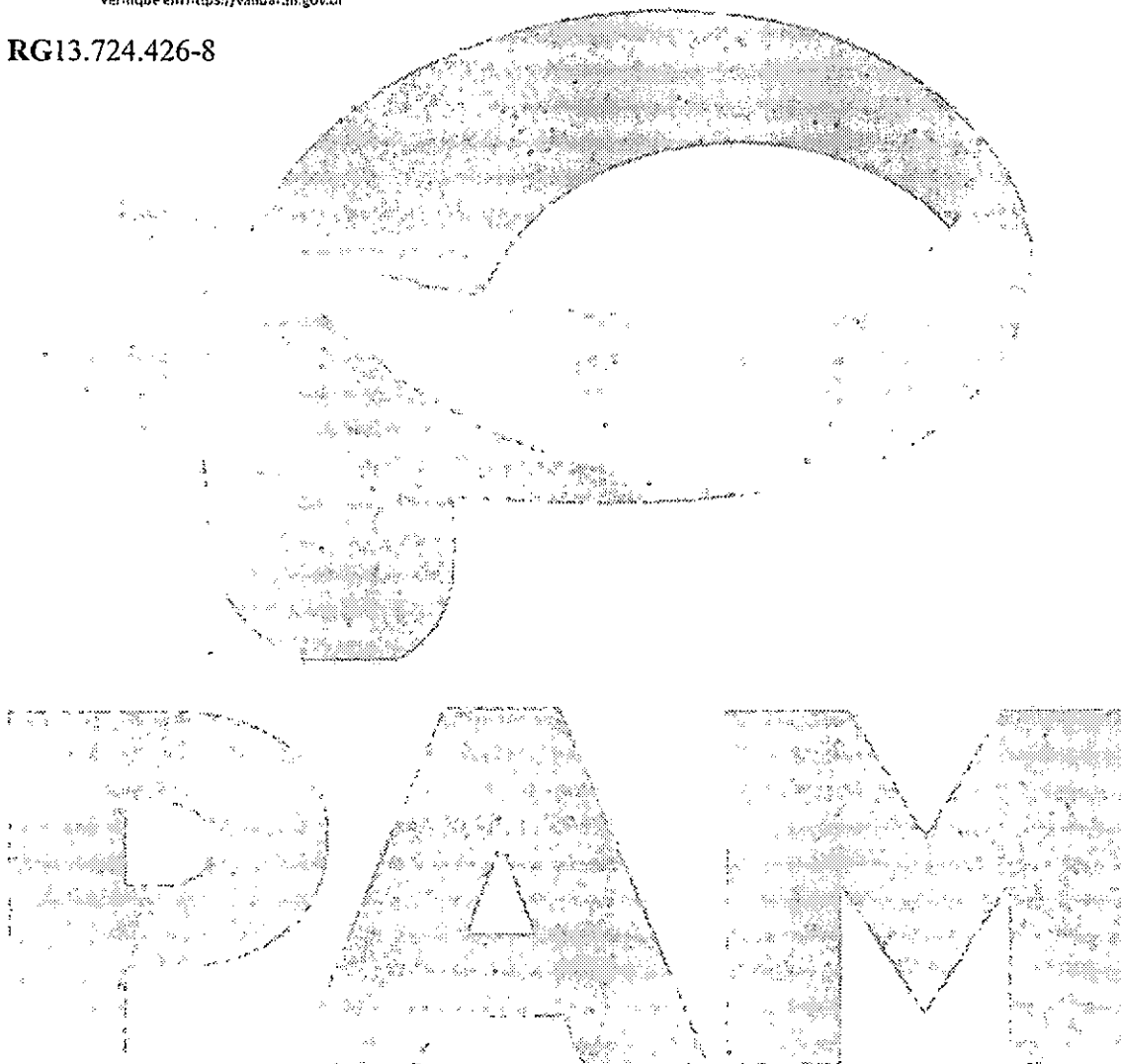
gov.br
Documento assinado digitalmente
KAREN ZELINDA DOS SANTOS
Data: 06/02/2025 08:27:00-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

gov.br
Documento assinado digitalmente
ORLIANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Data: 05/02/2025 16:24:49-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

RG 13.358.616-4

gov.br
Documento assinado digitalmente
AMANDA KREVEY GRABICOSKI
Data: 05/02/2025 16:29:18-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

RG13.724.426-8



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO - TERMO RESCISÃO CONTRATO 070.2024

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO nº 070/2024, ensejado pelo certame licitatório – Proc. Adm. 048/2024 - **PREGÃO ELETRÔNICO nº 12/2024. PARTES: MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Brasil, nº 883, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF nº 75.458.836/0001-33, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Gilson José de Gois; **ELETO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS E ELETROELETRONICOS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 16.779.255/0002-15, sediado(a) na Rua 02, 1987, Agua Comprida, Cambui/MG, CEP: 37.600-000, telefone (48) 99136-3415, e-mail: eletrocentroicara@gmail.com, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por Gervasio dos Santos Marques, CPF: 077.156.***-**. **OBJETO DO TERMO:** extinção contratual unilateral. **BASE LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 137, I c.c Art. 138, I. Gilson José de Gois, Prefeito Municipal. Data da assinatura, 05 de fevereiro de 2025.

Publicado por:
 Bruna Pereira Martins Alves
 Código Identificador:CE5B789F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CÂMARA MUNICIPAL
NOMEIA O SERVIDOR QUE MENCIONA

RESOLUÇÃO Nº 02/2025

Nomeia servidor da Câmara Municipal, do cargo comissionado de Assessor Administrativo.

O Presidente da Câmara Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, §2º, inc. XIV, do Regimento Interno da Câmara Municipal, e na Lei Municipal nº 1.529/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir de 06/02/2025, o servidor WELTON ADEMIR FERREIRA, portador da CIRG nº 10.099.330-9 e CPF nº 086.341.999-24, para exercer o Cargo em Comissão de **ASSESSOR ADMINISTRATIVO**, símbolo CC-1, da Câmara Municipal de Ivaí, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05 de fevereiro de 2025.

RONDI JARSKI

Presidente da Câmara Municipal de Ivaí

Publicado por:
 Edson Domareski
 Código Identificador:78AF7B05

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 006/2025 PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 006/2025 (LEI FEDERAL Nº 14.133/2021) TIPO DE
LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 006/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

(Lei Federal nº 14.133/2021)

Tipo de licitação: **MENOR PREÇO**

Modo de disputa: **"Aberto"**

OBJETO: Contratação de empresa especializada em inseminação artificial.

Valor estimado: R\$ 314.550,00 (trezentos e quatorze mil e quinhentos e cinquenta reais).

Data de início de acolhimento de Propostas: 06/02/2025 a partir das 17h00min.

Data limite para acolhimento de PROPOSTAS: 20/02/2025 – 08h15min.

Data de início da fase de LANCES: 20/02/2025 – a partir das 08h30min.

Os interessados deverão realizar seu prévio cadastro no endereço eletrônico: **https://blcompras.com**

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivaí - PR - Fone – (42) - 3122-4673 – site: www.ivaipr.gov.br**

Ivaí, 05 de fevereiro de 2025
KEILA STORER BUENO
 Agente de Contratação

Publicado por:
 Keila Storer Bueno
 Código Identificador:8892D712

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2025

CONTRATANTE: Município de Ivaí, Estado do Paraná, com sede à Rua Rui Barbosa, 632, inscrito no CGC/MF nº 76.175.918/0001-33, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.175.278-3 SESP/PR e do CPF/MF nº 715.210.549-9.

CONTRATADA: CONSTRUTORA CATHIO LTDA.

OBJETO: Pavimentação asfáltica em CBUQ em vias diversas no Município de Ivaí.

VALOR: R\$ 6.004.000,00 (Seis milhões e quatro mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 360 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 720 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 05 de Fevereiro de 2025.

FORO: Comarca de Imbituva, Estado do Paraná.

Ivaí, 05 de Fevereiro de 2025.

Publicado por:
 Karen Zelinda Dos Santos
 Código Identificador:8C6897E3

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2025

CONTRATANTE: Município de Ivaí, Estado do Paraná, com sede à Rua Rui Barbosa 632, inscrito no CGC/MF nº 76.175.918/0001-33, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.175.278-3 SESP/PR e do CPF/MF nº 715.210.549-9.

CONTRATADA: ROLP RENTAL LTDA.

OBJETO: Pavimentação Asfáltica em CBUQ em vias diversas no Município de Ivaí.

PUBLICAÇÃO LEGAL

<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE INAI EDITO DO PREMIO AVISO DE LICITAÇÃO Nº 005/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025 (Lei Federal nº 14.133/2021) Objeto: Contratação de empresa especializada em implementação e manutenção de sistema "Netm". Valor estimado: R\$ 314.550,00 (trezentos e quarenta mil e quinhentos e cinquenta reais). Data de início de recebimento de Propostas: 08/02/2025 a partir das 17h00hrs. Data limite para recebimento das PROPOSTAS: 08/02/2025 - 08h15hrs. Data de início da fase de LANCES: 09/02/2025 - a partir das 08h15hrs. Os interessados deverão realizar seu prévio cadastro no endereço eletrônico: www3.b3.com.br Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seu anexo: Rua de Leticia da Prefeitura Municipal de Inai - PR - Rua Rui Barbosa, 600 - Centro - Inai - PR - Fone - (42) 3122-4673 - site: www.poder360v.com.br Inai, 05 de fevereiro de 2025.</p>	<p>EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2024 OBJETO: Aquisição de material de consumo em servidores lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social. Datação orçamentária: 0500100240000120433300000000 2280 CONTRATADO: JANETE MALYSYZA VAI Valor global: R\$ 10.650,00 FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, INCISO II da Lei Federal 14.133/2021 RATIFICADO EM 04/02/2025 O(A) Senhor(a) Cargo de Cristo - Prof(a) Municipal</p>
<p>AVISO DE LICITAÇÃO Nº 007/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025 (Lei Federal nº 14.133/2021) Objeto: Contratação de empresa para realizar corte de luz orgânica e direito de permito urbanístico do município de Inai. Valor estimado: R\$ 458.414,32 (quarenta e seis mil e novecentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos). Datação orçamentária: 05001200400001211395500000 0510 FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, INCISO II da Lei Federal 14.133/2021 RATIFICADO EM 04/02/2025 O(A) Senhor(a) Cargo de Cristo - Prof(a) Municipal</p>	<p>EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXORABILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2025 OBJETO: Aquisição de materiais pedagógicos e didáticos destinados ao atendimento das necessidades educacionais de crianças com deficiências compreendidas entre 2 e 5 anos, com o objetivo de garantir a aquisição desenvolvimento das habilidades pedagógicas no âmbito da educação infantil, conforme os preceitos legais e normativos estabelecidos pela legislação vigente, inscricão a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e demais diretrizes educacionais. Datação orçamentária: 06001123811312043330000000 0960 CONTRATANTE: Município de Inai - PR CONTRATADO: DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A Valor global: R\$ 170.386,50 (cento e setenta mil e trinta e noventa reais e cinquenta centavos). FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II do Art. 74 da Lei Federal 14.133/2021 RATIFICADO EM 04/02/2025 O(A) Senhor(a) Cargo de Cristo - Prof(a) Municipal</p>
<p>AVISO DE LICITAÇÃO Nº 008/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025 (Lei Federal nº 14.133/2021) Objeto: Contratação de empresa para disponibilização de profissionais na área de saúde, sendo técnico de enfermagem, promotor(a) de atendimento e profissional de fisioterapia. Valor estimado: R\$ 314.550,00 (trezentos e quarenta mil e quinhentos e cinquenta reais). Data de início de recebimento de Propostas: 08/02/2025 a partir das 17h00hrs. Data limite para recebimento das PROPOSTAS: 08/02/2025 - 08h15hrs. Data de início da fase de LANCES: 09/02/2025 - a partir das 08h15hrs. Os interessados deverão realizar seu prévio cadastro no endereço eletrônico: www3.b3.com.br Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seu anexo: Rua de Leticia da Prefeitura Municipal de Inai - PR - Rua Rui Barbosa, 600 - Centro - Inai - PR - Fone - (42) 3122-4673 - site: www.poder360v.com.br Inai, 05 de fevereiro de 2025.</p>	<p>EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXORABILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2025 OBJETO: Contratação de empresa para disponibilização de profissionais na área de saúde, sendo técnico de enfermagem, promotor(a) de atendimento e profissional de fisioterapia. Valor global: R\$ 31.500,00</p>

CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA
Estado do Rio Grande
PORTARIA Nº 430/2023
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA, ESTEIO DO RIO GRANDE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, RESOLVE:
Art. 1º - Declarar, por acórdão em 02 de maio de 2023, o dia 28, de 30 de agosto de 2024, do XEII, do dia 34 da Lei Orgânica do Rioverde, Estado de Paraná, o 5 de Abn, 1º e 2º de 07/2023, e o anexo III, V e VIII da Lei Orgânica do Rioverde, Estado de Paraná, no uso de 14/09/2024 e na Portaria 027/2023, a partir de 01 de fevereiro de 2025.
O Sr. Manoel Roldão, Celador, lotado no gabinete do Sr. Miguel Krieger Pankratz, Intende no gabinete do Sr. Miguel Krieger Pankratz, Intende no gabinete do vereador Fabiano Pilato,
no cargo de Assessor(a) Parlamentar, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Reserva-PMR.
R. 2ª Tia Portia entre em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2025.
Dado em Câmara Municipal de Reserva, em 03 de fevereiro de 2025.

JOSE ROBERTO TAQUES SZEREMATA
Presidente da Câmara Municipal de Reserva
Público-ss,
Registro-ss

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUI
ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO TERMO DA ATA Nº 009/2025
Licitação nº. 009/2025
Pregão nº 002/2025
Processo eletrônico nº 002/2025
Registro de preço nº. 002/2025
Objeto: Aquisição de interesse escolar, item como de gêneros alimentícios destinados ao atendimento à Secretaria Municipal de Educação.
CONTRATADA: 54.853.096 ANAIA DA SILVA DA LUZ LEMES
CONTRATANTE: Município de Ivaí - PI.
Valor: R\$ 3.686,00
Validade: 12 meses.
Data do assessoria: 03/03/2025
O/01 Antonio Camargo de Cristo – Prefeito Municipal
Anaia da Silva de Luz Lemes – Representante legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO N.º 004/2021
INSCRIÇÃO DE INTERLOCUTÓRIO N.º 082/2021
PROCESSO N.º 004/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA;
CONTRATADA: DVM PRODUÇÕES ARTISTAS-ELITA, inscrita no
CNPJ sob o n.º 20.492.786/0001-55.

OBJETO: Realização de Shows para a Festa do Aniversário do Município
de Reserva - PR.

VALOR TOTAL: R\$ 500.000,00 (quinhentos e dois mil reais).

PRazo de validade: 12 (doze) meses.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Orgânica, Art. 66, II do Lei 4.137/2021
Em 03/02/2021

LUCAS MACIATO RIBEIRO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZÃO
Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO Nº 3520/25
CONTRATANTE: Município de Jua. Estado do Paraná, com sede à Rua Rio Niterói, 32, inscrita no CGO/MF nº 75.159.913/0001, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de suas funções, CLAUDIO-NO CAMARGO DE CRISTO, portador do CPF nº 040.104.881-00, inscrita no RG nº 27.513.278-9 e SPS nº 775.210.548-5.
CONTRATADA: RCPJ LEMP LTDA.
OBJETO: Fornecimento de Aplicação em CPU em suas diversas no Município de Jua.
VALOR: R\$ 2.525.000,00 (dois milhões e quinhentos e vinte e cinco mil reais).
VIAÇÃO DO CONTRATO: 180 dias.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 dias.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 26 de Fevereiro de 2025.
FORD, Carlos de Moraes, Exato do Paraná.
Aut. 26 de Fevereiro de 2025.

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 064/2024
OBJETO: Aquisição de uniformes para os servidores lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social.
Datação: 09/04/2024
Nº: 090.12824/20043.20483396/0000060.2390
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IZAL
CONTRATADO: JANETE MALYSZCA VAZ
Valor global: R\$ 10.600,00
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, INCISO II de Lei Federal 14.133/2021
RATIFICADO EM 04/02/2025
O(A) Antônio Caramelo de Araújo - Prefeito Municipal

EDITATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXORABILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2023
OBJETO: Aquisição de materiais pedagógicos e didáticos destinados ao atendimento das necessidades educacionais de crianças com idades compreendidas entre 3 e 5 anos, com o objetivo de garantir adequado desenvolvimento das atividades curriculares no âmbito da educação infantil, conforme as preceitos legais e normativos estabelecidos pela legislação vigente, incluindo a Base Nacional Comum (BNCC) e demais diretrizes educacionais.
Datação orçamentária:
 6600112381129120243496000000000960
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS - SP
CONTRATADO: DISTRIBUIDORA CURTIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A
 Valor global: R\$ 176.386,50 (setenta e sete mil e trezentos e noventa reais e cinquenta centavos)
FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II do Art. 4º da Lei Federal nº 1.330/2021
RATIFICADO EM DATA: 15/05/2024

 O(A) Assessor(a) Jurídico(a) do Ceto - Prefeitura Municipal

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2025
OBJETO: Contratação de empresas para disponibilização de profissionais na área de saúde, sendo técnico de enfermagem, provenientes do credenciamento nº 002/2024.
CONTRATANTE: Município de Ivai - PR
CONTRATADO: NICOLY OLIVEIRA DOS SANTOS - Profissional; Daniel Lechak Laurindo.
Valor global: R\$ 39.900,00

PROFISSIONAIS	CARGA HORÁRIA	VALOR MENSAL	PERÍODO ESTIMADO
1. Daniel Lechek Lauzindo - Técnica em enfermagem	40	R\$ 3.375,00	12 meses

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso IV do Art. 34 da Lei Federal 14.133/2021
RATIFICADO EM 04/03/2025
Otil Antonio Camargo de Cristo - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA

JUNTA DO PLENO

DECRETO Nº 0461, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2025.

Sualemente: Altera o Edital Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município cujo valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e dos outros provimentos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis e nos termos inciso IV, da Art. 2ª - da Lei Municipal nº 1.973 de 23 de dezembro de 2004 - D.E.C.R.E.T.A.

D E C R E T A

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar; no Orçamento Geral do Município de Reserva, no valor RS 40.000,00 (quarenta mil reais), para atender as seguintes programas:

07 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

07.000 ESTABELECIMENTOS DE ASSISTENCIA SOCIAL

CUMULATÓRIA

08.204.016.2074 Fontes de Atendimento à Mulher

3.1.98.00.00.00 – 600 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

TOTAL RS 40.000,00

Art. 2º Com este recurso parte sobre os recursos necessários ao cancelamento de duplicatas reequilibradas por fonte de recursos no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), de conformidade com o disposto na Art. 3º, Parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.732/64, como segue:

Suprimento Financeiro – Fonte 000 – Recursos Livres

RS 40.000,00

TOTAL RS 40.000,00

Art. 3º Fica estabelecido os cronograma de desembolso

[illegible]

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, em 04 de fevereiro de 2025.
LUCAS MACHADO RIBEIRO
Prefeito do Município de Reserva,
Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAI
Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO Nº 272922
CONTRAENTE: Município de Inai, Estado do Paraná, com sede à Rua Rio Representada, 82, inscrito no CGC/MF nº 76.175.910-001/33, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Paulo Roberto da Silva, inscritos nos CPF nºs 034.290.230-9 e 034.290.230-9, ambos brasileiros casados, residentes em Inai, Estado do Paraná.
OBJETO: CANTINA DE CRISTO; pontão para Cidade de Iluminação RG nº 17.512.375 e 23589/P e do CPF MF nº 17.512.548-5.
CONTRATADA: CONSTRUTORA CATIA LTDA.
OBJETO: Apresentação de alíquotas em CDEU em suas diversas no Município de Inai.
VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais e quatro mil reais).
PRazo de EXECUÇÃO: 30 dias.
PRazo de VIGÊNCIA: 720 dias.
DATA de ASSINATURA DO CONTRATO: 05 de Fevereiro de 2005.
FORO: Comarca de Iratama, Estado do Paraná.
Assinatura: 05 de Fevereiro de 2005.

SÚMULA DE CONCESSÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
O CONDOR AUTO POSTO CASTRO LTDA, CNPJ
10.327.548/0001-02 torna público que recebeu do Instituto Água
e Terra - IAT, a Licença de Operação nº 340712, com validade
até 03/02/2029, para atividade de Posto de combustíveis para
veículos automotores, situado à Rua Coronel Olegário de Macedo,
175, Vila Rio Branco - Castro - PR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA - PR
Aviso de Adendo a Licitação
O Município de Ponta Grossa/PR informa a existência do 2º adendo no prego, na forma eletrônica, registro de preços nº 234/2024, que se realizará na data 21 de fevereiro de 2025, às 09h00min, através da Bolsa de Licitações e Leilões, para Aquisição eventual de MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE. Mais informações serão fornecidas das 12 horas às 18 horas na sede da prefeitura ou pelo telefone (42) 3220-1000 (ramal 1003) ou ainda através Portal da Transparência, Ponta Grossa, 05/02/2025
Isabele da Veiga Moro
Secretaria Municipal de administração.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL CAMINHOS DO TIBAGI
AVISO DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº. 02/2025.

OBJETO: Seleção e contratação de empresas que se enquadram como MEI, ME e EPP conforme Lei Complementar nº.123/2006 e Lei Complementar 147/2014, para fornecimento de gêneros alimentícios e demais materiais de limpeza, em atendimento ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional Caminhos do Tibagi.

Valor Máximo aceitável: R\$55.468,47 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e sete centavos).

Base Legal: Arts. 75, Inciso II, Lei 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis.

Recebimento das Propostas a partir do dia: 05/02/2025 às 08h30min, até o dia 11/02/2025, às 08:30h, com início da fase de lances às 09:00 horas.

Data de encerramento: 11/02/2025, às 15:00 horas.

O EDITAL na íntegra, seus anexos, encontram-se à disposição de interessados site: www.consorcioacaminhosdotibagi.com.br e b1lcc@pr.com. Informações pelo FONE (042) 3242-8501, (42) 3276-2623 e e-mail: licitacoes@piranga.pr.gov.br.

Reserva -PR, 04 de fevereiro de 2025.

CLAUDIOMIR SCHNEIDER
CNPJ nº 06.909.366/0001-07
E-mail: claudiomir@claudiomir.com.br
www.claudiomir.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA
ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 15/2025
NOVA DATA DE ABERTURA

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de suplementos alimentares, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Municipal.

O Município de Ipiranga, Estado do Paraná, através da Pregoeira designada pela Portaria nº 17/2025, **TORNA PÚBLICO** aos interessados a nova data de abertura da licitação modalidade de Pregão Eletrônico nº. 15/2025.

NOVA DATA DE ABERTURA, fica marcada para: 19/02/2025, às 14:00 (quatorze horas) (horário de Brasília) no portal bilcompras.com, conforme especificado no Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº. 15/2025.

O EDITAL, na íntegra, seus anexos e adendo, encontram-se à disposição de interessados junto ao Departamento de Licitação na Rua XV de Novembro, 589, no Município de Ipiranga/Pr e na e site: www.ipiranga.pr.gov.br e bilcompras.com.

Informações pelo Fãx: (0422) 3242-8501 e e-mail: licitacao@ipiranga.pr.gov.br, mencionando a identificação da interessada, com razão social (CNPJ/MF) nome (CPF/MF), endereço, número de telefone ou e-mail.

Ipiranga-PR, 05 de fevereiro de 2025.

DOUGLAS DAVI CRUZ
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 063, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2025.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Reserva – RESERVA PREV, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 5º, inciso XXV da Lei Municipal nº 488/2013 e Portaria nº 4.951/2025 do Chefe do Poder Executivo Municipal,

CONSIDERANDO a autonomia administrativa e financeira do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE RESERVA – RESERVA PREV, estatuida no artigo 1º da Lei 488/2013, de 26 de março de 2013;

RESOLVE

Art. 1º. Fica REVOGADA a Portaria nº 057, de 25 de setembro de 2023, que concede função gratificação FG-04 do Anexo V da Lei Municipal nº 785/2017 ao servidor VICTOR HUGO VINHARSKI, portador da matrícula nº 7221, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Reserva, decorrente do exercício de membro de apoio da Comissão de Licitações e Contratos do RESERVA PREV, constituída pela Portaria nº 049, de 01 de fevereiro de 2022.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2025.

Reserva, 05 de fevereiro de 2025.

SIMONE DE OLIVEIRA LEMES DA CRUZ
Diretora-Presidente do Reserva Prev
Portaria nº 4.951/2025

<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA Estado do Paraná</p> <p>EXTRATO DE CONTRATO Nº 004205 INSCRIBIÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 004205 PROCESSO Nº 004205</p> <p>CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA CONTRATADA: PRODUÇÃO AGRICULTAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 17.708.035/00-00.</p> <p>OBJETO: Realização de Shows para o Festejo do Aniversário de Município, de Reserava -PR.</p> <p>VALOR TOTAL: R\$ 279.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais).</p> <p>DATA DE ASSINATURA: 22 de maio de 2014.</p> <p>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Nº 48, de 14 de 11/2011. De 14/01/2013.</p> <p>11320-53 MATACIO RODRIGUES - PREFEITO MUNICIPAL</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA Estado do Paraná</p> <p>EXTRATO DE CONTRATO Nº 004205 INSCRIBIÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 004205 PROCESSO Nº 004205</p> <p>CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA CONTRATADA: PRODUÇÃO AGRICULTAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 17.708.035/00-00.</p> <p>OBJETO: Realização de Shows para o Festejo do Aniversário de Município, de Reserava -PR.</p> <p>VALOR TOTAL: R\$ 279.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais).</p> <p>DATA DE ASSINATURA: 22 de maio de 2014.</p> <p>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Nº 48, de 14 de 11/2011. De 14/01/2013.</p> <p>11320-53 MATACIO RODRIGUES - PREFEITO MUNICIPAL</p>
---	---

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA
Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO N.º 004/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 002/2025
PROCESSO Nº 044/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA
CONTRATADA: LR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 31.535.705-00/007-71.
OBJETO: Realização de Show para o Festejo do Aniversário de Município de Reserva - PR.
VALOR TOTAL: R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 15, II da Lei 14.133/2021.
Em 24/04/2025
LUCAS MACIELLO RIBEIRO - PREFEITO MUNICIPAL.

Falecimentos



SEPULTADOS
DE 05/02

Adilson Bielek, 35 anos
Antonio Silva Souza, 86 anos
Carlos Diego Machado Ramos,
38 anos
Dolores Ferreira da Luz, 64
anos
Eloa da Silva Correa, 0 anos
Israel Cesar Maia, 62 anos
Jenifer Aparecida dos Santos
Mendes, 13 anos
João Arthur Bryk, 82 anos
Leonides Nofeke, 86 anos
Rosa Costa Damico, 63 anos
Ruy Carneiro Mercer, 65 anos

SEPULTAMENTOS
EM 06/02

Ana Maria Benedito, 39
anos
Velório: Em outro município
Cemitério: Em outro município

Francisco Franklin Celestino Matos
Velório: Capela Municipal São José
Cemitério: São Vicente de Paula, às 13h30

Miguel Strovski, 89 anos
Velório: Em outro município
Cemitério: Em outro município

Nelson Teixeira Coelho, 73
anos
Velório: Ainda não foi
divulgado

Cemitério: Parque Jardim
Paraíso, às 16h



O plano da família

(41) 3273-9166 | (47) 99999-9009
R. BARÃO DE TEFFÉ, 188
CENTRO | PONTA GROSSA

(42) 3322-4046 | (43) 9 9999-5603
R. GENERAL CARNEIRO, 509
CENTRO / BOTA D'OURO

www.princesaassistencia.com.br

LOCALIZAÇÃO DE

IMPRESSORAS | MULTIFUNCIONAIS | SCANNERS | PLOTTERS

SISTEMA DE BILHETAGEM, REVENDA DE EQUIPAMENTOS,
SUPRIMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA



MOPEL®

42.3229-9272
42.99102-4550
42.99106-1598
contato@mopelng.com.br